

ISSN 1981-011X - Ano XIV - 2019

Verinotio

Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas

25

número 1

abr./2019

Dossiê:

Processo de trabalho, regulacionistas e a crítica marxiana

Grupo de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes/CNPq
Curso de Serviço Social - (UFF - Universidade Federal Fluminense - Rio das Ostras)

VERINOTIO – REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ISSN: 1981-061X - v. 25, n. 1 - ano XIV | abr. 2019

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Rua Recife, Lotes 1-7 – Jardim Bela Vista, Rio das Ostras – 28895-532 – RJ –
Brasil. *E-mail*: revistaverinotio@gmail.com

EXPEDIENTE

Equipe editorial

Editora-chefe: Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção, UFF

Editora-chefe adjunta: Dra. Ester Vaisman, UFMG

Editor-associado: Dr. Vitor Bartoletti Sartori, UFMG

Editor-associado: Ms. Murilo Leite Pereira Neto, UFMG

Editor convidado: Dr. Elcemir Paço Cunha, UFJF

Editor convidado: Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, UFJF

Equipe técnica:

J. C. Ruzza – Capista

Roger Filipe Silva – Web designer, diagramador, programador e suporte técnico

Vânia Noeli Ferreira de Assunção – Revisora de gramática ortografia e padronização

Conselho Editorial:

Dra. Ana Selva Castelo Branco Albinati, PUC-MG, Brasil

Dr. Antônio José Romera Valverde, PUC-SP, Brasil

Dr. Antônio José Lopes Alves, Coltec/UFMG, Brasil

Dr. Antônio Rago Filho, PUC-SP, Brasil

Dr. Celso Frederico, USP, Brasil

Dr. Eduardo Ferreira Chagas, UFC, Brasil

Dra. Fabiana Scoleso, UFT, Brasil

Dr. Francisco Garcia Chicote, Conicet/UBA, Argentina

Dr. Leonardo Gomes de Deus, UFMG, Brasil

Dra. Lúcia Aparecida Valadares Sartório, UFRRJ, Brasil

Dr. Marco Vanzulli, Università degli Studi di Milano Bicocca, Itália

Dr. Mario Duayer, UFF, Brasil

Dr. Mauro Castelo Branco de Moura, UFBA, Brasil

Dr. Miguel Vedda, UBA, Argentina

Dra. Mônica Hallak Martins da Costa, PUC-MG, Brasil

Dr. Nicolas Tertulian, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França

Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF, Brasil

Dr. Ricardo Gaspar Müller, UFSC, Brasil

Dr. Ricardo Lara, UFSC, Brasil

Dr. Ronaldo Rosas Reis, UFF, Brasil

Avaliadores *Ad hoc*

Dra. Agatha Justen, UFF, Brasil; **Dr. Alexandre Arbia**, Ufop, Brasil; **Dra. Ana Selva Castelo Branco Albinati**, PUC-MG, Brasil; **Dr. André Kaysel Velasco e Cruz**, Unicamp, Brasil; **Dr. Antônio Carneiro de Almeida Júnior**, UEFS, Brasil; **Dr. Cássio Corrêa Benjamin**, UFSJ, Brasil; **Dr. Claudio Araújo Reis**, UnB, Brasil; **Dr. Claudio Roberto Marques Gurgel**, UFF, Brasil; **Dr. Diogo Prado Evangelista**, UFVJM, Brasil; **Dr. Elcemir Paço Cunha**, UFJF, Brasil; **Dra. Ester Vaisman**, UFMG, Brasil; **Dra. Fabiana Scoleso**, UFT, Brasil; **Dr. Felipe Araújo Castro**, Ufersa, Brasil; **Dr. Francisco Garcia Chicote**, Conicet/UBA, Argentina; **Dr. Henrique Almeida de Queiroz**, UFJF, Brasil; **Leandro Theodoro Guedes**, UJFJ; **Dr. Marlon Garcia**, Ufop, Brasil; **Dra. Mônica Hallak Martins da Costa**, PUC-MG, Brasil; **Ms. Murilo Leite Pereira Neto**, UFMG, Brasil; **Ms. Raphael Coelho Neto**, UFMG, Brasil; **Dr. Renata Bicalho**, UFJF, Brasil; **Dr. Ronaldo Vielmi Fortes**, UFJF, Brasil; **Dra. Sabina Maura Silva**, Cefet-MG, Brasil; **Ms. Thyago Marão Villela**, USP, Brasil; **Thiago Martins Jorge**, UFJF, Brasil; **Dra. Vanessa Dias**, Unifal, Brasil; **Dr. Wesceley Silva Xavier**, UFV, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção**, UFF, Brasil.

Sumário

Editorial	05
Elcemir Paço Cunha, Ronaldo Vielmi Fortes	
DOSSIÊ	
Processo de trabalho e relevância futura da crítica ao capitalismo	11
Benedito Rodrigues de Moraes Neto	
La importancia de la historia para comprender el trabajo y sus transformaciones	28
Marina Kabat	
Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista	58
Ronaldo Vielmi Fortes	
Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria	88
Elcemir Paço Cunha	
Un aporte al debate sobre el fordismo y la cadena de montaje	129
Ianina Harari	
A crítica inflexionista das análises do fordismo brasileiro da década de 1980	153
Leandro Theodoro Guedes	
A escola dos regulacionistas – De Marx à Fundação Saint-Simon	172
Michel Husson	
ARTIGOS FLUXO CONTÍNUO	
The capital of Karl Marx, Marxism and the Latin American intellectuals	186
Miguel Ángel Urrego	
Sensibilidade, educação e trabalho em O Emílio de Rousseau	210
Henrique Segall Nascimento Campos	
Sobre la herencia del derecho matriarcal en Derecho natural y dignidad humana de Ernst Bloch y Casandra de Christa Wolf	240
María Belén Castano	
As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky	252
Rebecca de Oliveira Freitas	
Um olhar possível sobre a violência simbólica	284
Lorena Karla Costa Bezerra, Rodrigo José Fernandes de Barros	
Lukács e a problemática cultural da era stalinista	303
José Paulo Netto	
RESENHA	
Os limites da democracia dos Estados Unidos	339
Tiago Santos Salgado	

Editorial

Elcemir Paço Cunha¹ e Ronaldo Vielmi Fortes²

A análise crítica do processo de trabalho e de suas metamorfoses é inteiramente dominada por um quadro conceitual que enfatiza certos aspectos da organização do trabalho. Como apontamos na chamada de artigos para esta edição especial, Aglietta e Braverman são os melhores representantes dessa tendência que fez época e ainda hoje segue influente nas investigações, tanto no Brasil quanto no exterior, por meio de diferentes matizes, sobretudo nas ciências sociais. Apesar de inúmeras variações até mesmo em termos de “nível analítico”, a preocupação basilar se assenta sobre o capital variável, seja na produção imediata seja deslocando a atenção para a circulação e relações salariais.

Com a atenção sobre o capital variável, a toada mais marcante - mesmo por coerência lógica -, é a consideração pelas formas de organização do trabalho. A estas formas consagraram-se delimitações nominativas que trafegam em rios de tinta, como taylorismo, fordismo e pós-fordismo (além das respectivas variantes). Quando criticamente dirigidos, procuravam indicar, por meio deste recurso, não apenas o problema do controle sobre o processo de trabalho como também caracterizar períodos históricos inteiros. Desse modo, enquanto Braverman considerou o crescente domínio do “taylorismo” nos vários setores econômicos como expressão do avanço do “capital monopolista”, incluindo os trabalhos realizados em escritório, Aglietta inaugurou a análise que enfatiza a combinação entre modo de organização do trabalho e modo de consumo para designar a prevalência de certos “regimes de acumulação”, conforme a dicção já instituída. É assim que, para o último caso, o pós-guerra pode ser apreendido como período de regime de acumulação fordista e um regime de acumulação pós-fordista caracteriza as décadas seguintes a 1970.

Em poucas linhas, é possível dizer que se mantém nas investigações certa tendência à generalização de traços caracterizadores particulares para todo o conjunto de setores nos quais, em verdade, prevalecem diferentes vias de desenvolvimento desigual das bases técnicas e das formas de organização do trabalho correspondentes. Não obstante as diversas contribuições que essa linha de análise possibilitou, particularmente em problematizar criticamente o processo de trabalho e

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *E-mail:* paco.cunha@facc.ufjf.com.

² Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *E-mail:* rvielmi@hotmail.com.

mesmo indo além dele, a tendência é passível de receber divergência em razão destes, e de outros, problemas identificados.

Sem dúvida alguma esta divergência principal forma um dos pilares das investigações que levamos ao público nesta edição especial da Verinotio. A problemática de uma generalização de traços que pertencem a setores particulares não desembocou tão somente na possibilidade de apreensão dos devidos desenvolvimentos da organização do trabalho, isto é, a adequada identificação dos setores em que, de fato, desenvolveu-se um fordismo, por exemplo. Ainda mais significativo, é o restabelecimento de categorias bem mais razoáveis do que taylorismo, fordismo e pós-fordismo para a explicitação de certas características do processo de trabalho e suas metamorfoses históricas. É o caso das categorias cooperação simples, manufatura e grande indústria estabelecidas por Marx na famosa tríade de capítulos do primeiro livro de O capital. Ao mesmo tempo em que são capítulos decisivos na análise do processo de trabalho e da própria produção do capital, eles contêm as referidas categorias que passaram ligeiramente desprestigiadas pelos analistas mais reputados. Elas não expressam apenas os pontos de inflexão radical entre modos de extração do mais-valor (princípio da divisão do trabalho na manufatura versus princípio da automação na grande indústria, sendo este o que autenticamente caracteriza o ponto mais avançado do sistema do capital), como também permitem a identificação da continuidade histórica do princípio manufatureiro muito além do século XIX, inclusive em setores que o senso comum e a própria produção acadêmica convencionaram assumir inadvertidamente como a mais avançada expressão do desenvolvimento das forças produtivas: a montagem de automóveis.

É contraintuitivo, para usar uma expressão hoje de uso corrente, determinar que pelo menos até 50 ou 60 anos atrás a montagem de automóveis pudesse ser caracterizada como uma modalidade de manufatura mesmo nas economias centrais. Situada ainda em estágio menos desenvolvido do que setores em que o sistema de máquinas já tinha se instalado historicamente, como o químico, a fabricação de automóveis tornou-se emblemática e base de extrapolações de seus traços para a universalidade dos setores. Esse procedimento é, por assim dizer, improcedente, como dissemos. Além do mais, a concentração nessa fabricação como fonte de considerações teóricas jamais foi capaz de revelá-la em estágio, na verdade, inferior de desenvolvimento do sistema de máquinas. Enquanto manufatura moderna, este processo de produção em particular representava o passado, um ponto mais regredido do conjunto do sistema. A incapacidade de se apreender essa diferença, também incapacitou o estabelecimento das relações entre setores mais avançados e

os regredidos, de forma que a riqueza do concreto calou-se na abstração irrazoável que elimina inapropriadamente as diferenças.

Não é por outro motivo que o movimento aparente se explica pelo movimento real em que a análise científica do processo capitalista de trabalho começa depois de compreendido o princípio sobre o qual se baseia. O fato empírico do fordismo aplicado à produção em massa de automóveis com amplo impacto na vida social ter surgido no século XX – e cronologicamente depois dos avanços técnicos em setores como o têxtil e o químico –, somente podia ser índice de modalidade mais avançada de organização do trabalho que o sistema pôde, então, conceber. Ocorre que os resultados da análise materialista rigorosamente científica podem ser aparentemente paradoxais à primeira vista ou contraintuitivos, para repetir a expressão corrente. Tais resultados levantam-se frente ao acúmulo da pesquisa já realizada e dominada pela tendência teórica antes aludida; criam dissonância no senso comum. Entretanto, parafraseando Marx, podemos considerar “avanço científico fazer concessões” ao senso comum? (MARX, 2013, p. 367, nota 183).

Os textos que compõem a presente edição expõem fartamente o tratamento de tais categorias e suas potências explicativas frente aos limites identificados nas análises supracitadas. Para isto também contêm críticas diretas à tendência dominante aludida em proporções variadas dada a propositura básica de cada trabalho. Os textos de Benedito Moraes Neto, Marina Kabat, Ronaldo Vielmi Fortes, Elcemir Paço Cunha, Ianina Harari, Leandro Guedes e Michel Husson formam, em conjunto, um convite à discussão da longa trajetória das investigações a respeito desses problemas nas economias centrais, além da Argentina e do Brasil.

Cada um deles desenvolve um aspecto importante das questões aludidas. No texto que abre a edição, Processo de trabalho e relevância futura da crítica ao capitalismo, Benedito Moares Neto sugere que o avanço das forças produtivas tornou a consideração sobre taylorismo/fordismo inadequada uma vez que as condições materiais superaram o próprio estágio objetivo em que tais formas de organização do trabalho tiveram lugar. Do mesmo modo, a crítica ao capitalismo precisa avançar sobre os setores mais desenvolvidos do sistema. Em La importancia de la historia para comprender el trabajo y sus transformaciones, Marina Kabat estabelece um diálogo com os textos anteriores de Benedito de Moraes Neto e com as pesquisas realizadas sobretudo na Argentina a respeito das vantagens das categorias de manufatura e grande indústria na captura das transformações do processo de trabalho. Com tais apontamentos, sugere que tanto Braverman quanto autores regulacionistas são carentes de uma reta apreensão histórica dos processos de trabalho.

O terceiro texto da edição é assinado por Ronaldo Vielmi Fortes. Em *Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista: desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação das formas de produção arcaicas*, o autor estabelece comentários que acentuam as dificuldades que pesam sobre as análises do processo de trabalho ao tratar de dados da produção industrial da economia americana. A saída analítica pelo “fordismo” obstruiu a possibilidade de apreensão das dinâmicas concretas de acumulação muito mais diversas do que tal conceito é capaz de expressar. O autor ainda estabelece uma avaliação crítica do desenvolvimento das pesquisas sobre o assunto no Brasil.

Elcemir Paço Cunha, em *Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidades*, avança também sobre os dados da realidade econômica dos Estados Unidos e de países europeus, procurando destacar o desenvolvimento do sistema de máquinas, seu desenvolvimento heterogêneo com relação às modalidades manufatureiras ao longo do século XX. O estabelecimento de reciprocidades entre setores avançados e regredidos culminou em uma integração das modalidades técnicas e de organização do trabalho na forma da grande indústria a partir dos anos de 1970.

No quinto texto, Ianina Harari estabelece uma análise das mudanças no setor automobilístico na Argentina. Em *Un aporte al debate sobre el fordismo y la cadena de montaje: procesos de trabajo y lucha obrera en el caso automotriz desde una óptica marxista*, a autora analisa boa parte das considerações regulacionistas das mudanças do processo de trabalho a partir das pesquisas naquele setor em particular. Os dados concretos demonstram como prevalece naquele setor características da manufatura moderna, pelo menos até o final dos anos de 1970, sobretudo na etapa de montagem de carros. Já havia, no entanto, a forma da grande indústria em etapas anteriores deste mesmo setor. Assim, em um mesmo setor coexistem formas diferentes não redutíveis ao conceito de fordismo.

Leandro Theodoro Guedes, em *A crítica inflexionista das análises do fordismo brasileiro da década de 1980*, analisa criticamente o desenvolvimento das análises regulacionistas no Brasil. O autor sublinha que o foco demasiado em conceitos como fordismo impede a captura das inflexões da base técnica em certos setores que, ao invés de acentuar os traços do fordismo, na verdade indica sua superação.

Fechamos a edição especial com o sétimo artigo traduzido. Michel Husson, em *A escola dos regulacionistas - De Marx à Fundação Saint-Simon: um caminho sem volta?*, perfaz a trajetória intelectual do regulacionismo e é um texto bastante instrutivo do aguçamento de certas tendências que afastam essa escola do marxismo.

O conjunto dos materiais é instrutivo e repleto de elementos probantes para animar um debate que precisa ser colocado no exato momento em que as economias mundiais demonstram consideráveis dificuldades e, ao mesmo tempo, avança-se a tecnologia em setores de ponta, estrangulando tendências e criando condições para crescentes manifestações sociais em razão do disparo no desemprego, nas condições laborais, na desigualdade e rebaixamento de salários. Criam-se condições, igualmente, para respostas políticas das mais variadas a esse estágio do movimento do próprio capital. Compreender a dinâmica presente requer que se limpe o terreno das análises passadas. A presente edição é uma contribuição para este fim.

Além dos artigos que fazem parte do dossiê, a presente edição traz também textos que contribuem para o esclarecimento de problemas que marcam os dias que correm. O artigo intitulado *The capital of Karl Marx, marxism and the latin american intellectuals: the cases of Mexico and Colombia*, de autoria de Miguel Ángel Urrego, analisa – como o próprio título indica – a recepção da obra de Marx no México e na Colômbia, enfatizando o intenso debate que ali se desenvolveu em torno de *O capital*. O artigo é uma importante contribuição para o devido entendimento do tema na América Latina.

Henrique Segall Nascimento Campos, autor de *Sensibilidade, educação e trabalho em O Emílio* de Rousseau, se debruça sobre a contribuição do filósofo genebrino para a discussão gnosiológica que marcou o século XVIII. Para isso, analisa, sobretudo, o livro III do *Emílio*.

Já María Belén Castano no artigo que leva o título de *Sobre la herencia del derecho matriarcal en Derecho natural y dignidad humana* de Ernst Bloch y *Cassandra* de Christa Wolf traz à tona as denúncias de Ernst Bloch e Crista Wolf contra o patriarcado, aportando elementos pertinentes para o debate atual sobre o assunto.

Ainda em torno dos debates no campo marxista, o artigo *As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky: notas sobre uma teoria de transição*, de autoria de Rebecca de Oliveira Freitas, discute as categorias utilizadas pelo autor em tela em sua obra *A nova econômica* com o objetivo de avaliar sua contribuição ao debate em torno do problema da transição na primeira década do regime soviético.

Um olhar possível sobre a violência simbólica é o título do artigo de autoria de Lorena Karla Costa Bezerra e Rodrigo José Fernandes de Barros, que discutem e avaliam criticamente a noção de violência simbólica proposta por Pierre Bourdieu.

Fechando a seção de artigos de fluxo contínuo, publicamos o artigo de José Paulo Netto intitulado Lukács e a problemática cultural da era stalinista. Publicado inicialmente em 1979 na *Revista Temas de Ciências Humanas*, o artigo ainda possui atualidade como bem aponta Ronaldo Vielmi Fortes em sua apresentação. Netto desvenda com clareza e habilidade teóricas a verdadeira natureza das relações de Lukács com o stalinismo.

A presente edição de *Verinotio* traz ainda a resenha de Tiago Santos Salgado sobre o livro *Como as democracias morrem*, de autoria de Steven Levitsky e Steven Ziblatel, publicado no Brasil em 2018.

Boa leitura!

Os editores

Como citar:

PAÇO CUNHA, Elcemir; FORTES, Ronaldo Vielmi. Editorial. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 5-10, abr. 2019.

Processo de trabalho e relevância futura da crítica ao capitalismo

Benedito Rodrigues de Moraes Neto¹

Resumo:

Este artigo se inicia com a explicitação de um equívoco teórico que marcou a análise crítica do capitalismo nos anos 60/70 do século XX, a chamada “crítica às forças produtivas”, que utilizava o taylorismo-fordismo para ilustrar suas observações. Em seguida, procura-se mostrar a assustadora contemporaneidade desse equívoco, utilizando como exemplificação três textos do autor de extração marxista David Spencer. Finalmente, sugere-se que a análise crítica do processo capitalista de trabalho seja encaminhada para o terreno verdadeiramente promissor, fortemente amarrado às características atuais e prospectivas do trabalho. Essa sugestão parte da consideração de que, se o avanço recente das forças produtivas matou o taylorismo-fordismo, a crítica ao regime do capital precisa matá-lo também.

Palavras-chave: Forças produtivas; taylorismo; fordismo; processo de trabalho.

Labour process and the future relevance of criticism to the Capitalism

Abstract:

This article begins with the explication of a theoretical misconception that marked the critical analysis of capitalism in the 60s/70s of the twentieth century, the so-called “criticism of productive forces”, which used Taylorism-Fordism to illustrate its observations. Next, we try to show the frightening contemporaneity of this misconception, using as an illustration three texts by the Marxist David Spencer. Finally, it is suggested that the critical analysis of the capitalist labor process must be routed to the truly promising terrain, strongly tied to the current characteristics and prospective of labor. This suggestion comes from the consideration that if the recent advance of productive forces has killed Taylorism-Fordism, criticism of the regime of capital must kill it too.

Key words: Productive forces; Taylorism; Fordism; labor process.

¹ Livre-docente, professor aposentado da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Araraquara). *E-mail:* brmneto@gmail.com. Revisão ortográfico-gramatical de Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

A humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver.
K. Marx

1- A “crítica às forças produtivas” e o taylorismo-fordismo

No terceiro capítulo de nosso livro *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão* procuramos esclarecer como uma equivocada visão teórica sobre o fenômeno produtivo do taylorismo-fordismo permitiu reforçar, com ilustrações concretas, uma também equivocada visão teórica sobre a relação entre o capitalismo e a tecnologia, consubstanciada na chamada “crítica às forças produtivas”. Procuraremos aqui resumir a argumentação ali apresentada. Um pressuposto fundamental é que se conceba o taylorismo-fordismo da forma que nos parece correta, coisa que pode ser extraída das seguintes colocações:

Quem estuda o taylorismo observa que, no fundo, o que Taylor tenta fazer é transformar novamente o homem num instrumento de produção, analogamente ao que se havia tentado na fase pré-maquinaría. Essa visão do homem como instrumento de produção magnifica-se no fordismo. Ao encetar sua típica inovação, que é a linha de montagem, Ford não fez outra coisa senão coletivizar o taylorismo, com o recurso fundamental da esteira, que procura resolver o problema tipicamente manufatureiro do transporte. Na verdade, esta grande fábrica fordista, ao invés de significar a indústria por excelência, a forma mais avançada da produção capitalista, significou, isto sim, uma ‘reinvenção da manufatura’, uma coisa extremamente atrasada do ponto de vista conceitual, a despeito de seu imenso sucesso do ponto de vista econômico, produtivo. A colocação de milhares de trabalhadores, uns ao lado dos outros, fazendo movimentos parciais, de forma alguma ajusta-se à noção marxista de produção à base de maquinaria. (MORAES NETO, 2003, p. 124)

Esta não é, todavia, a opinião de autores tão relevantes para a conformação da teoria marxista do processo de trabalho no século XX como Benjamin Coriat e Harry Braverman:

Tudo o que Marx anuncia em relação às características especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelamento de tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção) o realiza Taylor, ou mais exatamente, lhe dá uma extensão que até então não havia tido. (CORIAT, 1976, p. 22)

Torna-se necessário um completo e pormenorizado esboço dos princípios do taylorismo ao nosso histórico, não pelo que ele é popularmente conhecido – cronômetro, aceleração etc. – mas porque, além dessas trivialidades, reside uma teoria que nada mais é que a explícita verbalização do modo capitalista de produção. (BRAVERMAN, 1977, p. 83)

Essa posição teórica que considera o taylorismo (e consequentemente o taylorismo-fordismo) manifestação por excelência da forma mais desenvolvida possível da produção capitalista autoriza utilizá-lo como ilustração da ligação entre tecnologia e capitalismo. Uma teoria que teve muita presença nos anos 60/70 do século XX, autodenominada “crítica das forças produtivas”, efetuou exatamente esse movimento teórico. Vejamos inicialmente suas colocações críticas:

O fundo da questão é que, para reproduzir-se, a empresa capitalista tem necessidade não só de renovar seu equipamento, senão de que o novo equipamento posto em circulação por ela possua características tais que reproduza constantemente as bases técnicas da dominação do processo de trabalho. A hipótese subjacente é que a “técnica” capitalista é ao mesmo tempo técnica de produção e técnica de dominação (...). Consideradas em seu duplo aspecto de métodos de organização do trabalho e de “coisas” (meios de produção), as forças produtivas levam a marca das relações sociais nas quais estão inscritas e nas quais foram produzidas. (...) Cremos com A. D. Magaline que convém falar de um processo de materialização das relações de produção nas forças produtivas. (...) A verdadeira e única questão é que no capitalismo as forças produtivas são forças produtivas de e do capital. (...) haverá que decidir-se a admitir que a “base material” legada pelo capitalismo tem muitas possibilidades de mostrar-se totalmente inadequada para a instauração de relações de tipo socialista. (CORIAT, 1976, pp. 81-6)

(...) toda a tentativa para revolucionar as relações de produção exige uma mudança radical e simultânea dos meios e técnicas de produção (e não apenas da finalidade da sua utilização), porque a conservação destas faria ressurgir aquelas através da divisão capitalista do trabalho (GORZ, 1974, p. 172).

No mencionado capítulo de nosso livro, fizemos uma crítica a essa crítica, que pode ser assim resumida:

A consequência inevitável dos argumentos expostos é a extinção da contradição dentro do capitalismo. Ora, se a base material, o desenvolvimento e a socialização das forças produtivas promovidas pelo capitalismo são, por sua própria natureza material, eternamente capitalistas, o que explica a superação desse modo de produção? (MORAES NETO, 1989, p. 109)

Também procuramos mostrar, no mesmo capítulo, por meio de colocações de Benjamin Coriat e André Gorz, que a “crítica das forças produtivas capitalistas” sempre ilustrava suas posições com as linhas de montagem, manifestação por excelência do taylorismo-fordismo. Jamais as ilustrava com a maquinaria, com a produção automatizada, a forma mais avançada da produção capitalista. Vejamos o uso recorrente do taylorismo-fordismo como ilustração:

Estes dois tipos de organização do trabalho (trabalho a peça, em máquina individual, e trabalho em cadeia) têm um traço em comum: a predeterminação “científica” dos tempos necessários à execução de uma tarefa repetitiva: a duração de cada gesto é estabelecida à escala do décimo e até do centésimo de segundo, sendo fixado um tempo-padrão para a execução de uma sucessão de gestos. (...) o parcelamento infinitesimal das tarefas não é consequência de uma tecnologia que hipoteticamente tivesse evoluído segundo as suas leis próprias independentes do contexto político-social. É antes consequência de uma tecnologia concebida para servir de arma na luta de classes (...). A organização “científica” do trabalho é, antes de mais nada, a destruição científica de qualquer possibilidade de controle operário. (GORZ, 1974, pp. 187-8)

As características “técnicas” dos meios de produção deverão, portanto, ser concebidas, antes de tudo e sobretudo, em função deste fato central na produção capitalista de mercadorias: a extorsão de mais-valia. A melhor ilustração desse ponto de vista é propiciada, sem dúvida, pela colocação em prática de linhas de montagem, isto é, da cadeia, por Ford, nos anos 20. (...) Queremos demonstrar que, *desde seu nascimento*, (a cadeia) responde, antes de tudo e sobretudo, à necessidade de permitir a maior extração possível de mais-valia, em um momento determinado da correlação de forças entre capitalistas e assalariados. (...) Também Macciocchi, de volta da China, constatava que: “(...) é impossível falar só de forças produtivas em geral. Levam impressas em seu seio a marca das relações de produção”. O caso da cadeia de montagem, de que já falamos, ilustra isto perfeitamente. (CORIAT, 1976, pp. 76-85)

Conforme queríamos demonstrar, a visão equivocada do taylorismo-fordismo permitiu reforçar, ilustrando concretamente, a visão equivocada da “crítica das forças produtivas”. O taylorismo-fordismo merece integralmente a crítica recebida. O problema é tomá-lo como ilustração por excelência da forma capitalista de organizar o processo de trabalho. Nosso passo seguinte é voltado à explicitação de um fato surpreendente: a contemporaneidade dessa posição no interior da teoria crítica do processo de trabalho capitalista.

2- Ilustrando a contemporaneidade do equívoco: crítica à análise crítica de David Spencer sobre capitalismo e processo de trabalho

Procuraremos, por meio da análise de três textos, um deles bastante recente, de um autor representativo da reflexão marxista contemporânea sobre processo de trabalho, David Spencer² mostrar que nossas críticas

² São os seguintes os textos analisados: Braverman and the contribution of labour process analysis to the critique of capitalist production, de 2000; The Marxian view of work, de

expostas no item anterior continuam extremamente atuais. Esse fato tem importante repercussão, pois nos encontramos em momento histórico de grande desafio teórico e político, em função do ritmo intenso da mudança tecnológica, com impactos profundos sobre o trabalho humano. Tentaremos argumentar que a prisão a uma visão equivocada da natureza das forças produtivas capitalistas empobrece sobremaneira a crítica ao capitalismo neste momento histórico crucial.

No primeiro texto (*Braverman and the contribution...*), Spencer se preocupa exclusivamente em marcar a importância teórica e política da obra *Trabalho e capital monopolista*, de Harry Braverman, publicada em 1974, assumindo a existência de uma unidade absoluta entre Braverman e Marx, tão absoluta que é tratada como um pressuposto, como algo que não precisa sequer ser justificado. Tanto assim que não há uma palavra sobre a análise do processo de trabalho em Marx (os *Grundrisse* não entram nem nas referências bibliográficas). Marx está inteiramente em Braverman. Segundo o autor, “Braverman, em poucas palavras, restabeleceu a crítica de Marx ao capitalismo” (SPENCER, 2000, pp. 224-5). A análise feita por Braverman sobre o processo de trabalho capitalista possuiria fortes desdobramentos políticos, reforçando sua unidade com Marx: “(Braverman) identificou as tendências à desqualificação com o imperativo capitalista da acumulação no sentido de promover a questão da mudança revolucionária” (SPENCER, 2000, p. 223). Vemos que a “tendência à desqualificação” é fundamental para toda a análise, e é importante notar que essa “tendência” não é procurada e problematizada dentro da análise histórico-teórica de Marx, mas sim procurada (e encontrada) dentro do taylorismo-fordismo no século XX:

Se os capitalistas necessitam preencher sua função de gerenciamento no local de trabalho, eles precisam buscar a minimização da contribuição cognitiva e técnica de sua força de trabalho para o processo produtivo. Durante o século XX, os capitalistas abraçaram a gerência científica, e a “revolução tecno-científica” associada, em seus esforços para separar o trabalho mental do trabalho manual. O controle conceitual da produção mudou para o capitalista, solapando as fontes tradicionais da resistência do trabalhador, baseada na qualificação e no conhecimento. (SPENCER, 2000, p. 225)

Vemos claramente que Marx não só está inteiramente em Braverman; ele só passou a existir com Braverman. No momento teórico fundamental constituído pelo processo de trabalho, Marx nunca existiu; toda sua reflexão era uma antevisão, coisa que só se materializaria historicamente com a emergência do taylorismo-fordismo, ou seja, em

2009; e *Work in and beyond the second machine age: the politics of production and digital technologies*, de 2016.

Braverman, autor inteiramente prisioneiro do taylorismo-fordismo. Sobre a relação entre Marx e Taylor, Spencer comunga inteiramente da opinião expressa por Benjamin Coriat em 1976, já citada aqui. Para Spencer, tudo antes de Taylor teria sido dominado por trabalho fortemente impregnado de natureza artesanal. Nesse ponto, ele compartilha totalmente a surpreendente posição de Robert Linhart, também em 1976;

Definiu-se o taylorismo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental como uma gigantesca operação de expropriação do saber operário em proveito do capital. Mas para que haja expropriação é necessário que esse saber exista no proletariado industrial. E donde pode vir esse saber senão da incorporação, por vagas sucessivas, da pequena produção artesanal na manufatura e depois na grande indústria? Assim, o “companheiro” perpetua durante certo tempo no seio da grande produção capitalista parte da perícia e da ideologia do artífice independente. Até o taylorismo, o patrão industrial “subcontratava”, de fato, uma fração global do trabalho da oficina, que continuava organizada como uma pequena empresa autônoma sob a direção do contramestre-mestre. O taylorismo, como expropriação, toma toda a sua dimensão de ofensiva estratégica no plano social quando investe contra classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas, herdeiras de séculos de ofício, de corporações, de artesanato. (LINHART, 1977, pp. 107-8, grifos do autor)

Ao assumir inteiramente a propositura de Coriat e de Braverman de que o taylorismo-fordismo consubstancia o que há de mais característico e avançado no processo capitalista de trabalho, propositura inteiramente equivocada a nosso juízo, Spencer inocula suas observações finais desse equívoco teórico, observações estas ligadas à questão da superação do capitalismo. O autor já antecipara esse fato na ligação feita entre “tendência à desqualificação” e “mudança revolucionária”, presente em citação anterior. Em primeiro lugar, é necessário validar inteiramente, para toda a produção capitalista, a tendência que Braverman extrai fundamentalmente do taylorismo-fordismo, a da generalização da desqualificação do trabalho:

A abstração real do trabalho alienado encontra sua expressão concreta nas tendências específicas de degradação e desqualificação do trabalho. (SPENCER, 2000, pp. 225-6)

As contradições e contrapressões criadas pela separação entre trabalho mental e trabalho manual não refutam a “lei (leia-se tendência) de desqualificação” enquanto tal; antes, indica seu movimento causal e sua dinâmica. (SPENCER, 2000, p. 227)

(A desqualificação caracteriza) uma importante tendência necessária sob o capitalismo. (SPENCER, 2000, p. 227)

Logo após assentar esse ponto, Spencer coloca dessa forma a questão da superação do capitalismo:

Braverman identificou as tendências à desqualificação com a “abstração do trabalho”. (...) A mensagem-chave de Braverman era de que isto (a emancipação do trabalho) não poderia ser alcançado sem a abolição das relações capitalistas de propriedade. (SPENCER, 2000, p. 233)

Vejamos então o esquema histórico-teórico de Spencer:

CAPITALISMO	PÓS-CAPITALISMO
Trabalho abstrato: degradação/desqualificação do trabalho	Transcendência do trabalho abstrato: emancipação do trabalho

Esse esquema histórico-teórico reaparecerá no próximo texto de Spencer a ser analisado (The Marxian view of work). No início desse capítulo de livro, Spencer trata de marcar a importância conferida por Marx ao trabalho na moldagem da vida humana:

Para Marx, o trabalho não era apenas uma atividade econômica realizada por razões extrínsecas. Era também uma atividade humana essencial que poderia ser uma fonte de desempenho criativo e autorrealização. (SPENCER, 2009, p. 47)

Marx visualizava a capacidade de participação num trabalho criativo como uma parte essencial da natureza humana. (SPENCER, 2009, p. 51)

(Os economistas clássicos) não perceberam o potencial do trabalho para se tornar uma atividade positiva e criativa através da remoção (eliminação) do capitalismo. (SPENCER, 2009, p. 47)

Fica claro que em Marx, na leitura de Spencer, o capitalismo proporciona o surgimento do *potencial* para o trabalho emancipado, que só se consubstanciaria após sua superação histórica. Para nós, na análise marxiana, esse *potencial* proporcionado pelo capitalismo está fundamentalmente ligado ao desenvolvimento das forças produtivas, e caracteriza momento fundamental da natureza autocontraditória do capital. Todavia, na interpretação de Spencer, a autocontraditoriedade desaparece. Acreditamos que essa interpretação é tributária da visão estabelecida no texto anterior, segundo a qual “Marx está em Braverman”. Ora, se “Marx está em Braverman”, e Braverman está inteiramente impregnado de Taylor e Ford, então está anulada a autocontraditoriedade do capital, pois:

A contraditoriedade do capital consigo mesmo está posta por Marx a partir do movimento de negação do trabalho vivo como unidade fundamental do processo de produção, e sua substituição pelo trabalho morto. Sendo assim, como se coloca a natureza autocontraditória do capital quando sua base técnica possui a natureza taylorista/fordista? A resposta é: não se coloca; a forma taylorista/fordista de organizar o processo de trabalho não é contraditória com o capital enquanto relação

social; pelo contrário, o taylorismo/fordismo chancela a forma social capitalista. Uma forma técnica lastreada no trabalho humano, que induz ao emprego de milhares de trabalhadores parciais/desqualificados, é perfeitamente assentada à forma social capitalista; o sonho da eternidade capitalista teria encontrado sua base técnica adequada. (MORAES NETO, 2003, pp. 60-1)

Vejamos como essa anulação da autocontraditoriedade se mostra no Marx de Spencer:

(Sob o capitalismo) o trabalho, ao invés de se constituir no fundamento do desenvolvimento humano, tornou-se um simples meio para a obtenção de um rendimento, e associou-se à labuta sem fim e ao trabalho enfadonho e fatigante (*endless toil and drudgery*). (SPENCER, 2009, p. 51)

Ora, se o trabalho sob o capitalismo assume necessariamente a forma de “*endless toil and drudgery*”, então o mencionado “potencial” permanecerá sempre oculto. E não apenas oculto no sentido de estar presente e as pessoas não conseguirem perceber. Sequer está presente. No entanto, após a superação do capitalismo, o trabalho adquirirá seu caráter emancipador: “Marx argumentou no sentido da abolição do capitalismo a fim de restabelecer (o autor não esclarece de onde surge esse “restabelecer”) o trabalho como uma atividade realizadora e livre.” (SPENCER, 2009, p. 67) Verificamos então que se estabelece novamente, para Spencer, agora lastreado em Marx, o esquema histórico-teórico do texto anterior, inteiramente assentado em Braverman:

CAPITALISMO	PÓS-CAPITALISMO
Trabalho empobrecedor (<i>endless toil and drudgery</i>)	Trabalho como atividade realizadora e livre

Para o esquema histórico-teórico assumido nos dois textos de Spencer (ou seja, presentes, para ele, em Braverman e em Marx), vale colocar a seguinte questão crítica: como passar “daquilo” (trabalho empobrecido no capitalismo) para “isto” (trabalho enriquecido no pós-capitalismo), se *nada* “disto” acontece no capitalismo, só “aquilo”? Teríamos de assumir a emergência histórica súbita de uma *epifania social*, uma revelação súbita de um futuro que nada tem que ver com o presente. E para que este futuro seja alcançado é preciso *aniquilar o presente*, que só tem a oferecer “*endless toil and drudgery*”. Não há dialética alguma aí, mas sim uma esquisita metafísica.

Essa necessidade de *aniquilamento do presente*, até agora manifestada na esfera do trabalho, irá também se revelar no terceiro texto (Work in and beyond...), agora na esfera da tecnologia. Há uma implícita amarração entre as duas esferas, ou seja, a tecnologia deve ser

inteiramente aniquilada por ser toda ela causadora de “endless toil and drudgery”. Trata-se, na verdade, de uma reprodução perfeita da tese que criticamos em *Marx, Taylor, Ford*, e que apresentamos no início deste texto, qual seja, a da “crítica às forças produtivas capitalistas”, agora aplicada às tecnologias digitais, que caracterizam o avanço tecnológico do atual momento histórico. As considerações de Spencer são realizadas como uma crítica às colocações de Brynjolfsson e McAfee no influente livro *A segunda era das máquinas*. Vejamos as citações mais esclarecedoras:

Ao invés de ser alguma força neutra operando pelas costas das pessoas, as tecnologias digitais são fortemente conectadas com as relações de poder. Essas relações, de forma mais direta, influenciam a forma, a direção, e os resultados das tecnologias digitais, inclusive no interior do campo do trabalho. (SPENCER, 2016, p. 3)

(...) os autores não conseguem reconhecer como as tecnologias digitais são produtos de um poder desigual – elas não são neutras enquanto tais; ao invés disso, são criadas, preparadas e reproduzidas sob condições tais que o poder reside no capital, e não no trabalho. (SPENCER, 2016, p. 7)

Na medida em que as tecnologias digitais são usadas com o propósito da produção de mais-valia, elas levarão a resultados que são favoráveis aos empregadores capitalistas e desfavoráveis aos trabalhadores. As tecnologias digitais podem, e frequentemente o são, ser utilizadas para facilitar a exploração, e nesse sentido elas não necessariamente representam algo amigável aos trabalhadores. (SPENCER, 2016, pp. 7-8)

O ponto principal é que as tecnologias digitais não devem ser vistas em termos puramente técnicos e econômicos; ao invés disso, devem ser vistas como definidas política e socialmente. O capitalismo fornece à tecnologia digital uma forma particular. (SPENCER, 2016, p. 14)

Estamos de novo em presença da “crítica às forças produtivas capitalistas”, de tanta força no pensamento crítico nos anos de grande influência maoísta. Para os pensadores dessa posição teórica dos anos 1960/70, se quiséssemos transitar da sociedade capitalista para uma sociedade pós-capitalista, teríamos de inventar novas máquinas, “amigáveis” aos trabalhadores. Agora, teríamos de inventar novas tecnologias digitais, o que inclui todas as máquinas que incorporam essas tecnologias, como robôs, por exemplo, também “amigáveis” aos trabalhadores. Interessante (e sintomático) é que, da mesma forma que observamos nos autores da “crítica às forças produtivas” dos anos 60 e 70 do século XX, quando se exemplificava a inoculação capitalista da tecnologia pelo taylorismo-fordismo, a ilustração de Spencer se dá pelo que chama de “taylorismo digital”, cuja natureza tem que ver com o uso de sistemas digitais para reforçar o controle do trabalho humano pelo capital

e ampliar sua intensidade. Nenhuma palavra sobre sistemas automáticos de manufatura, uso de robôs de forma geral, na indústria e no setor terciário, uso de inteligência artificial e outras dimensões mais atuais da tecnologia. É bastante desajustada a ideia subjacente de taylorização das atividades de trabalho bastante exigentes de qualificação e de capacidade inovativa, como é comum em segmentos produtivos mais avançados, como laboratórios e empresas de *software*, por exemplo.

A inoculação das forças produtivas pelas relações sociais capitalistas exige que, para transformar a sociedade, tenhamos de começar tudo de novo, inclusive repensando a máquina têxtil da primeira Revolução Industrial. Acho que não estaremos exagerando se chamarmos essa tese de “Marxo-Ludista”. A noção fundamental da autocontraditoriedade desaparece totalmente.

Nos dois textos anteriores fica clara a dificuldade presente no raciocínio de Spencer: como os seres humanos podem transitar de uma sociedade capitalista para uma sociedade pós-capitalista se a primeira só oferece a todos “endless toil and drudgery”? De onde a humanidade poderia extrair a informação de que existiria um trabalho possível como atividade realizadora e livre? Por isso, em nossa crítica, imaginamos a necessidade de uma “epifania social”, do súbito surgimento da visão de um futuro que não tem nenhuma ligação com um presente a ser aniquilado. Nesse terceiro texto, a “epifania social”, com aniquilamento do presente, é ainda mais exigente, pois toda a tecnologia desenvolvida ao longo da vigência do capitalismo deve ser destruída, e outra completamente diferente deverá ser inventada. Surge uma agravante, porém: a sociedade a ser aniquilada só se fortalece com o progresso tecnológico nela gerado, pois “as tecnologias digitais refletem e reforçam as relações sociais capitalistas” (SPENCER, 2016, p. 15).

Realmente não é possível entender as possibilidades de transformação: todo o trabalho e toda a tecnologia encontram-se inteiramente impregnados da perversidade da forma social capitalista; tudo tem de ser jogado fora, aniquilado; o futuro não surge do presente, mas sim de sua aniquilação; todavia, a sociedade que impregna tudo de sua perversidade imanente só se reforça ao progredir. Talvez percebendo o “beco sem saída” em que se colocou, Spencer realiza, de forma inteiramente *ad hoc*, as seguintes observações ao final do texto:

De forma radical, a mudança para um sistema de empresas de propriedade dos trabalhadores deve ser vista como a única maneira de a sociedade realizar plenamente os benefícios das tecnologias digitais. (SPENCER, 2016, p. 15)

Ora, quais são esses “benefícios” que não são realizados “plenamente” dentro do capitalismo? Eles existem, podem ser visualizados, ainda que parcialmente, dentro do sistema capitalista? Mas a

tecnologia não estava inteiramente inoculada pela perversidade da forma social capitalista? O autor parece não ter percebido que a entrada inteiramente *ad hoc* desses benefícios destrói toda sua argumentação.

A observação final do autor vai também na direção inglória da fuga do “beco sem saída”:

Apenas desfeticizando as tecnologias digitais – i.e., vendo-as em seu contexto político adequado – é possível observar as barreiras e as oportunidades para o *human flourishing* nas sociedades tecnologicamente avançadas de hoje e do futuro. (SPENCER, 2016, p. 15)

Ora, se toda a tecnologia contemporânea está inteiramente inoculada da perversidade do regime do capital, não há como identificar inicialmente as “oportunidades” e posteriormente as “barreiras”; toda a tecnologia tem é de ser inteiramente destruída para que uma nova sociedade possa brotar. A identificação de tais “barreiras e oportunidades” exige que se supere conceitualmente, de forma radical, a prisão ao Marxo-Ludismo.

3- Identificando “oportunidades”

Coloquemos inicialmente algumas citações representativas das principais transformações na estrutura do trabalho que ocorreram nos países de capitalismo desenvolvido a partir das duas últimas décadas do século XX, quando então conseguimos nos livrar da mediocridade taylorista-fordista:

As oportunidades de emprego irão crescer, mas o crescimento do emprego será maior nas ocupações de maior nível de qualificação, nas quais os computadores irão complementar o pensamento especializado e a comunicação complexa para produzir novos produtos e serviços. (LEVY; MURNANE, 2004, p. 93)

(...) o acréscimo na demanda relativa por trabalhadores qualificados está fortemente correlacionado com os avanços da tecnologia, particularmente as tecnologias digitais (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2011, p. 41).

Como temos visto, as forças do crescimento econômico causam agora uma demanda crescente por trabalhadores altamente qualificados, enquanto reduzem a demanda por trabalhadores menos qualificados. (LEVY; MURNANE, 2004, p. 155)

(Exercer uma atividade de trabalho exigente de qualificação, impregnada de conteúdo) é a maior recompensa oferecida pelas economias mais avançadas. (PHELPS, 2008, p. 102)

Nossa consideração sobre os desdobramentos dessa evolução recente do trabalho já foi explicitada anteriormente:

O que nos interessa marcar aqui é que, para Marx, o desenvolvimento da sociedade humana exige que seja abolido

todo o trabalho que não contribua decisivamente para a “autorrealização do indivíduo”. Ora, como a “humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver” (MARX, 1974, p. 136), dever-se-ia buscar, no interior do próprio capitalismo, em sua evolução histórica, o próprio encaminhamento da “abolição do trabalho” e da afirmação do trabalho como atividade, algo “atraente”, “autorrealização do indivíduo”. Ora, é exatamente isso que vem ocorrendo nos países de economia mais avançada, conforme nos revelam análises empíricas mais recentes. (...) Resta saber quais os desafios postos pela situação atual. Para o regime do capital, a pergunta seria: uma forma social fundada na produção mercantil com vistas à obtenção de lucro tem capacidade de proporcionar, de uma maneira geral, a conquista de um trabalho autorrealizador? A própria natureza da produção voltada para o lucro não dificultaria o processo por ela encetado de busca de um trabalho impregnado de sentido? (...) o que estamos querendo dizer é que o próprio regime do capital abre potencialidades, já vivenciadas, de uma vida mais rica, ligada a um trabalho “atraente”, mas se transforma, ao mesmo tempo, num empecilho ao pleno desenvolvimento dessas potencialidades. Sendo assim, deparamo-nos com a ilustração histórica de uma noção marxiana de grande importância, a da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, amortecida durante a maior parte do século XX em função da forte presença da mediocridade taylorista-fordista. (MORAES NETO, 2014, pp. 96-7)

As pesquisas mais recentes sobre trabalho e tecnologia, algumas voltadas explicitamente à sondagem do futuro próximo, têm reforçado essa linha de argumentação. Vejamos algumas citações relevantes:

O impacto da computadorização sobre o mercado de trabalho está bem estabelecido na literatura, documentando o declínio do emprego em ocupações dotadas de elevado grau de rotina, isto é, ocupações consistentes principalmente de tarefas que seguem procedimentos bem definidos, que podem facilmente ser executados por algoritmos sofisticados. (FREY; OSBORNE, 2013, p. 2)

(...) as tarefas manuais das ocupações em serviços são menos suscetíveis de computadorização, na medida em que requerem um maior grau de flexibilidade e adaptabilidade física. (...) a tendência corrente se dá no sentido da polarização do mercado de trabalho, com emprego crescente em empregos cognitivos de rendimento elevado e ocupações manuais de baixo rendimento, acompanhada de um esvaziamento dos trabalhos rotineiros de renda média (FREY; OSBORNE, 2013, p. 3).

Essa bastante conhecida tendência do progresso tecnológico de nosso tempo de levar à polarização, com fortalecimento das ocupações nos dois extremos da estrutura ocupacional e esvaziamento da camada intermediária, será posta em xeque pelos futuros desenvolvimentos da tecnologia digital:

Historicamente, a computadorização tem sido amplamente confinada às tarefas rotineiras, sejam manuais ou cognitivas, que envolvem atividades baseadas em regras explícitas. Em função dos avanços tecnológicos recentes, todavia, a computadorização está agora se espalhando em direção a domínios comumente definidos como não rotineiros. (FREY; OSBORNE, 2013, p. 15)

À medida que os custos dos robôs caem e as capacitações tecnológicas se expandem, pode-se esperar que os robôs substituam gradativamente os trabalhadores numa ampla gama de ocupações de baixo salário nos serviços (...). Isto significa que muitos dos empregos manuais de baixo salário, que previamente haviam sido protegidos da computadorização, podem diminuir ao longo do tempo. (FREY; OSBORNE, 2013, p. 22)

O estudo que estamos citando de Carl Frey e Michael Osborne, de 2013, que teve grande impacto na literatura sobre trabalho e tecnologia, coloca dessa forma suas principais conclusões:

De acordo com nossa estimativa, 47% do total de emprego nos Estados Unidos apresentam elevado risco de computadorização, significando que ocupações associadas são potencialmente automatizáveis daqui a um número não especificável de anos, talvez uma década ou duas. (FREY; OSBORNE, 2013, p. 38)

A computadorização das ocupações na produção simplesmente sugere a continuidade de uma tendência que tem sido observada ao longo das últimas décadas, com os robôs industriais assumindo as tarefas rotineiras da maioria dos trabalhadores da manufatura. À medida que os robôs industriais estão se tornando mais avançados, com sentidos e destreza incrementados, eles estarão aptos a exercer um leque mais amplo de atividades manuais não-rotineiras. (FREY; OSBORNE, 2013, p. 38)

A tabela 4 revela que ambos, salários e nível de educação, exibem uma forte relação negativa com a probabilidade de computadorização. Nós observamos que essa predição implica suspender a tendência corrente no sentido de uma polarização do mercado de trabalho (...). Ao invés da redução da demanda por ocupações de média renda, que tem sido o padrão ao longo das últimas décadas, nosso modelo prediz que a computadorização principalmente substituirá os empregos de baixa qualificação e baixos salários no futuro próximo. Em contraste, ocupações de elevada qualificação e elevado salário são os menos suscetíveis de computadorização. (FREY; OSBORNE, 2013, p. 42)

Nossas descobertas implicam, portanto, que, à medida que a tecnologia avança, os trabalhadores de menor qualificação serão realocados para tarefas que não sejam suscetíveis de computadorização, i.e., tarefas que requerem criatividade e inteligência social. Para que os trabalhadores vençam essa

corrida, terão de adquirir criatividade e habilidades sociais.
(FREY; OSBORNE, 2013, p. 45)

As observações finais de Frey e Osborne corroboram a recomendação de empregabilidade futura feita por Brynjolfsson e McAfee no livro já mencionado: “Nossas recomendações sobre como as pessoas podem continuar sendo trabalhadores de conhecimentos valiosos na nova era das máquinas são diretas: trabalhe para melhorar as habilidades de ideação, reconhecimento de padrões de amplo escopo e comunicação complexa.” (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2015, pp. 219-20)

Parece-nos bastante claro que as pesquisas empíricas e os estudos prospectivos não corroboram a visão Marxo-Ludista. Antes pelo contrário, o que se observa é o surgimento extremamente significativo das “oportunidades” (que surgiram *ad hoc* em Spencer). Desaparece, então, a “epifania social”. A evolução do modo de produção capitalista, pelo incessante desenvolvimento das forças produtivas, recentemente revigorado pela microeletrônica, permite à humanidade se informar concretamente sobre a possibilidade efetiva de existência de um trabalho impregnado de conteúdo, desenvolvedor das individualidades. A construção do futuro implica transformar essa possibilidade já visualizada dentro do capitalismo em efetividade. Para lembrarmos de novo a ideia de Marx em epígrafe, a humanidade já pode resolver essa tarefa. Para isso, é necessário identificar as “barreiras” (que também surgiram *ad hoc* em Spencer), que impedem que a possibilidade se transforme em efetividade. Não é necessário, portanto, aniquilar o presente, mas sim superá-lo.

4- A superação da “epifania social”; o capitalismo como etapa histórica fundamental de aprendizagem

Esse último item tem a intenção apenas de deixar marcada uma linha crítica de investigação e de intervenção política ajustada ao presente, e muito especialmente ao futuro próximo do capitalismo. A questão que nos parece pertinente é: quais os limites que a forma social capitalista coloca para que o trabalho potencialmente realizador e livre se torne efetivo? Para isto, precisamos perscrutar a natureza do trabalho impregnado de conteúdo quando submetido às relações capitalistas de produção. Uma boa ilustração deste percurso nos é fornecida por Brendan Stone em seu artigo *Will the “knowledge economy” save us?*, de 2013, que se debruça sobre a natureza do trabalho em locais intensivos em conhecimento (*knowledge workplaces*), definidos como “locais de trabalho nos quais aos empregados não-taylorizados é fornecida relativa autonomia para buscar a realização de tarefas que envolvem conhecimento tácito ou codificado, além de criatividade, frequentemente da concepção até a execução” (STONE, 2013, p. 2). Vejamos as principais observações:

A estrutura oferecida pelos estudos de Hunt e Kunda sugere que os trabalhadores não necessariamente trabalham de forma intensa, dedicando longas horas à companhia, porque assim o querem, mas porque necessitam fazê-lo por duas razões: eles estão inseguros, e caíram sob o controle normativo da companhia. Uma análise dos locais de trabalho intensivos em conhecimento sugere que o conflito entre os desejos dos trabalhadores e sua carga de trabalho dentro da dinâmica capital-trabalho leva à alienação do trabalho no sentido tradicional, e também à alienação de suas emoções e criatividade. (STONE, 2013, p. 7)

O potencial de alienação no local de trabalho intensivo em criatividade permanece existente porque os trabalhadores “criativos” permanecem trabalhadores, dependentes de um capitalista para a obtenção de salários, e subordinados a uma estrutura de gerenciamento. Seja forte ou não o controle da gerência, ao final, os empregados estão trabalhando para satisfazer interesses que não são os seus próprios. (STONE, 2013, p. 8)

A insegurança dos trabalhadores do conhecimento os leva a aceitar sobretrabalho não desejado e perigoso. (STONE, 2013, p. 9)

Se pensarmos no que os estudos empíricos nos informam sobre a natureza do trabalho nos países de capitalismo desenvolvido no momento atual, e muito especialmente no futuro não muito distante, teremos de admitir que as observações feitas por Brendan Stone são extremamente relevantes. É justamente nos locais onde o regime do capital emprega pessoas com elevado nível de qualificação profissional e elevado grau de envolvimento pessoal com sua atividade de trabalho, coisa que se tornará cada vez mais presente, que nos defrontaremos com as limitações inerentes à forma capitalista de organização da sociedade. As limitações do capitalismo ao desenvolvimento humano não aparecem na forma taylorista-fordista, é claro, pois aí não existe qualquer potencialidade de desenvolvimento humano, como ficou claro com os terríveis desdobramentos do uso do taylorismo pelo projeto socialista soviético. Como o capitalismo tratou de dar o merecido fim histórico ao taylorismo-fordismo, que, moribundo, só subsiste historicamente por meio da extremada mediocridade de experiências como as da Foxconn na China, então é imperioso que a análise crítica do capitalismo também enterre definitivamente esse desvio medíocre das forças produtivas capitalistas. É preciso localizar o debate crítico no *locus* mais avançado da produção capitalista, onde se localizam justamente aqueles trabalhadores que aprenderam por sua experiência que um trabalho verdadeiramente livre, autônomo, impregnado de conteúdo, que permite o desenvolvimento das individualidades, é possível, pode ser visualizado e quase tocado com as mãos, mas é impedido de se concretizar pela permanência de uma forma

atrasada de organização da sociedade, qual seja, o capitalismo. Lembrando conhecida observação contida no *Manifesto comunista*, o capitalismo se defrontará crescentemente com o fato de que cria civilização demais para sua demasiada estreiteza.

Referências bibliográficas

BRAVERMAN, H. - *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. *A segunda era das máquinas: trabalho, progresso e prosperidade em uma época de tecnologias brilhantes*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015

_____; _____. *Race against the machine: how the digital revolution is accelerating innovation, driving productivity, and irreversibly transforming employment and the economy*. Lexington, Massachusetts: Digital Frontier Press, 2011.

CORIAT, B. *Ciência, técnica y capital*. Madri: H. Blume Ediciones, 1976.

FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?* Oxford Martin School: University of Oxford, 2013.

GORZ, A. - Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes. In: GORZ, A. et alii. *Divisão do trabalho, tecnologia e modo de produção capitalista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LEVY, F.; MURNANE, R. J. *The new division of labor: how computers are creating the next job market*. Nova York/Princeton/Oxford: Russell Sage Foundation/Princeton University Press, 2004.

LINHART, R. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

MORAES NETO, B. R. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã Editora, 2003.

_____. Emprego e trabalho no início do século XXI: revisitando Keynes e Marx. *Caderno CRH*, v. 27, n. 70, jan./abr. 2014.

PHELPS, E. S. Corporatism and Keynes: his Philosophy of Growth. In: PECCHI, L.; PIGA, G. (Ed.). *Revisiting Keynes: economic possibilities for our grandchildren*. Cambridge Massachusetts/London: The MIT Press, 2008.

SPENCER, D. A. Braverman and the contribution of labour process analysis to the critique of capitalist production – twenty-five years on. *Work, Employment & Society*, 2000.

_____. *The political economy of work*. Londres/Nova York: Routledge, 2009.

_____. Work in and beyond the second machine age: the politics of production and digital technologies. *Work, Employment & Society*, June 2016. Disponível em: <<http://eprints.whiterose.ac.uk/97294/>>, acessado em 15 dez. 2018.

STONE, B. Will the “Knowledge economy” save us? *Zero Anthropology*, Nov. 2013. Disponível em: <<https://zeroanthropology.net/2013/11/11/will-the-knowledge-economy-save-us/>>, acessado em 15 dez. 2018.

Como citar:

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Processo de trabalho e relevância futura da crítica ao capitalismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 11-27, abr. 2019.

Data de envio: 25 fev. 2019
Data de aceite: 28 mar. 2019

La importancia de la historia para comprender el trabajo y sus transformaciones

Marina Kabat¹

Resumo:

Com base em pesquisas empíricas anteriores, revisamos o debate sobre o processo de trabalho marxista com base nas contribuições mais recentes de estudiosos argentinos e brasileiros. Afirmamos a importância de levar em conta o papel da natureza nas transformações do trabalho e suas diferentes temporalidades. Argumentamos que o esquecimento da influência da natureza no caminho das mudanças do processo de trabalho leva a concepções simplificadas e unilineares da organização do trabalho. Essas visões tendem a caracterizar a base técnica da sociedade capitalista em um determinado momento, baseado apenas no processo de trabalho predominante em um único setor da economia capitalista.

Palavras-chave: Processo de trabalho; desqualificação; taylorismo; marxismo; grande indústria; regulacionismo; lutas dos trabalhadores.

The importance of history to understand labor and its transformations

Abstract:

On the basis of previous empirical research, we review the Marxist labor process debate focusing in the latest contributions from Argentine and Brazilian scholars. We state the importance of taking into account the role of nature in work's transformations and its different temporalities. We argue that the oblivion of the influence of nature in the path of the labor process' changes leads to simplified and unilineal conceptions of labor organization. These views tend to characterized the hole technical base of the capitalist society in a certain moment only upon the labor process prevalent in just a single sector of capitalist economy.

Key words: labor process; deskilling; Taylorism; Marxism; large scale industry; regulationism; workers' struggles.

Algunas cuestiones metodológicas iniciales

Trabajo es toda actividad humana orientada a un fin. En esa actividad, es decir en el proceso de trabajo, el hombre interactúa con la naturaleza y, al hacerlo, modifica la naturaleza y así mismo como parte de

¹ Professora da Universidad de Buenos Aires (UBA) e pesquisadora do Centro de Estudios e Investigación en Ciencias Sociales (CEICS). *E-mail:* marinakabat@yahoo.com.ar.

ella. Mediante el trabajo el hombre actúa sobre y modifica el medio ambiente, al mismo tiempo que transforma su propia naturaleza humana. Como tempranamente planteó Engels, el trabajo hizo al hombre (ENGELS, 1975).² Una primera derivación de esto es el carácter esencial del trabajo a la naturaleza humana y, por ende, la centralidad del problema de su alienación.

De esta definición de proceso de trabajo surge que el mismo no es una actividad unilateral del ser humano. La naturaleza, ofrece resistencia a su transformación. Esta resistencia es diferente en distintas actividades. En artículos anteriores hemos defendido los estudios de proceso de trabajo por rama de actividad como propuesta metodológica capaz de superar al mismo tiempo estudios a nivel micro de empresas individuales y concepciones demasiado generales (SARTELLI; KABAT, 2014). Pero, esta propuesta no solo se fundamenta en la necesidad de escoger el nivel de análisis más adecuado para articular la descripción cualitativa y cuantitativa. El estudio por ramas económicas también se funda en las diversas temporalidades de las transformaciones de los procesos de trabajo, producto de estos diversos grados de resistencia que la naturaleza opone a su transformación por el trabajo humano. Por ejemplo, no avanza del mismo modo la transformación de actividades que pueden realizarse en forma masiva (moler el trigo, por ejemplo), frente a otras que requieren el trabajo humano sea ejercido sobre cada unidad (fabricación de ropa o automóviles, por ejemplo). Estos ejemplos muestran que los procesos de trabajo no mudan solo al ritmo de la inventiva y la voluntad humana, sino que estas chocan con la multiforme materialidad de la naturaleza, en algunos casos más maleable que en otros a la acción humana. Esto explica que ciertas ramas presenten un importante rezago respecto a otras en cuanto a la transformación de los procesos de trabajo.

Del mismo modo, los procesos por los cuales la naturaleza se transforma partir del trabajo humano, siendo como son procesos materiales, tienen una temporalidad determinada. Esto constituye una fuerte barrera a la modificación de los procesos de trabajo en ciertas ramas. El hombre debe violentar con el concurso de la ciencia esos tiempos naturales. Por ejemplo, debe modificar la producción de vegetales alterando los ritmos de germinación. Lo mismo ocurre con el curtido de cueros, secado de maderas, fabricación de quesos y vinos. Los primeros materiales con los que el hombre trabaja son los disponibles en la propia naturaleza, baste recordar los múltiples usos que la clara de huevo mantuvo, aún en el siglo veinte, en los más diversos procesos industriales.

² Esta correcta tesis de Engels fue recuperada con mayor información científica por Stephen Jay Gould (1996).

El desarrollo de la ciencia, en particular el desarrollo de la química permite la creación de nuevos materiales con procesos de actuación más limitados.

A diferencia de concepciones sociológicas en boga en diferentes momentos, Marx brinda un abordaje histórico a la transformación de los procesos de trabajo. Este enfoque es útil para comprender cualquier actividad laboral, desde la prostitución (LÓPEZ RODRÍGUEZ, en prensa), la fabricación de automóviles (HARARI, 2019; RODRIGUES DE MORAES NETO, 2003), la producción rural (SARTELLI; KABAT, 2009), la gastronomía (SARTELLI, 2001), las tareas de reciclaje informal de cartón (VILLANOVA, 2017). Este abordaje permite distinguir tanto las diferencias materiales en la forma de ejecutar el trabajo como los cambios que estas engendran en la relación capital trabajo (subsunción formal y real).

Como los conceptos marxistas son poco conocidos, y muchas veces hasta confundidos con los conceptos regulacionistas, en los próximos acápite reseñamos sus rasgos principales, ejemplificando con algunos estudios realizados en el grupo de investigación que coordinamos junto con Eduardo Sartelli. Pasamos luego a discutir las tendencias fundamentales de los procesos de trabajo bajo el capitalismo. Planteamos que las concepciones que se plantean como superadoras carecen de un adecuado entendimiento de los planteos de esta teoría y confunden aseveraciones de Braverman con las del propio Marx. Finalmente, sostenemos que tanto Braverman como los regulacionistas carecen de una adecuada comprensión histórica de los procesos que estudian, perspectiva que, en las conclusiones convocamos a recuperar.

De la cooperación simple a la manufactura

La primera forma que asume el trabajo bajo el capitalismo es la cooperación simple.³ En principio, ésta implica sólo un cambio cuantitativo en tanto conduce a un aumento de los obreros que trabajan juntos para el mismo patrón efectuando las mismas tareas o algunas de naturaleza semejante. Sin embargo, a pesar de que no se modifica la forma de realizar el trabajo, operan ciertas transformaciones. Por un lado, en la jornada de trabajo de un grupo relativamente grande de obreros se compensan naturalmente las diferencias que puede haber entre ellos y, en conjunto, se obtiene una jornada de trabajo social medio.

A la vez, se revolucionan las condiciones objetivas del proceso de trabajo, mediante el uso colectivo de los medios de producción, lo que deriva en una economía de recursos. Al mismo tiempo, algunas actividades resultan más productivas, es decir consumen menos trabajo social al realizarse mediante la colaboración de muchos obreros, aunque no

³ En esta sección seguimos la formulación de Marx (MARX, 1999, t. I, v. 2, caps. 11-13).

aparezca aun la división de tareas. Esto ocurre, por ejemplo, con el traslado de objetos, puesto que estos recorren el mismo espacio en menos tiempo al formarse una cadena humana. Con la cooperación de muchos asalariados se torna necesaria la función directiva. El capital ejerce esta función de un modo despótico. Como los obreros sólo cooperan tras haber vendido su fuerza de trabajo, el producto de esa cooperación no les pertenece; la fuerza productiva del trabajo social se transforma en fuerza productiva del capital y aparece como si brotara de éste.

Con la manufactura surge una nueva forma de cooperación, ya de tipo complejo, basada en la división del trabajo sistemática y permanente. Anteriormente, en forma ocasional podía establecerse alguna forma de división de tareas, pero esta no llegaba a constituir una forma fija. En cambio, con la manufactura, las tareas se dividen y asignan en forma permanente a distintas personas. Las personas fijadas a sus puestos de trabajo parcelarios se especializan, perfeccionándose en la tarea que realizan.

El obrero manufacturero, realiza con virtuosismo y velocidad su tarea, a la cual adapta su cuerpo y su psiquis, a costa de la pérdida de otras capacidades y habilidades. Ciertos músculos se hiperdesarrollan mientras otros se atrofian. El conjunto del cuerpo del obrero se transforma en virtud de su trabajo parcelario. Al mismo tiempo, el obrero que realiza una sola tarea usa una sola herramienta: la especialización del obrero conduce la especialización de las herramientas. Estas, son modificadas para servir mejor a una única actividad. En el período manufacturero, las herramientas se simplifican, diferencian y adaptan a las distintas operaciones parciales. Todo esto favorece el proceso ulterior de mecanización que, sin embargo, implica la negación del sistema de trabajo basado en el obrero manual y su herramienta.

Podemos encontrar dos tipos de manufactura: orgánica, cuando consiste en la unión de productos independientes, como en el caso de la producción de relojes, y heterogénea, cuando el producto debe pasar por una serie de procesos consecutivos, como en la fabricación de calzado. En ambas formas de manufactura, se asigna un determinado número de obreros para cada tarea parcial; reaparece así, dentro de éstas, la cooperación simple. El número de los obreros destinados a cada operación guarda una relación proporcional, calculada en base a la experiencia. Del mismo modo, se establece la cantidad de productos que cada una de estas secciones debe suministrar en un determinado tiempo, con lo que se logra una regularidad, continuidad e intensidad superior del trabajo. Estas características, convierten en una ley técnica del proceso de producción el que el capitalista obtenga de sus obreros el trabajo socialmente necesario.

La manufactura emplea, ocasionalmente, maquinaria, generalmente para trabajos masivos que requieren gran energía, pero ésta sigue siendo un elemento secundario dentro del proceso productivo. Por ejemplo, en la fabricación de calzado durante su etapa manufacturera en la Argentina, hasta la primera década del siglo veinte, se utilizaban pocas máquinas; la principal servía para cortar y aplanar suelas, tarea sumamente pesada y que, a la escala de producción manufacturera, hubiera demandado un descomunal gasto de mano de obra de realizarse en forma manual, por lo que fue una de las primeras máquinas que se introdujeron.

El obrero colectivo, que es el mecanismo vivo de la manufactura, está compuesto por los obreros parciales. Sus distintas funciones requieren diferentes grados de calificación de la fuerza de trabajo, por lo que se crea al interior de ésta una jerarquía que se ve reflejada en los salarios. Si no hubiera división del trabajo todos los obreros deberían contar con la fuerza y el conocimiento suficientes para realizar todas las tareas dentro del proceso de trabajo y sus salarios reflejarían este hecho. Pero, el capital paga a cada obrero un salario en función de la calificación necesaria para la operación que realiza. De esta manera, el capitalista logra reducir el costo de la fuerza de trabajo, remunerando a cada trabajador sólo por la calificación exacta que requiere para llevar a cabo su tarea. A la vez, se logra que quienes están en la cúspide de esa jerarquía y reciben los salarios más altos, no empleen tiempo (caro) en realizar actividades simples. Esto, conocido como principio de Babbage, permite disminuir la suma de salarios pagados por el empleador, aun cuando algunos obreros pocos obreros reciben salarios más altos que los que percibirían de otro modo.

En forma complementaria, al desmembrarse el trabajo en sus distintas operaciones, aparecen algunas de ellas que no requieren ningún adiestramiento previo. De esta manera, también la ausencia de calificación se convierte en una especialidad dentro de la manufactura; surge así la figura del peón, si bien su importancia se encuentra limitada en esta etapa por la preeminencia de los obreros calificados.

Una maraña de formas transicionales

La manufactura moderna se define por una progresiva mecanización de tareas, sin que éstas lleguen a conformar un sistema de máquinas. Más allá de estas proposiciones, muy poco puede afirmarse en un plano general, lo que queda son las múltiples formas en que esto se manifiesta. Existen casos sencillos, como los frigoríficos argentinos en la década del veinte en los que encontramos un proceso de mecanización periférico (TARDITTI, 1999). Sin embargo, la mayoría de los casos resultan más complejos: Marx mostró cómo, en un primer momento, al

introducirse maquinaria era posible reproducir las condiciones de producción artesanales; en tanto este sistema no se generalizaba, era posible que un productor independiente que contaba con maquinaria, compitiera favorablemente contra manufacturas que empleaban muchos más obreros (MARX, 1982, pp. 163-6). Algo semejante ocurre en la fabricación de calzado cuando, a finales de la década del veinte, se comienza a implementar en el país el sistema de vulcanizado. Este sistema que permite pegar en forma automática el corte (la parte de arriba del calzado), con la suela y la plantilla, pronto va a dar forma a una gran industria propiamente dicha. Pese a ello, en un momento inicial este sistema favorece el desarrollo de una forma híbrida de manufactura moderna. Las primeras unidades productivas que adoptaron este sistema combinaron en sus talleres el proceso de vulcanizado, propio de la gran industria, con el trabajo manual en la mayoría de las operaciones previas. Esta combinación resultó posible porque fueron los productores más atrasados los primeros en incorporar este nuevo método, el cual les permitía con un costo relativamente reducido competir e incluso aventajar a las fábricas de mayor tamaño. Por el contrario, los grandes productores, cuyas empresas se hallaban inicialmente más mecanizadas tardaron en adoptar el nuevo sistema porque éste dejaría en desuso juegos completos de máquinas que quizás no habían sido aún amortizadas (KABAT, 2005; 2008).

El panorama resulta aún más complejo cuando la producción mecanizada, es decir la gran industria, cobra una mayor proyección en el conjunto social. En ese punto, las actividades que aún conservan una forma manufacturera pueden proveerse de insumos generados por la gran industria, que acortan los tiempos de trabajo. Las grandes cadenas de *fast food*, constituyen un ejemplo de este tipo de manufactura moderna, cuya productividad depende en gran medida del empleo de insumos preelaborados por la gran industria. McDonalds, por ejemplo, incluso utiliza una variedad de papas especialmente modificada genéticamente para facilitar su cocción en este tipo de locales gastronómicos (SARTELLI, 2001). Vemos aquí que opera entre distintas ramas económicas un desarrollo desigual y combinado. Estas formas de articulación particulares aparecen también en el desarrollo de diferentes ramas económicas en distintos países (SARTELLI; KABAT, 2016).

La gran industria

La gran industria se caracteriza por la aparición ya no de una máquina aislada, como puede ocurrir en la manufactura moderna, sino de un sistema de máquinas. Las máquinas no constituyen un elemento simple

del proceso productivo, tal como ocurría durante la manufactura. En cambio, representan, una base técnica unificada. Eso se logra en un primer momento por el empleo de una misma fuerza motriz y por el mecanismo de transmisión de ésta que también, en parte, es común a todas las máquinas. El corazón de la fábrica ya no es el obrero colectivo, sino el sistema de máquinas.

Podemos diferenciar dos tipos de sistemas de máquinas: uno, producto de la combinación de máquinas homogéneas, cada una de las cuales efectúa la totalidad del proceso de trabajo. El segundo caso es el sistema de máquinas propiamente dicho, que realiza una serie conexa de procesos graduales distintos, obrados por máquinas heterogéneas, pero complementarias entre sí. En ambos casos, éste constituye un gran autómatas, siempre que esté movido por la misma fuerza motriz. Encontramos una nueva variante cuando el proceso se vuelve automático. Antes de alcanzar esta etapa técnica, algunas máquinas podían requerir el concurso del obrero para realizar sus movimientos. En ocasiones, éste debía manipular ciertas partes de la máquina como si se tratara de una herramienta. Nos hayamos frente a un sistema automático, en cambio, cuando la maquinaria efectúa todos los movimientos necesarios para la elaboración de la materia prima y sólo requiere la asistencia ulterior del obrero. Un sistema automático puede a su vez perfeccionarse en ese sentido, por ejemplo, mediante la introducción de un mecanismo en la hiladora mecánica que hace que ésta se detenga al romperse un hilo. No obstante, veremos que esta tendencia a la optimización no es exclusiva de los sistemas automáticos. Bajo el predominio de la gran industria, el proceso de trabajo tiende a ser revolucionado en forma continua. Ninguna forma de división del trabajo es considerada eterna. Por el contrario, éstas son permanentemente reformuladas. Aquí vemos fusionarse tareas distintas en una sola máquina, mientras que en otros sitios se disuelven procesos anteriormente realizados juntos.

Al analizar el proceso productivo en sus partes componentes e intentar resolver estos pasos con el concurso de la ciencia, la gran industria tiende a reducir la diferencia que existe entre proceso productivo y proceso de trabajo. El proceso de trabajo, definido como el tiempo en el cual se añade valor al producto es parte del proceso de producción. En muchas industrias hay momentos en los que no se incorpora trabajo al producto, sino que se deja transcurrir al tiempo a la espera de que sucedan determinados procesos químicos o naturales. Estos momentos son parte del proceso productivo, pero no del proceso de trabajo. La agricultura y la producción de vinos y otras bebidas alcohólicas son casos paradigmáticos, pero muchas otras actividades tienen en menor escala estos tiempos muertos en los que no se añade valor al producto. Cuanto mayores sean

estos tiempos muertos, más grande será también la diferencia entre proceso productivo y proceso de trabajo. La gran industria tiende a violentar estos tiempos naturales y, de esta manera, logra una mayor continuidad del proceso trabajo y aumenta la velocidad de rotación del capital. La forma en que la gran industria violenta estos tiempos naturales resulta más evidente en la producción de bienes agropecuarios, donde se han gestado importantes transformaciones en este sentido al conseguir, por ejemplo, dos cosechas anuales. En otras industrias ocurre lo mismo, aunque en forma menos dramática: en la fabricación de calzado se mojaban las distintas partes que componen los zapatos antes de adherirlas a la horma para facilitar que adquirieran su forma, luego se tenía que dejar secar esos pares. En la década del treinta se introducen en la Argentina secaderos, que aceleran este proceso, reduciendo el tiempo de producción y haciendo más continuo el trabajo (KABAT, 2005; 2008).

Las leyes que rigen el trabajo bajo el sistema capitalista

Estos cambios en el proceso de trabajo han sido posibles dentro del sistema capitalista, cuya lógica los ha impulsado. Ocasionalmente, en sistemas sociales previos, pudo desarrollarse, en algunas actividades específicas y en forma eventual, la manufactura. Pero, la manufactura como forma de trabajo dominante corresponde al capitalismo, al igual que el régimen de la gran industria que es, como vimos, el régimen de trabajo específicamente capitalista, por lo que no tiene correlato en etapas históricas anteriores.

Bajo el capitalismo, el objetivo de la producción no es crear un bien, sino una mercancía que ha de venderse con una ganancia para el capitalista. Bajo el capitalismo, el trabajador es un obrero, un asalariado que percibe por su trabajo un valor inferior al que él ha creado. Esta diferencia entre el valor creado y el percibido por el obrero, la plusvalía, es apropiada por el capitalista, es su ganancia, pero sólo la obtiene tras haber vendido su mercancía en el mercado. Aquí entramos en la esfera de la circulación, de la competencia, donde el capitalista se enfrenta a otros capitalistas, el lugar donde el empresario puede realizar la plusvalía. De esto surge la unión del proceso de producción y proceso de valorización dentro del sistema capitalista, ambos regidos por la ley del valor. Se comprende, también, que el objetivo del proceso de producción y, por ende, del proceso de trabajo es la obtención de plusvalía.

Una mayor plusvalía puede obtenerse aumentando la jornada de trabajo o intensificándola (condensando más trabajo en igual tiempo) o sea aumentando el volumen de trabajo por sobre el tiempo de trabajo necesario (aquel que se requiere para que el obrero produzca valor

equivalente al de su fuerza de trabajo -el de su reproducción). Pero esta posibilidad, empleada por sí sola choca pronto con fuertes limitaciones.

En cambio, si el aumento de la plusvalía se obtiene reduciendo el tiempo de trabajo necesario, por vía de aumentar la fuerza productiva del trabajo social (igual trabajo genera más productos) el valor de los productos individuales disminuye y, en la medida que entran en el consumo de la clase obrera, desciende también el valor de la fuerza de trabajo, de este modo se abrevia el tiempo de trabajo necesario, aumentando la plusvalía que, en este caso, llamamos relativa. Los distintos sistemas de trabajo: cooperación simple, manufactura y gran industria son distintas formas de aumentar la fuerza productiva del trabajo, por ello se constituyen bajo el capitalismo en distintas fuentes de obtención de plusvalía relativa.

Dos tendencias se desarrollan a través de estas distintas formas: la descalificación del trabajo y a la separación entre su concepción y ejecución. Ambas se realizan de manera diferente en la manufactura y en la gran industria.

A diferencia de otros animales cuyo trabajo es instintivo y no presupone una elaboración mental, el trabajo humano implica siempre una planificación. Pero precisamente esto es lo que permite que la tarea de concebir el trabajo pueda ser separada de su ejecución. Dentro de la manufactura esta separación está dada por la división del trabajo: es el capitalista quien concibe la forma de organizar el trabajo al disponer la fragmentación de tareas. A la vez, es él quien asume la función de dirección y coordinación necesarias al convertirse el trabajo en un sistema complejo basado en la articulación de tareas parciales de distinta índole. Al extremarse la división del trabajo, esta separación entre la concepción y la ejecución del trabajo resulta más evidente. Sobre todo, cuando el capitalista comienza a contratar especialistas para el diseño de la organización del trabajo. Estos especialistas llegan a estudiar y cronometrar las distintas operaciones del obrero, subdividirlas y a indicar al operario exactamente qué movimientos ha de realizar. A su vez, esta misma división del trabajo implica una descalificación del obrero, en tanto restringe los conocimientos, pericias y habilidades que poseía.

En la gran industria, en cambio, la descalificación actúa por medio de la mecanización: el saber, la fuerza pericia o habilidad del obrero pasan a la máquina, mientras las calificaciones de los obreros tienden a igualarse en su nivel más bajo. Bajo este régimen de trabajo la separación entre concepción y ejecución se da por el desarrollo de la técnica y de la ciencia. Es el desarrollo científico lo que permite idear nuevos productos y procesos, así como la maquinaria que se utiliza en la gran industria.

En síntesis, el proceso de trabajo bajo el capitalismo sólo se entiende si se lo interpreta como una unidad con el proceso de valorización. La necesidad de obtener más plusvalía y sobrevivir así a la competencia impulsa la transformación de la forma del trabajo. Encontramos dos tendencias que actúan bajo los distintos sistemas de trabajo: la descalificación y la separación entre concepción y ejecución del trabajo. Esta última actúa mediante la planificación de la división del trabajo durante la etapa manufacturera y a través del desarrollo de la ciencia en la gran industria. La descalificación opera por la división del trabajo durante la manufactura y mediante la mecanización el uso de la ciencia en la gran industria.

Veamos un ejemplo, en las primeras etapas de la industria gráfica, la única forma que tenía el capital de descalificar el trabajo en tareas como la composición del texto era la fragmentación del trabajo. De esa manera, aparecen tipógrafos que sólo componían el texto, otros que se ocupaban de títulos y páginas con diagramación especial y aquellos que corregían errores. Pero, con la mecanización la descalificación de los trabajadores es mucho más drástica: con la aparición de las máquinas linotipos el período de formación de los obreros experimentó una reducción radical: de los años que llevaba el proceso de formación de un tipógrafo se pasa a un entrenamiento de tan solo una semana para operar la máquina linotipo (BILL, 2007). En la Argentina el pasaje de la tipografía a las máquinas de linotipo se da en la primera década del siglo veinte. En algunas provincias del interior la tipografía subsiste por más tiempo, pero hacia la década del sesenta había prácticamente desaparecido por completo. En cambio, la composición tipográfica vía linotipo resulta dominante hasta el inicio de los años setenta. Este procedimiento había mecanizado gran parte de las tareas, pero había permitido la subsistencia de un número comparativamente reducido de tipógrafos involucrados en corrección de textos, armado de títulos y columnas. Toda esta fuerza de trabajo calificada residual fue desplazada rápidamente con los primeros avances de la composición en frío. El primer paso fue la aparición en el mercado de la IBM Composer que, entre otras tareas, justificaba automáticamente las columnas. Aun así, todavía subsistía el oficio de armador de página que consistía en el armado de las columnas, sobre mesas iluminadas desde abajo, la colocación de títulos, tirado de rayas, pegado de ilustraciones, etc., para lo que se ocupaba mucho personal. Las máquinas de composición en frío sobre papel fotográfico superaron a la IBM Composer en variedad de tipos, la calidad final y la posibilidad de armar las columnas con títulos y gráficos, con lo que se eliminaba el oficio de armador de página. Este proceso luego se profundizó con el empleo de computadoras. La simplificación de los procesos de impresión permitió un proceso de

integración de diferentes especialidades de la rama gráfica que pasaron a integrarse en un mismo taller (KABAT *et al.*, 2004). La rama gráfica es un ejemplo de la innovación permanente y de la descalificación generada bajo el régimen de gran industria.

En un artículo anterior hemos analizado los cambios recientes en la organización del trabajo en la producción de cereales y su relación con la expansión del contratismo rural. Aquí nos interesa recuperar algunos elementos de ese artículo útiles para pensar el problema de las calificaciones y el control en el régimen de gran industria.

La siembra directa comienza a aplicarse en la Argentina a inicios de los ochenta. Este método elimina el laboreo de la tierra (la remoción de malezas y residuos vegetales de la cosecha anterior) y también la tarea de arar. Con la siembra directa no se desmaleza la tierra ni se abren surcos. Con maquinaria específicamente diseñada para eso se deposita la semilla exactamente a la profundidad requerida. Al sembrar sin remover los rastros anteriores se incrementa el crecimiento de malezas. Por eso es importante el desarrollo de mecanismos para su control de un modo eficiente y económico. Esto se logra con el uso simultáneo de herbicidas especiales y semillas transgénicas diseñadas para resistir estos agroquímicos.

El uso de sistemas computarizados, el monitor de rendimiento y el sistema de guía por GPS permiten emplear en un lote dosis diferenciadas de semilla, fertilizantes y pesticidas, en vez de aplicar cantidades conformes al promedio de la superficie de la unidad productiva.

La maquinaria agrícola ha tendido también a automatizarse. Ello ha eliminado tareas secundarias como la del obrero que controlaba que la semilla cayera correctamente, ahora remplazado por un sensor colocado en las cosechadoras. La siembra directa ha prescindido de cuatro de cada cinco empleos anteriormente demandados por la labranza tradicional.

Las tareas se simplifican y requieren menos saberes y experiencia. Como en otras ramas, mucho se habla de las supuestas nuevas calificaciones del trabajador agrícola, pues se confunde y asimila la complejidad técnica de la maquinaria con la de los saberes del obrero que la opera. Por el contrario, la automatización de la maquinaria simplifica el trabajo que no requiere un aprendizaje especial por parte de los maquinistas. Tal como señala el Manual de prevención de riesgos rurales de la Superintendencia de riesgos de Trabajo, en general, la maquinaria agrícola se emplea tras una breve explicación oral (SARTELLI; KABAT, 2009). Este hecho fue confirmado por el gerente Nacional para el área Rural de Manpower, Argentina a principal empresa de contratación de empleos en el medio agrario. Ante nuestra pregunta de si era cierto que la nueva maquinaria demandaba altas calificaciones, nos respondió:

Es una mentira... El que la programa seguramente no va a ser el que se suba arriba de la máquina. Le dicen que comando tiene que tocar, tené cuidado si se prende la luz roja y dale para delante cuando esté la luz verde prendida. (...) Tu única preocupación es tener gasoil. (ROSSIN, 2008)

Los salarios de los operadores de estas máquinas rurales son muy bajos y no resultan superiores al de los obreros rurales manuales. Con la agricultura de precisión también se simplifica el control del trabajo. La misma máquina guarda registro informático de las tareas realizadas, que pueden ser fácilmente verificadas. A su vez, si los gerentes de la explotación desean un mayor control en el momento mismo que se realiza la siembra o cosecha basta con que empleen un segundo GPS para la supervisión (SARTELLI, 2008, pp. 75-79).

A su vez, todas las instancias de este proceso son permanentemente modificadas con el concurso de la ciencia. En los últimos años, se inició el empleo de drones con cámaras multiespectrales para la planificación y monitoreo de cultivos. La mayoría de los establecimientos agrarios no comparaban estos equipos, sino que contrataban el servicio de compañías que realizaban la tarea. Para lo cual, un empleado se dirigía a cada campo, operaba el dron y luego procesaba y suministraba la información. Según un informante, quienes se dedicaron a esta tarea, sabían que la misma sólo sería viable por un plazo máximo de cinco años, porque ya entonces resultaba previsible que los drones fueran desplazados por los nanosatélites. Estos últimos ofrecen un mejor servicio (hasta 3 imágenes diarias), con información sobre humedad de los suelos a mayor profundidad, sin que un operario tenga que desplazarse al terreno (INFORMANTE ANÓNIMO, 2018). Efectivamente, se considera que los nanosatélites en breve terminarán de desplazar el uso de drones de monitoreo. Pero, los drones comienzan a tener nuevas funciones de acción directa como pulverización, siembra o poda. Es decir, los drones constituyen piezas claves de la denominada robotización de las tareas rurales. Se espera que esto genere una mayor coordinación de los distintos equipos empleados. La comunicación de las actividades y sus parámetros, puede ser enviada en forma continua a la PC de la oficina o a un centro de operaciones en tiempo real, donde se toman las decisiones y se le envía a cada robot (dron) la tarea a ejecutar (MARINELLI, 2018).

Vemos aquí en el agro un desarrollo común a otras áreas que es el rol que juegan los sistemas computarizados y medios de comunicación asociados en dotar de unidad al sistema de máquinas empleadas. Mientras que en el siglo XIX y gran parte del siglo XX la base técnica común de un sistema de máquinas estaba dado sólo por el uso de una energía en común (misma fuerza motriz y sistema de distribución), el uso de un sistema operativo común que permite centralizar comandos y control de las tareas

brinda mayor homogeneidad a sistemas de máquinas, incluyo en aquellos casos hasta entonces poco articulados por la distribución espacial de las tareas.

Braverman y la administración científica del trabajo

Pese a la potencialidad de las nociones elaboradas por Marx para estudiar los procesos de trabajo, muchos marxistas las ignoran y emplean, en cambio, otras nociones cuya coherencia con el marco teórico marxista en general no cuestionan. Este es el caso de Harry Braverman (BRAVERMAN, 1988). En esta sección intentamos mostrar los deslizamientos y contradicciones en los que incurre Braverman a partir del concepto de taylorismo. A la vez, sostenemos que la tesis básica de Braverman, el *deskilling*, es correcta, pero que no necesita ser explicada a partir de la categoría de taylorismo, sino que se entiende mejor desde la conceptualización marxista clásica, tal como hemos intentado demostrar al hablar de las leyes del trabajo bajo el capitalismo.

Braverman considera que su obra es una continuación, una descripción pormenorizada y contemporánea de un proceso que Marx ya había analizado en sus líneas fundamentales. Su trabajo generó una de las polémicas más fructíferas del campo marxista (SMITH, 1996; CUNHA, 2014; LITTLER, 1990). Las críticas más fuertes se dirigieron hacia una de sus tesis centrales, la tendencia capitalista a reducir la calificación requerida en la fuerza de trabajo, el “*deskilling*”. En este caso, sus críticos hacen referencia a nuevas ocupaciones que requieren trabajadores altamente calificados. A nuestro juicio, esto no invalida la tesis de Braverman, ya que pueden surgir nuevas actividades, pero éstas probablemente recorran el camino que las demás han seguido, algo de lo que hay evidente prueba actual. En otros términos, el hecho de que en sectores económicos nuevos se demande fuerza de trabajo calificada no contradice la tendencia al *deskilling*.

Sin embargo, hay otros aspectos centrales de esa gran obra que pueden ser cuestionados: estos son la generalización para todo el capitalismo de tendencias propias de la manufactura y una aparente perpetuidad del obrero parcelario.

Braverman, siguiendo a Taylor, enfatiza que el taylorismo puede aplicarse sobre cualquier base técnica dentro del sistema capitalista (BRAVERMAN, 1988, p. 106). Resulta evidente que, si una forma de trabajo es aplicable a cualquier etapa técnica, la misma resulta poco útil para historizar los procesos de trabajo. En ese sentido, la noción de taylorismo significa un retroceso frente a las categorías marxistas tradicionales.

Pese a la imprecisión y ambigüedad del término taylorismo, consideramos que sus rasgos centrales corresponden a las características de la etapa manufacturera. Cuando Braverman analiza ejemplos que corresponden a formas de gran industria, tiende a resaltar los fenómenos ligados a la perpetuación de características manufactureras que, tal como lo señala Marx, vegetan durante un tiempo en el nuevo régimen. De esta manera, se enfatizan las continuidades por sobre las rupturas, efecto que se refuerza por su falta de atención hacia los rasgos novedosos que la gran industria trae aparejados: tanto los cambios en la división del trabajo como la aparición de una estructura productiva completamente objetiva son desatendidos. De este modo, las características centrales, específicas de la gran industria, no son contempladas; de ahí surge la dificultad que existe para pensar, desde el modelo de Braverman, los fenómenos que representan una profundización del régimen de gran industria y la ruptura con elementos remanentes del régimen manufacturero, como lo sería la polifuncionalidad.

Antes de avanzar debemos recordar las características que asume la división del trabajo bajo la manufactura y bajo la gran industria. En la manufactura, las diversas operaciones manuales, producto de la fragmentación del oficio, requerían fuerza, pericia o habilidad; una vez que el obrero desarrollaba esas aptitudes se veía confinado de por vida a esa tarea en la que se había especializado. En cambio, en la gran industria, basada en el empleo de maquinaria, no se requiere mayor fuerza o pericia de parte de los obreros, por lo que ya no resulta necesario establecer este tipo de especializaciones. Naturalmente, distintos obreros operan distintas máquinas, pero no hay ninguna necesidad de que operen siempre la misma máquina porque estas actividades no requieren habilidades específicas. La división sexual del trabajo de esta manera pierde en la gran industria su fundamento técnico. La gran industria al objetivar el trabajo, destruir el sistema de aprendizaje de oficio y eliminar los requisitos especiales de fuerza física, anula la base de la anterior división genérica sexual del trabajo. La gran industria establece los cimientos para el desarrollo de nuevas relaciones de género, tanto en la fábrica como en el ámbito familiar. En palabras de Marx:

Ahora bien, por terrible y repugnante que parezca la disolución del viejo régimen familiar dentro del sistema capitalista, no deja de ser cierto que la gran industria, al asignar a las mujeres, los adolescentes y los niños de uno u otro sexo, fuera de la esfera doméstica un papel decisivo en los procesos socialmente organizados de la producción, crea el nuevo fundamento

económico en que descansará una forma superior de la familia. (MARX, 1999, t. 1, v. 2, p. 596).⁴

Otras diferencias oponen la división de trabajo en la manufactura y en la gran industria. En la primera el trabajo se divide en forma sistemática, pero siempre teniendo en cuenta las capacidades del hombre, en cambio la división de tareas en la gran industria se establece sin tomar en cuenta la mano humana. En la manufactura

Si bien el obrero ha quedado incorporado al proceso, también es cierto que previamente el proceso ha tenido que adaptarse al obrero. En la producción fundada en la maquinaria queda suprimido este principio subjetivo de la división del trabajo... (MARX, 1999, t. 1, v. 2, p. 462)

En la manufactura existe un principio subjetivo sobre el que se estructura la división del trabajo: se reparten las distintas actividades entre los obreros de acuerdo a sus capacidades. De ahí la importancia que adquiere la correcta selección del personal.

En la gran industria, que carece de este principio subjetivo, esto funciona al revés: son los obreros quienes son distribuidos entre las máquinas. Esto último es posible merced a la existencia de una base objetiva sobre la cual es posible asignar distintos trabajos a los obreros sin tomar en cuenta su capacidad. Esta base objetiva está dada por el sistema de máquinas.

Aquí volvemos sobre algunos puntos adelantados al referirnos al gran autómeta: bajo el predominio de la gran industria, el proceso de trabajo tiende a ser revolucionado en forma continua. Ninguna forma de división del trabajo es considerada eterna, en cambio éstas son permanentemente reformuladas. Así vemos fusionarse tareas distintas en una sola máquina, mientras que en otros sitios se disuelven procesos anteriormente realizados en forma conjunta. Recordemos el carácter revolucionario de la base técnica propia de la gran industria. La gran industria no sólo no requiere la existencia de obreros especializados, confinados en forma permanente a una misma tarea, sino que, además, la revolución continua del proceso productivo vuelve necesario el cambio de trabajo, la mayor polifuncionalidad posible de los obreros.

La división del trabajo bajo el taylorismo corresponde a los rasgos propios de la manufactura. Los componentes centrales de la manufactura, la división del trabajo y el obrero parcelario son conducidos a su extremo por el taylorismo. El propio Taylor gustaba de llamar a su sistema “la moderna subdivisión del trabajo”. Esta definición era atinada, pues la organización científica del trabajo significó, entre otras cosas, la

⁴ En este sentido resulta correcta y sumamente pertinente la relación que establece Moraes Neto entre la división manufacturera del trabajo y el empleo de mujeres orientales en cadenas de montaje (MORAES NETO, 1991, p. 98).

descomposición en operaciones extremadamente simples de las tareas en las que se había dividido anteriormente el proceso de trabajo.

En la primera forma de la división del trabajo, el capitalista desbarata los oficios y los devuelve en migajas, en forma tal que el proceso en su conjunto no es ya el dominio de ningún obrero en particular. Luego, como lo hemos visto, el capitalista realiza un análisis de cada una de las tareas distribuidas entre los obreros, con un ojo puesto en las operaciones individuales. Es en la época de la revolución científico-técnica cuando el patrón se plantea el problema de dominar el proceso como un todo y controlar cada uno de sus elementos sin excepción. (BRAVERMAN, 1988, pp. 201-2)

Si bien este segundo paso requiere, como elemento novedoso, todo el despliegue de la administración patronal que Braverman describe en forma pormenorizada, su esencia sigue siendo la división del trabajo y la asignación permanente de cada una de las partes resultantes al obrero individual. Opera aquí el mismo principio que es llevado por el taylorismo hasta sus últimas consecuencias; en ese sentido, éste puede ser visto como el punto más alto del régimen manufacturero.

Lo mismo ocurre con el principio de Babbage, que corresponde a la división manufacturera del trabajo. Braverman considera que este principio es un rasgo fundamental de todo proceso de trabajo capitalista (BRAVERMAN, 1988, p. 103). Pero, la jerarquía de calificaciones y salarios de los obreros, propia de los obreros manufactureros tiene su fundamento en la especialización. La misma constituye un producto de la necesidad de preservación de las habilidades adquiridas por un obrero al realizar manualmente y en forma vitalicia una tarea parcial. Con la gran industria el fundamento de esta jerarquía desaparece, pues ésta no demanda diferentes niveles de fuerza y pericia. Estos han sido concentrados en la máquina. La tendencia central en esta nueva etapa es a la igualación de los conocimientos, aunque en su grado más bajo.

Con la herramienta de trabajo, se transfiere también del obrero a la máquina el virtuosismo en el manejo de aquella. (...) Queda *abolido*, con ello, el *fundamento técnico sobre el que descansa la división del trabajo en la manufactura*. Por eso, en lugar de la *jerarquía* de los obreros especializados, característica de esa división del trabajo, aparece en la fábrica automática la *tendencia a la equiparación o nivelación de los trabajos* que deben ejecutar los auxiliares de la maquinaria... (MARX, 1999, t. 1, v. 2, p. 512).

Como el sistema de máquinas no es un mecanismo perfecto desde sus inicios, eventualmente determinadas máquinas requieren mucha habilidad del obrero para operarlas, y permiten que se mantenga parte de la jerarquía de calificaciones propia de la manufactura. Pero en esos casos, muy pronto el capital perfeccionará la maquinaria para socavar esa pericia.

Por lo tanto, a medida que la gran industria se desarrolla, la ley de Babbage encuentra un campo de acción menor.

En síntesis, la división del trabajo, la creación del obrero parcelario y la puesta en práctica del principio de Babbage, constituyen elementos típicos de la manufactura, los cuáles son desarrollados por el taylorismo hasta el extremo de sus posibilidades. El taylorismo es, entonces, la máxima expresión de la manufactura. Si encontramos que éste se aplica en sistemas que han superado esta etapa, mediante la introducción medianamente generalizada de maquinaria, éstos son, en general, casos de manufacturas modernas, o bien de gran industria no automatizada, especialmente aquellas donde la operación de las máquinas requiere todavía un grado elevado de calificación del obrero.

A estas mismas conclusiones nos conduce el estudio de las preocupaciones propias del taylorismo. Es interesante ver cómo éstas se concentran en superar los problemas propios de la manufactura: enajenar la pericia de los obreros y disminuir la importancia del factor subjetivo en la producción. Estos problemas, que desaparecen en la gran industria, demandan al capital gigantescas y renovadas energías, cuando éste aún no ha alcanzado el nivel técnico de aquella. De ahí todos los esfuerzos empresariales para lograr el control del proceso de trabajo, en los que Braverman pone tanto énfasis.⁵Vemos como, bajo el taylorismo se intenta denodadamente, a través de la administración técnica-gerencial, lo que la mecanización del proceso productivo, y más aún su automatización, lograrían fácilmente. Tanto en las motivaciones de Taylor como en los en los principios establecidos por él y analizados por Braverman, puede hallarse el sentido que subyace a todos estos afanes:

El impulso para las primeras investigaciones de Taylor provino de su alarma ante la certidumbre de que los obreros sabían más sobre su trabajo que la gerencia. Taylor explica, incluso, que aunque los capataces hubieran sido ellos mismos excelentes obreros, su conocimiento no era sino una ínfima parte del que poseían en forma conjunta los trabajadores. Es fácil comprender que este conocimiento combinado de los obreros, muy superior al que los capataces y gerentes podrían reunir, es el del *obrero colectivo*, que constituye, al decir de Marx, el órgano vivo de la

⁵ Es llamativa la preeminencia que Braverman brinda a las estrategias gerenciales destinadas a lograr el control sobre el trabajo, incluso a costa de desatender el modo en que los cambios objetivos del proceso productivo modifican esas necesidades de control. Por esto es posible sostener que su obra contempla la lucha de clases mucho más de lo que generalmente se reconoce. Se podría decir que, desde este ángulo, su trabajo es la contrapartida del de Montgomery; ambos se centran en las luchas por el control, pero mientras uno analiza las estrategias de la burguesía, el otro estudia a la clase obrera (MONTGOMERY, 1988).

manufactura.⁶Todos los preceptos de la *management* científico están dirigidos contra este hecho.

El primer principio puede ser llamado disociación del proceso de trabajo de la pericia de los obreros. El proceso de trabajo debe mantenerse independiente del oficio, de la tradición y del conocimiento de los obreros. Lo que es más, no debe depender para nada de las capacidades de los obreros, sino enteramente de las prácticas de la gerencia. (BRAVERMAN, 1988, p. 139)

Si nos encontráramos frente a un régimen de gran industria, sería innecesario el desarrollo de toda una estructura gerencial para disociar el proceso de trabajo de la pericia del obrero, puesto que la existencia de un sistema de máquinas invalidaría de por sí esa pericia, por eso Marx habla de subsunción real, frente a la subsunción formal propia de la manufactura. Lo mismo ocurre con los restantes principios taylorianos que Braverman analiza (BRAVERMAN, 1988, pp. 139-48).

El segundo establece la necesidad de remover del taller el trabajo cerebral y concentrarlo en la gerencia, o sea, disociar la concepción y la ejecución del trabajo. Por último, el tercero indica el uso del conocimiento del proceso de trabajo reunido por la gerencia para controlar cada paso de éste a través de la especificación de las tareas, indicando lo que debe hacerse, cómo y en qué tiempo.

En la gran industria ya se ha consumado el divorcio entre la concepción y la ejecución del trabajo. Esto se manifiesta, fundamentalmente, en el lugar ocupado por la ciencia en la configuración del proceso productivo a partir del diseño de la maquinaria.⁷Esta separación, pues, ya está dada de antemano en el régimen de gran industria y posteriormente, no demanda mayores esfuerzos de parte de la gerencia. Del mismo modo, el ritmo de trabajo, así como las operaciones que ha de realizar el obrero están regidos por las máquinas y sus movimientos, a los que el obrero debe adaptarse. En este contexto sería superflua la tarjeta escrita de instrucción o cualquier otra forma de especificar la tarea; con mayor razón aún, si nos encontráramos ante un sistema de máquinas automático.

A través de sus técnicas de control, la gerencia aspira, según Braverman, al ideal, nunca alcanzado de desplazar al trabajo como elemento subjetivo dentro del proceso productivo. La gerencia aparecería, así como el único factor de subjetividad, al tiempo que lograría subordinar

⁶ Comúnmente se denuncia la descalificación del trabajo artesanal frente al manufacturero, olvidando que, si bien la división de tareas empobrece los conocimientos de los obreros individuales, no ocurre lo mismo al obrero colectivo. En cambio, en la gran industria, el obrero colectivo es descalificado.

⁷ En cambio, Braverman al estudiar la ciencia, privilegia lo que él denomina revolución gerencial.

al trabajo, transformándolo en un elemento objetivo (BRAVERMAN, 1988, pp. 202-3).

En síntesis, la gerencia intenta a través de la subdivisión del trabajo, la concentración del conocimiento y la especificación de tareas con tiempos, pautas y movimientos establecidos, abstraer los aspectos subjetivos del trabajo del control de los obreros, pero, como veremos, esto no equivale a removerlos del proceso de trabajo.

Esta misma necesidad y los gigantescos esfuerzos de la gerencia para resolverla se relacionan con la inexistencia de una estructura objetiva del proceso productivo al margen de los obreros, o sea, la ausencia de un sistema de máquinas y, por lo tanto, de gran industria. Vemos aquí, nuevamente, cómo los problemas que el taylorismo intenta resolver son acuciantes para la etapa manufacturera e irrelevantes para la gran industria. Frente a este problema, el taylorismo representa una vez más la respuesta más avanzada que la manufactura puede brindar: intenta, por medio del estudio de los movimientos del obrero especificar sus tareas, predeterminando la forma y el tiempo de completar el trabajo, pero al hacer esto, choca con sus propios límites. Porque, aun cuando todas las tareas fuesen especificadas y estas directivas pudieran ser cumplidas exactamente por los obreros en todos sus detalles, el elemento subjetivo del trabajo no se habría eliminado: si bien el obrero se adapta a esas indicaciones y a la forma en que la gerencia decide subdividir el trabajo, antes ésta debe estudiar las capacidades de los obreros, sus movimientos en el trabajo, hasta su desgaste por cansancio físico o psicológico. Recién entonces se halla en condiciones de reorganizar el proceso de trabajo, pero sobre la base de los conocimientos que ha recabado sobre este elemento subjetivo. Marx explica cómo esto cambiará con el pasaje del régimen de manufactura al de gran industria, que suprime la base subjetiva de la división manufacturera del trabajo.

Hasta qué punto el taylorismo queda anclado dentro de estos límites propios de la manufactura y, a la vez, desarrolla todas las potencialidades latentes en ella, lo demuestra la cantidad de tiempo, personal, y recursos técnicos empleados para estudiar los movimientos de los obreros: se desarrolla incluso toda una rama de la ciencia, la fisiología del trabajo, cuyo desarrollo se halla muy ligado al taylorismo y tenía en el estudio de la fatiga uno de sus campos privilegiados de estudio. Como señala Benedito Rodriguez de Moraes Neto, el conocimiento científico bajo el taylorismo es apenas un soporte para que el capital explore las particularidades del hombre y, por otro, que perfeccione los mecanismos de control del obrero colectivo (MORAES NETO, 1989, p. 41).

Mientras Braverman describe magistralmente la forma en que el taylorismo lleva a un extremo la división manufacturera del trabajo, no

alcanza a vislumbrar los cambios que el régimen de gran industria impulsa en este renglón. Al centrarse en la descripción del taylorismo, donde las máquinas juegan un rol secundario, Braverman tiende a subestimar su papel en períodos posteriores. Cuando analiza el rol de la ciencia, pareciera valorar la administración científica como uno de sus mayores logros, restando a la creación de maquinaria parte de su importancia en esto. Su énfasis en la apropiación por parte de la gerencia de los conocimientos del obrero, le impide ver que no todos los conocimientos científicos se obtienen de este modo. En algunos casos, la división del trabajo facilita su posterior mecanización, pero en otros, ya bajo la gran industria, el proceso productivo es completamente reelaborado. En estos casos, que representan la tendencia dominante, no se parte del conocimiento que posee el obrero, sino del desarrollo autónomo de la ciencia. Un ejemplo de esto es la aparición del proceso de vulcanizado en las fábricas de calzado: gracias al empleo de nuevos materiales, entre ellos el caucho, mediante un proceso químico y con máquinas automáticas, se pegan en forma automática las partes del calzado que antes eran cosidas a través de cincuenta operaciones. Del mismo modo, el desarrollo actual de los nanosatélites no se basa en la expropiación de saberes previos de los obreros rurales, sino que constituye un desarrollo autónomo basado en la ciencia. Este tipo de avances se genera al margen de los conocimientos de los obreros, saberes que, sin embargo, termina por volver obsoletos. Naturalmente, el desarrollo de la ciencia requiere la aparición de una capa obrera dedicada a este desarrollo y aplicaciones prácticas del conocimiento. Pero, la aparición de esta nueva fracción obrera, no contradice la tendencia general al *deskilling*, ya que esta fracción menor es la que posibilita la descalificación masiva de tareas.

Aquí volvemos a nuestra tesis acerca de los componentes del taylorismo; Braverman define el taylorismo a partir de dos tendencias centrales: división del trabajo y descalificación. Ya hemos planteado que se debe distinguir ambas tendencias: la descalificación es, ciertamente, una tendencia general del capitalismo. En esto Braverman acierta y su análisis en este aspecto es brillante; tanto cuando describe la descalificación en etapas del trabajo parcelario, fundamentalmente manual, como cuando describe la pérdida de conocimiento que implican los diferentes grados de automatización. En cambio, la tesis sobre la división del trabajo y la creación del obrero parcelario, es esencialmente válida para el período manufacturero, no así para la gran industria: Braverman describe certeramente cómo opera esta tendencia antes de la aparición de la gran industria, logrando avances importantes por dos caminos diferentes. Por un lado, gracias a su análisis de la parcelación del trabajo bajo el taylorismo, es posible comprender, a nuestro juicio, cómo éste acentúa esa

tendencia propia de la manufactura, llevándola a su máximo. En segundo lugar, Braverman describe con singular lucidez como la manufactura (que él estudia bajo la forma del taylorismo), se abre paso en nuevas actividades, por ejemplo, cuando en el capítulo quince de la obra que analizamos demuestra cómo se divide el trabajo de oficina. Pero, precisamente, porque esta tendencia corresponde a la manufactura y no a la gran industria, encuentra dificultades al trasladarla a los sectores económicos donde predomina el sistema fabril. En este ámbito, su análisis se vuelve más unilateral: no da cuenta del carácter prescindible que cualquier forma de división del trabajo adopta frente a la gran industria y tampoco puede explicar cómo, en ocasiones, ésta toma una dirección contraria a la que él supone que le es propia. En este terreno, su enfoque se vuelve parcial; tiende a desconocer los fenómenos nuevos, mientras utiliza ejemplos que pueden ser considerados casos transicionales, o rémoras del sistema manufacturero para probar el funcionamiento pleno, durante todo el capitalismo, del principio de Babbage como tendencia dominante. Por el contrario, se puede observar que, a medida que el régimen de gran industria se profundiza y los sistemas de máquinas se vuelven más continuos a la par que se perfeccionan, la división del trabajo y el principio de Babbage pierden relevancia en la determinación del *deskilling*. Si el principio de Babbage continúa actuando en algunos sectores de la gran industria lo hace en forma secundaria, frente a la ley que tiende a equiparar en el nivel más bajo todas las calificaciones. En un primer momento, la descalificación se produce por la división del trabajo; mientras que en la etapa propia de la gran industria ésta opera a través de un medio aún más poderoso, la objetivación del proceso de trabajo.

El fordismo desde el ángulo marxista

El concepto de fordismo, al igual que ocurría con el de taylorismo, no puede asociarse a una etapa determinada en la organización de trabajo. Pero existe una diferencia: su elemento central, la cadena de montaje,⁸ no existía en el momento en que Marx formuló su análisis sobre el trabajo. Sin embargo, su función dentro del proceso de trabajo puede deducirse de su obra. En la manufactura, las diversas operaciones del trabajo artesanal son, disociadas, aisladas y yuxtapuestas en el espacio. El aislamiento de las tareas es algo inherente a la misma base técnica de la producción, pero esta incomunicación de sus distintas fases trae consecuencias costosas al capital:

⁸ La definición del fordismo a partir de la cadena de montaje es una característica de los autores regulacionistas (AGLIETTA, 1988, pp. 95-6).

Para establecer y conservar el nexo entre las funciones aisladas, se vuelve imprescindible transportar continuamente el artículo de unas manos a otras y de un proceso a otro. Desde el punto de vista de la gran industria, se presenta esto como una limitación característica, costosa e inmanente al principio de la manufactura. (MARX, 1999, t. 1, v. 2, p. 419)

Tempranamente se desarrollaron diversos mecanismos para transportar los artículos de una sección a otra y, de esta manera, subsanar en parte, aunque sin resolver, los problemas que presenta el aislamiento de las fases productivas. Así aparecieron los sistemas de rieles con ganchos en los frigoríficos o los carritos para trasladar los zapatos en la industria del calzado. La cadena de montaje no es más que una nueva forma de estos artefactos, sólo que mecanizada y, por eso mismo, la más efectiva de ellas. En su forma original, tal como aparece en la producción de autos, la cadena de montaje aligera el problema de la división manufacturera del trabajo y el correspondiente aislamiento de las secciones, pero no lo resuelve en tanto no modifica la base sobre la que se asienta esa forma de división del trabajo. Esta llegará a cambiar sólo cuando el medio de trabajo, el instrumento que opera sobre la materia prima, se modifique. Cuando este paso sea dado, la cadena de montaje realizará la misma labor que antes, pero transportando el material de unas máquinas a otras.

En resumen, la cadena de montaje surge para subsanar un problema originado en la manufactura a partir del aislamiento de tareas. En su forma clásica el fordismo es una manufactura moderna pues la cadena de montaje representa un elemento de mecanización periférica (de una tarea accesoria, no central) dentro de un proceso de trabajo fundado esencialmente en el trabajo manual (BRAVERMAN, 1988, p. 229).

Lo planteado aquí coincide en esencia con lo señalado por Benedito Moraes Neto, cuando señala que el fordismo busca resolver un problema inmanente de la producción manufacturera cuando intenta “trazer o trabalho ao operário em vez de levar o operário ao trabalho” (MORAES NETO, 1991, p. 52).

Gran industria y después... (algunas consideraciones finales)

Una de las objeciones que ha recibido Braverman, además de las ya mencionadas, ha sido la de no tomar el lugar de trabajo como un espacio de lucha (BURAWOY, 1989; MONTGOMERY, 1985). Esta misma crítica es frecuentemente reproducida frente a los estudios sobre proceso trabajo realizados por investigadores del CEICS a partir de las nociones marxistas de manufactura y gran industria; aunque en estos casos sólo en forma excepcional la misma se expresa en publicaciones escritas o en debates públicos, como ejemplo de estos casos pocos frecuentes puedes verse

SCHVARZER (2006) y PELAEZ (2017). Es significativo que este tipo de argumentación se sostenga contra una línea de investigación que ha estudiado conflictos obreros vinculados con la organización del trabajo (BIL, 2016 y 2018; HARARI, 2014; KABAT; HARARI, 2014). Pero, esto mismo muestra que la cuestión en debate no es si se contempla o no esta dimensión de análisis, es decir, la lucha de clases, sino la jerarquía explicativa de ambos niveles de análisis. Los críticos politicistas cuestionan que no se considere a la lucha de clases como la principal fuerza determinante detrás de las transformaciones de los procesos de trabajo.

En base a esta crítica ha surgido una corriente al interior del marxismo que privilegia el estudio de las luchas obreras como motor de los cambios en los procesos de trabajo. David Montgomery, bajo este supuesto, intenta demostrar que los obreros resistieron e incluso vencieron momentáneamente al movimiento por la organización científica del trabajo en Estados Unidos. Así, sostiene que la organización del trabajo no responde a un determinismo tecnológico, sino a la lucha de clases (MONTGOMERY, 1985). Este presupuesto niega la existencia de legalidad alguna en los cambios de la organización del trabajo. Sin embargo, el paso a la manufactura primero y a la gran industria después ha sido el camino obligado que transitaron y transitan todos los sectores económicos en los distintos países, más allá de los zigzagueos coyunturales que la lucha de clases les imprime (KABAT, 2005; BILL, 2007; HARARI, 2015). Esta concepción que ignora las legalidades históricas de las transformaciones de los procesos de trabajo hace, por eso mismo, una apología del obrero artesanal o manufacturero.⁹

Es llamativo que un autor que ha desarrollado ampliamente esta línea subjetivista de los procesos de trabajo, como Paul Thompson, termine señalando la creciente separación existente entre estudios del proceso de trabajo y economía política como un problema a ser superado (THOMPSON, 2010). Esa vinculación solo puede establecerse si los estudios del proceso de trabajo recuperan su eje en aspectos objetivos y recobran una perspectiva histórica amplia. Esto último implica el reconocimiento de la complejidad de procesos históricos reales, con su particular desarrollo en distintas ramas económicas y en espacios nacionales específicos. A nuestro juicio, esta perspectiva es de especial interés para los países latinoamericanos, puesto que los estudios de los procesos de trabajo permiten un abordaje superador de las trayectorias de

⁹ Hemos cuestionado esta mirada nostálgica de los obreros manufactureros, porque sobrevalora la capacidad de autocontrol del trabajo que estos tenían y porque ignora el carácter corporativo, y en ese sentido reaccionario del obrero de oficio (SARTELLI; KABAT, 2014). Encontramos cierto paralelismo entre esta crítica y el cuestionamiento formulado por Benedito Moraes Neto a Gorz (MORAES NETO, 1991, pp. 120-3).

estas economías tanto frente de las explicaciones liberales como de las dependentistas (SARTELLI; KABAT, 2016).

El estudio del conjunto de las ramas económicas es crucial para poder caracterizar el régimen de trabajo actual del capitalismo y no confundir el estancamiento de una rama, que puede deberse a factores específicos del sector, con el estancamiento técnico del conjunto de la producción capitalista. En gran medida, los errores de Braverman se fundan en su adscripción a la tesis del capital monopolista (SARTELLI; KABAT, 2014; ROWLINSON; HASSARD, 1994). A partir de este marco teórico imagina la aparición de un nuevo régimen de trabajo, el taylorismo conformado por la combinación de tendencias manufactureras y de la gran industria. En realidad, él observa el desarrollo de la manufactura en unas ramas y de la gran industria en otras. Braverman posee un agudo conocimiento empírico de los procesos de trabajo, pero falla en su conceptualización.

La obra de Benedito Moraes Neto presenta, a nuestro juicio, valiosos elementos para entender las mutaciones de los procesos de trabajo con una mirada muy aguda en el análisis crítico tanto de la obra de Braverman como de los autores regulacionistas. Sin que esto socave en nada lo anterior, tenemos un matiz interpretativo en cierto punto diferente respecto del rol histórico del taylorismo-fordismo. Compartimos la idea de que, en tanto formas de trabajo manufactureras, no representan la vanguardia de la organización de trabajo capitalista. Pero, a nuestro juicio, esto no quiere decir que su emergencia implique la reproducción de una etapa del trabajo ya superada históricamente (MORAES NETO, 1991, p. 59). A nuestro juicio, al no ser el proceso de trabajo una actividad unilateral del hombre, sino, como planteamos en la introducción, el resultado de su interacción con la naturaleza, en diversas ramas los obstáculos a la transformación del proceso de trabajo son muy disímiles y, por tanto, no es posible considerar, ni siquiera hoy, a la manufactura como una etapa de trabajo superada en forma absoluta en *todas* las actividades humanas. No creemos tampoco que pueda hablarse de un “congelamiento” de la forma taylorista por más de 50 años en la industria automotriz (MORAES NETO, 1991, p. 59). Si se mira la industria automotriz en más detalle se observa cómo algunos sectores de la misma van mecanizándose progresivamente. De hecho, cómo explica Harari en este mismo volumen (HARARI, 2019) el autopartismo avanza más rápido que las terminales automotrices hacia la gran industria. Si uno mira por fuera de la industria automotriz, la década del sesenta presenta avances importantes de la mecanización en otras ramas, como ocurre, por ejemplo, en la industria gráfica arriba mencionada. En ese sentido, no nos parece correcto hablar del fordismo como “desvío mediocrizante” (MORAES NETO, 1991, p. 59).

Tal caracterización sólo tendría sentido si todas las industrias recorrieran las transformaciones de los procesos de trabajo a un mismo ritmo. Pero, esto no es posible tanto por la existencia de diversos grados de resistencia que la naturaleza opone a su transformación por el hombre, como por la aparición de nuevas actividades antes inexistentes. En ese mismo sentido, resulta correcta la apreciación de que los conflictos laborales asociados por la bibliografía a una resistencia al taylorismo-fordismo, representan una nueva manifestación de la rebelión típica del obrero manufacturero (SARTELLI; KABAT, 2014; HARARI, 2019; MORAES NETO, 1991, pp. 54; 58), lo que no quiere decir que el taylorismo reabriera un frente de combate ya clausurado históricamente por el capital (MORAES NETO, 1991, pp. 54; 58). Esta disputa estaba cerrada en ciertas ramas económicas, lo que no implica que necesariamente estuviera clausurada en todas las ramas de la economía. De hecho, en la actualidad podemos encontrar signos de resistencia a los cambios de la organización del trabajo entre médicos, docentes y otros profesionales, afectados por una creciente división del trabajo y una muy embrionaria mecanización (CAREY, 2007; 2009; WILKINSON, 2005; STEVENSON, 2007; GONZÁLEZ GONZÁLEZ, 2012). La aparición de nuevas actividades (por ejemplo, la programación y todas las tareas asociadas) o el nuevo peso que adquieren dentro de la economía tareas como la docencia (lo que genera presiones para un incremento de su productividad) conducen a la reproducción de esas viejas batallas en nuevos frentes de combate. Esto opera en un contexto signado por la expansión de la gran industria en extensión y profundidad (en extensión porque alcanza a más ramas; en profundidad porque ramas que ya tenían un proceso de trabajo correspondiente a la gran industria, por medio de la automatización, refuerzan las tendencias propias de ese régimen).

Moraes Neto recupera otro punto relevante a la discusión: a saber, el grado en que las fuerzas productivas capitalistas entran en contradicción con las relaciones sociales de producción y cómo esta contradicción encuentra su máxima expresión a partir del desarrollo de la gran industria. ¿Qué implica la progresiva eliminación del trabajo humano directo en los procesos productivos? Moraes Neto acierta al criticar lo que él denomina un “desvio de olhar” (MORAES NETO, 2003, p. 122) propuesto por Antunes (1988) o Lipietz (1992) al apelar al empleo masivo de trabajo en ciertas actividades como las desarrolladas en el sudeste asiático para esquivar este problema, en la medida que estos procesos no anulan la tendencia central de capital a emplear menos fuerza de trabajo.

Cabe señalar, no obstante, otra contradicción capitalista y una manera en que las relaciones de producción frenan hoy el avance de las fuerzas productivas. El avance de la aplicación de la ciencia a la industria

es más lento en el capitalismo de lo que sería en el socialismo porque, mientras que de una perspectiva socialista el uso de maquinaria tiene sentido cuando el valor de la misma es menor que el valor del trabajo manual que desplazaría; bajo el capitalismo, su campo de acción es menor porque el capitalista compara el trabajo que implica la producción mecánica, no contra todo el trabajo que absorbe la producción manual, sino solo contra la parte que él paga de la misma, es decir sólo el tiempo de trabajo necesario. A su vez, a medida que el avance de la gran industria genera una masa de sobrepoblación relativa que puede ofrecer su trabajo por debajo de su valor, esto mismo actúa también como desincentivo a la mecanización (MARX, 1999, t. 1, v. 2, pp. 478-9). Al respecto, puede considerarse ilustrativo el caso de los cartoneros donde incluso se da una reversión técnica al pasarse de la tracción a caballo a la tracción humana del carro de recolección con el correspondiente mayor desgaste físico de los obreros, proceso que es contemporáneo con la ampliación de la sobrepoblación relativa por la expulsión de obreros en otras ramas (VILLANOVA, 2017). Más allá de estas salvedades, que deben ser tenidas en cuenta, la tendencia central de capital a un desplazamiento del trabajo vivo por trabajo muerto de la mano del desarrollo del conocimiento científico se mantiene en pie. Esto no puede despertar nostalgias por formas pasadas de organización del trabajo¹⁰ que, por otra parte sería inviable recrear. Más bien, debe constituir la base técnica sobre la cual pensar una sociedad liberada de la necesidad del trabajo (donde la drástica reducción de la jornada laboral permita a todas las personas la dedicación a actividades creadoras). Es decir, el desarrollo de la gran industria es la base técnica sobre la cual pensar el socialismo como una sociedad del tiempo libre y de liberación de las potencialidades humanas.

Referencias bibliográficas

- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1998.
- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. O confronto operario ABC paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Ed. Unicamp, 1988.
- BIL, D. *Descalificados*. Proceso de trabajo y clase obrera en la rama gráfica (1880-1940). Buenos Aires: Ediciones RyR, 2007.
- _____. *La industria argentina de maquinaria agrícola (1870-1975): evolución y problemas de su desarrollo*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2009. Disponible en:

¹⁰ Benedito Moraes Neto acertadamente llama a evitar sentir “saudade” del fordismo (MORAES NETO, 2003, pp. 116-7).

- <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/ar/ar-030/index/assoc/D4148.dir/ji16.pdf>>. Access on: 29/01/2014.
- _____. Proceso de trabajo y luchas obreras en los años '30: Los trabajadores gráficos. *Izquierdas*, n. 30, pp. 65-88, 2016.
- _____. Transformaciones en la industria y luchas de los obreros gráficos en Buenos Aires (1878-1940). In: *En torno a la imprenta en Buenos Aires*. Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2018, pp. 247-277.
- BRAVERMAN, H. The degradation of work in the Twentieth century. *Monthly Review*, Madrid, Editorial Revolución, 1983 [1982].
- _____. *Trabajo y capital monopolista*. México: Nuestro tiempo, 1988.
- BURAWOY, M. *El consentimiento en la producción*. Los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- CAREY, M. White-collar proletariat? Braverman, the deskilling/upskilling of social work and the paradoxical life of the agency care manager. *Journal of Social Work*, v. 7, n. 1, pp. 93-114, 2007.
- _____. It's a Bit Like being a robot or working in a factory': Does Braverman help explain the experiences of State social workers in Britain Since 1971? *Organization*, v. 16, n. 4, pp. 505-27, 2009.
- CUNHA E. P. Braverman, subjetividade e função de direção na produção do valor. *Cadernos Ebape.BR*, 2014, v. 12, n. 4, pp. 741-55.
- ENGELS F. *El papel del trabajo en la transformación del mono en hombre*. Cali: Andreus, 1975.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ N. Estrés en el ámbito laboral de las instituciones de salud: Un acercamiento a narrativas cotidianas. *Argumentos* (México, DF). 2012 Dec;25(70):171-94.
- GORZ, A. *Misérias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- GOULD, S. J. La postura hizo al hombre. *Razón y Revolución*, 1996, n. 2.
- HARARI, Ianina, Luchas obreras por el proceso de trabajo: el caso de los obreros automotrices argentinos (1959-1976). *Trabajo y sociedad*, n. 20, pp. 175-192, 2013. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1514-68712013000100012&script=sci_arttext>. Access on: 29/01/2014.
- _____. *A media máquina*. Procesos de trabajo, lucha de clases y competitividad en la industria automotriz argentina (1952-1976). Buenos Aires: Ediciones RyR, 2015.
- _____. Un aporte al debate sobre el fordismo y la cadena de montaje: procesos de trabajo y lucha obrera en el caso automotriz desde una óptica marxista. *Verinotio – Revista on-line de Filosofía e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, abr. 2019.

KABAT, M. *Del taller a la fábrica*. Proceso de trabajo, industria y clase obrera en la rama del calzado (Buenos Aires 1870-1940). Buenos Aires: Ediciones RyR, 2005.

_____. La industria del calzado: cambios en la organización del trabajo entre 1880 y 1940. *Desarrollo económico*, v. 47, n. 188, pp. 639-659, 2008.

_____. El impacto de la comercialización de maquinaria estadounidense sobre la industria argentina del calzado (1903-1920). *el@tina Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, n. 52, 2015. Disponible en: <<https://www.redalyc.org/pdf/4964/496450649001.pdf>>. Access on: 29/01/2016.

KABAT M; HARARI I. Las comisiones internas bajo el peronismo clásico (Argentina 1946-1955): Conflictos en torno a su accionar y reglamentación. *Cuadernos de historia*, Santiago, 2014, n. 41, pp. 107-131. Disponible en: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0719-12432014000200005&script=sci_arttext&tlng=en>. Access on: 29/01/2016.

KABAT, M; LARRALDE, V; FERRER, L.; ESCUDÉ, I. Gran Industria y sobrepoblación relativa. Transformaciones del trabajo y desarrollo de las capas obreras desocupadas en la Argentina durante las tres últimas décadas. *II jornadas de Historia Reciente*, Necochea, 2004.

LIPIETZ A. *Espejismos y milagros*: problemas de la industrialización en el Tercer Mundo. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/Tercer Mundo Editores, 1992.

LITTLER, C. R. The labour process debate: a theoretical review 1974-1988. *Labour process theory*, pp. 46-94, 1990.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, R. Sobre cuerpos, máquinas y feminismo. Proceso de producción, proceso de trabajo y valor de uso en la producción de las mercancías “fuerza de trabajo” y “placer sexual” en la rama de la prostitución. *Theomai*, en prensa.

MARINELLI, N. Drones en el agro: para qué se usan y cómo se eligen. *Clarín rural*, 25/9/2018, disponible en: <https://www.clarin.com/rural/dron-elige-prestaciones_o_5SVslRt10.html>. Access on: 29/09/2018.

MARX, Karl. “Cuaderno XIX. Continuación del cuaderno V (las máquinas, etc.)”, en MARX, Karl. *Progreso técnico y desarrollo capitalista*, Pasado y Presente, México, 1982, pp. 163-6.

_____. *El capital*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1999.

_____. *Economic and philosophic manuscripts of 1844*. Dover Publications.com, 2012.

MONTGOMERY, D. *El control obrero en Estados Unidos*. Historia sobre las luchas del trabajo, la tecnología y las luchas obreras. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad, 1985.

MORAES NETO, B. R. de. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. *Século vinte e trabalho industrial*. Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automatização em debate. São Paulo: Xamã editora, 2003.

PELÁEZ, P.; HARARI, Ianina. A media máquina. Procesos de trabajo, lucha de clases y competitividad en la industria automotriz argentina (1952-1976). *H-industri@: Revista de historia de la industria, los servicios y las empresas en América Latina*, n. 20, pp. 128-31, 2017.

INFORMANTE ANÓNIMO, *testimonio*, 2018, ingeniero rural, ex gerente de compañía líder del sector cerealero en la Argentina, responsable de producción maicera, actual consultor privado de productores cerealeros. Entrevista realizada por Marina Kabat, octubre de 2018.

ROWLINSON, M.; HASSARD, J. Economics, Politics, and Labor Process Theory. *Capital and Class*, v. 18, n. 2, pp. 65-97, 1994.

ROSSIN, J. *Testimonio*, 2008, gerente nacional del Area Rural de Manpower, Argentina. Entrevista realizada por Marina Kabat, abril de 2008.

SARTELLI, E. Para comer una Hamburguesa. El estudio de los procesos de trabajo, el debate Braverman y el 'fast food' en Argentina. *Razón y Revolución*, n. 7, pp. 40-61, 2001. Available at: <<http://www.razonyrevolucion.org/textos/revryr/prodetrab/ryr7Sartelli.pdf>>. Access on: 29/01/2014.

_____. *Patrones en la ruta: el conflicto agrario y los enfrentamientos en el seno de la burguesía*, marzo-julio de 2008. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2008.

SARTELLI, E.; KABAT, M. Las transformaciones recientes del proceso de trabajo en el agro argentino y los cambios concomitantes en las relaciones laborales. *História na Fronteira*, v. 2, n. 2, pp. 1-15, 2009.

_____; _____. Where did Braverman go wrong? A Marxist response to the politicist critiques. *Cadernos Ebape.BR*, v. 12, n. 4, 2014.

_____; _____. Argentine industrialization: A critique of the liberal and dependentist schools. *Analytical gains of geopolitical Economy*, Emerald Group Publishing Limited, pp. 227-54, 2016.

SCHVARZER, J. Comentario al libro de Marina Kabat: *Del taller a la fábrica*. Proceso de trabajo, industria y clase obrera en la rama del calzado, Buenos Aires, 1870-1940. *XX Jornadas de Historia Económica*, Mar del Plata, 20/10/2006, disponible en: <<http://www.ceics.org.ar/grupos-investigacion/procesos-de-trabajo/>>.

SMITH, V. El legado de Braverman. *Sociología del trabajo*, n. 26, 1996.

STEVENSON, H. Restructuring teachers' work and trade union responses in England: Bargaining for change? *American Educational Research Journal*, v. 44, n. 2, pp. 224-51, 2007.

TARDITTI, R. El proceso de trabajo en los frigoríficos: una moderna manufactura. *Primeras jornadas interdisciplinarias de estudios agrarios y agroindustriales*, Bs. Aires, 1999.

THOMPSON, P. The capitalist labour process: concepts and connections. *Capital and Class*, 34, pp. 7-14, 2010.

VILLANOVA N. Del «cirujeo» al «cartoneo». Cambios en los procesos de trabajo, condiciones laborales y estructura de la clase obrera: Ciudad de Buenos Aires, 1989-2012. *RELET-Revista latinoamericana de estudios del trabajo*, n. 34, pp. 161-70, 2017.

WILKINSON, G. Workforce remodelling and formal knowledge: The erosion of teachers' professional jurisdiction in English schools. *School Leadership and Management*, v. 25, n. 5, pp. 421-439, 2005.

Como citar:

KABAT, Marina. La importancia de la historia para comprender el trabajo y sus transformaciones. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 28-57, abr. 2019.

Data de envio: 24 fev. 2019
Data de aceite: 28 mar. 2019

Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista: desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação das formas de produção arcaicas¹

Ronaldo Vielmi Fortes²

Resumo:

O artigo apresenta a crítica ao conceito de acumulação taylorista/fordista, demonstrando as distorções provocadas por tal noção na compreensão da dinâmica econômica transcorrida ao longo do século XX, particularmente nos EUA. Por meio desta crítica, busca-se demonstrar como tal abordagem dos processos de acumulação cria vícios conceituais que dificultam a análise dos processos de acumulação em vigor na atualidade.

Palavras-chave: acumulação capitalista; acumulação taylorista-fordista; maquinaria.

Limits and misconceptions of the Fordist accumulation concept: development of the productive forces and perpetuation of archaic forms of production

Abstract:

The article presents a critique of the Taylorist/Fordist accumulation concept, demonstrating the distortions provoked by this notion in the understanding of the economic dynamics that occurred throughout the 20th century, particularly in the USA. Through this critique it tries to demonstrate how such an approach of the processes of accumulation creates conceptual vices that make difficult the analysis of the processes of accumulation at the present time.

Key words: capitalist accumulation; Taylorist-Fordist accumulation; machinery.

Tornou-se comum referir à economia capitalista do século XX como um processo de acumulação caracterizado fundamentalmente pela organização fordista da produção. Tal designação é ampliada a tal ponto que chega, na concepção de vários sociólogos, economistas e pesquisadores em geral, à compreensão e determinação do assim chamado ciclo de acumulação fordista/taylorista como a forma explicativa de toda a dinâmica da economia no século em questão. A “linha de montagem”, a

¹ O artigo compõe resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado realizada junto do Departamento de Filosofia da Fafich-UFMG.

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *E-mail:* rvielmi@yahoo.com.br.

obsessiva forma de controle dos movimentos das atividades dos trabalhadores postas em ação pela organização científica do trabalho, a relação salário/capital característica da época funcionam como padrões analíticos que descrevem desde a forma da organização das unidades produtivas, passando pelas tendências sociais mais marcantes (a chamada sociedade de consumo), até as causas fundamentais do crescimento econômico do período designado como *Golden age* (1945-70).

Obviamente, não se trata aqui de negar o fenômeno da organização científica do trabalho tão bem – e insistentemente – posto em evidência pela literatura sociológica, porém cabe tecer apontamentos acerca da exacerbação de fatos característicos de certos ramos de produção ao patamar de uma formação geral, válida universalmente para todos os processos econômicos e sociais ocorridos ao longo do século XX. Em diversos autores, o assim chamado taylorismo/fordismo termina por se constituir na chave analítica hegemônica que abre as portas para a compreensão dos meandros da sociedade capitalista do século em questão. Nessa medida, torna-se também parâmetro e critério decisivo para a explicação das transformações do “mundo do trabalho” da sociabilidade posterior, do assim chamado capitalismo do século XXI. Basta para demonstrar nossa última asserção listar as variantes designativas que buscam determinar os fenômenos atuais quase sempre erigidos em contraposição à formação anterior, como é o caso de designações como o “pós-fordismo”, o “toyotismo” como substituto do fordismo, ou expressões como modo de “acumulação flexível” em contraposição à “inflexibilidade” ou “rigidez” da acumulação fordista etc.

Talvez não fosse de todo um exagero afirmar que os sociólogos mais arraigados em tal abordagem terminem por se manterem obcecados por uma contra-apologética do sistema fundada em jargões voluntaristas, incorrendo em um exame da realidade que tende a omitir a investigação pormenorizada das relações sociais concretamente postas, direcionando seus estudos apenas a alguns aspectos bem específicos do fenômeno da organização do trabalho, particularmente àqueles que comprovam suas hipóteses. Desse modo, as formas mais extremas destas abordagens, procedem à inversão da ordem de determinações ao sustentar que tais fenômenos não constituem o resultado das determinações de fundo postas pelas tendências da dinâmica econômica, mas constituem as expressões fundamentais do sistema de produção ou mesmo as determinantes essenciais do ciclo de acumulação capitalista do período. O que deve ser explicado é alçado à função de critério explicativo, negligenciando desse modo o fato – empírico e não conceitual – de que tais formas organizativas do trabalho não foram modos universais da gestão do trabalho, antes pelo

contrário, foram na realidade formas particulares circunscritas a ramos muito específicos da produção industrial.

Taylorismo como uma forma desdobrada da manufatura

Chama a atenção o fato de parte dessa literatura reivindicar para si a condição de ser de afiliação marxista, vislumbrando no pensamento de Karl Marx as bases da abordagem acerca da forma prevalente da acumulação capitalista. É o caso, por exemplo, de Benjamin Coriat – investigador francês que produziu livros influentes sobre o tema na década de 1970 – que em sua obra *Science, technique et capital*, identifica nas reflexões de Marx em torno da manufatura do século XVIII e início do século XIX os princípios fundamentais do taylorismo:

Tudo o que Marx anuncia no que concerne às características especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelização das tarefas, incorporação do saber técnico na máquina, caráter despótico da direção) Taylor em relação ao processo de trabalho, o realiza, ou mais exatamente dá a ele uma esfera de extensão que não possuía até então. O interesse excepcional que se apresenta em Taylor reside no fato de que ele é a expressão *consciente, concentrada e sistemática* dos interesses do capital em um momento estratégico de sua história. (CORIAT, 1976, p. 133)

De fato, as linhas características essenciais da manufatura, tal como descritas pelo pensador alemão, guardam fortes semelhanças com as linhas mestras que se pode encontrar na organização taylorista do trabalho. Para efeitos de cotejamentos, lembremos que Marx descreve a manufatura demonstrando suas caracterizações mais gerais:

Ao combinar ofícios originalmente dispersos, tal manufatura reduz a separação espacial entre as fases particulares de produção do artigo. O tempo de sua passagem de um estágio para outro é reduzido, assim como o trabalho que medeia essa passagem. Em comparação com o artesanato obtém-se, com isso, um acréscimo de força produtiva, sendo tal acréscimo derivado, na verdade, do caráter cooperativo geral da manufatura. Por outro lado, seu princípio peculiar da divisão de trabalho provoca um isolamento das diferentes fases de produção, que, como diversos outros trabalhos parciais artes anais, se autonomizam mutuamente. Estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas exige o transporte constante do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se revela uma limitação característica, dispendiosa e imanente ao princípio da manufatura. (MARX, 2013, p. 418)

A produção diversificada culmina na ação final de montagem das diversas componentes que provêm das mais distintas localidades

produtivas. O aspecto relevante é o fato de cada produção culminar em seu desdobramento na divisão de tarefas, cada vez mais depurada e específica, levando a produção à desqualificação técnica do trabalhador na medida em que reduz sua atividade à ação simples de movimentos repetitivos. O taylorismo, e nesse sentido deve-se dar razão a Coriat, é a organização mais sistematizada, mais obcessivamente interessada na administração em cada detalhe dos movimentos do trabalhador, expressa a intensificação e radicalização do cálculo detalhado do processo produtivo. Mas, e é esse aspecto o relevante de nossa observação crítica, o taylorismo constitui uma forma mais desenvolvida da *manufatura*, da produção com base na divisão de tarefas no interior do processo produtivo.

Coriat negligencia o fato de as descrições feitas por Marx acerca da manufatura se encontrarem no interior de uma discussão mais ampla, na qual o autor considera o movimento que leva da manufatura ao advento da maquinaria na chamada “grande indústria”. Esse aspecto pode ser ressaltado na sequência da citação acima reproduzida, precisamente na última frase que encerra o parágrafo em questão: “Do ponto de vista da grande indústria, isso se revela uma limitação característica, dispendiosa e imanente ao princípio da manufatura” (MARX, 2013, p. 418). O encerramento do parágrafo não é fortuito, pois Marx em suas reflexões propõe destacar os desdobramentos da forma da acumulação capitalista presente já no século XIX, dando destaque aos limites da forma de organização do trabalho própria da manufatura e à necessidade – tendencial – de superação de seus limites, precisamente para responder à dinâmica crescente da acumulação do capital.

A base do velho método, a mera exploração brutal do material de trabalho, acompanhada em maior ou menor medida de uma divisão do trabalho sistematicamente desenvolvida, já não bastava a um mercado em expansão e à concorrência cada vez mais acirrada entre os capitalistas. Era chegada a hora da maquinaria. A máquina decisivamente revolucionária, que se apodera indistintamente de todos os inumeráveis ramos dessa esfera da produção, como as confecções de trajes finos, a alfaiataria, a fabricação de sapatos, a costura, a chapelaria etc., é a máquina de costura. (MARX, 2013, p. 542)

Marx identifica como linha tendencial dos processos de acumulação capitalista o desenvolvimento das forças produtivas, caracterizada fundamentalmente pelo advento da maquinaria, que suplanta em grande parte o que foi a característica fundamental da forma de produção até então predominante (em particular no século XVIII), ou seja, a manufatura. A maquinaria é determinada como o elemento ulterior da dinâmica histórica do desdobramento da linha tendencial do capitalismo. Conforme diz Marx, a necessidade de ampliação de mercado e os limites

das formas anteriores da produção impõem o desenvolvimento dos aparatos técnicos de produção.

O princípio da grande indústria, a saber, o de dissolver cada processo de produção propriamente dito em seus elementos constitutivos, e, antes de tudo, fazê-lo sem nenhuma consideração para com a mão humana, criou a mais moderna ciência da tecnologia. As formas variegadas, aparentemente desconexas e ossificadas do processo social de produção se dissolveram, de acordo com o efeito útil almejado, nas aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas das ciências naturais. A tecnologia descobriu as poucas formas fundamentais do movimento, sob as quais transcorre necessariamente, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, toda ação produtiva do corpo humano, exatamente do mesmo modo como a mecânica não deixa que a maior complexidade da maquinaria a faça perder de vista a repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. (MARX, 2013, p. 306)

O uso da maquinaria figura como o fator preponderante da forma mais avançada da acumulação capitalista. Conforme salienta Marx, no capítulo 23 do livro I, de *O capital*, a acumulação capitalista se caracteriza fundamentalmente pelo aumento da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento proporcional dos gastos com o capital constante em detrimento do capital variável. O advento da máquina e seu predomínio no processo produtivo possibilita ao capitalista alcançar um maior controle sobre o capital constante, possibilitando um aumento da velocidade de produção e, inclusive, permite transpor de maneira bem-sucedida aos limites naturais (corporais) do elemento força de trabalho. A partir desse ponto, a produção não se encontra mais restringida pelos limites da força física do trabalhador, mas submete esse último às exigências do mecanismo, esse assume agora o papel, para usar a expressão do próprio autor, de “apêndice da máquina”.

Nesse sentido, não há dúvidas, que para o pensador alemão:

Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro. A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma

capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência": como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador; como essa contradição desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora, o desperdício mais exorbitante de forças de trabalho e as devastações da anarquia social. (MARX, 2013, pp. 556-7)

Há dois aspectos importantes a serem ressaltados nessa citação. O primeiro destaca o constante revolucionamento da produção com base no desenvolvimento da tecnologia; entretanto, em contraposição, o segundo aspecto não deixa de observar certa continuidade da “velha forma” da “divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas”. Nesse sentido, por mais que a linha tendencial da dinâmica da acumulação capitalista seja descrita em termos gerais pelo desenvolvimento e incremento da produtividade posta em movimento pela maquinaria, não se deixa de observar que as condições de trabalho tendem a se deteriorar, levando o trabalhador à situação de subalternidade no processo produtivo e, mesmo, à preservação de velhas formas de exploração – voltaremos a esse ponto mais à frente.

Voltando novamente a atenção para Coriat, vale dizer que suas afirmações são escolhas muito seletivas das considerações de Marx, fato que o leva à afirmação completamente contrária ao que diz o filósofo alemão, identificando na manufatura o padrão da acumulação capitalista do século XX, enquanto Marx identifica sua suplantação já no século XIX com o advento da maquinaria (cf. MORAES NETTO, 1991, pp. 24-33).

As origens de tais entendimentos – das tendências teóricas fundamentadas no conceito de acumulação fordista/taylorista –, como o que narramos a partir do exemplo de Coriat, podem ser bem datadas na história do pensamento sociológico e econômico. Muitos autores são unânimes em localizar na escola francesa dos regulacionistas as origens de tal concepção – da qual inclusive o sociólogo francês aqui citado faz parte. De certo modo o marco inaugural dessa escola de pensamento pode ser identificado na obra de Aglieta, *Crise e regulação do capitalismo* e teve contribuições importantes nas obras de outros regulacionistas como Alain Lipietz e Robert Boyer.

Sem nos delongarmos muito sobre os aspectos teóricos dessa escola de pensamento, importa apenas focalizar os elementos mais gerais da tese. É Lipietz quem nos ajuda a estabelecer as linhas gerais da noção de “acumulação taylorista” e do conceito de “acumulação fordista”. No século XX, segundo o autor, podemos identificar ao menos dois momentos bem

característicos da acumulação americana. No primeiro deles, ocorre durante o período entre as duas grandes guerras:

o desenvolvimento do taylorismo e dos embriões do fordismo provoca a primeira grande onda de acumulação intensiva. A produtividade cresce a uma taxa de 6% ao ano (o triplo da tendência do século XIX), mas o poder de compra continua em seu momento medíocre. Essa compressão, altamente favorável à taxa de lucro, (...) provoca uma crise sem precedentes de superprodução: a crise dos anos 1930³. (LIPIETZ, 1984, p. 703)

Um pouco mais tarde, após a segunda Guerra Mundial, a consolidação do chamado “fordismo” permite estabilizar oferta e demanda, permitindo o equilíbrio da economia e viabilizando seu crescimento. Tem lugar, segundo o autor, uma nova fase da acumulação intensiva:

que perdurou, por sua vez, por vinte anos, durante os quais a produtividade aumentou consideravelmente, (...) mas desta vez o aumento do poder de compra dos empregados (produtivos e improdutivos) acompanhou quase exatamente o aumento da produtividade. (LIPIETZ, 1984, p. 704)

As teses da escola regulacionista são bastante controversas, para muitos autores eivada de erros técnicos, de dados e de compreensão em relação aos fundamentos básicos dos teóricos clássicos da economia⁴. Não cabe nesse artigo o aprofundamento da crítica de tais problemas. Importa apenas destacar a gênese das expressões, apontando para pelo menos dois problemas: primeiro, são esses autores que tomam a particularidade da organização de produção taylorista e fordista e o alçam ao patamar de critério da dinâmica da acumulação; segundo, negligenciam a perpetuação das características da manufatura tanto no taylorismo como no fordismo, deixando completamente de lado a questão das tendências da acumulação capitalista com base na maquinaria, já presentes ao longo do século XIX.

A influência de Harry Braverman e os vícios de leitura

Sem dúvida a influência das ideias centrais dos autores que compõem escola regulacionista se faz sentir ao longo do século XX e ainda hoje – por vias mais indiretas do que diretas – fornece a base e o ponto de

³ Acerca dessa tese vale reproduzir aqui, *en passant*, a crítica de Duménil e Lévy (1991, p. 3): “Lipietz não indica qual país ele considera. Se esta análise diz respeito aos Estados Unidos, o que parece necessário para explicar a origem da crise, essa caracterização do período está errada. A década de 1920 nos Estados Unidos não é marcada por um forte crescimento da produtividade do trabalho; a taxa de lucro é baixa em comparação com seu valor antes da primeira guerra mundial ou após a segunda; a relação entre o consumo final e o PIB é alta”.

⁴ A literatura que realiza a crítica dos regulacionistas é ampla e diversificada. Não nos cabe nesse sentido um aprofundamento na crítica dessa escola de pensamento. Remetemos os interessados à crítica de Brenner e Glick (1989, pp. 89-131).

partida para diversas concepções sociológicas que tratam do problema das formas específicas do processo de acumulação capitalista e do papel que as transformações do trabalho desempenha no interior desses processos. Talvez o caso mais exemplar nesse sentido seja a obra de Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*, que mesmo sem fazer remissões diretas a essa escola e à tese aqui em questão, contribuiu de maneira decisiva para estabelecer o lugar central das reflexões sobre a dinâmica econômica do século XX, como fundamentalmente fordista/taylorista. A análise crítica bem detalhada dos princípios mais gerais do taylorismo e do fordismo, com forte ênfase no predomínio do advento da organização científica do trabalho, contribuiu de maneira efetiva para a difusão da ideia do predomínio desta forma de organização da produção ao longo do século XX. Nesse sentido, essa obra também agiu como a matriz de diversas concepções posteriores.

Entretanto, não se poderia deixar de vislumbrar na obra de Braverman, em seu emblemático capítulo 9, intitulado “Maquinaria”, as advertências do autor que sugerem distinções significativas entre a mecanização da indústria e o uso ainda centrado na utilização da força de trabalho humana típica da manufatura.

A maquinaria oferece à gerência a oportunidade de fazer por meios inteiramente mecânicos aquilo que ela anteriormente pretendia fazer pelos meios organizacionais e disciplinares. O fato de que muitas máquinas possam ser reguladas e controladas de acordo com as decisões centralizadas, e que esses controles possam assim ficar nas mãos da gerência, retirados do local da produção e levados para o escritório – essas possibilidades técnicas são de tão grande interesse para a gerência quanto o fato de que a máquina multiplica a produtividade do trabalho. (BRAVERMANN, 1987, p. 169)

Poucas páginas adiante, Braverman dá claro testemunho de que a linha de montagem é uma forma arcaica e não a expressão das formas mais avançadas da produção, ao mesmo tempo em que estabelece, em linhas bem gerais, as razões para sua vigência:

A principal vantagem da linha de montagem industrial é o controle que ela permite sobre o ritmo de trabalho, e como tal ela é inexcusavelmente útil para os proprietários e gerentes, cujos interesses estão em desavença com os de seus trabalhadores. De um ponto de vista tecnológico, é extraordinariamente primitivo e pouco tem a ver com a “tecnologia da máquina moderna”. Contudo, em tais relíquias bárbaras acha-se o assento do “conhecimento científico” e a base da tecnologia. (BRAVERMANN, 1987, p. 200)

A novidade consiste, assim nos parece, em as “relíquias bárbaras” incorporarem elementos do “conhecimento científico”, mas não serem em si mesmos exemplares puros das formas mais avançadas da produção.

Com base nessas considerações seria um equívoco tomar tais formas específicas próprias da assim chamada “linha de montagem” como o padrão, ou mesmo, como a forma predominante da produção característica do século XX. As “reliquias bárbaras” convivem – e são viabilizadas – pelas formas mais aprimoradas da “tecnologia da máquina moderna”. O próprio autor adverte, no capítulo em questão, que na produção caracterizada pelo fluxo contínuo – como é o caso da indústria química, metalúrgica, têxtil etc. – o processo adotado é fortemente mecanizado (cf. BRAVERMANN, 1987, pp. 162-4), por conseguinte, não guarda nenhuma semelhança com as formas típicas do fordismo/taylorismo.

A despeito desse significativo capítulo onde o autor dá mostras claras de que um processo paralelo importante ocorria em seu tempo, a ênfase de seu livro recai sobre os aspectos da organização científica do trabalho condizentes com o taylorismo/fordismo. Se se tomar seus estudos como uma narrativa que visa destrinchar esse fenômeno específico do processo de produção – fordismo/taylorismo – não há dúvidas de que suas considerações são bastante contributivas. Entretanto, a linha de desenvolvimento de sua obra, ainda que faça advertências sobre formas distintas da produção, tem toda sua base assentada sobre a descrição da OCT, limitando as considerações sobre os outros processos a um único capítulo de seu livro. Ao referir, mas não tratar em detalhes as tendências significativas à mecanização da indústria em seu tempo, de algum modo suas considerações terminam por se ater com maiores detalhes aos princípios do fordismo/taylorismo, restringindo desse modo o amplo horizonte da totalidade dinâmica dos processos econômicos e de produção vigentes na época.

Porém, a desatenção aos aspectos postos em evidência no capítulo aqui referido possui outras motivações. Nesse sentido, não podem ser atribuídas unilateralmente a supostas insuficiências do livro de Bravermann. Esquecer ou simplesmente tomar tais considerações como fortuitas ou meras observações pontuais mostra o cerne das tendências que predominaram ao longo do século XX nas assim chamadas sociologias de esquerda. As simplificações, quase sempre de caráter voluntarista, em grande medida se prestam a enfatizar o caráter tortuoso da exploração da classe trabalhadora no decorrer dos processos da produção industrial americana. Fato que deveras esteve presente, porém não se pode descurar de uma ampla série de outros fatores que determinaram de maneira efetiva o processo de acumulação do século em questão.

A produção industrial americana e a especificidade do fordismo

Para o propósito de nossa discussão importa ressaltar: se em dados ramos industriais tal lógica da produção manufatureira foi viabilizada, em outros setores se assistiu exatamente ao contrário dessa tendência. Bastaria referir o setor têxtil americano – e isso já no século XIX na Inglaterra, onde este setor da economia aparecia como o *locus* da alta tecnologia – para destacar o elevado nível de utilização tecnológica, implicando a maior composição técnica do capital. Mesmo em outros setores, como o das grandes corporações de produção alimentícia, tabaco ou no setor das indústrias químicas e farmacêuticas, o uso da maquinaria aparece como fenômeno de significativa relevância. Nesse sentido, setores importantes da economia americana, ou mesmo da inglesa e da alemã, apresentaram uma dinâmica inversa ao que aconteceu na indústria automobilística. Neles não vemos sequer sombras de uma baixa composição orgânica do capital, pelo contrário, no século XIX, em particular nos EUA, verificamos essa outra tendência decisiva do setor produtivo, qual seja: a mecanização.

Citemos, a propósito, dois exemplos. A indústria do cigarro apresentava em seu processo produtivo antes de sua mecanização a produtividade média de dois cigarros/minuto por trabalhador – em casos excepcionais trabalhadores mais experientes alcançavam a marca de quatro por minuto. Em 1880, James Albert Bonsack inventou a *Automated cigarette rolling machine* e a produção mecanizada alcançou o volume de produção de 120 mil cigarros em 10 horas, ou seja, 200 cigarros por minuto (cf. CHANDLER/HIKINO, 1990, p. 63). Em suma, a máquina produzia o equivalente ao que 3 mil dos trabalhadores mais rápidos e experientes eram capazes de produzir em uma jornada de mesmo período – ou o equivalente a seis mil dos trabalhadores médios. Essa base tecnológica permitiu inclusive o advento da monopolização do setor, ao eliminar pequenos produtores e ao alcançar forte vantagem competitiva sobre os concorrentes.

Outro caso demonstra a evolução tecnológica na indústria de alimentos, essa também de relevante papel na economia americana do final do século XIX.

A revolução da embalagem teve outro impulso em 1883, quando os irmãos Norton, Edwin e OW, construíram a primeira fábrica de linha automática com máquinas capazes de soldar latas a uma taxa de 50 por minuto, junto com outras máquinas que adicionavam partes superiores e inferiores à lata a uma taxa de 2.500 a 4.400 unidades por hora. Com base nessa nova tecnologia, Gail Borden rapidamente expandiu suas instalações para envasar leite e sua organização para comercializá-lo. Os Dorrances da Filadélfia fizeram o mesmo com os produtos da

Campbell Soup. O mesmo aconteceu com Henry John Heinz em Pittsburgh, com suas "57 variedades" de picles, molhos e outros produtos. Libby, McNeill & Libby criaram uma empresa similar que produzia carne enlatada em Chicago. (CHANDLER; HIKINO, 1990, p. 64)

As inovações que se processaram nesse campo se espalharam para outros ramos, como por exemplo, na fabricação de cerveja, na destilação do uísque, refino de açúcar, de óleo de sementes de algodão, ácido sulfúrico, assim como outros produtos químicos⁵. No que tange às inovações presentes nesse intervalo de tempo, ao analisar o desenvolvimento das indústrias americanas, Chandler e Hikino enfatizam que

O mesmo ocorreu nos ramos que podiam introduzir máquinas de processo contínuo e que redesenharam suas plantas para essa finalidade. É o caso, em particular, do beneficiamento de produtos agrícolas. No final da década de 70, isso pode ser observado na produção de cigarros e aveia, na moagem de farinha e outros grãos, na produção de filmes fotográficos. Nesses setores, no entanto, uma vez introduzidas as inovações, o potencial para novos avanços ficava limitado. Na metal-mecânica, não. O exemplo da metalurgia norte-americana é ilustrativo: com a integração entre os altos-fornos, as usinas de laminação e as usinas de acabamento, para produzir trilhos, fios, chapas e estruturas metálicas, com a adoção do sistema de Bessemer e dos processos de forno aberto e com o redesenho interno das usinas, o aumento de produtividade alcançado foi espetacular e a indústria americana ultrapassou a inglesa. A indústria mecânica, por sua vez, apresenta o exemplo mais conspícuo de como a reestruturação levou a aumentos continuados de produtividade. Foi ela que forneceu, entre os anos 50 e os 80, as principais inovações, em termos de equipamentos siderúrgicos, para as mudanças nos processos produtivos da laminação e da fabricação de chapas metálicas (CHANDLER, 1965, p. 103).

A tabela abaixo oferece uma rápida visão dos vários setores que compunham a acumulação na economia americana ao longo do século XX. Por meio dela se pode perceber que o sistema do fordismo não é a única linha adotada no sistema de produção.

⁵ No mesmo livro de Chandler e Hikino (1990), encontramos um instrutivo capítulo *Expanding organizational capabilities: investment abroad and product diversification in machinery*, no qual são tratados em detalhes o uso da maquinaria nos diversos ramos da produção manufatureira americana.

As quinze maiores empresas americanas - 1907, 1948 e 1959

Class.	1907		1948		1959	
	indústria	setor	indústria	setor	indústria	setor
1	U.S. Steel	Steel	Standard Oil (N.J.)	Oil	Standard Oil (N.J.)	Oil
2	Standard Oil	Oil	General Motors	Auto/Power Machinery	General Motors	Auto/Power Machinery
3	American Tobacco	Agricultural	U.S. Steel	Steel	U.S. Steel	Steel
4	International Harvester	Machinery	Standard Oil (Ind.)	Oil	Ford Motor	Auto/Power Machinery
5	Amalgamatec (Anaconda) Copper	Nonferrous	Socony-Vacuum	Oil	Gulf Oil	Oil
6	Central Leather	Agricultural	Texaco	Oil	Texaco	Oil
7	Pulmann	Machinery	Gulf Oil	Oil	Socony-Vacuum	Oil
8	Armour & Co.	Agricultural	Du Pont	Chemical	Du Pont	Chemical
9	American Sugar Refining	Agricultural	General Electric	Electric	Standard Oil (Ind.)	Oil
10	U.S. Rubber	Rubber	Ford Motor	Auto/Power Machinery	Standard Oil (Calif.)	Oil
11	American Smelting & Refining	Nonferrous	Standard Oil (Calif.)	Oil	General Electric	Electric
12	Singer Mfg. Co.	Machinery	Bethlehem Steel	Steel	Bethlehem Steel	Steel
13	Swift & Co.	Agricultural	Sears, Roebuck	Mass Merchandising	Shell Oil	Oil
14	Pittsburg Coal	Nonferrous	Union Carbide	Chemical	Union Carbide	Chemical
15	General Electric	Electrical	Sinclair Oil	Oil	Phillips Petroleum	Oil

Fonte: Elaboração com autor, com base em CHANDLER (1973, pp. 5-6).

Os dois caminhos – maquinaria ou uso intensivo da força de trabalho – mostram-se em curso ao longo deste período histórico. Nesse sentido, é preciso indagar sobre as motivações que levam à escolha de um ou de outro caminho. Considerações elucidativas são apresentadas por David Landes em livro *Prometeu desacorrentado*, onde assevera que a opção pelo uso de mão de obra ou pela adoção da maquinaria envolve decisões que respondem ao contexto da diversidade econômica do ramo de negócios onde se encontra inserido – poderíamos até mesmo dizer, além de decisões de âmbito estritamente tecnológico, a alternativa contábil é de grande relevância.

Quão importante foi a mecanização do transporte e da manipulação dentro das fábricas? A resposta varia conforme a natureza das empresas, em alguns processos, o manuseio representa mais de 85% do custo do produto final; em indústrias leves como a de produtos têxteis, representa muito pouco. Além disso, os grandes guindastes de cavalete ou elevadores móveis não são, em si, uma garantia de economia. Em muitos casos, as empresas eram providas de equipamentos grandes ou complexos demais para o trabalho exigido. E, algumas vezes, a mão-de-obra era tão barata que as máquinas constituíam um luxo. É muito fácil confundir a parafernália da modernidade com eficiência. (LANDES, 2005, p. 314)

Em termos mais claros, a opção pelo uso de mão de obra ou pela adoção da maquinaria envolve decisões que respondem ao contexto da diversidade econômica do ramo de negócios e produção onde se encontra inserido. Compete também para essas decisões os custos do uso de mão-de-obra comparativamente à implementação da maquinaria. Conforme destaca Landes, nem sempre a “parafernália da modernidade” pode ser entendida como “eficiência”, sendo mais razoável em certos casos o uso da mão-de-obra barata o meio mais racional em termos de custos. Reportando-se a fatos, o autor demonstra que o setor da indústria cuja principal atividade é a de montagem – a indústria “que abrange campos como a construção mecânica a engenharia, a fabricação de roupas e calçados e as indústrias de construção” – caracterizou-se pelo elevado número de trabalhadores na produção. Contudo, esse aspecto não elimina a razão inversa que leva ao outro lado dessas escolhas: a indústria de transformação, ou seja, aquela cuja atividade consiste na conversão “de determinado conjunto de matérias-primas em outra forma” (LANDES, 2005, p. 312) – têxteis, químicas, metalúrgicas, produção de vidros, refino petróleo, o processamento industrial de alimentos etc. – assumiu o caminho inverso, adotou de maneira intensiva a mecanização da produção⁶.

A rica e detalhada apresentação dos caminhos concretos assumidos pelos vários ramos da indústria, analisados por Landes, tendem a insistir muito mais no critério técnico específico de cada área, o que sem dúvida se mostra como um aspecto de relevância considerável nas escolhas assumidas. No entanto, ao que o autor salienta poderíamos acrescentar que o contexto histórico e a particularidade de cada país importam tanto quanto, ou mais ainda, no conjunto das decisões. Em outros termos, falar da elevada disponibilidade de mão-de-obra barata como alternativa mais viável não explicita as razões da sua existência em uma dada sociedade.

Se voltarmos nossa atenção novamente à indústria automotiva americana, as observações de Moraes Neto (1991) a respeito da mesma questão trazem com maiores detalhes os elementos postos pela condição social e econômica americana que levam ao surgimento do taylorismo e a seu desdobramento posterior no fordismo. Voltando-se aos problemas das condições que propiciaram o advento do fordismo/taylorismo, o autor do livro *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*, tece apontamentos importantes para a compreensão das condições específicas da economia americana que viabilizaram tal fenômeno:

⁶ Para se ter uma ideia da proporção de empregados em ramos distintos da produção, enquanto em 1925 a GM empregava 83.278 trabalhadores, a Du Pont possuía cerca de 14.000 empregados. Os ativos das corporações eram, respectivamente, US\$ 703,8 milhões e US\$ 305,7 milhões (CHANDLER, 1973, p. 50).

Trata-se da necessidade imperiosa do aumento de produção, que, através de tentativas sucessivas, vai conformando a linha de montagem. Por um lado, a luta pelo mercado potencialmente fabuloso do novo produto, o automóvel, dentro dos marcos do capitalismo monopolista, não permitia a evolução lenta das escalas de produção, impondo-se desde logo a necessidade da grande empresa, e por outro não existia qualquer conhecimento prévio da “ciência da tecnologia” que pudesse se incorporar à produção do novo produto. (MORAES NETO, 1991, p. 60)

Desse modo, ao menos dois fatores estritamente vinculados um ou outro se apresentam como decisivos. O crescente mercado da indústria automotiva exigia o aumento da produtividade, mas ao mesmo tempo o desenvolvimento da tecnologia não havia ainda desenvolvido suficientemente os mecanismos aptos a serem empregados de maneira vantajosa nessa atividade. Além disso, por ser uma produção de produtos finais, que, por sua situação de relação direta com o consumidor, deveria atender diretamente ao mercado, tal condição impõe a necessidade de mudanças constantes em seus produtos. A especificidade desse ramo da atividade econômica fazia com que a mecanização viesse a ser tornar obsoleta em pouco tempo, tornando dispendiosa a troca constante da maquinaria e mais racional do ponto de custos a utilização de mão-de-obra, cuja versatilidade implica em menos dispêndios no processo de adaptação às novas necessidades (cf. MORAES NETO, 1991, pp. 60-1).

Desse modo no caso a indústria automobilística americana o pano de fundo sobre o qual se assenta a organização da produção é a disponibilidade de um grande contingente de indivíduos compondo o exército industrial de reserva. Seja pela substituição de mão-de-obra em dados setores da economia, seja pelas fortes ondas de migração ocorridas ao longo do século XX⁷; ambos os fatores favoreceram muito a persistência de uma baixa composição orgânica do capital nesse setor em particular. Taylor, com base na lógica da divisão do trabalho, ou seja, sob os auspícios dos princípios mais básicos da produção manufatureira, foi capaz de colocar à disposição da indústria um enorme contingente de trabalhadores não qualificados.

O processo de acumulação capitalista ocorre ao final do século XIX e início do século XX, ou seja, o assim chamado taylorismo/fordismo surge mediante as condições de possibilidade postas por um processo que lhe é

⁷ Estima-se que ao longo do século XIX, ocorreram duas fortes ondas imigratórias nos EUA. A primeira, que vai do período de 1815 até a guerra civil americana constitui uma mão de obra sobretudo alocada na agricultura, com uma estimativa de 5 milhões de imigrantes. Na segunda onda de imigração, entre 1880 e 1915, os EUA receberam cerca de 12 milhões de imigrantes de diversas localidades (cf. CORIAT, 1982, pp. 25-9). Esse contingente de imigrantes favorece muito a ampliação do exército industrial de reserva necessário ao ciclo de acumulação americana ocorrido nos últimos anos do séc. XIX e início do séc. XX.

anterior. O taylorismo, forma mais desenvolvida e aprimorada da manufatura, somente pôde se desenvolver dadas as pré-condições favoráveis anteriores. Ele não forjou a enorme disponibilidade de força de trabalho, soube, e esse é seu mérito, tornar a enorme quantidade de trabalhadores desqualificados, úteis para determinados ramos da produção industrial.

O importante a ser ressaltado quanto a esses apontamentos aqui apresentados é a possibilidade de ambas as opções – a intensificação da manufatura ou a maquinaria – mostrarem-se possíveis em um mesmo contexto histórico. De fato, processos arcaicos de produção podem conviver com as técnicas produtivas mais avançadas. Primeiro pela disponibilidade de força de trabalho provocada pela substituição de trabalhadores pelas máquinas. Tal substituição, ao desocupar mão-de-obra de ramos específicos do setor produtivo, disponibiliza força de trabalho para outros ramos da produção além de permitir o rebaixamento geral dos salários em função do excesso de oferta de mão-de-obra, viabilizando o aumento do lucro das empresas dado a redução de custos com salários. Nesse sentido, mesmo em ramos da indústria ou da atividade econômica em que o avanço tecnológico não se faz presente, a menor composição orgânica do capital pode assim ser contemplada com uma margem maior de lucros. Desse modo, o advento de novas tecnologias em determinados ramos da produção industrial pode favorecer a permanência e mostrar-se eficaz em outros ramos das formas mais arcaicas da organização e das tecnologias produtivas.

Em seu livro *Economia política e capitalismo* Maurice Dobb explicita a possibilidade dessa coexistência, ao observar que, uma vez reduzido o preço dos salários em função da intensificação de sua produtividade e do predomínio do mais-valor relativo (maquinaria), o “barateamento da força de trabalho” leva, por um lado, ao aumento da “composição orgânica do capital”, porém permite igualmente “retardar o processo de mudanças técnicas, tornando mais uma vez os métodos técnicos primitivos mais lucrativos” (DOBB, 1978, pp. 95-6).

No que tange aos processos ocorridos nos EUA, se em dados ramos industriais tal lógica da produção manufatureira se viu viabilizada, em outros setores assistiu-se exatamente ao contrário dessa tendência. Entretanto, o movimento tendencial é dado pela mecanização dos processos produtivos, esse é o ponto que queremos sustentar. O processo de acumulação americano não tem início com o taylorismo, pelo contrário o advento do taylorismo se assenta sobre condições anteriores, postas já nas últimas três décadas do século XIX, momento decisivo que caracteriza em termos bem claros e evidentes empiricamente os passos iniciais da

pujança da economia americana. Esta tem sua base nessas décadas e se desdobra de maneira vigorosa ao longo do século posterior.

Portanto, se tivermos que responder à difícil questão sobre qual é o processo cuja preponderância determina com maior decisibilidade a dinâmica da acumulação capitalista de dado período, não hesitaríamos em identificar nos processos tecnologicamente mais avançados a primazia das tendências da acumulação. Ainda que o mais avançado conviva com o primitivo, a linha tendencial é dada por esse primeiro – voltaremos a esse problema mais à frente. Isso não significa, cabe insistir, que em dados ramos da produção a acumulação possa, por dado período, ocorrer por meio das formas arcaicas de produção, como no caso da prevalência da manufatura no fordismo – porém, de modo algum como a forma única, nem mesmo como a forma prevalente.

Em apoio ao que aqui se afirma não precisamos nos fiar apenas em Karl Marx, basta lembrar outro economista importante, John Hobson, que em seu instrutivo estudo *A evolução do capitalismo moderno*: um estudo da produção mecanizada estabelece acerca da acumulação do capital em vigor já em pleno século XIX:

A maquinaria empregada na manufatura e no transporte tem tendência niveladora, que favorece diretamente a expansão da área de competição. À medida que a ampliação do conhecimento coloca cada parte do mundo industrial mais intimamente *en rapport* ao resto, os métodos de manufatura⁸, mais recentes e melhores, vão sendo adotados com mais rapidez e eficácia. Dessa forma, em toda produção onde uma parte cada vez menor depende da perícia dos operários, e cada vez mais da natureza da maquinaria, toda modificação que dá maior proeminência a esta tende a nivelar o custo de produção em diferentes países, e facilita assim a concorrência efetiva. (HOBSON, 1983, p. 112)

Ainda que os dados ora apresentados não possam ser de todo conclusivos para sustentar essa tese, cremos que apresentam elementos suficientes para colocar dúvidas sobre a posição contrária, segundo a qual, a forma da gestão fordista do trabalho explica o que foi o capitalismo do século XX. A inversão nos parece evidente. Ao invés de explicar o motivo pelo qual a forma da organização da linha de montagem se desenvolveu particularmente nas indústrias de montagem tais como a automobilísticas, da produção de eletrodomésticos etc., generaliza-se essa forma de organização a todo o setor industrial, interpretando de modo bem peculiar – pelo recurso da redução, simplificação e generalização – o movimento tendencial mais geral da acumulação do período em questão. A negligência

⁸ Em inglês: *manufacture* (HOBSON, 1897, p. 99), o termo em inglês não se reporta diretamente à manufatura tal como o emprega Marx, mas à produção industrial em geral.

a outros elementos tão ou mais decisivos que esse critério fica patente nesse procedimento.

Sobre os pressupostos do processo de acumulação americano

A persistência em olhar para os fenômenos econômicos e sociais por meio do metro crítico do conceito parametrizador do “fordismo” tende a levar à desconsideração de aspectos relevantes das bases da dinâmica do capitalismo do terceiro quarto do século XIX e do início do século XX. O surgimento do trabalho coletivo e da grande indústria não se restringem ao campo da organização do trabalho ou ao específico critério tecnológico do processo de produção propriamente dito, mas implica o surgimento e a criação de condições outras, mais amplas e diversas, que eleva a complexidade do sistema produtivo em geral. Nesse sentido, a advertência necessária de ser feita é que a acumulação americana não tem início com o chamado fordismo/taylorismo, mas é oriunda e viabilizada por pré-condições bem anteriores, iniciadas nas décadas finais do século XIX nos EUA, de modo relevante na forma da organização de suas corporações industriais.

A exemplaridade do caso americano ocupa o centro dessa discussão, pois é a partir dela que surge a tese da acumulação fordista. Contudo, a história econômica americana mostra um caminho bem distinto:

A verdadeira natureza do grande capital americano, no entanto, reside no fato de ter-se apoiado na fusão entre o capital industrial e o capital bancário, sob a égide de uma “classe financeira geral”, que promoveu a conglomeração e a diversificação das atividades produtivas fundamentais. A força expansiva do grande capital americano durante um século decorre assim, em última instância, não de uma pretensa superioridade tecnológica originária de seu sistema manufatureiro (que não era tão grande no início), nem da morfologia mais flexível da grande corporação americana (que todos acabaram copiando), nem, muito menos, de eventuais políticas agressivas (de corte imperialista clássico) de seu capital financeiro (que, quando existiram, não tiveram significado relevante), mas em seu gigantesco potencial de acumulação e em sua capacidade invulgar de unificar os mercados (internamente, primeiro, externamente, depois), resultantes ambos do poder do grande capital e de sua classe financeira. (TEIXEIRA, 2000, p. 158)

Para lançarmos mão novamente dos estudos de John Hobson – sem que isso signifique uma afiliação contumaz a suas ideias⁹ – que descrevem

⁹ Como bem destaca Maria da Conceição Tavares no prefácio que escreve à edição do livro de Hobson, o economista inglês tinha fortes ligações com o socialismo fabiano, o que o distancia em certa medida das prerrogativas revolucionárias advogadas pelos marxistas.

de maneira precisa os processos que tem início nos EUA nas décadas finais do século XIX, podemos acrescentar:

Os limites reais da concentração do capital e do trabalho em empresas isoladas, à diferença do que acontece com unidades fabris isoladas, não se devem, em medida significativa, a considerações de caráter técnico, mas de administração e mercado. Por essa razão, uma proporção maior das mentes mais capazes, empenhadas na vida empresarial, direciona-se para a experimentação e para a descoberta de métodos administrativos, inclusive organização empresarial e finanças, com o duplo propósito de realizar grandes economias de custos da oferta e, assim, monopolizar ou controlar mercados, a fim de impedir que os ganhos passem para o consumidor, em virtude da concorrência entre produtores. (HOBSON, 1983, p. 106)

Hobson escreve seu livro em meio a um processo que se desenrolava e foi capaz nessa medida de acompanhar de perto as transformações e a particularidade do processo de acumulação americano¹⁰. Mais tarde, com o processo já estabelecido, outros autores chegam em suas investigações aos mesmos resultados, e acrescentam mais dados ainda, que confirmam o decorrer histórico das linhas tendenciais já evidenciadas por Hobson. É o caso da tão bem analisada e posta como núcleo determinante da especificidade da forma nascente do capitalismo americano caracterizada como “revolução gerencial”, investigada com grande acuidade por Alfred Chandler. A criação de um núcleo de trabalhadores altamente especializados e tecnicamente instruídos foi elemento decisivo para a criação das bases do processo de acumulação americano que vigorou no século XX, e, vale acrescentar, que conduziu esta nação a condição de império, cuja hegemonia se desenvolveu tanto no plano político quanto econômico, suplantando a hegemonia inglesa do século XIX.

O primeiro aspecto a ressaltar é a nova forma da organização das indústrias americanas, que se constituem já no século XIX como grandes corporações que dominam sob forma de oligopólios ramos inteiros da economia americana. A origem desse processo pode ser determinada nas corporações ligadas às estradas de ferro. As grandes ferrovias americanas modificaram de maneira radical tanto a produção como a distribuição de produtos. Elevou também o tamanho das empresas impondo um grau de complexidade muito maior em sua organização, fenômeno que forjou o advento de uma nova classe de trabalhadores altamente especializados, responsáveis por gerir e alargar todo o processo produtivo, comercial e

¹⁰ Vale lembrar que o livro recebeu pelos menos duas edições revisadas. A primeira publicação ocorreu no ano de 1894, sendo que na segunda (1906) o autor revisa o texto original acrescentando contribuições provenientes de Marx e Sombart. Na revisão de 1916, o autor acrescenta ao texto reflexões sobre a experiência e o impacto da I Guerra Mundial.

financeiro. Essas profundas modificações nas corporações americanas foram caracterizadas por Alfred Chandler como a “revolução gerencial”¹¹.

Os empreendimentos ferroviários americanos aliados ao crescimento da comunicação (telégrafos) permitiram, em primeiro lugar, a integração econômica do país criando um mercado interno favorável ao desenvolvimento de sua economia. Tal crescimento potencializou de maneira inédita um vasto setor da economia, seja o setor industrial, de comércio e mesmo financeiro. Na indústria,

permitiu o encontro entre o vapor, o carvão mineral, o ferro, a construção civil (pela exigência de obras de infraestrutura, como pontes e terminais urbanos) e o estado (como vetor de demanda); ela pressupõe um novo sistema de comunicações, que viria a surgir com o telégrafo; ela impulsiona o sistema fabril não apenas pela demanda que exerce, mas oferecendo segurança e rapidez nos transportes e comunicações, e, acima de tudo, um modelo de organização empresarial que iria revolucionar o velho sistema produtivo. (TEIXEIRA, 1999, p. 163)

No que tange à criação do sistema financeiro:

A operação dessas empresas apresentava requerimentos financeiros maciços, o que levou ao surgimento dos bancos de investimento, bem como à centralização e institucionalização do mercado financeiro em Nova York, diversificando-se as modalidades operacionais; sociedades por ações, títulos hipotecários, lançamento de debêntures, tudo passou a fazer parte do cardápio das novas instituições. A função financeira dentro da empresa também se especializou, com o surgimento do *comptroller*, tornando mais complexa a divisão do trabalho no seu interior. (TEIXEIRA, 1999, pp. 163-4)

Enfim, nesse fim de século ocorreu a assim chamada “revolução na distribuição” e a “revolução na produção”, que implicou a criação dos alicerces necessários para a ampliação do mercado interno nos EUA. Conforme salientam Chandler e Hikino, autores do livro *Scale and scope*, “entre 1850 e 1880 a rede de transporte e de comunicação estabeleceram a base tecnológica e organizacional para a exploração da economia de escala e escopo no processo de produção e distribuição” (CHANDLER; HIKINO, 1990, p. 58). Esses desdobramentos foram os responsáveis pelo curso inicial da dinâmica americana, criaram as condições originárias para o decurso de desenvolvimento posterior. O importante de destacar é a maior complexidade das grandes empresas americanas, que diversificam suas ações, englobando de maneira definitiva tanto o processo de produção, de distribuição – por meio de uma estrutura mais complexa da organização

¹¹ Chandler analisa todo esse processo com maiores detalhes em seu livro *The visible hand: managerial revolution in American business* (1977).

empresarial – assim como aprimorou e estreitou os laços de suas alianças necessárias com o setor financeiro.

A esse propósito é interessante lembrarmos novamente John Hobson, pois este já no decorrer do século XIX observa com acuidade esses elementos presentes na dinâmica econômica da acumulação americana. Conforme ressalta Maria da Conceição Tavares ao apresentar o importante de livro do economista inglês:

Hobson não se engana sobre a verdadeira natureza do grande capital americano. Ele tem claro que, se bem as ferrovias e a monopolização da agricultura e do comércio que acompanharam a expansão ferroviária sejam elementos decisivos do processo de constituição do grande capital americano, este se desenvolve a partir daí com apoio na fusão de interesses da grande indústria com o capital bancário, sob a égide de uma “classe financeira geral” que promove a conglomeração e a diversificação das atividades produtivas fundamentais. Assim, quando as ferrovias desaparecem como elemento de expansão, e são substituídas por um novo sistema de transporte automobilístico, é no monopólio do petróleo e na criação de um espaço metropolitano que a nova indústria automobilística iria se afirmar como uma grande indústria, destinada a converter-se, juntamente com a de material elétrico, no setor que lidera o crescimento industrial da “nova era”, bem como a expansão internacional após a Segunda Guerra Mundial. É a força do grande capital e da classe financeira americana que determina a sua expansão e diferenciação, e não a superioridade tecnológica inicial do sistema manufatureiro americano, como querem vários autores que atribuem ao “progresso técnico” o papel desencarnado de Deus *ex-machina*. (TAVARES in HOBSON, 1984, p. XXI)

Novamente insistimos, não se trata apenas das possibilidades tecnológicas desenvolvidas, nem mesmo da característica própria da organização do trabalho da indústria automobilística. A novidade da dinâmica da acumulação capitalista americana consiste na forma particular endógena do capitalismo forjado nos anos finais do século XIX e plenamente desenvolvido no século XX, com base na aliança inusitada – portanto específica do processo americano – entre o capital industrial e o capital financeiro. A posterior predominância da indústria automobilística, juntamente com as indústrias petroquímicas, de material elétrico etc. assentou-se sobre a estrutura forjada anteriormente, fruto da aliança entre o grande capital e as grandes corporações americanas.

O que queremos mostrar com tais considerações é que muito antes das estratégias postas por Ford¹² na organização de suas empresas, as

¹² A nós parece também estranho essa insistência no fordismo, uma vez que do ponto de vista da organização empresarial e da relativa grandeza das empresas no interior da

linhas gerais de tal constituição industrial já estavam dadas na economia americana. Nesse sentido, por mais expressivas que tenham sido as formas da organização fordista, não é ela de modo algum a fonte originária e inspiradora das novas formas da gestão empresarial; na realidade, sua exemplaridade funciona muito mais como a aplicação bem-sucedida das linhas tendências que se hegemonizavam nas formas da gestão das empresas na América.

Ainda que contra argumentem dizendo que o conceito de acumulação fordista contempla tudo o que acima indicamos, o fato é que na maior parte dos casos põe-se em evidência a dimensão particular da organização do trabalho, negligenciando o complexo de múltiplos fatores dessa dinâmica. A acumulação capitalista é nessa medida, “síntese de múltiplas determinações”¹³, cujo processo se move pondo ênfase ora em um fator específico ora em outro fator, ou mesmo em um conjunto de fatores que se potencializam reciprocamente; somente a análise particular dos casos pode decidir sobre o fator ou fatores que predominaram em dada época, ou por que não dizer, em dados ramos da produção. No entanto, isso não significa a inexistência de determinações tendenciais, que sempre, em última instância terminam por se fazer presentes decurso histórico das nações. É o caso da tendência apontada por Marx acerca do crescente aumento da composição orgânica do capital e do desenvolvimento das forças produtivas.

A crise da década de 1970 e os limites da linha de montagem

A crise do final da década de 1960 e início de 1970 põe fim a um longo ciclo de crescimento da economia mundial. De lá para cá assistimos àquilo que Robert Brenner caracterizou de “longa estagnação”. Por mais que no decorrer dos últimos 45 anos possamos ter assistido picos muito particulares de recuperação da economia – o chamado *boom* das “.com” na década de 1990 – todo esse período pode ser entendido como as décadas em que não se assistiu mais ao recrudescimento da acumulação nos mesmos padrões do período pós-guerra, do chamado *golden age* (cf. BRENNER, 2006, cap. 13). Não é o caso aqui de discutir em detalhes toda a problemática tratada por Brenner em seu livro, mas demonstrar as consequências dessa crise para a aqui debatida organização fordista da produção, pois é particularmente a partir dessa crise que ela apresenta traços evidentes de esgotamento.

indústria automobilística, a GM já havia, em 1920, ultrapassado a Ford, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

¹³ Uso aqui uma famosa frase de Marx em um contexto próximo ao usado por ele, porém não equivalente.

É interessante observar que, de acordo com Brenner (2006, cap. 8), um dos fatores de maior relevância para a eclosão da crise consiste no fim das vantagens competitivas da indústria americana frente à capacidade produtiva e tecnológica de outros países¹⁴. Tal como demonstra o autor, após a segunda guerra mundial, os EUA conquistaram grandes vantagens tecnológicas frente às outras nações do mundo, que se encontravam em grande parte destruídas em função da guerra. A vantagem tecnológica e produtiva americana, sem dúvida, criou condições favoráveis para permitir às suas corporações uma zona de conforto, na medida em que sua hegemonia nos mercados internacionais não esteve ameaçada por um período considerável: do pós-guerra ao início da década de 1970.

O setor automobilístico é bem emblemático nesse sentido. A manufatura (o fordismo/taylorismo) pôde perdurar como processo de produção eficaz justamente no período de desequilíbrio entre as nações, no momento em que a produção americana efetivamente se punha na condição de mais avançada e superior aos processos de outros países. Mostrou sua eficácia nos períodos em que o desequilíbrio entre as nações pedia favoravelmente ao predomínio do modo americano da produção industrial. O avanço tecnológico japonês e alemão a partir da década de 1960, o recrudescimento da competição entre estes países e os EUA, forçam modificações significativas no processo produtivo e mesmo na organização das empresas. Em um primeiro momento, ainda limitadas à certa dimensão manufatureira também característica da forma da organização toyotista – alguns autores argumentam que o toyotismo surge a partir da adaptação do fordismo às condições específicas da economia e da sociedade japonesa (Cf. GOUNET, 2002, p. 25)¹⁵ – as corporações americanas assumem, sob pressão, o modelo de produção da nação nipônica, procurando adaptar-se às vantagens conquistadas pelo modelo japonês. Ocorre, contudo, uma via de mão dupla. A pressão exercida contra a economia americana, retroage sobre sua própria fonte – sobre o Japão, sobre a Alemanha – impondo a elas igualmente a constante busca de vantagens competitivas, alcançada dentre outros fatores também pelo desenvolvimento e adoção de novas tecnologias. A partir desse período é notório o uso cada vez mais intensivo da automação, em que a própria atividade da montagem sofre o forte impacto do uso da tecnologia em detrimento do uso da força de trabalho.

¹⁴ Tal fenômeno não se restringiu ao setor automobilístico. Na produção dos eletroeletrônicos, por exemplo, o Japão já se apresentava como uma ameaça à indústria americana nos idos da década de 1960. Sobre esse desenvolvimento ver o livro de Chandler, *O século eletrônico* (2002).

¹⁵ Sobre a organização dos trabalhadores no interior do sistema produtivo e sobre as vantagens do sistema Toyota, ver também pp. 30-34.

A velha forma da produção manufatureira do fordismo/taylorismo, no novo contexto que entra em curso, dá claras evidências de seus limites no plano do novo acirramento dos processos competitivos internacionais. Não apenas o processo de produção precisou mudar, mas também toda a relação trabalhista, sua legislação, organização sindical etc. sofrem mudanças significativas. O ataque frontal às organizações da classe trabalhadora, a retirada de direitos conquistados por meio de anos de lutas, são os elementos mais perceptíveis da luta capital/trabalho. Mas outras medidas também marcam os novos rumos assumidos. Na organização das empresas assiste-se ao abandono da verticalização da cadeia produtiva, em prol da horizontalização da produção. Isso significa o advento e forte predomínio da terceirização da produção. As grandes corporações adotam o novo modelo deixando para trás a estrutura horizontal anterior, que visava todo o controle da cadeia produtiva, buscando alcançar vantagens competitivas por meio do controle das matérias-primas básicas de seu ramo industrial.

Em síntese, a coexistência de métodos avançados de produção com o que aqui temos designado como a perpetuação aprimorada das formas “arcaicas” do processo produtivo (taylorismo-fordismo) pôde perdurar por um período considerável – de 1945 a 70 –, porém com o passar do tempo a tendência de desenvolvimento de forças produtivas se impõe, levando as formas menos avançadas inexoravelmente à supressão, ou à condição de subalternidade periférica na dinâmica global de produção. Dados históricos demonstram esses aspectos postos pelas tendências ao recrudescimento contínuo da composição orgânica do capital. Desse modo, no caso da própria indústria automotiva onde por um largo período de tempo predominou no processo da montagem os traços mais característicos da produção manufatureira, o acirramento da competição oriunda do advento da maior eficiência produtiva japonesa e alemã, forçam os antagonistas a abandonar a velha forma da organização da produção em busca de vantagens competitivas, levando-os ao uso de tecnologias mais avançadas.

Lições para os dias de hoje: China e Brasil

Não poderíamos encerrar essa discussão sem ao menos apontar, ainda que de maneira provisória, as consequências e lições que poderíamos extrair dos acontecimentos anteriores para a época atual. Tomando por base a ideia da coexistência das formas arcaicas da produção e do processo de acumulação capitalistas com as formas mais avançadas da dinâmica econômica da acumulação, é possível vislumbrar em nossos dias dois extremos em ação. De um lado, para usarmos a fórmula genérica bastante comum em nossos tempos, a “precarização do trabalho”, que

implica em termos gerais a retomada da primazia do valor absoluto (aumento da jornada de trabalho, redução salários, destruição de direitos, formas precárias da empregabilidade etc.), e de outro lado, o que hoje se acostumou chamar de advento da “indústria 4.0” (internet das coisas, robótica, nanotecnologia etc.). Esse último, dada a elevada capacitação técnica e científica requerida tende a se concentrar nos países centrais, ainda que nesses países o fenômeno da precarização do trabalho também se encontre presente de forma significativa. Nos países periféricos é evidente o predomínio da precarização, enquanto as grandes inovações da ciência e da tecnologia, quando ocorrem, acontecem apenas de maneira tópica e restrita a âmbitos bem delimitados da ciência e da tecnologia.

Desse modo, nos dias atuais, a mesma questão se mantém: o que leva a optar pela intensificação do uso da mão de obra ou pela adoção das tecnologias de vanguarda disponíveis? Pensemos o caso da *Apple*, empresa ícone americana, seja na dimensão expressiva que ela assume no mercado, seja pela alta tecnologia dos produtos por ela desenvolvidos. Sua produção é fundamentalmente realizada pelos “arcaicos” processos da manufatura, a “reliquia” viva e operante da linha de montagem da Foxconn. A empresa tailandesa responsável por toda a produção da icônica corporação americana se vale dos processos mais rudimentares da produção – sistema de dormitórios¹⁶ e o taylorismo –, associados à baixa remuneração dos trabalhadores e à fragilidade das condições legais destes na China – onde a empresa localiza grande parte de sua produção.

A tecnologia da automação poderia substituir perfeitamente a velha linha de montagem fordista. Em certa medida, podemos dizer que o âmbito que leva a esta decisão encontra-se fundamentalmente alicerçado no cálculo contábil: salários baixos, leis trabalhistas menos rigorosas, a farta mão-de-obra disponível¹⁷. Não apenas essas vantagens se fazem presentes nesse caso. Não poderíamos deixar de referir os relatos dos próprios diretores da *Apple*, no qual relacionam dentre outras vantagens comparativas de se produzir na China e não nos EUA, a versatilidade e flexibilidade da produção. Conforme já escrevi em outra oportunidade (FORTES, 2018, p. 269) os executivos da *Apple*

¹⁶ “Sistema de dormitório chinês”: os trabalhadores dormem na própria empresa, situação que facilita a convocação de trabalhadores para prestar horas extras até mesmo em horários inadequados (trabalho de madrugada ou extensão excessiva da jornada de trabalho).

¹⁷ Estima-se que na China o montante de trabalhadores disponíveis no setor da indústria e a construção civil girava em torno de 160 milhões em 2001 – “65-70 milhões nas cidades e 90 milhões nas zonas rurais”. Número superior ao da OCDE cujo censo indicava 131 milhões. “No setor industrial urbano, ele ultrapassa o da União Europeia e dos EUA tomados conjuntamente (64 milhões). Ele eclipsa também os recursos de mão-de-obra mobilizados na indústria de outros grandes países em desenvolvimento: 9 milhões no Brasil, 13 milhões na Indonésia, 25 milhões na Índia” (LEMOINE, 2003, p. 50).

lembram que não foi difícil para *Apple* organizar sua produção na China, haja vista que na montagem e preparação para a produção do iPhone a empresa, por meio da Foxconn, foi capaz de recrutar cerca de 8.700 engenheiros industriais e mais de 200 mil trabalhadores em apenas 15 dias; enquanto, por estimativa, essa mesma proporção de mobilização de mão-de-obra em um país como os EUA levaria pelo menos 9 meses para se efetivar. Outra vantagem, segundo um ex-executivo da firma de Cupertino, consiste no fato de toda a cadeia de suprimentos necessários se localizar no interior da própria China: “Você precisa de mil juntas de borracha? Basta bater na fábrica ao lado. Precisa de um milhão de parafusos? A fábrica para isso está a um quarteirão de distância. Quer que o parafuso seja um pouco diferente? Isso leva apenas três horas para ser feito.” (DUHIGG; BRAKSHER, 2012).

Em contrapartida, temos de salientar que o desenvolvimento chinês há muito deixou de assumir essa feição exclusiva da produção por via das aqui designadas formas arcaicas da organização do trabalho. Embora ainda esteja presente o uso das velhas formas, a China abdicou da alternativa unilateral de se desenvolver segundo o modelo da fábrica do mundo. Diante da elevação de nível da produção, fruto quase inevitável do desenvolvimento econômico alcançado pelo país, a China mudou o foco de seu desenvolvimento fazendo investimentos no campo da alta tecnologia e da ciência. O novo projeto chinês coloca como prerrogativa a ser realizada a autossuficiência tecnológica. Com investimentos massivos na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) o crescimento desde o ano de 1999 girou em torno de 20% ao ano. Em números isso significa aproximadamente um investimento de US\$ 233 bilhões, cifra que corresponde a 20% dos investimentos mundiais em P&D. Não por acaso, no ano de 2018 os cientistas chineses das áreas de ciências e das engenharias, suplantaram o total de publicações dos cientistas americanos. Suas publicações, antes irrelevantes para o mundo, são nos dias de hoje frequentemente citadas por pesquisadores de todo o mundo (SEGAL, 2018).

Obviamente tais direcionamentos e avanços na área da ciência e tecnologia não levam a sanar as contradições da sociedade chinesa, ao contrário as agudizam. Ao eliminar o aparato industrial ultrapassado, em particular daquelas empresas que fabricavam produtos de má qualidade ou mesmo que produziam produtos falsificados, acabou gerando, por conseguinte o aumento do desemprego no país. Tais medidas também não suprimem as desigualdades econômicas existentes no país caracterizadas por disparidades exorbitantes no desenvolvimento entre diferentes regiões. Greves frequentes e longas se desenvolveram nas últimas décadas mostrando de maneira evidente as dimensões das contradições entre capital e trabalho presentes na sociedade chinesas (NABUCO, 2012).

O exemplo chinês mostra de maneira clara a segunda via tendencial de desenvolvimento tecnológico presente em nossos dias. Trata-se do domínio e da aplicação de tecnologia de ponta, cujo pressuposto implica também a formação de uma mão de obra altamente qualificada para o exercício dessas atividades. O que se produz nessas áreas é obviamente de grande impacto nos processos atuais da acumulação capitalista, porém dado o caráter recente de tais empreendimentos e desenvolvimento ainda é difícil dimensionar sua relevância. A pergunta que deve ser feita é qual o *locus* e o *quantum* da participação que cada uma dessas tendências desempenha na acumulação capitalista hodierna? Porém, se as considerações de Marx ainda são válidas para o capital do nosso século, a preponderância recai sobre o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, na acumulação capitalista as formas mais avançadas da tecnologia de produção ditam os rumos mais decisivos da sua dinâmica. É o *locus* onde a produção de mais-valor se dá de forma mais intensificada e efetiva.

Decerto não seria tarefa árdua localizar a posição do Brasil no decurso atual dos desdobramentos das economias nacionais. Das duas tendências, obviamente a da precarização do trabalho é a que se põe de fato em andamento no país. Tal aspecto nos põe diante de uma questão de grande relevância. Observa-se entre os investigadores a maior atenção no problema da “precarização”, enquanto nesses mesmos autores vemos apenas lineamentos bem gerais acerca da “indústria 4.0”. Não se poderia dizer que tal prevalência se deve à limitação das metodologias e teorias que norteiam suas pesquisas, ou que tais limites estejam relacionados à condição subjetiva dos investigadores; trata-se muito mais do fato de a efetividade dos processos de produção brasileiros realizarem tão somente uma faceta particular das tendências atuais: as formas rudimentares associadas à formas mais perversas da precarização. Em outras palavras, o alto desenvolvimento tecnológico não se concretiza na terra *brasilis*.

Em certa medida, tomando por base tal ausência nos países da periferia, podemos nos perguntar se a ênfase unilateral nas denúncias da precarização por parte dos sociólogos e economistas não é consequência exatamente da ausência desses progressos. A compreensão termina por se limitar à constatação do fenômeno, atribuindo à voracidade do grande capital, ao desespero pelo aumento da lucratividade por parte dos empresários, o achaque violento da classe trabalhadora. Em última instância, se agarram às fileiras da defesa dos direitos e da luta pelos salários, sem serem capazes de estabelecer as linhas mais gerais e preponderantes das tendências hoje em curso na acumulação capitalista. Veem, nessa medida, o fenômeno, mas se curvam diante da impossibilidade objetiva – e subjetiva – de explicitar o conjunto das determinações e tendências hoje em curso na economia mundial. Por

outro lado, vislumbram ao longe com os olhos assustados, ofuscados pela ignorância e confusão, o horizonte que se descortina além das fronteiras nacionais.

Que me seja permitido então a partir da próxima citação fazer uma provocação, isentando o autor das linhas que se seguem de qualquer responsabilidade sobre o sentido e a intenção em que aqui se tomam suas palavras:

Especialistas – ora sem objeto real, ora sem condição subjetiva de isenção – os economistas alemães só praticam a miudagem do que em outra parte fora ciência, ou seja, só viveram o simulacro e a decadência, sem nunca ter experimentado o ascenso teórico da economia política, situados que sempre estiveram em momentos de sociabilidade adversos ao exercício genuíno dessa disciplina, ou dito ao revés, não contaram jamais com as *condicionantes* positivas ou propícias, soa a perspectiva da lógica societária do capital, à criação e ao desenvolvimento dessa forma de saber. (CHASIN, 2009, p. 118)

Chasin se reporta às considerações críticas de Marx acerca dos economistas alemães de seu tempo. O caráter de desenvolvimento tardio dos estados que compunham a Alemanha no período faz com que seus teóricos da economia acolham apenas os reflexos das transformações e dinâmicas concretas que aconteciam nos países vizinhos, em especial, na Inglaterra. Porém, apenas assimilam essa ciência já em seu período de decadência, quando esta deixou suas feições revolucionárias e científicas, próprias do momento de construção da sociabilidade do capital, quando essa ainda lutava contra as velhas formas do feudalismo, rumo à edificação de um mundo novo.

Parafraseando as palavras acima transcritas, poderíamos então modificar o sentido originário, desse modo: “Especialistas – ora sem objeto real, ora sem condição subjetiva de isenção” – *os teóricos tributários dessa abordagem* “só praticam a miudagem do que em outra parte” *mostra-se* “como ciência” e *como efetividade*, “ou seja, só vivem o simulacro e a decadência, sem nunca ter experimentado o ascenso” *tecnológico das tendências de desenvolvimento da economia mundial*, “situados que sempre estiveram em momentos de sociabilidade adversos”. As palavras duras não se voltam prioritariamente aos agentes da pretensa cientificidade, mas com mais veemência às condições subalternas bem características de um país de economia periférica e desenvolvimento tecnológico escasso.

No caso brasileiro nossos *cientistas sem objeto* assistem ao recrudescimento das formas arcaicas do processo produtivo, sua atualização na realidade econômica do país e tão somente avistam ao longe a vanguarda do processo produtivo mundial. Daí decorre, a nosso ver, a persistência em descrever e denunciar o que já é fato, a precarização.

Terminam por universalizar o fenômeno – sem dúvida mundial – como tendência geral do processo de acumulação, deixando de lado o problema de qual é efetivamente a linha tendencial que favorece o processo de acumulação do capitalismo do século XXI. As formas arcaicas coexistem com os modos mais avançados, podem perdurar por períodos consideráveis, e inclusive podem se constituir como a forma única em determinados rincões do mundo. O risco está em perder-se no ciclo transitório das formas circunscritas de realização, oriundas quase sempre de tendências particulares, de condicionantes efêmeras que prevalecem por certos períodos e em certos lugares, que não formam, no entanto, a linha preponderante das tendências em curso. Ater-se ao fenômeno e universalizá-lo significa negligenciar a riqueza de determinações da própria realidade.

Nesse sentido, a exemplaridade científica do modo investigação de Marx, ainda tem muito a nos ensinar. Não basta a propensão subjetiva para conhecer, é preciso que a realidade tenha alcançado o ponto mais desenvolvido de realização do processo em curso. Apenas com a maturação da objetividade pode o esforço intelectual humano estar apto a compreender de maneira efetiva o curso da dinâmica predominante em dadas épocas. Nesse sentido, devemos acrescentar o fato de as transformações de nossos dias serem ainda acontecimentos muito recentes. Toda a gama de possibilidades que parece estar posta no horizonte não permitem ainda constatar com clareza os rumos efetivos que se encontram em curso e quais se tornarão concretos em um futuro próximo. Isso pode justificar também a escassez de literatura em torno das transformações do trabalho nesse plano específico dos trabalhadores vinculados aos setores de alta tecnologia. O decurso e as consequências da dinâmica econômica contemporânea apenas efetuam seus primeiros passos rumo à, quem sabe, uma nova conformação do processo de acumulação capitalista.

Tal condição não nos exige da tarefa de investigar em detalhes as formas concretas atuais, de procedermos a análise rigorosa das tendências que se colocam em nossos dias e vislumbrar dentro do campo de possibilidades, alternativas que nos direcionem a uma crítica eficaz da sociabilidade do capital – e somente a partir daí fazer o apontamento de caminhos. Repetir jargões, emoldurar a realidade nos limites de uma compreensão crítica simplificadora, pode servir muito bem para o âmbito da programática tática da política partidária, mas não é suficiente para apresentar possibilidades concretas de transformação social. Que nos seja permitido retomar uma famosa frase de Marx: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535), mas é preciso acrescentar: para

transformá-lo é preciso compreendê-lo. O *capolavoro* de Marx, *O capital*, é a prova efetiva desta necessidade – *compreender o mundo para transformá-lo*. Não por acaso, foi a partir desse livro que iniciamos nosso questionamento ao famigerado conceito de “modo de acumulação fordista-taylorista”. Dadas as condições adversas da sociabilidade de nossos tempos somente poderíamos terminar esse texto dizendo: na crítica à sociabilidade do capital, as palavras fáceis e os maneirismos intelectuais não servem de grande coisa, portanto, *o rigor não é uma opção*.

Referências bibliográficas

AGLIETA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. 6. ed. Trad. Juan Bueno. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 1999.

BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeto. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRENNER, Robert. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom do long downturn, 1945-2005*. London/New York: Verso, 2006.

BRENNER, Robert; GLICK, M. The regulation approach to the history of capitalism. *Économie et société*, Série "Théories de la Régulation", n. 11, pp. 89-131, 1989.

CHANDLER, Alfred. *Strategy and structure: chapters in the history of the American industrial enterprise*. 4. ed. Cambridge: The MIT Press, 1973.

_____. *The visible hand: managerial revolution in American business*. Massachusetts: Harvard University Press, 1977.

_____. *O século eletrônico*. Trad. Adriana Rieche. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002

_____; HIKINO, Takashi. *Scale and scope: the dynamics of industrial capitalism*. Cambridge: Belknap Press, 1990.

CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

CORIAT, Benjamín. *El taller y el cronometro*. Trad. Juan Miguel Figueroa Pères. México: Siglo XXI, 1982.

_____. *Science, technique et capital*. Paris : Seuil, 1976.

DOBB, Maurice. *Economia política e capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica*. Trad. Hildete Hermes de Araujo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

DUHIGG, Charles; BRAKSHER, Keith. How the US lost out on iPhone work. *The New York Times*, 21, jan. 2012.

DUMÉNIL, Gerard ; LÉVY, Dominique. *Les regulationnistes pouvaient-ils apprendre davantage des classique?* Une analyse critique de quatre modèles. Paris: CEPREMAP, october, 1991.

- FORTES, Ronaldo. Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 18, n. 36, pp. 256-273, jul./dez. 2018.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- HOBSON, John. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Trad. Benedicto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *The Evolution of modern capitalism: a study of machine production*. London: Walter Scott, 1897.
- LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Trad. Marisa Motta. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2005.
- LEMOINE, Françoise. *L'économie chinoise*. Paris: La Découverte, 2003.
- LIPIETZ, Alain. La mondialisation de la crise générale du Fordisme. *Les Temps Modernes*, nr. 459, pp. 696- 736, 1984.
- MANDEL, Ernest. *Long waves of capitalist development: a Marxist interpretation*. London: Verso, 1995.
- MARX, Karl. *O capital*, Livro 1: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENSCH, Gerard. *Das technologische Patt: Innovationen überwinden die Depression*. Frankfurt: Umschau Verlag, 1975.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- NABUCO, Paula. As 'recentes' greves na China. *Revista Outubro*, n. 20, 1º semestre 2012.
- SEGAL Adam. When China Rules the Web, Technology in Service of the State. *Foreign Affairs*, September/October, 2018.
- TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia. In: FIORI, José Luís. *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Como citar:

FORTES, Ronaldo Vielmi. Limites e equívocos do conceito de acumulação fordista: desenvolvimento das forças produtivas e perpetuação das formas de produção arcaicas. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 58-87, abr. 2019.

Data de envio: 15 fev. 2019
Data de aceite: 21 mar. 2019

Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidades¹

Elcemir Paço Cunha²

Resumo:

O propósito do ensaio é discutir o nexos entre base técnica e organização do trabalho como unidade cuja mudança é determinada pela inflexão entre manufatura e grande indústria. Para tanto, discute-se as limitações existentes no enfrentamento do problema, procurando contribuir com o entendimento daquela inflexão entre setores econômicos e o desdobramento da grande indústria no século XX.

Palavras-chave: Base técnica; organização do trabalho; manufatura; grande indústria.

Technical base and organization of labor in manufacture and machine system: inflection, uneven development and reciprocities

Abstract:

The aim of this essay is to discuss the link between technical base and organization of labor as a unit whose change is a function of the inflection between manufacture and machine system. In order to do that, one discusses the limitations of studies about this subject, looking for to be contributive for the understanding of such inflection amongst economic sectors and the machine system unfolding throughout 20th.

Key words: Technical base; organization of labor; manufacture; machine system.

Objeto da investigação

Todo processo de trabalho é composto por três fatores elementares: o sujeito atuante de acordo com finalidade, os meios de trabalho e o objeto a ser transformado (MARX, 2013, p. 256).

Considerando as formas mais desenvolvidas desse processo, a atuação não se dá fora de complexas combinações de diferentes indivíduos com graus variados de desenvolvimento dos materiais de trabalho, bem como dos meios empregados. Essas combinações não são, historicamente,

¹ Agradecemos à Fapemig pelo apoio ao projeto que tornou a presente publicação possível.

² Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: paco.cunha@facc.ufjf.br.

isentas de antagonismos e, por isso, o processo de trabalho expressa ele próprio o caráter social e contraditório de um modo de produção.

No modo de produção capitalista, consideramos, segundo nossa finalidade expositiva, duas dimensões do capital, sendo o capital constante (objeto do trabalho e meios de produção – capital fixo) e o capital variável (uma combinação determinada de indivíduos). A composição entre capital constante e variável, seja técnica (numérica) ou orgânica (valor), é posta sob a finalidade desse modo de produção: a maior valorização possível do capital. Cortada por antagonismos, essa mesma composição é alterada em sua qualidade no próprio modo de produção capitalista. Essas alterações são decisivas na medida em que contam a história do processo de acumulação do capital e a progressiva aplicação científica à sua valorização.

Seja técnica ou orgânica, a composição possui um caráter social que apenas se revela na medida em que se especifica a articulação material entre os seus elementos constitutivos. Assim, o objeto de nossa investigação se apresenta como sendo o nexos social entre capital constante (e neste, o capital fixo que diz respeito aos meios de produção em específico) e capital variável, isolando-se a base técnica operante em determinado processo de produção e a organização do trabalho que efetiva esse mesmo processo. A articulação entre essa base técnica e a organização do trabalho não é outra coisa senão uma relação social de produção cuja variação fornece delineamentos de um modo de produção historicamente determinado. Estamos falando, portanto, dos meios que o capital emprega para sua autovalorização, isto é, o processo que subjaz e domina os dois fatores abaixo isolados e os explica na medida em que são formas mais superficiais do processo crucial de criação do valor:

1. Entendemos por base técnica a especificidade dos meios empregados em termos de capital fixo: instrumentos, ferramentas, maquinaria. Essa base técnica se altera de forma incremental ou radical. Enquanto a primeira aperfeiçoa meios já existentes, a segunda altera o próprio princípio fundamental em que determinado processo de produção se assenta;
2. Por organização do trabalho entendemos uma dada combinação dos diferentes indivíduos na relação com a operação dos meios (fazendo abstração dos demais componentes do trabalhador coletivo, como trabalhadores do escritório, por exemplo). Essa combinação assume diferentes modalidades, variando a forma e o grau de divisão do trabalho e especialização. Certas inovações organizacionais, nesse sentido, podem igualmente assumir forma incremental ou mais substantiva.

Importa apreender o nexa entre esses dois fatores componentes dos meios empregados pelo capital. Pretendemos argumentar que o alvo primário não são as mudanças incrementais da tecnologia, mas a inflexão em princípios operantes entre manufatura e grande indústria no interior das quais o nexa entre base técnica e organização do trabalho pode ser coerentemente apreendido. Ao diferenciar os princípios, configura-se não apenas a inflexão entre eles, como também o desenvolvimento desigual e recíproco ao longo do século XX, impedindo generalizações irrazoáveis como as que derivam simplesmente do ordenamento do capital variável (taylorismo, fordismo etc.).

É possível registrar apontamentos críticos antes de prosseguir.

É bem conhecida a tese de um determinismo tecnológico prevalecer no tratamento original que os clássicos do marxismo deram ao objeto de nossa investigação. O nexa ficou desenhado como uma causalidade entre a base técnica e a organização do trabalho. A última apareceria não apenas como epifenômeno, como também uma resultante linear.

Da maneira como pretendemos argumentar adiante, o nexa, se corretamente apreendido, é definido, aqui em linhas gerais, por uma relação de reciprocidade, com preponderância da base técnica, em que esta é levada ao seu limite pela organização do trabalho que enceta. Essa unidade, entretanto, se assentou historicamente em princípios operantes distintos. Enquanto na manufatura prevaleceu a divisão do trabalho e as ferramentas, na grande indústria dominou o sistema de máquinas. E essa distinção, como veremos, faz toda a diferença.

Antes de desenvolver de modo mais completo, é preciso considerar um fenômeno que se dá no ideário das tentativas de se lidar com a questão. Muito em razão da acusação de determinismo tecnológico, as respostas dadas por diferentes intelectuais variaram entre tratar do assunto *en passant* e assumir certa indeterminação quanto ao nexa. Há também outra razão que alimentou resposta diferenciada. Às vezes, contradizendo afirmações mais explícitas, produziu-se uma inversão determinativa uma vez que se assumiu as transformações da organização do trabalho como o fator preponderante para a análise das modificações por quais passou o modo de produção. Em grande parte, e de maneira inteiramente inadvertida, colocaram-se modalidades de intensificação do trabalho, como o taylorismo, fordismo, pós-fordismo, como conceitos-chave da explicação das metamorfoses identificadas. Essa resultante no ideário de uma série de autores se explica, em grande medida, pelo

abandono das categorias (manufatura, grande indústria) que melhor capturam as modificações do nexu.

Considerações críticas a respeito desse problema em específico já foram realizadas de maneira explícita e contundente (cf. KABAT, 2001; KABAT; SARTELLI, 2014; MORAES NETO, 1989; 2003). Partimos desse tratamento para avançar adiante no que nos parece contributivo nessa tradição pouco aludida no debate nacional e internacional. Nesse sentido, podemos ser bastante sucintos com respeito a questões problemáticas importantes tal como se segue.

Nessa direção, é emblemático o tratamento que Braverman (1977) legou para o problema do processo de trabalho. Nele é possível apreciar como a consideração muito ligeira sobre a diferença entre manufatura e grande indústria produziu um vício analítico que orbita sempre a divisão do trabalho, isto é, o princípio da manufatura.

O momento em que explicitamente aborda, retomando Marx diretamente, a diferenciação entre manufatura e grande indústria (BRAVERMAN, 1977, p. 148, §1º), não é suficientemente resolutivo para impedir que a sequência da análise se desloque para a problemática que marca a divisão do trabalho. Lemos que “no primeiro estágio do capitalismo o trabalho tradicional do artesão é subdividido em suas tarefas constituintes de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a *organização do trabalho*. Mas, no estágio seguinte, a maquinofatura, (...) a mudança no modo de produção neste caso advém de uma mudança nos *instrumentos de trabalho*” (BRAVERMAN, 1977, p. 148, *itálicos no original*). Em contraste com Marx, Braverman, na passagem imediatamente anterior, diminui a importância do sistema de máquinas ao empregar o termo “instrumento de trabalho”. De toda forma, na passagem está bem marcada a diferença entre manufatura (cujo princípio é a divisão do trabalho) e grande indústria (cujo princípio é o sistema de máquinas).

Não obstante, na sequência o autor sugere que as transformações do capitalismo do século XIX levaram a “métodos e maquinaria mais rápidos e eficientes. Mas no modo capitalista de produção, novos métodos e nova maquinaria são incorporados dentro de um empenho gerencial para dissolver o processo de trabalho como um processo dirigido pela gerência” (BRAVERMAN, 1977, p. 149). Na sequência, Braverman abandona o problema da maquinaria em si para apontar o que considera mais fundamental: a divisão do trabalho. Diz ele, nessa direção: na “primeira forma de divisão do trabalho, o capitalista desmonta o ofício e o restitui aos trabalhadores parcelados”. A segunda forma se apresenta na “era da revolução técnico-científica [em] que as gerências avocam para si o problema de apoderar-se de todo o processo e controlar cada elemento sem exceção” (BRAVERMAN, 1977, p. 149). Para nosso autor, desenvolve-

se uma investigação científica, com Taylor e seus sucessores, cujo alvo é “tratar os próprios trabalhadores como máquinas” (BRAVERMAN, 1977, p. 151). Não é falso este último impulso. A desrazão do argumento está em considerar que isso corresponde de fato aos problemas impostos pela grande indústria. Parece-nos válido seu argumento caso se coloque como critério o princípio da manufatura, mas não é muito aderente ao princípio do sistema de máquinas. E fica patente que, a despeito do ponto de partida em que diferencia manufatura e grande indústria, a atração desempenhada pela divisão do trabalho impede que Braverman possa considerar as consequências da distinção que faz de saída.

Uma vez mais, escreveu Braverman (1977, p. 156), o “princípio subjacente e que inspira todas essas investigações do trabalho é o que encara os seres humanos em termos de máquina”. Com isso se prova que para o autor norte-americano a incidência primária é sobre a organização do trabalho, o capital variável, e o princípio da grande indústria (os meios de produção, o sistema de máquinas), cai ao lado. Essa tendência analítica já tinha ficado clara antes em momentos não tão explícitos em que se lê que a “transformação do trabalho de uma base de especialidade para um base de ciência pode-se, pois, considerar como incorporando um conteúdo fornecido por uma revolução científica e técnica, dentro de uma forma dada pela rigorosa divisão e subdivisão do trabalho patrocinada pela gerência capitalista” (BRAVERMAN, 1977, p. 137). Ao final, prevalece na análise uma função determinativa da divisão do trabalho (isto é, domina a organização do trabalho, as modificações sobre o capital variável).

A título de reforço, considere o argumento de que o “princípio de Babbage” é, para Braverman, “aplicado em uma revolução técnica” (BRAVERMAN, 1977, p. 173) quando se refere ao “controle numérico” com o desenvolvimento da maquinaria ao longo do século XX (e estamos precisamente no capítulo 9, Maquinaria). Como já alertou Moraes Neto (2003), o princípio de Babbage, no entanto, é um princípio de divisão do trabalho que, no caso, Braverman transpõe para o sistema de máquinas (cf. MORAES NETO, 2003, pp. 39-64, um tratamento aprofundado desse ponto). Esse movimento é uma constante na análise do autor norte-americano, isto é, transpor para o campo da grande indústria a matriz analítica que retira da manufatura. Mesmo quando analisa setor, como a indústria química de “processo contínuo”, considerado “beneficiário da automação” em que o trabalho é de “apenas vigilantes” (MORAES NETO, 2003, p. 193), isto é, em que prevalece os meios de produção e não a divisão do trabalho, não ocorre de reestabelecer a diferença desse típico setor em que se constitui a grande indústria, de um lado, e a manufatura, de outro.

Essa mesma ocorrência se dá em Coriat (1992), com especificidades dada sua ênfase no “fordismo” como conceito genérico de organização do trabalho – marca maior da chamada escola da regulação³. Em sua consideração da indústria de processo (cf. CORIAT, 1992, pp. 48-50), em que se inclui a indústria química, toda a consideração a respeito da automatização e informatização não é suficiente para que o próprio autor apreenda, pela diferença, a grande indústria que domina nesses setores. É curioso que precisamente no tratamento da indústria de processo, não aparece indicação de fordismo explícito na própria letra do autor. Diferente de Braverman, o *moto* das análises de Coriat segue firme nas modificações de um fordismo (do clássico ao automatizado) generalizado para todos os setores da economia até sua crise, a partir de 1970, e substituição por modelo flexível.

É necessário frisar essa tendência à generalização, já apontada criticamente por Moraes Neto (2003). Aliás, é possível atribuir aos principais expoentes senão a toda escola regulacionista a generalização do fordismo como “regime de acumulação intensiva” para todo o período do pós-guerra (cf. AGLIETTA, 2015). Como comentou Coggiola (1996, p. 127), o “conceito de fordismo” aparece para os autores dessa corrente como uma “determinante técnico-econômica que teria sido o demiurgo de toda a realidade histórica do pós-guerra”, tratando-se de uma substituição conceitual do “capitalismo pelo fordismo”. A dificuldade de apreensão correta do nexos entre base técnica e organização do trabalho demanda o firme estabelecimento das divergências entre manufatura e grande indústria. Podemos considerar que a tendência de generalização presente em Coriat faz abstração indevida do desenvolvimento desigual entre princípios que marcam setores. Essa “generalização abusiva” – termo que Coriat (1992, p. 151) emprega contra alguns de seus adversários – deriva-se conceitualmente a partir da forma de organização do trabalho (ordenamento do capital variável), desconsiderando em larga medida as continuidades e inflexões da base técnica (especificação do capital fixo) em sentido adequado. Não significa que não compareça a indicação a respeito do aspecto técnico. Ao contrário, o autor francês coleciona inúmeros apontamentos importantes. Ocorre, entretanto, que a atenção recai sobre modificações técnicas de aperfeiçoamento e nunca chega a iluminar a alteração qualitativa dos princípios operantes que distinguem manufatura e grande indústria. Dessa forma, o autêntico nexos entre base técnica e

³ O leitor interessado em aprofundar as críticas sobre a escola da regulação poderá se beneficiar com os diferentes matizes das considerações de Albritton (1995), Braga (2003), Brenner e Glick (1991), Duménil e Lévy (1991), Husson (2001), Katz (1992). Tais considerações vão desde uma crítica à mudança de posição política, como mostra Braga (2003) – embora o autor aceite consideravelmente as questões envolvidas com conceitos como fordismo –, ao tratamento rigoroso dos fundamentos econômicos, como em Duménil e Lévy (1991).

organização do trabalho não fica determinado corretamente como unidade em que prepondera a primeira e cuja mudança se marca pela alteração qualitativa dos princípios que diferenciam manufatura e grande indústria.

A leitura de Coriat (1992), ao contrário, produz uma série de indeterminações. É algo que Coggiola (1996, p. 127) apontou para o caso de Boyer, autor chave da escola regulacionista, mas que pode ser estendido para a presente constatação: uma dificuldade em hierarquizar fatores e de “vincular logicamente uns com os outros”. Nessa direção, há três “histórias” no esquema de análise de Coriat (1992, p. 18): 1. História da organização do trabalho ou inovações organizacionais; 2. História da concorrência, principalmente a partir de 1970; e 3. História da ordem científica e técnica ou inovações tecnológicas. O argumento geral do material em tela revela uma relação entre inovações organizacionais e inovações tecnológicas guiada pelas mudanças das condições de concorrência do mercado (pp. 43; 95). Ora as últimas inovações aparecem como suporte para as primeiras (pp. 20; 68), ora as primeiras antecedem as segundas (pp. 21, 27). O autor francês chega a insinuar que a modificação da organização do trabalho “obedece a uma história própria” (p. 23)! Ao longo das considerações globais do texto fica patente, pela própria diretriz de análise por meio das modificações e crise do fordismo, que o objeto primário é a organização do trabalho, as modificações do capital variável sem a consideração com respeito às diferenças entre manufatura e grande indústria. A ocupação, ao final, recai sobre a distinção entre as “diferentes séries de determinantes que animam o movimento geral de recomposição e reajuste da divisão do trabalho” (p. 179). Não bastasse o peso concedido à divisão do trabalho na análise, ainda é possível tomar notícia das “grandes máquinas do fordismo clássico” (p. 97). É algo que Aglietta (2015, p. 118) também registrou, ao escrever que no fordismo os trabalhadores são fixados “a tarefas cujas posições foram rigorosamente determinadas pela configuração do sistema de máquinas”. Se bem compreendido o fordismo clássico como alterações na organização do trabalho de setores dominados pela linha de montagem de automóveis, por exemplo, fica sem precisão os registros de “máquinas do fordismo” ou “sistema de máquinas” sob sua tutela. É inverídico em termos concretos, pois onde prevaleceu o fordismo, como na linha de montagem em tela, dominava o princípio da divisão do trabalho e suas ferramentas (como aprofundaremos adiante), isto é, princípio básico da manufatura ainda que com modificações significativas. O sistema de máquinas, como princípio da grande indústria, seguia outra trajetória em setores como a química. A ausência da distinção entre manufatura e grande indústria ajuda a produzir tais generalizações e obstruir a análise reta das modificações importantes que veremos adiante.

Há outros autores que valem mencionar por agravar certas tendências já existentes em Braverman e na escola regulacionista, embora não haja ascendência. Marglin (1980), por exemplo, concede ênfase aos aspectos políticos envolvidos nas mudanças da organização do trabalho, particularmente para o sistema de fábrica. A questão iluminada pelo autor é o problema do controle da produção, das funções de disciplinamento da força de trabalho e o desenvolvimento da tecnologia e da organização do trabalho como resposta ao conflito classista (algo que Marx desenvolveu, como veremos). Marglin, no entanto, é peremptório em afirmar que o aspecto decisivo de explicação das mudanças identificadas está no “controle sobre o produto e sobre o processo de produção”, de modo que o desenvolvimento da “divisão parcelada do trabalho” e as “inovações na organização do trabalho foram introduzidas a fim de que o capitalista receba uma fatia maior do bolo”. Em termos mais diretos e claros, a “origem e o sucesso da fábrica não se explicam por uma superioridade tecnológica, mas pelo fato de ela despojar o operário de qualquer controle e de dar ao capitalista o poder de prescrever a natureza do trabalho e a quantidade a produzir” (MARGLIN, 1980, p. 41). Esse fator não deve ser desprezado, mas tamanha ênfase ao aspecto político coloca o problema das modificações da ordem técnica como resultante da vontade dos agentes econômicos e não um imperativo do desdobramento contraditório do capital. O nexos entre base técnica e organização do trabalho se torna uma conveniência. Além disso, essa inversão politicista contrasta com afirmação do próprio Marglin (1980, p. 53) páginas depois em que se lê que a “mecanização da extração exige uma nova organização do trabalho”, e isso a despeito da vontade das personificações do capital. Por quanto tempo tais personificações podem protelar a modificação na organização do trabalho, segundo sua vontade, mediante alterações da base técnica sobre as quais não necessariamente arbitram? Provavelmente é o tempo equivalente para que sejam suplantados pela força da competição intercapitalista.

Por fim, mas não menos importante, é muito emblemático que Freeman (1972), cuja obra em questão é considerada por muitos um marco no reconhecimento dos problemas advindos da “mecanização” do trabalho e da decorrente necessidade de humanização, por meio de enriquecimento do trabalho. É verdadeiramente interessante que o título do material (*Le travail en miettes*, no original) possa expressar a acepção de trabalho esfarelado, *parcelado*, isto é, o típico caráter do trabalho desenvolvido sob o regime manufatureiro. Este, aliás, é o aspecto decisivo que fundamenta tal regime: o trabalhador parcelar e suas ferramentas.

Seria necessário adicionar outros exemplos, no entanto é bastante instigante reconhecer que há teóricos não notificados da manufatura em

pleno século XX, pois expressam traços da manufatura ou ainda generalizam a partir dela determinados traços para outros setores com os quais há pouca aderência uma vez que se desenvolviam de modo heterogêneo⁴.

A despeito dos problemas, os próprios autores dão muitas pistas importantes para o desenvolvimento que importa destacar, mas apenas na medida em que os designamos como teóricos da *manufatura moderna*, explicitada a seguir.

Inflexão nos métodos históricos de extração do mais-valor⁵

Ainda que não tenhamos visto de modo exaustivo, é possível dizer que os autores comentados anteriormente se concentram consideravelmente na organização do trabalho. Não que seja desimportante. Muito pelo contrário. No entanto, ao descrever as formas assumidas, presumem conceitos como taylorismo e fordismo na qualidade de aspectos-chave da explicação das transformações do processo de trabalho. Generalizam, portanto, para períodos históricos inteiros (como o regime de acumulação fordista entre 1945 e 1970, e pós-fordista – com variantes terminológicas – daí em diante), abarcando diferentes setores da economia, características que pertencem, na verdade, a setores específicos e não representam necessariamente os pontos mais avançados do sistema.

Vimos também que essa generalização opera por meio dos traços característicos da organização do trabalho (do capital variável), fazendo abstração irrazoável da base técnica (do capital fixo)⁶. Perdido o nexo

⁴ Não devemos prolongar a questão. Entretanto, vale destacar que são preferíveis tais teóricos da manufatura com os pés ancorados em setores reais, ainda que se generalize certos traços para todos os demais, do que os teóricos dos setores tecnologicamente avançados os quais alimentam tendência de se perder a realidade ao sublinharem questões como “sociedade pós-industrial”, “pós-capitalista” e que tais, imiscuindo derivações potencializadas pelas inovações de nosso tempo e que também não compreendem bem do que se trata o salto para a grande indústria, nem seus desdobramentos posteriores os quais veremos em instantes. Esta preferência obviamente não elimina os problemas identificados.

⁵ Faço uso neste tópico de adiantamentos contidos em Paço Cunha (2018).

⁶ Uma última palavra a respeito desse problema da “generalização abusiva”, para empregar novamente a terminologia de Coriat (1992, p. 151). A questão também não passa por um purismo conceitual daquele tipo, cujo parâmetro é a letra empregada pelos autores originais. O taylorismo é um caso emblemático. Taylor mesmo escreveu nas páginas de *Princípios de administração científica* a possibilidade de aplicação universal de suas ideias. No entanto, é amplamente reconhecido que elas não foram levadas adiante sem inúmeras modificações, o que de imediato coloca em dúvida a possibilidade de generalização lançada de princípio. Chandler (1977, p. 276) comentou que “embora o objetivo de Taylor de extrema especialização provou-se inaceitável aos fabricantes americanos, parte de suas concepções básicas foram incorporadas à organização das modernas fábricas americanas”, afirmando que “proprietário algum de fábrica, mesmo aqueles que consultaram Taylor ou seus discípulos, adotaram o sistema de Taylor sem modificá-lo” (CHANDLER, 1977, p. 277), considerado insuficiente por não abranger o

objetivo, inverte-se a relação determinativa fundamental, nos termos ainda gerais que apontamos. Os autores não estão necessariamente equivocados pela caracterização do taylorismo, fordismo ou pós-fordismo quando procuram destacar certos traços. O que ocorre em grande medida é que suas considerações são largamente pertencentes à organização do trabalho da manufatura moderna – de modo que seria até possível designar tais autores, como fizemos há pouco, como teóricos desse estágio avançado da manufatura. Como resultado das análises, a explicação dos

problema geral da coordenação da moderna empresa (CHANDLER, 1977, p. 277). Braverman (1977, p. 151) registrou o impulso de controle da gerência sobre o processo de trabalho por meio de “método [que] permanecia atado a formas especiais de trabalho concreto. Em outras palavras, a universalidade do enfoque adotado por Taylor não se coadunava com uma metodologia igualmente universal”, devendo ser aperfeiçoado por seus seguidores sem perder a orientação básica de verter os homens em máquinas (*ibid.*, p. 156). Katz (1995, p. 23) sugeriu que o “taylorismo enfrentou desde seu início uma contradição insolúvel: buscou reduzir a mero gasto fisiológico uma atividade como o trabalho que, por sua natureza humana e consciente, resiste à degradação. A oposição dos operários ao trabalho cronometrado foi a manifestação mais direta desse fenômeno e demonstrou antecipadamente a inaplicabilidade da OCT [organização científica do trabalho] nos termos concebidos por Taylor”. Se o taylorismo não pode ser atribuído às ideias de Taylor, retém-se dos autores acima que se pode delimitar por pelo menos dois aspectos: especialização e impulso de controle sobre o trabalho. O problema é que ambos os aspectos não dão a diferença específica do taylorismo. A especialização do trabalho é marca bastante aderente do “trabalhador parcial” no regime manufatureiro após romper com o limite da mera aglomeração da força de trabalho em uma mesma fábrica. Abstraindo outros problemas de fundamento (cf. PAÇO CUNHA, 2018, para lineamentos do controle das coisas como aspecto ineliminável do trabalho), o impulso de controle dos homens no processo de trabalho também não diferencia o taylorismo necessariamente embora denote claramente com que tipo de problema ele precisava lidar (capital variável, organização do trabalho). Esse impulso de controle consciente e imanente ao modo de produção capitalista é duplo, pois visa ao aspecto constante e variável do capital. A esse respeito, basta recordar que conforme “a massa dos trabalhadores simultaneamente ocupados aumenta, aumenta também sua resistência e, com ela, a pressão do capital para superá-la”. Aqui está claro o problema do controle do processo de trabalho. “Da mesma forma, com o volume dos meios de produção que se apresentam ao trabalhador assalariado como propriedade alheia aumenta também a necessidade do controle sobre sua utilização adequada” (MARX, 2013, p. 406), denotando o controle sobre os meios de produção. Esse impulso de controle, aliás de trânsito da subsunção formal à real (PAÇO CUNHA, 2018, p. 578), não distingue o taylorismo. Ao contrário, coloca-o em seu devido lugar como modalidade de intensificação do trabalho já em desenvolvimento anteriormente à síntese ideal elaborada por Taylor e consortes. Trata-se de uma formação ideal tardia (PAÇO CUNHA *et. al.*, 2017). A reação dos trabalhadores à redução à máquina também não distingue o taylorismo, pois muito cedo se reconheceu que o “homem é um instrumento muito imperfeito para a produção de um movimento contínuo e uniforme” (PAÇO CUNHA *et. al.*, 2017p. 450), suscitando o desenvolvimento exatamente daquilo a que o taylorismo não diz respeito: do sistema de máquinas. Assim se vê que há dificuldades de se generalizar o taylorismo em seus próprios termos históricos, sem mencionar o fato de sua imprecisão explicativa das modificações do processo de trabalho. Deve-se levar bem a sério a intuição de Braverman entre taylorismo e tipos de trabalhos concretos, isto é, em determinados setores e não em todos. Mas isso não quer dizer que não houve aplicações variadas, obviamente, porém “foi na produção de automóvel, o mais complexo produto a ser feito em grande volume nas indústrias metalúrgicas [metal-mecânica], que a nova tecnologia [à la Taylor] foi mais inteiramente aplicada” (CHANDLER, 1977, p. 280). Generalizações para outros setores devem, portanto, ser muito mais criteriosas do que as normalmente realizadas.

períodos históricos é dada pela forma que assume o capital variável e, assim, se explica certa tendência em privilegiar a luta a respeito do controle sobre produção – o que, em alguns deles, se fixa como notório politicismo.

Cabe, portanto, uma diferenciação mais direta entre categorias que guardam maior potência na captura das modificações do nexos em questão. A unidade entre base técnica e organização do trabalho deve ser aprendida como uma dada configuração das relações sociais de produção e as forças produtivas. É assim que, em seus grandes traços, é possível apreender tal configuração como conteúdo de métodos particulares de extração do mais-valor: *cooperação simples, manufatura, manufatura moderna, grande indústria e grande indústria moderna*.

Em termos bastante sintéticos, recorreremos a aspectos elementares legados por Marx na famosa tríade de capítulos do livro um de *O capital*. O esforço presente aponta para contribuir com certo desenvolvimento das questões já percorridas por importantes iniciativas (MORAES NETO, 1989, 2003; KABAT, 2001). O Quadro 1 a seguir procura condensar os termos mais elementares retidos a partir dos grandes traços e por determinação reflexiva entre os métodos.

Quadro 1: Distinção entre os métodos

	<i>Cooperação simples</i>	<i>Manufatura</i>	<i>Manufatura moderna</i>	<i>Grande indústria</i>	<i>Grande indústria moderna</i>
<i>Princípio operante</i>	Princípio subjetivo. Ocupação simultânea de trabalhadores e meios de produção	Princípio subjetivo. Divisão natural-espontânea do trabalho. Capital variável	Princípio subjetivo em evanescência. Divisão sistemática do trabalho. Capital variável	Princípio objetivo. Automação técnica. Capital fixo	Princípio objetivo. Automação técnica. Capital fixo
<i>Base técnica</i>	O trabalhador e sua ferramenta	O trabalhador e sua ferramenta. Desenvolvimento progressivo de outras formas de força motriz	O trabalhador e sua ferramenta. Maior grau de mecanização com introdução de linha de montagem	Sistema de máquinas	Sistemas de máquinas avançadas pela robótica e microeletrônica, integradas por sistemas de informação e operadas por computação pesada. Machine learning (robótica+big data+i.a.)
<i>Organização do trabalho</i>	Combinação acidental da força de trabalho. Desenvolvimento rudimentar da hierarquia de comando do capital	Combinação de trabalhadores parcelares com progressivo estudo da produtividade do trabalho	Combinação de trabalhadores parcelares com técnicas de intensificação do trabalho. Consumo dos estudos sobre produtividade do trabalho e aplicação do Taylorismo e Fordismo	Acomodação dos trabalhadores como apêndices ao sistema de máquinas. Trabalho de vigilância do sistema e formação de equipes de trabalho, com aumento de importância do trabalho de manutenção do sistema de máquinas	Pequeno número de trabalhadores de manutenção do sistema de máquinas e nos sistemas integrativos e operadores
<i>Processo típico</i>	Processos de trabalho paralelos ou interdependentes com baixa divisão do trabalho	Divisão do trabalho por funções interdependentes em conjunto ou em linha	Linha de montagem mecanizada	Processo automatizado contínuo ou em série	Processo automatizado contínuo ou em série

Fonte: Elaboração do autor.

A *cooperação simples*, em sua forma capitalista, “constitui o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 410). Como estágio embrionário de “transformação do processo de trabalho num processo social” (MARX, 2013, p. 410), coincide com a “ocupação simultânea de um número maior de trabalhadores assalariados no mesmo processo de trabalho”. Essa cooperação assume muitas formas de produção em maior escala, não constituindo, porém, “uma forma fixa, característica de um período particular de desenvolvimento. No máximo, ela se aproxima dessa forma nos primórdios ainda artesanais da manufatura e em toda espécie de grande agricultura, que corresponde ao período manufatureiro e só se distingue essencialmente da economia camponesa pela quantidade de trabalhadores simultaneamente empregados e pelo volume de meios de produção concentrados” (MARX, 2013, p. 410). A cooperação simples, nesses termos, é superada e reposta pelo desenvolvimento a manufatura.

Com essa ressalva em mente, é possível circunscrever a cooperação como anterioridade à *manufatura* propriamente dita na medida em que a primeira exclui, por determinação recíproca, uma divisão do trabalho mais avançada. Por isso se diz que a “cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura” da “metade do século XVI até o último terço do século XVIII” (MARX, 2013, p. 411). Na manufatura, portanto, desenvolve-se a cooperação por meio da divisão do trabalho. É o suficiente também para determinar aí sob essa organização rudimentar do trabalho uma base técnica igualmente regredida, permitindo delimitar o princípio operante como sendo o mesmo da manufatura, isto é, os trabalhadores e suas ferramentas, com a diferença de que, na manufatura propriamente dita, a divisão do trabalho se projeta para além da mera aglomeração de trabalhadores num mesmo processo de trabalho. A dupla origem da manufatura reforça esse ponto, pois se desenvolve a partir da aglomeração de “trabalhadores de diversos ofícios autônomos” (MARX, 2013, p. 411) ou de “muitos artesãos, que fabricam produtos iguais ou da mesma espécie” (MARX, 2013, p. 412), modificando esse pressuposto pela divisão do trabalho de maneira natural-espontânea.

Enquanto a *manufatura* tem, por aspecto elementar, a força de trabalho e suas ferramentas sustentadas na divisão do trabalho vivo e nas potencialidades desse trabalho em cooperação sem eliminar integralmente certas habilidades dos trabalhadores individuais parciais combinados (existentes custos de aprendizagem), o princípio da *grande indústria* é, por seu turno, a automação que se arqueia pelo desenvolvimento do capital fixo, isto é, *maquinaria* e pela combinação dela como um sistema. Permanece na manufatura uma base técnica estreita que exclui uma “análise verdadeiramente científica” (MARX, 2013, p. 413), promovendo um desenvolvimento por meio dos resultados práticos diante de certos

problemas. Por seu turno, a combinação do trabalho é natural-espontânea e a divisão ocorre segundo necessidade técnica percebida com a experiência prática. Mantém-se nela o princípio subjetivo de adequação do processo de trabalho ao trabalhador dado que seu pedestal segue sendo em grande medida o trabalho *artesanal*. Assim, o desenvolvimento dos instrumentos e ferramentas é relativamente limitado pelo próprio princípio da manufatura, ainda que ela mesma tenha desenvolvido “os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria” (MARX, 2013, p. 451) ao aperfeiçoar limitadamente o capital fixo empregado.

É a própria manufatura que faz avançar tais instrumentos e ferramentas a determinado estágio em que suas limitações precisam ser ultrapassadas, pois desenvolve uma base técnica cujo progressivo avanço passa a ser limitado por seus próprios aspectos elementares. Esse estágio mais avançado da manufatura pode ser denominado de *manufatura moderna*, isto é, pontos mais desenvolvidos em que se estrangulam as limitações da própria manufatura em razão de acréscimos substanciais no desenvolvimento técnico como a “oficina para a produção dos próprios instrumentos de trabalho – e especialmente dos aparelhos mecânicos mais complexos” (MARX, 2013, p. 442). A base técnica da manufatura fica assim revelada: força de trabalho combinada e dividida segundo funções desenvolvidas pela prática e que manipula instrumentos e ferramentas de trabalho. As possibilidades reais da organização do trabalho manufatureiro são limitadas por sua estreita base técnica cujo maior desenvolvimento é restringido, por sua vez, pela organização real do trabalho deste tipo.

O processo de mudança na manufatura e dela para a grande indústria possui pontos de inflexão difíceis de determinar. Por isso retemos, como de hábito, os grandes traços.

O aspecto elementar da *grande indústria*, por determinação recíproca frente à manufatura, é o *meio de trabalho* que se dá pela transformação da ferramenta em máquina. O que caracteriza o capitalismo em sua autenticidade não é a manufatura ou a manufatura moderna senão a grande indústria baseada no desenvolvimento da maquinaria com apoio da aplicação científica. A continuidade desse desenvolvimento encontra expressão na “produção de máquinas por meio de máquinas” (MARX, 2013, p. 458) como ponto mais avançado do sistema da grande indústria, isto é, setores de maior desenvolvimento do capital fixo como medida das forças produtivas (MARX, 2011, p. 582) - setores, frequentemente aludidos como Departamento I, que produzem maquinarias. A tarefa precípua, alimentada pelo *princípio da automação*, torna-se a análise do “processo de produção em suas fases constitutivas e [a resolução dos] problemas assim dados por meio da aplicação da mecânica, da química, etc., em

suma, das ciências naturais” (MARX, 2013, pp. 532-3), dissolvendo “cada processo de produção (...) em seus elementos constitutivos e, antes de tudo, fazê-lo sem nenhuma consideração para com a mão humana, [criando] a mais moderna ciência da tecnologia” (MARX, 2013, p. 556).

Aqui o trabalho perde o caráter elementar que mantinha na manufatura e surge agora em lugar secundarizado, embora não eliminado, no sistema desenvolvido de maquinaria. “Supera-se a base técnica sobre a qual repousa a divisão do trabalho na manufatura...”, explicou Marx (2013, p. 491). De tal forma, a modificação da base técnica cria as condições para outra modalidade de processo de produção em que a organização do trabalho revela uma atividade produtiva reduzida a um tempo cada vez menor enquanto cresce a inversão em capital fixo e, simultaneamente, ganha contornos de vigilância e supervisão da maquinaria - e por isso é muito imprecisa a ideia de que *grande indústria* se determina pelo critério de tamanho e escala. Nessas condições, a “divisão do trabalho (...) na fábrica automática consiste, antes de mais nada, na distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas” (MARX, 2013, p. 492), pois no “sistema da maquinaria, a grande indústria é dotada de um organismo de produção inteiramente objetivo, que o trabalhador encontra já dado como condição material da produção” (MARX, 2013, p. 459). A base técnica, agora, não se revela como divisão do trabalho e ferramentas, mas máquinas operantes de modo combinado às quais o trabalho é acoplado; é uma divisão do trabalho na medida em que é, antes, sistema de máquinas. A divisão manufatureira do trabalho, assim como a cooperação simples, é superada e repostada pela grande indústria como divisão e cooperação cujo conjunto forma um sistema automático ao qual os trabalhadores são acomodados.

Assim, aquele princípio subjetivo da manufatura, e persistente na manufatura moderna, é deslocado. O sistema de máquinas como ponto mais avançado do sistema anuncia o que aqui podemos chamar de tendência intrínseca da grande indústria e que encontra, de maneira entevista, na *grande indústria moderna*, condições adequadas de avanço, pois a grande “indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária. (...) ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho” (MARX, 2013, p. 557), evidenciando o caráter preponderante da base técnica. Foi possível a Marx apreender uma grande tendência de revolucionamento constante dos meios de produção nesses setores, ratificando o princípio da automação, porém, com seta direcionada ao paroxismo desse princípio. O extravasamento da grande indústria moderna como etapa superior da automação somente encontra

forma mais depurada com a robótica, a microeletrônica e, daí em diante, nas tendências de implementação da computação e integração dos sistemas produtivos com o desenvolvimento da tecnologia da informação, inteligência artificial e internet das coisas, como vêm testemunhando as quatro últimas décadas.

Não obstante, o desenvolvimento do sistema de máquinas convive com as pressões para o prolongamento da jornada de trabalho e para a intensificação do trabalho, mas tratam-se de expedientes já conhecidos no período manufatureiro e que, não por acaso, aparecem novamente sob a rubrica do taylorismo e do fordismo no século passado.

O esforço de estender o tempo de trabalho excedente e diminuir o trabalho socialmente necessário não é privilégio das modalidades manufatureira ou industrial de extração do mais-valor; ganham contornos mais ou menos diferenciados em termos de preponderância a depender das condições das lutas sociais e dos regimes jurídicos contingentes. Em condições de restrição ao aumento da jornada de trabalho, tende a preponderar a extração de uma maior massa de trabalho em termos de grandeza intensiva. Para isso, o “método de pagamento”, principalmente o salário por peça, faz com que o “trabalhador efetivamente movimente mais força de trabalho” (MARX, 2013, p. 483); é um expediente amplamente conhecido e implementado por Taylor e Ford já no século XX, para citar as experiências mais difundidas. Por outro lado, a mera redução da jornada de trabalho durante o período manufatureiro provocou um “aumento da regularidade, uniformidade, ordem, continuidade e energia do trabalho” (MARX, 2013, p. 483). Tão logo a redução da jornada de trabalho tenha se generalizado por força da lei, na Inglaterra primariamente, o desenvolvimento da maquinaria que assim se estimulou, converteu-se pouco a pouco no meio de extrair cada vez mais trabalho em menor tempo “pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último” (MARX, 2013, p. 484).

Certamente, o chamado “estudo dos tempos e movimentos” está associado à aceleração do ritmo de trabalho, reduzindo os movimentos desnecessários, assim como a aceleração da linha de montagem fordista. Mas ambos os casos, entretanto, não constituem elementos de intensificação no interior do sistema de máquinas tendo em vista que o trabalho, sob tais regimes de intensificação, permanece ainda a força que manipula os instrumentos e ferramentas, seja nas tarefas muito simples sobre as quais se dedicou Taylor, seja sobre a montagem do automóvel que fez época sob a direção de Ford (cf. SARTELLI; KABAT, 2014). Chandler (1977, p. 272) chegou a comentar que o desenvolvimento do taylorismo – que mais tarde culminaria na linha de montagem fordista – deveu-se a

uma “prolongada depressão econômica”, remetida a 1870, a partir da qual a fabricação metal-mecânica modificou a “atenção da tecnologia para a organização”, isto é, para as possibilidades de alteração da organização do trabalho. Isso reforça o argumento de que taylorismo e fordismo são métodos organizativos do capital variável sobre uma base técnica limitada se comparada com a grande indústria. O fordismo em particular correspondeu à “produção de bens de consumo complexos e duráveis, inicialmente carros e produtos elétricos e depois no ramo dos eletrônicos (...). Isso proporcionou à produção em massa um campo substancial de aplicação” (WILLIAMS *et al.*, 1987, p. 421). Tais formas de intensificação são relativamente dispensáveis uma vez que se estabelece o sistema de máquinas ao qual a força de trabalho é adaptada (MORAES NETO, 2003), ou seja, essas formas são típicas da manufatura moderna e não da grande indústria ou de seu paroxismo.

Vê-se, assim, que se trata bem mais do que uma mera questão de tipologia e classificação. Não é um mero capricho do intelecto diferenciar as modalidades de extração do mais-valor, recorrendo à continuidade (como na manufatura moderna em relação à manufatura) ou inflexão (como na grande indústria em relação à manufatura moderna) de princípios que estrangulam determinada base técnica ou a transforma radicalmente. Diferentemente de taylorismo, fordismo e congêneres, revela-se que os aspectos decisivos são melhores apreendidos quando se estabelece o nexos entre base técnica e organização do trabalho como conteúdo dos métodos de exploração econômica em seus grandes traços. E assim se compreende que o ponto de verdadeira mudança essencial está no salto qualitativo entre os princípios que diferenciam a manufatura e a grande indústria, salto que perfaz a alteração na modalidade de articulação entre base técnica e organização do trabalho. Portanto, mais do que tipologia, diz respeito à captura das tendências reais de desenvolvimento dos meios concretos por quais se move o capital em contradição consigo mesmo.

Estamos agora em melhores condições de estabelecer certo movimento da unidade entre base técnica e organização do trabalho. Consideramos que a primeira cria as condições de possibilidade para formas diferenciadas de organização do trabalho não sendo, portanto, algo linear, dando margem para que os agentes econômicos possam encontrar diferentes alternativas postas em funcionamento na disputa intercapitalista que, por fim, *tende* a nivelar as diferenças, pelo menos até que novas alterações venham à luz do dia. Recorde-se que a “finalidade da maquinaria utilizada de modo capitalista [é] a produção de mais-valor” (MARX, 2013, p. 445) e que a “livre-concorrência impõe ao capitalista

individual, como leis eternas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 342).

Além da força da concorrência que atua nessa direção, é sempre importante registrar que determinadas aplicações técnicas e formas de organização do trabalho promoveram diferentes expressões do conflito classista. A articulação entre maquinaria e organização do trabalho, ao visar a produção do mais-valor, promove, ao mesmo tempo em que procura dirimir – com resultados variados –, o conflito social decorrente (fazendo aqui abstração de mediações superestruturais, como a atuação estatal). Lembre-se que o “capital, de maneira aberta e tendencial, proclama e maneja a maquinaria como potência hostil ao trabalhador [convertendo-se] na arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas operárias, greves, etc. contra a autocracia do capital” (MARX, 2013, p. 508).

Assim, surge o adequado sentido de *determinação na unidade que forma o nexo em tela*: permitir e limitar ao mesmo tempo as formas de organização do trabalho a partir das condições de possibilidade engendradas pela base técnica. Dada a dispersão possível das alternativas singulares entre formas de organização do trabalho, é razoável, como feito até aqui, guardar os grandes traços e, assim, recuperar o nexo em tela sob modalidades históricas das relações sociais de produção as quais, ao mesmo tempo, não são mais do que métodos de extração do mais-valor, como visto: cooperação simples, manufatura, manufatura moderna, grande indústria e grande indústria moderna, em que a *modernidade* das formas expressa seu paroxismo historicamente determinado, ou seja, estrangulamento das possibilidades de organização do trabalho sobre uma determinada base técnica.

As alterações na organização do trabalho de forma alguma são desimportantes. Ao contrário, as modificações que nela ocorrem, como ampliação da divisão do trabalho manufatureiro, empurram cada vez mais a base técnica e seus aperfeiçoamentos ao limite de suas possibilidades, o que enceta modificações técnicas sem a necessária alteração do princípio operante. Prepara-se condições para um salto por mudança radical desse princípio da base técnica que, por sua vez, modifica os termos em que a organização do trabalho pode ser efetiva, incluindo variações muito contingenciais que os agentes econômicos realizam de maneira prático-concreta.

Assim, uma vez estabelecido o nexo correspondente à grande indústria como ponto mais avançado do sistema, têm lugar alterações tanto técnicas quanto sociais que efetivam seu paroxismo conjuntamente ao acirramento de contradições por meio das quais o capital se movimenta. É o tempo histórico da grande indústria moderna como ponto

mais avançado, o que não significa a eliminação de modalidades regressivas de produção do mais-valor. Ao contrário, como Marx (2013, cap. 23) nos lembra, os processos de inovação tecnológica no modo de produção capitalista estão associados historicamente à constante atração e repulsão de força de trabalho dos pontos mais avançados, reproduzindo os tipos de trabalho precários, com salários rebaixados e condições bastante discutíveis de vida em outros setores de uma economia nacional e entre economias mundiais.

Não obstante, é necessário desdobrar, ainda que limitadamente, alguns aspectos dessa relação determinativa material. Passaremos a essa tarefa, procurando avançar na análise parcial do século XX.

Desenvolvimento desigual e reciprocidades: rumo à convergência

Tendo ficado clara a diferenciação, por inflexão radical, entre princípios operantes, é necessário dizer que cada modo comporta inúmeras modificações importantes dentro dos limites variados pela base técnica. É, assim, possível haver inúmeras inovações técnicas e organizacionais sem alteração radical dos princípios operantes. Da mesma forma, o acúmulo de modificações levado ao paroxismo, explicita os limites de uma determinada base técnica duplamente: quanto à finalidade de extração de mais-valor e diluição da potência do conflito classista em direcionar os termos dessa extração.

Temos, de um lado, continuidades entre manufatura e manufatura moderna, ainda que se comportem modificações de grande magnitude e impacto econômico, social e político. Nesse caso, registram-se aquelas modificações que aperfeiçoam as ferramentas, além de encetar outras na organização manufatureira do trabalho. À guisa de exemplo, a ampliação do número de fornos para fabricação de vidros, aperfeiçoamentos dos instrumentos como “cadinhos de barro” e simplificação de tarefas com subdivisões dos trabalhos preparatórios e finalizadores, ao lado da permanência de certo caráter artesanal e da aplicação eventual de máquinas rudimentares (MARX, 2013, pp. 420-2). A produção de carruagens é também emblemática, na medida em que demonstra o ponto de partida da cooperação simples e se desenvolve pela progressiva divisão do trabalho e aperfeiçoamentos técnicos advindos da especialização dos trabalhadores parcelares (MARX, 2013, pp. 411-3), alcançando o estágio de uma produção em série que recorda o ponto de partida da produção de automóveis muitas décadas depois. Ainda assim, a “maquinaria específica do período da manufatura permanece sendo o próprio trabalhador coletivo, que resulta das combinações de muitos trabalhadores parciais”

(MARX, 2013, p. 423). Há muitas evidências que reforçam dessa continuidade sobre uma base técnica cujo princípio é aperfeiçoado, mas não revolucionado.

Por outro lado, temos um salto radical e qualitativamente discernível entre manufatura e grande indústria, alterando o princípio operante ao estabelecer o sistema de máquinas. Passa a viger, em variados setores das economias mais desenvolvidas primeiramente, o princípio da automação. Cabe aqui a diferenciação entre “mecanização” e automação. A primeira se aplica, na literatura, a incontáveis possibilidades, seja na dimensão técnica seja na social (no que se inclui o taylorismo e fordismo, como “mecanização” da organização social do trabalho e do próprio trabalhador individualmente, em uma acepção que aponta para “rotinização”, cf. FLEURY, 1983). Já a segunda diz respeito à inflexão que contraria o princípio regulador anterior, estabelecendo um sistema de máquinas desenvolvido. Em outros termos, expressa a base técnica primariamente, o que não quer dizer que não produza resultantes sobre a organização do trabalho.

Fazendo abstração dos potenciais efeitos de tecnologias, como as “máquinas fixas” de extensa aplicação em minas e onde mais houvesse necessidade de força de tração (cf. HOBBSAWM, 1982, p. 60), os dados legados por Marx (2013, cap. 13) apontam para aquela inflexão mais generalizada na indústria têxtil do século XIX, com a introdução de maquinaria desenvolvida em substituição ao trabalho manual e da força humana como elemento motor das operações. Ao tomar esse setor mais avançado para análise, Marx demonstra como a introdução da maquinaria alterou inteiramente o princípio operante bem como a organização social do trabalho. Não é preciso dizer que a explicitação do tópico anterior é inteiramente baseada nesses achados. Assim, é possível indicar o processo acelerado do aperfeiçoamento da maquinaria nesse setor já baseado no princípio da automação:

De 1861 a 1868 desapareceram, assim, 338 fábricas de algodão, o que significa que uma maquinaria mais produtiva e potente concentrou-se nas mãos de um número menor de capitalistas. O número de teares a vapor diminuiu em 20.663; ao mesmo tempo, porém, seu produto aumentou, de modo que um tear aperfeiçoado produzia agora mais do que um antigo. Por fim, o número de fusos aumentou em 1.612.547, enquanto o número de trabalhadores ocupados diminuiu em 50.505 (MARX, 2013, pp. 507-8).

O princípio da automação é fundamental ao desenvolvimento de determinados setores no século XIX, já nos Estados Unidos. Chandler (1993, p. 173) comenta que entre 1880 e a I Guerra Mundial os “produtos e processos químicos eram mais avançados tecnologicamente do que aqueles setores de produtos industriais” na economia que então se

despontava como a mais dinâmica. Em 1850, “apenas por volta de mil pessoas eram empregadas em 170 fábricas da indústria química americana” (AFTALION, 1991, p. 35), enquanto a França, que tinha certa liderança no setor, apresentava 37.000 empregados embora “apenas nove fábricas empregavam mais do que 500 pessoas” (AFTALION, 1991, p. 109). Por volta de 1914, a mesma indústria nos Estados Unidos empregava agora “67,000 pessoas e era autossuficiente na maioria dos produtos básicos” (AFTALION, 1991, p. 115). Muito em razão do conflito bélico, a produção de corantes sozinha passou a empregar 178,000 pessoas em 1918, três anos depois de instalada (AFTALION, 1991, p. 124). As corporações nesse setor alcançaram um nível de concentração muito rápido nos Estados Unidos, passando a formar um setor com formidáveis barreiras de entrada, dado o patamar de investimentos necessários, e dominado – em parte via fusões (CHANDLER, 1977, pp. 254-5) – por poucas grandes empresas diversificadas por volta de 1920, como Union Carbide & Carbon, Du Pont, American Cyanamid, Monsanto e Dow. Como escreveu Noble (1977, p. 21), “por meio de consolidação, monopólio de patente e fusões, as indústrias químicas em base científica se tornaram, com a virada do século, dominadas por algumas empresas gigantes”. A Du Pont, por exemplo, chegou a ser alvo das leis *anti-trust* norte-americanas já em 1912.

São evidências qualitativas importantes não apenas do processo de acumulação de capital como também de que a grande indústria era o princípio operatório nesse processo de produção, ainda que as informações sejam menos precisas do que as que Marx acumulou para a indústria têxtil do século XIX. A Tabela 1 a seguir explicita algumas informações relevantes adicionais:

Tabela 1: Censo da indústria química, Estados Unidos

	1914	1919	1921	Variação percentual
Estabelecimentos	395	781	692	75,19
Trabalhadores	32.311	71.249	46.306	43,31
Capital	224.346,00	659.480,00	-	193,96
Salários	22.066,00	96.250,00	58.024,00	162,96
Custo dos materiais	86.451,00	280.298,00	190.502,00	120,36
Valor dos produtos	158.054,00	574.141,00	390.768,00	147,24
<i>Relações:</i>	-	-	-	-
Capital/Salários	10,17	6,85	-	-32,61
Capital/Estabelecimentos	567,97	844,40	-	48,67
Valor dos produtos/Trabalhadores	4,89	8,05	8,45	72,51
Salários/Trabalhadores	0,68	1,35	1,25	83,48
Trabalhadores/Estabelecimentos	81,8	91,22	66,91	-18,20
Valor dos produtos–(Salários+Custo)	49.537,00	197.593,00	142.242,00	187,14

Fonte: modificado a partir de Haynes (1945, apêndice I, p. 277)

Os dados limitados para os anos entre 1914 e 1921 sugerem uma tendência de crescimento para o intervalo 1914-1919 e de recuo para o intervalo 1919-1921, embora resulte em patamar superior ao primeiro ano da série. O dado que merece um destaque maior expressa variação negativa da relação trabalhadores/estabelecimentos (-18,20%). Considerando que a variação na relação valor dos produtos/trabalhadores é não apenas positiva (72,51%) como também crescente para todo o período (1914: 4,89; 1919: 8,05; 1921: 8,45), fica sugerido um agravamento do princípio da grande indústria no intervalo considerado.

Não obstante, o notório crescimento do setor químico nos Estados Unidos demonstra, simultaneamente, o progressivo estabelecimento dos departamentos de P&D – e logo, a expansão de cientistas e engenheiros empregados, confirmando o parâmetro científico típico da grande indústria –, e o caráter de intensidade de capital invertido em maquinarias de processo (CHANDLER, 1990, pp. 102-4, cf. nota 35 à p. 102). O destaque deve ser precisamente esse caráter científico constitutivo do setor e que o determina precocemente como grande indústria. Particularmente as empresas alemãs foram, já na década de 1890, “as primeiras a estabelecer laboratórios de pesquisa, a configurar unidades de desenvolvimento e estabelecer laços íntimos com universidades e institutos de pesquisa” (CHANDLER, 2005, p. 21). Jhonson (2000) registra não apenas esses laços íntimos e o número de cientistas envolvidos, mas também a evolução do número de inovações da indústria química entre 1905 e 1939, obviamente sendo afetada pela crise econômica da última década.

Esse tipo de produção foi uma das primeiras a ser intensa em aplicação científica, não apenas no que diz respeito ao estudo dos reagentes e suas destinações comerciais, mas também à regulação do processo contínuo requerida para o resultado final. A produção de cimento, soda cáustica, ácido sulfúrico e refino de petróleo são bons exemplos. Como sublinhou Chandler:

em razão do fato de a produção química envolver uma mistura de químicas e outros materiais sob uma variedade de temperaturas e pressões com relativamente poucos empregados, suas tecnologias de produção diferenciam-se consideravelmente das técnicas de produção em massa utilizadas na fabricação de veículos motorizados ou dispositivos eletrônicos, ou ainda daquelas empregadas na modelagem de metais e mesmo na indústria de equipamentos (CHANDLER, 2005, pp. 23-26).

Os grandes fundamentos da grande indústria estão muito bem marcados.

À diferença da produção em série comentada a seguir, nessas “*indústrias de processo contínuo* (ou de propriedade) (...) [como a química] o objeto da transformação é conduzido sob o controle a cadeias de reação físico-químicas, cujo desenvolvimento deve ser assegurado” (CORIAT, 1988, p. 23, *itálicos no original*). No período de transição entre os séculos XIX e XX sob a análise inicialmente, desenvolveu-se método (“sistema de produção unitária”) de “disposição da fábrica e monitoramento dos fluxos. Cada unidade representava uma mudança física particular em muitos processos de moagem, mistura e evaporação, como também em cada uma das diferentes transformações químicas e eletrolíticas envolvidas” (CHANDLER, 1990, p. 172). Porém, ao contrário do que pensa Chandler (1977, p. 280), ao afirmar que com a “chegada da linha de montagem puxada, o processo de produção nas indústrias de produção em massa de metais tornou-se quase tão contínuo como aqueles das indústrias de petróleo e outras indústrias de refino”⁷, o processo contínuo nesse tipo de indústria de processo requer uma organização do trabalho muito diferente do típico fordismo, da divisão do trabalho em especializações numa linha de montagem, seja ela puxada ou não. Chamamos a atenção mais uma vez para o fato de que nesse tipo de processo o trabalho de vigilância da máquina é intensificado, além do crescimento também já apontado de outras tarefas científicas.

A respeito da produção em série – tratando-se de “coisa completamente diferente”⁸ (CORIAT, 1988, p. 23) em relação às indústrias de processo contínuo –, Chandler também comentou sobre a “revolução do empacotamento”, de 1883, na produção de alimentos enlatados em fábrica de linha automática com “máquinas capazes de soldar latas a uma taxa de 50 por minuto, ao lado de outras máquinas que adicionavam fundos e tampas a uma taxa de 2,500 a 4,400 unidades por hora” (CHANDLER, 1993, p. 64). Esse tipo de produção em série agora automatizada não deve

⁷ É uma afirmação aproximada de uma outra, presente no material citado do mesmo autor, onde se lê que o “desenho da fábrica do sistema de produção unitário nas indústrias químicas era similar à linha de montagem nas indústrias de máquinas” (CHANDLER, 1990, p. 172). Isso sugere certa identificação pela forma mais aparente desses processos. Assim como terminologias, do quilate de “grande empresa moderna”, fazem sumir as diferenças que estamos tentando apontar para os princípios operantes existentes na base técnica, as características de processo, velocidade e precisão que alcançam tanto o processo contínuo quanto a linha de montagem cancelam *prima facie* as divergências de princípios que operavam ao tempo sob análise. Voltaremos a esse ponto adiante.

⁸ A despeito do fato de que Coriat identifica essas diferenças entre produção por processo de transformação de propriedades químicas e produção por linha de montagem, o mesmo não ocorre com a problemática da organização do trabalho entre essas modalidades produtivas. Mesmo quando analisa a indústria de processo e suas características distintas, mesmo quando a análise demonstra não haver qualquer indício de fordismo e o próprio texto do autor sequer menciona sua existência nessas condições diferenciadas, ainda assim, para o autor, vale o fordismo como organização do trabalho para toda uma economia (cf. CORIAT, 1992, pp. 48-50).

ser confundido com linha de montagem de produtos, como armas, carros e equipamentos agrícolas, pelo menos não nesse tempo histórico em consideração. A produção de máquinas de costura e maquinaria agrícola são exemplos importantes para reforçar essa distinção. Com a adoção de métodos de produção em massa por meio de linha de montagem de partes componentes de máquinas agrícolas, foi possível aumentar de “30,000 máquinas em 1881 para 60.000 anualmente por volta do meio da década” (CHANDLER, 1990, p. 66). Em 1883 foi finalizada a instalação de fábrica máquinas de costura da Singer Sewing Machine Company que alcançou, em 1885, a produção de mais de meio milhão de máquinas por ano. Ao final daquela década, a corporação produzia cerca de “75% das máquinas de costura do mundo” (CHANDLER, 1990, p. 66). São resultados expressivos obtidos, antes, com a produção de armas durante a guerra civil americana (LANDES, 1969) e, depois, com a linha de montagem de automóveis nas fábricas da Ford.

É importante, para reforçar o contraste, mencionar rapidamente dados referentes à indústria norte-americana de fabricação de latas utilizadas nas fábricas de enlatados. Nessa direção, Pearson (2016), que tem a qualidade da síntese, explicou em seu estudo as diferentes fases do desenvolvimento tecnológico nesse setor. Para o autor:

Houve cinco fases de desenvolvimento tecnológico do meio do século dezanove até o começo da década de 1920. A tecnologia de fabricação de latas progrediu de fabricação manual, fabricação artesanal performada por funileiros, passando por uma protomecanização com bancada ou dispositivos rudimentares para auxiliar o artesão, até a Guerra Civil. Depois da guerra, a maquinaria semiautomática foi introduzida lentamente ao processo e por volta da década de 1880, máquinas individuais foram ligadas e integradas em uma linha de produção de latas. No final do século dezanove, o formato dos produtos existentes foi visto como um impedimento ao crescimento futuro da indústria e, então, um grupo de inventores desenhou nova lata e maquinaria para acelerar a fabricação. Essa nova maquinaria era totalmente automática (PEARSON, 2016, pp. 184-5).

Embora não seja esta a intencionalidade presente no autor, a descrição acima curiosamente revela o estabelecimento da inflexão da grande indústria já no final do século XIX. Este resultado é bastante aderente aos dados anteriores sobre enlatados, cuja ligação com a produção de latas como fornecedora é logicamente evidente. O estudo do autor adiciona dados importantes (Tabela 2) que corroboram a inflexão, além de demonstrar com muita clareza o desenvolvimento do sistema de máquinas em termos econômicos:

Tabela 2: Consolidação da fabricação de latas, Estados Unidos

	Fábricas (a)	Trabalhadores (b)	Valor total (c)	Valor adicionado (d)	b/a	c/a	d/b
1904	377	16.919	41.893.000	15.645.000	44,88	111122,02	924,70
1909	318	19.754	58.814.000	19.541.000	62,12	184949,69	989,22
1914	294	22.284	81.931.000	28.090.000	75,80	278676,87	1260,55
1919	301	34.386	233.964.000	68.793.000	114,24	777289,04	2000,61
1921	244	22.711	168.305.000	59.577.000	93,08	689774,59	2623,27
1923	241	30.511	215.971.000	79.991.000	126,60	896145,23	2621,71
1925	221	29.901	260.360.000	84.581.000	135,30	1178099,55	2828,70
1927	236	29.721	253.479.000	84.058.000	125,94	1074063,56	2828,24
1929	232	31.497	296.901.000	101.914.000	135,76	1279745,69	3235,67
Variação (%)	-38,46	86,16	608,71	551,42	202,52	1051,66	249,92

Fonte: modificado a partir de Pearson (2016, p. 331)

Todas as relações demonstram um potente crescimento da fabricação de latas destinadas sobretudo ao processamento de alimentos enlatados. O valor total é crescente, além do valor adicionado. Isso se confirma pelas variações percentuais das relações estabelecidas, sobretudo pelo valor total da produção por fábrica (1.051,66%) e do valor adicionado por trabalhador (249,92%). A variação percentual de trabalhadores se estabilizou a partir de 1923 e houve uma variação negativa do número de fábricas, sugerindo uma concentração considerável. No conjunto, fica esboçada uma ampliação destacável da produção e relativa manutenção do número de trabalhadores, sugerindo um crescimento da produtividade via ampliação da massa de capital constante. E é muito sintomática a constatação de que no estudo de Pearson (2016) está inteiramente ausente qualquer referência a taylorismo ou fordismo para o setor sob análise.

Enquanto a produção em série, no exemplo dos enlatados mediante a “revolução do empacotamento” e da fabricação de latas, opera sobre o princípio da automação (uma vez instalada), as linhas de montagem exemplificadas também acima (armas, carro etc.) eram operadas por divisão sistemática do trabalho em que os agentes manipulavam as peças ou as encaixam com uso de máquinas-ferramenta. A adoção da linha de montagem com esteira rolante ou com linha tracionada que movimenta o eixo de um carro, por exemplo, não altera o princípio básico de suporte: o trabalhador parcelar e suas ferramentas.

Ao contrário, na fabricação automatizada de processo contínuo e de produção em série automatizada o princípio operante é inteiramente outro. Esse tipo de base técnica requer, como vimos, não apenas uma quantidade relativa cada vez menor de força de trabalho, por refletir claramente o caráter intensivo em capital desses setores, como também funciona como processo contínuo em que as tarefas de manutenção⁹ passam a ser mais importantes ao lado de atividades de vigilância do sistema. Não há uma divisão prévia do trabalho ao qual se adiciona a maquinaria. Ao contrário, a produção é estudada de modo a estabelecer a automação de todo o processo, resultando em um sistema de máquinas. É a este sistema objetivo que se adequa a força de trabalho nos diferentes ramos da produção em que a maquinaria se apodera.

Cabe aqui um esboço de explicação para o desenvolvimento desigual e a continuidade da manufatura moderna, como no caso da montagem de automóveis. Isso é importante, pois nos parece ser necessário retirar qualquer dúvida quanto ao fato de que o surgimento da grande indústria não corresponde a uma generalização do sistema de máquinas para todos os setores. O que precisa ser explicado, a título de hipótese, é a permanência desse setor de montagem de automóveis no leito da “mecanização” sem um salto, nesse período, para o leito da automação. De modo sumário, (1) o patamar tecnológico ainda pouco desenvolvido para resolver a tarefa de montagem de produtos complexos com precisão, algo que apenas muitas décadas depois seria possível com a introdução da robótica e da microeletrônica; (2) conflito classista relativamente amenizado nos Estados Unidos, onde se desenvolveu primariamente a produção em massa de automóveis, se comparado com a trajetória europeia; (3) baixos salários de atividades simplificadas de montagem que desincentivam o investimento em maquinaria. Sobre este último aspecto é preciso dizer que os conhecidos 5 dólares das fábricas de Ford não abrangiam, como ele mesmo registra (FORD, 1925, pp. 171-3), todos os seus empregados, e não se deve desconsiderar que as “racionalizações”

⁹ Sobre essa questão, embora o Mandel não sustente, como nós, a problemática da inflexão, vale ter em mente que ocorre uma tendência de “mudança radical na proporção entre as duas funções da mercadoria força de trabalho nas empresas automatizadas. Como é sabido, a força de trabalho tanto cria quanto preserva o valor. Na história do modo de produção capitalista, até agora a criação de valor tem sido evidentemente a função mais importante. Ao contrário, nas empresas plenamente automatizadas, é a preservação do valor que se torna crucial. Isto se dá não apenas no sentido corrente, da transferência automática de uma parcela do valor da maquinaria acionada e das matérias-primas transformadas para o valor da mercadoria acabada, mas também no sentido muito mais específico das economias de meios de trabalho, ou poupanças de valor, correspondentes ao colossal crescimento em valor e à difusão da aplicabilidade dos conjuntos de máquinas automáticas controladas ciberneticamente” (MANDEL, 1982, p. 134). Trata-se de uma constatação muito relevante para iluminar o desdobramento da grande indústria no século XX.

(inclusive *à la Taylor*, cf. FORD, 1925, p. 168) implementadas eliminavam postos de trabalho, garantindo que os ganhos de produtividade disparassem acompanhados de decréscimos na massa de salário total, mesmo que uma parcela de trabalhadores pudesse receber ganhos individuais relativos. No conjunto, vemos que os agentes do capital, na exemplaridade da manufatura moderna fordista na montagem de automóveis, puderam extrair vantagens de modificações na organização do trabalho, incrementando quando possível a linha de montagem, sem que fossem pressionados, inicialmente, a uma ruptura na base técnica então existente. A histórica assertiva, segundo a qual a burguesia precisa constantemente revolucionar os meios de produção, deve ser sopesada à luz dessa trajetória da manufatura moderna.

Temos já elementos para avaliar o desenvolvimento da grande indústria em setores como os sugeridos antes (químico e em série automatizada) em contraste com a linha de montagem fordista de automóveis. No entanto, é preciso considerar demonstrações auxiliares, não sem sugerir suas dificuldades.

É possível, portanto, reforçar esses desenvolvimentos industriais apontados por meio de dado adicional que revela o crescimento das exportações britânicas de ferro e aço destinados à fabricação de maquinaria em outros países (Tabela 3):

Tabela 3: Exportação da Inglaterra de ferro e aço para maquinaria (em milhares de toneladas)

1845-49	4.9 (1846-50)
1850-54	8.6
1856-60	17.7
1861-65	22.7
1866-70	24.9
1870-75	44.1

Fonte: adaptada de Hobsbawm (1982, p. 59)

É interessante indicar o crescimento muito expressivo, nove vezes maior em trinta anos, de exportação de matéria-prima para a produção de maquinaria em outros países. Considerando o crescimento das exportações, é de se supor que o consumo interno na Inglaterra, o país mais industrializado à época, tenha alcançado também índices muito altos. Com indicações como essas, sugere-se um desenvolvimento em curso das condições de possibilidade material da grande indústria em outros países, além da própria ilha em tela.

Há, no entanto, uma dificuldade em se isolar os dados probantes da inflexão e, portanto, do desenvolvimento desigual quando se considera apenas informações gerais para qualquer período. De modo geral, os

registros dão subsídios para uma avaliação bastante comum entre historiadores do assunto. Apesar das diferenças entre Landes (1969), Rostow (1978), Noble (1977), Chandler (1977; 1990) e Hobsbawm (1982; 1995), por exemplo, os autores compartilham tendência de se considerar uma linha geral de “industrialização” expressa em terminologias tais como “grande empresa moderna”, “indústria moderna”, “fábrica moderna”, “produção em massa”, “fabricação estandardizada”, “revolução técnico-científica” etc., e assim se vê como a ausência de uma apreensão correta da diferença entre manufatura e grande indústria inibe a captura correta da mudança qualitativa dos princípios operantes. Em verdade, os autores não estão errados em apontar aquela linha geral; ela se mostra apenas insuficiente na mesma medida em que é generalizante. A Tabela 4 demonstra o consumo de carvão para países selecionados e proporciona uma medida do uso energético para os anos de 1861 e 1913 ainda em termos gerais:

Tabela 4: Consumo de carvão (em milhares de toneladas)

	Reino Unido	Alemanha	França	Bélgica
1861	77.657	13.957	15.403	6.140
1913	189.074	187.000	64.834	26.032

Fonte: adaptado de Landes (1969, p. 293)

Há crescimento significativo para os países listados, com liderança impressionante do crescimento alemão no período. Tal crescimento geral de uso de fonte energética para alimentar a produção, seja em base manufatureira seja em base automática, é capaz de revelar a tendência industrializante, assim como muitos outros dados colecionados pelos autores mencionados (cavalos-força, produção total, exportações e importações, por exemplo).

Landes (1969, p. 297) é emblemático, em particular, ao comentar certos ganhos nos tipos de trabalho sobre os quais Taylor se debruçou, sobretudo na indústria metal-mecânica norte-americana, sugeriu que a “metalurgia oferece apenas um exemplo, reconhecidamente impressionante e importante, de um fenômeno geral [!]. A melhoria das máquinas têxteis neste período consistiu principalmente em mais revoluções ou batidas por minuto. Assim, das décadas de 1880 a 1930, o tempo necessário para que a carreta da *mule* saísse e voltasse foi reduzido de um a dois terços, dependendo da solidez do fio”. As diferenças entre os avanços sugeridos no que diz respeito à base técnica do setor têxtil, reconhecidamente baseado na grande indústria, e base da metal-mecânica em que a incidência taylorista, frise-se, sobre a organização do trabalho, se tornou possível precisamente em razão da predominância da manufatura

moderna, sucumbem ao “fenômeno geral”. Obstruídas as diferenças, inibe-se a apreensão do desenvolvimento desigual.

Essas dificuldades, entretanto, são sopesadas com os dados qualitativos e quantitativos anteriores sobre a indústria química e de produção em série de latas e de enlatados, os quais demonstram que sob a linha industrializante geral persistem princípios operantes diferenciados entre, de um lado, o trabalhador e suas ferramentas e, de outro, o sistema de máquinas como ponto mais avançado.

Os resultados de produtividade de setores também criam uma dificuldade adicional, embora seja possível superá-la pelas evidências que já colecionamos. Considerada a economia norte-americana, a Tabela 5 abaixo sugere que em termos de crescimento da produção física, a liderança seria encabeçada pela linha de montagem de automóveis cuja base, como já sabemos, assume a rubrica da manufatura moderna (MM, na tabela). É preciso considerar que esse setor é praticamente novo para o período e seu crescimento, medido em mudança percentual, parte de um patamar mais rebaixado do que alguns setores mais antigos. É possível dizer que a indústria de automóveis passa a assumir um papel econômico semelhante que a linha de trem desempenhou décadas antes (cf. LANDES, 1969, p. 433), uma vez que a adição de novas milhas de linha de ferro decresce vertiginosamente a partir de 1900 (cf. ROSTOW, 1978, p. 178) e que a fabricação de carros aciona incontáveis outros setores industriais, como mecânica, borracha, petróleo, têxtil, materiais elétricos etc., dando a medida dos laços recíprocos.

Tabela 5: Principais indústrias de manufatura individual escalonadas de acordo com a mudança percentual dos *output* físicos, Estados Unidos, 1899-1937

Base técnica	Indústria	Mudança percentual	Base técnica	Indústria	Mudança percentual
MM	Automóveis	180.100	GI	Frutas e vegetais, enlatados	792
GI	Cigarros	4.226	GI	Produtos químicos	741
GI	Refino de petróleo	1.920	MM	Gelo	668
GI	Leite, enlatado	1.810	GI	Artigos de seda e rayon	512
GI	Açúcar de beterraba	1.688	GI	Polpa	505
GI	Meias, malhas	1.202	MM	Impressão e publicação	494
GI	Cimento	838	GI	Papel	465

Fonte: modificado a partir de Rostow (1978, p. 106, tabela III-I)

No entanto, a Tabela 4 também sugere que entre os maiores crescimentos se encontram diversos setores cuja base técnica corresponde à grande indústria (GI, na tabela). Por um lado, não se deve cometer o equívoco da suposição de que do fato de a manufatura moderna ser um estágio tecnologicamente inferior ao sistema de máquinas resulta necessariamente em baixa produção física. A linha de montagem de carros prova o contrário. Prova também que não são desimportantes as modificações da organização do trabalho para adequar-se à linha de montagem.

Registra-se, ainda com a Tabela 5 acima e com as análises precedentes, que diferentes modalidades de articulação entre base técnica e organização do trabalho podem coexistir no modo de produção capitalista dado que há um desenvolvimento desigual entre setores de uma mesma economia e entre economias nacionais internacionalmente hierarquizadas¹⁰. Em que medida, porém, esse desenvolvimento é puramente autônomo é difícil de assumir e há elementos razoáveis para se considerar a existência de importantes reciprocidades. Como bem observou Marx a esse respeito:

a fição mecanizada tornou necessário mecanizar a tecelagem, e ambas tornaram necessária a revolução mecânico-química no branqueamento, na estampagem e no tingimento. Por outro lado, a revolução na fição do algodão provocou a invenção da gin para separar a fibra do algodão da semente, o que finalmente possibilitou a produção de algodão na larga escala agora exigida. Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte (MARX, 2013, p. 457).

Essas reciprocidades vão além da problemática que estamos enfrentando diretamente e abarcam a própria distribuição e meios de comunicação, tratando-se de um assunto a ser considerado à parte. É preciso reter a possibilidade de que o desenvolvimento da manufatura moderna, representada pela de linha de montagem de automóveis, tem importantes reciprocidades com o desdobramento da grande indústria, de modo que se configura não uma coexistência muda, mas dinâmica. A propósito do mencionado papel da indústria de automóveis em lugar da linha férrea, lemos que a primeira:

foi uma imensa consumidora de produtos semiacabados e acabados (chapa de aço, madeira, vidro e tinta) e de componentes (pneus, lâmpadas, geradores etc.); teve apetite insaciável por combustível e outros produtos derivados do petróleo; requereu um pequeno exército de mecânicos e homens

¹⁰ A discussão sobre as consequências de todo esse desenvolvimento aqui indicado em consideração ao desenvolvimento particular das economias subordinadas precisa de uma atenção dedicada, o que só é possível em outra oportunidade.

de serviço para manter o sistema caminhando; e deu um ímpeto poderoso de investimentos em capital social de infraestrutura (estradas, pontes, tuneis). Ao mesmo tempo, colocou novos problemas para a metalurgia, química orgânica e engenharia elétrica, extraindo soluções que tiveram consequências importantes para outras indústrias também (LANDES, 1969, p. 433).

Se isolarmos a linha de montagem de automóveis e a indústria química, por exemplo, ficam bastante evidentes tais reciprocidades. De certa forma, é possível dizer que as reproduções da grande indústria e da manufatura moderna estão bastante associadas. Isso é confirmado por outros analistas, a despeito do exagero, sempre renovado, de se considerar a ciência em si mesma como meio de produção¹¹:

Como primeiras indústrias do país baseadas na ciência, as indústrias elétrica e química determinaram o padrão da produção e do gerenciamento para a indústria moderna como um todo. Além disso, elas produziram as pessoas – físicos e químicos com a mente orientada para a indústria e, especialmente, engenheiros elétricos e químicos – as quais puderam levar adiante a revolução científica à velhas e novas indústrias: extrativa, petrolífera, siderúrgica, borracha e, mais importante em termos de desenvolvimento econômico estadunidense, automotiva (NOBLE, 1977, p. 28).

Considere ainda, à título de reforço do argumento, casos como o da Toyota, que atuava na fabricação de teares e transpôs exemplos dessa operação para a montagem de automóveis (CORIAT, 1994, p. 51), bem como o fato de Ohno ter larga experiência na produção de tecidos por meio de teares automáticos antes de assumir a direção da montagem naquela empresa japonesa. A esse respeito, registra-se que:

A indústria têxtil foi a primeira a usar pré-automação para separar completamente o trabalhador da máquina. Antes de ingressar na Toyota Motors, o Sr. Ohno trabalhou na Minsei Textile Company (agora, Toyoda Autoloom Company) com teares automáticos inventados por Sakichi Toyoda. Lá, ele observou que as máquinas paravam automaticamente e enviavam um sinal quando elas detectavam uma condição anormal [de funcionamento] (SHINGO, 1989, p. 70).

Assim, manufatura moderna e grande indústria coexistiram durante um longo período de tempo, mas em reciprocidade. E de fato, a indústria têxtil como exemplo de estabelecimento mais precoce da grande indústria seguiu o “leito da automação” (MOARES NETO, 2003, p. 92) com

¹¹ Noble (1977, p. 26) reproduz passagem de Braverman em que se sustenta haver uma “transformação da própria ciência em capital” (cf. RICHTA, 1974; SANTOS, 1987). Este aspecto é importante de ser considerado em outro momento. Basta dizer, no entanto, que a ciência é potencialmente vertida nos meios de produção e não uma determinação dela própria (cf. MANDEL, 1982; KATZ; COGGIOLA, 1996).

considerável heterogeneidade frente a setores muito menos intensos em maquinaria, como a montagem de automóveis nas indústrias Ford. Outros setores desenvolvidos durante o século XIX e muito aperfeiçoados no século seguinte, como a já comentada indústria de processos contínuos (sobretudo a química), permanecem na linha do desdobramento dos aperfeiçoamentos técnicos sobre o princípio operante da grande indústria, aplicando novas técnicas de alteração das propriedades químicas e modificando uma organização do trabalho centrada em equipes e com processo de trabalho adverso à linha de montagem típica da produção de bens de consumo (como carros) e bens de capital (como maquinaria agrícola) em que o fordismo fazia época.

Frise-se que “leitos distintos” não quer dizer desenvolvimento autônomo, como vimos, e as reciprocidades não apenas atuam na direção da dinâmica econômica entre setores dominados por princípios operantes distintos, como também servem mesmo de espelhamento (como a Toyota) para modificações tanto na base técnica quanto na organização social do trabalho. Essa reciprocidade foi sem dúvidas necessária para o que se pode denominar de *a grande convergência*¹² – acelerada na chamada “era de ouro” do pós-guerra e realizada com a crise de lucratividade dos anos de 1970 – entre manufatura moderna e grande indústria, fazendo desta o princípio dominante, pelo menos para os setores mais significativos das economias centrais do capitalismo mundial.

Mas espelhamento daquele tipo têm seus limites objetivos e não autorizam simplesmente transposições integrais, não permitem intercâmbio direto e automático entre grande indústria e manufatura.

Consideremos alguns aspectos sobre tais limites objetivos.

O nexos entre base técnica e organização do trabalho se revela como reciprocidade até o limite em que a base técnica precisa ser rompida. A primeira cria as condições que tornam possíveis formas de organização do trabalho correspondentes e, ao mesmo tempo, torna outras impossibilitadas – por isso, não se registram experiências significativas de fordismo, por exemplo, na indústria de processo contínuo ou produção em série automatizada uma vez que a base técnica é, nesse sentido, impeditiva. Da mesma forma, uma organização do trabalho baseada em equipes com tarefas de vigilância dos processos produtivos não corresponde coerentemente a uma linha de montagem em que prevalece a tarefa parcelar executada por trabalhadores especializados. No entanto, alterações organizacionais afetam a base técnica e aceleram determinadas aplicações, promovendo o próprio paroxismo. Parece que esse movimento é de difícil captura, pois se encontram escassos registros na literatura.

¹² Voltaremos a essa convergência adiante.

Uma forma de sua expressão aparece ligado ao taylorismo e serve de indicação. Lemos que:

o esforço de aumentar a eficiência do trabalhador, um esforço que cresceu com o aumento da eficiência do capital, abriu o caminho para avanços no uso de equipamento. A administração científica esteve logicamente ligada como causa e efeito das inovações na operação de máquina-ferramenta, manuseio de materiais, divisão do trabalho na oficina e organização do fluxo de trabalho (...), para o estabelecimento de normas assentadas na análise do processo de produção (LANDES, 1969, p. 321).

A eficiência do capital, entendida por modificações na base técnica, aciona o esforço de alteração da organização do trabalho. Por sua vez, essa alteração da organização do trabalho afeta a base técnica representada pela máquina-ferramenta na passagem acima, isto é, trata-se de uma evidência de que estamos com a manufatura moderna em tela. Portanto, os efeitos que as alterações na organização do trabalho ocasionam sobre a base técnica é gatilho para aperfeiçoamentos que potencialmente levam ao limite o princípio operante correspondente sem, contudo, alterá-lo. O salto não resulta de alterações singulares na organização do trabalho, mas é consideravelmente preparado por elas conforme se acumulam. Não há razões para supor que reciprocidades como essas não possam ser determinadas mesmo sobre a base técnica da grande indústria. Se é possível capturar evidências qualitativas de que as modificações na organização do trabalho estrangulam os limites da manufatura, criando as condições para o progressivo avanço da manufatura moderna, o mesmo pode ser considerado para a relação entre grande indústria e grande indústria moderna. Embora a demonstração sobre esse último ponto aguarde momento oportuno, não parece haver impossibilidade de partida.

O certo é que nesses termos da reciprocidade, aguçam-se as tendências do paroxismo sobre bases distintas. Um outro exemplo emblemático posterior às experiências iniciais do taylorismo e fordismo em seus setores correspondentes é fornecido pela montagem de carros no Japão e tem um significado particular. As experiências na Toyota foram inteiramente dedicadas ao ordenamento e disciplinamento do capital variável na linha de desenvolvimento em que estava o próprio fordismo, isto é, divisão e combinação do trabalho e suas ferramentas. A leitura do texto original de Ohno e um de seus mais ilustres estudiosos (CORIAT, 1994) confirma que o toyotismo é, antes de mais nada, esforço de inovação organizacional (eliminação do desperdício, do excesso de pessoal, controle direto com visão etc.). Como já dissemos, a inspiração na fabricação de teares e em seu uso não deve ser subestimada. Não obstante, essas modificações na organização do trabalho terminam por revelar os limites da base técnica da manufatura moderna, que na exemplificação japonesa

se procura encontrar uma forma de organização do trabalho que só pode de fato se generalizar para unidades produtivas em linha de montagem na medida em que se estrangula as limitações da base técnica. A pressão por se realizar produção em lotes (produção de quantidades limitadas de diferentes produtos em uma mesma produção), demandava uma linha de montagem enxuta que, inicialmente, não apresentava uma base técnica inteiramente adequada. O foco, portanto, recaiu sobre a organização do trabalho que, por sua vez, joga luz sobre a necessidade de modificações técnicas. A experiência japonesa, por isso, pode ser entendida como inflexão particular de transição, uma das materialidades da já referida *grande convergência* entre manufatura moderna nesse setor em tela para a grande indústria no final dos anos de 1960, restando a aplicação da robótica e da microeletrônica dos anos de 1970 em diante, permitindo, por extensão, a mesma convergência em outros setores, como produção de eletrônicos, em que ainda prevalecia o princípio operante do trabalho parcelar na linha de montagem. A despeito de certas limitações, Coriat expressou corretamente esse movimento, ao escrever que:

As inovações tecnológicas atuais [em 1987] estão originando uma mudança de grandes dimensões e com rupturas qualitativas. A automatização que se está verificando hoje em dia não continua a tendência das aplicações passadas. As aplicações anteriores que começaram nas décadas de 1950 e 1960 correspondiam principalmente às indústrias de processo contínuo: petroquímica, vidro, cimento e outras. A nova tendência de automatização da década de 1970 corresponde às indústrias de processos discretos, isto é, a produção em série. A atual automatização não somente se refere às novas tecnologias, senão também à sua aplicação em setores de produção em série que tradicionalmente utilizavam mão-de-obra em forma intensiva: fábricas automotivas (CORIAT, 1987, p. 117).

O que a escola regulacionista, no entanto, considera como “crise do fordismo” (cf. CORIAT, 1992), não é outra coisa senão resultado da convergência da manufatura moderna para a grande indústria. Por isso, não se trata de uma crise do processo de trabalho em geral, como frequentemente se registra.

Retomando o ponto, a condição para certa difusão de inovações organizacionais desse tipo para vários ramos, inclusive para a produção automobilística, é a alteração do princípio operador do sistema para a grande indústria, criando assim condições favoráveis à organização do trabalho então desenvolvida. Desse modo, a despeito das modificações acumuladas sobre uma mesma base, a transformação efetiva do nexos entre base técnica e organização do trabalho só se realiza com a alteração do fator preponderante aguçado ao seu limite potencial de valorização do capital. São, portanto, acúmulos progressivos de modificações na base

técnica e na organização do trabalho que, levados ao paroxismo, prepara o salto qualitativamente diferencial com respeito ao princípio operatório. De tal forma, os diferentes “leitos” tenderam à fusão em um mesmo rio e, em seguida, o domínio da grande indústria nos principais setores das economias centrais a partir dos anos de 1970 e 1980 prepara o terreno para importantes modificações futuras, cuja seta aponta para o paroxismo do princípio operante na forma da *grande indústria moderna*.

Não é possível na presente exposição tratar de dois períodos históricos importantes para além das meras indicações lançadas acima. Tanto o pós-guerra quanto o período posterior à crise de lucratividade da década de 1970 são cruciais para o estudo das tendências aqui aventadas. Mesmo que de modo muito ligeiro e superficial, exigindo a necessária retomada em outra oportunidade, não se deve negar ao registro provisório segundo o qual não é insignificante a convergência entre manufatura moderna e grande indústria – menos ainda sua preparação –, embora não seja a criação de um novo princípio, mas sua disseminação (parcial) para os principais setores da economia capitalista. Essa convergência é linha tendencial para o paroxismo da *grande indústria* rumo à sua forma *moderna*, no sentido que damos ao termo. A preparação da convergência entre manufatura moderna e grande indústria durante os anos de 1950 e 1960 pode ser muito bem ilustrada pela ampliação concorrencial entre Alemanha, Estados Unidos e Japão (cf. BRENNER, 2006), revelando inclusive, como escreveu Hobsbawm (1995, p. 262), que as “novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores”. O autor nomeia de “grande salto adiante” (HOBSBAWM, 1995, p. 263). De fato, a preparação para a convergência está muito longe de ser insignificante, ajudando a explicar, ao contrário, os resultados expansivos do período. É desnecessário dizer que os avanços técnicos do pós-guerra estavam sendo gestados nos setores os quais a grande indústria já havia dominado, inclusive na forma das grandes corporações, sem mencionar os muitos registros do largo desenvolvimento de P&D nas principais economias mundiais e com extensa participação dos gastos militares (MANDEL, 1982; HARMAN, 1999). Registre-se que, entretanto, o “impacto da tecnologia gerada pela alta pesquisa na indústria civil provavelmente só se tomou substancial nas Décadas de Crise depois de 1973, quando se deu a grande inovação na tecnologia de informação e na engenharia genética, além de vários outros saltos no desconhecido. As principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a

guerra acabou talvez tenham sido as do setor químico e farmacêutico” (HOBSBAWM, 1995, p. 265).

Mas a convergência não ajuda a explicar somente a expansão, senão também a retração posterior. Os movimentos de preparação da convergência pressionaram o crescimento da composição orgânica do capital e possibilitou a efetivação da lei da queda tendencial da taxa de lucro, cuja resultante foi a crise de lucratividade dos anos de 1970 largamente documentada (cf. KLIMAN, 2011). Essa condição, por sua vez, criou possibilidades de alteração da organização do trabalho dos anos de 1980, adequando-a às condições da grande indústria que dominou todos os principais setores das economias desenvolvidas – e é necessário sublinhar que a grande indústria, sob o capitalismo, não se generaliza globalmente, reproduzindo conjuntamente formas regressivas de produção, incluindo os efeitos conhecidos de repulsão de trabalhadores aos setores muito menos desenvolvidos, e isso quando os encontram¹³. Assim, a chamada “reestruturação produtiva”, muito cara à sociologia brasileira inclusive, expressa de modo esfumado essa adequação – em contexto de crise de lucratividade do capital produtivo – de ramos dominados pela manufatura moderna ao princípio operador da grande indústria em incontáveis setores de peso das economias centrais.

É essa convergência que, agora, prepara o terreno para o paroxismo da grande indústria e o aguçamento das contradições imanentes ao capital. Se estivermos corretos, estamos testemunhando, nas últimas décadas, os aperfeiçoamentos do princípio operante da grande indústria rumo ao seu aguçamento como grande indústria moderna e não uma “pós-grande indústria”, como sugere outra análise do problema (cf. FAUSTO, 1989).

É preciso considerar em detalhes, como dito, as condições de possibilidade da *grande convergência* (pós-guerra e crise de 1970) e os

¹³ As análises de Marx, sobretudo no capítulo 23 de *O capital*, capturaram muito bem os dois aspectos, impedindo qualquer consideração ilusória com respeito ao colhimento social e geral dos benefícios do avanço tecnológico: a não generalização dos setores mais avançados que coabitam o mesmo sistema aos níveis nacional e mundial com setores regressivos e a atração e repulsão dos trabalhadores dos setores mais avançados. Mandel (1982, p. 151), a despeito da concentração sobre as revoluções tecnológicas e não na diferenciação entre manufatura moderna e grande indústria, complementa ao grifar que a “incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição”. Cabe a questão de saber se essa incapacidade é restrita à fase “tardia” do capitalismo ou se, como preferimos, é inerente ao desenvolvimento do próprio modo de produção em tela. Aliás, Mandel pode ser considerado um autor que, refletindo sobre o desenvolvimento do pós-guerra e as tendências de crise de lucratividade que realmente se efetivaram nos anos de 1970, capturou o movimento que tentamos destacar de preparação da grande convergência nos anos do pós-guerra, embora esse movimento apareça a ele refletido como “terceira revolução tecnológica”. Ou seja, ao autor reflete-se uma inflexão onde há na verdade continuação de um desenvolvimento heterogêneo entre princípios operantes, ainda que modificações realmente importantes sejam destacadas.

desenvolvimentos técnicos como, inicialmente, a robótica e a microeletrônica, além da posterior aplicação da tecnologia da informação, computação pesada (*big data*, inteligência artificial, em suma: *machine learning*) e conectividade sem fio. O alvoroço que se faz hodiernamente sobre a assim chamada “quarta revolução industrial” expressa em parte também esse acúmulo de inovações técnicas, embora a preocupação primária, dominada até agora por publicações de qualidade científica muito discutível, seja com inovações para setores não produtivos.

Apenas a título de ilustração e tomando, ao contrário, os indícios dos setores produtivos, consideremos os recentes avanços no setor de costura, com a aplicação da computação e robótica. O Neocut Bravo¹⁴ permite cortes em tecidos de acordo com as instruções depositadas em um computador central. A máquina realiza o corte simultâneo de inúmeras camadas de tecidos para a confecção de calças em poucos minutos sem a necessidade de outros trabalhadores. Como uma mesma máquina realiza todos os cortes necessários para a confecção de calças, tempo e materiais são economizados. O SewBot¹⁵ corta e costura 800,000 camisas por dia por meio de uma série de operações interdependentes e controlado por um computador central. Elimina-se pelo menos 10 postos de trabalho diretos com apenas uma dessas máquinas, segundo o fabricante. Essa máquina tem base versátil e pode ser utilizada para a produção de outras peças, como tênis¹⁶. Esses exemplos sugerem que a grande indústria avança inclusive sobre setores tradicionalmente dominados pela mão humana.

Consideremos, por fim, o exemplo da chamada “digitalização” em fábrica da BASF, líder mundial do setor químico:

A BASF está utilizando aplicações da Indústria 4.0 em seu desenvolvimento de sistemas conectados e modelos de análises avançados para o gerenciamento preditivo de ativos, gerenciamento e controle de processo e comissionamento virtual da fábrica. Além dessas aplicações tradicionais, a empresa automatizou completamente a produção de sabão líquido em sua fábrica inteligente piloto em Kaiserslautern. Uma vez que um usuário manda uma ordem de sabão customizado, as etiquetas de identificação por radiofrequência acopladas aos containers de sabão informam ao equipamento na linha de produção por meio de conexões de rede sem fio sobre a composição desejada para o sabão e empacotamento –

¹⁴ Disponível em: <<https://www.audaces.com/en/produto/neocut-bravo/>>, acesso em 31 jan. 2019.

¹⁵ Disponível em: <<https://ffw.uol.com.br/noticias/tecnologia/conheca-o-robo-que-vai-confeccionar-800-000-camisetas-por-dia-para-a-adidas/>>, acesso em 31 jan. 2019.

¹⁶ Disponível em: <<http://roboticsandautomationnews.com/2018/02/02/automatic-shoe-production-system-launched/>>, acesso em 31 já. 2019.

assim permitindo customização em massa sem envolvimento humano¹⁷.

O que sugere esse último exemplo alvo da aplicação mais avançada da maquinaria, sendo ele tipicamente baseado na grande indústria desde o século XIX? Se considerado corretamente, ilustra a sobreposição de camadas adicionais de aperfeiçoamentos (robótica, tecnologia da informação, computação, conectividade) sobre uma mesma base técnica, qual seja, a da grande indústria. Resta saber se tais acúmulos não apontam para o paroxismo dessa base, abrindo caminho para a *grande indústria moderna* e as contraditoriedades que a acompanha como método mais avançado de produção do valor. A pesquisa, portanto, deve continuar nessa direção.

Referências bibliográficas

- AFTALION, F. *A history of the international chemical industry*. Ebook. University of Pennsylvania Press, 1991.
- AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: The US experience*. London: Verso, 2015.
- ALBRITTON, R. Regulation theory: a critique. In: ALBRITTON, R.; SEKINE, T. *A Japanese approach to political economy*. London: Palgrave Macmillan, 1995.
- BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRENNER, R. *The economics of global turbulence*. London: Verso, 2006.
- _____; GLICK, M. The regulation approach: theory and history. *New Left Review*, I, 188, July-August, 1991.
- CHANDLER, Alfred. *The visible hand: the managerial revolution in American business*. Harvard University Press, 1977.
- _____. *Scale and scope: the dynamics of industrial capitalism*. Harvard University Press, 1993.
- _____. *Shaping the industrial century: the remarkable story of the evolution of the modern chemical and pharmaceutical industries*. Harvard, 2005.
- COGGIOLA, O. Crise, novas tecnologias e classe operária. In: KATZ, C; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

¹⁷ Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/insights/us/en/focus/industry-4-0/chemicals-industry-value-chain.html>>, acesso em 18 fev. 2019.

CORIAT, B. Revolución tecnológica y proceso de trabajo. *Cuadernos del Sur*, (6), 1987.

_____. *A revolução dos robôs: o impacto socioeconômico da automação*. São Paulo: Busca Vida, 1988.

_____. *El taller y el robot: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica*. México: Siglo Veintiuno, 1992.

_____. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

DUMENIL, G; LEVY, D. Les régulationnistes pouvaient-ils apprendre davantage des classiques?: une analyse critique de quatre modèles. *Cepremap*, n. 9126, out., 1991.

FAUSTO, R. A " pós-grande indústria" nos *Grundrisse* (e para além deles). *Lua Nova: revista de cultura e política*, (19), 47-68, 1989.

FLEURY, A. Rotinização do trabalho: o caso das indústrias mecânicas. In: *Organização do trabalho: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Atlas, 1983, pp. 84-106.

FORD, H. *Minha vida e minha obra*. São Paulo: Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.

FREEMAN, G. *O trabalho em migalhas: especialização e lazeres*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

HARMAN, Chris. *Explaining the crisis*. London: Bookmarks, 1999.

HAYNES, W. *American chemical industry: the World War I period, 1912-1922 v. II*. New York: D. Van Nostrand Company, 1945.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *A era dos extremos, 1914-1991*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

HUSSON, M. L'école de la regulation - de Marx a la fondation Saint-Simon: un aller sans retour? In: BIDET; KOUVELAKIS, E. *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris: PUF, 2001. [Ed. bras.: HUSSON, Michel. A escola dos regulacionistas – De Marx à Fundação Saint-Simon: um caminho sem volta? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 172-185, abr. 2019.]

JOHNSON, J. A. The academic-industrial symbiosis in German chemical research, 1905-1939. In: LESCH, J. E. (Ed.). *The German chemical industry in the twentieth century*. Springer Science+Business Media Dordrecht, 2000.

KABAT, Marina. Lo que vendrá. Una crítica a Braverman a propósito de Marx y la investigación empírica. Dossier: Trabajo, alienación y crisis en el mundo contemporáneo. *Razón y Revolución* nro. 7, verano de 2001.

KATZ, C. Crítica a la teoría de la regulación. *Investigación Económica*, v. 51, n. 201, julio-septiembre, 1992.

- _____. Evolução e crise do processo de trabalho. In: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.
- KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession*. Pluto Press, 2011.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982.
- MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?). In: GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MARX, K. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013
- MORAES NETO, Benedito R. de. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Século XX e trabalho industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate*. São Paulo: Xamã, 2003.
- NOBLE, David F. *America by design: science, technology, and the rise of corporate capitalism*. New York: Alfred A. Knopf, 1977.
- PAÇO CUNHA, E. Ontogênese e formas particulares da função de direção: introdução aos fundamentos históricos para a crítica marxista da administração. In: PAÇO CUNHA, E; FERRAZ, Deise L. da S. *Crítica marxista da administração*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018a.
- _____. Acumulação atrofica de capital e organização do trabalho na indústria têxtil brasileira (1900-1950). *I Seminário Nacional de Crítica da Economia Política e do Direito*. UFMG, Belo Horizonte, 2018b.
- _____; FRANCO, S. O. M.; MENDES, S. R. Gênese do Taylorismo como ideologia: acumulação, crise e luta de classes. In: *Anais do VIII Encontro de Administração Política*, Ilhéus, 2017.
- PEARSON, G. S. The democratization of food: tin cans and the growth of the American food processing industry, 1810-1940. *Dissertation*. Lehigh University, 2016, p. 439.
- RICHTA, R. *La civilisation au carrefour*. Paris: Seuil, 1974.
- ROSTOW, W.W. *The world economy: history and prospect*. London: MacMillan Press, 1978.
- SANTOS, T. dos. *Revolução científico técnica e acumulação do capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SARTELLI, Eduardo; KABAT, Marina. Where did Braverman go wrong? A Marxist response to the politician critiques. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 829-850, Dec. 2014. Available from <<http://ref.scielo.org/zbh6pz>> access on 31 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395115865>.
- SHINGO, Shigeo. *A study of the Toyota production system from an industrial engineering viewpoint*. Cambridge: Productivity Press, 1989.

WILLIAMS, K; CUTLER, T; WILLIAMS, J; HASLAM, C. The End of Mass Production? *Economy and Society*, 16:3, 1987, pp. 405-439, DOI: 10.1080/030851487000000020

Como citar:

PAÇO CUNHA, Elcemir. Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidades. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 88-128, abr. 2019.

Data de envio: 2 mar. 2019

Data de aceite: 6 abr. 2019

Un aporte al debate sobre el fordismo y la cadena de montaje: procesos de trabajo y lucha obrera en el caso automotriz desde una óptica marxista

Ianina Harari¹

Resumen:

La industria automotriz ha resultado paradigmática para el estudio de los procesos de trabajo. No es casual que los términos fordismo y toyotismo hayan sido tomados de las formas que han adoptado ciertos procesos de trabajo en esta rama. Estos términos han nacidos en el ámbito empresarial y fueron tomados por la gran mayoría de los estudios sociológicos sobre el trabajo fuertemente influenciados por la corriente regulacionista. En especial, el período que culmina a mediados de la década del '70 fue conceptualizado como fordismo para explicar tanto las características técnicas del proceso de trabajo como las de los trabajadores. En este artículo repasaremos los principales estudios del proceso de trabajo automotriz en el período señalado y propondremos otro enfoque basado en la teoría marxista que, a nuestro entender, da cuenta de manera más acabada de la forma que asumió la configuración del proceso de trabajo en el sector, así como de los atributos de la fuerza de trabajo allí empleada. A nuestro juicio, la teoría marxista permite explicar de manera más acabada los fenómenos que el regulacionismo intenta comprender. Para exponer estos conceptos nos valemos del estudio empírico del caso argentino.

Palabras clave: Fordismo; cadena de montaje; industria automotriz; procesos de trabajo; luchas obreras.

A contribution to the debate on Fordism and assembly line: labor processes and workers' struggle in the automotive case from a Marxist perspective

Abstract:

The automotive industry has been paradigmatic for the study of labor processes. It is not by chance that the terms Fordism and Toyotism have been taken from the forms that certain labor process has adopted in this branch. These terms were born in the business world and were taken by the vast majority of sociological studies on work strongly influenced by the Regulationist school. In particular, the period that culminates in the mid-1970s was conceptualized as Fordism to explain both the technical characteristics of the labor process and those of the workers. In this article, we will review the main studies of the automotive labor process in the

¹ Pesquisadora do Ceil-Conicet, Universidad de Buenos Aires, Argentina. *E-mail:* ianinaharari@yahoo.com.ar.

indicated period and propose another approach based on Marxist theory that, in our opinion, gives a more complete account of the form assumed by the configuration of the labor process in the sector, as well as the attributes of the labor force employed there. In our opinion, the Marxist theory allows to explain in a more finished way the phenomena that the Regulationist school tries to understand. To expose these concepts, we use the empirical study of the Argentine case.

Key words: Fordism; assamby line; automotive industry; labor process; labor struggle.

La industria automotriz ha resultado paradigmática para el estudio de los procesos de trabajo. No es casual que los términos fordismo y toyotismo hayan sido tomados de las formas que han adoptado ciertos procesos de trabajo en esta rama. Estos términos han nacidos en el ámbito del management empresario y fueron tomados por la buena parte de la sociología laboral, fuertemente influenciada por la corriente regulacionista. En especial para el período que culmina a mediados de la década del '70 se utilizó el concepto de fordismo para explicar tanto las características técnicas del proceso de trabajo como las de los trabajadores. A pesar de ello, es llamativo que las descripciones detalladas del proceso de trabajo no sean tan abundantes como podría esperarse. En este artículo repasaremos los principales estudios del proceso de trabajo automotriz en el período señalado y propondremos otro enfoque basado en la teoría marxista que, a nuestro entender, da cuenta de manera más acabada de la forma que asumió la configuración del proceso de trabajo en el sector, así como de los atributos de la fuerza de trabajo allí empleada. A nuestro juicio, la teoría marxista permite explicar de manera más acabada los fenómenos que el regulacionismo intenta comprender porque atiende a las diferencias cualitativas entre un régimen de trabajo y otro.

Breve repaso de los conceptos regulacionistas

Antes de adentrarnos en la discusión que proponemos, cabe aclarar a qué nos referimos por proceso de trabajo. El proceso de trabajo es la suma de operaciones por las cuales se le agrega trabajo –y por lo tanto, valor- a una mercancía. Es decir, los momentos en que es transformada ya sea mediante el trabajo vivo o el trabajo muerto. De esta forma, se distingue del proceso de producción, que incluye una serie de instancias en donde la mercancía no está siendo transformada mediante la acción del trabajo, y puede estar constituido por diversos procesos de trabajo.

La teoría regulacionista ha desarrollado conceptos para analizar el proceso de trabajo tales como taylorismo, fordismo y, más recientemente, toyotismo. Los conceptos regulacionistas no incluyen la definición de la base técnica del trabajo, o toman de ella sólo elementos subordinados. En este acápite tomaremos aquellos textos nos resultan más significativos de este enfoque y nos centraremos en el concepto de Fordismo.²

La noción de fordismo, al igual que la de taylorismo, resulta poco precisa. Por una parte, comúnmente se la asocia a un conjunto de factores ajenos al proceso de trabajo y relacionados con aspectos más generales de las relaciones sociales. De esta forma, el fordismo es entendido como una etapa del capitalismo asociada a un modo de acumulación específico, a un tipo de estado -el estado de bienestar-, a un tipo de relación entre el capital y el trabajo - ligada a la organización corporativa-sindical-, de trabajador - el obrero-masa-, y a pautas de consumo. Como señala Clarke (CLARKE, 1992), el período que se caracteriza como fordismo aparece difuso: pareciera comenzar en la década del '20 y habría sido superado en la década del '80. El autor señala una serie de incongruencias en la inclusión de un período tan largo bajo el mismo "tipo ideal". En especial, indica que no puede asemejarse la política sindical de los '20 y los '30, con la posterior a la Segunda Guerra Mundial. Esto mismo es señalado por Gambino (GAMBINO, 2007) para el caso de Ford, quien muestra que hasta la huelga de la United Auto Workers (el sindicato automotriz estadounidense), en 1941, Ford mantuvo una política antisindical y no reconocía la representación de la UAW. Por lo tanto, no es correcto englobar bajo el mismo paraguas a situaciones tan disímiles. Lo mismo podría plantearse sobre a los ciclos económicos y a la relación de fuerza entre las clases (CLARKE, 1992).

Ahora bien, estos elementos no se encuentran directamente relacionados con el proceso de trabajo. Pero aún cuando se intenta circunscribir el concepto al ámbito del trabajo, la poca utilidad del concepto persiste. Por ejemplo, Aglietta define al fordismo como la sumatoria de taylorismo y cadena de montaje (AGLIETTA, 1998). Coriat tampoco hace referencia al carácter manual o mecanizado del trabajo al definir el fordismo. El mismo implicaría la producción masiva estandarizada y compartiría los rasgos del taylorismo, pero tendría dos elementos nuevos: el sistema de cintas transportadoras, la estandarización y nuevas técnicas de ensamble (CORIAT, 1980).

El taylorismo se define como la organización del trabajo en donde las tareas son desintegradas en las operaciones más simples posibles, las cuales son cronometradas. El concepto de taylorismo fue trabajado por

² Para un mayor desarrollo sobre esta teoría se puede consultar: (NEFFA, 2006); (DE LA GARZA, 2000); (JESSOP, 1990).

Harry Braverman, en su obra clásica (BRAVERMAN, 1980), que ha generado varios debates al interior del marxismo (Ver: SMITH, 1996; KATZ, 2000). El taylorismo se define como la organización del trabajo en donde las tareas son desintegradas en las operaciones más simples posibles, las cuales son cronometradas. Ahora bien, para Braverman el taylorismo puede aplicarse sobre cualquier base técnica, por lo cual no es posible distinguir etapas del proceso de trabajo.³

La pregunta que surge es si la cadena de montaje resulta un elemento radicalmente nuevo que revoluciona las bases del proceso de trabajo o si su introducción representa un cambio secundario. Es decir, si es correcto demarcar una nueva etapa en la organización del trabajo en base a la aparición de la cadena de montaje, la cual puede o no ser mecánica, así como el trabajo sobre ella. Por otra parte, la cadena de montaje misma no es una novedad absoluta. Tiene como antecedentes una serie de mecanismos que responden a los problemas propios de la manufactura: el aislamiento de las tareas y la necesidad de un transporte eficiente entre las distintas secciones. En la industria automotriz para el período que analizamos, el trabajo de la mayoría de los obreros continúa siendo manual y la cadena de montaje implica una mecanización del transporte. Por ello, como intentaremos demostrar, se constituye como una manufactura moderna, hasta que se mecanizaron las tareas de ensamblado mediante la robótica. Consideramos este concepto más adecuado que el de fordismo porque permite resaltar las características centrales del trabajo: su falta de mecanización. Por el contrario, la noción de “fordismo” diluye este rasgo.

Un último concepto que se ha desarrollado en torno a la aparición de la robótica, es el de toyotismo⁴. Aquí, nuevamente, el énfasis no está puesto en el análisis del cambio técnico, si bien el mismo resulta evidente. El toyotismo fue definido más bien por una serie de aspectos secundarios, en el sentido que pueden ser explicados como una consecuencia de la introducción de la microelectrónica. Las características que se le atribuyen al sistema creado por Toyota son la producción *just in time*, que evita el abarrotamiento de stocks, la organización de grupos de trabajo, que conforman una especie de red, con cierta autonomía para decidir cómo repartir las tareas, la polifuncionalidad, el control de calidad a cargo del grupo, entre otros aspectos. Según esta concepción, estas nuevas formas de trabajo lejos de significar una pérdida de calificaciones, generan el efecto

³³ Para una crítica más detallada de las limitaciones de la interpretación de Braverman ver: (SARTELLI; KABAT, 2014).

⁴ Un análisis detallado puede encontrarse en Coriat (CORIAT, 1992). También ha sido analizado por Gorz (GORZ, 1998). Un libro que contiene varios textos analizando la implantación de este sistema en la industria automotriz, con detalle del proceso de trabajo, es el de Womack Jones y Roos (WOMACK; JONES; ROOS, 1992).

inverso. El trabajo sería ahora más calificado porque el obrero debe tener aptitudes antes ausentes, como la capacidad de comunicación.

En contraposición a la conceptualización regulacionista, creemos que la posibilidad de que el obrero se adapte fácilmente a diversas tareas está dada por la simplificación de las mismas. El tiempo de aprendizaje es menor porque la automatización ha eliminado toda necesidad de pericia para las operaciones. El trabajador pasa simplemente a controlar la máquina y a poder dedicarse a verificar si cuenta con los elementos necesarios, si las piezas no contienen defectos –control de calidad- etc. Antes estas operaciones estaban en manos de trabajadores específicos –capataces, inspectores-. Ahora esas funciones se han simplificado y pueden ser trasladadas al operario. Por otro lado, se debería sopesar con mayor precisión las calificaciones con las que los obreros contaban en la etapa “fordista” y en la “pos-fordista”. Como veremos, en el caso automotriz la robótica eliminó la pericia manual del obrero.

Otro punto en debate es la relación entre los procesos de trabajo y las luchas de los obreros automotrices. Desde una perspectiva regulacionista, David Montgomery ha analizado a las luchas obreras como motor de los cambios en los procesos de trabajo (MONTGOMERY, 1985). El autor ha intentado demostrar que los obreros resistieron e incluso vencieron momentáneamente al movimiento por la organización científica del trabajo en Estados Unidos. Así, sostiene que la organización del trabajo no responde a un determinismo tecnológico, sino a la lucha de clases. Por ello, su visión sobre los cambios en los procesos de trabajo puede denominarse politicista. Esta corriente niega que los cambios en la organización del trabajo se sucedan de acuerdo a una legalidad objetiva. Sin embargo, todas las ramas económicas, en los distintos países, realizan el recorrido por la manufactura y la gran industria, aunque en tiempos diferentes. La lucha de clases puede, en todo caso, acelerar o retardar un proceso que, en el plazo, responde a la lógica y necesidades de la acumulación de capital. Algo similar ocurre con Burawoy, que pareciera situar a obreros y capitalistas en un plano de igualdad (BURAWOY, 1989). La fábrica deja de ser entendida como el dominio del despotismo del capital para considerarse como un espacio librado a las iniciativas de ambas partes. Estas acciones dentro del lugar del trabajo se estudian en abstracción de lo que ocurre por fuera de él.

Por el contrario, creemos que no son los obreros los que configuran el espacio laboral, sino que éste tiene una mayor determinación en sus luchas. Creemos que, como plantea Womack, el estudio técnico-ingenieril del trabajo resulta fundamental para comprender cómo esta dimensión determina el poder de los trabajadores en el lugar de trabajo (WOMACK, 2007).

Los estudios de caso de la industria automotriz

Entre los estudios sobre el proceso de trabajo en la industria automotriz se destaca la obra de Touraine sobre la producción automotriz en Renault a fines de la década del '40 e inicios de los '50 (TOURAINÉ, 1955). Este texto, escrito antes de la publicación de la obra de Braverman y del desarrollo de la corriente regulacionista, emplea los conceptos marxistas de manufactura y gran industria, que luego fueron relegados a partir del auge de nociones como taylorismo, fordismo y toyotismo.⁵ El texto se funda en una investigación empírica de una sistematicidad que es difícil encontrar en estudios posteriores.⁶ Finalmente, una tercera virtud es la búsqueda de una reconstrucción histórica de la organización del trabajo, preocupación generalmente ausente en el campo de la sociología laboral, usualmente restringida a estudios contemporáneos.

Touraine, estudia la evolución de los medios de trabajo empleados en la industria automotriz, de la organización de los talleres y de las categorías laborales y calificaciones requeridas por ellas. En base a los elementos estudiados define tres fases, la fase A, B y C. La primera de ellas correspondería a “al antiguo sistema de trabajo”, caracterizado de “artesanal” donde se emplean máquinas herramientas universales (el torno universal sería el arquetipo de ellas). En esta etapa predominan los obreros calificados y la maquinaria es flexible: por su carácter universal puede ser empleada en múltiples operaciones.

La fase B corresponde, según Touraine a la manufactura, y constituiría una etapa de transición, en donde aparecen las máquinas especializadas, lo que genera una descalificación del obrero. Finalmente, la fase C se relacionaría con la automatización. Ésta implica una recomposición de las operaciones anteriormente distribuidas en distintas máquinas herramientas en una sola máquina, la aparición de las máquinas transfer sería uno de los pasos definitivos en este sentido. De acuerdo con Touraine, al momento de la finalización de su estudio (1954) la industria todavía no había entrado por completo a esta última fase. Cabe señalar que las máquinas transfer se emplean en la fabricación de autopartes y no en las plantas terminales de armado del vehículo. Esto explica la apreciación

⁵ Es llamativo cómo, en general, se ha producido un abandono de estas nociones para el estudio de los procesos de trabajo. El Brighthon Labour Process Group (BLPG) resulta una excepción al revalorizar los conceptos marxistas (BRIGHTHON LABOUR PROCESS GROUP, 1977). Sin embargo, el abandono de la investigación empírica limitó sus trabajos.

⁶ El trabajo se basa en investigación del '49 presentada como tesis y luego fue varias veces actualizada. La última actualización se realizó en 1954 antes de publicarse la obra. La indagación se basa en una encuesta industrial, en observaciones directas y, además, incorpora elementos estadísticos referentes a las calificaciones y otros aspectos de la organización laboral.

recién citada de Touraine quien evalúa la industria automotriz como un todo. Debe hacerse la salvedad que Touraine estudia la producción automotriz como una unidad, sin dividir entre fabricación de autopartes y terminales, donde los cambios de los procesos de trabajo se dan con una temporalidad diferente.

En la fase A, el trabajo se organiza agrupando los talleres por operaciones. La desventaja que esto presentaba era que para elaborar una pieza que requería múltiples operaciones ésta debía recorrer diversos talleres. El autor marca otro paso que estaría dado por la cadena de montaje. Aquí nuevamente, nosotros planteamos la salvedad de que la misma, aparece en el ensamblado y no –al menos no en forma generalizada- en la fabricación de autopartes. Esta confusión lo lleva a no percibir adecuadamente el sentido de la evolución: Touraine afirma que ahora, alrededor de la cadena, “la base de la organización del trabajo no es más la máquina, sino el puesto de trabajo”. De esta manera, pareciera que la determinante de la organización del trabajo es, primero, la mecanización y, luego, la división del trabajo. Esto es el resultado de que para el análisis del primer momento histórico focaliza su atención en la fabricación de autopartes y para la siguiente etapa se concentra en el montaje de automóviles donde la aparición de la cadena de montaje atrae su mirada. Son dos procesos de trabajo distintos, con diferentes momentos de mecanización. Si se observa cada uno por separado, veremos que en ambos aparecen las mismas tendencias, aunque con diferentes temporalidades. En el montaje la mecanización llega recién con la robotización, por ello el autor encuentra que el puesto de trabajo aparece como determinante. Porque en esa sección, en ese momento, lo era, dado el carácter manual que revestía el trabajo, pero como en todas las industrias, al mecanizarse la tarea, la centralidad se desplazará hacia el componente objetivo del proceso de trabajo.

Touraine parece no percibir el significado de la cadena de montaje. A su juicio, ella concuerda en todo sentido con las características de la gran industria que la diferencian de la manufactura. Pero la cadena mantiene los obreros parcelarios y el carácter manual de su trabajo, solo objetiva el transporte de las piezas. Por ello, de ningún modo nos hallamos frente a un sistema de trabajo plenamente objetivo. Es llamativo que Touraine no perciba la contradicción en la que incurre: si la cadena de montaje implicara un proceso de trabajo plenamente objetivado, sería la máquina y no el puesto de trabajo la determinante central del proceso de trabajo, exactamente la situación inversa de la que él describe. En este aspecto, Touraine, al igual que otros estudiosos que le sucedieron, parece deslumbrarse por la cadena de montaje y no puede apreciarla claramente.

En síntesis, Touraine marca tres fases A, B, y C para caracterizar las secciones de armado final y de producción de piezas como un todo. La primera correspondería al artesanado, la segunda a la manufactura y la tercera la gran industria, aunque afirma que en 1954 Renault aún no había entrado por completo en esta etapa, a pesar de que considera a la cadena de montaje como propia del régimen de gran industria.

A estas fases se corresponden, según Touraine, calificaciones profesionales distintas. Este tema es trabajado en sus tesis y reelaborado con posterioridad, en un trabajo de síntesis (TOURAINÉ, 1997). En la etapa A, el obrero mantiene, según el autor, calificaciones que se asemejan a las de un artesano con las consiguientes prerrogativas acerca del control y autonomía de su trabajo. Se trata más bien de un oficio manufacturero, es decir un oficio fragmentado y descalificado por la división del trabajo, en donde el obrero debe decidir sobre cómo realizar el trabajo más que recibir indicaciones precisas. Como señala Marx, esta división del trabajo puede darse de dos maneras: fragmentado tareas de un mismo oficio o haciendo que un artesano se especialice en un sólo trabajo dentro de su especialidad –como puede ser el caso de un carpintero que se especializa sólo en armar ruedas, como sucedía en los inicios de la industria del carruaje (HARARI, 2006).

Touraine denomina artesanal a este tipo de trabajo basándose en la calificación del obrero, pero sus tareas no son estrictamente artesanales, ya que se utilizan máquinas y existe división del trabajo. Para la fase B, el trabajo en la cadena, se observaría el pasaje del obrero calificado al especializado, dedicado a tareas limitadas, repetitivas y de rápido aprendizaje. En este momento, si bien los obreros calificados no desaparecen del todo, decrecen en cantidad, limitándose a las secciones de mantenimiento y reparación de máquinas. Los obreros especializados son asignados a un puesto fijo, a una tarea específica. Esto acompaña la especialización que se produce en la maquinaria con la fabricación en serie. En esta etapa se planifica centralizadamente la organización del trabajo y el obrero recibe indicaciones sobre cómo ejecutarlo. Touraine distingue a estos obreros especializados de los obreros manufactureros porque el trabajo que realizan no es manual. En este punto parece apartarse de la conceptualización marxista. La fase C, corresponde al momento de la automatización en el cual los obreros dejan de participar directamente en la fabricación y se limitan a la carga, descarga y al control. Disminuye la cantidad de obreros especializados y, para el autor, se requerirían mayores conocimientos profesionales para poder ejecutar un mayor número de órdenes y señales, ya que las operaciones que antes se realizaban en distintas máquinas se reagrupan. Aquí Touraine ya introduce el concepto de “aptitudes”. El nuevo trabajador ya no requiere

de ciertas cualidades relacionadas con la producción sino de capacidades para recibir, transmitir y emitir información. Se trataría de aspectos relacionados con su personalidad más que con sus conocimientos profesionales.

En este punto pareciera que el autor se centra en aspectos secundarios. Touraine atribuye características artesanales al trabajo en la fase A, sin distinguir si el mismo es realizado con máquinas o manualmente. Este problema reaparece en la fase B, en donde el cambio estaría dado por la especialización de la máquina, pero no se señala qué sucede en los casos donde el trabajo es manual. Hasta aquí, Touraine señala la degradación de las calificaciones obreras. Pero en la etapa C parece defender la idea de que el obrero adquiere nuevas calificaciones. Incurre en lo que, creemos, es un error del regulacionismo: no avanzar en la crítica del discurso gerencial. A nuestro juicio, la automatización y complejización de la maquinaria simplifican aún más el trabajo obrero, aunque estos cambios se encuentran por fuera de nuestro período de estudio y deben ser analizados con mayor detalle.

Otro autor que ha analizado, en parte, el proceso de trabajo automotriz fue Coriat (CORIAT, 1991). Desde el regulacionismo, analiza la etapa fordista tomando ejemplos de la industria automotriz, que resulta paradigmática en el uso de la cadena de montaje. Para él, el fordismo se basa en los estudios de tiempo movimiento del taylorismo e incorpora dos características nuevas: por un lado, la cadena de montaje -que permite un flujo continuo y la estandarización de la producción- y la descalificación de tareas. Si bien gran parte de su obra se dedica a estudiar otros aspectos del “modelo fordista”, nos concentraremos en su análisis del ámbito fabril. El autor distingue la introducción de la cadena de montaje en las secciones de armado y en las de mecanizado -producción de piezas-. Señala que en la primera no presenta mayores dificultades ya que se trata de trasladar el material entre puestos fijos donde los obreros realizan operaciones ya minimizadas por los métodos tayloristas. Sin embargo, en el mecanizado el problema aparece por la estandarización de las piezas ya que el material que fijado a la cadena no es siempre el mismo al estar las secciones agrupadas por operaciones: torneado, fresado etc. Por ello, otra de las innovaciones sería organizar las secciones por piezas, lo cual se vería complementado con la especialización de las máquinas, es decir, el pasaje de las máquinas universales a las especializadas. La consecuencia de este proceso sería una degradación del trabajo ya que los conocimientos del obrero para operar la máquina se reducen a una sola operación.

Otra característica que Coriat señala de la cadena de montaje es que sobre ella colgaban las herramientas manuales que utilizaban los obreros. Sin embargo, no indica la diferencia fundamental entre unas secciones y

otras: mientras en el mecanizado el trabajo estaba objetivado, en el armado continuaba siendo manual. A juicio del autor, el trabajo fordista se volvió inestable hacia mediados de los '60, por la rebelión obrera que generó, y por ello se buscó nuevas soluciones, reorganizando el trabajo de la cadena por grupos en lugar de por el principio de un hombre/un gesto. Aunque menciona la incidencia de la tecnología automatizada en este nuevo paradigma, no llega a ponderar su importancia al hacer desaparecer el trabajo manual que el capital necesitaba controlar. Pareciera que el trabajo que se realiza sobre la pieza no sufrió modificaciones, cuando estamos en un momento de ingreso de la robótica a la producción – principios de la década del '70-.

Un texto que se destaca por la descripción pormenorizada de ciertos puestos de trabajo en una planta automotriz es el libro del sociólogo Robert Linhart, quien realizó una experiencia como obrero en Citroën de Francia a fines de la década del '60 (LINHART, 2003). Aunque su obra tiene una estructura literaria, brinda información detallada de los puestos de trabajo por los que transitó. Allí cuenta que debió pasar por tres puestos antes de que se le asigne uno en el que pudiera cubrir el cupo mínimo de producción. En todos los puestos que atraviesa –soldadura, preparado de vidrios y tapicería- se puede apreciar que el trabajo era manual y hasta qué punto dependía de la habilidad del obrero. Linhart tenía dificultades para adaptarse a estas tareas y pensó inicialmente que esto se debía a su escasa pericia manual propia de un estudiante proletarizado. Pero sus compañeros de trabajo le hicieron saber que esto ocurría con todos los trabajadores nuevos. Se puede apreciar cómo las tareas del obrero continúan siendo manuales y lo único que se ha mecanizado es el transporte de las piezas de un puesto a otro. No se ha simplificado el trabajo al punto de igualarlo, como sucederá con la gran industria, y no cualquiera puede hacer cualquier tarea. Como en toda manufactura, es preciso seleccionar bien los trabajadores adecuados para cada tarea particular.

Mientras Linhart se focaliza en Francia, John Holloway lo hace en Inglaterra, desde una perspectiva que lo acerca a Montgomery (HOLLOWAY, 1998). El autor realizó un estudio sobre los cambios ocurridos en la industria automotriz británica a fines de la década del '80, para intentar explicar el pasaje del “fordismo” al “posfordismo”, que se produce en este período con la introducción de nuevas tecnologías como la robótica. Siguiendo la teorización regulacionista, Holloway considera que el fordismo imperante en la década del '70 tenía como característica principal el “sistema de mutualidad” que le permitía a los obreros, a través del sindicato, controlar el trabajo e impugnar cualquier cambio que pretendiera la gerencia. A su vez, señala la monotonía como la principal

característica del trabajo bajo el fordismo.⁷ Contra ella habrían luchado los obreros automotrices a fines de los '60 y principios de los '70 a través del aumento del ausentismo, del nivel de rotación en el trabajo, sabotaje o huelgas salvajes. Sin embargo, llama la atención que el autor no da pruebas de que estas luchas se debieran al hastío.

Holloway afirma que esta conflictividad derivaba en una pérdida de la autoridad que la patronal busca reestablecer. Menciona también que para aquella época se produce una caída de las ganancias y que ya no podían lograrse incrementos de productividad significativos mediante la incorporación de maquinaria –de la misma base tecnológica-. Efectivamente, aunque no lo mencione, hacia mediados de la década del '70 la robótica irrumpirá en la rama automotriz transformando cualitativamente el proceso de trabajo y aquellas empresas que no incorporaban esta tecnología se veían afectadas por la competencia. Sin embargo, aunque el elemento económico es reconocido, aparece subordinado al problema político. Por ello, la gerencia de la British Leyland, ejemplo que toma el autor, buscó debilitar al sindicato y al sistema de mutualidad para avanzar con nuevos métodos productivos. Pero una de las claves del triunfo patronal estuvo dada por la crisis económica general que conllevó a un aumento de la desocupación. El autor muestra cómo se produjo una derrota obrera, lo cual allanó el camino para la incorporación de robots en la fábrica. Correctamente señala que se impuso “la lógica del capital”, la ley del valor. Sin embargo, la motivación principal no era, como él supone, el afán de dominación sobre los obreros, sino que esta necesidad de control devenía de la necesidad propia del capital de no perecer ante la competencia.⁸

La industria automotriz inglesa fue también objeto de estudio en un artículo publicado por el Instituto Para el Control Obrero, que examina los cambios en el proceso de trabajo a mediados de la década del '70 (INSTITUTE FOR WORKERS' CONTROL, 1977).⁹ Este grupo realizó en 1976 una encuesta entre obreros automotrices británicos y elaboró un informe sobre la situación de la industria. El documento indica que entre 1970 y 1976 se produjo una disminución de los puestos de trabajo en industria automotriz, por la expulsión de trabajadores sobrantes. A la vez, señalan que se incrementa el trabajo extra –overtime- mediante el aumento de la intensidad del trabajo, de la jornada laboral, de la

⁷ También Gorz, explica por esta característica las luchas obreras de fines de los '60 (GORZ, 1998).

⁸ Sheila Cohen realiza una crítica interesante hacia quienes plantean que la organización del proceso de trabajo responde a problemas de control. La autora señala que se corre el eje del problema de la explotación (COHEN, 1987).

⁹ El Instituto para el Control Obrero fue creado en 1968 por Tony Topham y Ken Coates para desarrollar investigaciones acerca del control obrero de la producción y producir materiales de discusión.

implementación de nuevos sistemas de turnos y de la eliminación de tiempos asignados a la merienda o limpieza. En los primeros meses de 1976, estiman un “overtime” del 10%. En el documento también se señala que se violentan las categorías laborales previas y se suprime el principio “one man, one job”, otorgando más tareas a los obreros. La gran mayoría de los nuevos trabajadores no son asignados a una función, sino que asume un carácter flotante. Se busca suprimir así la especialización del trabajo y las tareas semi-calificadas. Los autores señalan que para 1977, año en que el texto fue escrito, comenzaban a utilizarse las máquinas de control numérico y robots, sobre todo en Volvo y Fiat, para las secciones de pintura. Es decir, muestran que se produce un avance de la mecanización en aquellas tareas que anteriormente eran manuales. Este proceso estaba sucediendo para el momento en que Holloway señala que la British Leyland, empresa que él analiza, decide incorporar la robótica. Es decir, que se veía ya presionada por sus competidoras. Además, vemos que el ataque sobre las conquistas de la clase obrera también comenzó antes y estuvo posibilitado por la implementación de nuevas tecnologías.

Sobre el proceso de trabajo en la industria norteamericana de posguerra, puede encontrar un estudio histórico en un artículo de James Zetka (ZETKA, 1992), quien intenta ver cómo las características del proceso de trabajo determinaban la lucha de los obreros automotrices. En su texto se observan algunas características de la organización del trabajo. El autor señala que ciertos procesos de trabajo al interior de las plantas no podían ser fragmentados, como el caso de las operaciones de ensamblado. En cuanto a las tareas del obrero, Zetka caracteriza el trabajo de la planta de prensas de estampado como manual dado que el obrero debe colocar y retirar el material de la máquina. Estas operaciones las compara con el trabajo de la sección de elaboración del tapizado, que para él también sería manual. Sin embargo, no distingue que en el segundo caso la maquinaria está ausente, a diferencia del primero. Estos trabajos generarían solidaridad entre los obreros ya que requieren la coordinación entre todos los trabajadores de la línea para no retrasarse y alcanzar los objetivos de productividad impuestos por la empresa –la línea no se mueve constantemente, sino que es activada para pasar el material al siguiente puesto, en el caso que él estudia-. En la sección de armado de los asientos los trabajadores no controlaban la línea y requerían de experiencia y habilidad. También en esta sección se generaría solidaridad dado que los asientos eran grandes y se demandaba el concurso de más de una persona para maniobrarlos. Por último, el autor señala que las características de la línea de chasis, en el armado final, no generarían solidaridad ni favorecerían la formación de grupos ya que la cadena de montaje controla los tiempos y, además, el trabajo es individual. El autor muestra a través

de esta tipología que en los sectores en los que se produjeron mayor cantidad de huelgas por fuera del sindicato fue en aquellos cuyo proceso de trabajo generaba mayor solidaridad.

Un trabajo que se inscribe en la historia de la técnica de la industria automotriz norteamericana, analiza la incorporación de máquinas transfer en la industria automotriz (HOUNSHELL, 2000). Las máquinas transfer constituyen un avance en la automatización de operaciones de mecanizado de piezas que realizaban máquinas herramientas aisladamente. La transfer realiza estas operaciones de manera secuenciada y simultánea y fue el ícono de la “automatización de Detroit” hacia la década del '50. Este equipo implicaba un avance en la reducción del tiempo de trabajo, así como un ahorro de espacio físico, en cuanto a la superficie ocupada, y de la cantidad de operarios necesarios, en especial de trabajadores calificados. Este tipo de maquinaria se generalizó en la industria automotriz durante la primera década de la posguerra.

Sobre la industria automotriz latinoamericana, encontramos análisis del proceso de trabajo en Brasil. Antunes estudió las luchas de los obreros automotrices brasileños sobre fines de la década del '70 (ANTUNES, 1988). Afirma que el proletariado brasileño no atravesó como el proletariado clásico por una etapa artesanal ni por una manufacturera, sino que su génesis tuvo lugar directamente dentro de la gran industria. Pero esta gran industria a principio de siglo era tradicional, con baja composición orgánica del capital, escasamente competitiva y demandaba bajas calificaciones de sus obreros. En la década del '50 se desarrolla un sector moderno ligado con empresas oligopólicas extranjeras responsable por la creación de un proletariado cuantitativa y cualitativamente distinto. Se trataría de un proletariado inserto en “una gran industria *moderna*”, con niveles de calificaciones más altos a la de la gran industria tradicional, con mayor composición orgánica del capital y con un número mayor de obreros concentrados en los establecimientos industriales. De esta manera, también Antunes mantiene la referencia a los conceptos marxistas, pero no realiza una indagación a partir de ellos. Asume que la industria automotriz constituye ya una gran industria, a la que agrega el mote de “moderna”, pero no indaga el proceso de trabajo como para fundar sus afirmaciones mediante un relevamiento empírico. Al mismo tiempo, de su contraposición entre lo que sería una gran industria “tradicional” y una gran industria “moderna” surge una asociación, tampoco fundamentada, entre calificación del trabajo e industria más desarrollada. Cabe señalar que el autor emplea las nociones de taylorismo y fordismo para referir a prácticas concretas, pero no a etapas en la organización del trabajo.

Otro análisis de los obreros brasileños se encuentra en un artículo de Humphrey, quien discute la idea de que los altos salarios de los obreros automotrices en la década del '70 se debían a sus mayores calificaciones (HUMPHREY, 1980). Entre sus argumentos, el autor observa en las plantas automotrices estudiadas que la mayoría de los obreros eran no calificados o semi-calificados, quienes cumplían tareas de rutina en las líneas de ensamble y en operaciones del taller de máquinas. Los calificados recibían mayores salarios que los no calificados, pero aquéllos eran aproximadamente iguales a los salarios de los obreros calificados de otras compañías. Es decir, que las calificaciones de la industria automotriz no tendrían nada de específico respecto a otras industrias. Además, señala que la mayor parte de los trabajadores eran descalificados ya que el trabajo en la cadena sufrió la implementación del taylorismo. En cuanto a la formación, señala que no había una iniciativa de enseñanza o capacitación formal generalizada en las plantas estudiadas, a diferencia de lo que sucedía en Argentina, como veremos en esta tesis. En cambio, sí había una enseñanza informal que, en las líneas de ensamble, duraban unos días, e incluso en los talleres de máquinas el período de entrenamiento puede no pasar de dos semanas.

La teoría marxista

La teoría marxista, de la cual nos valemos en nuestra investigación, desarrolló los conceptos de cooperación simple, manufactura y gran industria para analizar la organización del trabajo, los cuales se encuentran desplegados en *El capital* (MARX, 2004).¹⁰ En el capitalismo, la creación de valor, y su realización en el mercado en pos de la obtención de una ganancia, es el motor de la producción. La ganancia capitalista, o plusvalía, se obtiene de la diferencia entre el valor creado por el obrero y el salario que percibe para la reproducción de su fuerza de trabajo. Pero la plusvalía sólo se realiza como ganancia si la mercancía producida es vendida en el mercado. Para ello, el capitalista debe competir en el mercado contra otros capitales. Esta competencia está regida por la ley del valor, por la cual el capitalista se ve compelido a incrementar la productividad del trabajo y con ello disminuir el valor de las mercancías. Por ello, el proceso de producción y, por ende, el proceso de trabajo, están organizados en pos de la obtención de plusvalía. Entonces, deben entenderse en su unidad con el proceso de valorización.

Existen dos vías de obtención de plusvalía. La primera no modifica el trabajo socialmente necesario para la reproducción del obrero, sino que extiende la parte de la jornada de trabajo que se apropia el capitalista, ya

¹⁰ En especial nos centramos en los capítulos X, XI, XII y XIII.

sea prolongando la jornada de trabajo o intensificándola mediante la eliminación de tiempos muertos, condensando así más trabajo en igual tiempo. Esta primera forma es denominada plusvalía absoluta. Pero esta posibilidad tiene ciertos límites. Por ejemplo, no puede prolongarse la jornada de trabajo ilimitadamente. La segunda vía es por medio de la reducción del tiempo de trabajo necesario, mediante el aumento de la fuerza productiva del trabajo social. Así, se obtiene en igual tiempo, una mayor cantidad de productos, con lo cual disminuye el valor de los mismos. En tanto estas mercancías forman parte del consumo de los obreros para su reproducción, se logra el descenso del valor de la fuerza de trabajo. En este caso se obtiene la plusvalía relativa. Los distintos modos de organizar el proceso de trabajo son las formas que históricamente el capital ha desarrollado para aumentar la fuerza productiva del trabajo. En particular, los dos últimos por la vía de la división del trabajo y la mecanización. Bajo el capitalismo, entonces, es la obtención de la plusvalía relativa lo que mueve al capital a modificar cualitativamente los procesos de trabajo y con ello aumentar la productividad del trabajo social.

La primera forma en que el capital organiza el trabajo es la cooperación simple. El trabajo del artesano no se modifica cualitativamente, sino que se reúne a varios obreros que realizan las mismas tareas bajo el mando de un mismo capitalista. El aumento de la productividad en esta etapa se produce por diversas vías. En principio, se logra economizar el uso de los medios de trabajo al ser usufructuados colectivamente. También se consigue obtener una jornada media de trabajo social ya que se compensan las diferencias existentes entre los distintos artesanos.

La segunda etapa surge cuando el capital divide el trabajo de los artesanos y asigna a cada trabajador a una tarea parcial. De esta forma, cada obrero se especializa en una operación particular y pierde las habilidades del artesano que dominaba el conjunto del oficio. A su vez, esta fragmentación promueve la especialización de las herramientas que antes eran utilizadas para diferentes operaciones y ahora se modifican para ser utilizadas en una sola.

La manufactura puede asumir dos formas. Por un lado, la orgánica, es aquella en donde el trabajo consiste en reunir productos elaborados independientemente, como en el caso del armado de vehículos. Por el otro, la heterogénea consiste en un proceso de trabajo donde se realizan consecutivamente una serie de procesos que modifican el producto, como la elaboración de piezas metálicas que a partir de un bloque se realizan varias operaciones hasta darle la forma final, lo que ocurre en la mayoría de las autopartes. La manufactura emplea, ocasionalmente, maquinaria,

generalmente para trabajos masivos que requieren gran energía, pero ésta sigue siendo un elemento secundario dentro del proceso productivo.

La base técnica de la manufactura continúa siendo subjetiva, pero no depende ya del obrero individual sino del obrero colectivo, que está compuesto por el conjunto de los trabajadores parciales. El capital continúa dependiendo de la habilidad del obrero para realizar determinadas tareas. Pero las distintas funciones requieren diferentes grados de calificación de la fuerza de trabajo sean físicas o intelectuales. Por ello, se crea una jerarquía que se ve reflejada en los salarios. Algunas operaciones no demandan adiestramiento previo, mientras otras pueden exigir mayor tiempo de aprendizaje. Esta distinción permite que el trabajo se divida y se asigne a cada obrero distintas tareas de acuerdo a los requisitos de fuerza y habilidad para cada una de ellas. Se establece así una jerarquía según la cual cada obrero es remunerado por las habilidades que requiere en su tarea. Este proceso es conocido como el principio de Babbage. Merced a estas pautas, el capital reduce el costo total de la fuerza de trabajo.

Antes de que se produzca el salto cualitativo hacia la gran industria, el proceso de trabajo atraviesa por una etapa de transición, en la que se produce una mecanización parcial. Marx señaló este momento intermedio, más difícil de caracterizar, como la modernización de la manufactura. Así, la manufactura moderna se define por una progresiva mecanización de tareas, sin que éstas lleguen a conformar un sistema de máquinas propio de la gran industria. Este podría ser el caso de la cadena de montaje de las plantas automotrices que se utiliza para el traslado del material de un puesto de trabajo a otro. Marx ya había señalado que esta tarea se vuelve importante en la manufactura, sobre todo cuando se trabaja con materiales de grandes dimensiones.

Para establecer y conservar el nexo entre las funciones aisladas, se vuelve imprescindible transportar continuamente el artículo de unas manos a otras y de un proceso a otro. Desde el punto de vista de la gran industria, se presenta esto como una limitación característica, costosa e inmanente al principio de la manufactura. (MARX, 2004, t. I, v. 2, p. 419)

En la industria automotriz, ese traslado comenzó siendo manual, empujando carros apoyados sobre rieles, y luego fue mecanizado. Pero constituye una tarea periférica del proceso de trabajo del ensamblado. Las tareas centrales son las que se realizan sobre el producto a lo largo de la línea. Las mismas continuaron siendo manuales por mucho más tiempo.

El último cambio que realiza el capital sobre el proceso de trabajo consiste en la revolución de los medios de trabajo, mediante la conformación de un sistema de máquinas que constituye la gran industria. En esta etapa las máquinas no aparecen como elementos aislados del

proceso productivo, tal como ocurría durante la manufactura moderna, sino que representan una base técnica unificada. Marx señala que la máquina se compone de tres elementos: la fuerza motriz, el mecanismo de transmisión que le imprime el movimiento y la máquina herramienta o máquina de trabajo. Así, explica que la distinción fundamental entre la herramienta y la máquina radica en los primeros dos elementos, y en especial, en el mecanismo de transmisión del movimiento. La fuerza motriz puede bien ser el hombre, un animal algún elemento de la naturaleza y esto no altera el carácter mecánico del instrumento de trabajo. El mecanismo de transmisión regula el movimiento de la herramienta, que ya no depende de la pericia humana.

Esta aclaración es importante porque, como señala Marx, la distinción entre herramientas y máquinas-herramientas puede llevar a confusión. En el caso automotriz, la soldadura manual o los sopletes de pintura, constituyen herramientas porque, si bien pueden ser eléctricos, el movimiento de la herramienta es dirigido por el obrero. Es decir, la misma no realiza ningún movimiento por sí sola en ninguna dirección.

Dentro de la gran industria pueden encontrarse dos tipos de sistemas de máquinas. El primero, consiste en la combinación de máquinas homogéneas, que efectúan la totalidad del proceso de trabajo. El segundo caso es el sistema de máquinas propiamente dicho, en donde cada máquina heterogénea realiza un proceso diferente que se encadenan y complementan. Este caso lo encontramos en la producción de piezas metálicas, en las secciones de mecanizado. En ambos casos, debe tener una fuente común de fuerza motriz. Bajo el predominio de la gran industria, el proceso de trabajo tiende a ser revolucionado en forma continua. Pueden fusionarse tareas distintas en una sola máquina, mientras que también pueden separarse procesos anteriormente realizados juntos.

En la gran industria, la descalificación actúa por medio de la objetivación del trabajo y el traspaso de los saberes y destrezas del obrero a la máquina. Así, las calificaciones de los trabajadores tienden a igualarse hacia abajo. A su vez, se crea una capa de trabajadores técnicos que se encargan de la reparación de la máquina, pero que son numéricamente inferiores.

No obstante, el sistema de máquinas no es un mecanismo perfecto desde sus inicios y determinadas máquinas pueden demandar de mucha habilidad del obrero para operarlas. En este caso, es posible que se mantenga en parte la jerarquía de calificaciones propia de la manufactura. Cuando el proceso se vuelve automático y la maquinaria realiza todos los movimientos por sí misma y el obrero se limita a colocar y retirar el material de la misma.

Sobre la industria automotriz argentina

Para repasar los cambios que hemos analizado en la industria automotriz argentina, cabe recordar la distinción a la que nos referimos más arriba sobre los procesos de trabajo que constituyen a la industria terminal. Como dijimos, la actividad central de las empresas terminales, y la estrictamente propia de la industria automotriz, es el ensamblado de vehículos. Las secciones que típicamente suelen encontrarse en el interior de las plantas terminales son las de estampado o prensas, en donde se le imprime la forma a las chapas metálicas para la carrocería; chapistería, en donde estas chapas se sueldan para armar la carrocería; pintura, donde se pinta; armado del chasis, la estructura inferior del vehículo donde va el motor, las ruedas, etc.; tapicería, donde se elaboran los asientos y, finalmente la línea de armado final. La producción de las distintas partes de un automóvil, que va desde vidrios, cableado eléctrico, chapas para la carrocería y piezas metálicas, entre otras tantas, corresponde, estrictamente, a la industria autopartista. Sin embargo, durante determinados períodos, las empresas terminales pueden incorporar como actividad propia la elaboración de algunas piezas, en especial las metálicas. Se crean, así, las secciones de mecanizado de piezas, en las que se fabrican partes de motor. En algunas secciones, la producción autopartista y la propiamente terminal pueden combinarse. Por ejemplo, en la sección de pintura, además de la carrocería, se pintan ciertas piezas metálicas, en aquellas fábricas que las elaboran.

El período que trabajos comienza con la primera experiencia de fabricación automotriz que logró tener cierta continuidad en el país, Industrias Aeronáuticas y Mecánicas del Estado (IAME) y culmina con el golpe militar de 1976, luego del cual se producen una serie de cambios que abren el camino hacia la gran industria. Aquí diferenciamos tres etapas en el desarrollo de los procesos de trabajo.¹¹

La primera, corresponde a la organización del trabajo en IAME. En esta empresa, en el armado final del vehículo regía lo que denominamos una manufactura primitiva, por el bajo nivel de división del trabajo. El trabajo era manual en el ensamblado y regía una escasa división de trabajo. La maquinaria se encontraba ausente en el armado, ya que no existía una línea de montaje mecanizada y las operaciones se realizaban con herramientas sencillas. En este sentido el proceso de trabajo de ensamblado se encontraba retrasado con respecto al que regía mundialmente, la manufactura moderna. Por otro lado, en la fabricación de piezas metálicas regía la gran industria, aunque con maquinaria poco especializada. La organización del trabajo en la empresa nacional era

¹¹ El estudio pormenorizado puede encontrarse en (HARARI, 2015).

menos eficiente que en las automotrices de otros países ya que las secciones se organizaban por tipo de máquina-herramienta en lugar de por pieza. Esto implicaba que para elaborar una pieza, la misma debía ser trasladada a diversas secciones del establecimiento para la realización de las operaciones sucesivas, lo que generaba tiempos muertos en la producción. Cabe señalarse que, de acuerdo con lo que señala Touraine, en Francia, en la firma Renault, este sistema ya había sido abandonado. A su vez, los equipos utilizados eran de tipo universal, mientras en otras partes del mundo ya se utilizaban equipos más específicos. La falta de especialización de las máquinas hacía que el obrero tuviera que calibrarlas y adaptarlas para cada operación que debían realizar. Esto resultaba poco productivo y, además, demandaba obreros más calificados. La escasa fragmentación del trabajo operaba en el mismo sentido. Dadas estas características del proceso de trabajo y la consecuente necesidad de personal calificado, IAME inició emprendimientos educativos para formar a la fuerza de trabajo, como la Escuela de Aprendices, para la cual becaba alumnos de todo el país y los formaba en distintas especialidades. En este sentido, IAME contribuyó al desarrollo posterior de la industria, al formar la mano de obra que luego se emplearía en los puestos más calificados de las empresas que se radicaran en el país.

La segunda fase comienza con la instalación de IKA, en Córdoba, a mediados de los '50. La instalación de IKA, en 1954, trajo aparejado la primera transformación en los procesos de trabajo. El plantel de maquinaria se montó sobre la base de equipos que le traspasó IAME a los que agregó otros más avanzados. La primera transformación realizada fue la reestructuración de las secciones, que pasaron a organizarse por etapas del proceso productivo en vez de por tipo de maquinaria como ocurría hasta entonces. De este modo, se redujo substancialmente el tiempo muerto de traslado de la pieza entre una máquina y otra. Las secciones de producción de piezas continuaron como gran industria. El tipo de maquinaria incorporada resulta más especializada, lo cual implica un avance respecto a los equipos de tipo universal. Mientras los últimos eran utilizados para diversos tipos de operaciones, los equipos específicos se especializaban en sólo una de ellas, eliminando la necesidad de prepararlos para distintas tareas. Por otro lado, tiene lugar el pasaje de la manufactura a la manufactura moderna en el armado del vehículo, a partir de la implementación de la línea de montaje mecanizada. Se produce, así, un avance dentro de la manufactura, pero no un pasaje hacia otro régimen de trabajo. A su vez, se efectúa un incremento en la división del trabajo en el armado, a partir de la implementación de líneas de montaje diversas para cada tipo de modelo.

Estos cambios técnicos, implicaron una descalificación de la fuerza de trabajo. Mientras los obreros de IAME realizaban un trabajo que requería mayores conocimientos en la ejecución de diversos tipos de tareas con maquinaria más atrasada, en IKA los operarios se especializaban en una menor cantidad de labores y utilizaban maquinas herramientas de mayor especificidad. De todos modos, ciertos puestos, en secciones como matricería, requerían de una alta calificación técnica. Esto daba lugar a una diversidad de calificaciones y habilidades propia del régimen manufacturero, que se reflejaba en la estipulación de categorías laborales de los convenios y en el escalafón salarial correspondiente. También en concordancia con esto, encontramos que IKA continúa de alguna manera la formación de personal iniciada antes por IAME.

Una tercera etapa se encuentra asociada con la radicación de firmas extranjeras en Buenos Aires, a comienzos de la década del '60, que introducen maquinaria más adelantada en el mecanizado de piezas, avanzando un paso más en la objetivación del trabajo. Estas transformaciones no representan un cambio cualitativo, sino que implican una profundización de los regímenes de trabajo ya imperantes con anterioridad, es decir, de la gran industria en las secciones de fabricación de componentes y de la manufactura moderna en las secciones de montaje. En el proceso de trabajo del mecanizado de piezas la principal novedad fue la incorporación de las máquinas transfer, que agrupaban distintos procedimientos que anteriormente realizaban máquinas herramientas separadas. Con ello, se reduce la cantidad de obreros necesarios para la producción y se simplifica la tarea de preparación de la máquina. El obrero que operaba una transfer debía limitarse a colocar y retirar las piezas. Corresponde indicar que también este cambio se da en la Argentina con un retraso importante respecto a otros países, ya que en Francia las transfers se empleaban desde la década de 1950. Las nuevas firmas que, desde 1959, arriban al país también introdujeron un sistema de pintura automático en el fosfotizado y en la aplicación de anti-óxido. El avance en la mecanización no sólo disminuyó la cantidad de obreros necesarios en el proceso de trabajo del mecanizado sino que implicó un avance en la descalificación de la tarea.

El montaje se mantiene también dentro del régimen de trabajo en el cual ya se encontraba previamente, la manufactura moderna y la única operación que se mecaniza es la colocación de tornillos, mediante el empleo de un atornillador mecánico. El resto de las operaciones del ensamblado continuaron siendo manuales, por lo que no se opera un cambio cualitativo, es decir, no se efectúa el pasaje hacia un sistema de máquinas propio de la gran industria. Otro cambio que opera en el sentido de una profundización del régimen manufacturero en el montaje se

relaciona con el incremento de la división del trabajo, logrado por la ampliación de la cantidad de líneas en algunas secciones. Al multiplicarse el número de líneas, la cantidad de modelos que se produce en cada una de ellas disminuye, ampliando la división de tareas. En concordancia con las características del proceso de trabajo en el montaje, observamos que persisten ciertas tareas que dependen en gran medida de los saberes y pericias del obrero. Se mantienen los requisitos de calificación para algunas tareas como soldadura, y de fuerza física para otras, como en el armado de chasis.

Como vemos, los regímenes de trabajo vigentes no diferían de manera cualitativa de los existentes en el mundo ya que en otros países las secciones de ensamblado se organizaban como una manufactura moderna y las de mecanizado como una gran industria, como corroboramos en los relatos tanto de Linhart como de Touraine. Las diferencias encontradas entre la organización del trabajo en la industria automotriz nacional y la de otros países están relacionadas con la productividad de la maquinaria utilizada en las secciones de gran industria y con el grado de la división del trabajo en las de manufactura moderna. La utilización de maquinaria de menor productividad respondía a la escala de producción, ya que a los capitales no les resultaba rentable la inversión en equipos de mayor envergadura de la necesaria. Estas diferencias surgen de la adaptación del trabajo de las plantas a la escala local, sustantivamente menor a la vigente en otros países.

En cuanto a las calificaciones obreras, vemos que se produce un avance en la descalificación mediante el avance en la división del trabajo y la mecanización de ciertas tareas, en el armado, y mediante la mayor automatización de la maquinaria, en la producción de piezas. En las secciones de armado nos encontramos con las características típicas de un obrero manufacturero.

En el caso de la industria automotriz argentina, veremos que hacia la década del '70 los obreros emprenden una serie de luchas contra la imposición de ritmos, mayoritariamente en aquellas secciones que no fueron mecanizadas como soldadura y pintura. Los obreros automotrices que lideraron durante los '60 la rebelión del trabajo pertenecen a la manufactura moderna. Las características de este régimen de trabajo explican el margen que tenían para desarrollar sus luchas. El hecho de ser obreros manufactureros, donde la base del trabajo es subjetiva, hace que sus saberes y destrezas se conviertan en una barrera al control del capital sobre el trabajo. Esto otorga a los obreros la posibilidad de mantener cierto control sobre los ritmos.

Los calificados retienen un mayor grado de control sobre su trabajo. Linhart describía el caso de 3 húngaros de Citroën que se habían

organizado para, por turnos, trabajar de a dos mientras el tercero descansaba (LINHART, 2003). Se trataba de obreros manuales calificados que montaban piezas de cerrajería. Por su parte, en la firma Fiat en la Argentina los obreros de control de calidad de las piezas disponían de amplia libertad pues sus patrones no sabían el tiempo que demandaban sus tareas altamente calificadas.

Marx ya había advertido sobre el problema de la insubordinación de los obreros manufactureros y la imposibilidad del capital de avanzar sobre su control. Efectivamente, esto se debe a que aún no se han eliminado la base subjetiva del trabajo, que continúa dependiendo de la destreza del obrero.

Como la destreza artesanal continúa siendo la base de la manufactura y el mecanismo colectivo que funciona en ella no posee un esqueleto objetivo, independiente de los obreros mismos, el capital debe luchar sin pausa contra la insubordinación de éstos. (...) De ahí que durante todo el período manufacturero cundan las quejas acerca de la indisciplina de los obreros”. (MARX, 2004, t. I, Cap. XII)

Ahora bien, las potencialidades de la lucha económica del obrero manufacturero se realizan en el contexto de alza de lucha de clases. Es decir, no se produce en forma “autónoma” en la fábrica, sino que responde a un proceso político más general. Aquí entra en juego la lucha política. En la Argentina, las luchas relacionadas con el proceso de trabajo cobraron fuerza con el ascenso de los sindicatos clasistas, como el Sitrac o el SMATA Córdoba, e incluso con el accionar de militantes de organizaciones revolucionarias que se proletarizaron o bien obreros que se acercaron a estos partidos. En ese sentido, entendemos que el proceso de trabajo permite comprender ciertas particularidades de la lucha de estos obreros, aunque no las explican per se.

Conclusiones

En este trabajo intentamos mostrar que los conceptos regulacionistas no resultan útiles para comprender los cambios en los procesos de trabajo y en las calificaciones obreras asociadas a ellos. En especial, el concepto de fordismo presenta limitaciones asociadas a la centralidad que le otorga a un elemento que resulta secundario como es la cadena de montaje. Para ello, repasamos los principales trabajos que analizan la industria automotriz en esta clave.

Frente a ello, expusimos los principales conceptos del marxismo para analizar los procesos de trabajo: cooperación simple, manufactura y gran industria. Creemos que ellos permiten dar cuenta de los cambios cualitativos que se producen en los procesos de trabajo y con ello, dilucidar

cuáles son las tendencias que operan en el capitalismo en cuanto al cambio técnico y los atributos de la fuerza de trabajo. El caso argentino que hemos descripto brevemente, muestra cómo pueden analizarse estos procesos y, a la vez, establecer comparaciones con los que rigen en otros países.

Referencias bibliográficas

- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo XXI, 1998.
- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. (O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80.) São Paulo: Editora da Unicamp, 1988.
- BRAVERMAN, H. *Trabajo y capital monopolista*. México: Nuestro tiempo, 1980.
- BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. The capitalist labour Process. *Capital and Class*, n. 1, 1977.
- BURAWOY, M. *El consentimiento en la producción*. Los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- CLARKE, S. What in the F---'s name is Fordism. En: GILBERT, N.; BURROWS, R.; POLLERT, A. (Eds.). *Fordism and flexibility*. Explorations in sociology. London: Palgrave Macmillan, 1992, pp. 13-30.
- COHEN, S. A labour process to nowhere? *New Left Review*, n. 165, 1987.
- CORIAT, B. La restructuración de la línea de ensamblaje: una nueva economía del tiempo y el control. *Capital and Class*, n. 11, 1980.
- _____. *El taller y el cronometro*. México: Siglo XXI, 1991.
- _____. *El taller y el robot*. México: Siglo XXI, 1992.
- DE LA GARZA, E. El papel del concepto de trabajo en la teoría social del siglo XX. En: DE LA GARZA, E. (Ed.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- GAMBINO, F. A critique of Fordism and the regulation school. *The commoner*, n. 12, p. 39-62, 2007.
- GORZ, A. *Miserias del presente, riqueza de lo posible*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- HARARI, I. Tracción a sangre: Proceso de trabajo y clase obrera en la industria del carruaje. *Razón y revolución*, n. 15, pp. 131-42, 2006.
- _____. *A media máquina*. Procesos de trabajo, lucha de clases y competitividad en la industria automotriz argentina (1952-1976). Buenos Aires: Ediciones RyR, 2015.
- HOLLOWAY, J. La rosa roja de Nissan. *Cuadernos del sur*, n. 7, 1998.
- HOUNSHELL, D. A. Automation, transfer machinery, and mass production in the US automobile industry in the post-World War II Era. *Enterprise and Society*, v. 1, n. 1, pp. 100-38, 2000.

- HUMPHREY, J. Control del trabajo en la industria automotriz brasileña. *Cuadernos Políticos*, n. 24, pp. 67-77, 1980.
- INSTITUTE FOR WORKERS' CONTROL. A workers' enquiry into the motor industry. *Capital and Class*, n. 2, 1977.
- JESSOP, B. Regulation theories in retrospect and prospect. *Economy and Society*, v. 19, n. 2, pp. 153-216, 1990.
- KATZ, C. La teoría del control patronal: balance de una discusión. *Estudios del trabajo*, n. 19, 2000.
- LINHART, R. *De cadenas y de hombres*. México: Siglo XXI, 2003.
- MARX, K. *El capital*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- MONTGOMERY, D. *El control obrero en Estados Unidos*. Historia sobre las luchas del trabajo, la tecnología y las luchas obreras. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad, 1985.
- NEFFA, J. C. Evolución conceptual de la teoría de la regulación. En: DE LA GARZA TOLEDO, E. (Ed.). *Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques*. México: Anthropos, 2006.
- SARTELLI, E.; KABAT, M. Where did Braverman go wrong? A Marxist response to the politicist critiques. *Cadernos Ebape.BR*, v. 12, n. 4, 2014.
- SMITH, V. El legado de Braverman. *Sociología del trabajo*, n. 26, 1996.
- TOURAINÉ, A. *L'évolution du travail ouvrier aux usines renault*. París: Centre national de la recherche scientifique, 1955.
- _____. La organización profesional de la empresa. En: FRIEDMAN, G.; NAVILLE, P. (Eds.). *Tratado de sociología del trabajo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- WOMACK, J. *Posición estratégica y fuerza obrera*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- _____; JONES, D.; ROOS, D. *La máquina que cambió el mundo*. Madrid: McGraw Hill, 1992.
- ZETKA, J. Work organization and wildcat strikes in the US automobile industry, 1946 to 1963. *American Sociological Review*, v. 57, n. 1, 1992.

Como citar:

HARARI, Ianina. Un aporte al debate sobre el fordismo y la cadena de montaje: procesos de trabajo y lucha obrera en el caso automotriz desde una óptica marxista. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 129-52, abr. 2019.

Data de envio: 21 dez. 2018

Data de aceite: 31 jan. 2019

A crítica inflexionista das análises do fordismo brasileiro da década de 1980

Leandro Theodoro Guedes¹

Resumo:

Procura-se mostrar as imprecisões do conceito de fordismo, difundido pela Escola da Regulação, e reverberado por estudiosos do processo de trabalho no Brasil, para descrever um processo de trabalho específico e suas mudanças. Foi visto que a análise de um caso concreto da indústria automobilizadora no Brasil deixou de explicitar as mudanças em curso, por privilegiar os aspectos mais abstratos deste conceito. Entende-se que uma alternativa para as lacunas desta análise está nas categorias marxianas, especialmente (manufatura e grande indústria).

Palavras-chave: processo de trabalho; regulacionismo; fordismo.

The inflexionist critique of Brazilian fordism analysis of the 1980 decade

Abstract:

We aim to show the inaccuracies of the concept of fordism, diffused by the School of Regulation, and reverberated by scholars of the work process in Brazil, to demonstrate a specific work process and its changes. It was seen that the analysis of a concrete case in automotive industry in Brazil failed to make explicit the changes that were in progress, as they favoured the more abstract aspects of this concept. It is understood that an alternative to the gaps in this analysis is in the Marxian categories, especially (manufacture and large industry).

Key words: labour process; regulationism; Fordism.

1. Introdução

A chamada Escola Francesa da Regulação exerceu uma importância definitiva na evolução dos estudos acerca do processo de trabalho, ao menos nos últimos 40 anos. Basta recordar a ampla difusão da utilização da categoria do fordismo como fundamento explicativo para toda conjuntura macroeconômica do período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, como a conjunção de produção em massa, linhas de montagem semiautomáticas, integração entre os departamentos 1 e 2 e padrão salarial (regime de acumulação). Destacam-se autores como

¹ Mestrando pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: ltheodoroguedes@yahoo.com.

Aglietta, Coriat, Boyer, Lipietz, dentre outros. Por outro lado, em relação ao processo de trabalho, especificamente, é possível considerar, como outra forma de compreensão, a corrente analítica que parte das categorias marxianas mesmo (cooperação simples, manufatura e grande indústria), entendendo-as como relações sociais de produção. Esta corrente desenvolve as análises procurando considerar as diferenças setoriais, o que impede uma generalização, como ocorre na teoria da regulação.

No Brasil, a Escola Regulacionista, não passou incólume, iluminando uma série de debates. Estes principais trabalhos, que averiguaram a caracterização do fordismo brasileiro estão mais concentrados entre as décadas de 1980 e 1990, investigando não somente a questão do processo de trabalho (SCHMITZ; CARVALHO, 1989), mas também aqueles aspectos contidos na análise de Aglietta (CORIAT; SABOIA, 1989; FERREIRA, 1993; FERREIRA; FERREIRA, 2015), levando-se em conta tal aceção mais ampla do fordismo e a evolução industrial no setor automobilístico. Embora os textos estejam datados, não há como ignorar a influência do debate que parte do fordismo (e deságua em desdobramentos como o pós-fordismo) para explicar as mudanças que levaram a questões mais contemporâneas (ANTUNES, 2018; ALVES, 2011; FARIA, 2017). Daí a importância dos autores brasileiros mais ligados ao regulacionismo: eles desenvolveram estudos que investigaram a anatomia de um fordismo brasileiro na realidade concreta.

O propósito deste trabalho é demonstrar como o vínculo dos autores ao fordismo, como categoria explicativa da evolução das relações sociais de produção, faz com que o movimento de mudança do princípio subjetivo para o princípio objetivo, a inflexão da base técnica que modifica o processo de trabalho, seja perdido de vista. Ao invés de uma acentuação do fordismo, o caso concreto indica a caminhada em direção à sua destruição. O apego ao fordismo faz com que se concentre mais nos elementos que igualam relações sociais de produção distintas, do que as distingam propriamente. Será feita uma análise dos textos desses autores do regulacionismo brasileiro para mostrar que as informações apresentadas pelos autores podem ser melhor analisadas a partir das categorias marxianas: manufatura e grande indústria que, como exaustivamente tratado por Moraes Neto (1987; 1988; 2003) demonstram a inflexão da base do processo de trabalho centrada na divisão do trabalho (princípio subjetivo) para a base centrada no sistema de máquinas (princípio objetivo). Como exemplo de estudos baseados nessas análises, tem-se o estudo de Kabat (2008) que pôde verificar a inflexão no setor de calçados argentino. Pesquisas como esta, evidenciam a importância da análise setorial e que respeita os diferentes graus de desenvolvimento industrial entre os ramos da economia.

Na sequência do texto, serão apresentadas as bases do debate do fordismo para a teoria regulacionista e a alternativa para a compreensão das mudanças do processo de trabalho, encontrada em Marx (podendo ser denominada abordagem inflexionista), e, na sequência serão trazidos os dados analisados pelos autores em debate, evidenciando como neles estão contidos aspectos da inflexão do setor automotivo brasileiro para a grande indústria, ao invés de uma acentuação do fordismo.

2. A inadequação do fordismo e contribuições do inflexionismo para a análise do processo de trabalho

Na abordagem regulacionista, o mote principal é a tentativa de explicar os ciclos econômicos do capitalismo a partir da combinação de vários fatores atuando em conjunto. Destes ciclos, destacou-se, nas análises, aquele compreendido entre o final da II Guerra Mundial e a década de 1970, no qual, para os autores, ocorreu uma ampla difusão do fordismo. A análise do problema se concentra na ocorrência de uma mudança no processo de trabalho, que no caso está representada pela produção em massa (CORIAT, 1982; AGLIETTA, 2011), que desencadeia um novo patamar de produtividade. Este novo patamar precisa ter alguma correspondência na esfera do consumo, passando a haver uma política salarial corroborada pela atuação do estado através de políticas que contribuam, ainda que indiretamente, para ao aumento da renda dos trabalhadores. E assim, este ciclo evolui até a exaustão. Como descreve Gounet, em sua crítica a esta corrente:

O sistema taylorista é eficaz porque racionaliza o trabalho individual, permitindo uma produção em massa, em nível sem igual até então. Porém para que ele funcione efetivamente é preciso existir uma demanda capaz de absorver o aumento da produção – em outras palavras, um consumo em massa. O sistema não proporciona essa condição espontaneamente (GOUNET, 1999, pp. 59-60).

Autores como Lipietz (1989) levam isso ainda mais adiante considerando as diferenças entre os países. Classificando a formulação básica de Aglietta como fordismo central, o autor chama a atenção para as experiências do hemisfério sul, que desenvolveu um fordismo restrito “uma tentativa de industrialização segundo a tecnologia e o modelo de consumo fordianos, ainda que sem as condições sociais, seja no referente ao processo de trabalho, seja no referente à norma de consumo das massas” (LIPIETZ, 1989, p. 310). Nessa discussão, ele insere variantes como taylorismo primitivo (mais comum a países do sudeste asiático que, concentrados na produção de vestuário e componentes eletrônicos, possuíam uma matriz produtiva ainda muito taylorizada) e fordismo

periférico (como no caso brasileiro, em que chegou a existir uma evolução produtiva e uma articulação entre os departamentos, mas que nunca rompeu com a dependência externa de mão de obra qualificada e certas máquinas).

No tratamento de Aglietta (que se debruçou sobre a história econômica dos Estados Unidos, particularmente) sobre o fordismo, em primeiro lugar, fica clara a atuação deste como modo de acumulação:

O fordismo é, assim, o princípio de uma articulação entre processo de produção e modo de consumo, que constitui a produção em massa que é o conteúdo específico da universalização do trabalho assalariado. O processo de trabalho característico do fordismo é a produção em linha de montagem semiautomática. Esse tipo particular de processo de trabalho foi estabelecido nos Estados Unidos a partir da década de 1920, especialmente para bens de consumo de massa produzidos em longos períodos de produção, e posteriormente estendido para a produção de componentes intermediários padronizados para a fabricação desses meios de consumo. (AGLIETTA, 2000, p. 117)

A utilização do fordismo parece se dar justamente porque a produção em massa (característica mais alardeada das fábricas de Detroit) é o elo entre todos os outros elementos combinados. Aglietta considera o fordismo (modo de consumo, de produção e de universalização do salário) como o corolário do regime de acumulação que vigeu a partir dos anos 1920 nos Estados Unidos. Em que pese essas ligeiras diferenças, pode-se dizer que a seguinte determinação resume bem o que comporta o conceito de fordismo: “produção em massa combinada com o apoio das instituições ao consumo de massa, incluindo um sistema de acordo coletivo que generalizou o compromisso de classe de relativos altos e crescentes salário em troca de paz laboral” (VIDAL, 2016, p. 284).

Para rastrear as origens desse problema no processo de trabalho, é preciso retomar algumas considerações do próprio Aglietta na caracterização dos regimes de acumulação que podem se caracterizar em extensivos e intensivos. Nas palavras de um comentador:

O regime de acumulação extensivo caracteriza um período histórico durante o qual (de acordo com Aglietta) predomina a extração de mais-valor absoluto. Fordismo ou o regime intensivo, por outro lado, exemplifica a produção de mais-valor relativo (DAVIS, 1978, p. 214).

Para Aglietta, há certa correspondência, portanto, entre os regimes de acumulação e as formas predominantes de extração do mais-valor no período daquele determinado regime. Assim, o período que se estende até o início do século XX se caracteriza por um regime de acumulação extensivo; e o período posterior à década de 1920, trata-se da maturação

do regime fordista, que se difunde a partir do final dos anos 1940, como regime de acumulação intensivo.

Esta relação entre mais-valor absoluto e extensão; e mais-valor relativo e intensificação deve ser considerada, primeiramente. A discussão acerca da extração do mais valor nas formas absoluta e relativa, deve ser retomada no próprio Marx. Em suma, entende-se que o

mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo (MARX, 2013, p. 390).

Pode-se dizer que, na medida em que o absoluto decorre da extensão do tempo de trabalho, por isso possui limitações pelas próprias condições físicas dos trabalhadores, o relativo está ligado ao aumento da força produtiva (meios de trabalho, materiais úteis à produção, dentre outras coisas) e faz com que a produtividade seja então aumentada sem que a jornada de trabalho seja também aumentada, reduzindo o tempo de trabalho necessário. Maior produção de mercadorias em um menor tempo de trabalho faz com que as mercadorias acumulem menor valor unitário e quando este processo de difunde por vários setores, o próprio valor da força de trabalho é reduzido, uma vez que ele corresponde ao valor dos bens que os trabalhadores necessitam para sobreviver. Em termos simples, com o mais-valor relativo permite maior extração de mais-valor pelo barateamento da força de trabalho.

O mais-valor absoluto preponderou durante os momentos mais primitivos do capitalismo, em que as relações de produção ainda possuíam resquícios de modos de produção anteriores (e ainda pode preponderar em setores com nível técnico mais regredido). Com o avanço do processo de acumulação e a inserção de inovações tecnológicas o mais-valor-relativo passou a preponderar. Mas essa preponderância não é significa a exclusão de outro. Na grande indústria, quando prepondera o mais-valor relativo, por exemplo, pode haver também o aumento do mais-valor absoluto com a eliminação dos poros no processo produtivo, devido ao ritmo imprimido pelo sistema de máquinas.

Mas a questão é que, em Aglietta, o determinante do mais-valor relativo é a intensificação. Marx mostra que esta não é uma relação tão automática. O autor mostra como o aumento da intensificação do trabalho pode não representar um rebaixamento dos salários, como é comum ao mais-valor relativo

A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas. Com uma força produtiva aumentada, a mesma jornada de trabalho fornece mais produtos. No último caso, porém, o

valor do produto singular cai pelo fato de custar menos trabalho que antes; no primeiro caso, ele se mantém inalterado porque o produto custa a mesma quantidade de trabalho de antes. O número de produtos aumenta, aqui, sem que caia seu preço (MARX, 2013, pp. 591-2).

É fundamental perceber que mais-valor relativo não é sinônimo de intensificação do trabalho. A intensificação pode resultar no aumento da produtividade, mas, não sendo acompanhada de um aumento das forças produtivas, pode não significar o rebaixamento do valor da força de trabalho. Não é a intensificação condição necessária para a extração de mais-valor relativo, simplesmente porque a intensificação pode não significar a redução do valor da força de trabalho.

Acerca desse problema da intensificação, seguindo as linhas de Marx, Davis (1978) oferece uma resolução bastante pertinente ao que diz o autor alemão. Segundo Davis, para Marx, quando um novo grau de intensificação do trabalho é encetado na produção, primeiramente o seu efeito está mais localizado na compressão da jornada de trabalho e na eliminação dos poros, ocorrendo um aumento na quantidade de trabalho convertida na mercadoria. Portanto, atua a intensificação nesse momento como forma do mais-valor absoluto, portanto. Contudo, por outro lado, à medida que esse padrão de intensificação se torna mais geral, há uma recalibração e aquela eliminação dos poros deixa de ser um adicional e se torna o padrão. Nesse momento, a intensificação passa a atuar como forma de extração do mais-valor relativo, com uma jornada de trabalho mais intensiva. Isso não muda o que já foi exposto anteriormente, mas reforça o ponto de Marx quanto ao papel da intensificação do trabalho (pode ser grandeza intensiva ou extensiva).

Acompanhando então a diferenciação mais exata entre um regime de acumulação extensivo e intensivo, pode-se ler que o primeiro

é aquele em que o mais-valor relativo é obtido pela transformação da organização do trabalho; o modo de vida tradicional pode persistir ou ser destruído; (...) O desenvolvimento combinado dos dois departamentos de produção é alcançado apenas com dificuldade, o ritmo de acumulação encontra obstáculos recorrentes (AGLIETTA, 2000, p. 70)

Cabe salientar o acento que o autor francês dá para as mudanças na organização do trabalho como propulsão para o aumento da extração do mais-valor. Ou seja, no modo de regulação extensivo o autor sequer destaca o papel do revolucionamento tecnológico. O que se nota nesta argumentação é que o que Aglietta caracteriza como regime de acumulação extensivo está muito próximo do que Marx determina para a manufatura. É o que se verifica comparando esta elaboração com a descrição de Marx para a manufatura, tem-se que

A força produtiva aumentada se deve aqui ou ao dispêndio crescente de força de trabalho num dado período de tempo – portanto, à intensidade crescente do trabalho –, ou ao decréscimo do consumo improdutivo de força de trabalho. O excesso de dispêndio de força exigido em cada passagem do repouso ao movimento é compensado pela duração maior da velocidade normal, depois de esta ter sido alcançada (MARX, 2013, p. 415).

Fica evidente que Marx não fala sequer de algum desenvolvimento do sistema de máquinas para a obtenção de um avanço produtivo no período da manufatura. Maior produtividade se obtém através do melhor aproveitamento da força de trabalho durante o tempo de trabalho, aumentando, por exemplo, a velocidade e a eficiência dos movimentos. Ou seja, Marx também está falando de aumento da produtividade (intensidade, decréscimo do tempo improdutivo) por meio do aperfeiçoamento da organização do trabalho. O sistema de máquinas ainda não está posto. O regime de acumulação extensivo está próximo disso, mas não é a mesma coisa, uma vez que Aglietta simplesmente menciona o mais-valor absoluto como elemento distintivo. Para Marx, o que caracteriza a manufatura e o princípio subjetivo, a divisão do trabalho.

Por conseguinte, cabe considerar, finalmente, as considerações do francês para análise do regime de acumulação intensivo

O regime predominantemente intensivo de acumulação cria um novo modo de vida para a classe assalariada ao estabelecer uma lógica que opera sobre a totalidade do tempo e espaço ocupado ou atravessado por seus indivíduos na vida cotidiana. (...) O regime intensivo de acumulação realiza uma integração dos dois departamentos de produção que possibilita um ritmo muito mais regular de acumulação e um aumento muito mais rápido na taxa de mais-valia (AGLIETTA, 2000, p. 71).

O regime intensivo se trata de uma articulação entre produção e consumo tal que a integração entre os dois departamentos caminha de forma tão harmoniosa, que há uma aceleração no processo de acumulação. A linha de montagem semiautomática, ao se alastrar por ambos departamentos e uniformizar mais o processo de trabalho “é o processo de trabalho mais adequado para o mais-valor relativo” (AGLIETTA, 2000, p. 119). O fordismo é o elemento central de universalização desta extração do mais-valor relativo.

Analisando a argumentação do autor acerca do taylorismo e do fordismo, é possível entender que ambos estão assentados sob abstrato princípio da mecanização, que possui uma função muito clara: “Ao transferir as características qualitativas de trabalho para a máquina, a mecanização reduz o trabalho a um ciclo de movimentos repetitivos”

(AGLIETTA, 2000, p. 113). Isto está alinhado exatamente com o que Marx definia para a grande indústria, como é possível acompanhar em Marx:

A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem precisar da ajuda do homem, mas apenas de sua assistência, temos um sistema automático de maquinaria, capaz de ser continuamente melhorado em seus detalhes (MARX, 2013, pp. 454-5).

Assim, a grande indústria demarca uma mudança fundamental em relação à manufatura: o desprendimento da divisão do trabalho em favor do sistema de máquinas. Demarca-se assim, como mostrou Moraes Neto (1989), que Aglietta encontra no princípio básico do taylorismo, a mecanização (que para o francês também traduz o sistema de máquinas), as características fundamentais para a grande indústria². Retém-se que os autores regulacionistas, como Aglietta, entendem que a grande indústria já estava generalizada ao final do século XIX, mas foi possível ver também que o sistema de máquinas não é o que determina a transição para o regime de acumulação intensivo, mas sim a preponderância do mais-valor relativo. Por isto, coisas diferentes se confundem: formas de extração do mais valor com a mudança na base técnica. Logicamente, o fordismo simplesmente se coloca como um desdobramento da grande indústria

O fordismo desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, aumentou a intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre trabalho manual e mental, sujeitou rigorosamente os trabalhadores à lei da acumulação e transformou o progresso científico em um poder que serve à expansão uniforme do valor. (AGLIETTA, 2000, p. 113).

E aqui se concretiza aquela indicação de que com a concreção do fordismo, torna-se generalizada a extração do mais-valor relativo, não restando dúvidas de que, para o autor, o que caracteriza o fordismo é o sistema de máquinas. Isto fica mais evidente quando o autor sublinha a própria esteira se coloca como a grande inovação do fordismo “Ele representou uma mutação das forças de produção que reduziam consideravelmente o tempo necessário para a transferência e manipulação de objetos que eram frequentemente pesados e difíceis de mover” (AGLIETTA, 2000, p. 118). Justificando da seguinte maneira:

a fixação de trabalhadores em empregos cujas posições eram rigorosamente determinadas pela configuração do sistema de máquinas. O trabalhador individual perdeu assim todo o controle sobre seu ritmo de trabalho. O fluxo linear contínuo proibia a formação de estoques intermediários entre os trabalhos e submetia o ritmo coletivo ao movimento uniforme do sistema da máquina. Nesse modo de organização, os

² Coriat (1982) entende que a grande indústria se articulava com o taylorismo pelo fato de o último representar a aplicação da ciência à organização do trabalho.

trabalhadores são incapazes de colocar qualquer resistência individual à imposição da norma de saída, uma vez que a autonomia do trabalho foi totalmente abolida (AGLIETTA, 2000, p. 118).

Aglietta enxerga a principal consequência dessa suposta modificação da base técnica na própria atuação sobre trabalhador, a retirada do controle sobre a produção. O controle do processo do trabalhador individual é transferido ao conjunto de operários parcelados³. E isto caracteriza o principal impacto do fordismo sobre o trabalho. A questão é: a retirada do controle do trabalho sobre a produção pode caracterizar uma distinção efetiva entre diferentes relações de produção (que nas palavras de Aglietta se representaria entre o período do regime extensivo e intensivo)? Marx pôde contribuir para a resolução desta questão

A combinação não é uma relação que lhes pertence, nem é subsumida sob eles como um grupo unido (...). Com a transformação de sua capacidade de trabalho em o que é meramente uma função de parte do mecanismo completo, o todo dos quais forma a oficina, ele deixou completamente de ser o produtor de uma mercadoria. Ele é apenas o produtor de uma operação unilateral, que em geral produz algo unicamente em conexão com todo o mecanismo que forma a oficina (...). Assim, ele é agora subsumido sob a produção capitalista, agora está sob o controle do capital, não mais porque ele não tem os meios de trabalho, mas por causa de sua própria capacidade de trabalho, a natureza e a maneira de seu trabalho (MARX, 2010, pp. 279-80)

Nesta passagem, Marx se refere à subsunção real do trabalho sob a manufatura moderna (uma vez que não é possível sob a cooperação simples, tampouco sob a manufatura menos desenvolvida). Para Aglietta, nas palavras de Moraes Neto: “o fordismo inaugura a fase histórica da submissão real do trabalho ao capital” (1989, p. 72). Assim, o controle do processo de trabalho alheio ao trabalhador já estava dado antes mesmo do sistema de máquinas. Basta compreender que a divisão manufatureira do trabalho

cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores parciais, de seu agrupamento e combinação num mecanismo total, a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção – portanto, uma

³ Isto pode até ter algum fundamentando na realidade concreta na medida em que o próprio Marx mostra que a subsunção real do trabalho se desenvolvia já na manufatura moderna. Contudo, é preciso demarcar que a subsunção real se confirma mesmo com a subordinação do capital inclusive das forças naturais ao processo de trabalho. Demove-se a dependência do trabalho qualificado, mas também das forças naturais. Seja como, for esta noção de Aglietta confirma o seu posicionamento do fordismo na grande indústria.

determinada organização do trabalho social, desenvolvendo, assim, ao mesmo tempo, uma nova força produtiva social do trabalho (MARX, 2013, p. 438).

Logo, se um dos principais elementos que determinam o fordismo é o condicionamento do trabalhador ao controle do “mecanismo”, o fordismo pode servir para definir tudo o que está entre a manufatura moderna e a grande indústria. Definir o fordismo como expressão da grande indústria tendo como principais aspectos a extração do mais-valor relativo e a subsunção real do trabalho não é inverídico, porém estes elementos não são o que determinada relação social de produção como manufatura ou grande indústria, mas sim o princípio ao qual ela está fundada: divisão do trabalho numa base técnica mais regredida; e sistema de máquinas numa base técnica mais evoluída.

Submetendo a análise à abordagem inflexionista, contudo, pode-se ver claramente que o fordismo está localizado na própria manufatura moderna, pois é constituído por elementos distintivos dessa relação social de produção:

trata o fordismo de fixar o trabalhador num determinado posto de trabalho, com as ferramentas especializadas para execução dos diferentes tipos de trabalho, e transportar através da esteira o objeto de trabalho em suas diferentes etapas de acabamento, até sua conformação como mercadoria. (MORAES NETO, 1988, pp. 36-7).

A esteira levava as peças ao trabalhador, mas este somente podia ajustá-las de modo a formar o veículo acionando suas ferramentas. As máquinas fordistas resolviam o problema da produção das peças, mas a montagem era manual. Portanto, os trabalhadores de fato não tinham o controle, mas ao mesmo tempo aquela mecanização não era completa. A divisão do trabalho ainda era o princípio vigente.

Para Aglietta, a evolução do processo de trabalho posterior à racionalização taylorista já está colocada nos termos da grande indústria, e isto pode decorrer das imprecisões do próprio autor quanto ao entendimento de outras categorias como o mais-valor relativo. O francês procura construir uma esquematização teórica que não se confirma na realidade concreta, tampouco nos escritos de Marx. Joga luz para a forma de extração do mais-valor, para o controle do processo de trabalho, mas deixa de lado a mudança fundamental: a do princípio subjetivo para o princípio objetivo. É possível, dessa forma, levantar questionamentos como os de Moraes Neto (1988, p. 82): “como se pode entender que o fordismo apresenta limitações semelhantes em essência a uma forma de produção anterior à maquinaria (manufatura) e, ao mesmo tempo, constitua um desenvolvimento dessa mesma maquinaria?”

Seja como for, é importante reter que, para os regulacionistas (incluindo Coriat e Lipietz), a inflexão técnica está dada com o fordismo, contudo os autores não compreendem como a esteira semiautomática não elimina a centralidade da divisão do trabalho. Inclusive, o grau abstrato das características centrais do fordismo (intensificação, controle, mecanização) não deixa de ser a base dos desdobramentos posteriores, como o pós-fordismo, determinado por outras abstrações como a flexibilidade. As condições de acompanhar qualquer inflexão estão obstruídas por este apego. Por outro lado, a tendência muito presente nos conceitos regulacionistas é a generalização, de tal modo que se ignora o fato de o fordismo estar localizado em um setor de desenvolvimento técnico mais retardado se comparado a outros. Em suma, há de fato uma incompatibilidade muito clara com as análises marxianas, o que não descarta alguns pontos em comum. A tentativa será mostrar como isso se apresenta nas análises do caso brasileiro.

3. Base técnica e processo de trabalho na indústria automobiliz brasileira

A teoria da regulação encontrou ressonâncias no Brasil em elaborações teóricas que partiram de estudos históricos, sobretudo nos anos 1980, e tentaram dar conta das mudanças encetadas pela aplicação da automação na produção de veículos automotores. Por outro lado, essas análises, inspiradas nos autores franceses, também tentavam conectar o desenvolvimento de um fordismo brasileiro com aspectos macroeconômicos. A similaridade com a determinação de Aglietta do fordismo é evidente:

racionalização taylorista do trabalho: profunda divisão - tanto horizontal (parcelamento das tarefas) quanto vertical (separação entre concepção e execução) – e especialização do trabalho; desenvolvimento da mecanização através de equipamentos altamente especializados; produção em massa de bens com elevado grau de padronização; a norma fordista de salários: relativamente elevados e crescentes – incorporando ganhos de produtividade - para compensar o tipo de processo de trabalho predominante (FERREIRA, 1993, p. 9)

A partir desse conjunto de fatores consolidados nas grandes economias, esses autores lançaram o olhar para a maneira como esses elementos se concretizavam, no Brasil, tal e qual nos casos clássicos. Não é incomum que se encontre nos autores uma compreensão em dois níveis “em nível de planta industrial (para se referir ao processo de trabalho) quanto em nível de sociedade (para se referir ao que a escola regulacionista chama de um regime de acumulação)” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 148).

A tese fundamental, muito discutida em Coriat e Saboia (1989), é de que no Brasil (à luz de Lipietz e seu fordismo periférico), durante o período que seguiu do pós-guerra até a década de 1980, houve um desenvolvimento maior da indústria de bens de consumo, incapaz de estabelecer uma relação com a indústria de bens de capital de modo a impulsionar toda a indústria, com o emprego massivo de mão de obra proveniente dos trabalhadores que vinham do campo para as cidades. O trabalho, fundamentado na baixa qualificação, era empregado com altos níveis de rotatividade, o que contribuía para que não se atingissem os “níveis salariais fordicizados” dos países mais desenvolvidos, elemento que inclusive foi apontado como razão para o retardo técnico da indústria nacional. Tampouco havia o que poderia se considerar o “estado-providência” no mesmo nível daqueles países, por esta razão, os autores caracterizam este conjunto de elementos como fordismo restrito (CORIAT; SABOIA, 1989; FERREIRA; FERREIRA, 2015).

Em resumo, pode-se dizer que o desenvolvimento industrial no Brasil

foi voltado para o mercado interno e baseado em um aumento significativo da taxa de investimento para o setor produtor de bens de capital. No entanto, e este é um fato amplamente conhecido, este regime de produtividade foi acompanhado por um regime de demanda que não corresponde à norma salarial fordista, nem a um estado de bem-estar social, nem ao consumo de massa. (FERREIRA; FERREIRA, 2015, p. 20).

Encaminhando mais diretamente para a questão do fordismo no processo de trabalho, é preciso dizer que os autores desta linha desenvolveram pesquisas em plantas industriais da indústria automobilística procurando verificar em que medida o grau de automação atingido era suficiente para superar a norma fordista, predominante até então, encetando uma transição para o pós-fordismo. Os autores compreendem, conseqüentemente, que é exatamente com a inserção da automação que ocorre a principal mudança no processo de trabalho da indústria nacional. E essas mudanças ocorreriam, como está contido em Aglietta, culminando na organização pós-fordista, assim caracterizada:

distribuir o trabalho não mais em postos individuais e tarefas parcelares, mas em "ilhas" de trabalhadores, em pequenos grupos gerando um conjunto homogêneo de tarefas; quebrar o caráter unidimensional das linhas de montagem e de fabricação, no sentido de conceber a oficina como uma rede de minilinhas entre as quais o produto circula segundo trajetórias que se tornaram complexas; enfim, substituir o transportador que se movimenta numa cadência fixa por veículos que se movem sobre uma rede, em cadências flexíveis (...). Em suma, passa-se das linhas unidimensionais a cadência rígida, para organizações

multidimensionais em rede e a cadências flexíveis (FERREIRA, 1993, p. 18)

Como esta descrição não privilegia a mudança na relação social de produção mesma (como a transição da manufatura para a grande indústria), a caracterização se basta na descrição de novos arranjos organizacionais em termos muito abstratos. A mudança descrita oferece uma nova forma de organização da produção se for comparada com o fordismo clássico. Mas não é uma mudança que necessariamente caracteriza uma nova relação produtiva, justamente porque os autores optam por categorias que não capturam tal mudança. O pós-fordismo não avalia em que medida a entrada da automação enceta mudanças qualitativas no processo de trabalho que superem o fordismo. O processo acima descrito, por exemplo, refere-se a mudanças organizativas, muitas delas ligadas ao toyotismo, que como mostrou Moraes Neto (2003), não foi produto de uma inovação técnica que tivesse rompido com o fordismo, mas de arranjos que permitiram uma extensão da manufatura moderna (divisão do trabalho e utilização reduzida de maquinaria). Por outro lado, a automação e a flexibilização, como conceitos centrais não poderiam ser sequer úteis para determinar um padrão técnico, pois a própria robótica não está generalizada em todos os setores, como mostraram Katz; Coggiola (1996). Estas inovações organizativas, que não tratam do aspecto técnico, reduzidas a estes conceitos abstratos fazem com que a mudança na base técnica, que traz implicações para a organização do trabalho, seja ignorada. Assim, o fordismo se coloca como uma categoria perene, reanimado por ajustes organizacionais. O caso concreto mostra que o fordismo é uma expressão da manufatura moderna, portanto ele pode ser superado na medida em que a inserção das máquinas demova a dependência da divisão do trabalho em todo o processo produtivo de veículos ou outros bens.

É preciso se ater à qualidade que a introdução da automação enceta no processo de trabalho. Para os autores, é evidente o impacto da automação no processo de trabalho da indústria automotriz nos países mais avançados. Segundo eles, “a automação programável está levando a indústria automobilística a um novo estágio, onde a força de trabalho não é mais o apêndice da máquina. A principal tarefa dos trabalhadores é monitorar a maquinaria e fazer manutenção” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 149). Isto quer dizer que ocorre “um afastamento de uma situação em que a maioria dos trabalhadores está ocupada em manusear ou processar diretamente os produtos para uma na qual eles estão empenhados em preparar e monitorar equipamentos ou intervir no fluxo de produção quando aparecem problemas” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 150). Os autores descrevem assim como a automação, no interior

do setor metalomecânico, faz com que o processo de trabalho passe a ser levado pelo sistema de máquinas propriamente. Logo, “a orientação fordista/taylorista de intensificação do trabalho é substituída por uma forte preocupação com a performance ideal das máquinas” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 150). Analisando a argumentação, para os autores, o trabalho ser apêndice da máquina equivale a manusear diretamente o produto e resume o sistema fordista. Nessa definição já existem elementos contraditórios, pois o trabalho apendicizado à máquina se trata justamente do trabalho que supervisiona as máquinas, são características do sistema de máquinas, e não do fordismo. A substituição do trabalho apendicizado às máquinas pelo trabalho de supervisão das máquinas não pode existir, pois são a mesma coisa. Os autores enxergam um parâmetro de mudança que não existe na realidade concreta.

Ademais, no fordismo, “o ritmo do processo de trabalho não é uma propriedade técnica da esteira, mas sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo” (MORAES NETO, 1989, pp. 36-7). Na grande indústria, as máquinas estabelecem o grau de atuação do trabalho e isto retira a necessidade de manuseio do produto ou qualquer outra atividade que implique a atuação direta do operário no processo de transformação, também é incompatível com o sistema fordista, que depende grandemente da força de trabalho na montagem dos veículos.

Analisando o caso concreto, os autores dizem que o caso brasileiro se trata de uma automação seletiva. O resultado é que “com a introdução da tecnologia de automação programável, a organização de trabalho fordista não foi posta de lado, mas reforçada nas fábricas estudadas” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 148). O caráter dessa mudança no Brasil, na visão dos autores, não significou uma entrada no que seria o pós-fordismo, mas a sobrevivência das técnicas fordistas devido à introdução de uma automação restrita a alguns setores do processo produtivo da indústria mecânica. Prevalece a intensificação e a padronização em detrimento da flexibilização.

De modo que é possível acompanhar o exemplo

Na indústria automobilística brasileira a automação programável foi adotada para substituir apenas aquelas funções de manufatura que ou são cruciais para a qualidade do produto ou constituem estrangulamentos no fluxo de produção. O grosso das operações de manufatura continua a ser manual (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 151)

Em quantidade, as operações seguem sendo manuais, mas eles mesmo reconhecem que algumas funções centrais estavam sendo automatizadas e isto pode ser indício de mudança. Seguindo a análise mais detalhada do processo de soldagem na indústria automobilística, tem-se que:

Em comparação com os sistemas mais automatizados encontrados nos países avançados, o novo processo de produção das empresas brasileiras apresenta um menor nível de deslocamento direto dos operadores de soldagem. No entanto, esta substituição seletiva foi acompanhada por uma maior integração de todas as operações de soldagem, seja realizada por máquinas ou pessoas. Isto foi conseguido automatizando as operações de transferência. O movimento das peças a serem soldadas juntas está "nas mãos" dos controladores programáveis que sincronizam as operações a um grau sem precedentes. Assim, os trabalhos passaram a ter mais ritmo de máquina do que antes. Em suma, a característica básica do novo processo é o deslocamento do trabalho manual em certas operações estratégicas de soldagem e a integração da maioria dos trabalhos restantes em um sistema de transferência direcionado eletronicamente. Como resultado, o fordismo, em vez de ser superado, é intensificado (SCHIMITZ; CARVALHO, 1989, p. 101)

Os autores descrevem que o sistema de máquinas caminha para tomar conta de todo o processo de soldagem, tornando supérfluo o trabalho dependente das habilidades humanas. Todavia, o fato de o trabalho estar mais 'controlado' pelo sistema de máquinas faz com que os autores afirmem se estar diante de uma acentuação do fordismo. Isto fica ainda mais evidente quando se compara com a forma com que o processo era conduzido antes da implementação de novas tecnologias:

Especialmente em alguns estágios críticos, os trabalhadores têm que manipular grandes peças de metal pesado, soldá-los juntos usando equipamentos pesados em posições muito extenuantes. Fazer este trabalho requer muita força física e conhecer os detalhes de cada operação. Isso significa que há uma certa diversidade de tarefas de soldagem ao longo da linha convencional, mas também significa grande esforço físico e risco para a saúde (SCHIMITZ; CARVALHO, 1989, p. 101).

Tratava-se de um trabalho basicamente manual. O processo de trabalho era inteiramente dependente das faculdades humanas e potencializado pelo aumento da divisão do trabalho. Limitações que são superadas pelo sistema de máquinas. Isto é, as máquinas emulam as faculdades humanas e tornam a divisão do trabalho simplesmente desnecessária: "A nova linha elimina as operações mais exigentes fisicamente. Na verdade, a automação estava concentrada nessas áreas, até porque a precisão e até a qualidade eram difíceis de alcançar com o método anterior" (SCHIMITZ; CARVALHO, 1989, p. 101). Mas essas mudanças, mesmo se mostrando importantes no processo de trabalho do caso estudado, são deixadas de lado em detrimento da permanência dos traços alegadamente fordistas. Para os autores, seguem os pontos que justificam a acentuação do fordismo "A simplificação e padronização do

trabalho (na nova linha analisada acima) é um pré-requisito para isso. O segundo é a subordinação da maioria dos trabalhos de soldagem ao ritmo da linha” (SCHIMITZ; CARVALHO, 1989, p. 102), perdem-se de vista os elementos que diferenciam um sistema de maquinaria de um sistema dependente das faculdades humanas. Exatamente como Aglietta, os brasileiros tomam o fordismo pela acentuação do controle que se expressa na extensão da desqualificação e da padronização das atividades, ou seja, por elementos abstratos que não identificam uma mudança. Tomados isoladamente, simplificação (através da desqualificação dos artesãos e supervisão da máquina), padronização e controle podem ser encontrados tanto a manufatura quanto na grande indústria, assim como a subordinação ao ritmo da linha (fábrica fordista ou uma indústria de processo contínuo). Vieira (1985) assevera inclusive que a robotização das plantas automotrizes engendrava uma padronização em grau nunca visto anteriormente, justamente pela dependência cada vez menor do trabalho vivo.

Analisando outros dados, é possível dizer que havia uma mudança da base técnica robusta em curso, com o emprego de máquinas cada vez mais complexas em outras partes do processo produtivo

A estampagem nesta nova fábrica é totalmente automatizada. Três operários operam a Komatsu Transfer Press. Aquele que está no controle da máquina era anteriormente um operador de máquina e recebeu dois meses de treinamento antes de se tornar um operador de prensa no novo equipamento. Seu salário não mudou. Dois outros homens trabalham na parte de trás do equipamento, empilhando peças estampadas. O novo equipamento produz uma grande economia de mão de obra. Por exemplo, na produção do painel interno para o Escort, 14 peças são produzidas por minuto por três trabalhadores (com capacidade total seriam 19), em comparação com uma linha convencional onde metade dessa produção seria alcançada e 12 os trabalhadores seriam obrigados a produzir a mesma peça (SILVA, 1988, p. 162).

Esta é a descrição do processo de estamparia na Ford do Brasil no mesmo período avaliado e o que se mostra é que a automação seguia um padrão determinado pelo tipo de produto. Os carros mais avançados tinham a produção mais automatizada, inclusive a própria Ford já utilizava robôs na linha de produção, na montagem desses veículos (SILVA, 1988). Assim, “Montar os modelos mais antigos é muito mais trabalhoso do que a loja de acompanhantes. Pegando as peças estampadas, juntando-as, segurando-as no lugar e aplicando as nadadeiras, tudo é feito manualmente” (SILVA, 1988, p. 170).

Outros dados apontados pelos autores apontam como o sistema de máquinas se solidificou naquela realidade: “o número absoluto de

trabalhadores manuais diminuiu 20% entre 1984 e 1986, um período durante o qual os níveis gerais de emprego estavam se recuperando” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 153). Ou ainda, “a importância estratégica dos trabalhadores de manutenção está crescendo, e o conteúdo das suas funções está sendo reforçado no novo processo de trabalho” (CARVALHO; SCHMITZ, 1990, p. 153). Em razão do fato de considerarem o fordismo pelas abstrações padronização, intensificação e desqualificação, os autores deixam de perceber que há, na realidade, uma mudança marcante no processo de trabalho, que apesar de manterem as características por eles apontadas, tendem a romper com o fordismo, por levarem importantes partes do processo produtivo ao sistema de máquinas.

Se se tomar este processo de mudança gradual, é claro que permanecem a padronização e a simplificação das funções, dentre outras características, mas radicalmente, percebe-se que havia um processo de perda gradual de espaço da manufatura para a grande indústria (que no setor metalomecânico era representada mais fortemente pelo emprego de robôs). A divisão do trabalho cedia espaço para o sistema de máquinas, e esta mudança representava uma inflexão evidente no processo de trabalho. A década de 1980 fez esse processo ficar um pouco mais vagaroso por conta de crises que comprometeram a venda de veículos internamente e para exportação. Contudo, se o horizonte se apresentava amigável à grande indústria o movimento era de rompimento com o fordismo e a manufatura, não o seu recrudescimento.

4. Considerações finais

Do exposto, pôde-se ver que o conceito de fordismo, na tradição regulacionista, que legou maior influência, se constitui por uma série de propriedades do processo de trabalho que se reproduzem pelas diversas formas de relação de produção por serem muito gerais (simplificação, padronização, controle, dentre outras). Tomando o fordismo por estes conceitos, é possível entender que ele nunca se dissolveria, não importa a direção para a qual as mudanças apontem, como pôde se ver nos exemplos estudados. As categorias marxianas, por outro lado, denotam relações de produção específicas e, por isto, não reproduzem aquelas imprecisões. Elas denotam a mudança que transforma toda a dinâmica do processo de trabalho (a divisão do trabalho para o sistema de máquinas, no caso da manufatura para a grande indústria), o que se reflete na acumulação e nos efeitos sobre a luta de classes, sem que seja necessário ao mesmo tempo o apelo ao institucionalismo.

Considera-se que a abordagem inflexionista possui um potencial importante para investigar a transformação industrial no Brasil a partir da averiguação dos casos concretos, considerando as especificidades de desenvolvimentos distintos entre os setores e também forças que podem acelerar ou refrear o processo de inflexão (como crises, políticas de estado, a luta de classes). O próprio setor automotivo, dado seu atraso em relação a outros mais precoces como o têxtil (alvo de análise do próprio Marx), como se viu, apresenta um processo de trabalho bastante fragmentado em que as mudanças levam tempo para transformar todo o setor, poderia ser explicado mais precisamente pelas categorias marxianas.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: The US experience*. London: Verso, 2000.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos*, n. 27, 1990.
- CORIAT, Benjamín. *El taller y el cronómetro*. Madrid: Siglo XXI, 1982.
- _____; SABOIA, João. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: processo de fordização forçada e contrariada. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 9(2) 1989.
- DAVIS, Mike. “Fordism” in crisis: A review of Michel Aglietta’s *Régulation et crises: L’expérience des Etats-Unis*. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 2, n. 2 (Fall, 1978), pp. 207-69.
- FARIA, José Henrique de. *Poder, controle e gestão*. Curitiba: Editora Juruá, 2017.
- FERREIRA; Cândido Guerra. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. *Texto para discussão n. 65*. Belo horizonte: UFMG/Cedeplar, 1993.
- _____; FERREIRA; José Arthur dos Santos. Peut-on parler du fordisme au Brésil? Crise, continuité et rupture du mode de regulation. *Colloque International Recherche & Régulation*, Paris, 2015.
- KABAT, Marina. La industria del calzado: cambios en la organización del trabajo entre 1880 e 1940. *Desarrollo Económico*, v. 47, n. 188, 2008.
- KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 10(2), 1989.
- MARX, Karl. *O capital* l. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. *Collected works* v. 30 1861-1863. London: Lawrence and Wishart, 2010.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. A organização do trabalho sob o capitalismo e a "redoma de vidro". *RAE-Revista de Administração de Empresas*, [S.l.], v. 27, n. 4, pp. 19-30, out. 1987.

_____. *Marx, Taylor, Ford: forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Século XX e trabalho industrial*. São Paulo: Xamã, 2003,

SCHMITZ, Hubert; CARVALHO, Ruy de Quadros. Automation and labour in the Brazilian car industry. *The Journal of development studies*, 1989.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. *Labour and technology in the car industry: Ford strategies in Britain and Brazil*. Tese (Doutorado) defendida no Imperial College of Science and Technology University of London, Londres, 1988.

VIDAL, Matt. Fordism and the golden age of atlantic capitalismo. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTNER, Edward. *The SAGE handbook of sociology of work and employment*. Los Angeles: SAGE Reference, 2016.

VIEIRA, Darli Rodrigues. *Funções da robótica no processo de acumulação: o caso do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Como citar:

GUEDES, Leandro Theodoro. A crítica inflexionista das análises do fordismo brasileiro da década de 1980. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 153-71, abr. 2019.

Data de envio: 6 fev. 2019
Data de aceite: 19 mar. 2019

A escola dos regulacionistas – De Marx à Fundação Saint-Simon: um caminho sem volta?¹

Michel Husson²

Resumo:

O artigo retoma a crítica à escola dos regulacionistas, demonstrando os equívocos da tese da acumulação fordista. Por meio da referência a diversos autores desta escola, mostram-se os limites das teses do regulacionismo tanto na compreensão das mudanças ocorridas no século XX, e as consequências igualmente errôneas no entendimento das possibilidades de solução das questões econômicas da atualidade.

Palavras-chave: escola do regulacionismo; acumulação fordista; pós-fordismo.

The school of regulationists - From Marx to the Saint-Simon Foundation: a path with no return

Abstract:

The article resumes the criticism to the school of the regulationists demonstrating the misconceptions of the thesis of the Fordist accumulation. Through the reference to several authors of this school shows the limits of the theses of regulationism both in the understanding occurred in the twentieth century, and the equally erroneous consequences in the understanding of the possibilities of solution of the current economic issues.

Key words: school of regulationism; fordist accumulation; post-fordism.

O livro de [Michel] Aglietta, *Crises and regulation of capitalism*, data de 1976 e pode ser considerado como o ato fundador da teoria da regulação. Sua reedição de 1997 – e o posfácio que a ornamenta – marcam, sem dúvida, o ponto de chegada da trajetória que afastou bastante essa escola do marxismo, do qual, no entanto, ela é parcialmente resultante.

¹ Artigo originalmente publicado em: BIDET, J.; KOUVELAKIS, E. *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris: PUF, 2001. Trad. de Ronaldo Vielmi Fortes. Revisão técnica de Ester Vaisman.

² Economista e membro do conselho científico da Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Action Citoyenne (ATTAC). Sítio virtual: <<http://hussonet.free.fr>>.

Gênese de uma escola

Quando saiu, o livro de Aglietta suscitou uma interrogação que deveria ser revisitada hoje: trata-se da reformulação/atualização do marxismo ou do estabelecimento de uma abordagem teórica completamente renovada? Na época, os regulacionistas (com a exceção considerável de [Robert] Boyer) se situavam no campo do marxismo: Aglietta proveio do PCF, [Alain] Lipietz do maoísmo, [Bernard] Billaudot compunha o Comitê Econômico do PSU, onde também militava Bertrand. Os membros fundadores eram, em sua maior parte, politécnicos e trabalhavam como economistas em "aparelhos ideológicos de estado" (para usar a categoria de Althusser), em vez da Universidade. Eram, portanto, marcados, por um lado, por uma tradição colbertiana ou saint-simoniana e, por outro, por certa encarnação, bem francesa ela também, do marxismo. Lipietz (1994) não está errado em considerá-los os "filhos rebeldes de [Pierre] Massé e [Louis] Althusser", e esse projeto pode ser analisado como uma ruptura dialética em vistas a essa dupla filiação.

A crise será a ocasião dessa ruptura. O projeto regulacionista nasceu, de fato, em uma conjuntura muito precisa: no plano político, é o período do debate em torno do Programa comum, que deveria estar concluída com a ruptura da União da esquerda em 1977. No plano econômico, a recessão generalizada de 1974-75 marca a entrada na crise. Em alguns aspectos, isso vem dar razão aos teóricos do PCF que previam há duas décadas a estagnação final do "capitalismo monopolista de estado". Mas acima de tudo, faz retrospectivamente aparecer o dogmatismo de uma teorização miserabilista do capitalismo do pós-guerra. Os regulacionistas, então, têm a intuição de que a chave para a crise está na compreensão dos "trinta gloriosos"³ que acabaram de terminar, sem que se tenham consciência plena deles. Duas obras fundadoras são produzidas: o livro de Aglietta de 1976, depois o relatório Boyer-Lipietz (*et al.*) de 1977 sobre a inflação.

Uma releitura confirma hoje o sentimento que se podia ter na época, ninguém poderia encontrar nada além da reformulação de um marxismo cuja principal inovação seria desembaraçar-se de suas roupagens stalinistas. O livro de Aglietta é essencialmente uma exposição bastante clássica das leis da acumulação capitalista, com aplicação ao caso dos Estados Unidos. A novidade, aos nossos olhos, consiste em falar em acumulação intensiva, definida como repousando sobre a produção de mais-valor relativo. Alguns conceitos de Marx são confrontados com os dados macroeconômicos de compatibilidade nacional, e Aglietta apresenta

³ Referência ao período crescente da acumulação capitalista que vai do pós-guerra até a década de 1970.

retomando pseudoconceitos agora esquecidos, como o de "custo salarial social real", que nada mais é do que a parcela de salários no valor agregado. A análise empírica leva Aglietta a anunciar que o melhor indicador estatístico "para representar a evolução da taxa de mais-valor é a evolução do custo real do salário". Não há aí nenhuma descoberta surpreendente.

Os regulacionistas, no entanto, têm o sentimento de inovar radicalmente no plano metodológico, pelo simples fato de confrontar seus conceitos com a realidade empírica. Aqui, novamente, a ruptura com um certo estruturalismo "marxista" se combina com sua inserção na administração econômica para incitá-los a investigar uma quantificação empírica de suas análises. Mas é com o ardor dos neófitos que eles se maravilham com esse corte epistemológico: "esse retorno à medida, mesmo difícil e sempre insatisfatório, dada a origem precisa das estatísticas utilizadas, tem o efeito de introduzir a possibilidade de um desmentido do quadro teórico de partida, era eminentemente satisfatório de um ponto de vista estritamente lógico" (BERTRAND *et al.*, 1980).

E essa não é a coisa mais importante! Esta descoberta ingênua da autonomia da realidade concreta em relação à lógica teórica não pode pretender seriamente representar uma ultrapassagem do método marxista e fica muito aquém, por exemplo, da contribuição tão rica e tão apurada de [Karel] Kosík (1970). Certamente, isso pode ser visto como um progresso em relação ao dogmatismo, mas é também uma banalidade para o marxismo vivo. Nesse caso, é [Christian] Phéline quem deve reivindicar o título de precursor do regulacionismo por seu artigo de 1975, onde ele analisou a evolução do mais-valor (sem nomeá-lo!) em uma revista do Ministério das Finanças. Mesmo a relutância mantida em utilizar estatísticas cuja "origem" (burguesa?) duvidosa faz rir os leitores de Marx e Lênin - ou mais ainda os de [Paul] Baran, [Paul] Sweezy e [Ernest] Mandel - que bem sabem que esses críticos marxistas do Capital passaram suas vidas acumulando estatísticas. Que a ideia segundo a qual é preciso se envolver com cifras possa ter parecido tão audaciosa diz muito sobre a regressão que representou a preponderância particular do stalinismo na França.

O rompimento com Althusser é descrito detalhadamente por Lipietz (1979); a principal reprovação que ele lhe dirige é "negar que, sobre essa base material das relações sociais, possa ser constituído qualquer coisa que possa dizer 'somos nós' e perturbar o sistema de relações. Esta qualquer coisa seria para nós o movimento revolucionário das massas". Esta citação é divertida, em primeiro lugar em razão da evolução dos "conceitos prospectivos" manejados por Lipietz que se tornou hoje o

promotor dos *mutuelles* (fundos de previdência)⁴ como depositários da poupança de salários. Mas é especialmente extraordinário apresentar a intervenção do movimento revolucionário das massas como "qualquer coisa" que seria necessário redescobrir para reconectar com o marxismo, do qual ele é evidentemente um elemento constituinte! É por essa capacidade de forçar a entrada para abrir portas que medimos a mão de ferro stalinista-maoísta da qual os inventores do regulacionismo tiveram de se sublevar para respirar ar livre. Essa trajetória não é irrelevante, pois os manteve afastados da tradição viva do marxismo que eles só praticaram através de Althusser, Mao ou [Paul] Boccara. Não há, portanto, nada de surpreendente em constatar que eles ignoram soberbamente correntes fecundas do marxismo (especialmente anglo-saxões) como, é claro, aquela personificada por Ernest Mandel, cujo trabalho fundamental, *O capitalismo tardio*, foi publicado na França em 1976. Tudo isso não impede os regulacionistas de serem, neste período, críticos muito consequentes do capitalismo.

Quando o regulacionismo não é (ainda) um harmonicismo

Devemos a Lipietz (1994) essa definição reveladora da abordagem regulacionista: "se é regulacionista a partir do momento em que se pergunta por que existem estruturas relativamente estáveis, embora logicamente elas deveriam rebentar desde o começo, já que são contraditórias (...) ao passo que um estruturalista achará anormal que entre em crise". Mas, se não se reduz o marxismo a um estruturalismo, o estudo das modalidades de reprodução do capital é obviamente parte integrante de sua crítica, que não tem nenhuma necessidade de qualquer tipo de teorema do colapso permanente.

Seja como for, a reflexão inicial de Aglietta sobre o "neofordismo" mostra que ele se situa plenamente no campo do marxismo e que, em um ponto essencial, pode não ser completamente regulacionista no sentido que entendemos hoje. Aglietta (1976) considera, com efeito, que a possibilidade de uma saída para a crise, baseada no neofordismo, pode ser assim definida: "um novo regime de acumulação intensiva, o neofordismo, emergiria da crise fazendo progredir a acumulação capitalista com base na transformação da totalidade das condições de existência do trabalho assalariado, enquanto o fordismo estava focado em transformar a norma do consumo privado, a proteção dos custos sociais capitalistas permanecendo no horizonte do modo de produção capitalista". Em outros

⁴ "Mutuelles" são associações de fins não lucrativos baseada na solidariedade de seus membros, cujos fundos são aprovionados principalmente pela cotização de seus membros.

termos, a crise poderia encontrar uma solução por meio da extensão ao consumo coletivo (saúde, educação, transporte...) daquilo que o fordismo realizou para o consumo privado (habitação e equipamentos domésticos, carro particular). Esse tema também está presente em [Jacques] Attali (1978), que escreveu, por exemplo: "a sociedade pós-industrial provavelmente será hiperindustrial. Mas a produção estará aí voltada para novos setores, substituindo pelos serviços coletivos produtores de demanda, pela escola, pelo hospital. Ela se apoia sobre uma nova rede, tecnológica e social, produzindo uma demanda por esses artigos mercantis".

Aglietta, no entanto, introduziu um esclarecimento decisivo ao enfatizar desde logo que "o fato de que essa transformação [neofordista] dos fundamentos do regime de acumulação intensiva ser a única saída duradoura para a crise não significa *ipso facto* que ela seja possível no capitalismo". Esta restrição mostra que a abordagem regulacionista é então desprovida de toda tentativa harmonicista e poderia, portanto, ser sem dificuldades absorvida pelo corpus marxista.

A relação salarial, um conceito-chave

Em outro texto fundador, Boyer (1979) introduz uma distinção entre "grande crise" e "pequena crise" sem trazer grande coisa à teoria das ondas longas (MANDEL, 2000), que ele sempre tentou combinar, ao mesmo tempo, com um ressurgimento de Kondratieff. Foi mais em torno da noção de relação salarial que a originalidade do período do pós-guerra é estabelecida. Boyer constata em primeiro lugar um "aumento de estruturas monopolistas", que foi um lugar comum entre os heterodoxos da época. Mas, para instalar uma regulação "monopolista" que substitua a regulação "concorrencial", é necessário um ingrediente suplementar, a saber, o estabelecimento de uma "relação salarial" adequada.

Essa nova relação salarial foi institucionalizada após 1945 com a instauração de um salário mínimo, de acordos coletivos e a extensão dos salários indiretos. O resultado, o crescimento salarial não seria mais regulado pela pressão do desemprego. Depende "de um lado de um ajustamento quase automático da evolução do custo de vida, e de outro, da consideração implícita ou explícita dos ganhos de produtividade esperados ou registados no plano das empresas, setores ou mesmo toda a economia". As contradições capitalistas não desapareceram, mas estão deslocadas: "a redução das tensões relacionadas à não-realização de longo prazo culmina nas dificuldades de valorização do capital". A tudo isso é preciso acrescentar a extensão e a mutação do papel do estado.

A verdadeira novidade se encontra no fundo desta análise da relação salarial fordista. Boyer faz dela um indicador central das especificidades da regulamentação monopolista: o ajuste cíclico não é mais feito pelos preços (BOYER, 1978), as instituições contribuem para alinhar a progressão média dos salários com a produtividade industrial (BOYERMISTRAL, 1978). Aglietta (1976), por sua vez, introduz a noção central de "norma de consumo" e mostra como o fordismo marca precisamente a entrada no consumo assalariado de bens produzidos com importantes ganhos de produtividade. Finalmente, Bertrand (1979) verifica essa hipótese graças a uma análise "em seções" da economia francesa que retoma os esquemas de reprodução do capital.

Do ponto de vista teórico, mais uma vez, trata-se muito mais de uma remobilização de debates e esquemas disponíveis em outros lugares, sem que se saiba se essas filiações são conscientes nos regulacionistas, que parecem ignorar todo o marxismo depois de Marx. Para dar um exemplo, nenhuma ligação jamais foi, segundo nosso conhecimento, estabelecida com o debate que mobilizou economistas marxistas durante longos anos em torno da I Guerra Mundial: seus protagonistas foram Kautsky, Bernstein, Lênin, Bukhárin, Luxemburgo, Bauer, Tugan-Baranovsky. Este último, por exemplo, propõe esquemas de produção onde a baixa da produção é compensada pela acumulação, e rejeita por essa razão a tese do colapso final. Bauer chega a um resultado semelhante e conclui pela validade da acumulação de capital dentro de certos limites regulados pela produtividade e pela população. Sua polêmica com Rosa Luxemburgo gira em torno de uma questão que é exatamente a da regulação: por que isso não entra em colapso? Essas referências jamais são citadas pelos regulacionistas e isso muitas vezes demarca o lado ingênuo de seus trabalhos, como se o fato de abordar esses temas testemunhasse uma formidável impertinência em relação ao marxismo assimilado pelos manuais oficiais publicados em Moscou, Pequim ou Paris.

Outra fonte de inspiração é, no entanto, muito claramente reivindicada no caso de Boyer, é a escola cambridgiana. As intuições fundamentais do modelo *Star* (BOULLÉ *et al.*, 1974) desenvolvidas na Direção da Previsão do Ministério das Finanças – em particular a relação lucro-crescimento – são diretamente derivadas das conceituações de Kalecki ou Joan Robinson. Em *A acumulação do capital*, por exemplo, propõe uma definição da "Idade de Ouro" que se assemelha à regulamentação fordista. Essa filiação reivindicada é perfeitamente legítima e é mencionada aqui apenas para sublinhar até que ponto a teoria regulacionista pôde ter sido construída a partir de uma síntese frutífera do marxismo e do pós-keynesianismo de Cambridge.

Mais do que ir além do marxismo, a regulação aparece como uma atualização ou reapropriação necessária para levar em conta as especificidades históricas do capitalismo do pós-guerra e sair do dogmatismo. A obra que, desse ponto de vista, representa a síntese real da contribuição regulacionista é a de [Pierre] Dockès e [Bernard] Rosier, publicada em 1983 (e que também mereceria ser reeditada). A análise da relação salarial e da norma de consumo é perfeitamente integrável por um marxismo vivo, na condição de se abandonar a hipótese implícita de um salário real constante, que não põe em causa o quadro geral de análise (HUSSON, 1999). Finalmente, não vemos porque o estudo das "formas institucionais" seria incompatível com a visualização das contradições do modo de produção capitalista. Mas há algo a mais na abordagem regulacionista que constitui sua verdadeira especificidade, mas também seu limite principal: é o harmonicismo.

A virada harmonicista

A transição é simples: a partir da tese certa segundo a qual o capitalismo pode funcionar – os regulacionistas passam imperceptivelmente para outra posição, que não é forçosamente deduzida, mas é um prolongamento possível de sua análise, segundo a qual o capitalismo pode sempre acabar por funcionar de maneira relativamente harmoniosa. Como Lipietz (1994) deixa claro: "se compreendermos como isso ocorreu, também compreenderemos como fazer outro modelo funcionar".

Essa mudança foi ainda mais tentadora quando a chegada da esquerda ao poder em 1981⁵ deu aos regulacionistas a oportunidade de deixar a posição de críticos esclarecidos para se transformarem em conselheiros do príncipe. Sua posição no aparato da administração econômica e sua formação de engenheiros levou-os naturalmente a querer "fazer", em outras palavras, valer a implementação de uma nova regulação para sair da crise pelo alto.

No plano teórico, a virada se efetivou girando em torno da noção da norma de consumo. Pode ser precisamente datada, com a contribuição de Aglietta e Boyer em um colóquio organizado em 1982. Com base em uma típica análise regulacionista, o texto desemboca em uma primeira recomendação: é preciso "manter certa progressão do consumo, desde que seja compatível com a retomada do investimento industrial e o equilíbrio dos pagamentos externos" e procure discernir as novas demandas "cuja aparência e desenvolvimento são agora dificultados pela instabilidade e

⁵ Com a eleição de François Mitterrand em 1981, os regulacionistas passaram a ter forte influência nos planos franceses do período.

incerteza veiculados pela crise ". Esta análise juntou-se a uma versão mais "tecnologicista" da escola de regulação, fazendo do setor eletrônico o lugar natural de emergência da saída para a crise, segundo um raciocínio logicamente derivado da análise do fordismo: "A nossa explicação da crise corresponde a nossa percepção de sua saída. Os novos locais de acumulação devem, portanto, respeitar globalmente o conjunto das imposições explicitadas em nossa representação, a saber, permitir por sua vez fazer aparecer os ganhos de produtividade e uma norma de consumo renovada, e transformar parte do trabalho improdutivo em trabalho produtivo" (LORENZI; PASTRÉ; TOLEDANO, 1980).

O programa de ação regulacionista está desde logo reorientado para a invenção do pós-fordismo. Trata-se de imaginar um novo compromisso social positivo baseado em "novas produtividades" e sobre um novo "modelo social". Dez anos após o primeiro relatório para o [Centro pela Pesquisa Econômica e suas Aplicações –] Cepremap, Boyer coordena em 1987 um estudo volumoso intitulado *Aspectos da crise*, cujo tomo que serve como conclusão é intitulado "As economias por meio da travessia". Encontra-se aí uma lógica, típica do planejamento francês ([Pierre] Massé!), que consiste em apresentar três cenários, que se poderia chamar o bom, o bruto e o preguiçoso. O último é uma extensão um tanto maçante das tendências no trabalho, o segundo é uma inflexão em direção a um modelo socialmente regressivo, e o primeiro representa, obviamente, a escolha certa. Traça-se "três grandes perspectivas, definidas por desenvolvimentos que são mais ou menos coerentes e plausíveis do ponto de vista sócio-político". Esta coerência é definida em torno de cinco elementos básicos diferentes: sistema técnico, formas de concorrência, relação salarial, intervenções públicas, regime internacional. O tipo de tabela que descreve essa combinação, e que Boyer fará uso constante, evoca de forma irresistível as famosas matrizes do *Boston Consulting Group*, e se trata no fundo de ferramentas de gerenciamento social. Os regulacionistas se dirigem aos tomadores de decisão para mostrar-lhes as opções disponíveis e avaliar suas respectivas vantagens: a teoria da regulação tornou-se uma técnica de regulação.

Pode-se sempre optar por não fazer nada, e é o cenário batizado de "fio da água" que serve como contraste. Obviamente, pode-se escolher implementar um "programa voluntarista de retorno ao mercado" de inspiração neoliberal. Mas o bom cenário é obviamente o terceiro, tão voluntarista quanto o precedente, mas que visa instaurar "formas coletivas de adaptação" às mudanças, e que supõe "que seja negociada uma nova configuração da relação salarial" fundada sobre um "princípio original de partilha de ganhos de produtividade entre progressão do salário, redução do tempo de trabalho e criação de empregos na escala de toda a

sociedade". Vemos claramente a veia regulacionista: houve uma boa relação de salarial fordista, mas já teve seus dias, por isso precisamos encontrar outra coisa, todos juntos.

Esta abordagem destaca várias deficiências da teoria tão logo é confrontada com a questão inédita para ela, a das condições de emergência de um novo modo de regulação. É necessariamente o melhor que se impõe, e o que acontece entre as duas? Esta última questão é particularmente delicada para os regulacionistas. Por um lado, seu problema essencial é estudar como é que isso funciona, uma vez que não entra em colapso. Mas, por outro lado, eles mostram que temos a escolha entre vários modos de funcionamento. Nessas condições, uma das grandes dificuldades dos regulacionistas é estar sempre, vinte anos depois da crise, a elaborar outros cenários possíveis, ao invés de estudar o modelo neoliberal realmente existente.

Esse deslocamento é acompanhado por uma reestruturação teórica. Enquanto os textos fundadores inseriram as formas institucionais no quadro fixado pelas invariantes capitalistas, a plasticidade dos modos de regulação passa a ser vista como praticamente ilimitada, e é Coriat que formula com a maior lucidez esse desvio analítico:

progressivamente essas formas estruturais adquiriram na teoria da regulação o status de verdadeiras categorias intermediárias, no sentido de que elas fornecem entre teoria pura e invariante de um lado, fatos observados e estilizados de outro, essas ferramentas indispensáveis para a busca pelas quais estávamos, para poder pensar além das permanências, as mudanças e suas especificidades (CORIAT, 1994).

A porta está agora aberta a uma combinação infinita.

A partir de então, a questão teórica central se desloca e se torna a da gênese dos modos de regulação. Ela conduziu a uma aliança passageira com as teorias das convenções que constitui, sem nenhuma dúvida, um erro tático grave. Boyer e Orlean assinam em 1991 um artigo no qual se descobre que a Ford não era fordista, como Foster (1988) tinha apontado, e como Dockès (1993) vai desenvolver em um brilhante artigo que rompe com o entusiasmo pelo toyotismo. O artigo de Boyer e Orlean é essencialmente um assentimento defensivo a uma metodologia individualista que ilustra os impasses da regulação e retroativamente destaca a ambiguidade da noção de contrato social. Toda a dinâmica social é abandonada e o modo de regulação torna-se uma convenção comparável às regras de trânsito. A teoria da regulação é, portanto, dividida entre duas posições simétricas que consistem em dizer, por vezes, que o "mau capitalismo prevalece sobre o bom", e às vezes para mostrar que existem apenas os capitalismo concretos que são construídos a partir uma combinatória a qual se pode mobilizar à vontade. Entre a análise e a

norma, a mensagem é definitivamente distorcida ou reduzida a alguns lugares comuns corretos: a competitividade depende não só dos custos de trabalho, o mercado não pode ser totalmente eficaz sem instituições, o capitalismo selvagem não é necessariamente o mais legítimo, e o modelo japonês é afetado, mas resiste apesar de tudo.

Essa trajetória levou os regulacionistas a uma nova mudança de rumo. O horizonte pós-fordista (troca de tempo de trabalho reduzido contra o envolvimento de empregados) é definitivamente abandonado pelo do capitalismo patrimonialista (troca da intensificação do trabalho e congelamento de salários contra *stock options*). Este é um ponto que precisa ser enfatizado vigorosamente e que os regulacionistas evitam cuidadosamente avaliar em seus compêndios (BOYER; SAILLARD, 1995): a realidade capitalista lhes infligiu um desmentido contundente, pois é um modelo neoliberal que se estabeleceu. Talvez o símbolo mais marcante seja o fechamento da fábrica de Uddevalla pela Volvo, na Suécia, que inspirou o conceito (natimorto) do *uddevalismo*! O que os regulacionistas estão propondo hoje não tem nada a ver com o que eles disseram há dez anos, sem que nunca as implicações dessa reviravolta tenham sido estabelecidas.

O novo modo de regulação do capitalismo

Como o fordismo acabou e o capitalismo não entrou em colapso, isso significa que esse último soube inventar algo novo, e um novo modo de regulação foi posto em prática. Os regulacionistas basicamente se esqueceram de ser regulacionistas, já que passaram 20 anos explicando que estamos "na encruzilhada" em vez de estudar esse modo de regulação que foi instalado sob nossos olhos. Ou então, impulsionando o desvio harmonicista até o fim, seria necessário reservar o rótulo para regulações boas, estáveis, coerentes e legítimas. Mas o que acontece durante os períodos de regularidade instável, e particularmente durante esta fase recessiva da longa onda do período pós-guerra?

Parece-nos, ao contrário, que se pode muito bem expor – de um ponto de vista marxista-regulacionista se se quiser – os parâmetros de um modelo de funcionamento do capitalismo baseado no aumento paralelo da taxa de exploração, a taxa de desemprego e a parcela da renda nacional destinada aos rentistas. Mais que de neofordismo, deveríamos falar de neomaltusianismo. Ao lado de sua famosa lei da população, Malthus é também o inventor da interessante teoria que demonstra a necessidade de uma classe de consumidores improdutivos "como um meio de aumentar o valor permutável da totalidade dos produtos". Reconhecidamente, Malthus teria desejado que fosse possível a "felicidade da grande massa da sociedade". Mas uma progressão exagerada dos salários "deve aumentar

muito o custo de produção; deve também reduzir os lucros e diminuir ou destruir os motivos que impelem a acumulação”. Por outro lado, Malthus vê claramente que o consumo das classes produtivas tenderá a ser inferior à oferta de produtos materiais, e é, portanto, bem logicamente ele conclui pela necessidade de um "corpo de consumidores que não estão diretamente envolvidos na produção". Estas questões são velhas questões do regulacionismo e parece-nos que é bem assim que funciona o capitalismo contemporâneo (HUSSON, 1996).

Nessas condições, onde uma taxa de desemprego elevada mantém uma pressão constante sobre os salários e onde existem oportunidades de substituição à demanda salarial, é racional bloquear os salários. Todos os argumentos sobre as novas produtividades subjacentes a um novo consenso social se esvanecem mediante a constatação (COUTROT, 1998) que pode ser resumida da seguinte forma: os chefes têm a manteiga (envolvimento do empregado) e o dinheiro da manteiga (bloqueio de salários). É a revanche dos invariantes capitalistas e, acima de tudo, da competição entre os capitalistas privados.

A teoria do capitalismo patrimonial ou a involução

Mas trata-se de uma regulação muito regressiva, e os regulacionistas pensam que o capitalismo pode fazer melhor. Pela via de rotas indiretas, eles estão reconstruindo sua unidade em torno de um projeto de sistema de participação acionária dos assalariados (acionariado) adaptado ao "capitalismo patrimonial". Para chegar a este ponto, foi necessário operar uma nova mudança e tornar as relações entre as finanças e a indústria uma relação fundamental que sobredetermina a relação salarial. A operação foi conduzida por Aglietta, que propõe um novo princípio de periodização do capitalismo baseado exclusivamente no modo de financiamento da acumulação: "as finanças orientam o desenvolvimento do capitalismo durante um período muito longo. Ele determina as condições de financiamento que, alternativamente, levam a longas fases em que o crescimento é encorajado e depois desencorajado" (AGLIETTA, 1995).

A história do capitalismo é assim marcada pela sucessão de dois grandes modos de financiamento. Os sistemas financeiros com "estruturas administradas" têm a vantagem de "salvaguardar os projetos de investimento", de modo que "a acumulação de capital é preservada, mas a inflação pode ser variável". E ao contrário, as finanças liberalizadas admitem as propriedades inversas: "favorece uma inflação estável e baixa, mas entrava a acumulação". É, portanto, a uma leitura inédita da longa história do capitalismo e de suas crises que Aglietta nos convida. Vinte

anos depois de ter proposto uma análise do capitalismo baseado em noções como a norma de consumo dos salários, Aglietta retoma a compreensão de uma necessária articulação de diferentes domínios da reprodução do capital, para dobrar toda a dinâmica do capitalismo em uma única dimensão, a das finanças. Um ciclo está efetivamente concluído, o que leva os regulacionistas a uma de suas matrizes iniciais, em outras palavras, keynesianismo.

Em um texto escrito para a Fundação Saint-Simon, Robert Boyer e Jean-Louis Beffa concluem que "a criação de fundos salariais por iniciativa de empresas e sindicatos e sua gestão de acordo com objetivos acordados em conjunto, desde que seja confiada a profissionais, poderia marcar um passo à frente, em termos de novos direitos sociais." Michel Aglietta justifica novas formas de remuneração através de transformações do trabalho:

com as tecnologias atuais, é ao contrário a iniciativa e a adaptação que são valorizadas (...) não se tem mais a garantia de emprego, mas se recebe uma parte dos lucros na forma de participação, participação nos lucros ou *stock options* para os quadros dirigentes: o compartilhamento das responsabilidades é acompanhado pela divisão dos lucros.

Quanto Lipietz, ele encontrou com os *mutuelles* a nova forma institucional para o século XXI:

mesmo se permanecemos convencidos sobre a robustez das aposentadorias por repartição em face da instabilidade financeira e demográfica, não podemos excluir a contribuição de um componente complementar por capitalização (...). Essa evolução corresponde a duas demandas sociais; aspiração a certa flexibilidade e a certa diversificação (...), a preocupação de estabelecer a capitalização de empresas francesas sobre uma base financeira interessada em emprego na França (LIPIETZ 1999).

O ciclo está desse modo concluído. Os regulacionistas escolheram fazer apologia do acionariado e, de passagem, abandonaram qualquer rigor científico. A maneira como Aglietta elogia a democracia nos Estados Unidos é de fato uma deturpação de um sucesso baseado na concentração de renda sem precedentes (e da posse de ações). Além disso, ao sugerir que este modelo é transferível, os regulacionistas simplesmente esquecem as vantagens derivadas da situação de poder dominante dos Estados Unidos, confirmando assim sua incapacidade de integrar o conceito de economia mundial. Pode-se ainda encontrar nos textos dos regulacionistas elementos de análise e revisões úteis da literatura, mas poucas sugestões para aqueles que querem entender o mundo e transformá-lo. É uma pena, porque essa trajetória provavelmente não foi sem dúvida a única possível: a teoria da regulação poderia ter feito um trabalho mais duradouro em vez

de romper com a tradição crítica do marxismo para se tornar uma espécie de *think tank* para diretores dos recursos humanos.

Referências bibliográficas

AGLIETTA, Michel. *Le capitalisme de demain*. Note de la Fondation Saint-Simon, 1998.

_____. *Macroéconomie financière*. Paris : La Découverte, 1976.

_____. *Régulations et crises du capitalisme*. Odile Jacob, 1997.

_____; BOYER, Robert. Une industrie compétitive en France et dans le monde. In: *Une politique industrielle pour la France*. Paris: Ministère de la Recherche et de l'Industrie, 1982.

ATTALI, Jacques. *La nouvelle économie française*. Paris: Flammarion, 1978.

BEFFA, Jean-Louis; BOYER, Robert; TOUFFUT, Jean-Philippe. *Les relations salariales en France*. Paris: Note de la Fondation Saint-Simon, 1999.

BERTRAND, Hugues. Le régime central d'accumulation de l'après-guerre et sa crise. *Critiques de l'économie politique*, Paris, n. 7-8, 1979.

BERTRAND Hugues ; BOYER, Robert ; GUIBERT, Bernard ; THERET, Bruno. *Marx et la crise ?* Pour un débat entre «marxistes empiriques», document de travail, 1980.

BOULLE, Jacques; BOYER, Robert; MAZIER, Jacques; OLIVE Gaston. Le modèle Star. *Statistiques et études financières*, Paris, n. 15, 1974.

BOYER, Robert. L'évolution des salaires en longue période. *Economie et statistique*, Paris, septembre 1978.

_____. La crise actuelle: une mise en perspective historique. *Critiques de l'économie politique*, Paris, n. 7-8, 1979.

_____; LIPIETZ, Alain *et alii*. *Approches de l'inflation: l'exemple français*. Paris: Cepremap, 1977.

_____; MISTRAL, Jacques. *Accumulation, inflation, crises*. Paris: PUF, 1978.

_____ *et al*. *Aspects de la crise* t. III: Les économies au milieu du gué. Paris: Plan/Cepremap, 1987.

_____; ORLEAN, André. Les transformations des conventions salariales entre théorie et histoire. D'Henry Ford au fordisme. *Revue économique*, mars, 1991.

_____; SAILLARD, Yves. *Théorie de la régulation, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.

CORIAT, Benjamin. La théorie de la régulation. Origines, spécificité et perspectives. *Ecole de la régulation et critique de la raison économique*. Paris: Futur Antérieur-L'Harmattan, 1994.

- COUTROT, Thomas. *L'entreprise néo-libérale, nouvelle utopie capitaliste?* Paris: La Découverte, 1998.
- DOCKES, Pierre; ROSIER, Bernard. *Rythmes économiques. Crises et changement social: une perspective historique.* Paris: La Découverte/François Maspero, 1983.
- DOCKES, Pierre. Les recettes fordistes et les marmites de l'histoire (1907-1993). *Revue économique*, mai 1993.
- FOSTER John B. Le fordisme: mythes et réalités. *Problèmes économiques* n. 2.093, 5, octobre 1988.
- HUSSON, Michel. *Misère du capital.* Paris: Syros, 1996.
- _____. Après l'âge d'or. Sur le Troisième Age du capitalisme. In: ACHCAR, Gilbert (Dir.) *Le marxisme d'Ernest Mandel.* Paris: PUF, 1999.
- KALECKI, Michael. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- KOSÍK, Karel. *La dialectique du concret.* Paris: François Maspero, 1970.
- LIPIETZ, Alain. *Crise et inflation, pourquoi?* Paris: François Maspero, 1971.
- _____. De l'approche de la régulation à l'écologie politique: une mise en perspective historique. In: *Ecole de la régulation et critique de la raison économique.* Paris: Futur Antérieur-L'Harmattan, 1994.
- _____. «Epargne salariale et retraites: une solution mutualiste». In: *Invitation au conclave du 16 décembre*, 1999.
- LORENZI, Jean-Hervé; PASTRE, Olivier; TOLEDANO, Joëlle. *La crise du XX^e siècle.* Paris: Economica 1980.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Principes d'économie politique considérés sous le rapport de leur application pratique.* Paris: Calmann-Lévy, 1969.
- MANDEL, Ernest. *Le troisième âge du capitalisme.* Paris: Editions de la Passion, 1997.
- _____. *Les ondes longues du développement capitaliste.* Une interprétation marxiste. Paris: Editions Page Deux, 2000.
- PHÉLINE, Christian. Répartition primaire des revenus et rentabilité du capital (1954-1973). *Statistiques et Etudes Financières*, n. 19, 1975.
- ROBINSON, Joan. *The accumulation of capital.* London: Mc Millan, 1956.

Como citar:

HUSSON, Michel. A escola dos regulacionistas – De Marx à Fundação Saint-Simon: um caminho sem volta? *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 172-85, abr. 2019.

Data de envio: 26 fev. 2019
Data de aceite: 28 mar. 2019

The capital of Karl Marx, Marxism and the Latin American intellectuals: the cases of Mexico and Colombia

Miguel Ángel Urrego¹

Abstract:

In the present article we will examine the characteristics of the reading of Karl Marx's *The Capital* in Latin America, focusing specially in the cases of Mexico and Colombia. Initially, we will study the conditions under which the circulation of the concepts of socialism and communism took place in the middle of the 19th century and how that was followed, decades later, by one of the first translations of the first volume of *The Capital* to Castilian. Despite these two circumstances, the appropriation of Karl Marx's thinking had serious limitations due to the predominance of conservative and even overtly anti-communist conceptions. Later, due to diverse factors, among which we must mention the Spanish exile, it was possible to translate the three volumes of *The Capital*, which gave rise to a great variety of readings of this work generating a multitude of debates that stimulated the development of the social sciences and the humanities.

Key words: *The Capital*; Marx- Latin America; Marxism- Latin America; intellectuals - Latin America.

O capital de Karl Marx, o Marxismo e os Intelectuais latino-americanos: os casos do México e da Colômbia

Resumo:

No presente artigo, examinaremos as características da leitura d'*O capital* de Karl Marx na América Latina, focando especialmente nos casos do México e da Colômbia. Inicialmente, estudaremos as condições sob as quais a circulação dos conceitos de socialismo e comunismo ocorreu, em meados do século XIX, e como, décadas depois, houve uma das primeiras traduções do primeiro volume d'*O capital* para o castelhano. Apesar dessas circunstâncias, a apropriação do pensamento de Karl Marx teve sérias limitações devido à predominância de concepções conservadoras e até abertamente anticomunistas. Mais tarde, devido a diversos fatores, entre os quais devemos mencionar o exílio espanhol, foi possível traduzir os três volumes d'*O capital*, o que deu origem a uma grande variedade de leituras deste trabalho gerando uma multiplicidade de debates que estimularam o desenvolvimento das ciências sociais e humanas.

¹ Doutor, pesquisador do Instituto de Investigaciones Filosóficas Luis Villoro de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México. E-mail: mangelurrego@gmail.com.

Palavras-chave: O capital; utopia social; marxismo – América Latina; intelectuais – América Latina.

In the present article we will examine the impact that the circulation of *The Capital* by Karl Marx had in Latin America, although we will concentrate specially in the cases of Mexico and Colombia. We have considered these two cases because they represent the extreme situations in which the circulation of Marx's work took place, since in Mexico there was a favorable cultural environment while in Colombia the conservative domain prevented its diffusion. However in the countries there was a significant theoretical reflection from the reading of *The Capital*. We will initially study the utopian translations of the XIX century to explain the concepts of socialism and communism. Secondly, we will focus on some of the features that the circulation of Marxism and Marx's thinking had in Latin America. Finally, we will privilege the case of the translation of *The Capital* to Castilian, and comment on some examples of the way in which this text stimulated some important debates of Latin-American social sciences.

Social utopias: socialism, communism and Marxism in Latin America

Traditionally, it has been thought that the presence of Marx in Latin America is explained with the founding of the Communist parties or in the reading in Spanish of the work of the German thinker. Nevertheless, this point of view is not adequate. From the beginning of the XIX century the spreading of notions such as socialism, communism, and even Marxism are known in Latin America, and of course in Mexico and Colombia, these tendencies obviously are assumed in a unique way and without the connotations that these concepts have today. Most of these tendencies were fed by what has been denominated social utopias and that have had a long tradition in ways of thinking and literature, for the case we are interested in, this tradition was consolidated and stimulated the formation of what is denominated firsts socialism, this is to say, projects that were founded in cooperativism and equality, many of them, Christian in origin, about a fairer social order.

In Mexico Carlos Illades has extensively researched the circulation of socialist authors in the mid-nineteenth century and in the case of Colombia we can find several important studies that show this same circumstance. For Argentina Horacio Tarcus made a reconstruction of the first steps of social utopias, in Mexico, Carlos Illades has widely researched

the topic, and in the case of Colombia, we find several important studies.² There are several reasons for this fact. In the first place, we must point out that in the XIX century a series of circumstances occurred which privileged the circulation of new concepts: since the independence there existed an ample use of radicalized political language in which common notions of liberal, radical thinking was used to communicate with the people. In second place, the ascent of Democratic Societies and the government of José María Melo, that for some may be catalogued as “socialist”, stimulated the radical position of the Colombian artisans. Finally, we must mention that during the XIX century there existed an ample search for ideas and authors who represented the political Avant-guard, and this was not far from the circulation of ideas that at the same time were the trend in Europe. Carlos Illades explains the influence of Víctor Considerant in Mariano Otero, who in the Mexican state of Jalisco made possible the translation of the French utopian and disciple of Fourier from 1850 and even published in 1842 a book based on the application of the ideas of Considerant. In the same way Illades analyzes the case of Sotero Prieto who comes in contact with the Spanish followers of Fourier and returns to Mexico with a collection of *La Phalange*, forms socialist groups in Tampico and Guadalajara and collaborates at the end of the forties in various newspapers spreading the new ideas.³

Also in Colombia the concepts of social utopia to which we refer were known. The juncture of the history of Colombia where we want to pause is that of the middle of the XIX century, which was characterized by three important events: the government of José Hilario López (1849-1853), in which the mid-century liberal reforms were applied, as the freedom of slaves; the creation of the Artisan Democratic Society, popular groups with a social equality message; and the government of José María Melo (April 7, 1854), which was supported by the artisans of Bogota and much of the country, who governed with proposals of social reform until December 4.⁴

² Paradoxically the studies related to official versions of Marxism, those coming from PC o Cuba, start from the consideration that Marxism begins with the founding of Communist Parties and little attention is given to the thinkers of the XIX century, see as example (GUADARRAMA, 1999, pp. 1-72). A proposal that rescues the first steps to socialism in (TARCUS, 2016) and (ILLADES, 2008).

³ Carlos Illades studies the early circulation of the first socialists in (ILLADES, 2008 and 2018).

⁴ Political myth that conservatives built was that López reached power thanks to the intimidation of the artisan’s daggers against the voters. A tale that the figures of the civil war which unleashed after Melo’s coup in (ORTIZ, 1855). The conservatism instituted the idea that the government of Melo and the artisans was a “coup” or “dictatorship”, see the folleto *La revolución. Orijen, progresos fines i estado actual de la revolución democrática, que se prepara en esta ciudad.*

Several examples of the circulation of concepts of socialism and communism can be found in Colombia since the late forties.⁵ On January 29, 1852, for example, a newspaper was published in Bogota titled *The Socialist. The friend of the people*, with the support of military leader José María Obando and the government of López, what is interesting is that in this moment the term “communism” became widely used:

El divino escritor Dumas dijo que
“religi3n cristiana sin comunismo, era
un castillo que el aire”. Si, porque el comunismo
encierra en s3 mismo, los verdaderos
principios de moralidad cristiana,
hacer bien a todos comunalmente.
El comunismo hace prevenir cr3menes
El comunismo reforma las malas costumbres.
El comunismo enseña buenos ejemplos
Debe el hombre social,
Sana moral predicar
El vicio i prostituci3n,
Siempre, siempre condenar.
Nosotros somos felices.
Porque sabemos gozar;
A los hombres instruir,
A los necios despreciar. (LOAIZA CANO, 2014, pp. 189 y ss)⁶

In the same year a work signed by Carlos Mazade dated in Paris May 15, 1852, circulated. It was printed in Bogota and it analyzed the possibilities of socialism for the countries of South America. Besides anticipating that Panama would end up being part of The United States, is that he wrote about the limitations of socialism given the scarce control of the existing territory of New Granada (Colombia) and the population size, besides other factors. Nevertheless, it identified all types of excesses of the radicalized people who protested in all the country with the actions of the Democratic Societies and socialism, with the clear intention of discrediting them (MAZADE, 1852). This posture was used to justify the strong repression that was unleashed against the Democratic Societies and the artisans who supported Melo in Bogota. In effect, liberals and

⁵ The circulation of the concepts of socialism and communism is studied in the article "A ghost crosses the Colombian Andes: socialism and communism in the nineteenth century" to be published in 2019 in the *Archives Magazine* in Argentina.

⁶ *El socialista. El amigo del pueblo* (Bogotá: 29 de enero de 1852), p. 1. “Divine writer Dumas said that/ “christian religion without communism, was/ a castle in the air”. Yes, because communism/ holds within itself, the true/ principles of Christian morality,/ do good to all communally./Communism helps prevent crimes/Communism reforms bad habits./Communism teaches good examples/The social man should,/Healthy moral preach/Vice and prostitution,/Always, always condemn./We are happy./Because we know how to enjoy;/Teaching the men,/Despising the stubborn.” (LOAIZA CANO, 2014, pp. 189 y ss).

conservatives became military allies and unleashed a bloody repression to crush the radicalized people, resulting in the exile of many to hot jails in the Caribbean.

In another text written to assess the advance of socialism in South America a ferocious criticism is developed toward Lopez' project and socialism and a defense of Catholicism, we quote the document to have the necessary elements to understand what was defined as socialism back then, the author of the document sustains:

Creemos que la cuestion social que ajita actualmente la América i la Europa, puede enunciarse en estos breves términos: ¿Son los principios de la religion cristiana los mejor calculados para fundar sobre ellos la sociedad? Los que resuelven esta cuestion negativamente se llaman socialistas. Esta secta tiene dos escuelas: la una pretende destruir todo lo que existe, sin proponer cosa alguna en su lugar, para que del desórden sumo, salga el bien, como el mundo salió, en concepto de ellos, del caos-es decir, por "casualidad: la otra pretende, que desaparezcan la familia, la religion cristiana i la propiedad, para sustituir al matrimonio la promiscuidad de las mujeres; a los cuidados paternos, los de un poder comun que crie, cuide i eduque los niños; a la propiedad, la administracion de los bienes por un poder tambien comun, que reparla entre los hombres lo necesario para satisfacer sus necesidades; i que no permita a nadie gozar de lo superfluo, mientras todos no tengan lo necesario.

Hai, pues, dos sectas de socialistas: 1. Socialistas destructores. 2. Socialistas visionarios. El centro de estas dos sectas está en Francia, pero sus ajentes andan por todo el mundo, i en todas partes aparecen asumiendo diferentes formas, segun que conviene al progreso de sus doctrinas. La maña, la astucia, la hipocresía, la violencia, la adulacion, la calumnia, la incredulidad, hasta la predicacion del cristianismo-todo les sirve, de todo echan mano. Los socialistas cuentan ademas con muchos instrumentos, que estan trabajando para ellos, i no lo saben, como el buen hombre de Molière, que al cabo de muchos años de estar escribiendo, no sabia que estaba escribiendo prosa.

Ambas sectas socialistas están de acuerdo en que la familia i la propiedad son inconvenientes sociales que deben removerse; i como precisa e indispensable consecuencia, sostienen que el cristianismo no consulta las necesidades, ni resuelve los problemas sociales (ELDROPEITO, 1852, pp. 6 y 7).⁷

⁷ "We believe that the social issue that currently agitates America and/Europe, can be enunciated in these brief terms: Are the principles of/The Christian religion the best calculated to found upon them the society?/Those who resolve this matter negatively are called socialists. This/ sect has two schools: one pretends to destroy all that exists, without proposing/ anything in its place, so that from extreme disorder, come out good,/as the world came out, in their concept, from the chaos – that is to say, by "chance":/ the other pretends, that family, Christian religion and property disappear,/to

As Eric Hobsbawm and E.P. Thompson have demonstrated, the social utopias were frequently elaborated by men and women from diverse Churches throughout the history of Christianity and Protestantism, and in fact the *League of the Just*, immediate precedent of the I International, and had as motto “All men are brothers” and asserted the legacy of Jesus Christ (HOBSBAM, 1964 y THOMPSON, 1989). So that it is not about an anomaly but something that had already existed for various centuries and surely had to do with the difficult life conditions of the rural and urban worlds that Marx describes crudely in *The Capital*.

But nevertheless, the origin of the term socialism as has been noted by several authors, is attributed to Robert Owen (1830) and the French newspaper *Le Globe* who used it in the thirty decade, specifically in 1830 and 1832 (PANIAGUA, 2010, p. 13). Engels explained the difference between socialism and communism pointing out in 1847 that the first were looking for political transformations as a result of the action of the educated sectors whereas the communists wanted the radical transformation of society based on the power of the working class (BRAVO, 1971, pp. 58 y 59).

Of course, the transformation of the *League of the Just*, created in Paris in 1836, to the *League of the Communists* (June, 1847) and the publication on February 21, 1848 of *The Communist Manifest* by Karl Marx and Fredric Engels gave to the concepts of communism and socialism a new content and clearly differentiated them from the previous ones. In the second half of the nineteenth century there was in Latin America, with greater or lesser clarity, reference to socialism and communism.⁸ So the circulation of such concepts does not seem strange in countries like Colombia, more even when there was a trend to follow and copy all the French influence of the new liberalism, a long tradition of

substitute marriage the promiscuity of women: to paternal/care, to those of a common power that raise, care and educate the children: to /property, the administration of the goods by a common power too,/that distributes among men the necessary to satisfy his needs; and/that he does not allow anyone to enjoy the superfluous, so long as all do not have the necessary./There are then two sects of socialists: 1. Destructive socialists. 2. Visionary socialists./The center of these two sects is in France, but their agents are/all over the world, and they appear everywhere assuming different forms,/according to what is convenient to the progress of their doctrines. The dexterity, /cunningness, hypocrisy, violence, flattery, slander, disbelief, even the preaching/of Christianity – all serves them, they use everything. The socialists/have besides many instruments, that are working for them,/and they do not know, how the good man Molière, who after many years /of writing, he did not know he was writing prose./Both socialist sects agree that family and property are/social inconveniences that must be removed: and as a precise and indispensable/consequence, they sustain that Christianity does not meet the/needs nor resolves the social problems.”

⁸ In 1948 was published in Chile, by Santiago de Chile Editorial Universitaria S.A., a commemorative edition marking the centenary of *El manifiesto* that had 100 numbered copies. Electronic Version in <https://www.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/19671/1/19742.pdf>

dissident thought prompted by the masonic societies and a radicalism of Democratic Societies.⁹ The use of these references explains the existence of a thinker such as Manuel María Madiedo in XIX century Colombia. In fact, although Madiedo is seen by some as a conservative thinker, truth is that in his work he tried to articulate socialism and Christianity in a very particular way (MADIEDO, 1853).

It should be noted that "appropriations", "translations" or reading practices are common, which gave a particular meaning to the political language. That is, there is no copy, submission to Western epistemes or anything similar, because all reading and use of concepts involves passing them through the filter of concrete historical experiences. So those who acted politically with the ideas of the first socialism in Mexico or Colombia did so from an enrichment of the concepts created by Europeans.

Marx and Marxism in Latin America

Marx and Marxism have a contradictory presence in the continent, while on the one side there was an early translation of *The Capital* at the end of the XIX century, its appropriation was limited and was not always based in a direct reading of the author, but in various types of booklets.¹⁰ However, the development of social sciences is due greatly to its ideas. For this, the criticism of Latin-American Marxism by the de-colonials is surprising, for they are terribly ahistorical, because of the lack of knowledge of the authors and in many cases the manipulation of arguments with the clear intention of achieving a self-affirmation of an assumed criticism founded in an apparently radical narcissistic provincialism.¹¹

One of the first translations of *The Capital* to Castilian was done by Argentinian socialist leader Juan B. Justo in 1898, for which he considered the fourth German edition, volume I.¹² This is not a small fact, but of enormous significance for the political and cultural history, for there was

⁹ About the action of Democratic Societies and their slogans see (AGUILERA y VEGA, 1991).

¹⁰ The impact of Marxism in the 20th century is studied by Michael Löwy (LÖWY, 1980).

¹¹ Enrique Dussel points, correctly in our opinion, that Santiago Castro-Gómez permanently deforms his opponents, and describes the proceeding of the Colombian philosopher as a cartoonish "ape." We can also include in this attitude Ramón Grosfoguel, another spokesman for the decolonials in (CASTRO-GÓMEZ and GROSFOGUEL, 2007) and in the articles by Aníbal Quijano, Edgardo Lander and Grosfoguel published in (SANTOS and MENESES, 2014).

¹² A detailed analysis about the translations to Spanish of *El capital* by Marx is done by Pedro Ribas. There it was not the first translation to Castilian, but the limitations and virtues are highlighted of the work of Juan B. Justo (RIBAS, 1985, pp. 203 y ss). A detailed list of translations in the text "Traducciones de *El capital* al castellano" in <http://seguiltuocorsoelasciadirlegenti.blogspot.com.co/2011/10/las-traduccion-de-el-capital-al.html>

not a long wait until the translations from Europe arrived and, on the other hand, as in other cases from several philosophers, Latin Americans worked directly at the author, fundamental fact when you consider the problem of the use of a thinker and the history of reading.

A second feature is that at the beginning of the XX century the sectors that identified with Marx and Marxism were generally radicalized liberals or “socialists” who joined the existing organizations, included the Communist Parties, but without having to make great ideological changes or epistemological ruptures. Of course, we are not pointing to the existence of a pure theoretical or political state, but of a minimum agreement among political affinity and theoretical and ideological expressions. Many cases illustrate this procedure, José Ingenieros, for example, was one of the defenders of socialism, but he had an evident positivist and liberal inheritance.

A third aspect to consider is that the reading was not available to all. There existed a very small literate population, the creation of schools of thought has been traditionally difficult, a few people in political organizations were dedicated to study, and the reading of Marx basically developed with the translations to Castilian, therefore, criticism had to wait a couple of decades, despite the merit of Bustos and other intellectuals.

In fourth place, we must consider that the spreading of socialism and communism went through the experience of very particular dissident thought as were anarchism and spiritism. Anarchism of the Flores Magón brothers and the Mexican Political Party (PLM) in Mexico had the important collaboration from the radical trends of The United States; they had several means of communication, being *Regeneración* the most important one achieving recognition on both sides of the border; it had a cultural project which included literature, theatre and education; and the PLM was one of the precursors of the Mexican Revolution.¹³ With this we want to say that anarchism was at the end of the XIX century and beginnings of the XX and was more important than socialism and communism. This same circumstance can be found in Argentina where anarchism had considerable force due to migration.

Finally, we must highlight that universities were the spaces where Marx could circulate as a theoretical reference, especially in some faculties as philosophy and economy. However, it is necessary to clarify that the entering of Marx into the universities was not easy, in fact, Horacio Tarcus points that for the Argentinian case, Marxism was developed outside these institutions and even the leftist parties (TARCUS, 1996, pp. 17 y 18). The

¹³ Claudio Lomnitz makes a detailed analysis of Mexican anarchism, in particular the leadership of the PLM in (LOMNITZ, 2018).

resistance in Latin America to these currents of thought was very strong and the conservatism was prevailing, in occasions openly anti-communism, denied any possibility of access to Marxism. Besides, in some countries there existed dictatorships that persecuted any dissident thought, university professors disappeared or were forced into exile and the circulation of books was forbidden.

Mexico was the exception where the Revolution stimulated an important group of thinkers that can be placed to the left of the political spectrum; it was one of the few countries that recognized the Russian Revolution almost immediately; there was an educational reform driven by Lázaro Cárdenas, because of the constitutional reform of 1934, which self-denominated as “socialist”; there existed editorial projects by the communists and the government, which facilitated massive editions of texts as *The Manifesto*; and Mexico was one of the nations where more North American dissidents and Spanish exiled from the civil war settled. The effect of these events was that the language used in the first half of the XX century had radical tints, there was permanent talk about revolution, socialism, the proletariat, etc., in fact, the Revolutionary Institutional Party (PRI) was created (whose mission was defined as the “continuity” of the “revolution”) and there was certain ease in the access to some classic Marxism authors (RIVERA MIR, 2017, pp. 171 y ss). However, the arrival of the exiled was determinant because it accentuated the relations among the lefts of The United States and Mexico and in the thirties the Spanish exiled substantially changed the relation with Marx and *The Capital*. In fact, the arrival in 1939 of exiled intellectuals as Adolfo Sánchez Vázquez and Wenceslao Roces, facilitated the programming of seminars and publications that had a clear presence of Marx, which contributed the spreading of his thought in a university as the UNAM.¹⁴

Henceforth, academics could guide their seminars toward the reading of Marx, they organized diverse types of events and finally started publishing books. Sánchez Vázquez for example made known in 1965 *The aesthetic theories of Marx* and in 1967 *The philosophy of praxis*.¹⁵ What is interesting is that the first text was immediately commented in Colombia through a review that appears with the edition date of 1968, elaborated by Miryam de Aragón and published in the philosophy magazine *Ideas and Values* (DE ARAGÓN, 1968, pp. 91 y 92). Sánchez Vázquez gave a conference in which he gave his personal vision about the beginning of

¹⁴ An approach to the author we commented is the compilation of a series of reflections surrounding the work of Sánchez Vázquez that Gabriel Vargas Lozano does (VARGAS LOZANO, 1995) and a more recent book is the Stefan Gandler (GANDLER, 2007).

¹⁵ (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1965) whose hypothesis was anticipated in the article “Ideas estéticas en los manuscritos económicos-filosóficos de Marx” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1961 Y 1967).

Marxist criticism, he saw the presence of Marxism in Latin America starting with the translations, as the one by Juan B. Justo; the formation of political organizations, he claims the creation of the Argentinian Socialist Party (1895); and comments on the few apparent references of Marx in Latin America, as the polemic opinions about Simón Bolívar.¹⁶

In the National University of Colombia the renowned intellectual Antonio García Nossa gave rise in 1945 to the Economical Science Institute that was the basis for the creation of the Economics program in 1952, although it was initially part of the Law Faculty (FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS, 2014, p. 9).¹⁷ At first, Marx appears in the course of general history of economic thought, but by the sixties, due to the founding of the Sociology Faculty (1962); to the irruption of the New History; the publishing of the *Colombian History and Culture Yearbook*(1962); to the presence of a new type of intellectuals, among who were Orlando Fals Borda, Darío Mesa and Camilo Torres Restrepo; and to a greater leftist political presence in the midst of each strengthening student movement, Marx and *The Capital* appear with more presence.¹⁸ For this reason it is not odd that for the following decade there were seminars about *The Capital* in various faculties of the National or District Universities.

It is necessary, of course to make a periodization of the circulation of Marx in Latin America, because It has not always been the same. Horacio arcus, for example, does an ample reconstruction of Marx's and Marxism's first steps in Argentina starting in the decade of the seventies in the XIX century and finds very significant facts as the existence of Paris commune exiled, the correspondence between Raymond Wilmart and Marx (1873), the founding of the first socialist clubs, the organizational activities of the German immigrants, the publication of articles, books and pamphlets and the transit of some intellectuals to Marxism at the end of the XIX century (TARCUS, 2007).

Nevertheless, we can say that Wenceslao Roces' translation of the readings was marginal, done by a few followers tied to leftist organizations and critical intellectuals. This translation, the Spanish exile, the increase of travelers and the emergence of the New Left in the sixties opens an epoch of boom in which the diverse types of Marxism became very popular, as happened with Gramsci or Althusser, to mention two cases. ¹⁹ Then there

¹⁶ Adolfo Sánchez Vázquez, Conferencia, "El marxismo en América Latina" en *Dialéctica*, nº 19, 1988, in <<http://marxismoyrevolucion.org/wp-content/uploads/2016/06/El-marxismo-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>>.

¹⁷ In: <http://www.pregrado.unal.edu.co/docs/pep/pep_2_24.pdf>.

¹⁸ Changes in the intellectual world and in the Colombian social sciences in the 1960s in (ZULETA PARDO, 2011 and URREGO 1997).

¹⁹ It is necessary to note that not always Gramsci o Althusser were well accepted by the communist officials. In fact, in Argentina la introduction of Gramsci generated a strong

is a stage of decadence generated by the centrality of the leftist military option – the guerillas -, which reduced the importance of reflexive theory and was aggravated with the dictatorships and further on with the disintegration of the USSR, the marginalization of prestigious intellectuals of the PC and the impact of the debate about the end of ideologies, and of course, some intellectual trends of marked anti-communism, as the denominated postmodernism, and today the Decolonial Turn. However, we attended to a resurgence of Marx and the reading of *The Capital* promoted by four significant events: the neoliberal globalization crisis, the publication of a series of works where Marx's ideas were revalued, the centenary of the Russian Revolution, and the commemoration of the 150 years of the edition of the first volume of *The Capital*.

Translations of Capital and Development of Social Sciences in Mexico and Colombia

The growth of editorial activity due to the increase of magazines and publications, the strengthening of the public university and a boom period of the social and worker movement facilitated the dissemination of Marx's writing after the second postwar. Let us remember that the Spanish exile was characterized by the creation of important publishing houses in Mexico, as *Era* (1960), and naturally a significant number of institutions tied to culture, among them, El Colegio de Mexico, the philosophical magazine *Diánoia* (founded by exiled Eduardo Nicol and Eduardo García Máynez in 1955) and many more institutions (PAGNI, 2011).²⁰ There are various references to the introduction of Marxism and Marx in Mexico, as is the classical study of Harry Bernstein (BERSTEIN, 1958),²¹ but as in the Colombian case since the middle of the of the XIX century theoretical postures close to first socialism circulated creating a conducive environment for Marx's ideas.²² Great differences as the ones we have noted have existed between Colombia and Mexico, especially by the force

struggle which ended with the expulsion of the Communist Party from those who looked for the theoretical renovation. On the way the Italian Marxist was read, see (ARICÓ, 2005)

²⁰ María Garone Gravier gave the following list de editorials linked to Spanish exile in México: Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana (UTEHA), Proa, Centauro, Costa-Amic editor, Diógenes, Edición y Distribución Ibero Americana de Publicaciones, S. A. (EDIAPSA), Ediciones Cuadernos Americanos, Oasis, Xóchitl, Edicions Catalanes, Edicions Catalònia, España Errante, Finisterre, Leyenda, Minerva, Séneca y Quetzal.

²¹ Harry Bernstein argues that Marxism spread in Mexico after the Russian revolution in <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/1YLNLR313XN1QYQKLTB3DCIDM1UXBP.pdf>. This same hypothesis is retaken by Carlos Illades in (ILLADES, 2018)

²² There are various works that generally analyze Marx's acceptance in Latin America and they stop in what is called the "disagreements" of Marx with Latin America, as an example see (BOSTEEELS, 2012).

of the anarchist movement, the outbreak of the Revolution and the closeness of critical intellectuals to their peers in The United States and Europe. Let's see now the importance of the complete translation of *Capital* and its repercussions in the countries studied. In Mexico, the work of Wenceslao Rocés was determinant for various generations of scholars, because it democratized the access to Marx and facilitated its use in the university environment. Rocés had been member of the Central Committee of the Communist Party in Spain and developed an important activity as translator and diffuser of Marxist authors, precisely because of his activities, he had to emigrate (March 30, 1941) and once installed in Mexico City, he connected to the Economic Cultural Fund.²³

The idea of creating the Economic Cultural Fund was thanks to the prominent intellectual Daniel Cosío Villegas (1934) and had as a purpose resolve the demand for texts in the economy faculties. However, time later it expanded and strengthened as a state business to encourage reading. The formal economy studies had begun in 1929 in what is today the UNAM, though as part of the National School of Jurisprudence. In 1935 it became National School of Economy, being Enrique González Aparicio its first director. Initially there was not a specific seminar on Marx in its study plans, from what we have consulted, in 1946 it contemplated only for the second year a “general theory of capitalist development” and two courses about “the history of economic thinking”.²⁴

There is a controversy surrounding the problems of translation to Castilian of the different versions of *The Capital*. The mistakes from the first complete edition by Wenceslao Rocés have been pointed out by several authors. Equally, it has been commented by various scholars, that the most accurate translation is the one done by Siglo XXI Publishers. Nonetheless, for others it is the one made by Manuel Sacristán for publishing house Grijalbo. This topic, though very important, will not be dealt with in the present article since it is not its purpose. Neither we want to repeat what has been claimed by others, so we will remit to the direct sources, those who analyze the difficulties of certain concepts and phrases used by Marx.²⁵ It is enough to highlight the link between exile, the Economic Cultural Fund and university activities.

²³ Information about Rocés' life in <http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/instituto_figuerola/programas/phu/diccionariodecatedraticos/lcatedraticos/rsuarez>. Alejandro Estrella, “El exilio y la filosofía marxista. El caso de Wenceslao Rocés” was published, en (ILLADES, 2007, pp. 205 y ss).

²⁴ “Plan de estudios de la Escuela Nacional de Economía” in *El Trimestre Económico*, Vol. 13, No. 49, 1, (México, abril-junio de 1946), pp. 175-177, in <https://www.jstor.org/stable/20854819?seq=1#page_scan_tab_contents>.

²⁵ About this item see the comment of Rolando Astarita in <<https://rolandoastarita.blog/2012/09/13/traduccion-de-el-capital-y-un-error-en-siglo-xxi/>>. See the comments of Pedro Scaron about the different versions of the initial study of the XXI century translation in Karl Marx (SCARON, 2017). Finally Horacio

When addressing the topic of how *The Capital* has been read it seems unfair to suppose that we can mention all the cases or even detain ourselves in one author or problem, we would say that we will only present a selection, accompanied by a few cases of a brief comment and basic references. The complete listing could include the Theology of Liberation: the theory of dependence; the readings from different variants of Marxism up to now, the anthropology or sociology; the debate surrounding the concepts of manners of production and Social and Economic Formation in Latin America; the readings of Marx by intellectuals such as Bolívar Echeverría or Enrique Dussel; and the reflections in Colombia by academics such as Estanislao Zuleta or Rubén Jaramillo Vélez. However, we will only take some examples due to the introductory nature of this article.

From the vast Mexican experience, which includes those born in this country and to the exiled who arrived, we would like to briefly comment the cases of Bolívar Echeverría and Enrique Dussel, for they allow us to see both aspects already mentioned. As in the other cases we worked with we do not want to say that they are the only ones who rigorously studied *The Capital* and the thinking of Marx. On the contrary, there are several anthologies that place the boom of Marxism at the end of the sixties and propose a vast consideration of topics, among which stands out the relationship between the monopolies and the State, the nine currents of interpretation, the State and power, etcetera (MARINI and MILLÁN, 1995).

Of Dussel we recognize that he is one of the few that reads in the original language, he has dedicated over two decades to the readings of Marx and has ample work about the conceptual and methodological that derive from *The Capital* and the *Grundrisse*, a trajectory that very few in the world can claim. The record of Dussel has been mentioned by several authors, especially those who have followed his thought for decades, so we do not believe it necessary to repeat it (BAUTISTA, 2014). What we do highlight is that the concepts and method of *The Capital* feed his unique way of keeping alive the Philosophy of Liberation, and for this he focuses on: a first general explanation to Marx's method (1985) and *The Grundrisse* method; the study of the manuscripts from 1861 to 1863 that are between *The Capital* and *The Grundrisse*, first analysis known about such texts; in *Toward an unknown Marx* in the genesis of the different

Tarcus writes an article about Castilian translations (TARCUS, 2017). A work of exegesis on the most known translations in Victoria Correa Merlassimo, she study three different spanish traslations of Karl Marx's Das Kapital: Juan B. Justo (1898), Wenceslao Roces (1946), Pedro Scaron (1975)" electronic version in <https://eet.pixel-online.org/files/research_papers/SP/Analysis%20of%20Three%20Different%20Spanish%20Translations%20of%20Karl%20Marx_S%20Das%20Kapital.pdf>.

volumes and chapters *The Capital*; considers few known aspects as the theological metaphors that Marx uses; studies the reformulation of the concept of modernity and the origin of *The Capital* and *The Grundrisse*; to explore the importance of the notion of a living work; and finally to investigate the ethical implications of works as *The Capital* (DUSSEL, 1985, 1985b, 1988, 1990, 1993, 2008).

Bolívar Echeverría is a thinker who continues to generate questions despite his death in 2010, for his work finds continuity in a varied group of academics. Héctor García in his doctoral thesis considers that the work of Echeverría draws from the reflection about Marx's notion of capitalism. Equally Echeverría is important for conducting a seminar about *The Capital* for six years, explaining Marx's method and reformulating the concept of modernity for Latin America through the notion of *Ethos Barroco*.²⁶ We now see the Colombian case.

At the end of the fifties a great rupture with the dominant conservative thought in Colombia was produced, many were the symptoms of this awakening: the painting of Debora Arango; the creation of *Mito* magazine; the foundation of *Eco* magazine (qualified as the main space of "transgression and cultural diffusion" and in charge of spreading the German philosophy, particularly Critical Theory); The Nothing Movement; and the emergence of the New Left, one contrary to the Communist Party. Thanks to the rupture environment of the end of the fifties and beginning of the sixties, there emerged a series of intellectuals who tried a great rupture from the thinking within Marxism, but without the dogmatism of the Colombian communists and looking for new ways in the articulation of, for example, the thinkers of the suspicion (Marx, Nietzsche and Freud). Such was the case of the *Estrategia* group which incarnated the search for a new way in a political level as well as a theoretical one. The publication of the magazine *Estrategia* gave an account of this approach and the work of conferences and writings of the second search. Within this small group we want to mention Estanislao Zuleta, not because he was the only one to work on Marx, but to give an example of what has been pointed out.²⁷

The reflections of Zuleta about Marx's work and *The Capital* in particular, started at the beginning of the sixties. In 1963 a "comment to the General introduction to the criticism of political economy" by Marx

²⁶ Héctor García Cornejo analyzes the relation between Marx and Bolívar Echeverría in his doctoral thesis in philosophy that will sustain in January, 2018 and which he used for being member of his sinodal table, (GARCÍA CORNEJO, 2018).

²⁷ We do not pretend to reduce the options of Colombian thought renovation to the *Estrategia* group or to Zuleta, for we recognize a great variety of critical intellectuals that for lack of space we did not consider in the present text, among them Rafael Gutiérrez Girardot, Mario Arrubla, Diego Montaña Cuellar, Rubén Jaramillo Vélez, etcétera.

was known, and it was revised in later years (for example, in 1972).²⁸ For some critics these debates are precisely the starting point of the most rigorous Marxist criticism in Colombia, affirmation we do not agree with for what has been previously exposed. Supelano-Gross indicates that up to the end of the sixties Marxism was: “booklets and pamphlets that Russia had started to issue in the thirties, and it is not until the arrival of men like Estanislao Zuleta, Mario Arruba and Jorge Orlando Melo, who start the serious analysis and studies about Marxism in Colombia, although with radical criticism”.²⁹

However, if we consider as an indicator of the presence of the Marxist currents in Colombia, the university booklets and the anthologies, we conclude that Marxist followers have been erased from the accounts about critical thinking. The recent selection of writings for the *Anthology of contemporary Colombian critical thought*, made by Victor Manuel Moncayo, who had written important texts in the seventies, and includes a set of very known names, some of which can be catalogued as critics, but inexplicably various writers and journalists are considered, even Nobel García Márquez and do not include thinkers who because of their significant work for social sciences, their militancy, or having written leftist literature, should be, among those who write about the production mode as Anteo Quimbaya (Jaime Cuellar), Francisco Posada; the first works of Salomón Kalmanovitz; academics of a long trajectory as Rubén Jaramillo Vélez (who spread the Frankfurt School and Marxism in Colombia); Rafael Gutiérrez Girardot (one of the most important intellectuals of the XX century and amply known in Mexico and several European countries); or members of the Communist Party intellectual team, from Trotskyism or Maoism.³⁰ Therefore it is necessary to refer to a series of debates that are important in the development of social sciences and that were proposed to read from the Colombian reality to Marx.

The debate regarding the manner of colonial production in Latin America generated an important political and academic struggle for almost two decades. Initially we should note that the debate took place around the contents of the concept, which included the controversy about how Marx understood it; the manner of Asian production; the transition from feudalism to capitalism; and the political implications of this characterization, for the type of revolution that was needed in Latin

²⁸ The main reflections of Zuleta about Marx are found compiled in the text *Ensayos sobre Marx* (ZULETA, 1987).

²⁹ Claudia Supelano-Gross quoted by Jairo Gallo Acosta, “El retorno de lo reprimido en Colombia: marxismo y psicoanálisis” in (SUPELANO-GROSS, 2016, pp. 213-20).

³⁰ The Communist Party establishes a listing of contributions to culture in the article “El Partido Comunista Colombiano y la cultura” in *Voz Digital* (Bogotá, 15 julio, 2016), <<http://semanariovoz.com/el-partido-comunista-colombiano-y-la-cultura/>>.

America depended on it.³¹ The divergence point was developed in the light of Marx's reading and the distinction between the way it is produced and the circulation of merchandise. In a more specific way the first responded that the market did not matter but the specific conditions of production and for this Latin America was feudal or semi-feudal. The second explained that the continent since the arrival of the Spanish took part in the market capitalist nets and for this it was capitalist.

The controversy about what feature predominated in Latin America during the colony was expanded to what was happening in the period before the arrival of the Spanish, especially because there was a need to explain the complexity of the Inca, Maya, or Mexica social organization, generating long debates. A very known thesis showing the complexity of pre-Hispanic societies was the "Inca Communist State" and also the "Inca Socialist State". The first thesis was presented by Víctor Raúl Haya de la Torre and the second was by historian Luis E. Valcárcel, but naturally the most elaborate reflection on the subject was proposed by José Carlos Mariátegui.³² The disputes surrounding these topics have been permanent throughout the XX century. A point of view of a couple of professional historians, that we review only as an example, dedicated to examining the characteristics of the Inca State and the indicated hypothesis are those by the tireless María Rostworowski, whose research extends for almost half a century and it unveils with *Pachacutec Inca Yupanqui* in 1953, and John Murra whose doctoral thesis in Ethnology (University of Chicago 1955) was published with the title *The Economic organization of the Inca State*, book that was accompanied by *The political and economic formations of the Andean State* (MURRA, 1975, 1978).

In Colombia, the debate was known at the beginning of the sixties, specially the writings of Anteo Quimbaya, Francisco Posada or the Study Circle of Anteo Quimbaya, to mention some authors, who tried to respond the question for the character of pre-Hispanic and colonial society (POSADA, ROSSO and DE SANTIS, 1965?; CENTRO DE ESTUDIOS ANTEO QUIMBAYA, 1973; BUENAVENTURA, QUIMBAYA, ROMUALDOVICH GRIGULEVIC, POSADA-DÍAZ, RESTREPO, 1960). These short texts have certain qualities that we have to highlight: they

³¹ An important compilation of articles gave rise to the book by Carlos Sempat Assadourian, Ciro Flamarión Santana Cardoso, Horacio Cifardini, Juan Carlos Garavaglia y Ernesto Laclau, *Modos de producción en América Latina* (SEMPAT ASSADOURIAN, 1973).

³² (HAYA DE LA TORRE, 1927) and *Anti-imperialism and APRA* was first developed in 1928 as part of a controversy with José Antonio Mella and then published in 1935, although, but cannot circulate for various reasons (HAYA DE LA TORRE, 2010); Luis Valcárcel, *Tempest in the Andes* was originally released in 1928 thanks to the support of Mariátegui (VARCARCEL, 1972); and José Carlos Mariátegui, *Seven essays on the interpretation of Peruvian reality* (MARIÁTEGUI, 1928).

strived to elaborate a Marxist approach about pre-Hispanic societies that lived in the current Colombia; they pretended to develop reflections that would explain a period in the history of Colombia, and in this sense its contribution to the development of social sciences is unobjectionable; the texts were considered university booklets and had ample use; and finally, the short works were recognized by the Latin American criticism.

By the decade of the eighties and nineties the use of Marx and *The Capital* was abandoned in the Colombian university environment. The existing seminars in the economy and social sciences faculties were substituted by mathematics and statistics, and the specialized publications tended to disappear. Besides, the supremacy of war, the disintegration of the Soviet Union, the boom of post-modernism and of thinking currents of opinion that advocated for the end of ideologies weakened even more the possibilities of a Marxist thought. However, recent local and international changes have placed *The Capital* in the scene of academic debates. We still do not know how the new generations will work with Marx.

Finally, we would have to consider as part of *The Capital's* appropriations the readings through the mediation of some authors like Louis Althusser. In effect, Latin America saw in the sixties and seventies the circulation of a variety of Marxism that were characterized by a renovation of debates and the utilization of not well-known academics, among them Gramsci and Althusser, to redefine approaches to the cultural fact or the debate about Marx's method. Althusser was important because he was one of the architects of reflection from the structuralist point of view of Marx's work, the formed various generations of philosophers from several parts of the world and he proposed a series of controversies which were copied in various places. His work *Lire le capital* and *Pour Marx*, both from 1965, were rapidly translated to Spanish by Siglo XXI (ALTHUSSER, 1967, 1969); there was a small group of Latin American intellectuals who worked directly with the French philosopher, as was the case of Chilean Martha Harnecker and Mexican Fernanda Navarro. Harnecker became one of the academics who introduced the French author into Latin America and was concerned with spreading Marx's thinking through booklets, her work, *Elemental concepts of historic materialism*, published in 1968, reaches more than sixty editions (HARNECKER, 1968). Years later she produced another booklet, *The Capital fundamental concepts* (1971) to serve as guide for readers that for the first time explored Marx.³³ On her part, Navarro published the text

³³ The booklets were very popular in the sixties and seventies. However, they seem little appropriate because generally they have the effect of "avoiding" a direct encounter with the author. We obviously recognize the enormous political and cultural impact of these works, its permanent re-edition speaks of the existence of society's need. (HARNECKER, 1971), electronic version in <http://www.rebellion.org/docs/88241.pdf>

Philosophy and Marxism. Interview of L. Althusser; and various intellectuals from the continent used both works mentioned as part of the renewal of the reading of Marx and *The Capital*.³⁴ Thanks to this work, Fernanda Navarro has traveled to the most important universities of the world giving lectures round what she considers the last Althusser and organizing international congresses in homage to the French philosopher.³⁵

In Colombia, the circulation of Gramsci or Althusser was comparatively lower than in other countries. However, Gramsci was employed more in the renovation projects of the left in the nineties, when it was the ideological base to create new political organizations, which they did not manage to consolidate.

Final Comments

In our continent protest movements were known which incorporated several readings of social utopia and for this since the middle of the XX century the concepts of socialism and communism circulated. As in other parts of the world, the appropriations of the concepts and utopia depended on the conditions of the cultural and political local universe. In Latin America there was a strong conservative reaction and of the Catholic Church that fed a visceral anti-communism which closed every space to the circulation of authors like Marx.

Despite this environment at the end of the XIX century there took place one of the first translations in Castilian of *The Capital*. Such work, with all the limitations that can be pointed, was a milestone in political and cultural history of the continent. Later, and because of diverse reasons of local and world order, among which we find the actioning of intellectual and political webs of Mexican and Argentinian anarchists, the impact of the Mexican Revolution, the Spanish exile and then the exile of south-American and central-American academics that stimulated a more academic position, a reflection by the social scientists of the region. In this sense the complete translation of *The Capital* done by Wenceslao Roses

³⁴ Fernanda Navarro, *Filosofía y marxismo. Entrevista a L. Althusser* (NAVARRO, 1988). This work was later translated into Japanese in 1993, French into 1994, English into 1998, Italian into 2003, and Chinese into 2012.

³⁵ In 2012 we organized with Ana Popovich an international congress about the presence of Althusser in Latin America which had the participation of Fernanda Navarro. In the present year the memoirs of the event were published. For lack of space we will not extend in the references to the studies about the impact of Althusser in Latin America, but we would have to consider the work of the Chilean magazine *Demarcaciones* and the recent editions of the texts of Marcelo Starcerbaum.

constituted a major event which transformed various generations of critical intellectuals.

The placement of problems and inconsistencies in Roses' work and a better knowledge of Marx's work created the need of translations that were truer to the original and for these editions of Siglo XXI and Grijalbo appeared. This work was also required by the world of universities that demanded booklets and works of academic rigor.

The critical appropriation of *The Capital* stimulated a series of important reflections about capitalism, the method and the concepts elaborated by Marx and a long series of topics. In countries like Mexico and Colombia the presence of *The Capital* is indispensable to understand the development of disciplines as economy, philosophy, anthropology and history, especially in the sixties and seventies.

It is necessary to highlight that what we have denominated appropriation did not constitute a passive act or a copy of Marx's work. In the first place since every reading is a transforming experience from the author and the reader, it assumes a varied set of practices which influence reflection from concrete historic conditions, life experiences, situation of social sciences, degree of development of leftist political movements, conditions of university life and, of course, the political and economic features of each nation and the continent. To "overcome" the work of Marx indicating that it is about someone who did not think of the colonial situation, which is part of western epistemes and therefore is racist, colonialist and imperialist and that it is not useful from the principle of enunciation, results solely possible by an offensive of rightist thinking with an evident tint of anti-communism. The *Decolonial Turn*, that unfortunately has become an intellectual trend and that has installed itself in the nets of academic consecration from where it pontificates what is critical and radical, constitutes a variant of post-modern clearly anti-Marxist postures. This current has gained force due to the negative impact of post-modernism in social sciences and humanities and especially due to a profound ignorance of history, particularly of intellectual and cultural history of our continent, which some of its spokespeople exhibit. Despite these limitations, there has been a renewal of Marxist criticism due to the crisis of the neoliberal model, the rise of the social struggle and the production of new research on the 150th anniversary of the publication of *Capital*.

Bibliography

AGUILERA, Mario y VEGA, Renán. *Ideal democrático y revuelta popular*. Bosquejo histórico de la mentalidad política popular en Colombia 1781-1948. Bogotá: CEREC, Universidad Nacional, IEPRI, 1991.

ALTHUSSER, Louis. *La revolución teórica de Marx*. México: Siglo XXI, 1967.

_____. *Para leer El capital*. México: Siglo XXI, 1969.

ASTARITA, Rolando. en <https://rolandoastarita.blog/2012/09/13/traduccion-de-el-capital-y-un-error-en-siglo-xxi/>.

ARICÓ, José. *La cola del diablo: itinerario de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

BAUTISTA, Juan José. *¿Que significa pensar desde América Latina?* Barcelona: Akal, 2014.

BERNSTEIN, Harry. Marxismo en México, 1917-1925. *Historia Mexicana*, VII, 4, 28, abril-junio de 1958, pp. 497 y ss.

BRAVO GIAN, Mario. *Historia del socialismo 1789-1848*. El pensamiento socialista antes de Marx. Barcelona: Ariel, 1971.

BOSTEELS, Bruno. *Marx and Freud in Latin America*. London: Verso Books, 2012.

BUENAVENTURA, Nicolás *et al.* *Interpretación marxista de la sociedad colombiana del siglo XVII al siglo XX*. Bogotá: Los Comuneros, 1960.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. Prologo. El giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo El Hombre Editores, IESCO-Universidad Centra, Instituto Pensar, Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CENTRO DE ESTUDIOS ANTEO QUIMBAYA. *Formación del capitalismo en Colombia*. Bogotá: Ediciones Armadillo, 1973.

CORREA MERLASSIMO, Victoria. *Analysis of three different Spanish translations of Karl Marx's Das Kapital (1867)*: Juan B. Justo (1898), Wenceslao Roces (1946), Pedro Scaron (1975). Department of History of Economic Thought- University of Barcelona, Barcelona, versión electrónica: https://eet.pixel-online.org/files/research_papers/SP/Analysis%20of%20Three%20Different%20Spanish%20Translations%20of%20Karl%20Marx%20Das%20Kapital.pdf.

DE ARAGÓN, Miryam. Adolfo Sánchez Vázquez: Las ideas estéticas de Marx. *Ideas Valores*, Bogotá, n. 30-31, 1968, pp. 91-2.

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx*. Caracas: Fondo Editorial El Perro y la Rana, 1985a.

_____. *La producción teórica de Marx*. Una introducción a los Grundrisse. México: Ediciones Siglo XXI, 1985b.

_____. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los *Manuscritos del 61-63*. México: Ediciones Siglo XXI en coedición con UAM-I, 1988.

_____. *Las metáforas teológicas de Marx*. Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 1993.

_____. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. México: Ediciones Siglo XXI, 1990.

_____. *Marx y la modernidad*. Conferencias de La Paz. La Paz: Rincón Ediciones, 2008.

EL SOCIALISTA. *El amigo del pueblo*. 29 de enero de 1852, Bogotá, p. 1.

EL TRIMESTRE ECONÓMICO. Plan de estudios de la Escuela Nacional de Economía. México, v. 13, n. 49, 1, abril-junio de 1946, pp. 175-177.

ELDROPEITO, *La republicas hispanoamericanas y el socialismo*. Bogotá: reimpreso por Nicolás Gómez, 26 de enero de 1852, Biblioteca Nacional de Colombia, Fondo Pineda 224, p. 8.

ESTRELLA, Alejandro. El exilio y la filosofía marxista. El caso de Wenceslao Roses. En: ILLADES, Carlos (Coord.). *Camaradas*. Nueva historia del comunismo en México. México: Secretaría de Cultura, Fondo de Cultura Económica, 2017, pp. 205 y ss.

FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS, Universidad Nacional de Colombia. *Proyecto educativo de programa, autoevaluación y seguimiento de la calidad de los programas de pregrado*, Economía. Bogotá, Universidad Nacional. 2014. En: <http://www.pregrado.unal.edu.co/docs/pep/pep_2_24.pdf>.

GANDLER, Stefan. *Marxismo crítico en México*: Adolfo Sánchez Vázquez y Bolívar Echeverría. México, D.F., Fondo de Cultura Económica/Universidad Nacional Autónoma de México/Universidad Autónoma de Querétaro, 2007.

GARCÍA CORNEJO, Héctor. *Experiencia y discurso en la vuelta de siglo*. La crítica de la modernidad en la obra de Bolívar Echeverría. Morelia: Instituto de Investigaciones Filosóficas, Doctorado en Filosofía, Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2018.

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. Bosquejo histórico del marxismo en América Latina. En: *Despojado de todo fetiche*. Autenticidad del pensamiento marxista en América Latina. Bogotá: Universidad INCCA de Colombia, Universidad Central de Las Villas, 1999.

HARNECKER, Martha. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. México: Siglo XXI Editores, 1968.

_____. *El capital*: conceptos fundamentales. En <<http://www.rebellion.org/docs/88241.pdf>>.

HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *Por la emancipación de América Latina*. Buenos Aires: M. Gleizer Editor, 1927.

_____. *El antiimperialismo y el Apra*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

HOBSBAWM, Eric. *Labouring Men: Studies in the History of Labour*. Londres: Weindenfeld and Nicolson, 1964.

ILLADES, Carlos. *Las otras ideas: estudios sobre el primer socialismo en México, 1850-1935*. México: Era, 2008.

_____. *El futuro es nuestro*. Historia de la izquierda en México. México: Océano, 2018.

LA REVOLUCIÓN. *Orijen, progresos, fines i estado actual de la revolución democrática, que se prepara en esta ciudad*. Bogotá: Imprenta F. T. Amaya, 1858.

LOAIZA CANO, Gilberto. Del débil utopismo de las élites a la formación de una cultura política popular en Colombia. En: ILLADES, Carlos and SCHELCHKOV, Andrey (Coord.). *Mundos posibles*. El primer socialismo en Europa y América Latina. México: El Colegio de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Cuajimalpa, 2014, pp. 189 y ss.

LOMNITZ, Claudio. *El regreso del camarada Ricardo Flores Magón*. México: Era, 2018.

LÖWY, Michael. *El marxismo en América Latina del 1909 a nuestros días* (Antología). México: Ediciones Era, 1980.

MADIEDO, Manuel María. *La ciencia social, o el socialismo filosófico, derivación de las grandes armonías del cristianismo*. Bogotá: Impreso por Nicolás Pontón, 1853.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta, 1928.

MARX, Carlos and ENGELS, Federico. *El manifiesto comunista*. En: <<https://www.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/19671/1/19742.pdf>>.

MAURO MARINI, Ruy y MILLÁN, Mária (Coord.). *La teoría social latinoamericana*. Textos escogidos. Tomo III la centralidad del marxismo. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Coordinación de Estudios Latinoamericanos, UNAM, 1995.

MAZADE, Carlos. *El socialismo en la América del Sur*. Bogotá: Impreso por Espinosa, 1852.

MURRA, John. *Las formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975.

_____. *La organización económica del Estado Inca*. México: Siglo XXI Editores, 1978.

NAVARRO, Fernanda. *Filosofía y marxismo*. Entrevista a L. Althusser. México: Siglo XXI, 1988.

- ORTIZ, Venancio. *Historia de la revolución del 17 de abril de 1854*. Bogotá: Imprenta de Francisco Torres Amaya, 1855.
- PAGNI, Andrea (ed.). *El exilio republicano español en México y Argentina*. Historia cultural, instituciones literarias, medios. Madrid: Iberoamericana / Frankfurt am Main, Vervuert / México D. F., Bonilla Artiga Editores, 2011.
- PANIAGUA, Javier. *Breve historia del socialismo y del comunismo*. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2010.
- POSADA, Francisco José Rosso and DE SANTIS, José. *Ensayo marxista sobre la sociedad Chibcha*. Bogotá: Ediciones Los Comuneros, S.F., [1965?].
- RIBAS, Pedro. *La primera traducción castellana de El capital (1886-1887)*. Cuadernos Hispanoamericanos, 420, Madrid, junio de 1985.
- RIVERA MIR, Sebastián. Editorial Popular y la unidad bajo costo: libros y folletos comunistas en el México cardenista. In: ILLADES, Carlos (Coord.). *Camaradas*. Nueva historia del comunismo en México. México: Secretaría de Cultura, Fondo de Cultura Económica, 2017, pp. 171 y ss.
- SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ideas estéticas en los *Manuscritos económicos-filosóficos* de Marx. *Diánoia*, México, v. 7, n. 7, 1961, pp. 236 y ss.
- _____. *Las ideas estéticas de Marx*. México: Biblioteca Era, 1965.
- _____. *La filosofía de la praxis*. México: Grijalbo, 1967.
- _____. Conferencia El marxismo en América Latina. *Dialéctica*, n. 19, 1988, versión electrónica en <<http://marxismoyrevolucion.org/wp-content/uploads/2016/06/El-marxismo-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>>.
- SANTOS, Boaventura S. and MENESES, María (eds.). *Epistemologías del sur (perspectivas)*. Madrid: Akal, 2014.
- SCARON, Pedro. Estudio preliminar. En: MARX, Carlos. *El capital*, crítica de la economía política (Traducción, edición, notas y advertencia de Pedro Scaron). Madrid: Siglo XXI, 2017.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos et al. *Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente n. 40, 1973.
- SUPELANO-GROSS, Claudia. El retorno de lo reprimido en Colombia: marxismo y psicoanálisis. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 7 (2016), pp. 213-220, p. 214.
- TARCUS, Horacio. *El marxismo olvidado en la argentina*: Silvio Frondizi y Milciades Peña. Buenos Aires: Ediciones el Cielo por Asalto, 1996.
- _____. *Marx en la Argentina*. Sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.
- _____. *El socialismo romántico en el Río de La Plata (1837-1852)*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2016.

_____. A 150 años de *El capital*. Peripetias políticas de las primeras traducciones al español. *Nueva Sociedad*, n. 270, julio-agosto de 2017.

THOMPSON, E. P. *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Barcelona: Crítica, 1989.

TRADUCCIONES de *El capital* al castellano. En: <<http://seguiltuocorsoelasciadirlegenti.blogspot.com.co/2011/10/las-traduccion-de-el-capital-al.html>>.

URREGO, Miguel Ángel. *Intelectuales, estado y nación en Colombia*. De la guerra de los Mil Días a la constitución de 1991. Bogotá: DIUC, 1997.

VARCÁRCEL, Luis. *Tempestad en los Andes*. Lima: Editorial Universo 1972.

VARGAS LOZANO, Gabriel (Ed.). *En torno a la obra de Adolfo Sánchez Vázquez* (filosofía, ética, estética y política). México: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 1995.

VOZ DIGITAL. *El Partido Comunista Colombiano y la cultura*. Bogotá, 15 julio, 2016, <<http://semanariovoz.com/el-partido-comunista-colombiano-y-la-cultura/>>.

ZULETA PARDO, Mónica. *La voluntad de verdad en Colombia: una genealogía de las ciencias sociales profesionales*. Bogotá: Universidad Central, 2011.

ZULETA, Estanislao. *Ensayos sobre Marx*. Medellín: Editorial Percepción, 1987.

Como citar:

URREGO, Miguel Ángel. *The capital of Karl Marx, Marxism and the Latin American intellectuals: the cases of Mexico and Colombia*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofía e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 186-209, abr. 2019.

Data de envio: 8 ago. 2018

Data de aceite: 15 jan. 2019

Sensibilidade, educação e trabalho em *O Emílio* de Rousseau

Henrique Segall Nascimento Campos¹

Resumo:

O presente trabalho tem como meta explorar, em geral, o tema do sensualismo em Rousseau, como expressão de uma tentativa de explicar os conhecimentos adquiridos pelo homem. Isso significaria analisar e explicar as origens e o desenvolvimento das faculdades da alma, ao lado da capacidade do homem de conhecer, nos textos em que o problema estiver presente, associado a isso a capacidade do homem de pensar, sua subjetividade, com os desdobramentos para o campo da moral. O tema do conhecimento será analisado explorado no campo de investigação onde ele é elemento fundamental, ou seja, na educação. Com isso, o processo de complexificação do conhecimento, sensações e ideias, bem como o desenvolvimento da razão e das demais faculdades, deverão ser pensados em associação com o ordenamento natural, com as "categorias" de força, movimento e necessidade. Nesse sentido, de modo específico, nossa pretensão é chegar a indicar que a liberdade, por exemplo, pode ser lida de uma forma espiritualizada a partir da análise destes pressupostos epistemológicos, a ponto de influenciar o modo de ser do homem e, por conseguinte, seu modo de pensar, quando são associadas ao problema da educação, da sensibilidade e do trabalho, especificamente, no livro III do *O Emílio*.

Palavras-chave: Sensibilidade; educação; trabalho; conhecimento.

Sensitivity, education and work in Emile of Rousseau

Abstract:

The present work aims to explore in general the theme of sensualism in Rousseau, as an expression of an attempt to explain the knowledge acquired by man. This would mean analyzing and explaining the origins and development of the faculties of the soul, alongside man's capacity to know, in the texts in which the problem is present associated with it the capacity of man to think his subjectivity with the unfolding the field of morality. The subject of knowledge will be analyzed explored in the field of research where it is fundamental element that is in education. In this way the process of the complexification of knowledge (sensations and ideas) as well as the development of reason and other faculties should be thought in association with natural ordering with the "categories" of force, movement,

¹ Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: henriquesgall@gmail.com.

and necessity. In this sense, in a specific way, our pretension is to arrive to indicate that freedom, for example, can be read in a spiritualized way from the analysis of these epistemological assumptions, to the point of influencing man's way of being and therefore their way of thinking, when they are associated with the problem of education, sensitivity and work specifically in Book III of *Emile*.

Key words: Sensibility; education; work; knowledge.

Introdução

Desde o momento em que o primeiro produto da iluminação de Vincennes veio a lume, o interesse de Rousseau foi o de sempre investigar as raízes dos problemas por que passaram, ou por que passam, os seres humanos ao longo de seu processo de constituição, acolhendo as mais variadas características, realizando as mais variadas empreitadas, muito embora elas não tenham contribuído, de fato, para a glória e a plenitude da espécie. Nesse sentido, a perseguição dos problemas sociais, a moral e a corrupção humana, disposta numa enorme diversidade de gêneros textuais, foi tamanho que teria levado a intérpretes do autor, ao longo do século XX, a valorizá-lo e considerá-lo como pensador que, contrariamente àquilo que se pensava dele nos séculos anteriores, teria produzido um sistema, cuja continuidade e repetição de temas e conceitos é percebido pela leitura de seus principais textos, *1º Discurso*, *2º Discurso*, *Emílio*, *Contrato social* e *Ensaio sobre a origem das línguas*. Por mais que leituras contemporâneas tenham realizado um trabalho amplo de aproximação de seu ideário com as ciências de seu tempo, contribuindo, por isso, com uma amplificação do entendimento de quem era, afinal, Rousseau como pensador, como teórico, como construtor de conceitos, o espírito que anima seu ideário não se dissipa, não desaparece. Intérpretes, buscando trazer à tona, por meio de leituras comparadas, a clarificação dos debates enfrentados pelos filósofos do século XVIII, ao se referirem a Rousseau reforçam este espírito, com o qual o próprio genebrino se identificou, o de ter produzido uma obra filosófica unificada.

Por outro lado, é sabido que Rousseau teria aberto debate os mais diversos, sobre os mais diversos problemas em questão no seu tempo. Vargas sugere que

de uma certa maneira, o ateísmo nomeado por Rousseau, como materialismo, não é mais materialista do que teísta: essas duas correntes falam igualmente do primado da matéria do movimento e da ordem. Os materialistas encontram a coesão das três noções na imanência. Os teístas na transcendência. Mas os ateus e teístas se encontram para recusar ao mundo toda

finalidade moral, toda intenção divina. Nesse afrontamento Rousseau toma partido e se faz tanto inimigo quanto existem campos. Ele sustenta o teísmo contra os ateus ao optar por um deus ordenador, ele se opõe aos teístas e aos ateus ao mesmo tempo dando ao mundo uma significação moral e a recusa de condenar as igrejas. Ele aparece inimigo destes quando ele recusa todo argumento de autoridade e deprecia os dogmas em termos de utilidade política. (VARGAS, 1995, p. 157)

É possível dizer, com isso, que Rousseau teve de dar respostas a tantos autores que talvez um rio de tinta bastaria para dar cabo do problema, de estudos filosóficos sobre o autor e seus "desafetos". Nesse sentido, pode-se verificar que o pensamento do filósofo de Genebra apresenta sinais de ter sido produzido, em certa medida, como rejeição de teses, contrárias não apenas àquelas defendidas por Helvetius apenas, como é evidente textualmente, mas ainda contrárias a um conjunto de outras teses filosóficas dispersas no período. Ainda que não fosse seu interesse principal, ser um polemista e ser um filósofo de "confronto", Rousseau questiona concepções que reduzem as faculdades humanas à sensibilidade física, ao materialismo, preocupa-se com o funcionamento das faculdades humanas subjetivas, rejeita o otimismo quanto a uma educação produtora do homem e as consequências desta no campo da moral e da política.

Quanto a isso, especificamente, o debate com o chamado sensualismo e/ou materialismo e o esforço de clarificação de suas posições foram levados a cabo por Rousseau, embora, ao nosso ver, tenha sido pouco explorado, pouco revelado pela historiografia das interpretações do pensador genebrino. Isso se prova, pelo menos em parte, pelas referências feitas nas *Cartas escritas da Montanha* – texto seguramente produzido como defesa do *Emílio* e do *Contrato social* – e na *Carta a Christophe de Beaumont*², quando ele defende o conteúdo de seu pensamento de modo geral e de sua *Profissão de fé*³ em particular, da incompreensão generalizada.

² “Após o meu primeiro *Discurso*, fui o homem de paradoxos, que brincava de provar coisas em que não acreditava. Após a minha Carta sobre a música francesa, fui o inimigo declarado da nação, pouco faltando para que me tratassem como subversivo - dir-se-ia que o destino da Monarquia estava ligado à glória da ópera. Após o meu *Discurso* sobre a desigualdade, fui ateu e misantropo; após a *Carta a D’Alembert*, fui o defensor da moral cristã, após a Heloísa, fui terno e melodioso; hoje sou um ímpio; logo mais, quem sabe, serei um devoto. Assim vai flutuando o tolo público a meu respeito, sabendo tão pouco por que agora me odeia quanto sabia por que me amava anteriormente” (ROUSSEAU, 2005, pp. 40-1).

³ “A profissão do Vigário Saboiano, é composta de duas partes. A primeira, que é a maior, a mais importante, a mais cheia de verdades marcantes e novas, é destinada a combater o moderno materialismo, a estabelecer a existência de Deus e da religião natural, com toda a força da qual o autor é capaz” (ROUSSEAU, 2005, p. 106).

Nessa esteira, quando um leitor mais pretensioso começa um estudo sobre Rousseau, normalmente se dá conta de duas grandes intuições que cortam seus escritos como um todo: uma que diz ser o homem contemporâneo às vezes mal e infeliz, por conta da forma da sociabilidade e das instituições políticas com as quais convive; e outra que garante, embora constatado o quadro presente de infelicidade e maldade generalizadas, ser a natureza humana essencialmente boa e livre. Observado isso e verificado a forte acentuação que dão os comentadores, não sem razão, ao conteúdo moral e político das preocupações intelectuais de Rousseau, notamos que sobraria pouco espaço e interesse para a observação dos pressupostos, da fundamentação desta moralidade e da política, que fazem do genebrino um dos pensadores prediletos dos sociólogos que surgiram no século seguinte. A julgar pela ausência de um escrito dedicado exclusivamente aos problemas de natureza epistemológica e a pressa com que ele passa, na *Profissão de fé* sobretudo, pela exposição de argumentos e conceitos próximos do modo clássico de se fazer metafísica, esta fundamentação não teria importância. Por outro lado, se entendemos que esse discurso de fundamentação serve de auxílio e ajuda no entendimento da unidade da obra de Rousseau, a sua presença no pano de fundo conceitual deixa de aparecer sem foco e passa a compor o quadro de forma tal que a evidência das grandes intuições passa a gozar, também, de complexidade. Dada, portanto, a dificuldade porque passava Rousseau pela incompreensão de seu pensamento, acreditamos que se consideramos sua filosofia a partir da atenção que ele dá ao desenvolvimento da subjetividade humana, em consonância com a atividade de consciência, bem como ao tema do conhecimento em direção a uma “via epistêmica” - ao assumir alguns aspectos do sensualismo de seu tempo - sua antropologia, sua moral, a política, a crítica à religião, o funcionamento da liberdade, o problema do mal e a necessidade de superação dos limites humanos por uma sociedade politizada seriam melhor compreendidos.

De acordo com o que foi dito, o presente trabalho tem como meta explorar, em geral, o tema do sensualismo em Rousseau, como expressão de uma tentativa de explicar os conhecimentos adquiridos pelo homem. Isso significaria analisar e explicar as origens e o desenvolvimento das faculdades da alma, ao lado da capacidade do homem de conhecer, nos textos em que o problema estiver presente, associado a isso a capacidade do homem de pensar, sua subjetividade, com os desdobramentos para o campo da moral, a principal preocupação do pensamento de Rousseau. O tema do conhecimento, por sua vez, é explorado, mais detidamente, no campo de investigação onde ele é elemento fundamental, ou seja, na educação. Para isso, no *Emílio* o conhecimento de origem sensível, com

conteúdo e forma específicos, deverá ser explorado, em consonância com aquilo que foi feito no *2o Discurso*, em sua processualidade. Com isso, o processo de complexificação do conhecimento, sensações e ideias, bem como o da razão e demais faculdades, deverão ser expostos sempre pensados em associação com o ordenamento natural, com as "categorias" de força, movimento e necessidade. Nesse sentido, de modo específico, nossa pretensão é chegar a indicar que a liberdade do homem pode ser lida de uma forma espiritualizada a partir da análise destes pressupostos epistemológicos, a ponto de influenciar o modo de ser do homem e por conseguinte seu modo de pensar, quando são associadas, por sua vez, o problema da educação, da sensibilidade e do trabalho no livro III do *O Emílio*⁴.

O homem na idade do trabalho

No livro III de seu texto de educação, o genebrino quer marcar a influência da atividade produtiva e da experiência com o trabalho, a determinação de um saber que vai forjar tanto as ciências e a as artes de modo geral, quanto aquelas artes que tenham maior relevância para a humanidade na questão da autossuficiência. Portanto, para esses conhecimentos e o trabalho como fonte de conhecimento de natureza sensível e prática, existe uma utilidade governando as ações e um conhecimento sem intersubjetividade ainda, porque a educação das coisas ainda preside as aquisições. Quer apresentar, por outro lado, o advento de novas faculdades, tais como a razão, por meio da qual o indivíduo vai poder fazer as chamadas associações e comparações, a partir das quais o juízo vai aparecer e uma nova conformidade anímica decorrente deste aspecto ativo do saber. Esse nível de saber será preparatório para os outros níveis de inteligência e abstração, próprios de um saber genuinamente

⁴ Em linhas bem gerais, o projeto de educação proposto por Rousseau no *Emílio* divide-se em etapas. Para marcar a diferenciação das etapas, o homem em sua expressão física vai se desenvolver, privilegiando aspectos relativos ao uso da força e do movimento, e por outro o homem em sua expressão moral vai se educar ao serem privilegiados conteúdos de informação cujas origens, fundamentalmente, estejam associadas às relações humanas em sociedade, intersubjetivamente. Coerentemente com os tipos de educação, o percurso pedagógico implica na realização dessas modalidades distintas de constituição humana, que deverão ser, sempre, complementares, porque, subjetivamente, as faculdades mentais usadas para pensar seus objetos específicos são qualitativamente dependentes umas das outras. De acordo com isso, mesmo a expressão da subjetividade mais elaborada, depende de uma educação sensível adequadamente constituída para que Emílio seja capaz de pensar questões as mais abstratas, tais como a religião e as regras de moralidade. Quer dizer, esse homem moral que vai ser educado nos modelos indicados nos livros IV e V do *Emílio*, é decorrente do homem físico, dos livros de I a III, sensivelmente condicionado. Dito isso, partiremos para uma jornada investigativa, para dentro do homem, em busca da subjetividade que ganha complexidade pela paulatina contribuição das informações das sensações e aspectos implicados na sensibilidade, dentre os quais os atributos e princípios essenciais humanos.

abstrato, como o saber religioso. Para expor isso, será necessário contextualizar o estágio do desenvolvimento do sujeito no plano educacional, do indivíduo associado ao ordenamento natural, com a lógica da natureza prevista para esta etapa de vida, como influenciará, ou como normatizará o que vai ser feito e descrito no plano cognitivo, sentimental e moral.

Um aspecto importante desta contextualização, pela antropologia e pela pedagogia, é a noção de *curiosidade* e o *amor-de-si* como expressão desta necessidade de se autossustentar, de bastar-se a si mesmo, de cuidar de si, ao mesmo tempo que projeta o sujeito para fora, identifica na objetividade externa ao eu individual o campo da satisfação destas necessidades que, pela primeira vez, perdem terreno para o maior desenvolvimento relativo da força. Essa desproporção entre força e necessidade, desequilibra a balança da natureza, em favor do sujeito, com as faculdades ainda incipientes, para superar as necessidades numerosamente limitadas. Por conta desse desequilíbrio, em favor da força, Rousseau aponta a modificação da noção de tempo, e a propensão ao desenvolvimento espiritual e existencial humano por conta de uma sensibilidade e de uma subjetividade mais complexa, pela atividade e pelo conhecimento decorrente do saber sensível que se realiza efetivamente. Nesse plano, encontramos as discussões em torno da justificativa para o aprendizado das ciências e das artes, por intermédio da criação do objeto do saber e da ciência pelo objeto do saber.

De onde surge a fraqueza do homem? Esta é a questão com a qual Rousseau inaugura o livro III do *Emílio*. Posto que um tanto banal e repetitiva, a questão assim colocada para iniciar as reflexões sobre o desenvolvimento do homem não soa cansativa porque é justamente a desproporcionalidade, antropologicamente prevista, entre força e necessidade, binômio "categorial" que atravessa a reflexão de Rousseau em sua obra como um todo, que precisa ser evocada aqui mais uma vez. Isto se dá porque na idade próxima da adolescência, sem as aquisições da sexualidade que se avizinham, as forças humanamente dispostas desenvolvem-se, aumentam qualitativamente, mais rapidamente, do que as necessidades ainda incipientes limitadas às coisas possam superar. Quando nenhuma necessidade imaginária, nenhuma necessidade de expressão social corre o risco de atormentar a vida da criança, "os desejos não vão mais longe do que os braços". Nessas condições, a força relativa é maior, relativa em relação ao seu par, as carências, porque acham-se excedentes de força que empurram o indivíduo com sua subjetividade para fora do *eu*, que antes apenas fechava-se para conhecer aquilo que a sensibilidade imediatista podia fornecer, como fonte de conhecimento das aparências objetivas para um sujeito isolado e atomizados no eterno *aqui e*

agora de sua "certeza sensível". Talvez seja por isso que não se pode falar em força apenas no diapasão da força fisicamente determinada, porque a ela são associadas as capacidades da mediação intelectual que levam o indivíduo a se movimentar e a se colocar em marcha pelos instrumentos da intencionalidade e da subjetividade criadora. Há, segundo o genebrino, um desvio [que] é o efeito do progresso de nossas forças e do pendor de nosso espírito. No estado de fraqueza e de insuficiência o cuidado de nos conservar nos concentra dentro de nós mesmos, já no estado de potência e de força o desejo de estender nosso ser nos leva além e faz com que nos lancemos tão longe quanto possível: mas como o mundo intelectual nos é ainda desconhecido, nosso pensamento não vai mais longe que nossos olhos e nosso entendimento estende-se apenas com o espaço que mede. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 430)

Com este "excedente" de forças e faculdades relativas, verifica-se, como se fosse, uma duplicação ou uma complexificação da noção de autossuficiência a que se deve realizar e respeitar na antropologia, por conta da simples projeção para o futuro temporal, que culminará no homem adulto, o supérfluo do presente da criança em atividade produtora. Percebe-se isso porque aqui Rousseau teria cuidado de promover a educação de uma criança robusta, que tornará a vida do homem socialmente enfraquecido menos problemática, por conta da relativa tranquilidade, que as atividades e os trabalhos proveitosos e úteis poderão proporcionar. O homem social enfraquecido ficaria menos prejudicado, menos desconfortável com a situação da partilha social porque ele poderá fazer o que deve, porque ele sabe o que pode fazer para se manter. Dessa feita, verificaremos toda uma sorte de conhecimentos sensíveis sendo produzidos para contribuir com o bem-estar do indivíduo que, além do mais, é pautado pela lei de necessidade e pela autossuficiência essencial ao homem que se confirma pela atividade laboral artificiosa.

Rousseau entende que esse desejo inato de bem-estar [amor-de-si] e a dificuldade de plenamente dar conta desse desejo nos levaria a procurar novas formas de satisfação de necessidades. Segundo o autor, então, existiria uma inclinação à curiosidade naturalmente determinada, haja vista a proporcionalidade entre as paixões relativas às carências e as luzes do espírito humano, que se diferenciaria de sobremaneira da curiosidade fruto da opinião. Curiosamente, em outro momento, Rousseau refletia sobre a ocupação humana com os dados imediatamente observados. Nesse momento o cuidado dá-se por meio do uso destas sensações a se diferenciarem dos objetos intelectuais fruto da especulação. Segundo o pensador, os objetos do espírito devem ser efeitos, resultantes das operações colocadas em ação pelo uso dos sentidos em sua dimensão produtora, porque afinal "a criança que lê não pensa, só lê, não se instrui, aprende palavras". O aluno então deverá ser estimulado a ficar atento aos

fenômenos naturais apenas, como eles ocorrem, sem a tradução simbólica mediada intelectualmente, ou linguisticamente, como acontecem nos livros de escola. A satisfação da curiosidade que nasce das necessidades e paixões associadas deve ser suficiente para levar o aluno a desenvolver um saber que se pronuncia pela resolução de questões, frutos de problemas de ordem prático-objetiva.

O homem nessa fase acha-se convidado a resolver questões que ele mesmo se pôs, porque ele mesmo foi capaz de perceber as coisas, dadas as circunstâncias concretas sobre as quais ele foi posicionado. Dessa forma, o aluno não aprende a ciência, cria-a, inventa-a, tanto o pensamento, quanto seu objeto específico. "Quereis, [professor] ensinar geografia a essa criança e lhe ofereceis globos, esferas, mapas: quantas máquinas! Por que todas estas representações? Por que não começais por lhe mostrar o próprio objeto, de modo que ele saiba ao menos do que estais a falar"? (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 430). Por este modelo Rousseau processa o ensino das ciências quando o sujeito da aprendizagem se põe como agente de seu próprio saber⁵, não como paciente, quando produz a informação porque foi capaz, antes, de encontrar o objeto do saber e o problema a ele relativo.

Com esse programa de "ensino-aprendizagem", Rousseau procura preservar a autoridade da razão, em detrimento da razão da autoridade, que seria fruto da opinião alheia que interferiria na fundamental preservação dos elementos caros à sua antropologia, ou seja, a espontaneidade das ações individuais e o rechaço ao constrangimento externo, como outro termo da ausência da liberdade que se tem essencialmente postulada. Tendo isso em vista, o saber, nas etapas e condições específicas preservadas, e a utilidade como condicionante da busca deste saber, Rousseau mantém, ao nosso ver, seu projeto de reforma social por meio do significado que tem as ciências e as artes, há muito sugerido pelo texto de 1750. Com isso, a irmandade entre uma terminologia gnosiológica e axiológica fica mantida porque o genebrino nunca pode recusar a função que os saberes de modo geral têm de desempenhar no solo socio-histórico sobre os quais os homens aperfeiçoam-se e distanciam-se, um pouco, de sua inevitável miséria.

⁵ "Transformemos nossas sensações em ideias, mas não saltemos imediatamente dos objetos sensíveis aos objetos intelectuais. É pelos primeiros que devemos chegar aos outros. Nas primeiras operações do espírito que os sentidos sejam nossos guias: nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma outra instrução a não ser a dos fatos. (...) Tornai vosso aluno atento aos fenômenos da natureza e logo ele se tornará curioso, mas para nutrir sua curiosidade não apresseis jamais em satisfazê-la. Colocai questões ao seu alcance e deixai que ele as resolva. Que ele não saiba nada porque vós disseste a ele, mas porque ele mesmo compreendeu: que ele não aprenda a ciência, que a invente. Se sempre vós substituídes em seu espírito a razão pela autoridade, ele não raciocinará mais, ele não será mais do que joguete da opinião dos outros" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 430).

O conhecimento sensível, portanto, mantém-se, mas organizado a partir de outras bases, não mais como aquele saber relativo a um sujeito que pouco se movimenta porque carece da força suficiente para ativar suas faculdades. Por ora, o saber sensível realiza-se porque a força propicia, no plano físico por exemplo, as condições corpóreas favoráveis para o movimento amplo dos órgãos do saber sensível, e no plano subjetivo, as mediações que farão a força efetivar-se como categoria para a diferenciação típica do homem agente de sua história, porque o homem põe seu *eu* fora dos limites da atomização e de um solipsismo. Segundo Vargas, há que se "compreender que o nascimento das ciências implica uma dupla aproximação: uma aproximação antropológica que explica as motivações humanas do ato de conhecimento elaborado e uma gnosiológica que explica os mecanismos que tornam um tal conhecimento possível. Do ponto de vista antropológico, a ciência é uma utilidade" (VARGAS, 1995 p. 88). Quer dizer, que os poucos saberes que importam à nossa limitada inteligência devem se pautar pela contribuição ao bem-estar, os únicos dignos das pesquisas de um homem sábio e de uma criança que prepara-se para a sabedoria, como havia sugerido o genebrino desde o lançamento de seu *1º Discurso*, no qual não tratava mais de procurar saber das coisas existentes por elas mesmas, mas das coisas orientadas pelo signo da utilidade. Abandona-se a filosofia de gabinete para voltar o aluno à experiência inspirada nos trabalhos dos jovens não policiados e que vivem do que os campos cultivados e os ofícios associados a isso podem oferecer. A utilidade então tende, respeitosamente, a preparar o plano espiritual e concreto para que o homem que surgirá da infância produtiva seja capaz de reconhecer o que é bom e conveniente na sociedade e na educação dos homens.

Para esse programa, Rousseau sugere, na terminologia da educação negativa, a preservação do erro: por um lado, pela não introdução do signo linguístico, porque este seria responsável pela absorção da atenção que a criança pode depositar sobre as quais se atém; por outro lado, pelo fato de que a representação linguística na idade em que ela não deveria ser acionada primordialmente, o aluno perca o propósito da criação de seus objetos de saber e da ciência a eles associada. Não importa, no caso em questão, o acúmulo de saberes, de informações, mas que as ideias sejam claras e justas. A ignorância, portanto, não deve ter tanta importância aqui, se ela vier acompanhada pela ausência do erro, por mais que, aparentemente, uma educação profícua em conteúdos de saber possa ser, num primeiro momento, mais interessante e atraente. Nessa acepção de educação proposta por Rousseau, em que a negatividade funcionaria, nesse contexto, como filtro para o conjunto das idealidades relativas à socialização, traz consigo uma dimensão passional para o aprendizado das

ciências, se este desejo de saber for compatível com o nível psíquico e físico do educando e se os métodos de seu ensino souberem provocar sentimentos de apreço pelo saber. Afinal,

eis o tempo também, diz Rousseau, de acostumá-lo pouco a pouco a prestar atenção contínua ao mesmo objeto, mas nunca como obrigação, é sempre o prazer ou o desejo que deve produzir a atenção, pois é preciso grande cuidado que ela não o canse e que não o aborreça. Tenhais, então, sempre os olhos abertos e, caso aconteça algo, abandonai tudo antes que ele se perturbe, porque não importa que ele aprenda desde que não faça nada malgrado seu. (ROUSSEAU 1969 v. 4, p. 436).

A partir então desta presença constante do objeto ante o sujeito, é pressuposta, por seu turno, tanto a reiteração experimental, quanto a qualificação desta experiência pela atenção a partir da qual são estimuladas as intenções como "princípio" a definir a utilidade da coisa como objeto de aprendizado. Isso acontece no intuito de estimular a espontaneidade de quem aprende, em detrimento da obrigação, outra expressão do constrangimento atribuído pelo genebrino, ao nosso ver, ao plano social.

Podemos entender, de acordo com as palavras de Rousseau, que o desejo de saber é um estimulante ao advento das ciências, das artes e o mundo da cultura de um modo geral, porque esse elemento passional existe como efeito de uma ausência, de uma incompletude, de uma falta, do encontro das circunstâncias objetivas externas e o constrangimento natural e sua capacidade de modificação e aperfeiçoamento. Dizer que o homem em geral e o aluno deste tratado de educação em particular, sujeito em desenvolvimento para uma história do gênero humano, sentem um desejo de saber significa admitir uma posição realista sobre o fato, segundo o qual o homem precisa conhecer porque efetivamente padece e, ao ser consciente deste padecimento, realiza algo. O homem produz algo para compreender e solucionar os dramas das incompletudes impostos pelos limites externos, que a existência humana enfrenta, efetivamente, concretamente, no devir histórico que pode, de um lado, resultar no enfraquecimento do indivíduo porque o torna dependente das novas necessidades resultantes de suas criações e de outros indivíduos, mas, por outro lado, pode fortalecer o gênero humano porque perpetua na memória as conquistas socialmente estabelecidas. Como a ausência impõe-se ao homem, a perfectibilidade, pressuposta como princípio da criação e da história, aciona faculdades, capacidades que estavam em potência, mas que precisavam ser efetivadas pelas circunstâncias objetivas determinantes.

A partir de então, esse desejo de saber como estimulante ao desenvolvimento dos saberes em geral teria de obedecer (para ser bom e

eficiente) e respeitar a regra que a utilidade indica. Ao nosso ver, isso tem relevância, já que o fato de coisas serem conhecidas, produzidas com a finalidade de prestarem-se ao serviço de conferir a força ao homem pela solução de problemas e limitações que o enfraqueceriam, porque: i) em primeiro lugar, a utilidade pode fornecer ao desejo de saber uma qualificação positiva axiologicamente à ação em busca da informação, no sentido de colocar as coisas como "critério" de justiça para a informação, que não deslocou-se de sua função, a de "solucionar" as limitações resultantes da relação prático-objetiva do indivíduo com a realidade que o cerca. Pensando nesses termos, é como se o sujeito que deseja um saber preenchesse sua interioridade com o objeto do saber e não com seu *eu*, hipertrofiado pelo desejo de estima, pela vaidade de dominar o conteúdo de um saber⁶. A regra da utilidade aqui visa substituir a noção de que a ciência nasceria de uma subjetividade que coloca a ciência e o objeto do saber em segundo plano porque preencheu a si mesmo com seu *eu* que tornou-se objeto de desejo para si mesmo, pela coisa útil, pelo saber que pode servir a muitos outros *eus*, quando o saber assume mais a função de melhorar a vida da realidade social sobre a qual se estabelece; ii) em segundo lugar, o saber torna-se, portanto, moralmente associado, ou qualificado porque colocou-se como condição, como meio e não como fim em si mesmo, para a transformação justa da vida dos indivíduos em sociedade.

Quando tomamos este tema da utilidade e o associamos às preocupações sociais e políticas, percebemos que, embora toquem em problemas comuns, um certo distanciamento entre pensadores como Rousseau e Helvetius⁷ aparece, mesmo na época em que esse debate

⁶ "Com efeito, quer folheando os anais do mundo, quer suprimindo crônicas incertas com pesquisas filosóficas incertas, não encontraremos nos conhecimentos humanos uma origem que corresponda à ideia de que se gosta formar a seu respeito. A astronomia nasceu da superstição; a eloquência da ambição, do ódio, da lisonja, da mentira; a geometria da avareza; a física de uma vã curiosidade; todas, e a moral inclusive, do orgulho humano. As ciências e as artes devem, então, seu nascimento aos nossos vícios: nos encontraríamos menos em dúvida quanto às suas vantagens se a devessem a nossas virtudes" (ROUSSEAU, 1964, v. 3, p. 17).

⁷ Maruyama sugere que a relação teórica dos dois autores é marcada por semelhanças, por certa comunidade "sobretudo nas concepções gerais a respeito da relação entre moral e política. Para um como para o outro, só podemos conhecer os princípios que devem reger a vida política, a legislação, o governo dos povos, a partir do conhecimento do que o homem é e, mais particularmente, dos motivos e princípios que fazem agir. (...) Para os nossos dois filósofos, é somente conhecendo os princípios da moral, as regras oriundas da razão, das paixões e dos sentimentos dos homens, que podemos alcançar os princípios de sua vida política e o melhor modo de conduzi-los" (MARUYAMA, 2005, p. 401). Ao nosso ver, por outro lado, retirando estes aspectos gerais, nas minúcias, com os pressupostos e os fundamentos, os autores diferenciam-se fortemente. Dentre as diferenças, de acordo com a política de Helvetius, a ênfase não deve ser colocada sobre os sujeitos, mas sobre as ações humanas concretas, ênfase que não pode resultar nunca na hipótese do estado de natureza, tão pouco no contrato social. O Público de Helvetius julga, portanto, não as

ocorria efetivamente, independentemente da constatação que os intérpretes identificam para o caso em questão. Sobre esse último pensador sobram iniciativas de teorizar o interesse, a utilidade e como, em geral, uma sociedade pode ser organizada, tendo como pressuposto a redução simplificadora de toda uma antropologia que se baseie na sensação como fonte de conhecimento, e nos prazeres e dores como motores de toda e qualquer ação humana. Há intérpretes que chegam a sugerir que na ética de Helvetius o único valor é a utilidade pública medida pela presença de prazer ou ausência de dor, como se o bem individual fosse, por sua vez, a tradução do prazer individual. Além disso, a força das paixões, os desejos, seriam determinantes pela procura de conhecimento, de tal forma, salienta Grossman, que "se nós desejamos ter homens que estão alertas à procura por verdades adicionais devemos fortalecer o amor por prazer do qual são distintas as várias paixões" (GROSSMAN, 2008. p. 128). Segundo o próprio Helvetius, "é a emulação que produz os gênios, e é o desejo de se ilustrar que cria os talentos. É no momento em que o amor à glória se faz sentir no homem e se desenvolve nele que podemos datar o progresso de seu espírito. Eu pensei sempre sobre ela, a Ciência da educação pode ser somente a ciência dos meios de excitar a emulação" (HELVETIUS, 1989, p. 68). Helvetius ainda salienta que as paixões

seriam desejos vivos: estes desejos podem ser igualmente conforme ou contrário ao bem público. Se a avareza e a intolerância são paixões nocivas e criminais, de outra forma há o desejo de se ilustrar pelos talentos e pelas virtudes patrióticas. Anulando os desejos, anulamos a alma, e qualquer homem sem paixões não tem nada nele, nem o princípio de ação, nem o motivo para se mover. (HELVETIUS, 1989, p. 85)

Isso significa que ao destruir as paixões dos homens destrói-se, com isso, a possibilidade de ações existirem.

Ao nosso ver, esse relevo dado às paixões e como elas contribuem, de qualquer forma, para o desenvolvimento dos saberes é o que poderia incomodar o genebrino, neste aspecto da querela com Helvetius. Vimos todo um cuidado ao longo do *1º Discurso* de desmistificar a determinação necessária entre desenvolvimento artístico-científico e progresso humano e Helvetius, justamente, vai promover a vaidade e o desejo de glória como um dos motores imprescindíveis do progresso intelectual humano. Rousseau, quanto a isso concordaria com a constatação da decrepitude moral dos tempos contemporâneos, não sem o travo da língua a partir do qual ele elaboraria um plano de reforma da ciência e de seu advento, tendo em vista as intenções de quem a pratica, regulando-as no momento mesmo em que as paixões e os efeitos das ausências objetivas são percebidos. Não

intenções de quem pratica uma ação, como poderia ser verificado em Rousseau, mas as ações objetivamente realizadas, segundo o resultado social a que se chegou com elas.

por isso, entendemos que Helvetius assine um cheque em branco para as atitudes dos homens quando sentem algo. Ao nosso ver, esse pensador precisa da avaliação *a posteriori*, de uma sociedade já existente e já regulada por uma legislação, para ter a real dimensão da paixão, do seu uso, do que ela promove, dos seus resultados práticos, como se o interesse social fosse condição para definir o valor de um conhecimento e das paixões sentidas em nome desse conhecimento. Por seu turno, Rousseau afirma, como vimos, que as paixões nos levam ao conhecimento, mas não é qualquer paixão, nem qualquer finalidade posta pelos saberes, determinada em grande medida pela sociedade dos intelectuais, que devem ser desejadas. Num outro sentido, no estágio em que a digressão sobre os níveis de saber e as finalidades são colocadas no *Emílio*, por exemplo, bem como pelo modo em que ocorreram na hipótese do estado de natureza forjada no 2º *Discurso*, nos encontramos num campo de atuação, e de desenvolvimento intelectual previsto pela antropologia, na qual a intersubjetividade ainda não se acha quando as coisas e a manutenção vital são os reais motivos das ações e da criação das artes.

Com Helvetius, se a glória e as paixões têm esse papel superlativo e a competição é estimulada, há então, sempre o pressuposto de uma individualidade com a qual os sentimentos de alguém e suas paixões são colocadas a prova e são comparadas como forma de medida do saber e do poder. O palco da sociabilidade já está montado sobre o qual os saberes são estimulados sempre tendo o outro como pressuposto para seu desenvolvimento. Epistemologicamente, isso se justifica porque se Helvetius reduz todas as atividades subjetivas à sensação, a capacidade de comparar e estabelecer juízos – que só tardiamente são alcançadas pelo homem rousseauísta – são apresentadas como alteração ou diferenciação da sensação, como a expressão de uma solidariedade entre o conteúdo do saber e a função lógica de pensamento. Essa fundamentação epistemológica fica coerente com as informações decorrentes das relações sociais já entendidas como condição e critério de avaliação axiológica, inclusive, dos saberes humanos.

No momento, não desdobraremos os detalhes do debate entre esses autores e como seus pensamentos se posicionariam no período, porque esse confronto, acreditamos, ficará mais evidente quando Rousseau for estabelecer seus pressupostos epistemológicos ao final do livro III do *Emílio*, sobre os quais ainda nos debruçaremos. Valeu-nos esse pequeno desvio comparativo para mostrar certa especificidade do pensamento de Rousseau nessa matéria, uma vez que concorrem para o desenvolvimento de questões epistemológicas aspectos de sua antropologia, que se mostra, em certa medida, normativa. A partir desses fatores, elabora alguma idealização do processo de constituição do saber, de como os homens

deveriam conhecer e de que forma esse saber deve se processar, sem o recurso à intersubjetividade na etapa infantil do desenvolvimento humano por exemplo, para atingir o objetivo de sê-lo, acima de tudo, socialmente e moralmente relevante.

Tendo em vista o que foi exposto, o ser humano que aprende nesse nível, ainda se encontra isolado, dissociado do pleno convívio social para o qual ele está sendo preparado, cujos problemas e limitações à efetivação de seu ser são inevitáveis, futuramente na idade adulta, em que a fraqueza humana torna-se absoluta e irreversível. Segundo esses procedimentos educativos, a figura do preceptor ganha relevo porque ele precisa de uma habilidade singular para, dentre outras coisas, ser capaz de traduzir o pensamento incipiente do aluno, já que ele não pode se pautar por aquilo que as palavras dizem na sua literalidade. "É preciso, diz Rousseau, observar menos as palavras que ele pronuncia do que o motivo que o leva a falar. Esta advertência até aqui menos necessária, passa a ser a mais importante tão logo a criança comece a raciocinar" (ROUSSEAU, 1969. v. 4, p. 436). O preceptor deve ser atento aos motivos, às intenções, ao que o aluno quis dizer e que não foi capaz de dizer, porque lhe faltavam as habilidades espirituais para isso. Ao preceptor cabe a habilidade, portanto, de ver e traduzir não o discurso, mas as ações e as intenções, como se fossem os selos de acordo com os quais o valor das ações passa a estampar.

Isso é sugerido na perspectiva de que a educação deve ter um valor, determinado pela autonomia de quem pensa, por um lado, que deve ser educado para que o pensamento, por mais simplista, seja proferido como realização independente, sem constrangimento e sem atribuições. Esses constrangimentos, em geral, revelariam o *modus operandi* da "educação tradicional", contra a qual o genebrino se pronuncia e sobre a qual pesam essas obrigações como outro modo de entendermos as antecipações pedagógicas como pré-maturações. Contra essa metodologia de ensino, os objetos, as coisas, os fatos devem falar mais do que os signos e suas representações convencionais, das quais este aluno deveria distanciar-se. Por outro lado, se a fala for utilizada, se ela for acionada, o critério de sua expressão, neste contexto, tende a ser mais a objetividade com a qual o aluno se relaciona, do que abstrações e generalizações. Se é no terreno do ação que a expressão do aluno ganha sentido, as intenções no ponto de vista da subjetividade são importantes a serem observadas, porque são por intermédio delas que o indivíduo põe em marcha as teleologias que foi capaz de verificar e de produzir nas relações diretas estabelecidas efetivamente, tais como as finalidades relativas no plano do trabalho. Dito de outro modo, as intenções têm papel central aqui porque elas revelam as conquistas já adquiridas de uma interioridade em transformação, em processo de complexificação, porque seriam de um lado o reflexo das

influências objetivas que obrigam o indivíduo a se movimentar, e por outro lado, definem o plano de ação, de um sujeito responsável por si mesmo, cujas realizações se concretizariam no *a posteriori* da ação realizada, com o objetivo alcançado. Quer dizer,

ao invés de colar uma criança aos livros, se eu a ocupo em uma oficina suas mãos trabalham em proveito do espírito; torna-se filósofa e crê ser apenas uma operária. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 443).

À medida que a criança avança na inteligência, outras considerações importantes nos obrigam-nos a escolher melhor sua ocupação. Tão logo ela chegue a conhecer-se bastante a si mesma para perceber em que consiste seu bem-estar, tão logo ela possa alcançar relações tão amplas para julgar o que lhe convém e o que não lhe convém, a partir de então ela está em condições de sentir a diferença entre o trabalho e o divertimento e de observar este aqui como descanso do outro. Então os objetos de real utilidade podem entrar em seus estudos e levá-la a dar-lhes uma explicação mais constante do que dariam as simples diversões. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 444)

Esse trecho parece confirmar o que imaginamos porque existe, textualmente, de um lado, as etapas descritas de conhecimento e de aprendizado: da relação da criança consigo mesma, e a etapa da relação da criança com aquilo que a cerca e que daria conta do cuidado de si mesma. Nesse contexto, cognitivamente, a criança tem de perceber as coisas físicas, materialmente apresentadas, sem que nada das relações de apreço e de valor sejam atribuídas por quem quer que seja na sua relação dos objetos. O chamado bem-estar poderia ser nada mais do que o não sofrer, condição que seria expressão de um homem de natureza que busca a satisfação de suas necessidades, as mais elementares, sem o selo da vaidade e da vontade corrompida pela mediação comparativa do valor e da moralidade.

Então, à criança é ensinada a arte de prevenir, de prever o sofrimento que há de vir, de ter o que gozar para manter sua integridade física, etapa a mais essencial, sem a qual a moralidade nem seria possível. Poder-se-ia dizer que seria este o desiderato do contrato? O que pretende garantir o contrato como elemento sem o qual a adesão dos indivíduos seria impossível? De modo essencial, o contrato garante a segurança daqueles que entram em relação político-moral. É sabido que aqui Rousseau não tematiza o homem moral, nesta altura do texto, mas lança as bases sem as quais a moralidade não se instala, porque o homem sem saber o que de fato importa, não saberia sequer perceber o real valor das coisas e de sua vida. O genebrino entende que

quando, antes de sentir suas necessidades, eles as preveem que sua inteligência está já muito desenvolvida e começam a compreender o valor do tempo. É importante, então, acostumá-

las [as necessidades] a dirigir seus empregos sobre os objetos úteis, mas de uma utilidade sensível para sua idade e relativa às suas inteligências. Tudo o que se tem da ordem moral e os usos da sociedade não devem, tão cedo, lhe ser apresentado, porque não está em condições de entendê-lo. Trata-se de uma inépcia exigir delas que se apliquem a coisas que dizemos vagamente ser para o bem delas sem que eles saibam qual é este bem, das quais lhes asseguramos que tirarão proveito quando forem grandes sem que eles tenham agora qualquer interesse por este proveito que eles não saberiam compreender. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 444)

Com isso, sem a noção da utilidade que tem a autopreservação não poderia medir seu interesse, nem torná-lo objetivo suficiente para levá-lo, em certo aspecto, a ser o motivo⁸ das adesões individuais na sociedade contratual. Parece-nos imprescindível o recurso a essa noção de utilidade real, orientada por um conhecimento das coisas, porque elas dariam a noção das condições materiais e existenciais dos indivíduos sem as quais os deveres, que demandam a intersubjetividade, não poderiam se expressar e dar a conhecer o que é devido a cada um, no que se refere, por exemplo, ao tema da propriedade legítima como expressão do trabalho.

À criança em desenvolvimento, que deve se tornar um adulto, as ideias do "homem feito" podem servir para sua instrução, mas essas ideias à criança não estão presentes, nem devem ser apresentadas, como se ela tivesse de ser colocada numa condição de ignorância completa a respeito da intersubjetividade adulta, uma vez que o verdadeiro livro, "os verdadeiros mestres" são, para esse momento, a experiência sensível e os sentimentos e a ideia relativa à sua idade, com a qual o projeto educacional assegura a proporcionalidade a se estabelecer entre fase de desenvolvimento, objetividade e capacidade espiritual de compreensão. Ao nosso ver, essa regulação do desenvolvimento do homem, essas regras de administração, segundo as quais aquilo que pode ser feito deve corresponder àquilo que pode ser apreendido, portanto em relação às capacidades físicas e espirituais, seriam sinais da existência de uma normatividade para cuidar dos valores que as intenções terão de ganhar quando condicionarem as ações.

Esse "etapismo" educacional, por sua vez, mostra uma ordem, uma regra, uma regulação para que a natureza possa expressar no homem suas condições as quais servirão de modelo para o homem que há de vir. Rousseau parece, à primeira vista, considerar essas etapas como interdependentes e relacionadas, uma se sucedendo à outra numa ordem lógica, física e sentimental, embora elas precisem ainda de uma certa independência para que garantam a preservação dos objetivos educativos e

⁸ Cf. Sobre este aspecto, dos interesses serem o motivo da associação, observar: DERATHÉ, *Rousseau et la science politique de son temps*, pp. 232-41.

a coerência com o ordenamento previsto pela natureza. Desse modo, sujeito ao curso da história, para esse homem estão previstas modificações, que fazem dele um ser de uma natureza aberta às diferenciações circunstanciais. Pensando dessa forma, a diferença na fundamentação social e política encaminhada por Rousseau não pode esperar as ações acontecerem para que, *a posteriori*, as sociedades já existentes, com seu positivismo legiferante, faça a difícil tarefa de correção dos homens. A regulação vem acontecendo desde o nascimento do indivíduo, passando por etapas, como essa na qual se encontra o Emílio pré-adolescente, em que as atividades devem ser relativas àquilo que o indivíduo pode pensar porque soube fazer.

Não sem sentido, no livro III do *Emílio* o genebrino dedica-se ao saber oriundo da prática e das experiências sensíveis, como condição para o estudo e desenvolvimento da ciência para o sujeito de aprendizagem, alheio aos manuais cujas lições tratam mais da forma dogmática e constrangedora de ensino das ciências. Nesse sentido o exemplo de uma lição de astronomia ou geografia experimental é sugerido. O aluno é levado a solucionar o seguinte problema: como chegar a Montmorency, partindo do campo, com as informações espaciais disponíveis? Em primeiro lugar, Rousseau parece indicar que o aluno estaria sendo levado a realizar uma atividade prática por meio de conceitos e objetos de estudo científicos sem o peso da "linguagem científica", da qual o aluno não tem condições de extrair sentido. Por sua vez, se o ensino fosse transmitido o aluno, passivamente, receberia a informação sem ter dimensão objetiva de seus conteúdos, ao passo que nesse exemplo Emílio é convidado a resolver uma questão, pautada pela necessidade de conservação, a partir da qual a utilidade ganha realidade, a meta é estabelecida, e é a condição necessária para esta etapa de formação, sobre a qual o aluno formulará um juízo oriundo da prática, conduzido pelo preceptor. O preceptor por outro lado não comanda as ações, mas pergunta, supondo um conhecimento do aluno, adquirido por experiência, da direção a ser tomada. Diante desse quadro, o que verificamos é a ideia de que as coisas, se bem apreendidas, se bem experimentadas, podem ser elas mesmas fontes de informação segura para a solução de qualquer problema que o homem possa se colocar. A relação do homem com as coisas, com isso, deveria ser bem conduzida para que o produto desta relação seja repleto de informações livres de pré-noções, porque o conteúdo é obtido não por uma utilidade abstrata escrita no livro que disse ser a geografia importante por ser a ciência do espaço, mas porque a geografia está fincada com seus pés na realidade objetiva e no espaço, no qual o homem se encontra e a partir do qual ele é responsável por produzir suas necessidades e encontrar suas satisfações.

No contexto dessa lição, a partir dele, a figura do preceptor merece consideração: ao mesmo tempo em que ele realiza o trabalho de produzir um artifício, um homem que seja racional, que saiba produzir e realizar as necessidades que não se encontram no estado de natureza, e ainda que seja responsável por realizar o ideal de uma educação que respeita a natureza. As lições propostas, então, devem preservar a espontaneidade, ou o não constrangimento, o cultivo e manutenção da força, quando conduz uma atividade controlada, cercada de um jogo de perguntas e respostas, que leva o aluno a dar as respostas para uma solução prática com os conteúdos e objetos das ciências teóricas. Quando Emílio fica excitado com as descobertas entende que "a astronomia serve para alguma coisa". E o preceptor quer fazer notar

que, se ele não disser essa última frase, ele a pensará. Pouco importa, contanto que não seja eu quem a diga. Ora, podeis ter certeza de que não esquecerá por toda a vida a lição desse dia, ao passo que, se eu só lhe tivesse feito supor tudo isso em seu quarto, meu discurso teria sido esquecido no dia seguinte. Devemos falar tanto quanto possível através das ações, e só dizer aquilo que não podemos fazer. O leitor não espera que eu o despreze tanto que lhe dê um exemplo de cada espécie de estudo; no entanto qualquer que seja a questão, nunca é demais exortar o preceptor a fazer com que sua prova seja proporcional à capacidade do aluno, pois, mais uma vez, o mal não está em que ele não entenda, mas no que ele acredita entender. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, pp. 450-1)

O preceptor revela, da parte de Rousseau, uma "dialética" entre natureza e cultura em que a lição promove o artifício, a transformação de um homem para a sociedade inexistente no estado de natureza, que se altera e desenvolve-se como ser racional, mas ao mesmo tempo mantém as espontaneidades e liberdades como a expressão da natureza humana. Não sem razão diz Vargas ser a pedagogia de Rousseau um laboratório, no qual os experimentos, condições artificiais de exame, são criados para ver e rever a natureza desenvolver-se numa condição em que as intempéries⁹ não se acham a ponto de transformar o indivíduo em algo tão desfigurado como a estátua de Glauco pode exemplificar. Dessa maneira, o preceptor realiza o artifício, a partir de um procedimento artificial, para preservar a espontaneidade natural. A educação boa, então, será aquela que souber equacionar o aspecto inevitável de qualquer processo educacional, a

⁹ A educação rousseauísta, nas palavras do intérprete, "é uma sorte de artifício protetor, que tem por outro objetivo exclusivo a alcançar a essência de uma coisa fora de sua existência factual, que se chama de laboratório". "Rousseau chama educação uma espécie de crescimento espontâneo, de preenchimento de uma vacuidade original (...). A educação se deduz então de uma simples subtração, o homem menos a criança é igual à educação e o resultado consiste em três coisas: a força, o julgamento, e a assistência." (VARGAS, 1995, pp. 9-10)

mudança e a alteração, sem transformar o homem num ser inteiramente outro, preservando a espontaneidade, a liberdade da condição essencial que não deve se modificar.

De acordo com a lição de astronomia e geografia experimental, os juízos puderam ser evocados, por sua vez, por artes socialmente determinadas porque, em seu modo de operação a partir da imagem utilizada acima como expressão da construção teórica de Rousseau, essas artes buscam o respeito à noção de utilidade das coisas como condição para a manutenção da vida, em detrimento das artes que simulam as aparências, aspecto que Rousseau quer evitar a todo custo aqui. Para isso, Rousseau ainda não vê noções de arte e de trabalho em termos intersubjetivos, pois as coisas e não os sujeitos são os reais princípios das ações e das relações entre os indivíduos. É como se as coisas e a utilidade posta por elas fossem suficientes para o tipo de educação que se tem aqui, para o tipo de interioridade a se esperar de um homem nessa fase da vida pessoal e da história social, que se prepara para o enfrentamento da sociabilidade em termos morais.

O homem que temos em mão é um indivíduo que julga os corpos da natureza pela relação da sensibilidade com a utilidade, a partir da qual pode garantir seu bem-estar e a possibilidade de sua conservação, julgamento que atinge ainda quaisquer formas de trabalho. Rousseau educa Emílio e resgata Robinson Crusóe. O único livro que deveria ser usado por Emílio no momento seria aquele romance que ensina como ser homem, livremente, pela autoconservação, pelo cultivo do trabalho e de artes essenciais (agricultura) e Crusoé, portanto, realiza-se como a personagem modelo da sua "educação natural". Diz Rousseau,

sem o amparo de seus semelhantes e de instrumentos de todas as artes, provendo sua subsistência, sua conservação, e procurando ainda um tipo de bem-estar, eis um assunto interessante para todas as idades (...). Eis como realizamos a ilha deserta que me servia de comparação. Este estado não é, admito, aquele do homem social, verdadeiramente não deve ser aquele do Emílio, mas é por meio deste mesmo estado que ele deve apreciar todos os outros. O meio mais seguro de se elevar acima dos preconceitos e de se ordenar os juízos sobre as verdadeiras relações das coisas é colocar-se no lugar de um homem isolado e de julgar tudo como este homem deve julgar, com relação à sua própria utilidade. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 455.)

Nas palavras de Rousseau, então, não estão presentes, num certo aspecto, as lições morais da sociabilidade ordinária, para a qual prepara-se Emílio, mas as lições da indústria humana que podem estar presentes no cotidiano, de um indivíduo que seria o exemplo por excelência da capacidade de autossuficiência, o homem que, sem os vícios e corrupções

da espiritualidade moral, é capaz de acionar tudo aquilo que a história do gênero humano acumulou em nome da necessidade de se manter vivo, isoladamente. Sem os outros, temos a imagem de alguém que pode viver bem do que realiza, pelo trabalho, do qual são extraídas mais lições de bom comportamento humano do que as lições livrescas dos manuais de moralidade.

Nesse caso, Rousseau vê no trabalho a realização humana "menos social", pelo aspecto de não depender da avaliação moral alheia¹⁰. Por outro lado, o trabalho como expressão do aperfeiçoamento humano seria, ao nosso ver, mais pleno de valores e exemplos mais importantes para o projeto de educar uma pessoa para ser forte, de se manter e de cultivar a integridade e a autenticidade. Existe no nosso entendimento, por mais que isso não esteja explícito, um valor moral do trabalho, ou um valor educativo do trabalho que supera o campo mesmo da moralidade com o qual identifica-se o projeto filosófico de Rousseau como um todo.

Conhecimento e trabalho

Existiria uma estima pública, em razão inversa da utilidade real das diversas artes. Com isso, a obra de Defoe traria os exemplos que precisa o indivíduo em desenvolvimento: para compreender o valor intrínseco das "artes naturais" que preservam a vida, de um lado; e de outro, prepara e fortalece o indivíduo para a dependência mútua entre os homens, mas que seja essa dependência um fato trazido pelas coisas com sua utilidade efetiva, concreta, pelo trabalho, e não a dependência que pode gerar o dano, própria do campo da moralidade. Se o real valor das coisas aqui se mede pela relação sensivelmente compreendida entre a utilidade e os trabalhos dos homens, a compreensão mesma do que seria útil realiza-se pela compreensão das coisas como garantia da autopreservação, que poderia ser ameaçada se a dependência mútua entre os homens for mostrada pelo reino do supérfluo, do qual tem-se mais a imagem da utilidade ou a aparência de utilidade real, cuja origem pode ser detectada pelo aperfeiçoamento e alteração ampla da indústria humana e suas artes inessenciais¹¹. Algo que seja uma aparência de utilidade não pode ser

¹⁰ "Vosso maior cuidado deve ser o de afastar do espírito elevado todas as noções de relações sociais que não estão ao seu alcance, mas quando o encadeamento dos conhecimentos vos forçai a mostrar a lhe mostrar a mútua dependência dos homens, no lugar de lhe mostrar pelo lado da moral, desviái sua atenção em direção à indústria e as artes mecânicas que os tornam úteis umas as outras" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 456).

¹¹ "Há uma estima pública associada às diferentes artes em razão inversa de sua utilidade real. Esta estima se mede diretamente pela inutilidade mesma e assim deve ser. As artes mais úteis são aquelas que ganham menos porque o número de operários é proporcional às necessidades dos homens e o trabalho necessário a todos forçosamente permanece tendo um preço que o pobre pode pagar. Ao contrário, essas pessoas importantes que não chamamos de artesãos mas de artistas, trabalhando unicamente para os ociosos e para os

confundido com uma utilidade real, a satisfazer uma necessidade verdadeira, como autopreservação. Sobre isso Rousseau levanta os seguintes questionamentos:

O que se tornarão vossos alunos se deixardes que adotem esse tipo de preconceito, se vós próprios vos favorecerdes, se vos virem por exemplo entrar com maior consideração na loja de um ourives do que na loja de um serralheiro? Que julgamento terão do verdadeiro mérito das artes e do verdadeiro valor das coisas quando eles verão por todos os lugares o preço da fantasia em contradição com aquele preço extraído da utilidade real, e que quanto mais uma coisa custa menos ela vale? (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 457).

O cuidado com o uso indiscriminado das artes permite verificar, portanto, um desdobramento espiritual, ou anímico do qual devem ser preservados os fatos típicos da ilusão, da imaginação, das abstrações, das aparências da qual a moralidade parece ser o terreno mais fértil de exemplos. Se tratamos de um indivíduo que deve ser concretamente educado, para um momento em que a concretude poderia ser colocada de lado, sua subjetividade teria de ser coerente com este momento cujas lições devem ser extraídas das próprias coisas, enquanto sejam elas garantias de bem-estar e não da perdição e decrepitude social que opõe os homens e suas artes, em conflito recíproco. O homem para o genebrino deve ser o último grau de conhecimento que alguém deve ter em seu processo formativo, quando, tradicionalmente é o primeiro a ser estudado. Como poderia uma criança "julgar seus próprios juízos" se não sabe antes "esclarecer seus erros"? Pois, "é um mal saber o que eles pensam quando se ignora se o que eles pensam é verdadeiro ou falso". A quem cabe educar uma criança, "ensinai-lhe primeiro o que são as coisas em si mesmas e lhe ensinai depois o que elas são aos nossos olhos: é assim que ele saberá comparar a opinião à verdade e elevar-se acima do vulgo, porque não conhecemos os preconceitos quando os adotamos e ainda não conduzimos o povo quando nos parecemos com ele" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 458).

Vê-se, com isso, que Rousseau propõe evidentemente estabelecer um primado das coisas e de suas finalidades para a satisfação objetivas de necessidades, algo que deve determinar antes o espírito, em detrimento de concepções que colocam num puro fenomenismo as sensações, sem conectá-las com os objetos das quais são expressão, as sensações de objetos puros da percepção desconectados das reais funções que podem exercer e do real papel que podem desempenhar como fonte de superação dos obstáculos vitais. Num outro momento, o genebrino sugere, pela teleologia das coisas, uma nítida antecedência da objetividade sensível em

ricos, colocam um preço arbitrário para suas ninharias e como o mérito desses trabalhos vão existir apenas na opinião, seu preço mesmo faz parte do mérito e são estimados proporcionalmente pelo que custam" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 457).

relação ao espírito, ou à razão, da qual retira sua fonte de transformação e complexificação, negando o idealismo de uma razão hipostasiada, repleta dos poderes de criação. Vargas sugere que Rousseau, a partir desse destaque dado à utilidade e ao trabalho, seria qual um materialista radical porque "recusa o primado do pensado sobre a matéria", mas também o "primado da matéria sobre o pensamento" para postular o primado da "prática laboriosa sobre toda coisa, matéria e pensamento". A fonte do pensamento, do conhecimento e das transformações porque passam a subjetividade humana, é a atividade produtiva do trabalho por meio da qual a teleologia, não da matéria bruta, mas dos "materiais concretos na sua diversidade e ocorrência", determinam uma razão sensitiva e uma intelectual segundo o incremento "das forças individuais investidas na observação utilitária" (VARGAS, 1995, p. 96). Poder-se-ia dizer que a economia rousseauísta, por sua vez, é antissubjetivista porque orienta-se pelo exercício da força que as coisas exercem sobre os homens, pela necessidade, pela técnica. Por outro lado, procede de uma vontade amparada por uma física sem intenções, da qual não se acham as intersubjetividades, e que vai orientar o surgimento do trabalho e da troca. Portanto, as necessidades e as coisas produzidas, em decorrência dessas necessidades, é que ganham primazia porque seriam elas e não a intencionalidade humana a condicionar as primeiras divisões do trabalho, e não o contrário. Parece que Rousseau guarda as intencionalidades e o espiritualismo do homem para o campo da moral, quando ela surgir. Quando for esse o momento, as coisas perdem o valor de utilidade real porque as intencionalidades serão "roubadas" para o campo da moralidade em que os valores serão condicionados por todo um plano de intenções a partir do qual as ações, desde a subjetividade e de uma causalidade interna, serão avaliadas quando acontecerem também objetivamente. Para Emílio,

no lugar das leis sociais que ele não deve conhecer, ligamo-lo às cadeias de necessidades. Ele ainda é quase um ser físico, continuemos a tratá-lo como tal. É por sua relação sensível com a utilidade, sua segurança e com sua conservação e com seu bem-estar que ele deve apreciar todos os corpos da natureza todos os trabalhos dos homens. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, pp. 458-9)

As leis sociais por convenção, portanto, não devem ser conhecidas porque Emílio é um homem físico do qual apenas as noções de necessidades e das coisas devem povoar seu espírito, exceção feita à noção de propriedade¹², da qual a criança já tem uma certa compreensão porque

¹² "Nenhuma sociedade pode existir sem a troca, nenhuma troca sem a medida comum, e nenhuma medida comum sem a igualdade. Assim toda a sociedade tem por primeira lei alguma igualdade convencional seja entre os homens seja entre as coisas. A igualdade

esta ideia nasce de uma situação pré-racional (racionalidade entendida como a autonomia dos juízos, dos assentimentos e a dimensão ativa que atribui propriedades às coisas e faz comparações), como foi ilustrado na fábula do jovem aluno com Robert o jardineiro, vista no livro II do *Emílio*. A propriedade seria a única noção à qual ele poderia se ater porque ela nasce antes de quaisquer convenções, nasce do trabalho que empresta às coisas sua marca, seu uso, sua posse. A propriedade, por outro lado, claramente, só ganhará a legitimidade, na qual esteja formalmente assegurada e determinada juridicamente, depois da formalização e do reconhecimento intersubjetivo com o advento da sociedade contratual.

No que se refere à relação da propriedade com o dinheiro e o trabalho o genebrino só vê a convenção à sua frente, só vê acordos, só verifica o que foi politicamente estabelecido. Por essa via, ele se esquece de apresentar que a moeda, o dinheiro¹³ e, por isso, sua propriedade de ser equivalente geral de trabalho, que chega a admitir abstratamente, só se realiza materialmente, porque existe um trabalho que foi equiparado, trabalho que para a troca de mercadorias perderia sua natureza específica para ganhar generalidade abstrata, de acordo com o qual as mercadorias de natureza distintas poderiam ser igualadas e por isso trocadas: o trigo por pano, a troca do trabalho do agricultor com o trabalho do tecelão. Rousseau vê, apenas, como condição para que a equivalência exista a moeda, medida que seria fixada por convenção social. Por outro lado, ele não explica o que origina a moeda como expressão desta equivalência, o que nos leva a crer que a posição de Rousseau aqui fica limitada para explicar o fenômeno, porque não soube perceber no trabalho mesmo, quando colocado em condição de comparação, portanto, colocado na condição de equivalência, a origem explicativa tanto da troca de mercadorias, quanto, em seguida, da moeda. Nesse sentido, não teríamos de esperar somente a existência da moeda para igualar as coisas e trocar. Quanto a esse assunto, deveríamos esperar, a partir do pensador prussiano do século XIX, considerações mais precisas sobre a relação entre trabalho, produto do trabalho, propriedade e dinheiro.

convencional entre os homens, bem diferente da igualdade natural, torna necessária a lei positiva, ou seja, o governo e suas leis. Os conhecimentos políticos de uma criança devem ser nítidos e limitados: ele deve conhecer o governo apenas geralmente aquilo que se relaciona com o direito de propriedade do qual ele já tem alguma ideia" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 461).

¹³ "É difícil comparar imediatamente coisas de diferentes naturezas, o pano com o trigo, por exemplo. Mas quando encontramos uma medida com um, a saber a moeda, é fácil para o fabricante e ao trabalhador relacionar o valor das coisas que eles querem trocar com esta medida comum. Se tal quantidade de pano vale uma tal soma de dinheiro e que tal quantidade de trigo vale também a mesma soma de dinheiro e em seguida que merceeiro recebendo esta farinha pelo seu pano faça uma troca equivalente. Assim, é pela moeda que os bens das espécies diversas tornam-se comensuráveis e podem se comparar" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, 462).

De toda a forma, a discussão sobre o trabalho, sobre a utilidade, a satisfação de necessidades e a propriedade, a despeito de toda a ultrapassagem teórica que ocorrerá nos anos subsequentes, existe na argumentação de Rousseau uma superação, seja no *Emílio*, seja no *2º Discurso*, do estado de natureza no qual o homem não pode permanecer se quiser aperfeiçoar-se. Reconhece-se no isolamento, uma vez realizadas as necessidades e as utilidades socialmente produzidas, o sinal da miséria humana, no qual o bastar-se a si mesmo não tem mais condições de efetivar-se, porque o indivíduo apenas é capaz de exercer sua individualidade se for condicionada pela alteridade social. Ou seja,

ao sairmos do estado de natureza, forçamos nossos semelhantes a saírem também, ninguém pode nele permanecer apesar dos outros e isso seria realmente dele sair ao querer nele permanecer na impossibilidade de nele viver, já que a primeira lei de natureza é o cuidado com a própria conservação. Assim se formam pouco a pouco no espírito de uma criança, as ideias de relações sociais, mesmo antes de poder ser membro ativo da sociedade. Emílio vê que para ter instrumentos para uso seu, é preciso que ele seja de uso dos outros, pelos quais ele possa obter a troca das coisas que lhe são necessárias com aquelas que estão em seu poder. (ROUSSEAU, 1969 v. 4, p. 467)

Quer dizer, as formas coletivas de relação demandam um comportamento dos indivíduos, tanto objetivamente quanto subjetivamente, ou intelectualmente, que nos forcem e lancem-nos para fora da condição de dispersão originária. Para realizar a própria natureza e com ela ser coerente e manter sua antropologia, Rousseau precisa incidir no homem a alteração, a possibilidade de ser agente de história, o outro contra o qual a natureza originária não pode mais fornecer barreiras, mas pode a natureza e a própria lei de conservação, oferecer a normatização para que sua realização social se dê de forma harmônica. O mundo da cultura funciona de modo a condicionar os indivíduos de tal forma que – o texto de Rousseau nos indica isso – o produto do trabalho e as necessidades criadas por força da dependência entre os membros da coletividade só podem ser criados, apropriados e difundidos socialmente.

Desse modo, a subjetividade humana passa a requerer uma coerência com essa nova forma de vida, no qual o registro das conquistas humanas não deve mais morrer¹⁴ com a pessoa que, supostamente, as

¹⁴ Sobre o homem selvagem e a relação com a produção da vida no *2º Discurso* Rousseau assim se pronuncia: "Sua alma que não se agita em nada, entrega-se apenas ao sentimento de sua existência atual, sem qualquer ideia de futuro, ainda que próximo, e seus projetos, limitados como sua visão, se estendem com dificuldade até o fim do dia. Tal é ainda hoje, o grau de previsão do Caraíba: ele vende pela manhã seu leito de algodão e á tarde chora para comprá-lo de volta, por ter faltado a previsão que dele necessitaria na noite seguinte" (ROUSSEAU, 1964, v. 3, p. 144). Em seguida, sobre a situação do homem em relação ao seu estágio de desenvolvimento ele acrescenta mais adiante: "Concluamos

criou. No 2º *Discurso* o homem foi descrito acolhendo as modificações por que passou sua individualidade no concurso das transformações do gênero, quando passou a ser dependente. No *Emílio*, por sua vez, a educação em sua processualidade ilustra um caminho semelhante, que tem de percorrer o jovem aprendiz, para acolher com cuidado as diferenciações importantes da sociabilidade que o retiram da condição de miserável e ignorante, para a condição de ente de razão ainda capaz de manter o propósito de bastar-se a si mesmo, a ponto de verificar as verdadeiras necessidades no seio da sociabilidade, protegendo-se dos aspectos negativos das conquistas ou perdas das relações intersubjetivas. Pretende-se fomentar, então, no contexto até demarcado no livro III do *Emílio*, uma subjetividade que consiga fazer a separação e classificação dos dados que foram coletados no momento mesmo da experiência e aqueles que se acham há mais tempo disperso nas mentes daqueles que podem já registrar a forma ideal e geral das coisas. Por sua vez, os materiais e os conteúdos da experiência sensível podem ter, é bom lembrar, origem relativa a experiência laboral como outra forma de expressão dessa sensibilidade, afeita a valores que podem avaliar melhor e de forma mais correta como o homem deve se comportar em meio social, para além das avaliações de opinião que o retirariam dessa condição de espontaneidade.

Ao introduzir o problema das desigualdades sociais com as quais terá de lidar Emílio, com as quais a hipótese do homem no puro estado de natureza teve de enfrentar no seu devir histórico, Rousseau fala das desigualdades sociais regulando-as, segundo entendemos, a partir da ordem e da normatização naturais. Desde seu início, a vida social expõe as diferenças entre os indivíduos: a riqueza, as posições sociais, a condição de vida, que padeceriam de uma origem comum, de uma “essência” comum, superadas pelas necessidades reais, tais como a sede, a fome, a morte, a fraqueza, a doença, que retiram dos homens em geral qualquer traço de distinção. O que propõe, então o genebrino, é ensinar ao homem o que é o homem mesmo, em sua condição existencial natural, de modo a prepará-lo para aquilo que pode vir a ser sem deixar de ser o que é fundamentalmente. A despeito das diferenças artificialmente produzidas, a

que, errando pelas florestas sem indústria, sem palavra, sem domicílio, sem guerra e sem laços, sem nenhuma necessidade de seus semelhantes, assim como sem nenhum desejo de o prejudicar, talvez sem jamais reconhecer a nenhum individualmente, o homem selvagem sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, tem somente sentimentos e luzes próprias a esse estado, que ele sentia apenas verdadeiras necessidades, olhava apenas o que lhe interessava olhar e sua inteligência não progredia mais do que sua vaidade. Se por acaso fizesse uma descoberta, dificilmente poderia transmiti-la já que não conhecia sequer seus próprios filhos. A arte parecia com seu inventor. Não havia nem educação nem progresso, as gerações se multiplicavam inutilmente e cada partindo sempre do mesmo ponto, os séculos escoavam com toda a grosseria dos primeiros tempos; a espécie era velha e homem permanecia ainda uma criança" (ROUSSEAU, 1964, v. 3, p. 144).

demarcação da autenticidade humana ocorre quando as coisas e as necessidades vitais mais fundamentais, não aquelas criadas com o critério do discurso opinativo, passam a regular o humanidade do homem.

A preocupação do autor com seu projeto de educação é interessante, porque, afinal, ele atém-se ao fato de que os homens podem ter deixado o estado de natureza, mas não devem deixar de ser naturais em certa medida, posto que ainda sentem as necessidades indelévels da vida, muitas das quais esquecidas e superadas pelas necessidades aparentes, tais como o luxo e a lisonja. Nesse caso, incide sobre a formação de Emílio, assim como de qualquer um, a liberdade como autonomia, como independência. Não quer, com isso, que o homem deixe de viver na ausência do outro, ou alheio a quaisquer diferenças porque isso seria irreal, mas que não viva às custas do outro, a ponto de experimentar a maior das degenerações sociais a seu ver, o fraco explorando o forte, ou o rico dependente do pobre independente, que trabalha e vive do que realiza, embora expropriado de suas realizações.

De acordo com o ordenamento natural, as comparações fazem o conhecimento adaptar-se ao encontro da diversidade de coisas e indivíduos e produzir, sobre essas experiências, uma compreensão. Por sua vez, um discurso sobre a realidade objetiva é garantido pelo saber prático autêntico para a autossuficiência. Por outro lado, o ser social deve sua existência relativa, pois depende dos demais para o sustento de si. O trabalho é estimulado, valorizado, como condição do indivíduo para o gozo da vida social, embora determinados ofícios sejam mais desejáveis, dada sua natureza específica, porque seriam a expressão artificial da autossuficiência enquanto requisito da natureza. Subjetivamente, por outra via, quaisquer julgamentos subsequentes a essa condição estarão, de certa forma, corretamente sustentados pelo conhecimento proveniente daquele trabalho, daquele ofício que permite o homem saber quem ele é e o que pode fazer com relação a qualquer outro, com o qual, por ventura, tiver de se relacionar. Rousseau quer que

absolutamente Emílio aprenda um ofício. Um ofício honesto, pelo menos direis? O que significa essa palavra? Todo ofício útil ao público não seria honesto? Mas vamos em frente, eu erre: não é suficiente escolher um ofício útil, é preciso ainda que ele não requeira das pessoas que o exercem almas odiosas e incompatíveis com a humanidade. Assim, retornando à primeira palavra, tomemos uma profissão honesta, mas lembremo-nos sempre que não existe honestidade sem utilidade. (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 473).

Essa correção, como salientamos, tem nas coisas o critério de distinção e qualificação do bom e o mal sociais, através do qual o trabalho e o saber prático ganham relevância moral. O trabalho, portanto, que produz efeitos úteis, por seu turno, converte-se em trabalho honesto,

porque valorizar-se-ia em termos morais por aquilo que promove ao seu agente e ao gênero humano quando apropriada de suas realizações. A partir de então, entende-se mais as considerações de Rousseau, segundo as quais a educação pelo corpo e pelo trabalho, enquanto a concretização e efetivação de experiências sensíveis com vistas a utilidades e satisfação de necessidades práticas de caráter social, ajudam a preparar um tipo de exercício espiritual mais afeito às abstrações, generalização e aos juízos. A experiência sensível, na concepção de outros autores do sensualismo, ao nosso ver, seria muda e silenciosa, qual um puro fenômeno. Isso se deve, acreditamos, porque ela é dissociada da prática, das fontes objetivas e sociais de conhecimento, cujo sentido é conferir aperfeiçoamento do indivíduo por sua realização e pelo produto do trabalho melhorar a condição de vida do gênero. Por esse aspecto, a avaliação do conhecimento é garantida porque ela é conferida pelo efeito prático que gera e, reflexivamente, como esse efeito interioriza-se no indivíduo como processo formador, educador, dando-lhe a inteligibilidade de uma noção peculiar ao postulado da autoconservação e de toda a moralidade que daí decorrerá posteriormente, ou seja: a compreensão do poder, que o saber fazer assegura. Quem sabe fazer, sabe o que pode.

Essa concepção de educação, de conhecimento e, fundamentalmente, de experiência sensível converte-se, por contribuir para uma preparação para o julgamento correto do indivíduo com relação ao que de fato importa nas relações como um todo, em modelo para a compreensão da outra forma da atividade prática humana, a moral, com a qual preocupa-se Rousseau desde as denúncias do *1º Discurso*. Quer dizer, "depois de ter começado a exercitar seu corpo e seus sentidos, começamos a exercitar seu espírito e seu julgamento. Enfim, reunimos o uso de seus membros ao de suas faculdades. Fizemos um ser ativo e pensante, nos resta para acabar o homem fazer um ser amável e sensível, ou seja, aperfeiçoar a razão pelo sentimento" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, p. 481). Todo esse processo de formação e ainda de desenvolvimento físico e espiritual do homem acontece, no plano subjetivo e no plano relativo ao conhecimento, por exemplo, por etapas que respeitem um certo estágio psicofísico do homem e um grau de abstração e complexidade relacional do indivíduo com a realidade que o cerca, dependendo da fonte de informação associada com o tipo de educação: se a educação é feita de acordo com a natureza ou de acordo com as coisas, ou se pelos homens.

As análises que foram geradas, até o momento, preparam a transição para a outra abordagem da etapa de formação humana, já que o corpo e os sentidos fizeram-se atuantes para dar o instrumental a partir do qual o jovem homem deverá ser capaz de se orientar em torno de relações que não tem mais no trabalho e a utilidade das coisas, que não tem mais na

"materialidade" do produto do trabalho, o "critério" último de avaliação da atividade humana por um lado, e de seus conhecimentos por outro. As análises ao final do livro III do Emílio, portanto, configuram o homem como ser sensível e trabalhador, para sua inserção no meio social e moral, para a qual os livros subsequentes forneceriam as instruções.

Considerações finais

Nesse contexto, há, ao nosso ver, da parte de Rousseau, um cuidado com as etapas de desenvolvimento e de conhecimentos associados, porque existiria uma vacuidade perigosa no plano da moralidade em direção à qual o jovem aluno se dirige: a vacuidade imaterial dos juízos e informações provenientes das opiniões e das aparências típicas do convívio social. Essas informações demandam, por seu turno, uma compressão clara do que o homem pode fazer, de um lado, como ser ativo no mundo que basta-se a si mesmo porque realiza seu modo de vida, e, de outro, do que ele pode fazer nas relações intersubjetivas que, em princípio, não são tão evidentes aos olhos de uma criança que deixa os braços da natureza para cair no colo da sociabilidade. Dependendo de como se configura essa sociabilidade, o artifício pode ser superestimado e as aparências podem assumir o papel de protagonista do jogo de forças entre os indivíduos, o que geraria, ao nosso ver, a perda do referencial da utilidade e da espontaneidade daquele ser que, de algum modo, pode ser autossuficiente. Se o ser perde o preparo do real valor das coisas e do mundo, que o condiciona para ter consciência do que se pode fazer, seria joguete das aparências sociais que nem sempre se orientam pelo valor da utilidade como condição para a honestidade. Útil poderia se transformar naquilo que os outros acham ser útil, aquilo que a opinião em geral acha ser útil. Se antes o referencial da utilidade alcança a objetividade das realizações humanas amplamente coerentes com o princípio de aperfeiçoamento, coerentes com o mundo da cultura de acordo com o qual ele pode fruir do produto dessas realizações e se realizar por meio delas, na sociabilidade em que as aparências e as opiniões então em cena tem-se o caminho aberto para a apropriação e o constrangimento generalizados dos indivíduos entre si, promovendo mais o conflito, em que todos estão em guerra com todos.

Por fim, o que tem o aluno ao final da jornada de educação na adolescência são os saberes originários da física, do confronto com os objetos, com as coisas que podem ser alteradas e criadas pelo homem por sua capacidade de diferenciar-se constantemente. Nesse âmbito, o que o jovem homem tem são as relações básicas e vitais com as coisas que o cercam e poucas relações com os homens. Por conseguinte, as ideias e abstrações ficam limitadas ao uso prático da esfera produtiva da vida, na

qual as coisas são pensadas em vista daquilo que elas podem servir de satisfação das necessidades, também criadas a reboque das coisas. Com isso, as generalizações acham-se limitadas porque falta amplificá-las, processo que só será plenamente realizado com o aumento das idealizações, que a diversidade de "pontos de vista", a diversidade de opiniões e a ampla intersubjetividade, próprias das relações morais e sociais, pode proporcionar. Se o aluno tem todas as virtudes que se relacionam consigo próprio, faltando-lhe as noções sociais da virtude¹⁵, aspecto que só poderá conceber quando estiver inserido, de fato, nas relações sociais, ou nas relações sociais concebidas idealmente por Rousseau como um "romance".

O conhecimento sensível, por sua vez, que se tem nesse contexto, com forte influência da razão prática, é fruto de uma compreensão de como a utilidade essencial ao trabalho pode lançar luz sobre as propriedades das coisas e dar ao conhecedor maior noção da realidade porque sobre ela atua de forma a superar as carências das quais o homem padece eternamente. Pode-se dizer que o sensualismo assimilado por Rousseau livra-se da solidariedade, amplamente difundida, entre "o material" do conhecimento e as formas anímicas que sobre um conteúdo atuam. A comunidade existente entre as faculdades que pensam e organizam um conteúdo e o próprio conteúdo não poderiam, ao genebrino, parecer confundidas, reduzidas, ou simplificadas porque ele precisa da independência de certa atividade espiritual, de qualquer influência de origem externa e "corpórea", para que ele possa, depois, sugerir a tema da liberdade, do erro, e das características de distinção específica do ser humano. Essas distinções teriam contribuições do pensamento produzido pela faculdade de julgar e o entendimento, que faltam ao âmbito do saber sensivelmente determinado no estágio formativo dos três primeiros livros do *Emílio*.

Referências bibliográficas

GROSSMAN, Mordecai. *The philosophy of Helvetius: with special emphasis on the educational implications of sensationalism*. Kessinger Publishing, 2008.

¹⁵ "Emílio tem somente conhecimentos naturais e puramente físicos. Nem sabe ainda o nome da história, nem o que é metafísica e moral. Ele conhece as relações essenciais do homem com as coisas, mas nenhuma das relações morais do homem com o homem. Ele sabe pouco generalizar as ideias, pouco faz abstrações. Ele vê qualidades comuns à certos corpos sem raciocinar sobre suas qualidades em si mesmas. (...) Em uma palavra, Emílio tem da virtude tudo o que se relaciona consigo mesmo. Para ter também as virtudes sociais falta-lhe conhecer as relações que as exigem, faltam-lhe unicamente as luzes que seu espírito está prestes a receber" (ROUSSEAU, 1969, v. 4, pp. 487-8).

HELVETIUS, Claude Adrien. *De L'Esprit*. Paris: Adamant Media Corporation, 2005.

_____. *De L'homme, de ses facultés intellectuelles et de son éducation*. Paris: Librairie Arthème-Fayard, 1989.

MARUYAMA, Natalia. *A moral e a filosofia política de Helvetius: uma discussão com J.-J. Rousseau*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005.

ROUSSEAU, Jean Jaques. *Oeuvres completes*. Ed. publiéé sous la direction de Bernard Gagnebin et Marcel Raymond. Paris: Gallimard, 1959-95. 5v.

_____. *Émile ou De l'éducation*. Paris: Éditions Garnier Frères, 1961.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. *Emílio ou Da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral*. José Oscar de Almeida Marques (Org.). São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. *Cartas escritas da Montanha*. Trad. e notas Maria Constança Peres Pissarra. São Paulo: Educ/Unesp, 2006.

_____. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

VARGAS, Yves. *Introduction à l'Émile de Rousseau*. Paris: PUF, 1995.

Como citar:

CAMPOS, Henrique Segall Nascimento. Sensibilidade, educação e trabalho em *O Emílio* de Rousseau. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 210-39, abr. 2019.

Data de envio: 15 ago. 2018

Data de aceite: 13 jan. 2019

Sobre la herencia del derecho matriarcal en *Derecho natural y dignidad humana* de Ernst Bloch y *Cassandra* de Christa Wolf

María Belén Castano¹

Resumen:

El objetivo del presente artículo es detenerse en el análisis que realiza Ernst Bloch en *Derecho natural y dignidad humana* (1961) sobre Bachofen, Gea-Themis y el derecho natural, con el fin de vincular la pertinencia de estas reflexiones en lo que respecta al abordaje del mito y el derecho materno en la novela *Cassandra* de Christa Wolf (1983). Se examinará también cómo las propuestas de ambos autores se inscriben en una denuncia del patriarcado.

Palabras clave: derecho natural; matriarcado político; mito; Bachofen; patriarcado.

On the inheritance of the matriarchal right in Natural Law and Human Dignity of Ernst Bloch and Cassandra of Christa Wolf

Abstract:

This paper looks into Ernst Bloch's analysis of Bachofen, Gea-Themis and Natural Law, as presented in *Natural Law and Human Dignity* (1961), with the aim of linking the relevance of these reflexions to Christa Wolf's approach to myth and maternal right in her novel *Cassandra* (1983). A further analysis will be offered on the way in which both author's proposals are engraved into a denunciation against patriarchy.

Key words: natural right; political matriarchy; myth; Bachofen; patriarchy.

I. Introducción

Las discusiones y controversias sobre la existencia histórica del matriarcado en sociedades antiguas fundadas en el predominio del poder femenino en las esferas como la política, la religión o el orden económico han sido numerosas. El estudio basado en la mitología griega del antropólogo Johann J. Bachofen (1815-1887) *Das Mutterrecht* (1861) representa un disparador para los debates modernos que surgieron alrededor de este tema. Bachofen se ocupa de la teorización de tres estadios por los que habría pasado la cultura europea: el hetáirico de la horda primitiva y la promiscuidad sexual sin propiedad, fundado en la

¹ Becaria doctoral de Conicet, Universidad de Buenos Aires. *E-mail:* belcastano@gmail.com.

igualdad y los estadios demetérico y apolínico, en los que el patriarcado y la organización social basada en la propiedad privada, la justicia racional, el sedentarismo y las instituciones de la familia y el matrimonio tienen lugar.

Este artículo se propone analizar las reflexiones que realiza Ernst Bloch en *Derecho natural y dignidad humana* (1961) sobre Bachofen, Gea-Themis y el derecho natural para compararlas con el abordaje del mito y el derecho materno presentes en la novela *Cassandra* de Christa Wolf (1983). Nos proponemos reflexionar acerca de cómo ambos autores se pueden inscribir en el marco de una denuncia del patriarcado y la falta de existencia de un matriarcado político, aún en aquellos pueblos que hayan pasado en su historia por formas familiares matriarcales, con su veneración de la mujer y de los símbolos de la tierra. Esto da cuenta de cómo aquel desplazamiento de poder de las figuras femeninas forma parte de la conformación de un destino, de manera preliminar, de lo que luego a lo largo de tres mil años ha de ocurrir con las mujeres, esto es que ellas se conviertan en objetos².

II. Ernst Bloch y las críticas al derecho matriarcal del conservador Bachofen

La teoría del derecho natural es entendida según Ernst Bloch como utopía jurídica, como un anhelo de justicia desde abajo para los humillados y ofendidos y está profundamente arraigada en su propia consideración del hombre como animal utópico, como constante creador de anticipaciones de un mundo mejor tal como explica Vedda (2011) al advertir que en los estudios de Bloch confluyen tanto las utopías sociales que tienen en vista la felicidad humana como los del derecho natural que se ocupan de la dignidad humana:

En el derecho natural encuentra el filósofo alemán la encarnación más genuina de este anhelo de justicia absoluta que no se contenta con un acomodamiento dentro de las circunstancias vigentes; este *animus* rebelde delata el lazo que une, más allá de sus divergencias innegables, al *derecho natural* con las *utopías sociales*, como dos tradiciones insurgentes de cuyo legado no podría deshacerse sin más el materialismo histórico. Entre ambas tradiciones advierte Bloch incluso una esencial complementariedad: las utopías sociales tienen en vista la *felicidad humana*; el derecho natural, la dignidad humana; las utopías soñaban circunstancias en que los hombres cesaban

² Cabe mencionar que la importancia que se le atribuye a la línea matrilineal o al derecho materno en los estudios feministas (WILLIAMS, 2011, p. 41) destaca el lugar privilegiado en el que se ubica el derecho materno en lo que respecta a las lecturas de la historia literaria femenina, cuyo análisis merece un estudio a parte y que no podemos abarcar en este trabajo.

de vivir como seres agobiados y oprimidos; el derecho natural, circunstancias en que los seres humanos ya no se sienten humillados y ofendidos. En uno y otro caso, no se espera en una liberación desde arriba, por parte de un poderoso terrenal o supraterrrenal que derrama sobre los débiles su benevolencia, sino en una emancipación desde abajo, que convierta a las propias víctimas en sujetos de la transformación social o jurídica (VEDDA, 2011, p. 3)

La fascinación que ejercieron en Bloch las propuestas del matriarcado de Bachofen no aparecen vinculadas con una realidad puntual confirmada por una historia política sino como anhelos utópicos de restos matriarcales, que se descubren solo en los mitos, en los que aparecen reflejos religiosos como causas de la constitución sexual del grupo y de sus transformaciones: la época primitiva hetáirica caracterizada por la libertad natural, la igualdad y la falta de propiedad, conforman las bases de un comunismo anticipado por Bachofen.

Resulta curioso que justo Ernst Bloch, un filósofo alemán cuyo largo recorrido intelectual fue siempre fiel a su compromiso con la construcción de una sociedad socialista se haya interesado por recuperar la herencia del derecho natural, idea que durante el siglo XX ha sido sostenida primordialmente por pensadores conservadores (SERRA, 2011, p. 11). No obstante, la reivindicación de Bloch del derecho natural está vinculada con su “forma de entender la filosofía y el lugar que le corresponde al Derecho como forma de regulación social” (SERRA, 2011, p. 11).

En el apartado “Bachofen, Gea-Themis y el derecho natural”, Bloch advierte sobre los hallazgos de Lewis H. Morgan en relación a restos de constitución matriarcal en tribus indias que van mostrando la sucesión matrilineal como la más antigua en el Derecho de familia (BLOCH, 2011, p. 193).

Las críticas de Bloch a Bachofen son irónicas. Para Bloch, la mirada de Bachofen es alimentada por una idea de un viejo mundo cálido, matriarcal, está marcada por tonos románticos y antiempresariales y también románticos-feudales (BLOCH, 2011, p. 195). Bloch considera que Bachofen es tanto un mitólogo como un creyente en el mito y supone que esta “vinculación prehistórica a la madre provoca, en la misma medida de su amor, y a la vez, de su clarividencia erudita, falta de crítica y exageración” (BLOCH, 2011, p. 195). Bachofen agrupa sus descubrimientos en torno a tres ideas fundamentales, extraídas a partir de su interpretación de una suma de material de la literatura clásica:

Primero aparece “un estadio primitivo hetáirico (horda)”, con el pantano como el lugar de la promiscuidad sexual, un estadio sin propiedad y con igualdad; a continuación aparece “un estadio medio demetérico”, con tierra de cultivo y aldea, con propiedad, matrimonio, familia, sedentariedad, paz, divinidades de la tierra

y un matriarcado bondadoso y sabio; surge después un “estadio final apolínico”, con la polis como el lugar de residencia, dioses de la luz olímpico-uránicos, patriarcado y justicia racional (BLOCH, 2011, p. 196).

Bloch considera que aunque sea cierto que muchos pueblos hayan pasado en su historia por formas familiares matriarcales, con su veneración de la mujer y de los símbolos de la tierra y de Isis aquello “no coincide con un *matriarcado* político” (BLOCH, 2011, p. 197). Bloch sostiene que más allá de las reverencias a las mujeres, ya la fase agraria habría sido encabezada por hombres, es decir previamente a la sociedad patriarcal ganadera. Critica el análisis de Bachofen que supone que “la ginecocracia, unida a aquel derecho matriarcal, que pone en manos de la madre el poder en la familia y en el estado, es, en cambio de origen posterior y surge como reacción de la mujer contra la promiscuidad sexual, de la cual es ella la primera que aspira a liberarse” (BLOCH, 2011, p. 197). Bloch señala que el corazón del conservador Bachofen se encuentra del lado del matriarcado, mientras su cabeza del lado del patriarcado (BLOCH, 2011, p. 199). Y sostiene que es la “efusividad de su corazón” la que lo hace a Bachofen descubrir al matriarcado “en la *forma de un culto religioso*, de un *culto a la tierra* unido a la agricultura” en lugar de como una forma política (BLOCH, 2011, p. 199). Más aún, afirma que la ginecocracia “no se trata de ya de un matriarcado fingido, sino de una mitología profunda del culto materno *para la religión, no para la política*” (BLOCH, 2011, p. 200). Mientras Bloch se detiene en el concepto de mito arraigado en la concepción del derecho matriarcal de Bachofen, del que detalla el origen de la familia implantado por la mujer según tres estadios históricos organizativos de lo social, algo que permite justificar una fundación mítica del derecho, en la que el relato del patriarcado encuentra su contenido más armonioso, Benjamin en su ensayo “Johann Jacob Bachofen” hace hincapié en el vínculo entre dichas teorías y el fascismo, la psicología o el comunismo.

Benjamin se detiene en la particular elaboración de la prehistoria que realiza Bachofen, que rechaza todo lo que el sentido común del siglo XIX había imaginado sobre los orígenes de la religión y de la sociedad (BENJAMIN, 2010, p. 223). Destaca que las fuerzas irracionales que sustentan los estudios de Bachofen resultaron tentadoras tanto para los teóricos fascistas como para los pensadores marxistas por su evocación de una primera forma de sociedad comunista (BLOCH, 2011, p. 223). El análisis de Benjamin sobre Bachofen también critica su conservadurismo y aquel sentimiento ctónico ligado al culto materno y considera que sus ideas románticas sobre la era matriarcal se han expandido hacia territorios muy amplios (BLOCH, 2011, p. 230). Sostiene que la teoría sobre un orden familiar matriarcal en la Antigüedad, que habría precedido el dominio del

pater familias, basado en un orden materno con diferentes bases jurídicas y sexuales de organización, en el que la madre podía acoger en su casa a uno o a varios maridos, ha sido explorada por varios historiados, filólogos y etnólogos como Vico, que plantea por primera vez esta cuestión como adivinatoria (BLOCH, 2011, p. 231). Para Benjamin, el debate no ha concluido y estos datos históricos han sido retomados en un sentido nuevo como indica el trabajo de Walter Lehmann, que ha estudiado los vestigios de una revolución cultural que ha acabado con el matriarcado (BLOCH, 2011, p. 231). También cita a Engels, que menciona aquella explicación de Bachofen religiosa como base de los cambios históricos en la situación social del hombre frente a la mujer: explicación sobre la que sustentaría el milagro religioso celebrado por la creencia de Bachofen de reemplazar al matriarcado por el patriarcado, algo que Benjamin considera un misticismo inadmisibles fundado en “dotar a la religión como palanca decisiva de la historia” (BLOCH, 2011, p. 232). A partir de la crítica del carácter esotérico de las teorías de Bachofen, Benjamin identifica la apropiación que realiza el fascismo alemán, encarnada en la figura de Alfred Schuler, que inició a Ludwig Klages en la doctrina de Bachofen. También llama la atención sobre la fascinación que ejercieron para los teóricos socialistas y cita el ejemplo de Paul Lafargue, yerno de Karl Marx, cuyas ideas de Bachofen ligadas las bendiciones de la ginococracia, la promiscuidad sexual y su cercanía con la religión de Dionisio y el régimen democrático despertaron interés por aproximarse a una sociedad más horizontal cuyo sentido de igualdad y justicia se acerca a una utopía venidera (BLOCH, 2011, p. 235). Benjamin hace hincapié en los ecos de la psicología de las teorías de Bachofen como es el caso de Erich Fromm que advierte las múltiples filiaciones con el fascismo de dichas teorías.

Tanto Bloch como Benjamin critican el carácter irracional de las teorías de Bachofen que vinculan el culto materno con la religión y la naturaleza, cuyo desplazamiento a ese lugar, si bien ellos no lo mencionan explícitamente, consideramos que implica necesariamente una justificación por parte del patriarcado que excluye históricamente al elemento de femenino del ámbito político a partir de fundamentos esotéricos; fundamentos que tal como sostiene Benjamin, también sirven de base al fascismo alemán y a ciertos ámbitos de las teorías socialistas y de la psicología, sobre los que no nos detendremos en este trabajo.

III. Christa Wolf: la reescritura del mito de Casandra y las denuncias del patriarcado

Cassandra y Voraussetzungen einer Erzählung: Kassandra. Frankfurter Poetik-Vorlesungen (Prerrequisitos para una narración: Kassandra. Conferencias sobre poética en Frankfurt) fueron publicados en

1983. En dichos ensayos Wolf detalla el proceso de elaboración de la novela *Cassandra* y hace alusión directamente a su vínculo con el contexto político de la época y las amenazas nucleares que enfrentaban a los bloques socialistas y capitalistas.

Antes había publicado *Moskauer Novelle* (1961) (Novela de Moscú), con la que le otorgan el Kunstpreis der Stadt Halle; con *Der geteilte Himmel* (1963) (*El cielo dividido*) recibe el Premio Heinrich Mann; luego publica *Nachdenken über Christa T.* (*Noticias sobre Christa T.*) (1968); *Kindheitsmuster* (*Muestra de infancia*) (1976) y *Kein Ort. Nirgends* (1979) (*En ningún lugar, en parte alguna*). Cuando en 1980 recibe el Premio Büchner, en el que anticipa que la vida de la hija real griega había sido un relato clave para ella, Wolf no se refería con eso ni a los paralelos entre las figuras del mito y personas vivas, ni a una identidad entre Cassandra y la autora, más bien se refería a asociaciones que se relacionan con el mito mismo (HÖRNIGK, 1989, p. 232). En el verano de 1980, Wolf viaja a Grecia junto a su marido con la *Orestíada* de Esquilo en su equipaje y luego va a dar las clases teóricas *Voraussetzungen einer Erzählung: Kassandra* en la primavera de 1982 en la Universidad de Frankfurt invitada como docente de poética. La tradición de estas clases teóricas la inició en el verano de 1960 Ingeborg Bachmann (HÖRNIGK, 1989, p. 232)

La novela está estructurada como un monólogo en el que la protagonista relata en primera persona los episodios anteriores y posteriores a la guerra de Troya que la llevan a su condena de muerte.

Cassandra es la hija más bella de Príamo y Hécuba, reyes de Troya, que de joven recibe el don de la profecía del dios Apolo a cambio de entregarse a este, pero como no cumple esa promesa, la venganza del dios es que ella continuará profetizando pero nadie creerá jamás en sus pronósticos y su mayor desgracia será el vaticinio de la derrota de la guerra de Troya, luego de la que es entregada a Agamenón como botín de guerra y es conducida al palacio de Micenas donde encontrará la muerte en manos de Clitemenestra. A medida que avanza la narración, Cassandra sufre un proceso de pérdida de fe en los dioses y realiza un cuestionamiento de la religión, detrás de cuyo discurso permeado por promesas y sacrificios, descubre que se esconden intereses bélicos y económicos. Cassandra puede desenmascarar relatos religiosos, no cuestionados por sus pares, considerados como datos objetivos, desde un lugar subjetivo: el de su propia voz. “¿Por qué quise sin falta el don de profecía? Hablar con mi propia voz: lo máximo. No quise más, ninguna otra cosa.” (WOLF, 1986, p. 12). Ella misma se define como una incrédula y considera que el género humano está solo y que no hay dioses que la puedan mirar, detener, ni juzgar más allá de la muerte:

Por qué no me permito simplemente esa recaída en la criatura.
Qué me detiene. Quién me ve aún. ¿Es que yo, la incrédula, sigo

estando en el centro de la mirada de un dios, lo mismo que de niña, de muchacha, de sacerdotisa? ¿Es que no termina nunca? (WOLF, 1986, p. 33)

Aquí es posible evidenciar una alusión al deseo de ser fiel a sí misma y una reflexión sobre los fines no egoístas de seguir la propia vocación, ya que, para ella, eso permite ser más útil en una sociedad a los demás. Es por ello que resulta sugestivo el llamado de la protagonista de la novela a seguir el camino de la propia voz para poder ser útil a los demás, una reflexión que le devuelve armonía a la comunidad y a sus individuos particulares, algo que la tradición crítica señala como el carácter utopista de Wolf y que es posible vincular con lo que Bloch rescata del derecho materno en Bachofen. La voluntad de Casandra de quebrar los designios de los dioses se declara por primera vez cuando Apolo, el dios de los adivinos, se le aparece en el sueño en el que le otorga el don de la profecía y ella lo rechaza cuando Apolo intenta acercarse a ella como hombre y luego como un lobo, rodeado de ratones y la escupe furiosamente al no poder forzarla: un sueño que la protagonista le cuenta a su madre y a Marpesa. El rechazo a ser poseída a la fuerza por los hombres es el motivo principal que la lleva a querer convertirse en sacerdotisa, algo que decide luego del episodio del recinto del templo de Atenea cuando la llevan junto a otros jóvenes a ser elegida por hombres que iban a desflorarlas: “Conocía el vacío desde pequeña. Sentí dos clases de vergüenza: la de ser elegida y la de quedarme allí. Sí, sería sacerdotisa, al precio que fuera” (WOLF, 1986, p. 26).

El cuestionamiento al don de la profecía por parte de Casandra está asociado con un proceso de autoconocimiento a través del que ella descubre la existencia oprimida que llevaba, con una vida determinada por los dioses y las exigencias del palacio, acontecimientos que conducían a otros y finalmente a la guerra; es allí cuando considera que el don de la profecía la abrumaba y que en realidad estaba frente a una ceguera: “no veía nada. Abrumada por el don de profecía, era ciega” (WOLF, 1986, p. 38). La contradicción de Casandra en su deseo de servir a los dioses se evidencia luego de su recaída de salud cuando estalla la guerra y ella vuelve a realizar tareas como sacerdotisa, una etapa que más adelante considera teñida por una ceguera parcial. Es allí cuando sostiene que ver de repente la hubiera destruido y realiza una reflexión que está ligada a la capacidad paulatina de descubrimiento de su persona y de sus propias creencias, y al desmantelamiento de los velos de la religión y la lógica del palacio. Otra ocasión en la que Casandra da cuenta de su falta de credibilidad en la religión es cuando se suicida su hermano Esaco en los acantilados luego de la muerte de su esposa en un parto. En el palacio, Calcante, interprete del oráculo, sostiene que el joven Esaco se había convertido en un pájaro según una concesión de sus deseos más íntimos por obra de la diosa

Artemis: “aunque hubiera podido creer, pero no lo creía, que mi hermano Esaco era un pájaro” (WOLF, 1986, p. 50). Casandra desprecia los sacrificios humanos realizados en nombre de la religión, algo que se manifiesta explícitamente en la conversación que tiene con Agamenón, que había hecho sacrificar a su propia joven hija Ifigenia, antes de la travesía de su flota en el altar de la diosa Artemis: una exigencia de Calcante para que tuvieran vientos favorables.

La Casandra de Wolf carga con la pena de haber intentado advertir a través de sus profecías sobre la falta de sentido y los peligros de autodestrucción que comportan dejarse llevar por las conductas bélicas y nadie le cree. Ella considera que las decisiones relacionadas con la guerra, la violencia, el honor, el orgullo y los héroes forman parte del patriarcado y podrían ser diferentes si hubiesen sido tomadas por sujetos femeninos. El pesimismo de la narración no recae en la creencia fundada a partir de la idea del progreso de la historia, sino más bien lo contrario, ya que alude a la condena del género humano a repetir los mismos errores y a un alternarse de batallas y victorias de los mismos sujetos: los vencedores pertenecientes a la clase dominante. En el final del monólogo, Casandra explica el motivo por el que había decidido no partir junto a Eneas: se niega a seguirlo para no fijarse en la repetición de los errores a los que, para ella, él se habría entregado. Su mensaje pacifista implica un llamado en contra de la aniquilación del género humano y propone despreciar el concepto de héroe de batalla y dejar de querer vencer para poder perdurar:

Acaso esté libre para expresarme en el cautiverio. Queridos enemigos. Quién soy yo para no ver en vosotros más que a los vencedores, y no también a los que vivirán. A los que tendrán que vivir, para que lo que llamamos vida continúe. Esos pobres vencedores tienen que seguir viviendo por todos los que han matado. Les digo: Si pudierais dejar de vencer, esa ciudad vuestra perduraría (WOLF, 1986, p. 138).

La tradición crítica y la autora misma en los ensayos *Voraussetzungen einer Erzählung: Cassandra* se han ocupado de analizar el vínculo entre las figuras de los vencedores con el patriarcado y el mundo occidental capitalista. Wolf ha puesto la lupa en su identificación con el género femenino del lado de los oprimidos, que adhiere a la búsqueda de otro tipo de sociedad utópica, opuesta a la del uso y abuso de la técnica y la explotación de la naturaleza y del hombre del capitalismo. Dicha comunidad o alternativa utópica, encarnada en la narración en las mujeres que habitan las cuevas de Escamandro estaría vinculada con la solidaridad, la comunión con la tierra y la capacidad de expresarse y de mantener vínculos auténticos entre ellas. Para Kuhn (1988, p. 78), el proyecto de Casandra explora cómo la exclusión sistemática de lo femenino por parte del patriarcado ha modelado la presente situación política catastrófica.

Algo que Hilzinger (1986, p. 131 y p. 132.) considera un emprendimiento que demanda una historiografía desde abajo y una poética de la resistencia que es llevada adelante por las mujeres que desde este cambio histórico se encuentran entre las oprimidas y las excluidas. Hörnigk (1989, p. 244) señala que Casandra vive en un agujero de los tiempos, en el umbral del cambio social del matriarcado al patriarcado y que ella se vuelve testigo de un cambio de valores, las mujeres que se juntan en las montañas, en un modelo utópico, que huyen de los sucesos de guerra y practican un modo de vida alternativo transmiten el asomo de una esperanza; pero de la protagonista de la novela se desprende que como instrucción para la acción no quiere, ni puede hacer funcionar ese modelo (íd.). A pesar de que Casandra puede mejorar su estado de ánimo en el entorno pacífico, no es capaz de identificarse con la religiosidad ingenua del culto de Cibeles.

Muchos son los críticos que consideran que esta obra está ambientada en un contexto de transición de un pasado matriarcal hacia un patriarcado, con la consecuente nostalgia por aquel tiempo extinguido en el que las mujeres eran protagonistas de la civilización y de la toma de decisiones. Este es el caso de Rainer Gerdzen y Klaus Wöhler (1991, p. 10), que sostienen que la novela está ubicada exactamente en ese quiebre en la situación de recambio del matriarcado al patriarcado, entre la edad dorada y el apocalipsis. Otros como Emmerich (1989, p. 354) critican la tematización del matriarcado por parte de Wolf, por el hecho de que consideran que este tema es tratado por la autora de manera liviana y como si fuera un hecho históricamente comprobado; Hörnigk (1989, p. 237) declara que Wolf le otorga referencias sociales e históricas a la novela, y que realiza una psicologización desde la perspectiva femenina de los perdedores, en la que ubica los eventos de Casandra cercanos a un matriarcado prehistórico en caída, en la era patriarcal heroica que estaba iniciando. La novedad que destaca Kuhn sobre Wolf respecto al marxismo es que en su interpretación, la alienación no sería una consecuencia de la industrialización, sino que sus raíces deben ser buscadas en la cuna de la civilización occidental (HÖRNIGK, 1989, p. 185). Y recalca el hecho de que, para Wolf, la alienación se origina cuando la cultura patriarcal desplaza a la matriarcal, con la introducción de un pensamiento jerárquico, y se prohíbe la participación de las mujeres en la esfera pública, cuando las estructuras sociales se hacen rígidas y los seres humanos son tratados como medios para un fin (HÖRNIGK, 1989, p. 185).

IV. Conclusiones

¿Cómo es posible encontrar en la reescritura del mito de Casandra una afinidad con las reflexiones que realiza Bloch sobre el Derecho matriarcal analizado por Bachofen? En primer lugar, es posible rastrear

una coincidencia con Bloch en la reflexión sobre la dificultad en la obra de dar cuenta acerca de la existencia de un matriarcado propiamente político en la Antigüedad. La voz de Casandra es silenciada paulatinamente en la novela de Wolf, pero también es asociada con la locura. Esto implica una degradación de su voz como sujeto femenino y una crítica al patriarcado. En segundo lugar, las consideraciones de Bloch sobre las reflexiones de Bachofen que dan cuenta de la asociación entre un mundo femenino ligado a la tierra, a la fertilidad y más bien a la religión, excluido de cualquier ámbito político son cuestiones que la novela de Wolf problematiza. Como mencionamos antes, la protagonista cuestiona por sobre todas las cosas la credibilidad de la religión en general y su utilización como pretexto de disputas de poder y deseos de aniquilación, pero también postula la dificultad de los sujetos femeninos para ocupar puestos de poder y manifiesta su deseo de haber nacido hombre y de cambiar su sexo. Casandra anhela ser un hombre como su hermano gemelo Héleno, al que envidia al comparar la función menor que tenían sus tareas de sacerdotisa con respecto a las de él como arúspice. Casandra sostiene que toda la frivolidad le había sido atribuida a Héleno y considera que toda la melancolía la tenía ella. Allí es posible identificar un vínculo entre la actitud crítica de la protagonista y la melancolía, que es opuesta al carácter superficial y a las reflexiones ingenuas de su hermano: “Héleno no era adivino. No tenía el don, necesitaba el ritual. Toda la frivolidad que quizá nos había estado destinada a los dos la había recibido él. Toda la melancolía la tenía yo. Cómo deseaba estar en su lugar” (HÖRNIGK, 1989, p. 40). También alude a la forma y al tono diferente en el que ella hubiese hablado en su lugar, no solamente de temas convencionales como los que él trataba con comunicados débiles sobre lluvias, soles, prosperidad y ruina de cosechas o crianza de niños y animales (HÖRNIGK, 1989, p. 40). Al mismo tiempo, en este mismo apartado es posible identificar lo que serían aquellos vestigios de un pasado matriarcal cuando se habla de las ropas de mujer que su hermano Héleno debía usar para rituales religiosos, como si ese oficio podría haber estado, en el pasado, reservado solo para las mujeres, algo que también sostiene Stein (1994, p. 175 y p. 176).

Nuestra lectura, en consonancia con el análisis de Bloch sobre los estudios de Bachofen, no identifica en la novela *Casandra* una fase de transición clara de un matriarcado al patriarcado ya que no hay rastros en la novela de un matriarcado estrictamente político que se habría extinguido. Creemos que Wolf deja abierto el interrogante sobre esta posibilidad y que la narración pone a la luz un desplazamiento de poder de las mujeres que se sitúan en los márgenes de la sociedad patriarcal en dos espacios enfrentados: por un lado, el de las mujeres de Penteseia identificadas con una participación guerrera femenina que está en contra

de los hombres, y por otro lado, la vida pacífica y aislada de la comunidad de las cuevas de Escamandros. Es posible pensar que lo que la narración reivindica, como dijimos antes, es el poder de la palabra para instruir y prevenir a las mujeres de futuras generaciones sobre la catástrofe que comporta la exclusión de las mujeres de los ámbitos de poder y de las decisiones políticas. Aquella transmisión escrita u oral de su experiencia es la que Casandra anhela cuando implora que le manden un escriba o alguien capaz de transmitir su mensaje a su hija (p. 99) y a las hijas de su hija, ya que lo que ella tiene para decir lo considera más importante que sufrir un encierro en vida.

Más allá de la identificación de rastros matriarcales que señalamos en la pertenencia al género femenino con la que, en la novela, se caracteriza a los atuendos de los sacerdotes, no es posible identificar un pasado de organización política en la que las mujeres hubieran estado al mando. En todo caso, estos vestigios dan cuenta de un posible desplazamiento de poder en el ámbito religioso, pero no en el político. Esto coincide con la consideración de Bloch, antes mencionada, sobre la dificultad de encontrar huellas de un matriarcado político en muchos pueblos que hayan pasado en su historia por formas familiares matriarcales ligadas a la veneración de la mujer y de los símbolos de la tierra. En la novela de Christa Wolf justamente es posible identificar una denuncia ligada a la falta de lugar de la mujer en el ámbito público y político, ya que hace hincapié en los abusos perpetuados por el patriarcado que relegan a la mujer al ámbito doméstico desde la época en la que está ambientado el mito -que reescribe en su novela- hasta la Modernidad.

Referencias bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Johann Jacob Bachofen. En: _____. *Obras*. Libro II/ v. 1. Estudios metafísicos y de filosofía de la historia. Edición de Rolf Tiedemann y Hermann Schweppenhäuse con la colaboración de Theodor Adorno y Gershom Scholem. Edición española al cuidado de Juan Barja, Félix Duque y Fernando Guerrero. Madrid: Abada, 2010, pp. 222-37.

BLOCH, Ernst. Bachofen, Gea-Themis y el Derecho natural. En: _____. *Derecho natural y dignidad humana*. Edición, estudio preliminar y notas de Francisco Serra. Traducción de Felipe González Vicén. Madrid: Dykinson, 2011, pp. 193-212.

EMMERICH, Wolfgang. *Kleine Literaturgeschichte der DDR*. Darmstadt / Neuwied: Luchterhand, 1984 (Leipzig: Kiepenheuer, 1996, reed. ampliada).

GERDZEN, Rainer; WÖHLER, Klaus. *Matriarchat und Patriarchat in Christa Wolfs "Kassandra"*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1991.

HILZINGER, Sonja. *Christa Wolf*. Stuttgart: Metzler, 1986.

HÖRNIGK Therese. *Schriftsteller der Gegenwart*. Berlin: Volk und Wissen, 1989.

KUHN, Anna K. *Christa Wolf's utopian vision from Marxism to feminism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SERRA, Francisco. Estudio preliminar. El derecho natural en el pensamiento de Ernst Bloch. En: *Derecho natural y dignidad humana*. Edición, estudio preliminar y notas de Francisco Serra. Traducción de Felipe González Vicén. Madrid: Dykinson, 2011, pp. 11-42.

STEIN, Katerina. "Helden der Ausweglosigkeit: Christa Wolf's Cassandra". En: Wallace, Ian. *Christa Wolf in perspective*. Atlanta: Rodopi, 1994, pp. 173-85.

WILLIAMS, Linda R. Happy families? Feminist reproduction and matrilineal thought. En: EAGLETON, Mary (Ed.). *Feminist literary theory*. A reader. Malaysia: 2011, pp. 41-5.

VEDDA, Miguel. Derechos humanos y justicia desde abajo. Releyendo Derecho natural y dignidad humana, de Ernst Bloch. *Actas del IV Seminario Internacional Políticas de la Memoria Ampliación del campo de los derechos humanos*. Memoria y perspectivas, 2011.

WOLF, Christa. *Casandra*. Madrid: Alfaguara, 1986.

_____. *Voraussetzungen einer Erzählung: Cassandra*. Berlín: Surkamp, 2008.

Como citar:

CASTANO, María Belén. Sobre la herencia del derecho matriarcal en *Derecho natural y dignidad humana* de Ernst Bloch y *Casandra* de Christa Wolf. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 240-51, abr. 2019.

Data de envio: 16 ago. 2018

Data de aceite: 23 out. 2018

As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky: notas sobre uma teoria de transição

Rebecca de Oliveira Freitas¹

Resumo:

O presente artigo objetiva avaliar a utilização das categorias de Marx, em especial aquelas desenvolvidas ao longo de *O capital*, pelo revolucionário soviético Preobrazhensky em sua obra *A nova econômica*. Analisando a validade da utilização de categorias como mais-valor e mercadoria na URSS da década de 20 do século XX, Preobrazhensky avalia que a lei do valor ainda vigorava então, sendo, porém, combatida pela lei da acumulação socialista primitiva, que impulsionaria o desenvolvimento em direção ao socialismo.

Palavras-chave: capital; transição; acumulação primitiva socialista; Preobrazhensky; Revolução Russa.

Marxist categories in Preobrazhensky's thinking: notes on a transition theory

Abstract:

The present paper aims to evaluate the use of Marx's categories, especially those developed throughout *The capital*, by the Soviet revolutionary Preobrazhensky in his work *The new economics*. By analyzing the possibility of the use of categories such as surplus value and commodity in the USSR of the 1920s, Preobrazhensky affirms that the law of value still prevailed at the time, but was opposed by the law of primitive socialist accumulation, which would drive development towards socialism.

Key words: capital; transition; socialist primitive accumulation; Preobrazhensky; Russian Revolution.

A Revolução Russa foi um dos acontecimentos mais importantes da história do século XX. A partir de outubro de 1917, iniciou-se a primeira experiência de um governo proletário. Seus primeiros anos foram marcados pelas duras contradições imputadas pela destruição do país legada pelos anos de I Guerra Mundial e, entre 1918 e 1921, de Guerra Civil dentro da própria Rússia. Apesar dessas dificuldades, foi um momento de extrema riqueza e de implementação de medidas que caminhavam no sentido da transição para uma sociedade mais justa e livre de exploração e opressão. Podemos citar nesse sentido o processo de radical

¹ Mestre pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* freitasbecca@gmail.com.

nacionalização e socialização da terra, a nacionalização da produção industrial, bem como a garantia de diversos direitos para as mulheres.

Naquele momento, o impulso para se pensar uma nova sociedade motivava também profissionais de diversas áreas para que repensassem os paradigmas e formatos de produção de conhecimento de forma radical. Em especial no período pós-guerra civil, havia uma grande demanda por traçar um novo rumo para uma economia em colapso, em uma realidade em que as revoltas camponesas e greves se multiplicavam.

Diferentemente da expectativa expressa nos principais escritos de Marx e Engels, e daquilo esperado pelos pensadores marxistas que os sucederam, a revolução explodiu em primeiro lugar na Rússia, um país com uma indústria fraca e pouco desenvolvida e uma agricultura ainda bastante primitiva. Não havia fórmula pronta na teoria marxista a ser implementada pelos revolucionários russos – inclusive por que isso seria contraditório com o próprio método marxista. O estabelecimento de um governo soviético, baseado sobre a aliança entre trabalhadores e camponeses, que expropriou os proprietários de terra e os capitalistas, socializando a indústria de larga escala colocava desafios sobre as formas de construção do socialismo (DOBB, 1948, p. 177).

Respondendo a esse contexto, os problemas com que os revolucionários russos se depararam na década de 20 do século XX produziram um espaço riquíssimo de debates. As discussões, posições e problemas por eles levantados, longe de ter uma relevância somente histórica e datada, tiveram influência sobre discussões que posteriormente foram travadas por aqueles que buscavam pensar a questão da transição ao socialismo e, em especial, debates relativos ao desenvolvimento em países de terceiro mundo. Temas como o financiamento da acumulação de capital, estratégias de crescimento econômico e industrialização e o papel do campesinato nesse contexto permearam a construção de outros processos revolucionários e estão presentes nos debates econômicos – mesmo os não revolucionários – atuais. Vemos, então, a importância do estudo dessa rica produção do período (NOVE, 1965).

Neste artigo nos debruçaremos sobre um debate específico ocorrido ao longo da década de 1920 no seio da vanguarda do Partido Bolchevique. A polêmica, que ficou conhecida posteriormente como “O Grande Debate” versava sobre a melhor forma de articular o setor estatal e privado na reconstrução da URSS pós-guerra civil e dos ritmos de industrialização adequados a tal propósito. De forma geral, é possível apontar dois grandes campos nessa discussão.

O primeiro deles consistia na maioria do partido, a chamada direita, a qual tinha como principal porta-voz em termos de política econômica Bukhárin. Soma-se a ele Stálin, Rikov e, até 1925, também Kamenev e

Zinoviev. Esse grupo defendia uma política que incentivasse a produção do campesinato. O segundo campo era aquele composto pela Oposição de Esquerda, mais tarde Oposição Unificada. Seus principais protagonistas são Preobrazhensky, no campo econômico, e Trotsky. A ele aderiram Zinoviev e Kamenev em 1925. O tom desse debate era matizado pela disputa interna do partido e se relacionava com temáticas não restritas ao campo econômico, mas pertinentes à transição, como o debate sobre a burocratização, por exemplo.

Dentre os principais sujeitos do debate, a produção de Preobrazhensky tem um aporte interessante. Militante do Partido Social Democrata dos Trabalhadores Russo desde 1903, especificamente associado à fração bolchevique, Preobrazhensky teve participação ativa nas revoluções de 1905 e 1917. Ele participou, a partir de 1917, do Comitê Central do Partido Comunista Russo. Suas posições ao longo do período revolucionário se mantiveram no campo das críticas à esquerda, tendo ele participado do grupo dos Comunistas de Esquerda durante o período do Comunismo de Guerra, e sendo, em 1923, um dos fundadores da Oposição de Esquerda – da qual ele foi um dos principais porta-vozes e formulador no campo da política econômica. Dentre suas obras, podemos citar *O ABC do comunismo*, escrito em conjunto com Bukhárin em 1919, e *Dinheiro na época da ditadura do proletariado*, de 1920. Seu trabalho principal, contudo, foi o livro *A nova econômica*. Publicado em 1926, que elaborou de forma mais sistemática a Teoria de Acumulação Socialista Primitiva do autor. O autor elaborou em seus escritos uma proposta de teoria da acumulação primitiva socialista, resumidamente definida como a constituição de condições materiais e sociais para a reprodução propriamente socialista. Isso se daria pela expansão das relações socialistas (note que não utilizei o termo “estatais”) através da destruição das relações capitalistas ou da pequena produção de mercadorias. Isso significava não simplesmente uma proposta de acúmulo de riqueza material, mas de transformação das relações de produção, tanto no setor privado quanto no setor estatal. Algumas leituras feitas sobre o autor reduzem sua teoria a um superindustrialismo e a uma proposta de exploração do campesinato. Consideramos ser essa uma leitura incorreta das propostas formuladas por Preobrazhensky, e suas reverberações nas elaborações da Oposição de Esquerda. Longe restringir seu pensamento a somente o ritmo que a indústria deveria seguir na época, consideramos ser possível visualizar em seus escritos uma proposta de teoria de transição ao socialismo mais complexa. Se isso se expressa de diversas formas na obra do autor, nos parece que um ponto essencial é forma como ele interpreta as categorias elaboradas por Marx. Desta forma, buscamos ao longo deste artigo analisar o tratamento dado por Preobrazhensky às categorias

marxistas como uma forma de contribuir para a compreensão de sua teoria de transição ao socialismo.

1. Interpretações sobre a obra de Preobrazhensky

A obra de Preobrazhensky foi relativamente pouco explorada pelos estudos historiográficos. É possível traçar a existência de três maiores sínteses de sua obra, elaboradas por Alexander Erlich (1950), Richard B. Day (1975) e Donald A. Filtzer (1976). Será feita uma exposição dos pontos de vistas elaborados pelos autores, também incluindo argumentações de outras fontes bibliográficas que tocam em questões mais pontuais da obra de Preobrazhensky.

Alexander Erlich foi o responsável por impulsionar o debate no Ocidente em torno das discussões soviéticas sobre economia ocorridas nos anos 20, a partir de seu livro *The Soviet Industrialization Debate, 1924-1928* de 1960. Ele também possui um trabalho especificamente sobre Preobrazhensky (1950). A tese geral defendida por Erlich é a de que o plano de industrialização e coletivização forçada implementado por Stálin na década de 1930 foi a aplicação prática das teorias elaboradas por Preobrazhensky em um nível extremo. Isto não é sinônimo de afirmar que Preobrazhensky defendesse tais políticas, mas de encontrar em seus escritos elementos que, aprofundados e estendidos, formaram as bases dos planos quinquenais stalinistas.

Os pontos destacados do pensamento de Preobrazhensky por Erlich se relacionam basicamente à industrialização. O autor destaca o papel da industrialização, reposição e ampliação das forças produtivas como forma de garantir um nível de acumulação que evitasse a existência de uma nova “fome de bens” e acabar com o desequilíbrio entre os setores da economia soviética. Erlich situa que a posição apresentada por Preobrazhensky consistia, na verdade em um dilema cuja solução o autor não propunha.

O aumento drástico da propensão ao consumo como resultado da mudança na estrutura de renda pressionada para aumentar a oferta; a condição de deterioração do equipamento e a falta de capacidades de reserva adequadas tornaram esses aumentos impraticáveis, exceto por grandes aumentos no volume de construção do capital; o fator de "complementaridade" tornou ainda mais dramática a magnitude dessa expansão necessária. Mas as mesmas circunstâncias que empurraram para um grande volume de investimento colocaram obstáculos em seu caminho. Assim, a escassez de equipamentos permitiu que o investimento prosseguisse na escala desejada apenas à custa do consumo, enquanto a equalização da renda deixou pouco espaço para que poupanças voluntárias correspondessem ao aumento das despesas de investimento ou para que o consumo de luxo fosse reduzido e qualquer tentativa suficiente para substituir a

propensão voluntária ao consumo certamente voltaria com efeitos drásticos (ERLICH, 1950, p. 80).

Assim, o impulso à industrialização com foco na produção de meios de produção teria como consequência um gargalo na esfera da produção do consumo. Erlich aponta, ainda, a industrialização implementada pelo stalinismo como uma regra não para o período primitivo do socialismo, mas a essência do socialismo em si - uma diferenciação da ênfase dada por Preobrazhensky.

Richard B. Day escreveu alguns artigos sobre Preobrazhensky (1982; 2014; 1975; 1977). Ele também foi responsável pela tradução de diversos dos escritos do revolucionário russo, com destaque para seu projeto atual dos *Preobrazhensky's Papers* (2014) que pretende reunir a obra completa de Preobrazhensky. Sua leitura do autor basicamente o situa como um precursor teórico da concepção do socialismo em um só país, apesar da sua participação na Oposição de Esquerda, a qual notadamente se opôs a tal programa. Day sustenta esta leitura a partir da divisão da obra de Preobrazhensky em três momentos: (i) durante o comunismo de guerra; (ii) do início da NEP à 1923; e (iii) de 1923 em diante, incluindo aqui sua capitulação ao stalinismo.

O primeiro momento teria como característica a afirmação de que a avaliação do sucesso do período de transição se daria a partir do crescimento da quantidade de produtos – não mercadorias – que passam pelo estado proletário. Para Day, esta foi uma tentativa de Preobrazhensky de utilização da teoria de Marx que esbarra nas diferenças da realidade da Rússia revolucionária em comparação ao mercado capitalista completamente desenvolvido cuja crise originaria as possibilidades do planejamento econômico. Ainda assim, Day destaca que Preobrazhensky, ao reconhecer o fato de que o dinheiro continuaria tendo um papel limitado enquanto houvessem pequenos produtores de mercadoria voltados para o mercado local, situa isto como uma política da acumulação socialista primitiva, onde o dinheiro representava a abertura da possibilidade de trocas desiguais com o setor privado.

O livro *Da NEP ao socialismo* seria o marco do início do segundo período da obra de Preobrazhensky para Richard Day. A caracterização dada por Day da obra aponta o fato de que, Preobrazhensky, ao não ter esperanças no mercado mundial como fonte de auxílio econômico para o desenvolvimento da URSS (fosse na figura de empréstimos ou comércio), teria adaptado sua teoria para o desenvolvimento das forças produtivas no interior da própria URSS. Nesta obra, o autor afirmaria que o desenvolvimento industrial não dependeria de mercados externos e que os vastos recursos possuídos pela Rússia lhe dariam a possibilidade de se desenvolver em um organismo econômico autossuficiente. Day afirma que

a obra representou, também, uma inovação metodológica na abordagem do autor. Seus escritos monetários até então apontariam para a transição essencialmente como um salto não dialético para o comunismo. *Da NEP ao socialismo*, contudo, incorporaria a compreensão de Lênin da NEP enquanto uma unidade de opostos.

A mudança na argumentação de Preobrazhensky teria se dado a partir de 1923. A publicação do artigo A Lei fundamental da Acumulação Socialista, em 1924, e que seria posteriormente incluído em sua obra *A nova econômica* (1979) publicada em 1926, seriam as obras chaves desta mudança. Ela, contudo, não significa uma ruptura por completo com a fase anterior. Na verdade, Day considera que metodologicamente *A nova econômica* seria uma elaboração em termos mais sofisticados da abordagem *Da NEP ao socialismo*. Aqui a economia soviética seria, também, retratada como uma unidade dialética de planejamento e mercado. As duas leis reguladoras da economia estariam em constante conflito e seria papel dos governantes soviéticos entenderem a interação entre estas leis e prever e evitar as dificuldades do período de transição. Se em termos metodológicos Day traça uma continuidade entre estas duas obras, ele situa uma ruptura na questão temática. A ênfase da *Nova Econômica* é sobre a necessidade de superar o desequilíbrio entre a indústria e a agricultura através de um sistema de trocas desiguais para o sucesso da transição. Isto levaria a uma compreensão de Preobrazhensky de uma transição ao comunismo em termos de três etapas claramente definidas, um acréscimo quando comparado à produção de Marx, que previa somente duas. Day considera que tal inclusão se relaciona ao fato de a revolução ter ocorrido em um país isolado e tecnologicamente atrasado. Encontra-se uma posição semelhante à de Day também em Papagotiu e Sotiris (2017), que caracterizam a posição de Preobrazhensky como uma versão menos extremada das ações de Stálin na década de 30.

Finalmente, Donald Filtzer escreveu sua tese de doutorado sobre a teoria da reprodução ampliada em Preobrazhensky. Em seu trabalho, o autor critica Alexander Erlich por considerar que Preobrazhensky teria chegado a uma contradição insolúvel quando em 1927 concluiu que o desenvolvimento autônomo do socialismo na URSS seria impossível, dependendo de uma revolução no Ocidente. Por outro lado, ele também critica Richard Day e sua compreensão de que Preobrazhensky teria se acomodado à teoria do socialismo em um só país. A crítica geral que ele faz a ambos os autores é que eles dissociam o aspecto econômico do pensamento de Preobrazhensky, tanto de suas metodologias e de seus objetivos com sua teoria. Ele defende, então, que não é possível entender a obra de Preobrazhensky a partir de categorias burguesas. Tampouco pode-se entendê-la reduzindo o debate dos anos vinte à industrialização,

igualando socialismo à industrialização. Não levar estas questões em consideração levaria a uma visão tecnicista e unilateral de Preobrazhensky, segundo o autor. Filtzer destaca três pontos balizadores para compreender a teoria de transição de Preobrazhensky: o conceito de dois reguladores, seu entendimento de consciência de classe e a impossibilidade do socialismo em um só país.

Preobrazhensky já traria a questão dos reguladores conflitantes desde 1921, e demonstraria em seus escritos que a lei do valor não só existia como prosperava na URSS, influenciando até o próprio setor estatal. A única forma de se subordinar a lei do valor expressa na produção privada seria através do mercado – o espaço em que se encontravam. Assim, os métodos de subordinação, como as trocas desiguais, por exemplo, seriam adaptações à estrutura da economia privada – fosse ao mercado interno ou ao mundial. Contudo, o controle político estatal alteraria a essência destes processos que manteriam a forma capitalista, mas desenvolveriam um conteúdo distinto, voltado para o avanço da economia estatal. O conflito das leis também se daria dentro do próprio setor estatal. Para todos os efeitos, a solução era o planejamento.

Filtzer aponta que é possível reconhecer nos escritos de Preobrazhensky uma explicação sobre o surgimento da burocracia, um estrato não proletário dentro da economia e do aparato estatal que teria sua base material nos elementos capitalistas da economia estatal.

Assim, se encontra sob a lei da acumulação socialista não só o conflito do proletariado e os grupos sociais capitalistas, mas também entre o proletariado e a burocracia, embora não chegue ao ponto de igualar a burocracia à burguesia.

Filtzer considera que Preobrazhensky dá uma primazia analítica para a organização do trabalho humano. Neste sentido, seria equivocado considerar que o desenvolvimento econômico puro e simples garantiria a abolição dos vestígios do capitalismo durante o período de transição. A riqueza material e o desenvolvimento técnico tornariam isto possível, e só.

Mais do que isso, Preobrazhensky consideraria que o desenvolvimento da indústria estatal era limitado por fatores não só econômicos, mas também pelo nível de cultura da população em geral e da classe trabalhadora em particular.

Filtzer considera, assim, que a partir de um entendimento das forças produtivas como englobando os meios de produção e o proletariado, como um agente ativo, a tônica do debate da industrialização seria outro.

Em outras palavras, a necessidade de uma revolução no ocidente era a conclusão inexorável não só da análise política geral de Preobrazhensky e da Oposição de Esquerda, mas da sua análise econômica específica das condições da reprodução ampliada sob condições soviéticas (FILTZER, 1976, p. 11).

Sem essa relação, a disputa entre a oposição de esquerda e o stalinismo se reduz a questão a um debate sobre política econômica, quando ela na verdade abrange outros pontos. Aqui podemos identificar a questão democrática, a qual também se relaciona com o debate de consciência e cultura proletária. Desta forma, a elaboração de Filtzer considera que a defesa do programa de industrialização proposto por Preobrazhensky só pode ser compreendida à luz do debate sobre consciência de classe e democracia, um combate à burocratização e a defesa do internacionalismo como condições para a reprodução ampliada no setor estatal.

2. Preobrazhensky e *A nova econômica*

Como já citado, *A nova econômica* foi a principal obra de Preobrazhensky. O projeto original do livro incluía dois volumes. O primeiro, que foi parcialmente publicado, se debruça sobre questões teóricas e o segundo conteria um debate histórico, debates sobre a realidade na URSS e uma apreciação das ideias socialistas e comunistas sobre o socialismo. A edição de que dispomos seria a primeira parte deste primeiro volume. A segunda parte trataria especificamente da história da teoria socialista, objetivo parcialmente completado em dois artigos publicados por Preobrazhensky sob o nome Concepções socialistas e comunistas do socialismo, os quais só estão disponíveis em russo. Além do conteúdo desses artigos, a segunda parte deste volume pretendia ter também conteúdo sobre Lênin e os bolcheviques – parte que nunca foi escrita.

O segundo volume nunca chegou a ser publicado, embora parte do seu conteúdo esteja presente em artigos publicados separadamente. Três artigos sobre o equilíbrio econômico sob o capitalismo concreto e sob o sistema soviético foram publicados em 1926 e 1927, os quais têm tradução disponível em inglês. Esses artigos seriam a parte 1 do volume II, constituindo a parte teórica deste volume, que tinha como objetivo fazer uma análise concreta da economia soviética – contendo, em sua segunda parte, equações algébricas dos esquemas de reprodução discutidos teoricamente na parte 1. Essa segunda parte nunca foi escrita.

Da primeira parte do primeiro livro, trechos já haviam sido publicados em artigos separados anteriormente – o segundo e o terceiro capítulos do livro já haviam sido impressos no *Mensageiro* a Academia Soviética. A menção nesses artigos da Teoria de Acumulação Socialista Primitiva constituiu um ponto importante do debate entre a direita e a Oposição de Esquerda do partido ao longo da década de 1920 sobre questões relacionadas ao ritmo de industrialização e a relação com o

campesinato, engendrando uma discussão mais ampla sobre a transição ao socialismo.

Ao longo do livro, Preobrazhensky faz uma interpretação original e bastante interessante sobre a possibilidade de utilizar as categorias de Marx para a análise de uma sociedade socialista, e mais especificamente de uma economia mercantil-socialista, ainda em transição ao socialismo, como a URSS da década de 20. A discussão do livro *A nova econômica*, assim, constitui um interessante estudo sobre a forma como os intelectuais soviéticos interpretaram a obra de Marx – mais especificamente as categorias elaboradas pelo autor ao longo dos três livros de *O capital*.

Em primeiro lugar trataremos da questão do método em Preobrazhensky, o qual é uma temática destacada pelo próprio autor. O primeiro capítulo é, inclusive, intitulado Sobre o método de análise Teórica da economia soviética. Esse capítulo, longe de se restringir a uma discussão completamente teórica sobre metodologias propõe o seu debate em relação à análise do concreto. Isso se relaciona justamente à metodologia marxista, da qual o autor parte, que não traz as categorias prontas para encaixá-las na realidade, mas, ao contrário, analisa a realidade para a elaboração de categorias abstratas.

Donald Filtzer (1976), em sua tese sobre a reprodução ampliada em Preobrazhensky, aponta a importância que a compreensão da natureza das categorias marxistas tem para a leitura da obra do autor. Segundo ele, a teoria de Preobrazhensky da acumulação socialista primitiva depende necessariamente da premissa de que as categorias de análise são transitórias historicamente e representações ideais de tipos específicos de relações sociais.

Na Introdução de 1857 aos Grundrisse (MARX, 2011), Marx trata da questão do método de análise da realidade. Nesse texto, ele critica a forma como os economistas políticos até então construíram as categorias, e destaca a sua historicidade. Já no primeiro item da introdução, quando aborda a questão da produção em geral. Ele aponta que a noção de “produção em geral” seria uma abstração racional na medida em que reconhece elementos comuns às diversas épocas históricas, mas que só teria alguma utilidade se não apagasse a especificidade desses momentos.

As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial (MARX, 2011, p. 41).

Marcello Musto afirma que no texto da Introdução de 1857, Marx daria mais um passo na formulação de seu método de elaboração de categorias abstratas, porém históricas, para análise da realidade concreta, diferentemente de outros momentos de sua obra.

Então a abstração ganhou uma função positiva para Marx. Não era mais, como em sua crítica anterior de G. W. F. Hegel, sinônimo de filosofia idealista e de substituição da realidade, ou, como ele colocou em 1847 na *Miséria da filosofia*, uma metafísica que transformava tudo em categorias lógicas (MUSTO, 2008, p. 6, tradução da autora).

A historicidade das categorias era essencial para Marx pois, se havia elementos comuns à produção em geral – é necessário haver pessoas e materiais para haver produção, por exemplo – é o particular de cada época histórica que permite de fato conhecê-la.

Se a abstração não for combinada com o tipo de determinações característica de qualquer realidade histórica, então a produção deixaria de ser um fenômeno específico e diferenciado para ser um processo perpetuamente idêntico a si próprio, o qual ocultaria a “diversidade essencial” [*wesentliche Verschiedenheit*] das formas variadas através da qual ele se manifesta (MARX *apud* MUSTO, p. 7, tradução da autora).

Esse elemento também se revela em sua crítica aos economistas políticos que, ao falar da produção em geral, naturalizavam e universalizavam elementos próprios do modo de produção capitalista. Parecia ser próprio da produção em geral, por exemplo, a existência do capital. O autor aponta a conveniência de negar a historicidade da categoria capital, visto que isso retira a necessidade de se refletir sobre sua origem e tratar do sangrento processo de acumulação primitiva.

Ao retratar o trabalho assalariado como uma relação universal, e não como uma realidade história determinada, os economistas políticos incorriam em consequências epistemológicas, mas também políticas. Essa compreensão implica que a exploração e alienação sempre existiram e sempre existirão.

Filtzer (1976) aponta que a naturalização de categorias é uma consequência da fetichização das relações sociais, que aparecem como coisas cristalizadas.

É só através da tradução do trabalho humano concreto em valor, em valor abstrato e alienado que tenha tido suas características concretas e úteis completamente apagadas dele e seja assim comum a todos os produtores, que a troca, como *sine qua non* da produção capitalista, pode existir. O ato da troca requer e pressupõe que relações diretas entre produtores sejam abolidas e que toda produção e relações sociais sejam mediadas através de coisas. Consequentemente, essas relações se tornam objetificadas na consciência humana precisamente por que elas se tornaram objetificadas na vida social (FILTZER, 1976, p. 26).

Filtzer também cita Rubin, para se referir às categorias econômicas marxistas. Estas expressariam relações de produção entre as pessoas e são, portanto, localizadas historicamente.

As categorias econômicas expressam relações de produção diferentes entre as pessoas e funções sociais que correspondem a elas, ou as formas social-econômicas das coisas. Essas funções ou formas tem um caráter social porque elas são inerentes, não às coisas em si, mas às coisas que são partes de um ambiente social definido, notadamente coisas através das quais as pessoas entram em relações de produção determinadas umas com as outras. Essas formas não refletem as propriedades das coisas, mas as propriedades do ambiente social (RUBIN *apud* FILTZER, 1976, p. 32).

Somamos às citações já elencadas acima, um trecho do próprio Preobrazhensky, retirado do terceiro capítulo da *Nova Econômica*, que demonstra seu tratamento dessas categorias.

O que denominamos de categorias da economia política são descrições logicamente puras, ideais das relações reais de produção, troca e repartição que se estabelecem com base na produção mercantil e mercantil capitalista. (...). É a descrição científica desses tipos de relações de homens entre si (e não de coisas entre si ou de homens entre coisas), a partir da produção mercantil e mercantil capitalista que Marx designa por categorias da economia política; estas categorias conseqüentemente, descrevem adequadamente as relações reais quotidianas do capitalismo mas, na ciência, essas relações são reproduzidas de modo abstrato, sob sua forma pura (PREOBRAZHENSKY, 1979, pp. 168-9).

Posto que as categorias marxistas são históricas, se referindo à análise do capitalismo, Preobrazhensky encontra dois problemas sobre que método usar para analisar a economia soviética, os quais se referem à diferença do objeto encontrado por ele daquele analisado por Marx, o capitalismo clássico. Essas diferenças são a existência de um capitalismo em decadência e de um novo sistema econômico.

Preobrazhensky expõe o método da economia de Marx enquanto altamente abstrato, sendo sua primeira abstração aquela da estrutura da superestrutura.

O marxismo começa a análise a partir do centro evolutivo de todas as modificações e de todo movimento, quer dizer, a partir da economia, separando-a de todo o resto, num momento determinado do estudo, pela força da abstração (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 52).

Haveria ainda, contudo, a necessidade de um segundo nível de abstração, feito em cima da estrutura já abstraída da superestrutura, de reconhecimento das leis de funcionamento do capitalismo a partir de um conceito puro do capitalismo. A partir dessa abstração, ficariam claras as particularidades desta estrutura econômica que exigem um método analítico abstrato adequado para estudá-las, diferente de uma metodologia geral sociológica. O primeiro movimento de abstração consistiria na

utilização do materialismo dialético em geral, como o método sociológico universal de Marx. Já o segundo apontaria para a elaboração das categorias próprias à análise do capitalismo.

O autor então situa que a análise de um sistema em que a essência das coisas e sua manifestação não coincidem só poderia ser feita a partir de uma análise crítica e abstrata da lei do valor. Para a análise marxista do capitalismo, assim, seria necessário o método dialético abstrato bem como do conceito de lei de valor – este segundo ponto seria uma diferença para a análise de sociedades nas quais a lei do valor ainda não regula ou não mais regula.

Assim, dada a alteração do objeto de estudo, que deixa de ser o capitalismo para ser uma sociedade de economia socialista mercantil, e dada a historicidade das categorias marxistas, Preobrazhensky propõe a substituição da economia política, adequada para a análise do capitalismo, pela noção de tecnologia social.

Mas se, no domínio da realidade econômica, a mercadoria do modo de produção capitalista é substituída, na economia planificada, pelo produto; se o valor é substituído pela medida do tempo de trabalho; se o mercado (enquanto domínio de manifestação da lei do valor) é substituído pela contabilidade da economia planificada; se a mais-valia é substituída pelo sobreproduto, do mesmo modo, no domínio da ciência, a economia política é substituída pela tecnologia social, isto é, pela ciência da produção social organizada. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 55).

O autor afirma que a economia política, segundo Marx, não seria uma tecnologia social, pois estuda apenas as relações de produção de uma forma de economia espontânea e não organizada, com os tipos de regulação que são inerentes somente a esta forma, isto é, os tipos de regulação que se manifestam com base na lei do valor. A lei do valor imporá limitações ao planejamento, mesmo que os agentes estivessem delas cientes.

Preobrazhensky passa a se perguntar, então, o que teria mudado no objeto de estudo. No caso de uma sociedade de produção socialista plenamente organizada e planificada, ele afirma que ainda haveria a submissão das atividades dos homens à necessidade e suas relações sociais estariam subordinadas a leis. Obviamente a regulação não se daria mais a partir da lei do valor, como no capitalismo, mas haveria ainda um tipo de regulação. Ele dialoga com críticas recebidas a sua defesa de chamar a regulação dentro de um regime socialista de lei – no caso a lei de acumulação socialista primitiva. Para rebater tais críticas, ele cita trechos do *Anti-dühring* de Engels, parte dos quais repetimos aqui.

As leis de sua própria atividade social que, até o presente, levantavam-se contra os homens enquanto leis da natureza,

estranhas a eles e os dominando, são a partir de agora aplicadas e dominadas pelos homens plenamente conscientes. (...)

A liberdade consiste unicamente nisto: o homem social, os produtores associados, regulam de modo racional suas trocas com a Natureza e as submetem a seu controle coletivo, em lugar de se deixar dominar por elas como uma força cega (...). Mas este domínio continua o da necessidade. É além dela que começa este desenvolvimento das energias humanas que constitui um fim em si mesmo o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode desabrochar sobre a base deste império da necessidade. (ENGELS *apud* PREOBRAZHENSKY, 1979, pp. 57-8)

Preobrazhensky destaca que não se fala de supressão das leis da atividade social dos homens, só que a lei do valor deixa de existir. A característica fundamental das leis que regulam os regimes socialistas e comunistas seria a sua adaptação e utilização pelos homens.

É nisso que consiste a diferença entre as leis da produção capitalista e as regulações econômico-sociais da economia socialista planejada. O determinismo domina aqui também mas são diferentes as formas da dependência e as formas da causalidade (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 59).

Um exemplo que ele cita para ilustrar essa diferenciação é o de um hipotético aumento da demanda de calçados em uma sociedade socialista. Ele aponta que, ao contrário do capitalismo, onde isso só poderia ser verificado à posteriori, pela prova do mercado, na sociedade socialista isto seria previsto de antemão. Ainda que ele componha, assim, o planejamento, o aumento das necessidades seguiria sendo um fato objetivo – seja pelo aumento populacional ou pelo cálculo da durabilidade dos sapatos existentes, por exemplo, o qual não resulta de uma variação decorrente da influência consciente da própria sociedade visando a substituição de um tipo de calçado por outro e a produção não acarreta deliberadamente novas demandas. Assim, sob o socialismo, a regulação não se impõe por intermédio do mercado. A presença da regulação se apresenta não à posteriori, como no capitalismo, mas se manifesta previamente com o conhecimento dos organismos econômicos reguladores da sociedade (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 61). Esta antecipação do processo regido por leis constitui justamente o primeiro traço característico da produção socialista, da nova produção, traço que a distingue da antiga.

Em segundo lugar, a dependência mútua das diferentes partes do mecanismo de produção também se faz sentir não de modo espontâneo, mas sim como parte do planejamento elaborado pelo estado soviético, a

partir da figura da *Gosplan*². Disso decorre que as possibilidades de utilização da força de trabalho e dos recursos naturais existentes são maiores do que aquelas presentes sob as condições apresentadas pelo capitalismo, já que seu planejamento em conjunto permite a organização de diversas combinações não possíveis pela anarquia capitalista. Isso significa que, a partir de uma mudança qualitativa, abre-se a possibilidade para um aumento quantitativo da produção.

Essas diferenças seriam, portanto, a justificativa da impossibilidade de se trabalhar meramente com o arsenal teórico forjado pela economia política fazendo com que, com a mudança do objeto, também se tornasse necessário mudar as categorias de análise a ele vinculadas.

Com o desaparecimento da lei do valor da realidade econômica desaparece igualmente a velha economia política. Uma nova ciência ocupa agora o seu lugar a ciência da previsão da necessidade econômica numa economia organizada, a ciência que – no campo da produção ou em outro – visa obter o necessário do modo mais racional (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 62).

Quando falamos da realidade soviética daquele momento, contudo, estamos falando não de um sistema socialista puro, mas de um momento de transição. Nesse momento, coexiste um princípio de planificação com a lei do valor. Para analisá-las, ele destaca o fato de que a mera descrição dos fenômenos não seria suficiente, sendo necessário usar o método analítico abstrato, o qual já foi apresentado neste texto, sobre esta realidade para revelar os aspectos puros das tendências que se enfrentam. Enquanto sobre a lei do valor já haveria uma vasta produção, Preobrazhensky aponta a dificuldade de tratar da lei de acumulação socialista primitiva – e é isso que ele passará a explorar então.

O primeiro questionamento proposto pelo autor é se seria correto falar da existência de uma lei de acumulação socialista primitiva ao invés de simplesmente se referir a um princípio de planificação e sua implementação prática. Falar especificamente dessa temática também é uma resposta às críticas recebidas pelos artigos que ele havia publicado anteriormente sobre o tema – ele trata dessas críticas e de sua resposta a elas brevemente também no prefácio dessa obra. As objeções que tratavam da questão das duas leis em funcionamento na economia soviética revelariam, para Preobrazhensky, uma concepção naturalista e a-histórica da lei valor, a qual seria vista como a reguladora dos gastos com mão de obra em geral, em qualquer sistema social, ao invés de específica ao regime mercantil capitalista. Além disso, ao afirmarem que a lei do valor seria a única em vigência na URSS, seus opositores teriam negado o caráter

² A Gosplan era o órgão responsável pela elaboração do planejamento econômico soviético, notadamente dos planos quinquenais.

socialista da economia soviética – aqui Preobrazhensky faz uma ressalva de que esse caráter ainda poderia ser considerado bastante primitivo – e negado também a existência de uma luta na economia soviética entre tendências da economia mercantil e as tendências do desenvolvimento socialista. Essa concepção, para ele, se aproxima daquela defendida pelos mencheviques.

Uma outra abordagem dessa mesma objeção se centra sobre o reconhecimento da existência de uma luta entre o princípio de planificação contra o mercado, mas a impossibilidade de se afirmar a existência de uma luta da lei do valor contra uma lei da acumulação socialista primitiva – ou seja, o problema aqui é a utilização do conceito de lei. Ele questiona esse aspecto da crítica afirmando que, sob essa interpretação, a lei da acumulação socialista primitiva se reduziria à lei do *Sovnarkom* (Conselho de Comissários do Povo). Esses críticos que afirmam a existência da lei do valor, ou seja, de uma regulação objetiva da economia mercantil, ao negar a existência de uma regulação objetiva ao processo de reprodução ampliada do estado soviético negariam também a possibilidade de uma análise científica dessa realidade, a partir de critérios de causalidade de determinações.

O autor defende a utilização do conceito de lei, retomando seu sentido sociológico geral – “uma repetição das consequências quando da reprodução de causas relativamente semelhantes numa conjuntura social que é relativamente a mesma” – e em seu sentido econômico – “uma repetição das consequências que decorre da reprodução de um tipo determinado de relações de produção” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 64). A essas definições, ele soma a necessidade de, em um momento de transição, haver um esforço consciente para a constituição de um novo tipo de relação de produção.

Todo o conjunto de tendências conscientes e semiconscientes, dirigidas para o desenvolvimento máximo da acumulação socialista primitiva, constitui justamente esta necessidade econômica, esta lei coercitiva da existência e do crescimento de todo o sistema, que pressiona incessantemente a consciência do conjunto dos produtores da economia estatal e os conduz ainda e sempre a repetir as ações dirigidas para a realização do ótimo de acumulação numa conjuntura dada (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 66).

No caso da transição socialista, as tarefas que se incluem nessas tendências conscientes e semiconscientes incluem uma continuação da reprodução ampliada das relações socialistas, a extensão dos meios de produção que pertencem ao governo proletário, a união de um número sempre maior de operários em torno desses meios, o aumento da produtividade do trabalho em todo o sistema e a reprodução ampliada do sistema.

Ainda assim, o autor destaca mais uma vez o caráter determinado dessas ações conscientes. Por exemplo, o aprofundamento do trabalho de planificação imposto à economia coletiva é visto como uma lei externamente coercitiva, ele é necessário dentro desse regime, e não somente uma decisão voluntária de seus membros – a elaboração do primeiro plano quinquenal pela *Gosplan* é citada como um exemplo. Essa lei de regulação dita certas proporções para a organização no interior da economia estatal – há um mínimo necessário para a reprodução ampliada que é imposto de modo coercitivo para sua resistência.

Desconhecer a existência desta lei, ignorar que ela tem um caráter coercitivo para a economia estatal e que influi sobre a economia privada, constitui não somente um erro teórico, uma obstinação mental e um conservadorismo, mas uma coisa perigosa na prática, em termos da luta pela existência de todo nosso sistema econômico coletivo. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 77)

Isso leva Preobrazhensky a destacar o essencial papel do planejamento dentro da economia soviética. Isso é uma justificativa a seu próprio esforço teórico, pois ele afirma que

Entre nós, onde existe a economia estatal centralizada do proletariado, e onde a lei do valor está limitada e parcialmente substituída pelo princípio do planejamento, a previsão desempenha um papel absolutamente excepcional em comparação com a economia capitalista e, os erros de previsão podem ter, em razão da administração centralizada da economia, consequências mais graves do que os erros dos dirigentes das empresas privadas [...] a teoria aparece como o único meio seguro, e o mais democrático, que assegura a todos os trabalhadores uma previsão científica no que diz respeito à direção planejada. Daí o papel propriamente produtivo de uma adequada teoria científica da economia soviética. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 46)

Ele afirma, assim, que a responsabilidade dada à ciência durante o período socialista atinge uma escala desconhecida durante o período capitalista, sendo possível conceder-lhe um papel não só científico, mas também produtivo.

A segunda indagação levantada por Preobrazhensky questiona se seria possível e correto metodologicamente analisar os efeitos da lei sob sua forma pura, abstraindo a política econômica real do governo soviético. Preobrazhensky considera tal fato correto pois esse seria o método de Marx: a análise da economia em primeiro lugar – remetendo ao prefácio da *Crítica da economia política*, quando trata da questão da estrutura e superestrutura. Ele aponta ainda uma dificuldade acrescida àqueles que procurassem não utilizar o método de abstração no que se refere ao ambiente de um regime especificamente socialista. Isso se dá pelo fato de

que uma política imposta por pressões externas tem a aparência de uma decisão assumida com toda a liberdade. Isso se refere à própria natureza da sociedade socialista, onde, como já se disse, a reação às determinações da necessidade se dá a priori e não a posteriori. Ao não buscar abstrair as características dessa regulação, portanto, corre-se o risco de englobar tudo dentro da esfera do livre-arbítrio voluntário da tomada de decisões do governo. Se a mudança do objeto obriga a passagem da economia política para a tecnologia social, o momento de transição demanda uma ciência de transição que ainda estaria para ser criada pelos economistas soviéticos. O método escolhido por Preobrazhensky é, então, fazer a análise separada do setor socialista e do setor mercantil da economia soviética, procurando ao fim traçar uma síntese.

A última indagação metodológica feita por Preobrazhensky consiste no questionamento sobre a existência de duas leis em conflito na economia soviética. Se sim, qual delas consistiria no regulador único da economia? Sua resposta inicial para isso é que, sim, de fato existem duas determinantes simultâneas – o que não seria nem ao menos uma novidade histórica, visto que os momentos de transição entre modos de produção também teriam comportado a existência de reguladores simultâneos. Essa contradição estaria presente, por exemplo, no interior da própria economia estatal, a qual ao mesmo tempo em que não se trata de uma produção com vistas ao lucro, também não é ainda uma produção com vistas ao consumo dos trabalhadores da economia estatal e, menos ainda, de todos os indivíduos da economia privada. Essa é sua contradição interna, ligada tanto à natureza desta economia como às condições da luta por sua existência e crescimento. Contudo, Preobrazhensky já antecipa aqui o fato de que a contradição entre uma e outra tendência no interior da economia estatal não adquire a forma de um antagonismo entre classes.

3. A interpretação de Preobrazhensky das categorias marxistas

A partir dessa reflexão metodológica, Preobrazhensky analisa as características da Lei de Acumulação Socialista Primitiva, apontando sua definição e os métodos passíveis de sua implementação, bem como a ação da Lei do Valor dentro da sociedade soviética. Ao avaliar esta última, ele analisa a possibilidade de utilizar as categorias elaboradas por Marx em *O capital*, verificando as alterações dos objetos a que elas se refeririam. Essa análise se centra no terceiro capítulo da obra, A lei do valor na economia soviética. Ao longo do texto, buscaremos destacar a forma como o autor interpreta as categorias marxistas e relacionar essa interpretação à sua teoria da transição. Contudo, não é objetivo deste texto apontar os erros de interpretação da teoria marxista empreendidos por Preobrazhensky. Nosso

objetivo é, a partir do reconhecimento da embocadura de sua interpretação, identificando suas ênfases e faltas, compreender os elementos que compõe a teoria de transição do autor.

Ao tratar dessas categorias e avaliar o quanto elas podem ser aplicadas à realidade soviética, Preobrazhensky afirma que em um sistema de produção socialista planificada desenvolvido há uma substituição da produção mercantil à produção socialista planificada, do mercado à contabilidade da sociedade socialista, do valor e dos preços aos custos de trabalho da produção, da mercadoria ao produto, do mais-valor pelo sobreproduto. Embora o autor trate desses pontos em tópicos diferentes de seu texto, considero ser apropriado observá-los em conjunto para melhor compreender a visão do autor sobre essas categorias. Passaremos, agora, a um exame delas, recorrendo a uma análise daquelas formuladas por Marx quando necessário.

Iniciaremos com a definição de mercadoria para Marx, partindo do primeiro capítulo do Livro 1 de *O capital* (2013). A mercadoria é, por um lado, algo – seja material ou imaterial – que satisfaz as necessidades humanas, ou seja, um valor de uso. Por outro lado, a mercadoria é um valor de uso produzido para outrem, ou seja, para ser levado à troca no mercado. Um dos pressupostos da existência da mercadoria, portanto, é a existência de uma divisão social do trabalho, como forma de garantir a existência de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes para produzirem mercadorias distintas.

Por outro lado, a realização das trocas de mercadorias distintas por seus valores de uso, ou seja, por suas qualidades materiais, demanda algo que lhes dê uma comensurabilidade. Visto a diferença de suas propriedades materiais, Marx aponta que o elemento em comum possuído pelo conjunto das mercadorias consiste no fato de serem elas produtos do trabalho humano, ou seja, “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (MARX, 2013, p. 121). Contudo, esses trabalhos úteis, concretos, também são diferentes em suas atividades – o trabalho de um alfaiate é diferente de um trabalho de um pedreiro, por exemplo. A consequência lógica aqui é que, ao se abstrair a concretude dos valores de uso como forma de tentar encontrar-lhes algo em comum, também se abstrai a concretude do trabalho realizado para sua produção. Assim, chegamos ao elemento comum às mercadorias que permite a sua mensuração em comum e, assim, sua troca no mercado: o trabalho humano abstrato, medido a partir do tempo de trabalho – saímos do âmbito qualitativo para o quantitativo. Contudo, é importante destacar que esse tempo de trabalho é determinado pela média social do tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria determinada em um determinado período histórico. Esse caráter social da determinação

do valor da produção aparentemente independente do produtor privado se relaciona, como veremos mais a frente, ao caráter fetichista da mercadoria.

A mercadoria é, então, a união de valor de uso e valor, sendo que este último é um elemento abstrato que se objetiva em sua representação concreta enquanto valor de troca – alguma outra mercadoria pela qual ele seja trocado. É a contradição entre o valor de uso e o valor de troca que colocam a mercadoria em movimento – a mercadoria tem de deixar de ser um valor de uso perante o vendedor para converter-se em valor, concretamente seu valor de troca.

Marx destaca a forma como a verificação do valor de uma mercadoria determinada se dá sempre de forma relativa a outra, que se torna a expressão física de seu valor abstrato. Nesse caso a mercadoria cujo valor se mede tem a forma de valor relativo, ao passo que aquela em cujo corpo o valor é representado ocupa o papel de valor equivalente. Enquanto em princípio qualquer mercadoria poderia ocupar qualquer uma das posições, desde que cada posição fosse ocupada por uma mercadoria diferente da outra, Marx destaca que historicamente existe uma tendência a que as mercadorias em geral expressem seu valor em uma única mercadoria que se torna, então, a equivalente universal, ou mercadoria dinheiro. Ele destaca que concretamente o ouro foi a melhor mercadoria para cumprir esse papel, por suas características de ter uniformidade, divisibilidade e quantidade limitada. Ele demonstra, assim, como a forma dinheiro tem sua origem, na verdade, na forma mercadoria.

O primeiro capítulo do Livro 1 de *O capital* (2013), assim como o livro como um todo, tem um alto grau de abstração. Trata-se da definição do conceito de mercadoria a partir de uma abstração de uma realidade histórica determinada – condição que se complexifica nos Livros II e III da obra. Ainda assim, esse grau de abstração já permite vislumbrar elementos importantes para a definição do conceito de lei do valor que regula as trocas no capitalismo. A lei do valor implica que as mercadorias têm sua equivalência dada pela quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido. Contudo, não é assim que elas aparecem para os sujeitos nesse processo envolvidos. Adentramos, então, a temática do fetiche da mercadoria, a qual complexifica a caracterização da lei do valor e também traz elementos para se pensar a transição ao socialismo.

O processo de fetichismo da mercadoria consiste na reificação das relações sociais. As trocas das mercadorias no mercado nada mais são do que a demonstração do caráter social de sua produção, dado pela divisão social do trabalho e pela generalização do trabalho abstrato enquanto medida de valor. Contudo, elas não são vistas como uma relação entre homens, mas como características próprias das mercadorias em si, propriedades naturais dos objetos, existentes independentemente dos

produtores. Assim, aquilo que são relações entre homens se apresentam enquanto relações entre coisas. Contudo, isso não é sinônimo de uma apreensão equivocada da realidade por parte dos envolvidos, essas relações se apresentam reificadas por que de fato o são.

Os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 2013, p. 148).

Ao final da sessão em que trata sobre a temática do fetichismo da mercadoria, Marx aponta para como as relações de produção se estruturam e são apreendidas em formas econômicas pré-capitalistas, como a Idade Média, por exemplo, e em uma hipotética associação de homens livres. Essa associação organizaria seu trabalho a partir de meios de produção coletivos e despenderia sua força social de trabalho conscientemente de uma forma unitária. O produto produzido seria um produto social, sendo parte dele usado como meio de produção e outra parte distribuído entre seus membros para o consumo de subsistência. Embora admita a possibilidade de distribuição a partir de critérios diversos, Marx constrói um exemplo em que, em paralelo à produção da mercadoria, a distribuição se desse com base no tempo de trabalho. Nesse caso, as relações sociais são evidentes para os envolvidos, e não reificadas.

A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento. (MARX, 2013, p. 154)

Esse ponto destacado por Marx é importante para pensarmos as próprias características da lei de acumulação socialista primitiva levantadas por Preobrazhensky, dentre as quais a consciência do planejamento figura entre um dos pontos mais importantes.

Postas as características básicas da mercadoria, é preciso inseri-la dentro da forma capitalista de produção de mercadorias – ou seja, não só de valor, mas de mais-valor – para podermos passar à análise das ideias de Preobrazhensky.

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de

valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 273)

No quarto capítulo do Livro I de *O capital* (2013), Marx descreve o processo de formação do capital. Dentro de um contexto onde a produção e o comércio já se encontram desenvolvidos, há uma alteração da forma imediata da circulação de mercadorias, representada pela fórmula M-D-M³, para o formato D-M-D. O que poderia parecer uma mera mudança formal de ordem é, na verdade, uma alteração do objetivo da circulação - ele deixa de ser um valor de uso para ser o próprio valor, na figura de seu valor de troca.

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. (MARX, 2013, p. 228)

A circulação neste formato, contudo, não se justifica caso não haja um acréscimo de dinheiro ao final do processo, ou seja, D-M-D', visto que não haveria sentido em se trocar a mesma quantia de dinheiro pela mesma quantia de dinheiro. Nessa forma de circulação, o valor se torna o sujeito que, ao alterar sua forma, ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza, valorizando a si mesmo. As particularidades do ciclo do capital do ponto de vista de cada uma de suas formas são exploradas por Marx no Livro II de *O capital* (2014), mas não serão tratadas aqui. Por ora nos interessa a definição desse processo de valorização e a forma como ele é abordado por Preobrazhensky.

Marx destaca que a arbitrariedade da determinação de preços da parte dos vendedores de mercadorias não pode explicar a existência desse acréscimo de valor ao fim da transação. Há um elemento, ao mesmo tempo dentro e fora da esfera da circulação que garante a existência do capital. Fora, por que a produção do valor se dá na esfera da produção, portanto fora da circulação, dentro, por que se dá a partir do consumo de uma mercadoria específica adquirida no processo de circulação e posteriormente também se realiza a partir da venda da mercadoria produzida no mercado. A mercadoria que tem a capacidade de, através do seu consumo, produzir mais valor do que ela própria vale é a força de trabalho.

Marx destaca, contudo, que para que a capacidade de trabalho se torne uma mercadoria disponível no mercado é necessário que existam

³ Nessa fórmula e nas demais M representa mercadoria, D representa dinheiro e D' o representa D acrescido de um valor ΔD .

trabalhadores livres – indivíduos livres em dois sentidos: ser uma pessoa livre para dispor de sua força de trabalho como quiser, inclusive vendendo-a, e ser uma pessoa livre de outras mercadorias, restando somente a sua capacidade de trabalho como mercadoria a ser vendida.

Passemos, então, às reflexões de Preobrazhensky sobre essa temática. Ele inicia esse item definindo mais-valor para Marx, traçando algumas condições para sua existência: (i) tem que existir mercadorias, ou seja, valor; (ii) o trabalho humano tem que ser uma mercadoria; (iii) tem que existir um “proletariado, separado dos instrumentos de produção, e uma classe de compradores da força de trabalho, dispondo do monopólio do direito de propriedade sobre os instrumentos de produção” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 208); e (iv) tem que existir um desenvolvimento da produtividade o suficiente para a garantia de um excedente. O autor traça, então, um resumo do desenvolvimento histórico dessa categoria, levando em conta que em sistemas não capitalistas havia sobreproduto, porém não mais-valor.

Quando passa ao campo da economia soviética, ele considera que há uma atrofia dos elementos da categoria do mais-valor à medida que se desenvolvem as forças produtivas em sua forma socialista. Ele passa, então, à avaliação do quanto cada um dos pressupostos da existência do mais-valor se mantém dentro do regime de transição soviético.

O *primeiro pressuposto* era a existência de mercadorias é, portanto, de valor. Nesse quesito, Preobrazhensky afirma que está ocorrendo uma transição da mercadoria se tornando produto. Para ele essa transição se daria mais rapidamente no setor estatal da produção de meios de produção. Esse fato tem duas determinantes, uma do campo da produção e outra no campo da circulação. A primeira delas, da produção, afirma que a tendência à elevação da composição orgânica do capital se mantém durante o socialismo, ou seja, há uma tendência a proporção de capital constante crescer relativamente ao capital variável na composição dos meios de produção. Este fato faria com que o setor que produz o capital constante, especificamente o capital fixo, ganhasse uma importância cada vez maior dentro da economia. Daí Preobrazhensky conclui que a diminuição da parte relativa do capital, ou seja, da participação humana na produção caminhará no sentido do fim da produção mercantil.

Mas, dado este fato, o desenvolvimento das forças produtivas deve inevitavelmente implicar um aumento da importância específica da produção de meios de produção e este aumento de modo completamente automático acentua a tendência ao desaparecimento da produção mercantil na economia estatal e, deste modo, mina a categoria da mais-valia. (PREOBRAZHENSKY, 1979, pp. 211-2)

Ao falar do fim da categoria mais-valor, Preobrazhensky parece, na verdade, estender esse colapso à categoria valor como um todo. Essa é uma visão que apresenta uma compreensão equivocada da teoria do valor de Marx. Para este, como vimos, o caráter de valor das mercadorias não deriva somente do fato de que estas são fruto do trabalho humano – valores de uso sempre foram produzidos pela humanidade, sendo o trabalho o seu fato ontológico, segundo o próprio Marx – mas sim que o trabalho humano passa a ser a medida social utilizada para as trocas e passa a regular a produção e circulação como um todo. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas não aponta inevitavelmente para o fim do mais-valor, o valor pode ainda regular as relações sociais a partir de outras proporções, nesse caso menores, de sua incorporação em cada mercadoria individual. Essa afirmação de Preobrazhensky carrega um otimismo sobre a técnica, uma certa ideologia do progresso. Ainda que as críticas a ela não sejam completamente eliminadas pela segunda parte de sua argumentação, relacionada ao campo da circulação, há uma complexificação de seu argumento.

Preobrazhensky se pergunta se o produto da produção da indústria estatal pode ser considerado uma massa de mercadorias. Para isso o autor responde que sim, que não e que parcialmente não.

Sim, na medida em que temos o monopólio da produção, apoiado no mercado. Não, na medida em que temos o monopólio da produção pelo próprio setor estatal, conservando somente a *forma* das relações de mercado no interior deste setor; parcialmente não, na medida em que as tendências do monopólio socialista afetam a economia mercantil, acarretando, em muitos casos a liquidação da concorrência e a transformação da própria essência do mercado de mercadorias (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 212).

Assim, no campo da circulação, a produção estatal é mercadoria na medida em que é produzida para o mercado – deduz-se assim que o mercado ainda é regido pela lei do valor. Ela não é mercadoria quando a relação de troca se dá dentro do próprio setor estatal, onde só a forma de mercado se mantém, mas não seu conteúdo, ou seja, as trocas não seriam reguladas pela lei do valor. Por fim, parcialmente não na medida em que existe o mercado privado na URSS, mas que este não se mantém na sua forma pura, sofrendo influências da esfera estatal. Além disso, Preobrazhensky afirma que, em geral, na economia estatal, o caráter mercantil da produção declina na proporção do aumento da soma absoluta da produção e na proporção que aumenta a planificação e a organização de seu organismo econômico. Nesse sentido, há um reconhecimento do caráter social da lei do valor, e este fato na verdade parece se contradizer com sua primeira afirmação em relação às consequências do aumento da composição orgânica do capital. O aumento da soma absoluta da produção

e a importância da planificação e organização compõem a definição do autor do período de acumulação socialista primitiva, e também estão presentes no debate proposto por Marx sobre a questão do fetiche da mercadoria.

Seu balanço final é que o mais-valor, do ponto de vista da existência de mercadorias, está em colapso e em grande medida já foi eliminado pelo desenvolvimento das relações socialistas de produção.

Voltemos agora às condições de existência do mais-valor enunciadas por Preobrazhensky. Abordaremos agora a *terceira* delas e, na sequência, voltaremos à segunda – seguindo a ordem de exposição do autor. Este ponto consiste na existência de exploração entre a burguesia, classe dos proprietários dos meios de produção, e a classe trabalhadora, cuja única mercadoria a ser vendida consiste em sua própria força de trabalho. Preobrazhensky afirma que a superação deste pressuposto da existência de mais-valor se encontra mais avançada do que a questão da produção de mercadorias analisada anteriormente. Sua supressão não foi evolutiva, mas através de saltos. Com a tomada do poder político e econômico pelo proletariado, a consequência é que a classe trabalhadora não poderia explorar a si mesma. Isso contribuiria para que o mais-valor se transformasse em sobreproduto.

Ele reconhece o caráter heterogêneo da classe trabalhadora, com a existência de trabalhadores com função de organizadores e a massa de trabalhadores, cujas remunerações divergem. Contudo, essa heterogeneidade é dentro de uma mesma classe e, mais do que isso, consiste em uma herança do capitalismo recebida pelo novo sistema. Para ele, portanto, a desigualdade material decorrente dessa heterogeneidade não existe devido à estrutura de produção soviética, mas sobrevive apesar dela. Ela desapareceria progressivamente através do

desenvolvimento das forças produtivas da economia estatal, [da] elevação sistemática dos salários, [do] controle, pelo sistema socialista, da instrução geral e técnica da juventude proletária e semiproletária, correlatamente a uma reaprendizagem dos adultos, conduzirão a um rápido aumento dos operários qualificados em relação aos operários não-qualificados e prepararão uma massa de trabalhadores para as funções de organização que excederá de longe o número de funções de organização e direção. E isto significará a dissolução das diferenças profissionais esclerosadas e a transição gradual a uma verdadeira solução socialista do problema dos organizadores e da massa através de uma aproximação entre ambos, com a transformação das profissões, dos agrupamentos esclerosados das mesmas e únicas pessoas, em funções preenchidas em rodízio, por toda a massa. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 241)

De qualquer forma ele reforça o argumento de que, ainda que haja heterogeneidade, setores como os Diretores Vermelhos, por exemplo, não possuíam nenhum monopólio sobre os meios de produção, sendo eles também empregados do estado operário. O crescimento quantitativo das forças produtivas dentro da economia estatal, desde que em um ritmo adequado, garantiria o desenvolvimento no sentido da eliminação dessa heterogeneidade.

Preobrazhensky sai da esfera das relações dentro do proletariado, onde ele chegou à conclusão não haver exploração de uma classe por outra, para se debruçar sobre outras formas de exploração que ainda possam existir na URSS. O primeiro tipo é baseado no fato de que uma fração do sobretrabalho seria destinada à remuneração dos técnicos em uma proporção que ultrapassaria o pagamento do trabalho altamente qualificado. Ele explica essa exploração pelo fato de que o desenvolvimento das relações socialistas seria insuficiente dentro do novo sistema educacional - podemos ver aqui a educação cumprindo um papel de dar as condições para a superação de uma condição de exploração, um dos pressupostos da eliminação do mais-valor. Uma segunda forma de exploração consistiria no fato de que uma fração dos sobreprodutos estatais seria capturada pelo capital privado sob a forma de lucro comercial. Esta exploração se explicaria pelo desenvolvimento inadequado do sistema de distribuição que decorre da socialização dos meios de produção. A terceira forma de exploração consistiria nos interesses dos empréstimos internos cobertos pelo campesinato, *nepmen* e pequena burguesia, bem como o pagamento eventual de juros de antigos e novos empréstimos estrangeiros. Também se inclui aqui um hipotético mal planejamento da acumulação socialista primitiva, onde a economia privada se apropriaria do excedente do estado em uma maior proporção que este do excedente daquela.

Assim, conclui-se que do ponto de vista da existência de duas classes distintas, de possuidores e não possuidores de meios de produção, não haveria mais a produção de mais-valor – dada a propriedade social dos meios de produção na esfera estatal. Os vestígios da organização da produção capitalista seriam eliminados pelo desenvolvimento da lei da acumulação socialista primitiva, tanto pelo crescimento do setor estatal quanto pela educação e reorganização dos trabalhadores.

Voltemos, agora, ao *segundo ponto* elencado por Preobrazhensky como uma condição para a existência do mais-valor: a configuração da força de trabalho enquanto uma mercadoria.

Mais uma vez a resposta de Preobrazhensky sobre a existência do mais-valor sob essa perspectiva é sim e não. A força de trabalho seria mercadoria quando se olha para a economia como um todo. O número de

operários empregados pelo estado é inferior ao empregado pelo setor privado – lembrando que isso inclui, e na verdade é majoritariamente, a agricultura. Ainda assim, mesmo os empregados no setor estatal reproduzem sua força de trabalho empregando a grande maioria de seu orçamento para comprar bens de consumo da produção privada, ou seja, o processo de reprodução da força de trabalho está ligado de modo muito estreito à economia mercantil.

No campo especificamente da economia estatal, o nível do fundo dos salários no seu conjunto é regulamentado pela lei da acumulação socialista primitiva, e não pela oferta e procura por mão de obra. Ainda não se trata absolutamente do sistema de distribuição intrinsecamente inerente às relações socialistas de produção – apenas do começo da preparação das condições prévias a uma tal distribuição, das quais uma das premissas é a separação entre o fundo salarial no seu conjunto e a ação da lei do valor.

Temos novamente aqui um interessante exemplo do fato de que, com a socialização dos meios de produção, certas modificações puramente quantitativas – o desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza material na economia estatal intensificam automaticamente o processo de dissolução das categorias da sociedade capitalista. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 218)

A distribuição dentro do fundo geral dos salários, contudo, se mantém quase inteiramente burguesa, ou seja, a forma do salário continua capitalista. A escala hierárquica de salários se manteria até que a formação de trabalhadores qualificados se adaptasse às relações de produção socialistas da economia estatal – tanto na divisão das profissões quanto nos incentivos burgueses para a produção.

Os incentivos socialistas não caem do céu. Cumpre desenvolvê-los através de uma reeducação prolongada do elemento humano criado na economia mercantil, de uma reeducação no espírito das relações coletivas de produção. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 218)

Na seção VI do Livro I de *O capital* (2013), Marx destaca a diferença do pagamento do trabalho e do pagamento da força de trabalho. Ele destaca que a forma salário sob o capitalismo contribuiria para o encobrimento desta relação, por sua fetichização, pois daria a aparência de que o salário paga a atividade trabalho. Marx destaca o fato de que a venda do trabalho em si não faz sentido, visto que

Para ser vendido no mercado como mercadoria, o trabalho teria, ao menos, de existir antes de ser vendido. Mas se o trabalhador pudesse dar ao trabalho uma existência independente, o que ele venderia seria uma mercadoria, e não trabalho. (MARX, 2013, p. 606)

Além disso, caso o que se vendesse fosse de fato o trabalho, a existência do mais-valor só se explicaria pela troca de não equivalentes. Assim, o salário reflete, na verdade, o valor da força de trabalho que consiste no valor dos itens necessários para a reprodução desta força de trabalho em um contexto determinado. Mais uma vez, contudo, Marx alerta para o fato de a expressão “valor do trabalho” se difundir surge das próprias relações de produção, que têm esta aparência. Desta forma, a forma salário apaga a divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho, dando ao conjunto do trabalho a aparência de trabalho pago. Soma-se a isso elementos como a variação do salário quando da variação da duração da jornada de trabalho bem como a diferença individual entre os salários de trabalhadores que executam a mesma função, os quais dão uma contribuição para a visão do salário como o pagamento do valor do trabalho.

Nesta seção, ainda, Marx apresenta as formas do salário por tempo e do salário por peça. Os dois são apresentados como variações desta mesma lógica do salário. Contudo Marx considera que a forma do salário por peça é a mais adequada ao capitalismo, visto facilitar a existência de descontos salariais e de fraudes capitalistas quando da avaliação da qualidade dos produtos, a diminuição do gasto com a supervisão do trabalho, bem como uma facilitação da elevação do grau de intensidade do trabalho – já que esta se torna do interesse pessoal do próprio trabalhador. O salário por peça desenvolveria, ainda, uma individualidade ligada a um “sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, sua concorrência uns contra os outros” (MARX, 2013, p. 626).

Preobrazhensky se pergunta então sobre qual seria a forma do salário que melhor corresponderia às condições de trabalho na economia estatal do proletariado durante seu desenvolvimento. Durante o Comunismo de Guerra havia operado o sistema de rações, ou seja, um abastecimento coletivo e uma remuneração coletiva. Esta forma de remuneração, por consistir em uma ruptura brusca e de uma só vez com os estímulos individuais e pequeno-burgueses no trabalho, fracassou. No momento em que ele escreveu o livro, em 1926, imperaria o salário por peça ou salário diário/mensal. Sua defesa consiste em que seria necessário chegar a um método combinado de remuneração individual e coletiva e depois para a remuneração do operário coletivo ao invés do individual.

Assim, o aspecto de transição nesse quesito consiste no fato de o fundo de salários ser comandado pelo princípio da acumulação socialista primitiva. Sendo o fato de a maior parte dos trabalhadores encontrarem-se inseridos em relações de trabalho na esfera privada da produção e as formas salariais ainda espaços de ação da lei do valor.

A *última* premissa para a existência do mais-valor elaborada por Preobrazhensky determina a necessidade de existência de um sobreproduto, o qual, com exceção do período do comunismo de guerra, também existe no regime soviético.

Buscando trazer uma síntese entre os fatores enumerados, o autor considera ser melhor designar o excedente que vem para a economia estatal depois de satisfeitas as necessidades de consumo dos operários da indústria estatal de sobreproduto, e não de mais-valor, visto que isso caracteriza não somente o que existe – já que em alguns aspectos o autor aponta que o mais-valor ainda existiria –, mas as suas tendências de desenvolvimento. Em relação à indústria privada continuaria válido tudo que Marx escreveu sobre o trabalho assalariado.

Preobrazhensky aponta a existência de uma contradição entre a lei do desenvolvimento das relações socialistas de produção em geral e aquela da transformação dos salários.

Enquanto lei na qual se expressam todas as tendências conscientes e espontâneas da intensificação do ritmo da reprodução ampliada na economia estatal coletiva, ela aparece, por isso mesmo, como a lei do desenvolvimento das relações socialistas de produção em geral. Mas, por outro lado, enquanto lei de limitação dos salários no interesse da acumulação, ela restringe o ritmo de transformação dos salários em razão de consumo do trabalhador na economia socialista por que – a partir do momento em que os instrumentos de trabalho são socializados - é precisamente a rápida elevação dos salários que conduz tanto à separação entre os salários e o valor da força de trabalho como às premissas materiais de desenvolvimento da cultura proletária, socialista. Esta contradição da lei da acumulação socialista primitiva decorre integralmente de seu caráter historicamente transitório. A tendência à superação da categoria do salário, quer dizer, a tendência ao reforçamento da *qualidade* socialista das relações de produção entra em contradição com a tendência à extensão *quantitativa* do domínio da economia estatal e de suas relações de produção sob sua forma *atual*, isto é, de seu caráter socialista. O próprio termo “acumulação socialista primitiva” expressa este duplo caráter da lei: o adjetivo “socialista” entra em contradição com o substantivo “acumulação” ao qual está ligado não apenas gramaticalmente mas também no seu processo histórico real. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 221)

O autor, assim, destaca a existência de um aspecto qualitativo e de um quantitativo relacionado à lei de acumulação socialista primitiva. Essa sua afirmação impede que se reduza sua formulação à mera acumulação material quantitativa de capital. Está presente em sua reflexão a necessidade de transformar as relações de produção – nesse caso específico a forma salário e aquilo que ela expressa. O reconhecimento do

caráter contraditório da transição é um mérito no sentido de negar o mecanicismo, não só na análise do capitalismo, mas na construção de sua superação.

3. Apontamentos finais

Um mérito do pensamento de Preobrazhensky é justamente não opor a esfera estatal e a privada como *locus* de ação de cada uma das leis de forma pura. Ele aponta que há influência da lei do valor dentro da esfera estatal e que a lei da acumulação socialista primitiva também influencia as relações de mercado. Isso é especialmente relevante, quando olhamos a presença de um debate extremamente economicista naquele período, principalmente nas discussões que seriam desenvolvidas pela III Internacional. Charles Bettelheim (1979), chama esse marxismo da III Internacional de “marxismo estratificado”, trazendo relevantes críticas a ele. Em primeiro lugar, há uma identificação mecanicista entre as formas jurídicas de propriedade e as relações de classe, em especial durante a transição. Isso levaria, por exemplo, a igualar a estatização das forças produtivas ao socialismo – ele cita o exemplo de Stálin, em relatório apresentado em 25 de novembro de 1936 ao VII Congresso dos Sovietes da URSS. O segundo ponto de crítica seria o primado do desenvolvimento das forças produtivas, considerado como o motor da história – o exemplo citado para ilustrar esse ponto é o livro de Stálin, *O materialismo dialético e o materialismo Histórico*, de 1938. Se não se chega ao ponto de negar a luta de classes, essa lógica de argumentação a relega a um segundo plano, eliminando qualquer contradição possível entre as forças produtivas e as relações de produção. Chegamos, assim, a uma compreensão de que a luta de classes é efeito direto e imediato das contradições econômicas, tendo a acumulação de novos meios de produção o papel privilegiado na construção do socialismo, em detrimento da iniciativa dos trabalhadores.

Outro exemplo citado por Bettelheim (1978) é o manual de economia política elaborado por Lapidus e Ostroviatianov. Nesse manual, partir-se-ia do pressuposto de que a propriedade estatal e a planificação fariam desaparecer as relações mercantis e capitalistas, sendo impossível utilizar categorias como preço e salário – negadas de uma forma unilateral, completamente diferente dos debates propostos por Preobrazhensky. Essa forma de caracterizar o processo acabava por reduzir as categorias a formas, e não como a expressão de relações sociais – cujo conteúdo é negado pelo manual.

Tal como se pratica na época da NEP (quer dizer, “de cima para baixo”) a planificação econômica não modifica fundamentalmente a *exterioridade* dos diferentes trabalhos

entre si, nem as condições em que participam os *produtores imediatos*. (BETTELHEIM, 1978, p. 259).

Outro exemplo de uma abordagem economicista da realidade soviética é a expressa em um discurso de Stálin no XIV Congresso do Partido Comunista Russo, ocorrido em 1925:

São empresas capitalistas de estado? Não, não o são. Por quê? Por que nelas não se fazem representar duas classes, mas uma só, a classe operária que, personificada em seu estado, possui os instrumentos e meios de produção e que não é explorada (...). Podem nos dizer que, ainda assim, isso não é o socialismo completo, se se leva em consideração os resquícios de burocratismo que ainda existem nos organismos dirigentes de nossas empresas. Isto é certo. Mas isso não é obstáculo para que a indústria estatal seja, por seu tipo, uma produção socialista. (BETTELHEIM, 1978, p. 275).

Assim, diferentemente dessas afirmações mecanicistas, Preobrazhensky destaca que a propriedade coletiva dos meios de produção não elimina a ação da lei do valor em seu interior. Os desafios e contradições colocados por essa compreensão demandaram ousadia por partes dos revolucionários russos a partir de 1917. Mais do que uma interpretação sobre a realidade capitalista, colocava-se perante eles a necessidade de iniciar o processo de construção de uma nova sociedade. Nas obras de Marx e Engels não há uma produção extensiva sobre como se organizaria a sociedade comunista e de que forma se daria a transição entre o capitalismo e o comunismo. Isto se relaciona com a própria metodologia de Marx, onde não haveria como produzir um modelo pronto a ser posto em prática, mas sim uma construção histórica processual, que se relacionaria com a realidade – e não adviria da teoria – do contexto determinado em que a revolução ocorresse.

Por fim, é interessante observar o peso que ganha, quando do debate teórico sobre a análise da realidade soviética do período, a realidade das relações de produção, especificamente das relações de trabalho. Em outros textos Preobrazhensky chega a afirmar que o momento em que houvesse uma transição da remuneração individual para a coletiva seria tão importante para o processo de transição ao socialismo quanto o momento de socialização dos meios de produção havia sido. Ou seja, é possível identificar uma importância analítica, e também de apontamento para ação política e econômica, visto que aqueles não eram debates meramente acadêmicos, da modificação da forma como a produção se estruturava até então, a qual ainda carregava em si as marcas da lei do valor.

Dessa forma, considero ser possível identificar na utilização de Preobrazhensky das categorias de Marx e de sua reinterpretação frente à realidade soviética, uma negação, mesmo que inicial, de uma compreensão

mecanicista da evolução da história. E a abertura para se inserir debates sobre a ação dos sujeitos na história – tema que se relaciona ao debate democrático empreendido pela Oposição de Esquerda existente na URSS durante a década de 20, a qual Preobrazhensky integrou, e cuja teoria econômica, assim, integrava-se a um programa de transição ao socialismo de forma mais geral.

Referências bibliográficas

- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Primeiro período (1917-1923). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Las luchas de clases en la URSS*. Segundo período (1923-1930). Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- DAY, Richard. B. Preface. In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M. (Ed.) *The Preobrazhensky papers*. Archival documents and materials v. I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014.
- _____. Preobrazhensky and the Theory of the Transition Period. *Soviet Studies*, v. 27, n. 2, pp. 196-219, Apr. 1975.
- DEUTSCHER, Isaac. *O profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FILTZER, Donald A. E. A. *Preobrazhensky and the theory of expanded reproduction in the USSR during the period of primitive socialist accumulation*. Ph. D. thesis – Institut of Soviet and East European Studies, University of Glasglow, 1976.
- _____. Introduction. In: PREOBRAZHENSKY, E. A. *The crisis of soviet industrialization*. New York: The Macmillan Press LTD, 1980.
- GORINOV, M. M. Foreword. In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M. (Ed.). *The Preobrazhensky papers*. Archival documents and materials v. I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014.
- GORINOV, M. M.; TSAKUNOV, S. V. Life and works of Evgeny Alekseevich Preobrazhensky, *Slavic Review*, 50, 2, pp. 286–96, 1991.
- HOWARD, M. C.; KING, J. E. *A history of Marxian economics* v. I, 1883-1929. Princeton University Press: Princeton, 1989.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MILLAR, James R. A note on primitive accumulation. in Marx and Preobrazhensky. *Soviet Studies*, v. 30, n. 3, pp. 384-93, Jul. 1978.

MUSTO, Marcello. *Karl Marx's Grundrisse*. Foundations of the critique of political economy 150 years later. New York: Routledge, 2008.

NOVE, Alec. *An economic history of the USSR 1917- 1991*. Penguin Books: London, 1969.

PREOBRJENSKI, E. A. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Autobiography (1886-1916). In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M. (Ed.) *The Preobrazhensky papers*. Archival documents and materials v. I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014a.

_____. *The new economics*. Oxford: Oxford University press, 1965.

Como citar:

FREITAS, Rebecca de Oliveira As categorias marxistas no pensamento de Preobrazhensky: notas sobre uma teoria de transição. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 252-83, abr. 2019.

Data de envio: 28 ago. 2018

Data de aceite: 20 fev. 2019

Um olhar possível sobre a violência simbólica

Lorena Karla Costa Bezerra¹

Rodrigo José Fernandes de Barros²

Resumo:

Este artigo discute, a partir de uma posição crítica, o conceito de violência simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983; 1989; 2001; 2002; 2015). Perseguimos este objetivo, primeiramente, refletindo sobre a violência *lato sensu*, nas mais diversas abordagens científicas, em um diálogo com os autores escolhidos, que nos ajudam a pensar este fenômeno e, em seguida, na discussão propriamente dita do conceito bourdieusiano. Nossa perspectiva teórico-metodológica amparou-se no materialismo histórico-dialético como utilizado pela socióloga marxista Heleieth Saffioti (2004). Em suma, pudemos ampliar a definição da violência simbólica com a consideração da ação do estigma devolvido àqueles que resistem à dominação simbólica.

Palavras-chave: violência simbólica; estigma; violência.

A possible look at symbolic violence

Abstract:

This article seeks to discuss critically the concept symbolic violence coined by the french author Pierre Bourdieu (1983; 1989; 2001; 2002; 2015). Thus, first of all, we think about the violence *lato sensu* through the dialogue with the chosen authors in many scientific fields. In following, we discuss properly the bourdieusan concept. Our theoretical and methodological perspective is the historical and dialectical materialism as used by marxist sociologist Heleieth Saffioti (2004). Synthetically, we have could amplify the symbolic violence's definition considering the ideological agency of the stigma against those who resist to symbolic domination.

Key words: symbolic violence; stigma; violence.

¹ Mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *E-mail:* l.bezerra1900@gmail.com.

² Mestrando pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *E-mail:* rodjfb@gmail.com.

Introdução

No presente estudo, temos como principal objetivo discutir o conceito de violência simbólica, cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, a partir das reflexões teóricas suscitadas pela leitura de três coletâneas de textos do autor, quais sejam: *Economia das trocas simbólicas* (2015), o *Poder simbólico* (1989) e *Esboço de uma teoria da prática* (1983), bem como de duas das suas obras, *Meditações pascalianas* (2001) e *Dominação masculina* (2002), informadas e complementadas por artigos de comentadores. No entanto, para que pudéssemos realizar esta tarefa, nos foi necessário antes refazer os caminhos que nos levam à compreensão do que é a violência *lato sensu*.

Para tanto, escolhemos, no tópico seguinte, algumas das mais importantes abordagens dedicadas ao tema, que a nosso ver nos auxiliam a pensar o fenômeno da violência. O *spectrum* da discussão perpassa áreas tão diversas como a etologia animal, antropologia, psicanálise, filosofia e sociologia, embora privilegiando inevitavelmente os enfoques concedidos pelas ciências humanas, tendo em vista o nosso lastro de formação.

Destarte, costumamos ao longo do texto a nossa visão sobre a violência a partir do diálogo com os autores escolhidos. Diálogo tolhido, no entanto, sob um *modus operandi* sintetizador das contribuições de pensamentos, muitas vezes, aparentemente antagônicos como aqueles rubricados sob os rótulos de “subjetivistas” e “objetivistas”.

Pensamos que essas contradições aparentes são solucionadas pelo recurso metodológico do materialismo histórico-dialético tal como utilizado pela socióloga marxista Heleith Saffioti (2004). Queremos dizer: levando em conta a interdependência entre processos micro e processos macro, bem como entre “ideologia” e bases materiais sem, no entanto, advogar uma hierarquia necessária entre estrutura e superestrutura.

Não pretendemos, contudo, esgotar o tema, mas esboçar uma análise que poderá nos subsidiar no futuro em uma investigação mais exaustiva. De qualquer maneira, acreditamos que nos foi possível lançar um olhar mais amplo sobre o objeto de estudo, que nos permitiu provocar uma pequena abertura no conceito de violência simbólica como pensado no último tópico, demonstrando que o mesmo possui limitações e potencialidades que não podem mais ser ignoradas por aqueles que se dedicam ao assunto. Feitas tais observações, estamos agora em condições de perseguir respostas para o que é a violência.

Sobre o conceito de violência

A palavra “violência” é etimologicamente derivada do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare*, por sua vez, está relacionado à ideia de tratar com violência, profanar ou transgredir. Os dois termos, no entanto, devem ser remetidos à *vis*, cuja significação mais profunda aponta para a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, por esta via, sua potência, seu valor ou força vital.

Ao passo que nos aproximamos desse núcleo de significado, descobrimos que o julgamento moral desaparece para dar lugar a uma noção que designa uma força não qualificada, que apenas se torna violência quando “passa da medida” e perturba a ordem. O que está assim em jogo na própria origem etimológica e os usos correntes da palavra é a tendência a identificar o violento com atos de agressão e maus tratos ligados intimamente à transgressão de certas normas definidas socialmente (MICHAUD, 2001, p. 8).

Estas normas ou regras sociais, carregadas de historicidade, possuem grande variação, conforme o lugar e a época. Basta pensarmos como a nossa “sensibilidade” modificou-se a respeito do que é percebido como violento com o decorrer do processo civilizador (ELIAS, 1996), ao longo do qual a violência se tornou, em certa medida, monopólio do estado. De início, como a função primordial do estado era tão-somente defender a propriedade privada e a integridade física dos sujeitos, a definição restringia-se aos atos físicos de agressão a outrem e a violação a seus patrimônios (MICHAUD, 2001).

Importantes mudanças jurídicas foram conquistadas, sobretudo no século XIX e XX, segundo Michaud (2001), na legislação francesa, análogas àquelas que aconteceram em muitas outras democracias ocidentais. Lutas e embates reformaram e ampliaram o pano de fundo da compreensão do conceito para que fosse possível abarcar a violência psicológica, que embora não necessariamente transforme-se em atos de agressão diretamente físicos, tem potencial para romper não somente a integridade mental, mas também para adoecer os corpos de suas vítimas por meio dos processos de somatização das doenças psíquicas.

Entretanto, se quisermos compreender, de fato, o que é este fenômeno, cientificamente, devemos ultrapassar tanto as concepções do senso comum como as definições jurídicas também variáveis de acordo com as constituições em vigor em cada país. O que propomos aqui é pensá-la (a violência), ao mesmo tempo, como modelada pela cultura e ativada já no cerne mesmo do fundo orgânico da espécie humana. A fim de

escaparmos das oposições simples geradas quer pelo “essencialismo” social quanto biológico³.

Do ponto de vista da “natureza”, é lugar-comum compreender a agressividade como uma “força” ou um “instinto natural” imprescindível para a *evolução da espécie*⁴, no entanto, esta agressividade pode tornar-se agressão ou encontrar na cultura uma fonte de potencialização inédita no domínio exclusivo da fisiologia humana através das invenções tecnológicas, que aumentam seu poder de destruição (MICHAUD, 2001). Também não é de raro encontrar disseminada a visão freudiana de que caberia à cultura, ou à civilização, controlar os impulsos agressivos ou impensados dos seres humanos, o que acabaria por gerar um mal-estar (FREUD, 2010).

No entanto, ao atribuímos à cultura ou ao estado o papel de inibir a violência aberta (este último responsável pela violência legítima), nos esquecemos de que a própria cultura pode oferecer instrumentos de conhecimento e tecnológicos para aperfeiçoá-la ou o estado de servir-se de sua autoridade para cometer genocídios em massa, sob a égide estrutural do racismo de estado, e controlar/gerir a vida e a morte de nossos corpos, enquadrados e classificados em categorias sociais, a exemplo daquelas que aparecem nas estatísticas, através do tipo de poder que Michel Foucault (2014; 2017) descreveu como “biopolítica.”

Esta observação, de que a violência tem um caráter efetivamente estrutural, amparada pelos aparelhos de estado, combina com a definição dada por Michaud (2001), que a desvincilhou da noção do senso comum segundo a qual a violência está relacionada unicamente com atos individuais. Ele propõe que pensemos este fenômeno como resultado não somente de *atos* subjetivos, entre um agressor e uma vítima, mas de “estados” em que contribuem instituições sociais, máquinas administrativas e burocráticas capazes de romper não apenas a integridade psíquica, moral e física dos sujeitos, mas também os prejudicar em suas participações simbólicas e culturais. Trata-se de certa racionalização da violência com todos os seus mecanismos de controle e de incitação presente na própria ordem social e orientada para sua reprodução.

Conhecemos muito bem a existência de instituições como o sistema judiciário e a polícia e reconhecemos como sua finalidade garantir a ordem e controlar a violência, que associamos a *atos* criminosos (MICHAUD, 2001). Não pensamos que haja, além desse tipo de mecanismo, outros cuja

³ Compreendemos o fenômeno da violência como resultado de processos dialéticos entre natureza e cultura. Portanto, como destaca a socióloga Heleieth Saffioti (2004), é necessário escapar das visões simplistas que essencializam tanto a cultura quanto a natureza, impossibilitando qualquer tipo de diálogo dos saberes.

⁴ Por exemplo, nos estudos de etologia animal, que empregam uma compreensão evolucionista da agressividade como necessária à sobrevivência das espécies (MICHAUD, 2001)

intenção seja, ao contrário, promover *estados* violentos na sociedade, presentes, até mesmo, nas mesmas instituições incumbidas de eliminá-los. A mesma força policial, que tende a atrair personalidades autoritárias para seu exercício, é responsável por várias espécies de abuso de autoridade, bem como mortes desnecessárias.

A mídia, por seu turno, participa desse processo, tornando a violência, ao mesmo tempo, banalizada e superestimada, à medida que esta aparece, de um lado, como produto vendável que incute medo e sensação de insegurança em grandes proporções e, de outro, como recorte cenográfico desprovido de carne e sangue, além de oferecer, por meio da retórica adotada, uma justificação moral para a violência do estado ou entre estados, que sequer é percebida enquanto tal, pois legitimada (MICHAUD, 2001). Como é o caso da guerra contra o terror justificada como ações antiterroristas para proteger o ocidente dos fundamentalistas islâmicos (ŽIŽEK, 2014).

No plano das relações internacionais, as nações lutam para ter um arsenal bélico potente, em que as indústrias armamentistas contribuem para criar tecnologias de destruição em massa cada vez mais ameaçadoras. No entanto, essas formas de violência praticadas com equipamentos sofisticados como mísseis e drones, que permitem ser lançados a uma enorme distância, gozam de uma legitimidade, que a violência corpo-a-corpo não desfruta (MARTUCELLI, 1999).

Chamayou (2015) demonstra como a tecnologia do drone, pioneiramente utilizada pelos Estados Unidos e Israel, “projeta poder sem projetar vulnerabilidade” ao anular a relação de reciprocidade que se estabelece entre os adversários. Ao ser operado à distância, o drone poupa “a vida dos combatentes”, de onde extrai parte de sua legitimidade e justificação moral, e identifica o seu alvo, o suposto inimigo, por meio de algoritmos que se baseiam em “padrões de vida” (*patterns of life*). Este artefato técnico tem em sua própria materialidade implicações para a estrutura de intersubjetividade envolvida na guerra. Na verdade, a própria guerra perde seu sentido, enquanto implicada no reconhecimento mútuo entre adversários. Trata-se mais propriamente de uma caça ou de um abate que revela a profunda assimetria na “relação” entre a nação que ataca e a nação atacada sem chance de defesa.

A “dronização” é uma tendência que radicaliza e realiza o desejo de aniquilar qualquer sinal de vulnerabilidade. Dessa forma, não encontra resistência dentro dos limites internos da nação portadora da tecnologia, porque resolve o impasse de obrigar os cidadãos a irem para a guerra, tornado desnecessário e, ao mesmo tempo, o estado, realizando suas ações e atos de violência, muitas vezes, designados e justificados como

antiterrorista, fora do espaço de jurisdição nacional, permanece imune à punição e à responsabilização pelos crimes cometidos.

Os cidadãos, ao serem poupados de presenciar os desastres da “guerra”, longe do alcance de seu campo de visão, podem também se tornar indiferentes a seus efeitos, bem menos onerosos do ponto de vista social e econômico para si mesmos. Esta neutralização dos aspectos negativos da guerra é redobrada pela justificação moral da pretensa necessidade desta ofensiva para resguardar a segurança nacional.

Está ainda aberta, porém a questão, saindo do rol das relações entre estados, e concentrando-se, mais microscopicamente, no nível “local”, “intrasubjetivo” e intersubjetivo da violência, sobre as motivações ou pulsões que a animam antes de se tornar uma expressão belicista do confronto entre nações. René Girard (1970) oferece uma resposta, em *A Violência e o Sagrado*, desvelando uma dimensão que pertence ao reino da subjetividade: a esfera psicanalítica que conecta o desejo à violência. Nós, segundo ele, enquanto seres desejantes, sempre procuramos modelos para o nosso desejo, desejamos, pois, por imitação. Fenômeno, que se chama *mimesis*. Essa disposição é uma fonte potencial de conflito, quando desejamos o mesmo objeto que o outro e estamos dispostos a competir pelo nosso objeto de desejo. O modelo pode muito bem ser outro sujeito que admiramos, passamos a desejar suas qualidades, o que sem muita dificuldade transforma-se em inveja, rivalidade e embate.

As sociedades ditas primitivas, tais como as da antiguidade clássica, dispunham de ritos sacrificiais, como mecanismo de canalização da violência para que o ciclo interminável de vingança pudesse ser quebrado. Estes ritos consistiam em eleger uma vítima substituta, um ser humano ou um animal que desviasse a violência do seu alvo real. Uma violência *sagrada* que daria fim a uma violência profana e interminável.

Tratava-se então de verdadeiro exorcismo com uma função social bastante definida, não obstante pouco clara para os que a realizavam. Em geral, quando a vítima era humana, escolhia-se um indivíduo que não participasse plenamente daquela sociedade. Por exemplo, um marginal, uma prostituta ou uma criança (esta última por não estar ainda plenamente socializada). Quando um animal, tentava-se o máximo possível para que lembrasse minimamente a vítima real.

No entanto, as sociedades modernas (GIRARD, 1970) não dispõem de sacrifícios rituais como mecanismos de controle da violência. O que elas possuem é um sistema judiciário, cujo efeito exorcizante pode ser questionado. A vingança que os parentes da vítima procuram na “justiça” não é satisfeita. Por estranha ironia, não nos sentimos representados por um sistema sem carne e sem osso operado mediante procedimentos burocráticos. Não somos nós, enquanto vítimas, que participamos da

sanção e do ato violento, uma vez que a violência legítima se tornou monopólio do estado. O tal ciclo de vingança logo não se encontra rompido, portanto, os indivíduos procuram ou tendem a procurar outras válvulas de escape para o seu “desejo” de violência, o que explicaria então segundo Girard (1970) a existência de práticas como o linchamento.

Talvez possamos, a partir desse pensamento, supor que haja certa necessidade de violência no ser humano. Necessidade sobre a qual podemos nos indagar até que ponto é produzida pela cultura e até que ponto tem fundo natural, ou ainda se é mesmo pertinente estabelecer limites entre a natureza e a cultura, uma vez que há reverberações entre uma e outra. Sabemos o como a cultura molda a natureza e chega mesmo a transformá-la dramaticamente. Mais uma vez, esta necessidade de violência, seja oriunda de uma pulsão própria ou de uma pulsão derivada do desejo, e a segunda opção parece ser a de Girard, nos leva constantemente a buscar vítimas expiatórias.

Podemos, então, dizer, a partir de Girard (1970), que os conflitos sociais em torno de um objeto de desejo, com potencial para se transformar em atos de violência, são arrancados do controle direto dos sujeitos envolvidos e ganham expressões institucionalizadas e, até muitas vezes, esvaziadas de seu conteúdo particular pela força de categorizações abstratas, na forma da lei jurídica e da burocracia. Mas longe de se apresentar uma domesticação absoluta das paixões e de desejos que levam à violência, esta tentará encontrar brechas e válvulas de escape costumeiramente na figura de bodes expiatórios reforçada pela tendência de somente identificá-la com a ação de sujeitos particulares, que se tornam, nas fantasias persecutórias, os agentes onipresentes de toda a nossa desgraça.

É patente a nossa percepção da violência como uma quebra da ordem ou ruptura da normalidade, contida na origem mesma da palavra, e não enxergamos como faz parte da própria ordem como são exemplos: a violência do estado, a força policial ou a produção de miséria em larga escala como efeito de uma economia global capitalista. Entendemos como já dito, que a violência é produzida por um agente humano específico, produto de uma ação individual. Quando, na verdade, ela pode estar presente em um estado de coisas. Por conta disso, o filósofo e teórico social Slavoj Žižek distingue essas duas espécies de violência, a subjetiva e a objetiva de maneira que podemos denominar como contra intuitiva.

Enquanto empresa coletiva, segundo Žižek (2014), a violência de natureza objetiva é quase impossível de ser reconhecida no meio da multidão de agentes e instituições envolvidas, restando pouca imagem para um único culpado que unifique a totalidade. É uma violência gerada para a manutenção da ordem estabelecida, seja sistêmica ou simbólica. Já

a violência subjetiva é a violência que facilmente se atribui a um agente, como um roubo ou uma agressão entre indivíduos – não se enxerga ação de instâncias superiores, complexas ou coletivas; o que cabe nesta imagem é a figura clara de um sujeito provido de escolhas que resolve agir pelos próprios interesses.

Não é à toa que as questões que envolvem os crimes cotidianos são, muitas vezes no senso comum, associadas a ações individuais de sujeitos desprovidos de senso moral, excluindo-se assim as possibilidades de se procurar compreender que outros aspectos mais complexos acabam por contribuir para a instauração do crime em si.

O que Žižek (2014) conceitua como “violência objetiva” – esta que é gerada pelo status quo e para a sua manutenção - pode ser mais bem compreendido, do ponto de vista genético, pela violência inaugural e o esforço repetitivo para dissimulá-la, que funda as bases do estado de direito e de sua soberania. A usurpação do poder é a verdade fundadora que deve ser recalçada e que as filosofias do contrato social têm por função esconder.

O estado assim aparece como a instância legitimadora de todas as outras, como o fundamento primeiro, arbitrário, que, no entanto, permanece intocado, não questionado, à maneira de um “*intuitus originarium* divino” a que se refere Bourdieu (2001, p. 113) e como o responsável pela violência simbólica legítima, o lugar por excelência do *nomos*, capaz de tornar realidade aquilo que nomeia.

Sobre o conceito de violência simbólica

Pierre Bourdieu (1983) foi um sociólogo francês bastante preocupado em resolver algumas das contradições mais persistentes no campo erudito, dentre as quais, podemos destacar aquelas entre indivíduo e sociedade e estrutura e agência. Ele desenvolveu assim o que considerou como uma terceira via, o conhecimento praxiológico, abordagem capaz de superar as dicotomias artificiais geradas pelas análises fenomenológicas, de um lado, que atribuía primazia ao sujeito, e do outro, pelo estruturalismo, que negligenciava o papel ativo dos agentes na construção do mundo social.

Sua teoria da prática (1983, p.60), dessa forma, pretendia captar o duplo movimento de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. Dialética na qual os agentes incorporam as estruturas sociais das quais eles mesmos são o produto, logo transformadas em estruturas cognitivas, as quais, por sua vez, são devolvidas ao espaço social por meio da construção de estruturas objetivas correspondentes àquelas estruturas subjetivas. É em razão dessa propriedade de redundância e de

conformidade entre estruturas sociais e cognitivas, que Bourdieu (1983,2001) diz que a ordem social tende à histerese, isto é, à inércia e à reprodução.

Em outras palavras, os sistemas simbólicos (BOURDIEU, 1983, 1989,2002) (arte, ciência, religião) funcionam como estruturas estruturadas incorporadas e pré-dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, princípios de construção do mundo social, geradores de ações e representações que têm como fundo a doxa, conjunto de pressupostos tácitos, não questionados, que escondem a verdade do arbitrário cultural e, dessa forma, eternizam e naturalizam o que, de fato, é histórico, e assim elevam a ordem social à ordem natural e cosmológica.

A incorporação da doxa, isto é, do senso comum, permite a conformidade lógica com o mundo assim construído e a comunicação com outros agentes portadores dos mesmos princípios de visão e de divisão. Para além da função de comunicação, contudo, esses princípios que instituem a divisão social e a visão correspondente cumprem uma notória função política:

Enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e de legitimação da dominação que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Max Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Os princípios de visão e de divisão, que garantem a dominação de uma classe sobre a outra, são aqueles que dividem a sociedade entre dominantes e dominados e instituem e legitimam essa desigualdade como expressão de uma diferença ontológica, de uma hierarquia ancorada na própria natureza das coisas. Mas a condição para o dominado a aderir a uma lógica que o sujeita se assenta no desconhecimento do arbitrário e, portanto, no reconhecimento da ordem social como ordem natural. Esta sujeição é adquirida à custa de um longo processo de aprendizagem, iniciado ainda na primeira infância, através do qual o sujeito incorpora os sistemas simbólicos e os princípios dominantes que lhes são subjacentes.

O *habitus* (BOURDIEU, 1983; 2001; 2015) aparece aqui como um conceito fundamental de mediação e articulação pelo qual o autor estabelece a relação entre o agente e a sociedade. O *habitus* é uma matriz geradora de disposições práticas, duravelmente incorporadas, mais ou menos conscientes, em estado pré-reflexivo, que nos orientam em nossas ações e escolhas no espaço e nos jogos sociais. Funciona assim na forma de uma lógica prática, não refletida, e que diz respeito às posições relativas ocupadas na sociedade e assumida nos mais distintos campos sociais, que

constituem o mundo social, como aqueles que se referem à igreja, à escola etc. dos quais o sujeito participa, bem como da trajetória social e da história, ao mesmo tempo, singular e coletiva que o acompanha.

O *habitus* (BOURDIEU, 2001) conta com o suporte biológico dos nossos corpos e de seu funcionamento regular como pré-condição. A tendência para antecipar o futuro com base em experiências passadas, por meio de respostas imediatas, orientadas por esquemas prévios, parece ser uma capacidade adquirida durante a história da espécie (filogênese) e comum a todos os seres humanos, isto é, a própria capacidade para adquirir e formar *habitus*. Em se tratando da história pessoal, no plano da ontogênese, é no ambiente familiar que formamos nosso *habitus* originário, o qual se transformará, por meio de uma alquimia das pulsões originárias, em *habitus* específicos pertinentes à inserção do indivíduo em cada campo particular.

Os campos sociais possuem autonomia relativa e seu próprio sentido do jogo e móveis de luta (BOURDIEU, 2001), cada qual tendendo a definir os seus próprios capitais, que estão em disputa, como mais legítimos e desejáveis. Existem lutas simbólicas pelas quais os agentes buscam acumular o capital em jogo⁵. Dessa forma, naqueles campos em que o capital cultural constitui o principal móvel de luta, como no campo intelectual, este é representado e desejado como mais vital e importante para seus membros do que o capital econômico.

A autonomização de campos como o econômico, o político, o religioso e o cultural constitui sua independência relativa (não absoluta) em face às determinações externas, abrindo espaço para a configuração de suas lógicas específicas. O campo cultural sendo mais independente das constrições econômicas, por exemplo, do que o político. No entanto, todos eles estão estruturados segundo princípios de visão e divisão, que instauram uma cisão entre dominantes e dominados. Dessa forma, a cada qual cabe uma parcela no trabalho de dominação simbólica e de reprodução material da ordem estabelecida.

A classe dominante se reproduz enquanto tal e legitima sua dominação, sobretudo, através do poder simbólico do qual dispõe. É na esfera simbólica⁶ que atuam mecanismos sutis de dissimulação e de

⁵ Vale dizer (BOURDIEU, 2001) que os todos os três tipos de capitais, isto é, o social, o cultural e o econômico, podem ser convertidos em capital simbólico. Este último é adquirido pela via da luta pelo reconhecimento, que confere o sentido da nossa existência. É a partir do olhar do outro, de sua aprovação, do seu amor, do seu respeito que experimentamos nossa existência social. É uma luta contra os outros, mas, sobretudo, com estes outros sem os quais não seria possível acumular capital simbólico.

⁶ Pode-se perguntar se esse raciocínio não se casa com as concepções de ideologia de Karl Marx, ou com as concepções de ideologia dos mais variados tipos, fornecidas principalmente pelos marxistas ao longo do século XX. No entanto, é importante mencionar que Bourdieu recusa o termo ideologia, pois, assim como Foucault, o considera um conceito problemático que se tornou generalizante em demasia;

transfiguração, capazes de esconder os interesses que estão em jogo. Os sistemas simbólicos (arte, ciência, religião etc.) estão impregnados por uma lógica, que favorece os dominantes e que sujeitam os dominados. Estes últimos reconhecem e legitimam o poder simbólico da classe dominante. É esta adesão tácita, não consciente, dos dominados à lógica dominante, apenas cedida graças ao trabalho simbólico de inculcação de pressupostos não questionados, dissimulados e transfigurados como evidentes em si mesmos, que Bourdieu designa como violência simbólica. (BOURDIEU, 1989; 2001; 2002; 2015).

Esse mascaramento do real sentido da dominação está presente, por exemplo, na crença, mesmo entre os mais desabonados, em que a única causa das desigualdades sociais são os méritos e capacidades individuais ou que cada um só deve ascender e, de fato, só ascende na pirâmide social graças ao seu próprio esforço⁷. O que implica em dizer que a violência simbólica (BOURDIEU, 2001) apenas acontece quando há adesão dos dominados, portanto, a própria incorporação pelos dominados da cultura dominante, quando os dominados não possuem outros instrumentos de conhecimento prático que não aqueles da própria ordem que os sujeita.

Não se trata, no entanto, de algo passível de ser transformado meramente pela decisão da vontade consciente ou por uma simples tomada de consciência. Como o próprio Bourdieu (2001) desenvolve em *Meditações Pascalianas*, momento mais maduro de sua obra, é-se necessário mais do que o conhecimento teórico acerca dos efeitos da dominação para que haja uma desestruturação radical do *habitus* dominado, porque este não se reduz a ideias ou representações, mas também, e, sobretudo, tem a ver com disposições afetivas, maneiras de ser e de sentir aquém do nível da consciência⁸, inscritas duravelmente nos corpos, que se manifestam, inclusive, na héxis corporal.

abrangendo mais do que deveria e explicando pouca coisa, carecendo de uma estabilidade. Se Bourdieu opta por poder simbólico, Foucault opta por falar em discurso, poder-saber e outros conceitos que ambos os autores consideravam mais específicos e mais precisos do que o conceito de ideologia da teoria marxiana ou das teorias marxistas (GIDDENS; SUTTON, 2017).

⁷ Bourdieu (2015, p.231-267) analisou como a ação pedagógica rotinizada tende a “selecionar” estatisticamente somente aqueles que já estão pré-dispostos a ter uma vida escolar bem-sucedida em razão de um *habitus* cultivado originário, adquirido em convívio familiar, isto é, com esquemas cognitivos compatíveis com o que é exigido pelo sistema de ensino. No entanto, a ideologia do dom ou do mérito é propagada pela Escola como meio de justificar os seus procedimentos de seleção como neutros e não problematizar as imensas desigualdades sociais que condicionam as trajetórias escolares dos diferentes grupos sociais.

⁸ Esta é uma marca distintiva entre o conceito de *habitus* adotado por Bourdieu (2001) e o conceito de ideologia, pois este último pressupõe que a dominação simbólica se assenta meramente em um conjunto de representações bem definidas e bem dispostas na consciência do sujeito e que bastaria a este desvelá-lo para se lhe emancipar. Por esta razão, Bourdieu cada vez menos passou a se utilizar da noção de ideologia, que costumava

Na introdução à edição brasileira de *Um esboço da teoria da prática*, Renato Ortiz (1983), sintetiza algumas limitações referentes ao pensamento bourdieusiano como a ênfase excessiva no circuito da reprodução das desigualdades sociais e, portanto, com uma tendência a subestimar o potencial de transformação e resistência por parte dos grupos oprimidos. Dessa maneira, a seu ver, Bourdieu retira a história de seu curso, apenas enxergando continuidades onde poderia ter havido uma ruptura real. Para Ortiz (1983), Bourdieu não demonstra como o *habitus* dominado poderia de fato passar por um processo de desestruturação. Vale salientar, contudo, que esta crítica é anterior à publicação de *Meditações pascalianas*, obra na qual, Bourdieu abre um espaço maior ao tema da resistência.

J. Manuel Fernández (2005), entretanto, em um artigo mais recente, afirma que Bourdieu não desconsidera a existência de formas complexas de resistência, mas enfatiza a permanência de disposições duráveis do *habitus* dominado inscritas na héxis corporal mesmo contra a vontade daqueles que as portam. A este respeito é interessante notar o papel que Bourdieu concede à resistência em *Meditações pascalianas*. Ele ressalta que uma luta simbólica que seja travada apenas no campo das ideias não tem eficácia real sobre o mundo social, porque seus partidários, por acreditarem cegamente na intervenção performática da linguagem, compreendida em si mesma como forma de resistência, esquecem-se de que a realidade não é mero efeito da linguagem, que possa ser desfeita por um enunciado, mas fruto da dialética entre *habitus* e campo, que faz coincidir as estruturas cognitivas e sociais.

Dessa forma, postula que, apenas em momentos de crise social, política ou econômica, pode-se fazer uso com eficiência da frustração resultante da defasagem entre expectativas coletivas e oportunidades reais para efetivar uma transformação sensível das relações força ou, então, para mudar significativamente os parâmetros de redistribuição das riquezas em favor dos mais pobres. Os porta-vozes intelectuais ou políticos progressistas, nesse contexto, sendo capazes de dar uma expressão simbólica e discursiva, através do poder simbólico do qual são portadores, a um desejo popular de mudança tornada possível porque o *habitus* não é composto primordialmente por representações e ideias bem formadas, mas por sentimentos e orientações práticas para a ação imediata e, portanto, com uma parcela de indeterminação.

As revoluções simbólicas, para Bourdieu (2001), só acontecem e podem acontecer dentro de um espaço dos possíveis, de potencialidades objetivas, inscritas na própria estrutura do campo ou da sociedade mais

anteriormente a intercambiar com outros termos como “crenças” e “representações” como se fossem equivalentes na descrição do que constitui o *habitus*.

ampla, vislumbradas pelos agentes que desejam operar uma subversão simbólica das relações de força e das relações simbólicas de força. Contudo, a própria capacidade para vislumbrar e desejar uma transformação é condicionada pelos *habitus* adquiridos pelos agentes em sua história e trajetória social. Apenas um agente que ocupe uma posição em falso em relação ao campo de forças atual, quer porque detenha um *habitus* defasado com relação às estruturas objetivas e deseja assim um “retorno ao passado”, quer em razão de disposições revolucionárias, que se orientam para o futuro, é efetivamente disposto a efetuar e lutar por mudanças.

Na luta simbólica pelos princípios de definição do mundo social, caberia aos intelectuais, políticos e ativistas mobilizar e capitalizar a frustração das massas nos momentos de crise emprestando-lhes seu capital cultural. Esta aliança temporária se fundaria em uma homologia parcial entre a posição dominada dentro do campo intelectual e político que ocupariam estes porta-vozes e aquela ocupada pelos grupos dominados na sociedade como um todo. Corre, no entanto, esta aliança o risco de se desfazer ou desestabilizar em função da correspondência imperfeita de interesses entre esses grupos distintos.

A despeito de todas as limitações apontadas por Bourdieu (2001) com relação ao potencial de transformação e resistência mediante o poder simbólico nos parece que é somente através dele e da mediação dos intelectuais e demais detentores de capital cultural, que o autor enxerga a possibilidade de revolução das estruturas sociais e cognitivas. Bourdieu, é verdade, enfatiza a histerese da ordem social, das formas duráveis de violência simbólica, até mesmo quando há um esforço consciente para desfazê-las.

De fato, acreditamos que, por mais que haja resistência, a cultura dominante age com violência sobre os corpos daqueles que a rejeitam, já que são excluídos de certos espaços, insultados e marcados por certos estigmas, conseqüentemente a dimensão simbólica não pode ser dissociada da materialidade da vida, do corpo. Violência que não se restringe aos efeitos do consentimento tácito à dominação, embora Bourdieu (1989; 2001; 2002; 2015) sempre o presuma quando se refere à violência simbólica.

O que queremos discutir aqui é que há uma violência no próprio ato de estigmatizar que prescinde da adesão consciente ou não, do reconhecimento e desconhecimento do estigmatizado. Violência que se expressa por meio da linguagem e que se vale dos mecanismos do poder simbólico, isto é, os de transfiguração e dissimulação. Estigmatizar aqueles que resistem à dominação e a sua resistência constitui uma estratégia do poder simbólico para desqualificar seus oponentes.

Podemos, portanto, pensar com o auxílio do sociólogo canadense Erving Goffman (1988) que há a violência da projeção de uma identidade social virtual, que algumas vezes não corresponde à identidade social real. A identidade é definida em termos “intragrupais” e “extragrupais”. Se, de repente, alguém, que constrói sua identidade, em parte, no interior de dado grupo social, é estigmatizado por não estar de acordo com a identidade social definida pelos padrões dominantes, esta pessoa está sofrendo um tipo de violência decorrente do fato do outro, alguém de fora do seu grupo, querer reduzi-la a uma identidade previamente estabelecida pelo seu universo cognitivo e cultural. Uma violência *simbólica* que desconsidera sua diferença e sua identidade social real.

Goffman (1988), em sua obra “Estigma”, pensa os processos de socialização do estigma como divididos entre um primeiro momento de socialização, em que o indivíduo estigmatizado incorpora o ponto de vista dos “normais”⁹ e em um momento posterior em que ele descobre como é a experiência de possuir um estigma. Alguns sujeitos adquirem um estigma mais tarde durante a vida em contraposição àqueles que já nascem. Existem os estigmas das abominações e deformidades corporais, os estigmas moralmente imputáveis e aqueles que são tribais.

Um estigma da ordem da moral, por exemplo, é, muitas vezes, não evidente e passível de ser escondido, além de ser adquirido e não congênito. Nesse sentido, por exemplo, um sujeito aleatório muito provavelmente, foi socializado durante sua infância e/ou adolescência para ser heterossexual e, no entanto, mais tarde, quando se percebe homossexual, descobre como é ser estigmatizado se, por acaso, essa informação for tornada pública¹⁰.

Com a ajuda de Bourdieu (1989; 2001; 2002; 2015), podemos supor que o *habitus* dominado adquirido em um primeiro momento da socialização não desaparece completamente da personalidade, ao menos, do inconsciente do sujeito estigmatizado, que rejeita os parâmetros de classificação da cultura dominante. Podemos nomear esta ambiguidade de disposições como o fez Bourdieu (2001) de *habitus* contraditório fundado em uma “fratura do eu”.

Há a possibilidade assim em que a relação, por exemplo, entre um homem machista e uma mulher feminista não esteja desprovida de dominação simbólica¹¹, à medida que esta faça algumas concessões ou,

⁹ Goffman, para efeitos de análise, distingue, em termos relacionais, o normal do estigmatizado, em que o primeiro é aquele que não possui um estigma em relação àquele que o possui.

¹⁰ Exemplo dado pelo próprio Goffman (1988).

¹¹ Em *A dominação masculina* (2002) Bourdieu discute a organização social de gênero da sociedade cabila para realizar uma espécie de arqueologia de nosso inconsciente histórico a fim de entender a dominação simbólica dos homens sobre as mulheres. Nesta obra, o autor destaca que as mulheres incorporam esquemas de ação e percepção androcêntricos

ainda que resista, sinta-se, de alguma maneira, inferiorizada e agredida pelo insulto perpetrado pelo estigma. Dito de outro modo, um novo *habitus* feminista pode coexistir com resíduos de um *habitus* dominado anterior.

Além disso, é necessário reforçar que os indivíduos estigmatizados, ainda que não incorporem o ponto de vista dos “normais”, não deixam de ser violentados pela projeção do estigma imputado. Projeção que só se torna possível à medida que o poder simbólico, não mais apenas entendido como recurso de inculcação e incorporação da cultura dominante, mas igualmente como a própria sanção ou punição àqueles que se desviam dos parâmetros estabelecidos, em seu jogo de disputa simbólica, contra-atacam a resistência com o artifício do estigma.

Sob esse ponto de vista, a violência simbólica, a nosso ver, funciona em duas dimensões: uma subjetiva e outra objetiva, porque ainda que não esteja incorporada sob a forma de um *habitus* dominado ela se encontra objetivamente presente no leque de representações culturais degradantes, que são acionadas para estigmatizar a resistência. As consequências subjetivas são potenciais e prováveis, podendo-se com frequência resvalar numa violência psicológica, com as sequelas correspondentes.

É evidente que a adesão tácita da sociedade envolvente e de suas instituições à lógica dominante constitui-se como pré-requisito no plano macroscópico para que se tenha eficácia simbólica nessa espécie de violência no nível microscópico. Em outros termos, a violência está presente na cultura e nas instituições sociais, mas se corporifica e se reatualiza nas relações sociais entre sujeitos, que podem ou não compartilhar os mesmos pressupostos tácitos, ainda que seja necessário que a categoria social a que o sujeito estigmatizado pertença: negros, mulheres, LGBTs, deficientes etc. enquanto grupo marginalizado e dominado, estatisticamente se submeta à lógica da dominação como garantia e condição mesma da reprodução da ordem simbólica.

A grande contribuição de Saffioti (2004), para este nosso entendimento, é que ela pensa em termos de processos micro e processos macro interdependentes, um sendo o avesso do outro. Neste entrelaçamento entre micro e macro, propomos pensar que a violência simbólica funciona ao mesmo tempo enquanto fenômeno “objetivo” e “subjetivo”. Enquanto fenômeno social inscrito na objetividade, prescinde da aceitação consciente ou inconsciente extraída de um sujeito particular. No entanto, a alquimia sociossimbólica da realização de categorias (WACQUANT, 2013), que torna realidades sociais concretas, inscritos em

que legitimam a violência simbólica de que são alvo. Dessa forma, chegamos à conclusão que para Bourdieu (2002) a dominação simbólica não é apenas da ordem da dominação de classe, mas também potencialmente de qualquer grupo social dominante sobre outro.

estruturas objetivas, constructos mentais, somente acontece mediante a adesão estatística dos dominados. Já como fenômeno “subjetivo” consiste na incorporação da violência simbólica, como “interiorização da exterioridade”.

Imaginamos também uma relação intersubjetiva na qual não haja uma reciprocidade dos instrumentos de conhecimento prático utilizados pelos envolvidos e, portanto, aquele que estigmatiza não consegue extorquir a aceitação tácita do estigmatizado. Mesmo nessa situação hipotética, a violência simbólica continua a operar pela ação do estigma.

De todo modo, o fato é que toda e qualquer violência objetiva, sistêmica ou simbólica, incide sobre os corpos, os molda, os sujeita ou os exclui. Na impossibilidade de “assimilar”, extraindo-lhes sua aceitação, aqueles que a ela resistem, ainda assim, a violência simbólica lhes imporá sanções simbólicas e materiais, excluindo-os de certos espaços e direitos, determinando onde podem falar e frequentar e mesmo que desafiem essas fronteiras arcarão com as consequências.

Nesse sentido, nos é possível pensar, com alguma liberdade, em uma violência simbólica em sentido ampliado em relação ao proposto por Bourdieu (1989; 2001; 2002; 2015). O poder simbólico da cultura dominante convive com a resistência de grupos minoritários, que resolvem lutar por outra definição do mundo social. Este poder não é passivo à resistência. Toda luta implica em revanches e em contra-ataques. O poder simbólico, ao não realizar seu projeto de captura de todos os corpos, ao não inculcar em todos eles as bases de sua legitimação, articula-se na base da linguagem e dos sistemas simbólicos como a religião e a ciência, para dar a sanção aos revoltosos, incutindo-lhe estigmas determinados.

As sanções simbólicas como denominadas por Bourdieu (1989; 2015) àqueles que resistem à dominação e que desejam operar uma subversão simbólica do mundo social não precisam ser pensadas como uma modalidade à parte da violência simbólica, pois isto significaria deixar escapar a real amplitude da dependência constitutiva entre poder e resistência, pois a resistência “obriga” o poder a se reinventar e, por esta via, a renovar as formas de violência. Foucault (2014), para quem o problema da resistência era mais presente do que para Bourdieu – este mais preocupado com o problema da reprodução das desigualdades sociais, em sua caracterização do poder sempre o definia em relação à resistência como elemento consubstancial à sua analítica, formando o binômio: poder-resistência. De outro modo, quando esta última não estava presente, o autor não falava em relação de “poder”, mas de “coação”.

Em suma, o nosso ponto é que a violência simbólica pode ser compreendida tanto como a subjetivação da cultura dominante (uma espécie de violência invisível pela sua característica de legitimar a

dominação através de procedimentos ideológicos de transfiguração e dissimulação), como a ação igualmente ideológica de estigmatizar sujeitos e grupos que resistem aos princípios dominantes de hierarquização do mundo social com potencial para degradá-los subjetiva e objetivamente.

Considerações finais

Tivemos como meta discutir criticamente o conceito de violência simbólica a partir de um referencial teórico interdisciplinar, bem como a partir de uma compreensão dialética das totalidades sociais. Para atingirmos nosso objetivo, nos questionamos primeiramente sobre o que é a violência. Mostramos no primeiro tópico a necessidade de se articular não hierarquicamente fatores simbólicos e materiais, objetivos e subjetivos, “naturais” e culturais a fim de tornar a teoria mais próxima dos complexos heterogêneos e orgânicos que compõem a vida social e, dessa forma, do fenômeno da violência em sua complexidade.

Feita esta primeira abertura cognitiva, nos debruçamos na discussão propriamente dita da violência simbólica tal como formulada por Bourdieu (1989; 2001; 2002; 2015). A violência simbólica, como discutimos, tende a velar e a tornar invisíveis os fundamentos reais da dominação, mas isto não significa que no próprio interior da dinâmica de dominação não haja outros vetores de subjetivação operando, pois aquela não é absoluta. A resistência é parte constitutiva das relações de poder, quer se tenha consciência ou não das opressões sociais.

Diante disso, as sanções simbólicas às quais Bourdieu (1989; 2015) se refere, quando alude à luta simbólica pela definição dos parâmetros de classificação do mundo social, não possuem necessariamente uma qualidade distinta da própria violência simbólica, mas se constituem como mais uma das suas possibilidades.

Nos jogos de poder, os artifícios de dissimulação e transfiguração do poder simbólico contra-atacam a resistência com a ação ideológica do estigma e, por esta via, degradam objetiva (nas representações culturais) e subjetivamente (danos psicológicos) os alvos que lhe resistem, tendo sido eles, em sua maioria, socializados pela cultura dominante ainda na primeira infância e isto subsiste mesmo que de maneira parcial em seus inconscientes¹². Todavia, mesmo na situação hipotética, na qual não haja adesão inconsciente por parte do estigmatizado, a violência simbólica atua e permanece como projeção violenta do estigma – com consequências materiais e simbólicas para a sua vítima.

¹² Descartar como os ecos da infância reverberam na constituição dos sujeitos seria uma intransigência de algo reconhecido não somente pela escola psicanalítica, mas das demais escolas do campo da psicologia, como a psicologia comportamental e o cognitivismo.

Forma de violência de natureza simbólica, que continua a operar deslocamentos e inversões, que pretendem sujeitar aqueles que se recusam a ser sujeitados. Assim, para ilustrarmos o que estamos a tentar dizer da forma mais objetiva que a linguagem nos permite: mulheres que se posicionam como feministas podem ser retratadas como mal-amadas e ressentidas, negros que ocupam espaços antes destinados apenas a brancos, como a universidade, podem ser discriminados e inferiorizados pela alegação que apenas passaram em função das cotas raciais, pessoas da comunidade LGBT envolvidas com a ação política podem ser acusadas de fazer lavagem cerebral nas crianças e adolescentes ou serem vistas como “doentes” e “degeneradas”.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Um esboço da teoria da prática*. São Paulo: Ática, 1983.
- CHAMAYOU, G. *A teoria do drone*. São Paulo: Cosac Naïf, 2015.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- FERNÁNDEZ, J. M. La noción de violencia simbólica en la obra de Pierre Bourdieu: una aproximación crítica. *Cuadernos de Trabajo Social*, Madrid, n. 7, v. 18, p. 7-31, jun. 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *A história da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FREUD, S. *O mal-estar na cultura*. São Paulo: L&PM Editora, 2010.
- GIRARD, R. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1988.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. W. *Conceitos essenciais da sociologia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MARTUCCELLI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo Social*, 11(1), 157-75, 1999.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos estud. - Cebrap*, São Paulo, n. 96, pp. 87-103, jul. 2013.

ŽIŽEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Como citar:

BEZERRA, Lorena Karla Costa; BARROS, Rodrigo José Fernandes de. Um olhar possível sobre a violência simbólica. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 284-302, abr. 2019.

Data de envio: 12 ago. 2018
Data de aceite: 25 mar. 2019

Lukács e a problemática cultural da era stalinista¹

José Paulo Netto²

Apresentação

Ronaldo Vielmi Fortes³

Há exatos 40 anos, a revista *Temas de ciências humanas*, publicava o texto de um já proeminente intelectual brasileiro, que versava sobre o pensador marxista húngaro György Lukács, havia algum tempo presente nos debates da esquerda brasileira. O texto cumpria o papel de defender e explicitar a posição de Lukács frente à vaga stalinista que avassalou grande parte do projeto socialista no período em que vigorou, no assim chamado Leste europeu, a república dos soviets.

Bastante questionado desde a realização do XX Congresso do Partido Comunista, ocorrido após a morte de Stálin, o socialismo real transfigurava as marcas indeléveis de ampla série de atrocidades e descaminhos que deixavam claro seu distanciamento das linhas traçadas pelos clássicos do marxismo na efetivação do projeto de uma sociedade comunista. No interior dos debates sobre tais desvirtuamentos abriram-se as portas para a crítica contumaz da posição de diversos intelectuais comunistas frente ao fenômeno do agora questionável stalinismo. Seus apoiadores e opositores figuravam no cenário internacional como algozes ou mártires do regime opressor de Stálin. Estranhamente, Lukács, a despeito de significativa quantidade de artigos e depoimentos críticos por ele escritos ao longo de anos, passou nesse contexto a ser tachado como

1. Este ensaio não se pretende à clarificação do complexo de relações entre Lukács e aquilo a que, à falta de melhor e mais precisa nomenclatura, denomino “era stalinista”; o seu objetivo é contribuir para esse esclarecimento, focando apenas o que me parece *pertinente* para compreender o posicionamento de Lukács em face de proposições filosóficas e estéticas próprias daquela era. Apesar da intencionalidade explicitamente didática deste texto, esforcei-me por não fazer concessões à maior parte da bibliografia referente ao tema (e que o leitor pode rastrear principalmente em MÉSZÁROS, 1972): recuso-me quer a considerar Lukács um sequaz da dogmática, quer a idealizá-lo acima dela – penso que as conexões entre Lukács e as consequências do modelo de socialismo que derivou do fracasso da revolução concebida “classicamente” (isto é: no Ocidente industrializado e burguês) são multívocas e particularmente complexas. Devo observar, ainda, que a concepção da obra lukacsiana que subjaz a este escrito difere substancialmente daquela que enformou outras intervenções minhas; gostaria que a posição evidenciada agora (dezembro de 1978) fosse tomada como o meu trânsito de uma “lukacsófilia” sincera para uma apreciação crítica do extraordinário pensador. [Publicado originalmente na revista *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ciências Humanas, n. 6, 1979. Republicado em: COTRIM, Ana; COTRIM, Vera (Orgs.). *Todo poder aos soviets! A Revolução Russa 100 anos depois*. Porto Alegre: Zouk, 2018. Agradecemos às organizadoras e à editora pela autorização para publicação na *Verinotio*. Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção. Nota dos Editores – NE]

² Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *E-mail*: rvielmi@hotmail.com.

stalinista. Foi visto e denunciado aos “quatro cantos” por muitos como um defensor acríptico do sistema.

O artigo de José Paulo Netto, na ocasião de sua publicação, tinha por objetivo principal resgatar a verdade sobre as relações de Lukács com o regime ditatorial de Stálin. A partir dos escritos do pensador húngaro, da investigação criteriosa da participação política de Lukács nos tempos em questão, assim como por meio do resgate de sua relação conturbada com o Partido Comunista, Netto traz à tona o lado desconhecido de nosso pensador – para não dizer propositadamente descurado por seus detratores –, no qual transparece de maneira clara a crítica áspera e ao mesmo tempo responsável de Lukács em relação às diretrizes assumidas pela direção do partido soviético. São lembrados seus posicionamentos no evento de 1956, quando do acontecimento da revolução húngara, trazidos à memória também vários artigos e livros da época, nos quais aparece de modo evidente o rechaço efetivo das vias assumidas pelo socialismo real na era stalinista.

Contra aqueles que sugeriam ser esta uma postura assumida apenas após o XX Congresso, no entanto, Netto, de maneira bem rigorosa, traz à baila a variedade de artigos escritos por Lukács entre os anos de 1930 a 1945, período em que o pensador húngaro residia na então URSS, em que fica patente sua oposição às diretrizes do PC, em particular, seus escritos profundamente críticos à política cultural dogmática impetrada pelo stalinismo. Se o confronto não pôde se dar diretamente sob a forma de um debate aberto sobre as fundamentações assumidas pelo regime, dada a forte repressão da polícia política de Stálin, fica patente em seus escritos da época que as afirmações de Lukács são “o oposto das formulações dogmáticas”. Todo o conjunto de debates em torno das questões literárias e estéticas mostram com clareza, como observa Netto, o rechaço contundente da “concepção stalinista-zdhanovista do marxismo”.

O trágico é perceber a atualidade do texto que ora se republica. Se outrora a investigação séria da biografia e da bibliografia do autor empreendida por Netto fazia emergir o intelectual crítico dos descaminhos do processo concreto do socialismo soviético, servindo de combate direto à má compreensão das posturas políticas e filosóficas de Lukács – seja por desconhecimento, por má vontade ou má intenção –, sintomaticamente, em nossos dias, o texto de Netto mostra-se atualíssimo na medida em que a figura distorcida de um Lukács stalinista ainda contamina o cenário de certos redutos acadêmicos e intelectuais brasileiros e mesmo internacionais.

Não importa sua motivação – desconhecimento, má vontade ou má intenção –: a persistência de tal incorreção tende a obscurecer e por vezes “lançar entulho” sobre o vigor do pensamento lukacsiano, bloqueando o

entendimento da herança filosófica deixada por suas reflexões, importantíssimas nos dias atuais tanto para a autocrítica das diretrizes históricas assumidas pelo socialismo real como para a retomada do projeto revolucionário.

O que foi arma eficaz contra a má compreensão da figura política e filosófica de Lukács, hoje, por motivos talvez outros, ainda se mostra capaz de desempenhar o mesmo papel de eficácia ao se colocar novamente como arma crítica, cuja função precípua é trazer de volta à discussão a força de um pensamento autenticamente revolucionário.

Não é a primeira vez e provavelmente não será a última que a *Revista Verinotio* volta a este tema. Antes, o artigo de Nicolas Tertulian⁴, de título Lukács e o stalinismo, escrito em 2002, contribuiu para desfazer a mesma imagem de um intelectual vinculado ao stalinismo, ao combater uma série de críticos contemporâneos difusores de tal acusação. O resgate destes textos, ambos sérios e rigorosos em seus argumentos, põe-se como tarefa necessária. Se o que foi escrito foi muito bem demonstrado e argumentado, é desnecessário escrever com outras palavras o que está estabelecido com precisão e rigor. Aspecto que justifica a republicação do artigo de Netto, não por mero resgate da memória dos debates teóricos – e, por que não dizer, políticos – de uma época em particular, mas como a arma crítica contra os descaminhos do presente.

Ser um mártir é fácil; difícil, muito difícil, é permanecer entre luzes e sombras pelo bem de uma ideia.

L. Feuchtwanger

(A Marcos Palácios)

Assim como nenhum pensador responsável do século XX pode eximir-se de um confronto com o marxismo, nenhum pensador marxista pode elidir-se de um exame do stalinismo, um dos resultados do fracasso da Revolução no Ocidente.

O stalinismo – núcleo neurálgico do mais dramático traumatismo sofrido pelo movimento operário revolucionário contemporâneo – não afetou apenas, ainda que em todos os níveis, a nova sociedade construída pelo povo russo (e, mesmo que assim fosse, revestir-se-ia de crucial significação). Muito mais: o que constitui a problemática da era stalinista comprometeu o socialismo como novo padrão societário. De fato, somente a íntima compreensão daquela problemática pode evidenciar que não se trata de uma necessária decorrência da passagem

⁴ Publicado no n. 7 desta revista, de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/o.65943372031621.pdf>>, acesso em 31 mar. 2019.

do capitalismo ao comunismo, mas sim de uma contrafação muito específica da transição socialista que se opera sem o respaldo de um processo revolucionário mundial e num contexto de capitalismo subdesenvolvido.

É óbvio que um comprometimento deste gênero atingiu profundamente o marxismo – a pesada herança da problemática da era stalinista configura, objetivamente, um elemento de ponderável peso na história (incluída a que se desenrola atualmente) do marxismo. Eis por que, neste contexto, o posicionamento de um filósofo como Lukács é de essencial importância quer para a inteligência do seu próprio pensamento, quer para o esclarecimento das reais dimensões da problemática mesma do stalinismo.

Esse posicionamento, no correr dos últimos 30 anos, tem suscitado as mais contraditórias polêmicas. De um lado, há os que se alinham com Leo Kofler, para quem “Lukács e o stalinismo distinguem-se entre si como o socialismo liberal distingue-se do socialismo burocrático. Entre eles não há nenhuma ponte”. De outro, há os que supõem, como Youssef Ishaghpour, da parte de Lukács, uma “adesão mais ou menos tácita ao stalinismo”.

Quer-me parecer, todavia, que o objetivo e isento estudo das relações entre a obra (e mesmo a biografia) de Lukács e a sistemática stalinista patenteia entre ambos uma complexa rede de conexões, evidenciando, ao mesmo tempo, um denodado esforço do filósofo no sentido de demarcar-se daquela terrível deformação e daquele brutal desvio do marxismo, no quadro histórico posto pelo confinamento da Revolução na Europa de Leste.

1

Escapa inteiramente aos objetivos deste breve ensaio a análise da era stalinista⁵: o foco do interesse deve recair sobre a *problemática cultural* a ela pertinente. De qualquer forma, um sumário excursu histórico-crítico será útil para situar a questão.

Stálin (Joseph Vissarionovich Djughashvili, nascido em 1897), precoce militante dos movimentos socialistas russos, participou ativamente da Revolução de 1917 e atuou com destaque no período da Guerra Civil. Vagarosa, mas seguramente, galgou a hierarquia do Partido Comunista e, em 3 de abril de 1922, era nomeado secretário-geral do Comitê Central da organização. Após a morte de Lênin, em 21 de janeiro de

5. Da vastíssima bibliografia sobre o tema, ver especialmente a obra antiga, mas indispensável, de I. Deutscher (1970). Para um tratamento mais recente, ver J. Ellenstein (1975) e ainda os volumes III e IV da sua *História da URSS* (1976), assim como as anotações críticas dessa argumentação em E. Mandel, *Crítica do eurocomunismo* (1978).

1924, abre-se uma etapa de lutas intrapartidárias que só culminará em 1929, quando Stálin impõe a seus pares a expulsão, da Rússia, do seu grande rival, Trotsky⁶. A vitória de Stálin não significou apenas a liquidação política do defensor da teoria da “revolução permanente”, com a consequente hegemonia da concepção do “socialismo num só país”⁷: significou, sobretudo, a gradativa implantação de uma sistemática política que abolia a discussão democrática das alternativas do socialismo – estimulada por Lênin –, substituindo-a por uma centralização burocrática do processo de decisões, levadas a cabo por um pequeno círculo funcional aglutinado em torno do secretário-geral.

A instauração de um sistema político autocrático foi concomitante à emergência do que Deutscher chamou de “a grande mudança”: a partir de 1929, fundamentais modificações são introduzidas na vida econômica da Rússia – inicia-se a coletivização da agricultura e articula-se o projeto de industrialização acelerada do país, com a elaboração do primeiro plano quinquenal. A significação destas modificações é aferível na apreciação do grande historiador:

Em 1929, cinco anos depois da morte de Lênin, a Rússia soviética aventurou-se à sua segunda revolução, dirigida única e exclusivamente por Stálin. Quanto ao alcance e impacto imediatos sobre a vida de cerca de 160 milhões de pessoas, a segunda revolução foi ainda mais ampla e radical que a primeira. Redundou na rápida industrialização da Rússia; forçou mais de cem milhões de camponeses a abandonarem suas pequenas e primitivas propriedades e fundarem fazendas coletivas; arrancou implacavelmente das mãos do mujique o secular arado de madeira e obrigou-o a segurar a roda de um trator moderno; levou dezenas de milhões de analfabetos para a escola e fez com que aprendessem a ler e escrever; e espiritualmente desligou a Rússia europeia da Europa e colocou a Rússia asiática mais perto da Europa. Os prêmios desta revolução foram espantosos; mas também o foi o seu custo: a perda total, por parte de uma geração inteira, de liberdade espiritual e política. É necessário um grande esforço de imaginação para avaliar a magnitude e a complexidade dessa

6. No seu famoso testamento, redigido quando já enfermo e nunca publicado integralmente na URSS, Lênin advertiu: “Tendo-se tornado secretário-geral, o camarada Stálin concentrou imenso poder em suas mãos; e não estou certo de que ele saberá sempre usar esse poder com bastante cautela” (*apud* DEUTSCHER, 1970, v. I, p. 222). Quanto a Trotsky, que considerava “pessoalmente (...) o homem mais capaz do atual Comitê Central”, Lênin também teceu reservas.

7. A teoria da “revolução permanente”, Trotsky formulou-a ainda em 1906, mas apresentou-a conclusa no livro *A revolução permanente* (1978), escrito em 1928 e só publicado em 1930. O núcleo do pensamento trotskista era a noção – inspirada nos “clássicos” – segundo a qual a construção do socialismo era variável dependente da revolução mundial. Somente depois de 1924, diante do refluxo do movimento operário europeu, é que Stálin passou a sustentar a possibilidade da edificação do socialismo em um só país.

transformação social que não tem nenhum precedente histórico. Mesmo levando-se em conta as diferentes proporções dos problemas humanos em outras épocas, os maiores reformadores da história russa, Ivan, o Terrível, e Pedro, o Grande, e também os grandes reformadores de outras nações, parecem anões ao lado do vulto gigantesco do secretário-geral. (DEUTSCHER, 1970, v. I, p. 266)

É no justo processo desta “grande mudança” que o secretário-geral aciona os mecanismos que constituirão a era que leva seu nome – é com ela que o stalinismo passa a inscrever-se como página heroica e sangrenta da história do socialismo. O episódio de excepcionalidade política que acompanhou o período 1929-32, tempo da “grande mudança”, foi transformado por Stálin e seu aparelho partidário em *norma* de conduta política. A compreensível suspensão da democracia socialista num quadriênio de rapidíssimas mutações socioeconômicas foi manipulada pelo aparato partidário num injustificável regime autocrático – a sociedade russa foi envolvida na camisa de força de um abrangente terrorismo psicossocial. É evidente, ademais, que esta excepcionalidade política só pôde erguer-se e manter-se, como fenômeno “superestrutural”, expressando determinadas características na organização da economia; ou, na corretíssima síntese de Mandel:

Quanto aos fatos, ensinam que de maneira nenhuma se pode reduzir o “fenômeno stalinista” a fenômenos de superestrutura: terror estatal, ditadura dum homem, polícia todo-poderosa, dogmatismo ideológico etc. Estes fenômenos imbricam-se manifestamente num conjunto de *relações sociais e de relações de produção características*: ausência de autogestão dos produtores, ausência de autoadministração dos cidadãos e de controle destes sobre a administração política e econômica, planificação burocraticamente centralizada, apropriação e distribuição do sobreproduto social pelo estado, fora de todo o controle dos produtores, regime do diretor único e todo-poderoso no seio da empresa, manutenção da estrutura hierárquica desta, sistema de remuneração assegurado de chorudos privilégios para os altos funcionários, submetendo boa parte do proletariado aos horrores do trabalho à peça etc. (MANDEL, 1978, pp. 78-9).

A partir do fracasso da revolução mundial, com o isolamento da Rússia soviética, a ascensão do nazi-fascismo forneceu o pano de fundo para a constituição e o desenvolvimento político da era stalinista. Esta garantiu-se mediante a onipresença do medo, o grande acólito dos períodos de obscurantismo – medo produzido e organizado pelas agências do poder, que, por seu turno, o segregavam intestinamente: à mordada de todo um conjunto multinacional correspondia a liquidação de segmentos do próprio poder. A sistemática destas liquidações (os famosos “expurgos”) assinala, no seu auge, o movimento mesmo de uma estrutura

política que se afirma na autofagia. Ela atinge seu clímax nos instantes em que a vida social alcança um patamar no qual a sua degenerescência começa a saltar à vista. É assim que, na hora da colheita inicial da sementeira de 1929-32 (em 1936-9), o aparelho stalinista massacra, nos Processos de Moscou, a velha guarda bolchevique; é assim que, após a extraordinária vitória sobre o Eixo, em 1946-9, as “depurações” atingem os melhores quadros militares e guerrilheiros; é ainda assim que, em 1951-3, os sobreviventes veem-se às voltas com a polícia política.

A natureza autofágica do stalinismo estendeu-se para além da morte do secretário-geral (março de 1953): ela somou-se à fragilidade de toda autocracia – a áspera luta pela sucessão –, que culminou, por volta de 1955, na supremacia do grupo de Krushev. No ano seguinte, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Stálin tem despido o seu manto sagrado: abre-se o “degelo”, a crítica ao stalinismo.

Esta crítica, contudo, realiza-se por meio (e no meio) daquele mesmo aparelho político-partidário que Stálin pôde construir à sua imagem e semelhança. Não desce ela, compreensivelmente, às raízes efetivas, histórico-sociais, do stalinismo: o aparelho prefere, ao contrário, o cômodo método de atribuir as deformações impostas ao socialismo ao chamado “culto da personalidade”. Não se atentou para a indicação de Baran, enunciada logo em seguida à “desestalinização”:

Atribuir todos os crimes e erros, cometidos na URSS antes da II Guerra Mundial e, após ela, em todos os países da Europa Oriental e Sul-oriental, às pessoas de Stálin, Béria e colaboradores é praticar o “culto da personalidade” ao contrário. As coisas não são tão simples assim. O sentimento geral (...) é que “todo o sistema”, na verdade, deve ser responsabilizado pelo que fez a liderança. (BARAN, 1960, p. 8)

No entanto, quer no XX, quer no XXII Congresso do PCUS, continuou-se a praticar esse “culto da personalidade” às avessas – ou, nas palavras contundentes de Lukács: “O que houve até agora foi o início do processo (...) de desaparecimento do stalinismo na forma de stalinismo” (*in*: HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 102).

É evidente que tal crítica não supera essencialmente as características da era stalinista: antes prolonga-se, na rota de um verdadeiro neostalinismo. Procura-se justificar estas limitações básicas na medida em que, desnudando por detrás da legenda de um Stálin “guia genial dos povos” traços de uma personalidade em que se mesclavam, paradoxalmente, a pertinácia com a incultura, a vocação política com a volúpia do poder, a fidelidade à causa revolucionária com o mais feroz sectarismo, a dedicação ao Partido com a idolatria burocrática – procura-se justificá-las na medida em que a crítica radical pode conduzir a uma generalizada decepção revolucionária.

Esta reserva, todavia, não é cabível no interior de um movimento revolucionário que se pretende orientado pelo marxismo. Ela é própria daqueles que, no Partido russo e nos outros Partidos Comunistas – também eles, ao longo dos anos entre 1930 e 1956, forjados naquele “aço stalinista” que fazia do reboquismo às soluções russas a pedra de toque da sua existência⁸ –, buscam a simples preservação de posições de poder. Por outro lado, essa meia-crítica tende a fortalecer a sua contrapartida burguesa: a pura identificação do stalinismo com o socialismo. O caráter primário de um engodo como este não lhe retira, é claro, a eficácia ideológica: se stalinismo é sinônimo de socialismo, obviamente este se torna medularmente problemático.

De 1956 até hoje, a herança stalinista parece refratária à autêntica análise marxista. Entre o “degelo” manipulado da maioria esmagadora dos Partidos Comunistas (capitaneados pelo russo) e a reação ideológica burguesa, não penetrou ainda, de modo efetivo, a análise orientada pela metodologia marxista – a não ser que se considere legitimamente marxista o folclórico grupo de pretensos heterodoxos, baluartes de uma abstrata independência intelectual, que justifica a sua má consciência ideológica com a fácil recusa do stalinismo na crista de um indisfarçado projeto liberal para o marxismo.

A ausência desta crítica marxista responde precisamente por aquele estado de espírito de que o arguto Ehrenburg se fez porta-voz: “Quanto mais penso em Stálin, mais claramente vejo que não entendo nada.” (EHRENBURG, 1970, v. VI, p. 45)

2

Após 1956, Lukács foi um dos poucos pensadores marxistas que se recusou às facilidades ideológicas do momento – não partilhou do rápido enterro do stalinismo pelos neostalinistas e não aceitou o liberalismo dos pretensos heterodoxos (aliás, a sua participação os eventos húngaros de 1956 tipifica sua atitude: entre os adeptos de uma “reforma” rakosiana e os defensores de uma “abertura” para o Ocidente, ele preferiu o exílio e a solidão).

Com efeito, Lukács, fiel à sua ortodoxia marxista⁹, adotou uma postura de dúplice crítica: contra o dogmatismo da era stalinista e contra o liberalismo emergente com a sua denúncia.

Já em 1957, ele assinalava que,

8. Stálin definia como comunista “aquele que, sem evasivas, incondicionalmente, aberta e honestamente, considera a causa da Revolução mundial como sinônimo dos interesses e da defesa da URSS” (*apud* MANDEL, 1978, p. 43).

9. Para o conceito de ortodoxia marxista de Lukács, cfr. o primeiro ensaio de *Histoire et conscience de classe* (1965a).

em matéria literária, nos debates provocados pelo XX Congresso, verificamos, por um lado, o nascimento de um revisionismo que rejeita toda a crítica marxista da decadência e recusa o próprio princípio do realismo socialista (...). De outro lado, no campo dogmático, esforçam-se por defender em bloco – com reservas para erros “isolados” – toda a doutrina e toda prática dos últimos decênios. *Nenhuma dessas atitudes poderia ser a nossa*. Também sob este aspecto, o revisionismo (...) só pode ser combatido eficazmente se submetermos o dogmatismo, *em primeiro lugar*, a uma rigorosa crítica, ao mesmo tempo teórica e prática (LUKÁCS, 1969, pp. 24-5, grifos meus).

Nesta formulação estão contidos os elementos fundamentais do combate travado por Lukács a partir da denúncia da era stalinista: de uma parte, a crítica concreta ao stalinismo e ao neostalinismo; doutra, a luta contra as tendências liberais. No mesmo texto, ele indicava que a reação ocasionada pela denúncia do stalinismo

toma a forma de revisão da doutrina professada por Marx e Lênin. Hoje é este, sem dúvida, o perigo capital que ameaça o marxismo-leninismo. Mas não é menos evidente que, se queremos fazer face a esta ameaça, precisamos, *em primeiro lugar*, de romper decisivamente com o dogmatismo de Stálin e do período stalinista: é necessário descobrir lhe a coerência sistemática, os fundamentos metodológicos, as consequências práticas e denunciar dessa maneira tudo o que se opõe ao marxismo-leninismo (LUKÁCS, 1969, p. 24, grifo meu).

A correta estratégia do pensamento marxista posterior ao XX Congresso do PCUS aparece, pois, segundo Lukács, como devendo estar estreitamente ligada a esta crítica em duas frentes. Da superação da herança da era stalinista não resulta apenas a restauração da essência do marxismo: resultam as condições para derrocar as posições liberais. Mais ainda: as últimas objetivações do pensamento burguês, como o neopositivismo, exigem, para um confronto fecundo, um marxismo isento de deformações. Neste sentido, Lukács afirma que

a derrota (...) do dogmatismo staliniano, o renascimento do método marxista, que seguirá a ela na medida em que se superem as deformações e lacunas dos últimos decênios e se restabeleça o método marxista em sua pureza e adequação à atualidade, será, simultaneamente, sem dúvida, também a vitória contra o neopositivismo (LUKÁCS, 1963, p. 11).

Ainda em maio de 1957, Lukács definia com clareza meridiana a sua peculiar posição diante da problemática da era stalinista:

Considero-me, no entanto, obrigado a dizer abertamente que não posso estar de acordo nem com aqueles que, transformando a obra de Stálin numa sensacional novela policial, tentam, com uma tal *story* e com a identificação acrítica de todo o trabalho de Stálin com a doutrina dos clássicos do marxismo,

comprometer esta teoria e impor a sua revisão, nem com aqueles que já creem chegado o momento de uma nova canonização de Stálin, de sua plena reabilitação, malgrado um ou outro erro “isolado”. (LUKÁCS, 1966b, p. 8)

Desta posição Lukács extraiu as consequências em sua atividade intelectual dos fins da década de [19]50, bem como nos anos 60. Em todas as suas obras posteriores a 1956 encontramos o cuidado crítico de aprofundá-la, assim como, nos prefácios e notas introdutórias a reedições de obras mais antigas, localizamos a preocupação em situá-las com relação à era stalinista. Aliás, cabe aqui uma nota que indica a serenidade de Lukács para com seu comportamento ante Stálin: reeditando seus trabalhos das décadas de 30 e 40 e do primeiro lustro da de 50, *ele não revisou um só de seus comentários a respeito de Stálin*. Fez questão fechada de que retornassem a público com seu conteúdo e sua forma originais, incluídas todas as referências elogiosas ao secretário-geral¹⁰, observando: “não perderei tempo com a questão das citações ‘protocolares’ de Stálin. Sempre tentei reduzir estas citações ao mínimo indispensável e limitar-me a reproduzir afirmações justas, frequentemente já conhecidas muito antes de Stálin” (LUKÁCS, 1966b, p. 8).

Lukács tinha fundadas razões para despreocupar-se: sempre fora, dentro e fora da URSS, um dos alvos prediletos do stalinismo. Não foi um mero acidente a sua prisão na URSS, em 1941¹¹, assim como não foi gratuita a sistemática campanha de descrédito que lhe moveu, de 1949 a 19[5]1, o Ministério da Cultura magiar¹². No entanto, a convicção de

10. Eis alguns exemplos destas citações: “O fascismo (...) quer apagar da consciência do povo alemão os nomes de Heine, Marx, Engels, Lênin e Stálin” (in *Heinrich Heine como poeta nacional*, 1935); “Marx, Engels, Lênin e Stálin indicaram-nos o caminho da verdadeira crítica” (in *A estética de Hegel*, 1951); “Somente Lênin e Stálin, e o Partido Bolchevique fundado e dirigido por eles, eram e são capazes de eliminar em todos os terrenos do marxismo as reticentes teorias do revisionismo” (in Prefácio a *Contribuições à história da estética*, 1952). Apenas a título de comparação, vejamos o que o grande Aragon (que, em 1953, considerava Stálin “o maior filósofo de todos os tempos”) chegou a escrever, *sem os constrangimentos de Lukács*: “Le Grande Staline, le chef des peuples / Toi qui naître l’homme / Toi qui fécondes la terre / Toi qui rajeunis les siècles / qui fais fleurir le printemps / Toi qui fais vibrer les cordes musicales / Toi splendeur de mon printemps, toi / Soleil reflété par le milliers de coeurs.” (Apud PAPAIOANNOU, 1972, p. 414) Sobre o mecanismo psíquico que levou homens de talento a este gênero de “arte”, cfr. as dolorosas observações de Jorge Semprun contidas em *Autobiografia de Federico Sánchez* (1977).

11. Mészáros (1972, p. 142) dá notícia da prisão de Lukács. A polícia política tentou, sem êxito, extrair-lhe uma confissão de que fora um agente trotskista. Recentemente, Michel Löwy encontrou nos arquivos de Lukács um texto que, segundo seu parecer, pode tratar-se da autobiografia que o filósofo preparou para as autoridades soviéticas (cfr. LUKÁCS, 1978; as observações de Löwy encontram-se à p. 28 e o texto está reproduzido nas pp. 147 ss).

12. É expressivo atentar para o fato de que a autocrítica que Lukács foi obrigado a fazer, em 1949 (e considerada insuficiente...), não foi apenas motivada pelos ataques a seu livro *Literatura e democracia*, mas ainda pelas ideias contidas em *O realismo russo na*

Lukács era mais profunda: esperava firmemente que, por baixo da obrigatória linguagem esópica de que se valera no período stalinista, as análises reconheceriam a crítica dissimulada e a manutenção de princípios antidogmáticos. Eis por que, sem maiores delongas, na sua obra posterior a 1956, ele transita da crítica oblíqua à denúncia aberta.

Esta denúncia se formula em função de três temáticas. A primeira centra-se nas relações entre Lênin e Stálin. Lukács esforça-se por mostrar que Stálin constitui mesmo o exemplo do dirigente antípoda a Lênin: enquanto este articulava uma integração orgânica e viva entre a teoria marxista e a práxis política, e, em razão disto, correlacionava corretamente a dependência das questões táticas aos objetivos estratégicos, Stálin notabilizava-se pelo seu *taticismo*, o soberano desprezo pela função regente da teoria, e pelo seu *oportunismo*, a visualização exclusiva de conjunturas singulares. Este é o núcleo do pensamento lukacsiano, cuja expressão literal é a seguinte: para Stálin, “a tática momentânea (...) era essencial. As injunções ditavam a estratégia e, em seguida, a estratégia era aplicada às perspectivas gerais do socialismo” (*in* HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 167). Particularizando:

a grande diferença entre Lênin e Stálin consiste exatamente no fato de que, na filosofia stalinista, se assim podemos chamá-la, o lugar principal é concedido às escolhas táticas prático-políticas do momento, impondo-se uma degradação da teoria geral, que fica relegada a superestrutura, a embelezamento, e de fato não tem mais nenhuma influência sobre as decisões táticas (*in*: HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 154).

Esta degradação da teoria, a que Lukács faz referência, expressa-se basicamente na esquematização do marxismo: a sua vulgarização adequa a teoria ao papel rasteiro de apologia. Contudo, são gravíssimos os reflexos teóricos desta degradação, manifestando-se até na separação entre o materialismo dialético e o materialismo histórico. Como diz Lukács: “as tendências vulgarizadoras do marxismo, do período stalinista, manifestam-se também no fato de o materialismo dialético e o materialismo histórico terem sido tratados como ciências separadas a ponto de se formarem ‘especialistas’ de cada um deles” (LUKÁCS, 1966a, p. 14).

Denunciando a “estátua stalinista da infalibilidade”, Lukács encerra este nível da sua crítica asseverando a “ruptura prática e teórica que existe realmente entre Lênin e Stálin” (LUKÁCS, 1970a, p. 169) e insistindo em que “também historicamente (...) Stálin não representou, de modo algum,

literatura universal, em que, segundo seus detratores (especialmente Révai), ele não avaliara corretamente o valor “modelar” da literatura russa.

nas grandes questões estratégicas, uma linha mais leninista que a de seus opositores” (LUKÁCS, 1970a, pp. 169-70)¹³.

Em segundo lugar, Lukács detém-se sobre a orientação cultural geral do período stalinista. Aqui, a crítica lukacsiana é tão sucinta quanto inclusiva: “No período de Stálin e Zhdanov, a história do pensamento foi sistematizada como se antes do marxismo existisse um determinado pensamento e, em seguida a um grande salto, ele tivesse sido completamente substituído pelo marxismo.” (In: HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, pp. 168-9)¹⁴ A esta postulação francamente dogmática – que, no extremo, leva ao sectarismo cultural e ao empobrecimento espiritual –, Lukács opõe a tradição leniniana: “O valor supremo do marxismo consiste substancialmente no fato de que ele se assenhoreou de todos os valores do bimilenar desenvolvimento europeu.” (In: HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 169)

Finalmente – em função de seus prioritários interesses intelectuais –, Lukács aborda a questão da arte e da literatura.

Recusando com vigor o *naturalismo* do período stalinista – que conduzia, na literatura, ao “romantismo revolucionário” e à “literatura ilustrativa” –, Lukács, em páginas de fina argúcia¹⁵, desmascara a inépcia artística, a fragilidade estilística e o caráter descaradamente propagandístico que constituíram a maior parte da literatura produzida entre 1930 e 1950 na URSS. E, ao mesmo tempo, insiste na raiz destas mazelas: o imediatismo e o praticismo ideológicos patrocinados por Stálin, consequência do *subjetivismo econômico* que fundava a sua visão do mundo.

Esse naturalismo, oculto sob o rótulo de *realismo socialista*, fez que Lukács, *sem abrir mão deste último conceito*, o redefinissem duplamente: de um lado, restabelecendo as suas relações com o seu antecessor, o realismo crítico burguês e, de outro, posicionando-o na etapa pós-stalinista: “atualmente, o realismo socialista tem por tarefa primordial levar até o fim a crítica da era stalinista” (LUKÁCS, 1970b, p. 14)¹⁶.

13. É interessante notar como o Lukács derradeiro, que se exprime assim, entra em discreta oposição consigo mesmo *já depois* da denúncia pública da era stalinista. Ver-se-á, mais adiante, que ele considera correta a grande opção estratégica de Stálin pelo socialismo num só país. Poder-se-á objetar que, na verdade, Lukács considera a teoria do socialismo num só país já contida no último Lênin. De qualquer forma, é relevante notar o fato.

14. É curioso notar que as primeiras versões do pensamento althusseriano são compatíveis com a dogmática stalinista, precisamente por partirem de um pressuposto homólogo a este denunciado por Lukács (cfr. COUTINHO, 1972, esp. cap. V). Mais recentemente, Althusser não pôde evitar a tematização clara da crítica ao stalinismo (cfr., p. ex., ALTHUSSER, 1973, pp. 85 ss).

15. Cfr., p. ex., o ensaio *O realismo crítico na sociedade socialista*, última parte do já citado *Realismo crítico hoje* (LUKÁCS, 1969).

16. E, em seguida, Lukács aduz: “Evidentemente, esta é a missão essencial da ideologia socialista em seu conjunto”.

Lukács, porém, não se negou a um balanço específico da era stalinista como um todo. Logo após o XXII Congresso do PCUS, respondendo à convocação de Alberto Carocci, da revista italiana *Nuovi Argumenti*, ele redigiu a célebre *Carta sobre o stalinismo*¹⁷ – o documento mais centrado sobre o stalinismo que produziu.

Insistindo sempre no caráter de *carta* do texto – o que lhe retirava qualquer alternativa de procedimentos sistemáticos –, Lukács assinala que a expressão “culto da personalidade” nada esclarece sobre a era stalinista: evocando as propostas de pesquisa levantadas por Togliatti, ele afirma ser essencial, na análise do stalinismo, “a questão da gênese social do fenômeno”. Sem pretender esgotar o tema, Lukács indica que, para o esclarecimento daquela gênese, “o ponto de partida só pode ser a situação interna e internacional em que se processou a Revolução proletária russa de 1917” [LUKÁCS, 1977, p. 2]. Diante desta situação, realmente dramática e agudizada, em nível de liderança, com a morte de Lênin, o filósofo húngaro observa que “Stálin se revelou um estadista notável (...). Sua enérgica defesa da nova teoria leninista quanto à possibilidade do socialismo em um só país, contra os ataques sobretudo de Trotsky, representou (...) a salvação da Revolução soviética” [LUKÁCS, 1977, p. 3]. Ou seja: “no que concerne aos problemas estratégicos então decisivos, Stálin teve plenamente razão contra Trotsky”. Entretanto, nos anos seguintes, a posição de Stálin teria evoluído para coordenadas muito similares às defendidas por Trotsky: “aquilo que hoje consideramos despótico e antidemocrático, na época stalinista, tem ligações estratégicas bastante estreitas com as ideias de Trotsky” [LUKÁCS, 1977, p. 4].

Outrossim, sendo o “problema central, objetivamente consistente na obtenção de um ritmo acelerado de industrialização (...), com toda a probabilidade difícil de ser resolvido nos quadros da democracia proletária normal”, Stálin converteu-se em autêntico autocrata [LUKÁCS, 1977, p. 4]. Quanto a este processo, Lukács afirma que “a história precisará ser reexaminada a fundo pelos historiadores soviéticos, levando-se a cabo uma análise competente de todo o material existente e inclusive do material inédito até o presente”. De fora do sistema de poder – ou seja, do *locus* onde se situava o próprio Lukács –, “o que se podia constatar (...) era a liquidação sistemática das discussões internas no Partido, o acréscimo das medidas organizativas contra opositores e, em seguida, a passagem das medidas organizativas a procedimentos de caráter judicial e estatal-administrativo” [LUKÁCS, 1977, p. 5].

17. Republicada recentemente, em tradução de Leandro Konder, no primeiro número de *Temas de Ciências Humanas* (LUKÁCS, 1977). As citações seguintes, sem referência, são extraídas desta versão. [Nesta edição, as referências bibliográficas foram acrescentadas entre colchetes – NE]

Ora, a questão nuclear, no âmbito deste processo, é, para Lukács, “mostrar de que maneira Stálin, que, na década de [19]20, defendia com habilidade e inteligência a herança de Lênin, passou à oposição a este no que concerne a tantos problemas importantes” [LUKÁCS, 1977, p. 5]. Esta questão, ainda em aberto, segundo Lukács, pode ser verificada quando se analisam as grandes linhas da era stalinista.

Estas grandes linhas, para Lukács, são as seguintes:

1.^a – “a tendência staliniana é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, e a de instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais” [LUKÁCS, 1977, p. 6];

2.^a – a degradação da teoria – consequência da supressão das mediações –, que não se concretizava em sua verificabilidade prática, “mas, ao contrário, simplificando e vulgarizando os princípios segundo as exigências (comumente apenas presumidas) da prática” [LUKÁCS, 1977, p. 8];

3.^a – a deformação subjetiva que se impôs ao conceito leninista de *partidarismo*: originalmente, “propaganda e agitação recebiam o seu material da ciência, da *práxis cientificamente* elaborada; Stálin inverteu esta relação. Para ele, em nome do *partidarismo*, a agitação torna-se o momento primário” [LUKÁCS, 1977, p. 10].

Da análise destas grandes linhas, Lukács conclui que,

no caso de Stálin, não se trata de erros particulares ou ocasionais (...) e sim de um falso sistema de ideias, gradualmente montado, um sistema cujos efeitos nocivos se fazem sentir tanto mais dolorosamente quanto menos as condições sociais atuais são semelhantes às condições em que apareceu o sistema stalinista e das quais o mesmo foi o reflexo deformado e deformante [LUKÁCS, 1977, p. 13].

Nesta conclusão está implícita a crítica ao neostalinismo, que Lukács particulariza mais ao dizer que

os aparelhos culturais dos países socialistas ainda se acham, em ampla medida, nas mãos de discípulos dogmáticos de Stálin (que, no melhor dos casos, consentem em adaptar-se exteriormente à “novidade”). Boa parte dos novos quadros ainda é educada e formada no espírito stalinista. O sistema staliniano é um paraíso para todos os destituídos de talento, que não abrem mão dele com facilidade [LUKÁCS, 1977, p. 14].

Em outras oportunidades, Lukács tornou a patentear que o stalinismo, como *sistema*, não foi eliminado. Já evoquei a sua afirmação de que o que está ocorrendo é o desaparecimento do stalinismo sob a forma do stalinismo. Ele vai mais adiante: “Quanto à superação da época stalinista, estamos ainda em um período no qual os grandes erros do stalinismo vêm sendo eliminados sempre com os métodos stalinistas. Não

chegamos, ainda, à superação destes métodos.” (In: HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, pp. 154-5)

Ora, uma das razões ideológicas para a sobrevivência dos métodos stalinistas é, até hoje, como o reconheceu o próprio Lukács, a ausência de uma análise marxista profunda sobre a sua gênese social, bem como da sistemática da sua permanência. Consequentemente, Lukács – que não se julgava chamado a preencher esta lacuna, já que, juntamente com Togliatti, pensava “que esta tarefa competia, antes de tudo, aos soviéticos” – esclarecia conclusivamente que

somente quando as análises marxistas formularem (...) com relação a Stálin (...) um correto julgamento histórico, quando o sistema de seus erros estiver esclarecido e superado e convertido em passado histórico do marxismo atuante, somente então será possível pronunciar-se de modo adequado sobre o vivo e o morto do seu sistema (LUKÁCS, 1966b, p. 8).

Esta cautela de método e de juízo histórico não o impediu, como se viu, de estabelecer uma impiedosa crítica do conjunto de concepções da era stalinista – *a partir de 1956*. Cabe então indagar como Lukács comportou-se frente ao stalinismo *enquanto Stálin estava vivo*.

Em 1957, falando sobre isto, Lukács caracterizou seu trabalho intelectual sob Stálin como “combate espiritual de um *partisan*” (*apud* BAHR, 1972, p. 46). Importa, pois, verificar a significação desta guerrilha espiritual para o que, antes, faz-se necessário situar, ainda que rapidamente, a problemática cultural da era stalinista.

3

A problemática cultural da era stalinista só é minimamente compreensível se for articulada com o conjunto de concepções ideológicas desenvolvido pelo sistema patrocinado por Stálin.

Como sistema ideológico¹⁸, o stalinismo possui uma lógica específica que, pela sua estrutura, insere a produção cultural num âmbito muito determinado. A matriz axial do sistema é o *voluntarismo burocrático*¹⁹, isto é, a suposição – evidentemente não esclarecida nem explicitada e, pois, para seus agentes, a *certeza* – de que o esforço e a diligência da classe operária colimam os fins propostos pela direção

18. Parece-me fundamental insistir, ao contrário do que defende objetivamente uma longa tradição iniciada no XX Congresso da PCUS e que encontra em Ellenstein um continuador integral, que o fenômeno stalinista *não* é apenas um processo *superestrutural*. O fato de aqui se reduzir o stalinismo às suas mais simples determinações ideológicas, porém, justifica-se pelas restrições postas pelo nosso objeto de análise.

19. Que Lukács tematizou amplamente nas entrevistas coligidas em *Conversando com Lukács*.

partidária. O caráter burocrático desta concepção deriva diretamente da própria maneira como a liderança política (por seu turno, no quadro da supressão da democracia socialista, legitimada tão-somente por uma fidelidade incondicional ao poder) direciona a vida social: pela via administrativa. Mas a tônica dessa matriz é melhor expressa pela sua substantividade: é o seu voluntarismo que mais adequadamente a dimensiona. Com efeito, o traço clássico do stalinismo – resultante da supressão ideal das mediações, apontada por Lukács – é o menosprezo pelas conexões entre as condições objetivas nas quais se realiza a prática social e a interioridade humana que anima (e é animada) por esta prática; vale dizer: são suprimidas as mediações entre o sujeito e o objeto da prática social. Esta supressão responde pelo movimento pendular da ideologia da era stalinista: ora amarrada ao mais positivista dos objetivismos, com o culto das “condições objetivas”, ora presa ao mais agudo dos subjetivismos, com a glorificação das ilimitadas possibilidades da individualidade “operária”. Outrossim, decorre desse movimento entre extremos que se complementam sem se superar a peculiar estrutura da ideologia da era stalinista, inteiramente dirigida para a justificação imediata das diretivas implementadas pelos núcleos dirigentes; trata-se, pois, de uma ideologia puramente instrumental e manipuladora, centrada prioritariamente em torno de exigências apologéticas.

É mais ou menos evidente, assim, que a produção cultural, no interior de uma moldura como esta, tenha o seu espaço de desenvolvimento e funcionalidade rigidamente delimitado: *cabe-lhe edulcorar a realidade*. Seu conteúdo de crítica do presente é-lhe retirado em nome da construção do futuro: a avaliação do passado, que obrigatoriamente realiza a cada passo, só lhe é permitida enquanto prova de que o presente – *este presente* – se valida por ela. A problemática especificamente cultural que emerge de um sistema como o da autocracia stalinista, portanto e necessariamente, é a *problemática do dogmatismo*.

O dogmatismo distingue-se da ortodoxia. Esta implica, exclusivamente, a *adesão crítico-científica e criadora* a determinados princípios metodológicos, enquanto o dogmatismo envolve o arbitrário e incondicional compromissamento com resultados científicos parciais ou proposições ideológicas singulares. Lucien Sève indicou justamente a essência do dogmatismo, dizendo-o “o arbitrário de um pensamento desligado da vida”, que se pode notabilizar “tanto por sua *aparente receptividade à renovação criadora* quanto por sua *aparente firmeza e intransigência quanto aos velhos princípios*” (SÈVE, 1965, p. 245). O raciocínio de Sève é correto: o dogmatismo não significa simplesmente a fidelidade a ideias antigas ou o repúdio a novas conquistas. Ao contrário:

ele pode manifestar-se na sede de novidades tanto como na dependência do passado. Mais exatamente, nas palavras de Sève:

o dogmatismo não se manifesta apenas na repugnância ou na incapacidade em revisar *o que deve ser revisto*, em função dos ensinamentos da experiência – aspecto bem conhecido –, mas também – aspecto menos conhecido talvez – na revisão arbitrária *do que não tem nenhuma razão válida para ser revisto*. O dogmatismo consiste em fixar, mas consiste também em liquidar (SÈVE, 1965, p. 245).

Nesta ótica, a problemática cultural da era stalinista se nos revela a problemática do dogmatismo *por excelência*. Porque, a par de esclerosar princípios válidos (as célebres “leis fundamentais” que Stálin e seus ideólogos descobriram) e instituir novidades espúrias (como a tese staliniana da agudização das lutas de classes no socialismo), o sistema ideológico da era stalinista conjugou o seu dogmatismo teórico com um difuso liquidacionismo, corporificação de concepções rasteiramente apologéticas, as suas exigências imanentes conduziram a uma produção cultural articulada sobre uma inorgânica mescla de objetivismo e subjetivismo, da qual a concreta realidade sócio-histórica era banida ou adulterada segundo a inspiração administrativa de decretos vindos do alto.

Historicamente, a constituição de uma política cultural dogmática explícita tem seu momento de arranque quando, reduzida pela coação política a baixíssimos níveis a efervescência criadora desenvolvida durante os primeiros momentos da democracia socialista²⁰, realiza-se, em agosto de 1934, o *I Congresso dos Escritores Soviéticos*. A peça básica dessa política reside no discurso então pronunciado por Máximo Gorki (GORKI; ZDHANOV, 1968) – e este não é o menor paradoxo com que nos defrontamos na análise da evolução cultural soviética sob Stálin: o grande *artista* Gorki, episodicamente como *teórico da literatura*, abriu o caminho para a política cultural stalinista²¹.

A argumentação desenvolvida por Gorki, na sua alocução àquele Congresso, é extremamente pobre e dogmática. Constatando que um novo padrão societário surge com o socialismo, Gorki sustenta a tese de que a

20. Em outubro de 1931, a Associação Russa de Escritores Proletários (RAPP) foi dissolvida e, na esteira da repressão, nada mais restou de seus grupamentos (LEF/Frente de Esquerda e LITFront/Frente Literária). Em meados da década de 30, centros como a Associação Pan-Russa de Escritores Proletários (VOAPP) ou o Teatro da Juventude Operária (TRAM) eram já remotas lembranças do passado.

21. É evidente que isto em nada compromete a obra literária de Gorki. E, seja dito de passagem, nem todos concordam em que as teses gorkianas expandidas naquele Congresso estejam na base do dogmatismo posterior do stalinismo (é o caso, p. ex., de Francisco Posada, em seu belo livro *Lukács, Brecht e a situação atual do realismo socialista* [POSADA, 1970]). De minha parte, alinho-me com Leandro Konder, para quem a estreiteza das *colocações teóricas* de Gorki “serviu para escorar os esforços de uma direção burocrática no sentido de enfeudar a arte às exigências imediatas da propaganda política do Partido” (KONDER, 1967, p. 89).

ele corresponde um novo tipo de arte literária – o *realismo socialista*. É indiscutível que, para a estética marxista, a introdução deste novo conceito significou um passo adiante. No entanto, tal como Gorki o formula, o realismo socialista tende a converter-se num *neonaturalismo* bem conveniente ao prosaísmo burocrático. O autor de *A mãe* embasa sua tese a partir da seguinte observação: “Temos a esperança, muito fundamentada, de que quando toda a história da cultura humana for escrita por marxistas, chegaremos à conclusão de que a missão da burguesia no campo da cultura foi exagerada.” (GORKI *in* GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 19)

Uma assertiva como esta – que é visceralmente dogmática porquanto *inova arbitrariamente* todas as concepções dos “clássicos” do marxismo²² – tem como consequência a instauração de um hiato entre o realismo crítico burguês e o realismo socialista e, sobretudo, pode legitimar uma visão estreitamente sectária da arte literária. Aliás, foi neste sentido que Zhdanov – o ideólogo da cultura da era stalinista no imediato pós-guerra – a desenvolveu:

Os imperialistas e seus lacaios ideológicos, seus escritores e publicistas (...) se esforçam (...) para caluniar nosso país (...), para difamar o socialismo. Nestas condições a tarefa da literatura soviética não é apenas responder (...) a esta miserável calúnia (...), mas também a de fustigar e atacar audaciosamente a cultura burguesa que se acha em estado de marasmo e corrupção. (ZDHANOV *in*: GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 96)

A cultura burguesa, segundo Zhdanov, tem “seu fundamento moral (...) putrefato (...) porque foi colocada a serviço da propriedade capitalista privada, a serviço dos egoístas interesses das camadas burguesas mais altas da sociedade” (*in*: GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 96).

A avaliação que Gorki opera do realismo crítico burguês, de fato, é lamentável: “Sem querer negar o vasto e enorme trabalho desempenhado pelo realismo crítico, cujas aquisições formais e nas letras nós apreciamos altamente, devemos compreender que tal realismo só nos é indispensável para aclarar as sobrevivências no passado, para lutar contra elas e eliminá-las.” (*Apud* KONDER, 1967, pp. 87-8) Reduzindo a herança cultural do realismo burguês a conquistas de técnica literária e a índice documental de situações sociais que devem ser superadas, vale dizer, atribuindo-lhe o valor de mero testemunho histórico, Gorki, na verdade, despreza aquele rico manancial. O caminho está aberto para a formulação de Révai, discípulo dos métodos zhdanovistas e inquisidor de Lukács: “Nós construímos o socialismo (...); nós devemos então nos inspirar, em primeiro lugar e de modo decisivo, na cultura de um país onde o

22. Leandro Konder, na obra citada, mostrou claramente como esta tese se choca, de modo frontal, com as ideias particularmente defendidas por Engels.

socialismo já está edificado. (...) A cultura soviética serve como modelo e mestre-escola [*sic*] à nossa nova cultura socialista.” (RÉVAI, 1957, p. 795)

Para o realismo socialista, Gorki propõe uma tarefa muito clara: “O realismo socialista afirma a existência como atividade, como criação. Seu objetivo primordial consiste em desenvolver os dotes do homem (...) em prol da sua saúde e sua longevidade.” (In: GORKI; ZDHANOV, 1968, pp. 55-6) Para tanto, “o herói de nossos livros deve ser o trabalho personificante do operário (...), o homem que (...) organiza o trabalho, tornando-o fácil, mais fecundo, elevando-o à altura da arte” (in: GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 44). Com estas premissas estão perfeitamente sincronizadas as determinações de Zhdanov:

Nós nos transformamos e nos desenvolvemos ao compasso das grandes modificações que alteraram radicalmente a face do nosso país. Exibir estas novas e elevadas qualidades do povo soviético... – eis a tarefa de todo escritor soviético consciente. (...) Nosso povo deve ser um povo culto e de alto nível ideológico, com elevadas exigências e gostos culturais e morais. Com este fim, nossa literatura, nossos periódicos, não devem ficar à margem das tarefas da vida contemporânea, mas devem ajudar o Partido e o povo (...). O povo, o estado, o Partido querem que a literatura não se afaste da vida contemporânea. (In: GORKI; ZDHANOV, 1968, pp. 97; 99)

Quanto ao papel social dos artistas, Gorki – retomando, *en passant*, a horrorosa caracterização staliniana do escritor como “engenheiro de almas” – atribui-lhes “o papel de juízes do universo”, oferecendo-lhes “o direito de colaborar diretamente na transformação do mundo” (in: GORKI; ZDHANOV, 1968, pp. 56). Zhdanov, com a sua notável ligeireza, não perdeu tempo e deduziu que “os escritores soviéticos devem ajudar o povo, o estado, o partido, educando nossa juventude na plenitude de espírito e na autoconfiança para enfrentar quaisquer dificuldades” (in: GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 98). E Révai, por seu turno, inferiu que o artista “não tem o direito de escrever o que quiser”:

o gosto e o julgamento do escritor podem ser contrários ao julgamento e aos interesses do povo, do estado ou do partido. E não são o estado e o povo que devem adaptar-se ao seu gosto e ao seu julgamento: é o escritor que deve, pelo trabalho e pelo estudo, tornar-se solidário com os interesses da edificação do socialismo (RÉVAI, 1956/7, pp. 799-800)²³.

Há que ficar patente que Gorki não participou de nenhum procedimento burocrático-administrativo da política-cultural da era

23. É importante observar que Révai, ao contrário do que estas citações podem sugerir, era um intelectual cultivado. Ernst Fischer comentou, certa feita, sem ironia e até pesaroso, o dilaceramento que o stalinismo produziu na personalidade de Révai: quando se investia como porta-voz do Partido, as suas colocações estreitas, sectárias e burocratizantes colidiam pateticamente com seus pontos de vida pessoais.

stalinista²⁴. E as inferências catastróficas extraídas do seu pronunciamento de 1934 por todos os Zhdanov do stalinismo o foram à sua revelia. Realmente, a política cultural dogmática só teria sua explicitação completada com a ascensão de Zhdanov à condição de principal ideólogo do sistema²⁵, onde, diga-se de passagem, ele apenas organizou as normas que desde pouco antes da II Guerra já regiam o enquadramento dos artistas.

Com efeito, desde o segundo lustro dos anos [19]30, o comportamento do aparelho stalinista diante das manifestações culturais já as compelia ao enquadramento, ora situado como neonaturalismo – decorrência da predominância do objetivismo ideológico –, ora focado como romantismo revolucionário – componente do voluntarismo subjetivista do sistema. O romantismo revolucionário não excluía o *neonaturalismo*: na medida em que o realismo socialista era reduzido à ilustração de proposições vindas do alto da direção partidária, ambos se implicavam mutuamente: à superficialidade maçante do neonaturalismo, o *romantismo revolucionário* acrescentava dimensões “poéticas”.

No domínio filosófico, todavia, o dogmatismo, que se estendia desde as vésperas da II Guerra, quando Stálin decretou que a grande filosofia alemã era a afirmação do obscurantismo (Hegel passou a ser considerado o “filósofo da reação prussiana”). Viu-se realmente impulsionado por Zhdanov, na sua celebre alocução A frente ideológica e a filosofia, pronunciada em 1947²⁶.

Criticando asperamente a obra do acadêmico Alexandrov, um manual de história da filosofia, Zhdanov estabeleceu, com assombrosa clareza, os quatro postulados básicos da política da era stalinista no terreno da filosofia:

- 1º. – a ruptura do marxismo com toda a herança filosófica anterior: “a filosofia marxista surge como a negação mais completa e categórica de todas as filosofias anteriores” (*in*: GORKI; ZHDANOV, 1968, p. 12);
- 2º. – a função da filosofia como legitimação teórica do *status quo*: “quando se fala de frente filosófica surge no mesmo instante a ideia de um destacamento organizado de filósofos combatentes (...) que armam os trabalhadores da sociedade socialista com a consciência

²⁴. O grande escritor, como se sabe, morreu em 1936.

²⁵. Zhdanov não exerceu por muito tempo a função de censor-mor: morreu no verão de 1948, mas não lhe faltaram sucessores zelosos, assim como ele mesmo fora um zeloso continuador do que já vinha de antes.

²⁶. Esta alocução está publicada em *Literatura, filosofia, marxismo*, já citado. Nela, Zhdanov apenas esclarecia normativamente o que já se exigia da filosofia. Mas não se pode esquecer o papel que, desde antes, as obras de Stálin – pelo seu próprio conteúdo – desempenharam no abastardamento da filosofia.

de estarem no caminho certo e com a confiança (...) na vitória final da nossa causa” (in: GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 131);

- 3º. A mecânica separação entre o materialismo dialético e o materialismo histórico, derivando-se o “caráter científico da filosofia” das “conquistas das ciências naturais” (in: GORKI; ZDHANOV, 1968, p. 125);
- 4º. O voluntarismo subjetivista como força de desenvolvimento da filosofia: “a causa deste atraso na frente filosófica não está ligada (...) a nenhuma condição objetiva. (...) [As causas] devem ser buscadas no domínio subjetivo (...) já é tempo de impulsar mais audazmente a teoria da sociedade soviética e seu estado, a teoria das ciências naturais contemporâneas, a ética e a estética. É necessário extirpar uma covardia estranha ao bolchevismo” (in: GORKI; ZDHANOV, 1968, pp. 132; 135).

Foi no interior desses parâmetros culturais e ideológicos que Lukács teve de trabalhar.

4

O posicionamento de Lukács ante as formulações derivadas da dogmática da era stalinista não deve ser investigado a partir de questões singulares. Antes, deve ser conduzido a partir do exame da concepção geral afirmada por Lukács e pelo aparelho da era stalinista; só então os problemas isolados poderão ser convenientemente equacionados. Pois bem: desde 1931 – precisamente o período da “grande transformação” referida por Deutscher – Lukács²⁷ afirma reiteradamente o oposto das formulações dogmáticas²⁸.

À concepção stalinista-zdhanovista do marxismo como “absoluta originalidade”, ele, na esteira de Lênin, opõe a compreensão do marxismo como produto cultural que sintetiza e supera a quintessência do pensamento ocidental. Eis por que, ainda em 1939, quando a “novidade” do socialismo era coroada pela vigência da constituição stalinista de 1936 e pelos métodos dos “expurgos” do momento, Lukács podia escrever: “a plena realização, a culminação da individualidade na sociedade socialista

²⁷. É sempre bom lembrar que, nesta época, Lukács era um emigrado em Moscou. Mais precisamente: um exilado político, submetido à severa vigilância da polícia política, que não lhe perdoava o “esquerdismo” dos inícios da década de 20.

²⁸. Ainda que, nestas afirmações e por motivos mais que óbvios, Lukács envolva sempre, elogiosamente, o nome de Stálin. Numa entrevista concedida a P. Anderson em 1969, e publicada na *New Left Review* (1971), Lukács diz o seguinte sobre os seus ensaios editados na *Literarny Kritik*: “Escrevi numerosos ensaios nesta revista e cada um deles comportava pelo menos três citações de Stálin – era uma necessidade insuperável na Rússia desse tempo – e cada um era diretamente dirigido contra o dogmatismo stalinista”. Esta entrevista está republicada em G. Lukács, *Littérature, philosophie, marxisme* (1978).

não é nada de absolutamente novo, mas o triunfo de esforços centenários, até milenares, dos melhores representantes do gênero humano” (LUKÁCS, Gottfried Keller *in*: LUKÁCS, 1970c, p. 201). Como se vê, o pensador húngaro não contradiz a dogmática emergente apenas no terreno do marxismo como teoria, mas, ainda, no campo prático-concreto da efetivação do socialismo. E, seis anos depois, na maré montante do obscurantismo do pós-guerra, ele retomava a discussão, esclarecendo que

o princípio básico da concepção materialista da história, segundo o qual a liberação real e definitiva da humanidade com relação aos deformantes efeitos das sociedades de classes só pode ser alcançada com o socialismo, não significa uma contraposição rígida, adialética e esquemática, uma sumária recusa da cultura das sociedades de classes (...). É verdade que a história real da humanidade vai começar com o socialismo. *Mas a pré-história que leva a este socialismo é um elemento integrante do nascimento do socialismo. E os traumas deste caminho não podem ser indiferentes para os autênticos “partidários do humanismo marxista”* (LUKÁCS, Introducción a los escritos estéticos de Marx y Engels *in*: LUKÁCS, 1966b, p. 260, grifos meus).

Esta passagem contém a chave que elucida o posicionamento lukacsiano: às vésperas da ascensão de Zhdanov ao estatuto real de censor-mor, ele problematiza quer a filosofia marxista como “a negação mais completa e categórica” das precedentes – ao, implicitamente, inserir a relevância das formações culturais anteriores à emergência do socialismo –, quer o próprio trânsito ao socialismo – sugerindo que seus ônus o afetam sobremaneira.

É liminarmente óbvia a oposição entre ambas as concepções: de um lado, a dogmática, tomando o socialismo como *ruptura* teórico-prática absoluta com o passado, e legitimando-o pela sua própria existência; doutro, a lukacsiana, aprendendo-o como *superção* do passado e pondo em questão as vias que conduzem à sua existência.

No entanto, esta oposição só pôde efetivar-se enquanto “combate espiritual de um *partisan*”. Faltavam a Lukács as mínimas condições objetivas para levá-la a cabo abertamente; não apenas há que considerar a (fundamental, no caso) impossibilidade física, mas também, como o próprio filósofo lembrou, a

impossibilidade moral: a URSS combatia decisivamente o fascismo. Um comunista firme somente podia dizer: “Certo ou errado, é meu partido”. Às ações deste partido, conduzido por Stálin e no seio do qual muitos pensavam como eu, devíamos associar, entrar no combate, ser incondicionalmente solidários com ele e manter, apesar de tudo e contra tudo, esta solidariedade (*apud* BAHR, 1972, p. 46).

A tática do *partisan*, assim, torna-se inteligível nas questões particulares. Enquanto a dogmática apresentava a cultura alemã – excluídos, naturalmente, Marx, Engels e os comunistas – como nazista *avant la lettre*, Lukács empreendia percucientes análises dos fatores daquela cultura, convencido de que “a nossa tarefa é apenas deixar que soe a voz clara e aberta da realidade histórica” (LUKÁCS, Georg Büchner *in*: LUKÁCS, 1970c, p. 91).

Insistindo na indispensabilidade da conservação da *herança cultural* – tema que lhe é caro desde as suas polêmicas em *Die Linkskurve* (e ao qual adiante voltaremos) –, Lukács opõe-se ao antigermanismo oportunista da dogmática, que, por razões chãmente propagandísticas, a ele reconduzia os sentimentos antifascistas; assim, escrevia em 1939: “foi desenvolvendo-se na Alemanha a filosofia clássica de Leibniz a Hegel, à qual devemos a expressão, em alto nível científico, das leis gerais da contradição entre o ser e a consciência, contradição profundamente relacionada, embora às vezes ocultamente, à descoberta das contradições da sociedade burguesa” (LUKÁCS, Gottfried Keller *in*: LUKÁCS, 1970c, p. 162). Precisamente no tempo em que Hegel era “o filósofo da reação prussiana”, 1940, Lukács insistia em que “o *Fausto* de Goethe e a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel são as duas produções artísticas e intelectuais maiores do período clássico na Alemanha” (LUKÁCS, Estudos sobre el Fausto *in*: LUKÁCS, 1970c, p. 364) – e não é casual que, em plena vigência do zhdhanovismo, ele tenha publicado *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*, obra monumental em que, concreta e particularmente, recusam-se os quatro princípios enunciados por Zhdhanov para o tratamento da questão filosófica. Por outro lado, pouco antes, em julho de 1947, Lukács concluía os estudos de *Existencialismo ou marxismo?*, em que intentava uma aproximação séria à crítica radical das correntes existencialistas²⁹.

A crítica implícita da dogmática filosófica, formula-a ainda Lukács no seu contundente e polêmico *A destruição da razão*, concluído em fins de 1952. Contra o voluntarismo subjetivista apregoado pelo *establishment*, ele afirma que “é o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento social, o desenvolvimento das lutas de classes que colocam os problemas à filosofia e assinalam as vias para a sua solução” (LUKÁCS, 1968, p. 3). A concepção zhdhanovista de “um destacamento organizado de filósofos combatentes”, preocupados em armar “os trabalhadores da sociedade socialista”, Lukács mostra que corresponde à

²⁹. É importante ressaltar que se trata de uma aproximação séria – e para que se compreenda esta cautela, basta que nos lembremos de que, mais ou menos na mesma época, Henri Lefebvre escrevia que Sartre era um autor que fazia “*la métaphysique de la merde*” (*apud* KONDER, 1967, p. 159). *Existencialismo ou marxismo?* foi recentemente reeditado no Brasil (SARTRE, 1979).

minimização das críticas imanentes, o que “conduz necessariamente a uma atitude sectária em filosofia” (LUKÁCS, 1968, p. 5).

Os detalhes da guerrilha intelectual lukacsiana, contudo, são mais numerosos no campo de trabalho a que ele se dedicou mais intensivamente durante a era stalinista, o da teoria e da crítica literária³⁰.

Seus procedimentos, também aqui, opõem-se àqueles que, desde o Congresso de 1934, converteram-se na doutrina oficial da dogmática. Segundo Lukács, “se o realismo socialista é a superação real de todas as tendências mesquinhas e empobrecedoras da evolução burguesa, ao mesmo tempo implica uma conservação de todas as tendências progressistas promovidas por esta via humana” (LUKÁCS, 1970c, p. 13). Recusada, assim, no essencial, a proposta gorkiana, Lukács vai mais longe:

por muito que, em toda evolução literária, o realismo socialista signifique algo eminentemente novo e revalorizador, e por muito que corresponda a um salto qualitativo (embora, é claro, a configuração artística concreta deste salto não seja possível senão ao cabo de um longo processo, cheio de problemas), seu ponto de partida é, necessariamente, toda a linha progressista central da arte e do país em questão (e da literatura universal, em linhas gerais) (LUKÁCS, 1970c, p. 13).

Contra a avalanche de romances e novelas “patrióticos” e “ideológicos” que cresceu no correr da década de [19]30, festejados e estimulados pela função “pedagógica” (na verdade, grosseiramente propagandística) que a dogmática reservava e impunha à literatura, Lukács afirmava, resolutamente, que “a antipatia justificada (...) contra o formalismo corrompido de *l’art pour l’art* burguesa se converte frequentemente numa luta contra a especificidade da configuração artística em geral. Produz-se com frequência a tendência de rebaixar a arte ao nível de uma agitação cotidiana direta” (LUKÁCS, *Arte y verdad objetiva in: 1966c*, p. 48). A crítica lukacsiana atinge a dogmática quer no plano da apreciação da obra como elaboração formal peculiar, quer no plano das relações entre ideologia e arte. Assim é que Lukács – que, nesta época, juntamente com M. Lifschitz e outros, combatia o *sociologismo* na crítica literária soviética e marxista em geral³¹, proclama que “o maior perigo consiste numa concepção muito direta da relação entre ideologia e criação artística” (LUKÁCS, *Marxisme ou proudhnisme en histoire littéraire? in: 1974*, p. 237) e recorda que, desde 1840, “contra a expressão direta de ideias políticas, Marx e Engels realizam um combate artístico, ideológico e político em defesa da *figuração artística da realidade com todas as suas contradições*” (LUKÁCS, *Pourquoi Marx et Engels ont-ils*

³⁰. Sobre este ponto, é útil recorrer à bela introdução de Claude Prevost ao volume póstumo de Lukács (1974).

³¹. Ver, quanto a este ponto, a já citada introdução de C. Prévost e boa parte dos trabalhos reunidos em *Écrits de Moscou* (LUKÁCS, 1974).

critiqué l'idéologie libérale? in: 1974, p. 176). Mas o crivo analítico de Lukács assinala que o imediatismo da dogmática, imediatismo próprio da defesa de uma *arte de tendência* – que ele repudiou, já nos inícios dos anos 30, em prol do *partidarismo* –, afeta a obra de arte como realidade também formal, uma vez que “a forma artística nunca é uma simples imagem mecânica da vida social. É certo que ela emerge enquanto reflexo de tendências sociais, mas, neste âmbito, ela possui sua própria dinâmica, sua própria orientação” (LUKÁCS, *Tendência o partidismo?* in: 1968c¹).

Uma crítica com tais características deriva, naturalmente, de uma atitude de fundo em face do quadro político-social maior que implementa a “arte de tendência”. Esta *atitude de fundo* é translúcida num dos escritos lukacsianos mais felizes: *Tribuno do povo ou burocrata?*, de 1940, páginas de inequívoca tomada de posição acerca da vida social na era stalinista. Tomando como pretexto a obra leniniana *Que fazer?* (1902) – que, com alguma ironia referida ao presente, ele considera “a primeira reação de princípio ao oportunismo no plano internacional” –, Lukács assinala contundentemente que “a burocracia é um corpo estranho no socialismo” (LUKÁCS, 1968b, p. 151) e afirma sem reticências:

deveremos concentrar nossa atenção no significado social assumido na URSS pelo fenômeno do burocratismo. E, enquanto não pudermos afirmar que a burocracia desapareceu da realidade social sem deixar marcas, seremos obrigados a examinar cuidadosamente e a combater implacavelmente suas repercussões nos mais variados campos, entre os quais os da literatura e da arte (LUKÁCS, 1968b, p. 150).

Note-se: entre os quais os da literatura e da arte... Maior clareza impossível.

É difícil imaginar uma atitude crítica mais profunda do que esta a partir do enquadramento da emigração política sob a coação stalinista. Lukács, porém, estabeleceu a sua guerrilha contra a dogmática até o limite mais extremo; já se viu quais as funções o sistema atribuía à literatura; vejamos agora a apreciação lukacsiana dessa literatura. Em 1936, Lukács observava: “na maioria desses romances³², mal se iniciou a leitura, já se sabe de todo o resto: numa fábrica trabalham inimigos do povo; reina a enorme confusão; finalmente, a célula do partido ou a GPU descobre os elementos antissociais, e a produção floresce” (LUKÁCS, *Narrar o describir?* in 1966c, p. 210) e, num ensaio do mesmo ano, indagando-se sobre a apologética literária: “qual é o núcleo de toda apologética? A tendência que consiste em deter-se na superfície dos fenômenos e em eliminar mentalmente do mundo os problemas mais profundos, essenciais e decisivos” (LUKÁCS, *La fisionomía intelectual de las figuras artísticas* in: 1966c, p. 139). Como Lukács mostra, é este esquematismo que responde

³². Trata-se de romances realistas socialistas da década de 30.

sempre pelo final falsamente otimista – autêntico similar do *happy end* burguês decadente – de um número esmagador de obras do realismo socialista³³.

Lukács foi até o limite mais extremo, protegendo-se apenas sob a tática de um Esopo moderno – como se comprova na avaliação que, em 1951, fez das teses de Stálin sobre linguística numa conferência da Academia Húngara de Ciências³⁴.

Em junho de 1950, por meio do Pravda, Stálin publicou um longo artigo sobre a teoria linguística de Marx³⁵, que postulava a língua como superestrutura social; no seu texto Stálin sustentava o oposto³⁶. Desnecessário é acrescentar que as ideias de Marx tornaram-se malditas da noite pro dia. Não me interessa discutir o núcleo da argumentação staliniana; só vale a pena observar em que contexto teórico ela se inseria. Este contexto aparece na meridiana formulação do secretário-geral:

a superestrutura é o produto de uma época em cujo decurso subsiste e opera uma determinada base econômica. *Por isso, a superestrutura não dura mais que a base, mas é eliminada e desaparece ao eliminar-se e desaparecer a base.* (...) Desde a morte de Púchkin correram mais de 100 anos. Neste período se eliminaram da Rússia a ordem feudal e a ordem capitalista, e surgiu uma terceira, a socialista. *Consequentemente, foram eliminadas duas bases junto com as suas superestruturas.* Mas, se considerarmos a língua russa, vemos que ela não experimentou neste tempo nenhuma transformação radical, diferenciando-se muito pouco, estruturalmente, da língua de Púchkin. (1972, p. 7, grifos meus)

Como se vê, um extraordinário exemplo de simplismo e mecanicismo. Lukács “que, à época, estava submetido a dura pressão ideológica”, não concedeu: submeteu o contexto teórico sobre o qual Stálin se movia a uma crítica que, mesmo elíptica, é evidente. Ele situa as afirmações de Stálin no âmbito da arte e da literatura e, à guisa de uma *interpretação, polemiza* com secretário-geral³⁷.

A “interpretação” começa com as citações protocolares: as teses de Stálin são consideradas “históricas” etc. Mas a polêmica penetra todos os

³³. Cf. a segunda parte do seu artigo sobre *Terras desbravadas*, de M. Sholokhov, publicado em 1951 e reproduzindo em 1968c, pp. 467 ss.

³⁴. Esta conferência, intitulada Arte e literatura como superestrutura, está reproduzida em 1966b, pp. 487 ss.

³⁵. Sobre N. J. Marr (1864-1934), o leitor interessado encontra breve referência em G. Mounin (1968, pp. 32 ss).

³⁶. O texto staliniano foi, logo depois, publicado em livro. Uma edição acessível deste material é a tradução inglesa (STÁLIN, 1972). Esta edição contém, além do ensaio de Stálin, outros materiais sobre o desdobrar da polêmica então iniciada.

³⁷. Seis anos depois, no prólogo que preparou para a edição italiana de *Contribuição à história da estética*, Lukács comentava: “foi uma sorte que meu compulsório mimetismo teórico obtivesse êxito, e que a crítica oculta não fosse reconhecida como tal” (cfr. 1966b, p. 8).

passos da reflexão lukacsiana: posto que a língua não seja superestrutura, a literatura, que se vale dela, o é; mas, afirmando o caráter superestrutural da produção artística, Lukács combate o mecanicismo pré-marxista que conduz ao e a que conduz o simplório raciocínio de Stálin – “podemos, pois, afirmar que, quando a velha base perece, a maior parte da velha superestrutura literária e artística perece” (LUKÁCS, 1966b, p. 508). Enquanto Stálin afirma o perecimento de *toda* a superestrutura cultural, Lukács fala da *maior parte dela*. Mas não é aí que reside o fulcro da crítica; na concepção staliniana, a superestrutura é *epifenômeno* da base; Lukács retruca: “uma superestrutura não apenas reflete a realidade, mas também toma ativa posição a favor ou contra a velha ou a nova base” (LUKÁCS, 1966b, p. 505). E mais: “no curso da história, até hoje, em todas as épocas, desempenharam papel de importância obras literárias e artísticas que foram, inicialmente, superestrutura em épocas remotas” (LUKÁCS, 1966b, p. 508).

A *refutação* a Stálin – por detrás de fórmulas compulsoriamente usadas, como: “as tradições do marxismo concretizam-se e desenvolvem-se com as afirmações de Stálin” (LUKÁCS, 1966b, p. 510) – é indiscutível; só mesmo o descuido analítico não percebe que Lukács *corrige* o secretário-geral em dois pontos fundamentais e decisivos. Primeiro: enquanto Stálin defende a ideia de que a superestrutura serve a uma só base, Lukács mostra que isso não é exato, uma superestrutura também pode *desservir* a essa base; segundo: enquanto, para Stálin, a eliminação da base corresponde à eliminação de *toda* a superestrutura, Lukács prova que o desaparecimento da base não implica o *automático* desaparecimento de toda a superestrutura.

Entre Lukács e a dogmática, há, realmente, uma *oposição de princípios*.

5

Indicada, ainda que somente em grandes traços, a oposição de princípio que Lukács sustentou contra as linhas culturais básicas da era stalinista, a crítica permaneceria insuficiente se não colocasse de manifesto, em traços igualmente breves, aquilo que responde pela força e pela fraqueza dessa oposição, ou seja: o fato de ela ser *interior* à própria problemática global de que a era stalinista deriva.

Com efeito, assim como é pura mistificação associar o pensamento de Lukács, sobretudo após a crise capitalista de 1929, à dogmática – identificando-o ou não inteiramente com ela –, também é exercício condenado à esterilidade apresentá-lo como flora quimicamente indene dos descaminhos do socialismo, refratário à era stalinista por obra e graça

de alguma redoma misteriosa³⁸. O simplismo frequentemente oportunista de uma argumentação não é superável com a ingenuidade bem-intencionada da outra. Na verdade, a era stalinista, essa brutal deformação, teórica e prática, do pensamento e da vida do movimento operário revolucionário, esse desvio (se se quiser)³⁹, em suma, não é um acessório que se lance pela porta sem mais aquela⁴⁰; é uma hipoteca real que diz respeito a todo pensador de boa cepa que se comprometeu com a transformação social revolucionária, como Lukács o fez – afinal, por três décadas, foi o seu marco referencial, o seu terreno de luta, seu horizonte de combate. *Ora, a oposição lukacsiana desenvolveu-se a partir do mesmo plano político macroscópico sobre o qual assentou a possibilidade da constituição da era stalinista: precisamente a prática política resultante da situação de fato que foi legitimada no nível ideológico pela teoria do socialismo num só país.* É rigorosa e exclusivamente neste sentido que se pode afirmar que o pensamento lukacsiano⁴¹ escreve-se na mesma problemática global em que a era stalinista aparece como problemática setorial⁴²; neste terreno comum a oposição de princípio que Lukács estabeleceu com a era stalinista concretizou o desenvolvimento possível do marxismo neste período adverso.

A problemática global aqui referida é a posta pelo fracasso da revolução no Ocidente. Não é possível nem pertinente discutir nesse lugar a complexa causalidade deste fenômeno e/ou as suas incidências dramáticas (nas quais a própria era stalinista avulta); mas indispensável enlaçá-la com o roteiro intelectual de Lukács. É o confinamento da revolução no “elo mais fraco da cadeia” (Lênin), a sua limitação ao Leste atrasado que vai determinar a evolução ulterior de Lukács; *seu pensamento só é compreensível se conectado a essa problemática.* Mesmo não sendo cabível refletir aqui sobre a revolução político-ideológica de Lukács, há que fazer notar que desde as vésperas da Crise de 1929 e , portanto, muito antes da viragem que se opera no VII Congresso do Komintern, Lukács já perdera as esperanças sobre a possibilidade de

³⁸. E isto é feito, com maior ou menor sucesso, pelos escolialistas lukacsianos. A tarefa é tanto mais ingênua quanto mais tem de destacar que os equívocos de Lukács, devidos à sua inserção histórico-política, não passam de momentos, episódios, acidentes etc... que não afetam o núcleo da sua obra. O autor dessas linhas conhece bem, por prática própria, os mecanismos dessa alquimia ideológica.

³⁹. Desvio, aliás, é a proposta conceitual provisória de Althusser para caracterizar o stalinismo (cfr. 1973, p. 88).

⁴⁰. Por isto, é verdadeiramente espantoso ouvir o murmúrio do último (?) Lefebvre em face da concepção político-estatal do stalinismo (e o logo Lefebvre!): *“Le marxisme n’a qu’une responsabilité restreinte dans l’affaire”* (cfr. 1976, p. 387).

⁴¹. Entenda-se: o pensamento de Lukács dos meados dos anos 20 em diante, pensamento que comporta inflexões. Não cabe aqui discutir a periodização da obra lukacsiana, a que já dediquei atenção noutro contexto e com outros objetivos.

⁴². Numa perspectiva bem diversa da que utilizo aqui, Perry Anderson já relacionou a era stalinista e os problemas do “marxismo ocidental” (cfr. 1976).

liquidar a curto prazo a dominação burguesa e extraíra daí amplas consequências táticas e estratégicas, tornando-se um coerente ideólogo da política de *frente popular avant la lettre*⁴³; quando esta política é implementada no movimento operário revolucionário, a partir de 1935, ela encontra Lukács apetrechado para fundamentá-la teórica e ideologicamente – e nessa fundamentação localiza-se o travejamento básico da sua atividade nos anos 30 e 40.

O insulamento do socialismo num só país não significou para Lukács um azar histórico, uma contingência cujas aplicações afetariam apenas as táticas do movimento operário revolucionário num decurso temporal limitado (embora de duração variável). Para ele, significou um novo quadro histórico *estrutural* e inescamoteável, que não parecia destinado a problematizar, em medida expressiva o projeto revolucionário “clássico”. Daí, conseqüentemente, que ele não tenha visto como tarefas teóricas prioritárias nem a análise dos intervenientes político-ideológicos que conduziram ao colapso as expectativas revolucionárias do imediato pós-guerra nem a investigação das novas condições de reprodução social do sistema capitalista, capazes de integrar (ainda que transitoriamente) na sua dinâmica os seus vetores negativos⁴⁴. Ao contrário, como tarefa teórica ele se traçou o avanço do marxismo como se o isolamento do socialismo fora uma clivagem histórico-universal perfeitamente compatível com a herança dos “clássicos” do marxismo e como se a conjuntura da frente popular, de fato, não apenas garantisse contra “regressões” políticas, mas também constituísse uma estratégia bem mais ampla – no limite, abrindo-se talvez como alternativa de transição ao socialismo⁴⁵.

Em poucas palavras: nos finais dos anos [19]20, Lukács fez uma claríssima opção por aquela via que ulteriormente receberia a pitoresca designação de “socialismo real”. E foi esta opção que, em termos histórico-políticos, determinou *necessariamente* que as subseqüentes intervenções

⁴³. Como se infere das leituras das *Teses de Blum* (cfr. LUKÁCS, 1973, pp. 229 ss). A derrota destas posições e a insincera autocrítica que teve de realizar em seguida jamais abalaram a convicção pessoal de Lukács, conforme a qual a sua proposta política era correta (cfr., quanto a este ponto, o Prefácio de 1967, que ele escreveu para a reedição de *História e consciência de classe* [1965a]).

⁴⁴. Só no derradeiro Lukács, dos finais da década de [19]60, é que esta investigação apareceria; então, o conceito de *manipulação social* ocupará relevante lugar nas suas preocupações.

⁴⁵. Daí que, nos anos em que emergia explicitamente a ideologia da “coexistência pacífica”, ela jamais se tenha afigurado a Lukács como um instrumento conjuntural – antes, era a forma adequada e justa, histórica, teórica e ideologicamente para a condução da luta anticapitalista. A respeito, além das suas intervenções sobre este ponto em *Conversando com Lukács*, pode-se confrontar o seu ensaio Contribuição ao debate entre a China e a URSS, de 1963. Por outro lado, em várias posições de Lukács até meados dos anos 60, os eurocomunistas poderão joeirar argumentações favoráveis aos seus projetos.

de Lukács, referidas à teoria e à prática⁴⁶ do movimento operário revolucionário, se efetivassem no interior do espaço estratégico-ideológico que a era stalinista, de fato a única conducente ao “socialismo real”, instaurava⁴⁷.

Exatamente aquele situar-se na mesma problemática global que colocou a possibilidade objetiva da autocracia stalinista e tudo que ela incluiu e excluiu, bem como este movimentar-se no espaço estratégico ideológico instaurado pela dogmática é que aprisionam a oposição de princípio lukacsiana referida atrás⁴⁸.

Estão dadas aí, sumariamente, as bases que enlaçam a dogmática da era stalinista com o pensamento lukacsiano – dois polos do mesmo complexo oriundo do fracasso da revolução no Ocidente. É nesta perspectiva – e só nesta – que me parece frutífero indagar o marxismo de Lukács como marxismo possível na era stalinista, como marxismo concreto que traz *no seu bojo* os signos inequívocos do seu tempo histórico⁴⁹.

É claro que uma tal opção histórico-política abria a Lukács um *leque de possibilidades* intelectuais e ideológicas: se lhe impunha um ângulo de apreciação que lhe restringia o universo de investigação, *não* lhe determinava, fatalmente, o modo de apropriar-se dele. A fraqueza de Lukács dimana daquele universo limitado; a sua duradoura força advém do tratamento que lhe dedicou.

Será trabalho de outro ensaio estudar detidamente a atenção dialética dessas forças centrífugas e centrípetas na obra lukacsiana, mas devo concluir essas aproximações indicando alguns aspectos do pensamento lukacsiano em que a incidência restritiva do seu posicionamento histórico-político me parece marcante.

Contra as adições e supressões arbitrárias que o oportunismo teórico da dogmática obrigatoriamente implicava, Lukács desenvolveu uma concepção do marxismo a que não é alheia a influência do Engels do *Anti-Dühring* (precisamente aquela a que Lênin devotará entusiasmo): um

⁴⁶. Embora ele se tivesse absterido de intervenções como político no intervalo entre a derrota das *Teses de Blum* e a preparação do levante húngaro de 1956.

⁴⁷. Aliás *explicitamente*, Lukács jamais pôs em questão a justeza da opção de base que fundou aquele espaço; já vimos que, na *Carta sobre o stalinismo*, ele escreveu: “No que concerne aos problemas estratégicos então decisivos, Stálin teve plenamente razão contra Trotsky”.

⁴⁸. Esclarece-se, assim, por exemplo, por que a Carta sobre o stalinismo continua a crítica do stalinismo no plano meramente superestrutural.

⁴⁹. Signos que a maioria dos críticos tem localizado nos seus aspectos mais epidérmicos: ora as autocríticas de Lukács (as duas formais de 1929 e de 1949, consideradas insuficientes pelo *establishment*), ora o emprego de uma linguagem panfletária que destoa do conteúdo do seu pensamento (p. ex., algumas passagens de *A destruição da razão*), ora a utilização de um exemplário francamente enganoso (como o uso que Lukács fez, em *Existencialismo ou marxismo?*, dos Processos de Moscou).

sistema autossuficiente *autônomo* no que toca aos seus fundamentos. Essa *paixão do sistema* – na qual se poderia rastrear ainda a formação hegeliana do filósofo húngaro –, muitas vezes, deslocou-se das suas balizas metodológicas para o próprio conteúdo das investigações: não são raros os passos lukacsianos em que a premissa consiste, *apesar da ressalva formal de que não se trata disto*, na hipótese não verificada de que o marxismo já elucidou o nuclear, cabendo às pesquisas detalhar aspectos conjunturais. Numa palavra, a autonomia metodológica do marxismo passava a ser sua conclusão, o seu caráter cerrado, o seu resultado científico. A paixão do sistema, impaciente, substitui-se ao processo histórico efetivo. Daí a flagrante alergia aos novos dados postos pela evolução da cultura, que pode ser surpreendida em não poucos momentos da obra lukacsiana. É realmente chocante, por exemplo, constatar o alheamento de Lukács em face da pesquisa psicanalítica⁵⁰ – e isto não é fortuito: frequentemente Lukács operou, frente à ciência contemporânea, especialmente aquela referida ao homem e à sociedade, com a estreita bitola da oposição vazia “ciência burguesa x ciência proletária”.

O último Lukács pareceu ter consciência deste equívoco. Na parte publicada da sua derradeira grande obra, *Ontologia do ser social* (LUKÁCS, 1976), a paixão do sistema se desvanece repentinamente e o velho pensador não contou com tempo necessário para elaborar uma alternativa nova: descaiu numa perspectiva claramente empirista, de cuja abstração e riscos os perigos são evidentes para o analista experimentado⁵¹. Aliás, o último Lukács é uma viva e desesperada autocrítica raramente explícita, do ideólogo que se nutriu com a mitologia do “socialismo real”⁵²: *ele se pôs, seriamente, a questão de escrever um Capital adequado ao nosso tempo*.

Ao colocar-se uma tarefa deste gênero, Lukács apenas patenteou a urgência de um conhecimento científico (dialético) do capitalismo tardio – das suas novas características, das condições de reprodução social contemporânea etc. *Precisamente o conhecimento de que a sua obra se recente medularmente* – e não somente no que diz respeito ao capitalismo tardio como realidade estritamente econômica –: com efeito, entre 1936 e

⁵⁰. Não me refiro ao positivismo acríptico e à demagogia grosseira que se verificam geralmente na terapia psicanalítica e na sua vulgarização. O que é central é a ignorância de Lukács em face da problemática aberta por Freud.

⁵¹. É óbvio, porém, que a paixão lukacsiana do sistema não é marginalizada pelas mesmas razões que levaram os pensadores de Frankfurt a evitá-la: para eles, mesmo o conceito de sistema interdita a liberdade (cfr. ADORNO, 1977).

⁵². Não é arbitrariamente que o arguto Michel Löwy conclui o seu ensaio *Lukács and Stalinism* com as seguintes palavras: “após meio século de ‘reconciliação’ e de ‘ilusões perdidas’, Lukács retoma, nos seus três últimos anos de vida, com a redescoberta de intensas esperanças, a chama vermelha do comissário do povo de 1919” (1978, p. 82).

1960, Lukács não avançou nada de significativo para a compreensão dos novos problemas sócio-históricos.

Por outro lado, é a esta lacuna que se deve debitar a miséria das passagens abertamente políticas da obra lukacsiana: quando aparecem ou são vincadas por um impressionismo conjuntural ou então são notações teóricas postas num tal nível de generalidade que suportam quaisquer elasticidades; até mesmo no Lukács posterior à denúncia pública da era stalinista a análise da política é de uma ingenuidade primária⁵³. Somente quando tentou agarrar determinações da economia política do capitalismo tardio, tomado como fenômeno de dimensões novas, é que ele pôde esboçar algumas soluções inteligentes e dignas do seu talento; isso ocorre nos seus derradeiros esforços teóricos, quando ele procura avançar sobre o complexo da *manipulação social*. Contudo, ao fazê-lo, formula as questões de tal modo que reduzi-las ao real histórico é tarefa hercúlea: o seu nível de generalidade é tão intenso que os seus procedimentos teóricos e heurísticos fornecem a substancial impressão de uma abstratividade inflada – assim é que, na *Ontologia do ser social*, o esquema analítico põe em tela um processo de humanização em que a teleologia imanente à socialidade em movimento expressa-se no trabalho e nas grandes objetivações humanas, a ciência e arte; mas as mediações concretas entre estas instâncias parecem exiladas no país do nebuloso.

É evidente que essa problemática radica não tanto naquela paixão do sistema (justamente liquidada na *Ontologia do ser social*) quanto, especificamente, no estreitamento categorial das concepções que Lukács pôde articular no interior do processo de resistência histórica do sistema capitalista: a *práxis* desaparece do seu horizonte mental a partir do seu abandono do “esquerdismo” dos primeiros tempos como marxista. Decorrentemente, até a década de [19]60, a *cotidianidade* – esse sistema de interstícios por onde transita a historicidade concreta – é algo de inteiramente inapreensível para Lukács⁵⁴. Até então, o seu marxismo decorre alienando do seu campo de investigação e de problemas as reais condições em que os homens do capitalismo tardio jogam as suas mais decisivas escolhas individuais e existenciais⁵⁵ (no caso de Lukács, estas escolhas aparecem como *problemas*, e este processo de enfoque das dimensões básicas da vida social *determinada* historicamente não é estranho à simpatia do velho Lukács para com formas de espaço de intervenção sociopolítica que, na ótica dos defensores do “socialismo real”,

⁵³. Isto é particularmente óbvio quando ele trata da “era Kennedy”, nas entrevistas de *Conversando com Lukács*; Mészáros, aliás, observou este aspecto (1972, pp. 88-9).

⁵⁴. É somente na *Estética I* (1966a [1962]) que a preocupação (sistemática, aliás) com a cotidianidade vem à tona – e com o travo da abstração.

⁵⁵. Que não são questões existencialistas.

são francamente “esquerdistas” – p. ex., a revalorização da democracia socialista assentada na atividade dos *soviets*).

Mas a fraqueza e a força, os limites e a riqueza, a grandeza autenticamente “clássica” e a impermeabilidade em face dos novos problemas verdadeiros surgem com nitidez exasperante naquele que é o campo privilegiado da elaboração lukacsiana – o da estética. Aí o legado de Marx é genuinamente acrescido e a hipoteca do fracasso revolucionário na teoria mostra o alcance dos seus estragos.

Uma das consequências imperativas da defesa da estratégia da política do socialismo num só país e, logo, da frente popular era a valorização da *herança cultural*. Dificilmente será exagerada a significação do empreendimento teórico de Lukács⁵⁶, o empreendimento de dar conteúdo a esse conceito e torná-lo eficazmente operatório; avançando sobre as indicações dos “clássicos”, ele deixou um balanço conclusivo na análise⁵⁷ da literatura do período que vai dos primeiros balbuceios ideológicos burgueses à ascensão do nazi-fascismo. Esse empreendimento, Lukács levou-o a cabo combatendo, de um lado, o impressionismo crítico e, de outro, o positivismo sociológico que vinha de Plekhânov, assim como o vanguardismo oportunista de setores modernos⁵⁸, na salvaguarda do que, mais tarde, ele chamaria de *die Eigenart de Äesthetischen*. Empreendimento que, no entanto, fez-se *simultaneamente* com uma franca ignorância da literatura contemporânea ou com a aplicação a ela de uma escala de valores indiscutivelmente inadequada⁵⁹ – e pode-se questionar, com razão, a *operacionalidade heurística* de uma estética (geral) assim elaborada⁶⁰.

O verdadeiramente emocionante, todavia, é a sinceridade do verdadeiro Lukács, o seu desesperado movimento para ser *fiel ao objeto*: realmente, é patético ver o gigantesco esforço do velho pensador, nos seus últimos momentos, correndo desajeitadamente contra o tempo e contra as suas próprias afirmações anteriores, tentando revisar os seus catastróficos equívocos judicativos e flexibilizar uma teoria estético-literária que contempla desfavoravelmente o que desborda os seus parâmetros rigidamente estabelecidos.

⁵⁶. Embora considerá-lo “Marx da estética” seja, sem dúvida, fazer injustiça a Marx – cuja empresa teórico-crítica foi capaz de compreender genialmente todas as manifestações significativas e pertinentes da sociedade capitalista do seu tempo. Com Lukács, não é propriamente isso que ocorre.

⁵⁷. E análise *dialética*, superadora da falsa antinomia análise externa/análise imanente – análise em que a explicação histórica funde-se organicamente à compreensão estética.

⁵⁸. Sobre essa questão, C. Prévost é elucidativo no texto já referido.

⁵⁹. Os juízos de Lukács anteriores a meados da década de [19]60 sobre significativos autores do nosso tempo são um eloquente testemunho disto.

⁶⁰. Não é casual que precisamente a *particularização* de Lukács na *Estética I* seja inconveniente – cfr. as seções referentes à música, arquitetura, cinema etc.

Entre a crítica lukacsiana elíptica dos anos 30 aos anos 50 e a denúncia aberta do último Lukács, posterior ao XX Congresso do PCUS, não há hiatos: há uma continuidade essencial, dissimulada somente pela linguagem fabular utilizada na era stalinista. Esta linguagem era o máximo a que se podia chegar quando se viveu o pior da autocracia stalinista sobre o seu próprio tacão; supô-la insuficiente e/ou frágil é ignorar crassamente as condições reais da vida soviética de então ou, o que não é menos discutível, é fazer a apologia do martírio cego que não vislumbra nenhuma transcendência além dos seus próprios limites.

Assim, tão somente uma investigação leviana ou preconceituosa pode questionar a oposição de princípio que Lukács sustentou, ao longo de três décadas ininterruptas ao dogmatismo e ao obscurantismo pretensamente socialistas, embora ela se tenha desenvolvido sobre a mesma problemática global em que se escreve a era stalinista.

Esta oposição, considerada em si mesma, não configura um mérito do pensador húngaro. Na verdade, não se deve fazer de uma necessidade uma virtude. Mas, entre os trânsfugas do marxismo e os fiéis servidores do burocratismo soi disant socialista, Lukács avulta com estatura modelar: a sua sobrevivência na noite da repressão é nutriz do princípio da esperança, que só se valida hoje enquanto estímulo para a superação dos seus próprios parâmetros.

Essa sobrevivência, Lukács não a conseguiu sem sacrifícios – de que sua obra é documento. Mas ela não lhe custou o ônus da convivência nem, muito menos, nódoas numa dignidade pessoal e intelectual que tem um cariz socrático.

Györg Lukács recusou-se ao martírio: entre sombras e luzes permaneceu guardião daquilo que acreditava serem as tradições metodológicas do marxismo.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T. *Terminologia filosófica* v. II. Madrid: Tauros, 1977.
- ALTHUSSER, L. *Resposta a John Lewis*. Lisboa: Estampa, 1973.
- ANDERSON, Perry. *Coordinates of western Marxism*. London: New Left, 1976.
- BAHR, E. *La pensée de Georg Lukács*. Toulouse: Privat, 1972.
- BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- DEUTSCHER, I. *Stálin: a história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 2 v.

- EHRENBURG, I. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 3v.
- ELLENSTEIN, J. *Histoire du phénomène stalinien*. Paris: Grasset, 1975.
- _____. *História da URSS*. Lisboa: Pub. Europa-América, 1976.
- GORKI, M.; ZDHANOV, A. A. *Literatura, filosofia, marxismo*. México: Grijalbo, 1968.
- HOLZ, H.; KOFLER, Leo; ABENDROTH, W. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEFEBVRE, H. *De l'État: 2. De Hegel a Mao par Staline*. Paris: UGE, 1976.
- LÖWY, Michel. Lukács and Stalinism. In: VVAA. *Western Marxism: a critical reader*. London: Verso, 1978.
- LUKÁCS, G. *El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*. México: Grijalbo, 1963.
- _____. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Minuit, 1965a.
- _____. *Le roman historique*. Paris: Payot, 1965b.
- _____. *Estética v. I*. Barcelona-México: Grijalbo, 1966a.
- _____. *Aportaciones a la historia de la estética*. México: Grijalbo, 1966b.
- _____. *Problemas del realismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1966c.
- _____. *El asalto a la razón*. Barcelona/México: Grijalbo, 1968a.
- _____. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.
- _____. *Sociología de la literatura*. Barcelona, Ed. P. Ludz/Peninsula, 1968c.
- _____. *Realismo crítico hoje*. Brasília: Coordenada, 1969.
- _____. “Lenin y los problemas del período de transición”. In *Lenin: la coherencia de su pensamiento*. México, Grijalbo, 1970a.
- _____. *Soljenitsyne*. Paris: Gallimard, 1970b.
- _____. *Realistas alemanes del siglo XIX*. Barcelona/México: Grijalbo, 1970c.
- _____. Entrevista a P. Anderson [1969]. *New Left Review*, London, n. 68, July 1971.
- _____. *Tactics and ethics: political writings, 1919/1929*. London: New Left, 1973.
- _____. *Écrits de Moscou*. Paris: Éd. Sociales, 1974.
- _____. *Ontologia dell'essere sociale v. I*. Roma: Riuniti, 1976.
- _____. Carta sobre o stalinismo. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, 1977.

_____. *Littérature, philosophie, marxisme (1922/1923)*. Paris: PUF, 1978.

_____. *Existencialismo ou marxismo?* Ciências Humanas: São Paulo, 1979.

MANDEL, E. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.

MÉSZÁROS, I. *Lukács' Concepto of dialectic*. London: Merlin, 1972.

MOUNIN, G. *Historia de la lingüística*. Madrid: Gredos, 1968.

TROTSKY, L. *A revolução permanente [1928]*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

PAPAIANOANNOU, K. *Marx et les marxistes*. Paris: Flammarion, 1972.

POSADA, Francisco. *Lukács, Brecht e a situação atual do realismo socialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

REVAI, J. Excerto de artigo escrito em 1952. *Les Temps Modernes*, Paris, n. 129/130/131, nov.-déc. 1956/jan. 1957.

SARTRE, J.-P. *Existencialismo ou marxismo?* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

SEMPRUN, Jorge. *Autobiografía de Federico Sánchez*. Madrid: Planeta, 1977.

SÈVE, Lucien. Reflexões sobre o dogmatismo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, jul. 1965.

STALIN, J. V. *Marxism and problems of linguistics*. Pequim: Foreign Languages, 1972.

Como citar:

NETTO, José Paulo. Lukács e a problemática cultural da era stalinista. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 303-38, abr. 2019.

Data de envio: 10 dez. 2018

Data de aceite: 27 jan. 2019

Resenha

Os limites da democracia dos Estados Unidos

Tiago Santos Salgado¹

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

A obra *Como as democracias morrem*, dos professores de Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, publicada no Brasil em 2018, chamou a atenção do público brasileiro, uma vez que, buscando compreender os riscos que a democracia dos Estados Unidos estava correndo com a eleição de Donald Trump, tocava em aspectos caros a corrida eleitoral que estava em curso no país, corrida esta que acabou com a eleição de Jair Bolsonaro, que se não é o “Trump da América do sul”, como o próprio estadunidense colocou em entrevista em janeiro de 2019², buscou emular características discursivas e propositivas que estiveram e estão presentes na campanha presidencial e no governo do atual presidente dos Estados Unidos.

Portanto, dentro do ambiente polarizado que marcou a corrida presidencial no Brasil que acarretou a vitória do candidato que publicamente defende a ditadura militar e a supressão de direitos dos trabalhadores e das minorias, a ideia presente no livro de que a democracia pode ser “morta” através de processos eleitorais vencidos por autocratas, ou seja, sem a necessidade de tanques nas ruas ou da participação direta das Forças Armadas, ia ao encontro dos anseios analíticos de parte da opinião pública que buscava entender as contingências históricas que levaram ao conhecido resultado nas urnas.

Escrito em uma linguagem acessível, recheado de exemplos que conseguem explicar as tramas políticas e os contextos históricos de forma simples e mesmo sendo um estudo dedicado ao caso específico dos Estados Unidos, que segundo Levitsky e Ziblatt, possuem uma espécie de excepcionalidade democrática, as análises dos autores parecem cair como uma luva na realidade brasileira para quem buscava compreender as nuances e as particularidades que colocavam em risco nossa democracia.

Tal excepcionalidade da democracia estadunidense repousa, para os autores, em vários fatores, em especial na existência de duas regras que sempre foram respeitadas pelos políticos locais, mesmo que não previstas constitucionalmente, que garantem o sistema de pesos e contrapesos e a funcionalidade democrática, construindo assim uma espécie de proteção

¹ Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: tiago_salgado1986@hotmail.com.

² Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/01/14/trump-elogia-bolsonaro-o-donald-trump-da-america-do-sul.htm>>.

contra tentativas autoritárias. Essas duas regras seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. A primeira delas é a ideia de que os adversários políticos entendem que, respeitando as regras, todos possuem o direito de competir pelo poder e governar, mesmo que não concordem com suas ideias e projetos de nação (2018, p. 104). A segunda significa “autocontrole paciente, comedimento e tolerância, ou a ação de limitar o uso de um direito legal”, sendo a reserva institucional o

ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente o seu espírito. Quando normas de reserva são robustas, políticos não usam suas prerrogativas institucionais até o limite, mesmo que tenham o direito legal de fazê-lo, pois tal ação pode pôr em perigo o sistema existente (2018, p. 107)

Quer dizer, dentro da perspectiva da reserva legal e da tolerância mútua, os governos deveriam evitar o aparelhamento do judiciário, a perseguição a jornalistas e a oponentes políticos, ou buscar expedientes extremos, como o *impeachment* para conseguir seus objetivos políticos, não porque são ilegais, mas porque prejudicam a existência e o funcionamento do sistema democrático.

Estas duas normas, coadunadas com o funcionamento adequado do Judiciário, do Legislativo e do Executivo através da ação dos “guardiões da democracia” (2018, p. 34), ou seja, dos partidos políticos, das elites e das instituições (2018, p. 46), haviam impedido que eventos como a crise de 1929 ou o macarthismo acabassem com a democracia norte-americana, que agora estava ameaçada graças a falta de reserva institucional e tolerância mútua encarnadas por Donald Trump, membros do Partido Republicano e parcela da mídia.

(...) quando a democracia norte-americana funcionou, ela se baseou em duas normas que nós muitas vezes tomamos como naturais – tolerância mútua e reserva institucional. Tratar rivais como concorrentes legítimos e subutilizar prerrogativas institucionais próprias no espírito do jogo limpo são regras não escritas na Constituição dos Estados Unidos (2018, p. 201)

Estes são, de forma resumida, os principais pontos discutidos na obra. Como é possível perceber, não foi por acaso o livro chamou a atenção no Brasil, tendo em vista as discussões que marcaram a campanha eleitoral brasileira. No entanto, a obra acaba por apresentar uma definição de democracia que não abarca a totalidade das nuances e da extensão que a prática democrática pressupõe. Para validar o argumento central do livro, ou seja, de que a democracia dos Estados Unidos apresentou “barreiras democráticas” contra líderes autoritários, os autores constroem uma espécie de tipo ideal de democracia – considerada um valor universal –, sendo entendida como um enquadramento formal e institucional predeterminados, não importando as particularidades históricas e a concretude social existentes em diferentes momentos.

Ao realizar tal operação, Ziblatt e Levitsky buscam identificar um caminho comum que explica a supressão democrática em ambientes tão diversos como a Venezuela chavista, a Itália fascista e a Alemanha nazista. Para os autores, em momentos de crise econômica e política, os “guardiões da democracia”, em especial as elites, fazem uma “aliança fatídica” com líderes autoritários que resultam na supressão democrática através das próprias normas legais previstas nas democracias liberais do ocidente.

Apesar de suas enormes diferenças, Hitler, Mussolini e Chávez percorreram caminhos que compartilham semelhanças espantosas para chegar ao poder. Não apenas todos eles eram outsiders com talento para capturar a atenção pública, mas cada um deles ascendeu ao poder porque políticos do establishment negligenciaram os sinais de alerta e, ou bem lhes entregaram o poder (Hitler e Mussolini), ou então lhes abriram a porta (Chávez). (2018, p. 29)

Explicar a história política da Itália fascista, da Alemanha nazista e da Venezuela chavista através do prisma da aliança entre as elites e líderes autoritários que configuram uma ameaça ao sistema democrático em momentos de crise é, no mínimo, problemático, uma vez que inviabiliza discussões de fundo, ou seja, sobre as próprias particularidades históricas dos fenômenos analisados. Ora, apenas sob o viés traçado pelos autores, que é essencialmente politicista, já que ignora qualquer dinâmica social de classe, é possível colocar no mesmo arcabouço conceitual experiências tão diferentes como as citadas. No livro, outros momentos e contextos históricos são comparados, como o Equador de Rafael Correa, a Argentina de Perón e o Peru de Fujimori, todas experiências diversas, que são analisadas como se fossem iguais.

Outro aspecto que salta aos olhos na obra é a perspectiva universal que os autores conferem a democracia liberal, ou seja, mesmo que tal perspectiva não esteja citada textualmente, a ideia de que a democracia liberal é a única saída para as sociedades contemporâneas pode ser percebida no texto, uma vez que, para os autores, os países que não se encaixam no tipo ideal traçado são considerados autoritários. Não existe meio termo, ou se é uma democracia, como a dos Estados Unidos, ou se é caracterizado como autoritário.

Ou seja, não é qualquer democracia que é considerada universal, mas o modelo de democracia liberal existente nos Estados Unidos, que deve ser seguido e copiado pelo resto do mundo. Por isso o alarde com a ameaça representada por Donald Trump, uma vez que a defesa da democracia faz parte do próprio corolário de dominação dos Estados Unidos em âmbito internacional.

Nesse sentido, cabe discutir quais são as características marcantes da democracia dos Estados Unidos que a torna excepcional. Algumas delas

já foram discutidas acima, como o funcionamento dos pesos e contrapesos, o funcionamento apropriado dos três poderes, a tolerância mútua e a reserva institucional e a importância dos “guardiões da democracia”. Como para os autores os principais agentes democráticos são as elites e os partidos, chama a atenção que a presença das classes populares, dos trabalhadores, das minorias, dos movimentos sociais não faça parte dessa excepcionalidade democrática, as classes populares necessárias apenas para a consulta eleitoral.

Na obra, o ideal é a existência de uma democracia sem povo, ou melhor, com pouco povo, controlada essencialmente por uma elite política com a missão de fiscalizar e impedir que o povo eleja autoritários personalistas e carismáticos. Nesse sentido, a democracia dos Estados Unidos começou a entrar em risco no final da década de 1960, quando os dois grandes partidos do país, o Republicano e o Democrata, passaram a abrir as votações primárias, o que impedia que os líderes partidários controlassem as indicações para a candidatura presidencial.

O caminho para a indicação não tinha mais que passar pelo *establishment* do partido. Pela primeira vez, os guardiões dos portões da democracia podiam ser contornados e derrotados. [...] Alguns cientistas políticos se mostraram preocupados com o novo sistema. Primárias vinculantes eram certamente mais democráticas. Mas não seriam democráticas demais? Ao colocar as indicações presidenciais nas mãos dos eleitores, as primárias vinculantes enfraqueceram a função dos partidos como guardiões da democracia, eliminando potencialmente o processo de revisão por pares e abrindo a porta para *outsiders*.

Outro ponto importante para se compreender os limites da conceitualização de democracia proposta na obra é a questão racial nos Estados Unidos. Os autores alegam que a democracia no país vem se construindo desde a formação do estado nacional estadunidense, ou seja, mesmo com a existência da escravidão e, posteriormente, com a existências de leis segregacionistas que existiram até a segunda metade do século XX. Levitsky e Ziblatt admitem que o acordo que consolidou a democracia nos Estados Unidos no século XIX só foi possível em função do impedimento da participação negra na vida política do país através de diversos dispositivos legais, uma vez que apenas dessa forma foi possível costurar um consenso entre as elites econômicas e políticas dos estados do sul e do norte do país. Mesmo com as reformas dos anos de 1960, tal fato causa uma espécie de déficit democrático no país, que deve ser enfrentado e superado.

A fundação da república norte-americana deixou a dominação racial intacta, o que acabou levando à Guerra Civil. Quando democratas e republicanos finalmente se reconciliaram na esteira da fracassada Reconstrução, sua reconciliação se baseou mais uma vez na exclusão racial. As reformas dos anos de 1960

deram ao país uma terceira chance de construir uma democracia verdadeiramente multiétnica. É imperativo que consigamos, embora seja uma tarefa de extraordinária dificuldade (2018, p. 214).

A questão aqui não é o reconhecimento por parte dos autores de que a democracia dos Estados Unidos se deu através de um forte aspecto de segregação racial. Isso seria negar a própria realidade. Mas sim o fato de que Ziblatt e Levitsky não questionam a própria democracia em si. Ou seja, é possível considerar um país que exclui a população negra da participação política de forma deliberada como uma democracia? Esta parece ser uma questão válida, pois escancara o caráter antidemocrático do entendimento de democracia presente na obra. Ou seja, na obra, o que garante a existência de uma democracia não é sua extensão participativa, mas sim os pressupostos institucionais, controlados pelas elites e pelos partidos políticos.

Por fim, os autores se propõem a discutir o que se pode fazer para salvar a democracia quando está em perigo, em particular no caso dos Estados Unidos. Mais uma vez, a questão racial aparece como uma urgência, assim como questões identitárias e relacionadas ao aumento da imigração. Outro fator que aparece para ser resolvido é a polarização política extremada entre os dois principais partidos políticos, uma vez que colocam em risco a tolerância mútua e a reserva institucional, consideradas importantes mecanismos de manutenção e proteção da democracia.

Para tal, os autores identificam o principal problema da democracia dos Estados Unidos: a desigualdade social. A resolução desta questão faria com que a polarização e o ressentimento existente em relação as minorias e contra as próprias elites, fenômenos que possibilitaram, ao menos em parte, a eleição de Trump, diminuíssem, tornando possível a reestruturação das barreiras democráticas. Dessa forma, políticas sociais como o acesso a previdência, ao programa Medicare, a renda básica, o acesso à educação, programas de geração de emprego e de formação profissional, entre outras, ajudariam a “reduzir a desigualdade econômica que abastece ressentimentos e polarizações, mas também pode contribuir para a formação de uma coalização ampla durável que realinhe a política norte-americana” (2018, p. 216). Para os autores, é “uma questão de justiça social. A própria saúde da nossa democracia depende disso” (2018, p. 217).

O reconhecimento de que a desigualdade social cumpre um papel importante no esgarçamento da democracia nos Estados Unidos e a defesa de programas sociais que ajudem a diminuir tal desigualdade busca aproximar a definição elitista de democracia adotada na obra de uma base social. No entanto, a análise estritamente politicista e institucionalista que

os autores fazem da realidade e da democracia impede que estes identifiquem uma contradição insolúvel nas propostas de justiça social para salvar a democracia.

Desde a década de 1970, a avalanche neoliberal busca destruir toda e qualquer reminiscência de proteção social oferecida pelo estado, sendo substituída pelos ideais de individualismo, meritocracia e consumo que resultam na mercantilização de todas as instâncias da vida. A própria eleição de Trump representa, em alguma medida, as tensões decorrentes das políticas neoliberais, já que a desigualdade e a concentração de renda atingem patamares nunca antes vistos nos Estados Unidos. Ou seja, se os autores propõem que uma política social que vise a diminuição da desigualdade pode salvar a democracia, estes não levam em consideração que o neoliberalismo é o exato oposto dessa proposta, que dizer, ou se tem democracia ou neoliberalismo.

Para o leitor brasileiro que buscou respostas na obra dos professores de Harvard, o livro parece superficial, já que, apesar de algum esforço, não consegue aproximar a democracia da sociedade, sendo que as explicações para as ameaças a democracia que Trump e Bolsonaro representam são baseadas em aspectos meramente formas e institucionais. Isso não quer dizer que a obra não deve ser lida, mas diferentemente do que costuma acontecer, me parece que as respostas para se entender como “as democracias morrem” podem ser encontradas nas lacunas deixada pelos autores, ou seja, nos limites, e não nas virtudes da democracia liberal estadunidense, e na incompatibilidade da democracia e do neoliberalismo.

Como citar:

SALGADO, Tiago Santos. Os limites da democracia dos Estados Unidos. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 340-44, abr. 2019.

Data de envio: 20 jan. 2019

Data de aceite: 15 mar. 2019